



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 27ª SESSÃO À 29ª SESSÃO DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 34 Nº 10
10 DE MARÇO A 12 DE MARÇO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2010

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRICULTURA		ARTIGO DE IMPRENSA	
Apelo ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, no sentido de solucionar a questão do endividamento dos agricultores da Região Nordeste. Senador Renan Calheiros.	255	Registro da matéria intitulada “De olhos bem fechados”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 3 de março de 2010. Senador Flexa Ribeiro.	196
Aparte ao senador Renan Calheiros. Senador José Agripino.	256	Registro da matéria intitulada “A horripilante volta da Telebrás”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 1 de março de 2010. Senador Flexa Ribeiro.	379
Apelo para votação da Medida Provisória nº 470, que trata de questões relativas à agricultura. Senador Romero Jucá.	258	Registro da matéria intitulada “Perigo.com”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 10 de março de 2010. Senador Papaléo Paes.	428
Aparte ao senador Romero Jucá. Senador Efraim Morais.	259	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Aparte ao senador Romero Jucá. Senador Renan Calheiros.	259	Balanço referente à atuação parlamentar de Sua Excelência nos primeiros meses de 2010. Senador Paulo Paim.	385
Apelo ao senador Renan Calheiros pela defesa da Medida Provisória nº 470, que trata de questões da agricultura brasileira, além de outros temas. Senador Gim Argello.	259	Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Alvaro Dias.	389
Comentários a respeito da renegociação da dívida ativa dos agricultores da Região Nordeste. Senador Renan Calheiros.	266	BANCOS	
Considerações a respeito da tramitação da renegociação da dívida ativa dos agricultores da Região Nordeste. Senador José Agripino.	266	Considerações a respeito da Medida Provisória nº 470, de 2009, que trata da capitalização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste do Brasil. Senador Inácio Arruda.	244
Apelo ao governo Lula no sentido de priorizar a questão do endividamento dos agricultores da Região Nordeste. Senador Mão Santa.	268	BRASÍLIA	
Apelo ao governo Lula pela resolução do problema do endividamento dos agricultores do Nordeste. Senador Efraim Morais.	285	Reflexão a respeito da celebração dos 50 anos de Brasília, comemorado em 22 de abril de 2010. Senador Paulo Duque.	291
Defesa da Medida Provisória nº 470, que trata de questões da agricultura no Brasil. Senador Gim Argello.	286	Aparte ao senador Paulo Duque. Senador Cristovam Buarque.	292
AGROINDÚSTRIA		Considerações a respeito da comemoração dos 50 anos de Brasília. Senador Cristovam Buarque.	311
Manifestação contrária ao aumento de preços dos produtos derivados de trigo importado. Senador Osmar Dias.	94	Registro da comemoração dos 50 anos de Brasília e de <i>show</i> , no Teatro Nacional de Brasília,	

II

	Pág.		Pág.
com o objetivo de festejar o aniversário da cidade e lançar o 1º Fórum de Biodiversidade. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	397	de Aceleração do Crescimento (PAC). Senador Roberto Cavalcanti.....	157
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior.		Satisfação em razão da construção de um gasoduto ligando o Sudeste ao Nordeste brasileiro, trazendo assim, segundo Sua Excelência, maior desenvolvimento industrial para o Estado da Bahia, bem como relato de diversas obras realizadas no referido estado. Senador César Borges.....	252
Senador Cristovam Buarque.....	400		
COMÉRCIO EXTERIOR		DIREITOS HUMANOS	
Saudações ao governo brasileiro por obrigar os Estados Unidos da América ao cumprimento de obrigações para com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Senador Francisco Dornelles....	159	Considerações a respeito do regime socialista adotado em Cuba, com destaque para posicionamento de Sua Excelência no sentido da necessidade de conciliar o referido regime com uma ampla liberdade de expressão e total respeito aos direitos humanos. Senador Eduardo Suplicy.....	101
CONGRESSO NACIONAL		Aparte ao senador Eduardo Suplicy. Senador Valdir Raupp.....	103
Registro referente à realização da exposição de brinquedos confeccionados com miriti, oriundos do Estado do Pará, nas dependências do Congresso Nacional. Senador José Nery.....	322	Registro de audiência com o Cônsul do Haiti na Comissão de Direitos Humanos, para tratar da adoção de crianças órfãs haitianas por brasileiros. Senador Magno Malta.....	158
(CPI)		ECONOMIA INTERNACIONAL	
Comunicação referente à ausência do Senhor Flávio Pereira, acusado de abuso sexual contra uma criança, à oitiva na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, com registro da quebra do sigilo fiscal do referido cidadão. Senador Magno Malta.....	100	Comentários a respeito da crise econômica mundial que afetou países da União Europeia. Senador Paulo Paim.....	254
Registro referente à falta de resposta ao requerimento de Sua Excelência, que pede a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação do contrabando e falsificação de medicamentos. Senador Romeu Tuma.....	234	ECONOMIA NACIONAL	
DATA COMEMORATIVA		Considerações a respeito da força da economia brasileira frente à crise na economia mundial ocorrida no ano de 2009. Senador Sadi Cassol....	91
Congratulações ao povo do Município de Salvaterra, no Estado do Pará, pelo transcurso de mais um aniversário de fundação. Senador Mário Couto.....	87	EDUCAÇÃO	
Considerações a respeito do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado no dia 15 de março. Senador Geovani Borges.....	230	Considerações sobre relatório de desempenho, elaborado pelo Ministério da Educação, referente à educação brasileira em um período de dez anos. Senadora Marisa Serrano.....	81
Aparte ao senador Geovani Borges. Senador Gerson Camata.....	230	Aparte à senadora Marisa Serrano. Senador Marco Maciel.....	83
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Aparte à senadora Marisa Serrano. Senadora Fátima Cleide.....	84
Registro da intenção de Sua Excelência em procurar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para reivindicar a inclusão do Aeroporto Internacional Castro Pinto, no Estado da Paraíba, no Programa		Considerações a respeito da história da educação pública brasileira e dos problemas que o Estado enfrenta para a melhoria da educação no País. Senador Marco Maciel.....	232

	Pág.	III	Pág.
ELEIÇÃO			
Considerações a respeito das eleições gerais do ano de 2010, com destaque para a necessidade do voto consciente por parte do eleitor brasileiro. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	96	órgãos de imprensa, ameaçando-os de processo judicial. Senador Arthur Virgílio.....	146
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho.....	97	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Antonio Carlos Valadares.....	146
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Sadi Cassol.....	97	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.....	148
Críticas ao programa de governo da pré-candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, à Presidência da República. Senador Flexa Ribeiro.....	98	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.....	149
		Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.....	149
ESPORTE			
Solicitação de requerimento para a realização de sessão especial na presença de alguns campeões do esporte brasileiro, com o objetivo de prevenir o uso de drogas. Senador Magno Malta.....	315	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.....	150
		Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.....	151
ESTADO			
Considerações a respeito da necessidade e das vantagens de se eleger um presidente da República que seja da cidade do Rio de Janeiro, e referência a alguns personagens que consolidaram a República no Brasil. Senador Paulo Duque.....	391	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Antonio Carlos Júnior.....	152
Aparte ao senador Paulo Duque. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	393	Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Mário Couto.....	152
Aparte ao senador Paulo Duque. Senador Alvaro Dias.....	394	Reflexões a respeito do que falta ser realizado no Brasil nos últimos meses de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Senador Mão Santa.....	177
GOVERNO ESTADUAL			
Defesa do Governo do Estado do Espírito Santo no que se refere a denúncia, levantada por órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre suposto problema penitenciário no referido estado. Senador Gerson Camata.....	90	Críticas às viagens do presidente Lula ao Estado do Paraná com o objetivo de fazer propaganda eleitoral a favor da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Senador Alvaro Dias.....	251
GOVERNO FEDERAL			
Crítica ao Governo Federal por não empenhar recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) no Estado do Amapá. Senador Papaléo Paes.....	88	Críticas a respeito de acordos no Congresso Nacional que viabilizaram a tramitação de matérias de interesse do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.....	267
		Críticas ao governo Lula pela falta de empenho na realização da reforma política.....	377
		Críticas à visita do presidente Lula ao Estado do Paraná com o objetivo de fazer propaganda eleitoral a favor da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Senador Alvaro Dias.....	404
HOMENAGEM			
		Homenagem às mulheres brasileiras e seus filhos, a juventude brasileira. Senador Paulo Paim..	73
		Pedido de encaminhamento de requerimento de voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da instituição, comemorado no dia 12 de março de 2010. Senador Flávio Arns.....	107
		Solicitação à Mesa Diretora para a convocação de sessões especiais em homenagem a Joaquim Nabuco, aos 15 anos de transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica	

	Pág.		Pág.
de Brasília, bem como ao Dia de Tiradentes e aos 50 anos de Brasília. Senador Cristovam Buarque.	157	MULHER	
Pedido de requerimento de voto de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia (Avao), do Estado do Pará, pelo transcurso dos seus onze anos de história. Senador Flexa Ribeiro.	163	Congratulações à senadora Serys Slhessarenko, em função de projeto aprovado que beneficia as mulheres que trabalham no lar. Senadora Rosalba Ciarlini.....	73
Apresentação de proposta para a inclusão do padre Roberto Landell de Moura na galeria dos heróis brasileiros. Senador Sérgio Zambiasi.	168	PARECER	
Homenagem às mulheres brasileiras, na pessoa de Dercy Teles, líder sindical de trabalhadores rurais do Estado do Acre, pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	397	Parecer nº 138, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009 (PL nº 2.506, de 2007, na origem), que denomina Rodovia Luiz Otacílio Corrêa o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará. Senador Inácio Arruda.....	8
HOMENAGEM PÓSTUMA		Parecer nº 139, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (nº 6.327, de 2005, na Casa de origem), que denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima. Senador Marco Maciel.....	17
Registro do falecimento da Senhora Maria Ribeiro Rezende, esposa do ex-senador e líder de governo Eurico Rezende. Senador Renato Casagrande.....	114	Parecer nº 140, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488, de 2008, na Casa de origem), que denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.	25
Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Cláudio Barbosa de Araújo, funcionário público e Grão-Mestre da Maçonaria da Grande Loja de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	153	Parecer nº 141, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção. Senador José Nery.....	34
Apoio ao requerimento apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti de nota de pesar à família do Senhor Cláudio Barbosa. Senador Augusto Botelho.....	160	Parecer nº 142, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165, de 2008, na Casa de origem), que denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redeker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Pedro Simon.....	41
Registro de falecimento do Doutor Domingos Iglesias Valério, fundador da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no Estado de Cuiabá, e apresentação de requerimento à Mesa Diretora para o envio de votos de pesar do Senado Federal à família do falecido. Senador Jayme Campos.....	239	Parecer nº 143, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 (nº 3.687, de 2004, na origem), que “denomina Viaduto Governador Henrique Santillo, o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás”. Senador Marconi Perillo.	49
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		Parecer nº 144, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria do senador	
Convite aos senadores e deputados federais para comparecerem à instalação da Frente Parlamentar Mista de Deputados e Senadores pela Erradicação do Trabalho Escravo. Senador José Nery.	79		
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Mensagem nº 68, de 2010 (nº 102, de 2010, na origem), que informa ao Senado Federal a ausência do presidente da República do País no período de 13 a 19 de março, em viagens oficiais a Israel, de 13 a 16, a Palestina, nos dias 16 e 17, e a Jordânia, nos dias 17 e 18.	384		

Pág.	Pág.
Roberto Saturnino, que altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas. Senadora Rosalba Ciarlini.....	55
Parecer nº 145, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 (nº 1.643, de 2007, na Casa de origem), que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo. Senadora Kátia Abreu...	64
Parecer nº 146, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores), sobre a Mensagem nº 256, de 2009 (nº 981, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Senador Augusto Botelho.....	112
Parecer nº 147, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores), sobre a Mensagem nº 208, de 2009 (nº 809, de 2009, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Flávio Hugo Lima Rocha Júnior, ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia. Senador Antonio Carlos Valadares.....	114
Parecer nº 148, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (nº 5.883, de 2009, na Casa de origem), que reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.....	181
Parecer nº 149, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006 (nº 72/2003, na origem), que dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança. Senador Raimundo Colombo.....	325
Parecer nº 150, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, (nº 6.238, de 2005, na Casa de origem), que acrescenta inciso	
IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação). Senador Lobão Filho.....	335
Parecer nº 151, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, de autoria do senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu artigo 95. Senador Eduardo Suplicy.....	341
Parecer nº 152, de 2010 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, de autoria do senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu artigo 95. Senador Gerson Camata.....	345
PODER JUDICIÁRIO	
Comentários a respeito de diversas sentenças proferidas pelo juiz federal Carlos Humberto de Sousa, considerando inconstitucional o Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Senador Geovani Borges.	92
Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Senador Arthur Virgílio.....	109
Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Senador Eduardo Azeredo.....	110
Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro	

	Pág.		Pág.
do Superior Tribunal Militar (STM). Senador Eduardo Suplicy.....	110	e da Reserva Ecológica de Cuniã, no Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.....	84
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		Críticas à atitude de funcionários do Instituto Chico Mendes, os quais fecharam, em razão de denúncias de desmatamentos ilegais, pequenos estabelecimentos situados no Município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	
Registro da necessidade de inclusão, na Medida Provisória nº 470, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, de cláusula que trate da reabertura de prazo para a renegociação das dívidas do crédito rural para o Nordeste. Senador José Agripino.....	144	Considerações a respeito da necessidade de o governo brasileiro assumir a liderança mundial na preservação do meio ambiente. Senador Marconi Perillo.....	114 432
POLÍTICA DE TRANSPORTES		POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
Referência a acidentes ocorridos na BR-364, no Estado de Rondônia, bem como apelo ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) para que seja feito o recapeamento da referida rodovia. Senador Valdir Raupp.....	173	Insatisfação pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda Ibsen Pinheiro, a qual deixa em desvantagem os estados que têm suas bacias privilegiadas com riquezas minerais. Senador Magno Malta.....	231
Comentários a respeito das medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que permitem a realização de obras na BR-319, no Estado da Amazônia. Senador Jefferson Praia.....	175	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal. Senador Renato Casagrande.....	237
Saudações ao Estado do Mato Grosso pelo avanço em relação ao prazo para conclusão das obras no trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis. Senadora Serys Slhessarenko.....	235	Aparte ao senador Renato Casagrande. Senador Francisco Dornelles.....	238
Apelo ao Governo Federal no sentido de dar prosseguimento à construção de ferrovias no Estado do Mato Grosso. Senador Jayme Campos....	239	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão dos recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados. Senador Gerson Camata... ..	242
Aparte ao senador Jayme Campos. Senador Alvaro Dias.....	241	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão dos recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados. Senador Magno Malta.....	243
Registro do naufrágio do barco "Almirante Nunes", no rio Solimões, no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	308	Apelo ao governo Lula no sentido de maior responsabilidade para com a tramitação da proposta de um marco regulatório para o pré-sal. Senador Magno Malta.....	268
Satisfação em razão de projeto aprovado no Senado Federal que trata da isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para caminhoneiros autônomos. Senador Jayme Campos... ..	314	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados brasileiros. Senador Francisco Dornelles.....	289
Análise referente à necessidade de investimentos no setor de transportes do País, bem como comentários a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2010, que prevê um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura e transportes. Senador Acir Gurgacz.....	378	Críticas em razão da aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda Ibsen Pinheiro, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados. Senador Magno Malta.....	315
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Reflexões a respeito da queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, bem como críticas em relação ao foco do PIB que, segundo Sua Excelência, não deveria ser direcionado apenas à produção industrial. Senador Cristovam Buarque.....	
Registro de apresentação de emenda que modifica os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro e que amplia a área do Parque Mapinguari			402

	Pág.	VII	Pág.
POLÍTICA ENERGÉTICA			
Apelo às lideranças do governo no sentido de negociarem com o Governo Federal a retirada de urgência urgentíssima para a votação do marco regulatório do pré-sal. Senador Arthur Virgílio.....	144		
Manifestação contrária à tramitação em regime de urgência urgentíssima das quatro leis referentes ao pré-sal. Senador José Agripino.....	144		
Manifestação contrária à tramitação em regime de urgência urgentíssima das quatro leis referentes ao pré-sal. Senador Tasso Jereissati.	145		
Críticas à forma de administrar a questão do pré-sal por parte do Governo Federal. Senador Marconi Perillo.	194		
POLÍTICA EXTERNA			
Registro da aprovação de voto de solidariedade aos presos políticos cubanos, bem como comentários a respeito da política ditatorial de alguns países latino-americanos. Senador Arthur Virgílio.	260		
Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador João Tenório.	261		
Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Cristovam Buarque.	262		
Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	263		
Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	265		
Registro de audiência pública com o cônsul haitiano, para tratar da adoção de crianças haitianas por cidadãos brasileiros. Senador Magno Malta....	315		
Apelo ao presidente Lula para que interfira no caso do preso político cubano, solicitando ao presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, para que termine com o embargo a Cuba. Senador Pedro Simon.....	408		
Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.	410		
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Reflexões a respeito dos avanços e perspectivas do Partido Social Cristão (PSC) no Brasil. Senador Mão Santa.....	311		
POLÍTICA SALARIAL			
Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 300, que estabelece que a remuneração dos policiais militares dos estados		não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal. Senador Magno Malta.	315
POLÍTICA SOCIAL			
		Defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 42, de 2008, a chamada PEC da Juventude, que tem como um de seus objetivos a inclusão dos jovens na sociedade através de políticas públicas, com lembrança da realização no ano de 2004, em Brasília, da Conferência Nacional da Juventude. Senador Paulo Paim.	73
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Gerson Camata.	75
		Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Sadi Cassol.....	75
		Saudações a Danilo Moreira e João Vidal, respectivamente novo presidente e vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), e a Davi Barros, ex-presidente do referido Conselho, bem como expectativa pela aprovação, por unanimidade, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Paulo Paim.	153
		Pedido de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude, bem como congratulações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve). Senador Renato Casagrande.	154
		Saudações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve). Senadora Patrícia Saboya.....	154
		Saudações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve). Senadora Serys Shlessarenko.	154
		Registro, na condição de líder do governo, de posicionamento do Governo Federal favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Romero Jucá.....	154
		Satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Arthur Virgílio.	155
		Satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Gim Argello.....	155
		Saudação aos jovens brasileiros, bem como satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Flávio Arns.	156
		Saudações às delegações de diversos estados brasileiros, presentes em Brasília para pedir a	

VIII

	Pág.		Pág.
aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador José Nery.....	156	tárias e constitucionais às unidades federativas. Senador Raimundo Colombo.....	192
Apoio aos pedidos de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Jefferson Praia.....	156	Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, que altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Senador Serys Slhessarenko.....	219
Convite aos jovens presentes nas galerias do Senado Federal para que compareçam à audiência para tratar das políticas voltadas para a juventude, na Comissão de Direitos Humanos. Senador Cristovam Buarque.....	156	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Apelo para votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude. Senador Paulo Paim.....	255	Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), que institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.	221
Comentários a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude, bem como reflexão sobre a importância do investimento em políticas públicas eficazes que atraiam o jovem para a escola e para o esporte. Senadora Lúcia Vânia.	290	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Satisfação em razão da aprovação de lei de autoria do senador Flávio Arns, que retira os impostos de importação sobre cadeiras de rodas. Senador Magno Malta.....	315	Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2010, que estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal. Senador Sadi Cassol....	2
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2010, que acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes. Senador Acir Gurgacz. ..	187
Encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento com pedido de informações ao ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) do Estado de São Paulo. Senador Alvaro Dias.....	112	REGIMENTO INTERNO	
Comentários a respeito da Previdência Social e sua atuação no bem-estar coletivo e na proteção do trabalhador brasileiro. Senador Renan Calheiros.....	170	Apelo no sentido de cumprimento rigoroso do Regimento Interno do Senado Federal, no que se refere aos pronunciamentos dos senadores. Senador Papaléo Paes.....	88
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		Aparte ao senador Papaléo Paes. Senador Mário Couto.	89
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941, de 2009, na Casa de origem), que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.	402	REQUERIMENTO	
PROJETO DE LEI DO SENADO		Requerimento nº 192, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, que “dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), além das comissões constantes do despacho inicial. Senador Paulo Paim.....	7

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 193, de 2010, que requer que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), do Estado de São Paulo. Senador Alvaro Dias.....</p>	7
<p>Requerimento nº 194, de 2010, que requer o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Petro-Sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do marco regulatório do pré-sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados. Senador Tasso Jereissati.</p>	143
<p>Requerimento nº 195, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 315, de 2009, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.....</p>	179
<p>Requerimento nº 196, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que “altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH)”, seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senadora Marisa Serrano.....</p>	179
<p>Requerimento nº 197, de 2010, que requer que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), por ocasião do cinquentenário da instituição, a ser comemorado no dia 12 de março. Senador Flávio Arns.....</p>	180
<p>Requerimento nº 198, de 2010, que requer voto de aplauso à jovem estudante amazonense Laura Corrêa Cavalcante Leite, de apenas 14 anos, pela sua estreia como escritora, com o livro “Belas Árvores”. Senador Arthur Virgílio.....</p>	180
<p>Requerimento nº 199, de 2010, que requer voto de aplauso às artistas plásticas de Brasília Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Bienale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010. Senador Arthur Virgílio.....</p>	180
<p>Requerimento nº 200, de 2010, que requer voto de aplauso à equipe de <i>jiu-jitsu</i> do Serviço Social da Indústria (Sesi) do Estado do Amazonas, pela conquista do Ouro no 8º <i>Amazon Open</i>, promovido pela Federação Amazonense de <i>Jiu-Jitsu</i>. Senador Arthur Virgílio.....</p>	181
<p>Requerimento nº 201, de 2010, que requer o desampensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma das proposições legislativas a seguir relacionadas, por não versarem, em seu conjunto, sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 45, 112, 223 e 739, de 2007, que tramitam em conjunto. Senador Gerson Camata.</p>	193
<p>Requerimento nº 202, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 10 de março de 2010, do Senhor Cláudio Barbosa de Araújo, e apresentação de condolências à família do falecido. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p>	193
<p>Requerimento nº 203, de 2010, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia (Avaio), pelo transcurso dos seus 11 anos de história, e requer, ainda, que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua presidenta, Maria da Conceição Fischetti. Senador Flexa Ribeiro.</p>	193
<p>Requerimento nº 204, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao Ministério Internacional em Manaus – instituição religiosa descendente da primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus. Senador Jefferson Praia.....</p>	193
<p>Requerimento nº 205, de 2010, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Ministro do Ministério da Previdência Social, para que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) elaborados entre 2003 e 2009. Senador Raimundo Colombo.....</p>	194
<p>Requerimento nº 206, de 2010, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 6 de março, do engenheiro e ex-chefe da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso por várias décadas, Domingos Iglesias Valério, aos 83 anos, em Rio Acima/MG; bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Norma, aos filhos Domingos, Alda Elizabeth, Norma e Ricardo. Senador Jayme Campos.....</p>	216
<p>Requerimento nº 207, de 2010, que requer que seja ouvida, também, a Comissão de Meio</p>	

	Pág.		Pág.
Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além das comissões constantes do despacho inicial. Senador Romero Jucá.	216	Aparte ao senador Augusto Botelho. Senador Flávio Arns.....	162
Requerimento nº 208, de 2010, que requer, ouvida a Mesa Diretora e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas informações ao ministro de Estado da Saúde. Senador Romero Jucá.	216	Comentários a respeito da tramitação de dois projetos, relativos à proibição do cigarro em locais fechados e à regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais aos brasileiros pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Senador Eduardo Azeredo.....	172
Requerimento nº 209, de 2010, que requer, ouvida a Mesa Diretora e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas informações ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Senador Romero Jucá.....	217	Registro de projeto de autoria de Sua Excelência que proíbe o uso de cigarro e derivados do tabaco em determinados locais, de caráter público e privado. Senador Magno Malta.....	315
Requerimento nº 210, de 2010, que requer voto de aplauso ao ministro Ricardo Lewandovski, pela sua eleição para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Senador Arthur Virgílio.....	323	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento nº 211, de 2010, que requer voto de aplauso à ministra Carmen Lúcia, pela sua eleição para o cargo de vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Senador Arthur Virgílio...	323	Críticas à governadora do Estado do Pará pelo descaso em relação ao crescimento da violência no referido estado. Senador Mário Couto....	84
Requerimento nº 212, de 2010, que requer voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas e a todos os seus integrantes, pelo transcurso do seu 60º aniversário de criação, ocorrido no dia 4 de março de 2010. Senador Arthur Virgílio.....	324	Registro de assalto no hotel em que Sua Excelência estava hospedado na cidade de Belém, Estado do Pará. Senador José Nery.....	164
		Registro das condições precárias do sistema prisional no Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.	237
		TELECOMUNICAÇÕES	
SAÚDE		Cumprimentos ao primeiro-secretário do Senado Federal, Heráclito Fortes, pela inauguração da Rádio Senado no Estado do Ceará e apelo ao presidente do Senado Federal, José Sarney, pela instalação da TV Senado na Região Sul. Senador Alvaro Dias.....	397
Cumprimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.294, de 1996, que proíbe o uso de cigarro ou qualquer outro produto fumífero derivado ou não do tabaco, em ambiente fechado público ou privado. Senador Tião Viana.....	80	TRABALHO ESCRAVO	
Registro de votos de louvor à iniciativa lançada pelos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, prevendo a distribuição de mil bolsas para estudantes, professores de ensino superior e profissionais de saúde, para a área de vigilância em saúde. Senador Geovani Borges.	92	Comentários a respeito do trabalho escravo no Brasil, com destaque para a reunião realizada no Senado Federal objetivando aprovar o Estatuto da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo. Senador José Nery.....	164
Apelo para que os brasileiros estejam atentos aos prazos de vacinação contra o vírus <i>Influenza A (H1N1)</i> e, assim, evitar a disseminação da gripe decorrente da instalação do referido vírus no corpo humano. Senador Augusto Botelho.	160	Aparte ao senador José Nery. Senadora Marina Silva.....	164
		Aparte ao senador José Nery. Senador Flávio Arns.	165
		Aparte ao senador José Nery. Senador Cristovam Buarque.....	166

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo, da Srª Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Mão Santa, Gerson Camata, Eduardo Azeredo e Jefferson Praia

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encer-
ra-se às 21 horas e 34 minutos.)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/3/2010 07:37:32 até 10/3/2010 21:37:43

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	X	X
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X
PSB	MA	EPITACIO CAFEITEIRA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
P	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
MDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
SC	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
EM	PE	MARCO MACIEL	X	X
SDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
EM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
V	AC	MARINA SILVA	X	
SDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
SDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
TB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PT	PR	OSMAR DIAS	X	X
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
DF	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
VDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
VDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 73 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Senador Tasso Jereissati para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCPIs; nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

É o seguinte o ofício encaminhado:

Ofício nº 10/10-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador TASSO JEREISSATI, como titular, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs, e para organização da sociedade civil de interesse público – OSCPIs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB em Exercício

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2010

Estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 39.

§ 1º
.....

IV – o piso salarial das diversas categorias profissionais, fixado por lei federal, na forma do art. 7º, V.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O § 1º do art. 39 da Constituição Federal relaciona os princípios a serem observados na fixação dos padrões de vencimento e dos demais

componentes dos sistemas remuneratórios a serem instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. O objetivo desta proposta é a inclusão, entre tais diretrizes, da obrigação de ser observado o piso salarial nacional das diversas categorias profissionais, conforme fixado nas correspondentes leis federais.

Com isso, pretende-se superar uma injustiça inaceitável, sofrida pelos profissionais cuja categoria tem piso salarial fixado em lei, que vêem esse direito desprezado solenemente pelo Poder Público. Ou seja, exatamente aqueles de quem se deveria esperar a conduta exemplar no cumprimento da legislação, infelizmente, não levam em consideração o piso salarial ao abrirem os editais dos concursos públicos.

Assim, por exemplo, os profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Química e Veterinária têm a profissão e a remuneração regulamentada por meio das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Não obstante, essas normas não têm sido observadas, especialmente, quando se abrem concursos nas prefeituras e nos Estados brasileiros. Esses profissionais são muitas vezes, então, recrutados com salário muito menor que o piso salarial, às vezes em valor equivalente até mesmo à metade dele.

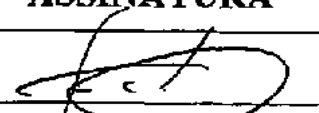
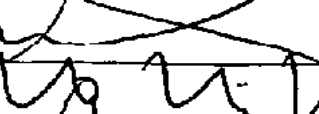
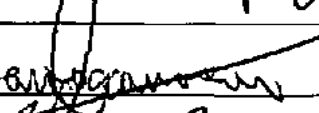

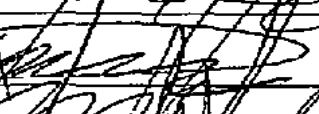
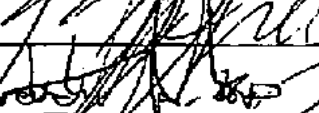
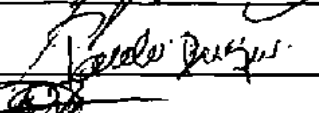
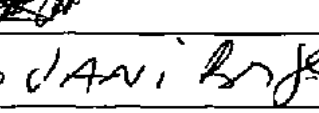
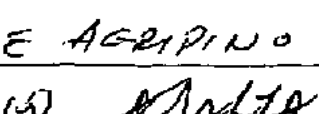
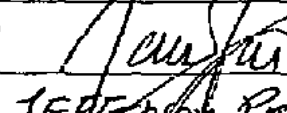
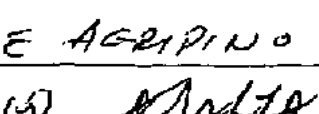
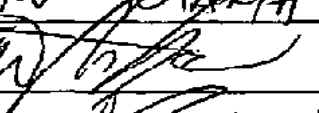
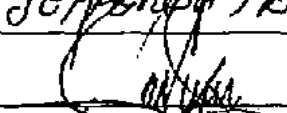
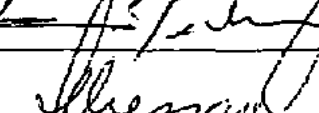

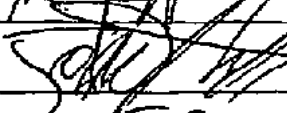
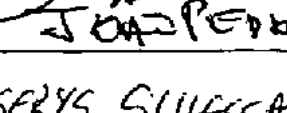
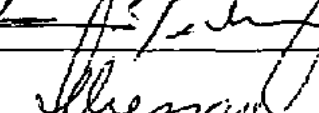
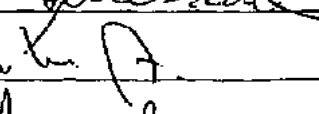
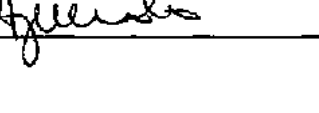


Não é justo que haja decréscimo na remuneração de um desses profissionais simplesmente porque ele resolveu seguir o serviço público. O trabalhador deve receber um salário digno, pelo que ele se propôs a cursar o nível superior, e deve ter uma retribuição à altura da qualificação que obteve. É, portanto, um equívoco se imaginar que o Poder Público esteja economizando ao não pagar o piso salarial. Ao contrário, essa postura leva ao desestímulo do profissional, que deixa de prestar um bom serviço e pode, até mesmo, procurar outra atividade para complementar a renda, o que resultará na diminuição de sua dedicação e na queda da qualidade de sua produção.

Por essas razões, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010.


Senador SADI CASSOL

PEC Nº _____, DE 2010 - Para estabelecer como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
01	SADI CASSOL	PT	T.O.	
02	HERÁCLITO	DEM	PI	
03	FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
04	ROBERTO CUNHALANT	PRB	PB	
05	CESAR BORGES	PR	BA	
06	SATI BACHA	PMDB	RN	
07	Paulo P. Siqueira	PT	RS	
08	Eduardo M. Siqueira	PT	SP	
09	FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	
10				
11	JEFFERSON PEREIRA	PDT	AM	
12		PMDB	AP	
13		DEM	RN	JOE AGRIPINO
14		PR	ES	MAGNO MATA
15				
16	JOÃO PEDRO	PT		
17	SERYS SUSSARENHO	PT		
18	CRISTOVAN	PDT		
19	Jose Ney	PSOL	PA	

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
20	Neuto de Couto	PHOO	sc	
21	Meio Nogueira			
22	Sapalio Vas.			
23	AUGUSTO Bôllu			
24	OSMAR DIAS	PDT.	PR	
25	MOZAMILDO	PTB	RR	
26	ALVARO DIAS			
27	ERITAIN CASTELA			
28	início Couto			
29	JOSÉ VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	

Seção II
DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

~~Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.~~

~~§ 1º A lei assegurará, aos servidores de administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. (Vide Lei nº 9.418, de 1992)~~

~~§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.~~

~~Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)~~

~~Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADIN nº 2.135-4)~~

~~§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

~~I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

~~II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

~~III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
Emendas Constitucionais **Emendas Constitucionais de Revisão**

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Título II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo IV

Dos Direitos Sociais

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2010

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o **Projeto de Lei da Câmara Nº 132, de 2001**, que “dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material diático-escolar e determina outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Direitos Humanos – CDH, além das comissões constantes do despacho inicial.

Justificação

Uma discussão sobre o turismo no Brasil, hoje, não deve ser traduzido apenas em informações sobre as indiscutíveis belezas do país, nem sobre sua potencialidade comercial. Muitas ações estão sendo equivocadamente concretizadas dentro do mundo do turismo, especificamente quando se trata da diversidade cultural e das diferenças sociais e econômicas constantes no cotidiano de nossa sociedade, onde a exploração do turismo, muitas vezes, dispensa um tratamento equivocado a tais características.

Quando falamos em “equivocos” estamos nos referindo especialmente a situações incentivadas dentro da exploração do turismo brasileiro, como pedofilia, prostituição, exploração sexual e comercial de crianças e jovens, discriminação e preconceito com relação ao grupo LGBT e tantas outras situações similares que exigem um debate mais demorado sobre o tema, para que o coloquemos no material didático para compor o conteúdo dos livros escolares.

Diante do exposto fica evidente a necessidade de que a matéria seja melhor discutida especialmente na Comissão de Direitos Humanos, além da educação, sua comissão de mérito.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 193, de 2010

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários, do Estado de São Paulo:

1. A Secretaria de Previdência Complementar foi informada sobre o grande volume de recursos injetados pelos fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo – Bancoop?

2. A Secretaria de Previdência Complementar recebeu alguma informação contendo argumentos que justificassem a aplicação desse grande volume de recursos por parte de fundos de pensão de empresas estatais na Bancoop?

3. A Secretaria de Previdência Complementar assegurou aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por esses fundos de pensão de empresas estatais o pleno acesso às informações sobre a aplicação desses recursos?

4. Os fundos de pensão de empresas estatais sofreram algum prejuízo em razão da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

5. A Secretaria de Previdência Complementar determinou abertura de investigação ou instaurou inquérito para identificar possíveis responsáveis pelos prejuízos causados aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por fundos de pensão de empresas estatais em função da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

Justificação

A revista **Veja**, em sua edição de 10 de março deste ano, publicou matéria intitulada “A casa caiu”, mostrando que o Ministério Público, após quase três anos de investigações, apurou que dirigentes da BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários, do Estado de São Paulo, lesaram milhares de associados para montar um esquema de desvio de recursos que pode ter carreado dinheiro para financiamento de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, além de ter servido para atender a interesses particulares de dirigentes do partido.

Ainda segundo a matéria, a Bancoop teria captado cerca de R\$26 milhões de fundos de pensão de empresas estatais controlados pelo PT, e mais R\$10,9 milhões de outros fundos de estatais.

O presente requerimento se apresenta plenamente justificado, tanto em razão de ser a Secretaria de Previdência Complementar o órgão de fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar quanto à luz da necessidade de preservar os recursos públicos aplicados pela União nos fundos de pensão,

preocupação que se coaduna com a função fiscalizadora deste Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 138, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009 (PL nº 2.506/2007, na origem, da Deputada Gorete Pereira), que denomina Rodovia Luiz Otacílio Corrêia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

RELATOR “AD HOC”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

I – RELATÓRIO

De iniciativa da Deputada Gorete Pereira, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2009 (PL nº 2.506, de 2007, na origem), tem por objetivo denominar “Rodovia Luiz Otacílio Correia” o trecho da rodovia BR-230 entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

A autora do projeto justifica a proposta ao destacar a importância do homenageado para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Nascido em 29 de março de 1917, na cidade de Várzea Alegre, Luiz Otacílio Correia desempenhou inúmeras funções importantes, seja na condição de empresário, seja no exercício de cargos públicos. Vereador em Várzea Alegre por três legislaturas, de 1947 a 1959, quando assumiu o cargo de prefeito da cidade, Otacílio Correia elaborou e executou diversos projetos e obras relevantes para a região, destacando-se a construção do Açude Público Estadual de Várzea Grande, concluído em 1998.

Sempre comprometido com o bem comum e a justiça social, elegeu-se deputado estadual por duas legislaturas, entre 1978 e 1987, tendo exercido também o cargo de diretor da Companhia de Água e Esgotos do Estado do Ceará (CAGECE). Com o mesmo dinamismo que emprestou à vida pública, exerceu importantes atividades empresariais nas áreas de transporte e turismo.

Ainda segundo a autora da proposição, a vida do homenageado, falecido em 8 de dezembro de 2002, foi de grande importância não apenas para Várzea Alegre, mas também para muitas outras cidades cearenses, razão pela qual pretende apor o nome de Luiz Otacílio Correia ao trecho rodoviário que liga, no sul do Estado, as cidades de Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. Não houve oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

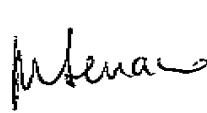
A proposição encontra apoio constitucional no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre “trânsito e transporte”. De outra parte, atende aos requisitos para a iniciativa legislativa, estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.


Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes, de “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação”, supletivamente às de caráter oficial. No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.


No mérito, adoto os argumentos do autor e considero a homenagem justa e merecida. De fato, Luiz Otacílio Correia legou ao Estado do Ceará e ao Brasil um exemplo edificante de empreendedorismo e de dedicação à causa pública.

III – VOTO
...te o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 178, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.


Vice
Presidente


Relator


Relator AD HOC. SENA ANTÔNIO C. VALADARES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 18 (dezoito) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, ad hoc, o Senador Antônio Carlos Valadares.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 178/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mariano*. SEN. MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo</i>
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>José Nery</i>
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
RELATOR	
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA
------------------------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 178 / 09

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLYCI				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: *Ol*

M. Serrano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte; II - desapropriação;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Of. nº 05/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

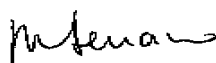
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Gorete Pereira, que “Denomina Rodovia Luiz Otacilio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 139, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (nº 6.327/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.327, de 2005, na origem), de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, é composto de dois artigos: o art. 1º denomina Refinaria Abreu e Lima a nova refinaria de Petróleo de Pernambuco; o art. 2º

determina a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição destaca a relevante atuação do General José Ignácio Abreu e Lima na libertação das antigas colônias ibéricas, ao lado de Simon Bolívar, e no registro da história do Brasil. Desse modo, de acordo com o autor, o projeto visa a homenagear *um homem cosmopolita que nunca deixou de ser um grande brasileiro e defensor da América do Sul*.

A proposição foi apresentada, na Câmara dos Deputados, no dia 6 de dezembro de 2005. Nos termos do que dispõe o art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o projeto foi submetido, em regime de apreciação conclusiva, às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Aprovado em ambos os colegiados por unanimidade, o projeto foi encaminhado a esta Casa Legislativa, no dia 15 de outubro de 2009, e seguiu para esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que deve se manifestar em caráter terminativo.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

De acordo com o que já foi salientado em pareceres emitidos pelas Comissões que apreciaram a

matéria no âmbito da Câmara dos Deputados, a proposição sob exame tem o propósito de consignar em lei uma realidade já anunciada. A unidade de refino, que se encontra em construção no Porto de Suape, em Pernambuco, já é amplamente conhecida pela denominação Abreu e Lima.

É, de fato, muito oportuna a referência ao ilustre General em um momento em que são envidados esforços para a aproximação com os outros países que compõem a América do Sul. Homenagear Abreu e Lima é, por extensão, lembrar da luta libertária de Simon Bolívar e de sua importância para a construção de nações fortes e independentes em nosso continente.

A adoção da denominação Abreu e Lima para a nova refinaria sediada em Pernambuco configura, também, uma manifestação pela liberdade e pela autonomia dos povos, princípios basilares da nossa formação, e inscritos em nossa Carta Magna.

Nesse sentido, consideramos a proposição meritória e oportuna.

Relatar esta matéria me traz peculiar satisfação, pelo esforço que desenvolvi, quando governava Pernambuco para a implementar o Porto de Suape, a despeito de críticas diversas, e pela ação decorrente do tempo que ocupei a Vice-Presidência da República agindo no sentido de alocar recursos no orçamento da União para manter, ampliar e drenar nosso porto.

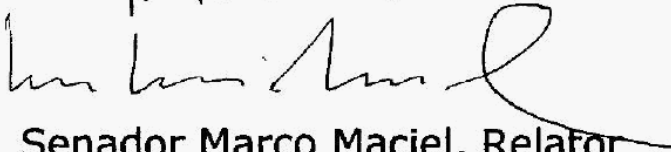
Registre-se, por fim, que a proposição não apresenta óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade. Apresenta-se,

também, redigida conforme a adequada técnica legislativa.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (PL nº 6.327, de 2005, na origem).

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

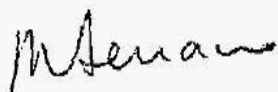
M. Ferraz, ^{vice} Presidente

Senador Marco Maciel, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 16 (dezesesseis) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Marco Maciel.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 213/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mariano - SEN. MARISA SERRANO*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Arval</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLYCY
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inacio</i>	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL <i>Sadi</i>	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY <i>Mauro</i>	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington</i>	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo</i>	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
RELATOR	
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES <i>Herac</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efrain</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>Jose</i>	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS <i>Alvaro</i>	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flavio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO <i>Marisa</i>	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA
------------------------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 213 / 09

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PS, PPS, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PS, PPS, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PALM	X				JOSE NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARCELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES BLOCO DAMINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DAMINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO					PAPALEO PAES	X			
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

M. Serrano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ofício nº 6/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

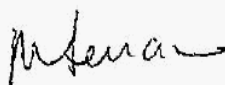
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, que “Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 140, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488/2008, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

A proposição, de autoria do Deputado Alexandre Silveira, visa homenagear o cidadão Sebastião da Cunha e Castro, nascido no distrito de São Sebastião do Herval, posteriormente Município de Ervália, localizado na Zona da Mata mineira.

Conforme a justificação que encaminha o preito, Tatão da Cunha, como era conhecido o homenageado, com sua visão progressista participou ativamente da vida social, econômica e política da região. Seu empenho na construção da estrada entre Herval e Muriaé, para a qual chegou a utilizar recursos próprios, possibilitou o acesso dessas cidades a regiões de fácil comércio e aos portos do Rio de Janeiro e de Vitória.

Além disso, destaca o autor, Tatão da Cunha foi grande incentivador da vida social, esportiva e cultural da cidade em que viveu. Como tal, fundou a banda de música de Herval e organizou o primeiro time de futebol profissional do interior de Minas Gerais, arcando com todas as despesas para o desenvolvimento dessas iniciativas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado e aprovado por unanimidade nas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, onde foi distribuído com exclusividade para esta Comissão, o projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

A competência para legislar sobre trânsito e transporte – matéria do projeto de lei em epígrafe – é privativa da União, a teor do disposto no art. 22, XI, da Constituição Federal, e cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias sujeitas a essa reserva, nos termos do art. 48, também da Carta Magna.

A proposição encontra ainda amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade. Destaque-se, por oportuno, que o trecho em questão é referido tão somente a partir da nomenclatura constante do Plano Nacional de Viação, não tendo recebido qualquer denominação suplementar.

O texto do projeto está redigido consoante as normas da boa técnica legislativa expressas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não tendo sido observada necessidade de reparos.


Nesse sentido, a proposição em exame atende satisfatoriamente aos princípios de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa requeridos.

Finalmente, o projeto é adequado no que tange ao mérito, uma vez que Sebastião da Cunha e Castro, além de dedicar a força de seu trabalho ao desenvolvimento da região, teve participação definitiva na construção da rodovia para a qual se quer atribuir seu nome.

III – VOTO

Pelo exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (Projeto de Lei nº 4.488, de 2008, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 , Vice
Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezesete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Eduardo Azeredo.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 308/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mariano*. SEN. MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
IDEI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo</i>
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio</i>	5- GIM ARGELLO <i>Gim</i>
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL <i>Sadi</i>	7- MARINA SILVA
MAIORIA (PMDB e PP)	
VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY <i>Mauro</i>	2- FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco</i>
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington</i>	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo</i>	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES <i>Heráclito</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>Jose</i>	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS <i>Alvaro</i>	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flavio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
RELATOR	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO <i>Marisa</i>	
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 308 2010

TITULARES=BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVAITI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
FATIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSE NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES=MAIORIA (PMDB e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=MAIORIA (PMDB e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FEGURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMÓN	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES=BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES	X			
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR=PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR=PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

Marisa Serrano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI - trânsito e transporte;

.....
Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Ofício nº 7/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Alexandre Silveira, que “Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 141, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.

RELATOR: Senador JOSÉ NERY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 264, de 2009, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Redenção, *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Pará.

Para tanto, autoriza o Poder Executivo a criar cargos e funções e a dispor sobre a organização, as competências e outras atribuições necessárias à implantação da escola (art. 2º).

De acordo com o art. 3º da proposição, o *campus* destina-se à formação e qualificação de profissionais de nível superior, para atender às necessidades socioeconômicas e de desenvolvimento tecnológico dos Estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins.

Pelo art. 4º, o projeto em apreço estabelece que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o proponente destaca algumas razões que justificam a atenção especial dos governantes para com a educação profissional e tecnológica, entre as quais inclui a importância desse tipo de formação para a inserção de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho, e o impacto que a reserva desses profissionais tem no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Destaca, também, as peculiaridades do Município de Redenção, que, localizado no Sudoeste do Pará, próximo às fronteiras com os Estados do Mato Grosso e Tocantins, apresenta-se como um dos mais dinâmicos e de maior potencial econômico da região.

À proposição, que deve ser analisada em caráter terminativo por esta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e esporte, diretrizes e bases da educação nacional, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, instituições educativas e outros temas correlatos.

Com relação ao mérito, a iniciativa reveste-se de grande importância e oportunidade, tendo em vista não apenas o papel que as instituições de ensino do porte dos Institutos Federais desempenham para o desenvolvimento socioeconômico do País, mas também o cenário delineado para a educação profissional pelo governo brasileiro, estruturado em medidas e metas estabelecidas na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais conhecidos como Institutos Federais.

Permeando esse cenário está a ideia de expansão e de interiorização da educação profissional, mediante a criação dos Institutos Federais em centros urbanos estratégicos, vinculados a diversos *campi*, e especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Dessa forma, a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro chama a atenção do Ministério da Educação para a região Sudoeste do Pará, mais especificamente, para o Município de Redenção, que tanto necessitam do apoio federal para fazer desabrochar todo o seu potencial de crescimento.


Devemos lembrar, contudo, a inexistência de entendimento pacífico no Congresso Nacional a respeito de proposição autorizativa. Não obstante o juízo prevalecente na Câmara dos Deputados de que projetos autorizativos apresentados por deputados ou senadores são inconstitucionais, sendo, por isso, com frequência, arquivados, o Senado Federal os considera legítimos. A base para esse juízo encontra-se no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual uma lei autorizativa tem como *efeito jurídico sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência*.

Sendo assim, e uma vez redigida em boa técnica legislativa, concluímos que a proposição não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a sua tramitação.

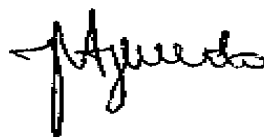
III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.



Vice
, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 15 (quinze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador José Nery.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 264/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mena* - SEN. MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose Nery</i>
INÁCIO ARRUDA	RELATOR
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	5- GIM ARGELLO
SADI CASSOL	6- JOÃO RIBEIRO
	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA
------------------------------------	--------------------

PLS 264 / 09

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY	X			
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY				
INÁCIO ARRUDA	X				GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY	X				FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES					PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS	X				CIGERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

M. Serrano

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

.....

Of. nº 008/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção”.

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

.....

PARECER

Nº 142, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165/2008, na Casa de origem, do Deputado José Otávio Germano), que denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador PEDRO SIMON

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 261, de 2009 (PL nº 3.165, de 2008, na origem), de autoria do Deputado José Otávio Germano, tem o propósito de denominar “Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker” o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parlamentar exemplar, Júlio Redecker teve sua brilhante carreira brutalmente interrompida, no dia 17 de julho de 2007, pelo acidente com o avião que realizava o voo 3054 da TAM, que decolara de Porto Alegre com destino ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e não conseguiu frear durante a aterrissagem. Como bem lembra o autor da proposição, Júlio Redecker morreu trabalhando, pois se dirigia aos Estados Unidos, onde acompanharia o presidente da Câmara dos Deputados em palestra no Parlamento em Washington.

Filho de um taxista e de uma cozinheira, Júlio Redecker nasceu em Taquari, no Rio Grande do Sul, deslocando-se ainda jovem para Porto Alegre, onde, na política estudantil, deu os primeiros passos em sua profícua trajetória de participação política.

Após duas disputas eleitorais – em 1982, para o cargo de prefeito de Taquari, e em 1986, para um mandato de deputado estadual –, nas quais não obteve êxito, a despeito de haver logrado expressiva votação, Júlio Redecker elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1994. No exercício desse primeiro mandato, sua destacada atuação não apenas propiciou sucessivas reeleições, mas tornou-o o quinto candidato mais votado do Estado no pleito de 1998, o segundo em 2002 e o mais votado na eleição de 2006.

Em seu último mandato na Câmara, destacou-se como um dos mais combativos parlamentares nas CPIs do Mensalão e dos Sanguessugas, tendo sido, inclusive, o relator desta última. Tornou-se também líder da Minoria, tendo também integrado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

O autor da iniciativa justifica a homenagem proposta ao pôr em relevo o legado de seriedade e ética deixado por Júlio Redecker.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão terminativa. Não houve oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

A proposição encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre “trânsito e transporte”. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, a atribuição a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes de “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação”, supletivamente às denominações de caráter oficial.

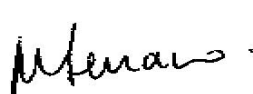
“No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

No mérito, adoto os argumentos do autor e considero justa e merecida a homenagem proposta a Júlio Redecker, parlamentar cujo exemplo honrou o Rio Grande e o Brasil.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 261, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.



Vice-
, Presidente, no exercício da
Presidência



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezesete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Pedro Simon.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 261/09 NA REUNIÃO DE 08/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mendonça - IMARISEN SERRANO*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTEHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Alva</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose Nery</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inacio</i>	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL <i>Sadi</i>	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY <i>Mauro</i>	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington</i>	RELATOR
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	4- NEUTO DE CONTO
(VAGO)	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo</i>	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES <i>Heracito</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>Jose</i>	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS <i>Alvaro</i>	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flavio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO <i>Marisa</i>	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA
------------------------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 261 / 2009

TITULARES BLOCO DA POVOAÇÃO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DA POVOAÇÃO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVAITI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FATIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSE NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO					PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

Marisa

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI - trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

.....
Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 09/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Otávio Germano, que “Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 143, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 (nº 3.687/2004, na origem, do Deputado Roberto Otoni), que “denomina Viaduto Governador Henrique Santillo, o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás”.

RELATOR: Senador MARCONI PERILLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 208, de 2009, de autoria do Deputado Rubens Otoni, objetiva denominar Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no km 432 da rodovia BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Os méritos do homenageado justificam a proposição. Homem público honrado e idealista, Henrique Santillo destacou-se na luta contra a ditadura militar. Médico por formação e compromisso, foi vereador e prefeito na cidade de Anápolis, deputado estadual e senador, governador, secretário de Estado e presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mandatos que exerceu em prol do desenvolvimento das políticas de saúde, da garantia dos direitos sociais e da consolidação da democracia.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 208, de 2009, foi aprovado, sem ressalvas, nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à revisão do Senado no último 14 de outubro, o projeto foi submetido, com exclusividade, à decisão terminativa desta Comissão. Não foram de 1978, que trincaram as expectativas continuístas do regime militar, sagrou-se Senador da República.

Nessa vitoriosa trajetória, foi eleito governador de Goiás em 1986, cargo que exerceu até o ano de 1991. Entre 1993 e 1995, foi ministro da Saúde do presidente Itamar Franco. Ao deixar o cargo, a despeito de encontrar-se em destacada posição política, voltou para Anápolis a fim de trabalhar em prol da população mais carente por meio do exercício da medicina, atitude que demonstra o caráter humilde e solidário de sua personalidade.

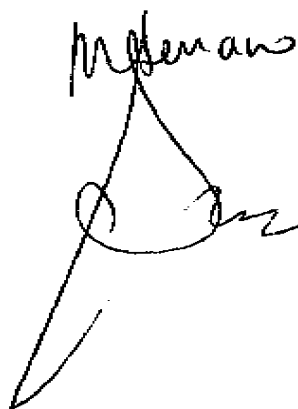
Em 1999, Henrique Santillo concedeu-me a honra de aceitar o convite para integrar meu governo, que se iniciava, ao assumir o comando da Secretaria de Saúde, de onde saiu, no mesmo ano, para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Em 2002, enquanto exercia o mandato de presidente daquela Corte, veio a falecer.


Não há dúvida, portanto, de que o extenso currículo de serviços prestados por Henrique Santillo a Anápolis, ao Estado de Goiás e à nação brasileira justifica a singela e significativa homenagem sobre a qual nos compete deliberar.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do PLC nº 208, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 Vice-
, Presidente, no exercício da
Presidência


 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezesete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Marconi Perillo.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 208/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marisa Serrano* (Marisa Serrano)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose Nery</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inacio Arruda</i>	5- GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY <i>Mauro Fecury</i>	2- FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco Dornelles</i>
GEOVANI BORGES <i>Geovani Borges</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado de Oliveira</i>	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES <i>Heraclyto Fortes</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
JOSÉ AGRIPINO	5- ÉLISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flavio Arns</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	RELATOR
MARISA SERRANO	9- PAPALÉO PAES
	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 201 / 2009

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PP, PR, PSB, PFC, P, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PP, PR, PSB, PFC, P, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOAO PEDRO				
AUGUSTO BÓTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FATIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLYCY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES BLOCO DAMINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DAMINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRUPINO					ELISEU RESENDE				
ADEL MIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CIGERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOAO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

Mariana

SALA DAS REUNIÕES, EM 22/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Ofício nº 10/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rubens Otoni, que “Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 144, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino que altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.

RELATORA: Senadora ROSALBA CIARLINI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, institui, no ensino da arte, a obrigatoriedade de desenvolvimento de conteúdos alusivos à música, às artes plásticas e às artes cênicas, em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica (art. 1º). Para tanto, o projeto modifica o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), mediante inserção de dispositivo específico.

De acordo com o art. 2º do projeto, os sistemas de ensino ficam obrigados a cumprir a inovação no prazo de cinco anos, e, ainda, a tomar todas as providências necessárias à consecução desse fim. Entre tais medidas, o dispositivo menciona expressamente a formação de professores em número suficiente para a tarefa do ensino de artes nos moldes previstos.

Pelo art. 3º, a lei em que o projeto se transformar terá vigência a partir da data de sua publicação.

Para o autor, a iniciativa se presta, precipuamente, a resgatar o valor da arte na formação integral do ser humano. Em adição, os objetivos explícitos de garantir o contato sistemático do alunado com a prática das artes e o apoio de

professores especializados, cuja formação é determinada pela nova lei, criam, indiretamente, a oportunidade de ocupação para profissionais atuantes ou interessados em atuar na área, mas sem respaldo no espaço institucional da escola.

A proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), não recebeu emendas no prazo regimental.

Importa ressaltar, por fim, que a matéria já tramitou em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que deu origem à Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, a que nos reportaremos, oportunamente, no decorrer deste relatório.

II – ANÁLISE

O PLS nº 337, de 2006, envolve matéria de natureza educacional, sujeitando-se, portanto, à apreciação desta Comissão, por força do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

O mérito e a relevância social da proposição já foram exaustivamente afirmados nos debates realizados no Congresso Nacional a respeito do assunto, tanto na perspectiva de inovações curriculares voltadas para a formação integral do aluno, quanto sob a ótica de valorização social dos profissionais com formação na área artística. A corroborar essa assertiva, valemo-nos da recente sanção da mencionada Lei nº 11.769, de 2008, que elevou a música à condição de conteúdo privilegiado do estudo das artes, em ambiente escolar formal.

Portanto, no que respeita a esses aspectos, nada há a obstar a tramitação e a aprovação do projeto. A nosso juízo, caberia tão somente a sua adequação em face das mudanças já carreadas ao texto da LDB por meio da norma acima mencionada.

A propósito, parece-nos adequado harmonizar a proposição com o texto do § 6º, recém introduzido na LDB, segundo o qual *a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º do art. 26 dessa norma*. Essa solução, além de preservar o intento original do PLS nº 337, de 2006, e valorizar a mudança decorrente da Lei 11.769/2008, permite a manutenção do prazo determinado aos sistemas de ensino para o desenvolvimento da temática musical, que foi de três anos.

De resto, nada há a comprometer a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 337, de 2006. Por essas razões, uma vez efetuados os aprimoramentos aventados, cumpre-nos tão somente afirmar a sua pertinência e oportunidade, e, por deve de ofício, reputá-lo digno de aplauso e acolhida desta Casa e do Congresso Nacional.

III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 26.

§ 6º A música, as artes plásticas e as artes cênicas constituem conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º. (NR)”

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, a seguinte redação:

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes da aplicação desta Lei relativamente ao ensino de artes plásticas e artes cênicas, incluída a formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

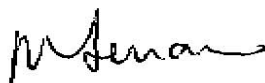
Atenano, Vice
Presidente

Parallely Chiarini, Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 16 (dezesseis) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 337/06 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Melenas* - Sen. **MARISA SERRANO**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY <i>Paulo</i>
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA
MAIORIA (PMDB e PP)	
VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY <i>Mauro</i>	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo</i>	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
RELATOR	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
HERÁCLITO FORTES	5- ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	6- MARIA DO CARMO ALVES
ADELMIR SANTANA	7- CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS <i>Alvaro</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
FLÁVIO ARNS <i>Flávio</i>	9- PAPALÉO PAES
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 337 / 06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELSALVAITI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTEELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
PATIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA	X				ROMERO JUCA				
MAURO PECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
ELAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

Mariano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 337/06 EMENDAS EM GLOBO

TITULARES= BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, P, C, B)	SUPLENTE= BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, P, C, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	JOÃO PEDRO	X							
AUGUSTO BOTELHO	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				X			
FÁTIMA CLEIDE	EDUARDO SUPLICY								
PAULO PALM	JOSÉ NERY					X			
INÁCIO ARRUDA	GIM ARGELLO								
ROBERTO CAVALCANTI	JOÃO RIBEIRO	X							
SADI CASSOL	MARINA SILVA								
TITULARES= MAJORIA (PMDB & PP)	SUPLENTE= MAJORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALTER PEREIRA	ROMERO JUCA	X							
MAURO FECURY	FRANCISCO DORNELLES								
GEOVANI BORGES	PEDRO SIMON	X				X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NEUTO DE CONTO								
GERSON CAMATA	VALDIR RAUPP	X							
(VAGO)	GARIBALDI ALVES FILHO								
(VAGO)	LOBÃO FILHO								
TITULARES= BLOCO DAMINORIA (DEM, PPSDB)	SUPLENTE= BLOCO DAMINORIA (DEM, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO	GILBERTO GOELLNER								
MARCO MACIEL	KÁTIA ABREU	X							
ROSALBA CIARLINI	JAYME CAMPOS								
HERACLITO FORTES	EFRAIM MORAIS					X			
JOSE AGRIPINO	ELISEU RESENDE								
ADELMIR SANTANA	MARIA DO CARMO ALVES								
ALVARO DIAS	CICERO LUCENA								
FLÁVIO ARNS	MARCONI PERILLO	X				X			
EDUARDO AZEREDO	PAPALÉO PAES	X							
MARISA SERRANO	SERGIO GUERRA								
TITULAR= PTB	SUPLENTE= PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO								
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI								
TITULAR= PDT	SUPLENTE= PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	JEFFERSON PRAIA	X							

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

Marisa

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2006

Altera os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a ter a seguinte redação:

Art. 26.

§ 2º O ensino de Artes, compreendendo obrigatoriamente a música, as artes plásticas e as artes cênicas, constitui componente curricular de todas as etapas e modalidades da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

.....
§ 6º A música, as artes plásticas e as artes cênicas constituem conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º. (NR)''

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes da aplicação desta Lei relativamente ao ensino de artes plásticas e artes cênicas, incluída a formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 02/03/2010

Marcelo Vitor
Presidente
Roberto Carlos
Relator
Sen. Roberto Carlos

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

LEI Nº 11.769, DE 18 DE AGOSTO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 011/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino, que “Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 145, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 (nº 1.643/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Melles), que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2009, de autoria do Deputado Carlos Melles, cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo, a ser concedida, anualmente, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, às pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado por ações em prol do agronegócio e dos produtores rurais.

Em sua justificação, o autor argumenta que a criação da comenda tem por objetivo homenagear a figura do engenheiro agrônomo Antônio Ernesto Werna de Salvo, que foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) por dezessete anos, e que sempre trabalhou pelo fortalecimento da agropecuária nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.643, de 2007, foi aprovado, sem emendas, pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), e de Educação e Cultura (CEC). Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a proposição foi aprovada com emenda suprimindo o parágrafo único do art. 1º, por conter vício de

inconstitucionalidade. Nos termos dos arts. 54 e 24, II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário.

No Senado Federal, nos termos do art. 91, § 1º, IV, e do art. 122, II, c, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLC nº 114, de 2009, será apreciado, em sede de decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do RISF, compete à CE opinar sobre o mérito de matérias que versam sobre homenagens cívicas, objeto do projeto de lei em análise.

Sem dúvida, não se pode negar que a agropecuária, que constitui um dos mais importantes setores da economia nacional, merece ser reconhecida e valorizada por meio da homenagem às pessoas que realizam ações em prol do desenvolvimento do setor.

Da mesma forma, é inegável a importância do trabalho que Antônio Ernesto Werna de Salvo realizou em prol do fortalecimento do agronegócio. O Sr. Antônio de Salvo dedicou toda a sua vida ao trabalho de organização e desenvolvimento do setor agropecuário. Com sua atuação desde a fundação do Sindicato Rural de Curvelo, e da fundação da Associação Mineira dos Criadores de Zebu, ele conseguiu unir os diversos setores da agricultura e pecuária do País em torno do objetivo de fortalecer e desenvolver o agronegócio.

Antônio Ernesto Werna de Salvo nasceu em 06/07/1933, em Curvelo - Minas Gerais. Foi engenheiro-agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955, no Rio de Janeiro. Fazendeiro em Curvelo - MG administrou a Fazenda Canoas, onde foi criador reconhecido pela excelência do rebanho da raça Guzerá. Seu conhecimento a respeito do assunto tornou-o membro do Colégio Brasileiro de Juizes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede em Uberaba (MG). Foi vice-presidente e presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil, Membro da diretoria do Conselho Deliberativo da ABCZ, recebeu o Mérito Pecuário, em 1987, oferecido pela entidade.

Foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA por quase duas décadas, além de também ter sido presidente do Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil - Rural Brasil, do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, e da Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores (CIAGA), que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas.

Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos – Fazenda Canoas – Curvelo - MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Falecido em 29 de junho de 2007, Antônio Ernesto Werna de Salvo representou uma das figuras mais representativas na história do setor agropecuário nacional.

Trata-se de uma reconhecida homenagem a quem dedicou sua vida ao agronegócio, e pelo seu exemplo de vida e abnegação, pelo seu compromisso com a vida pública, com honestidade e seriedade.

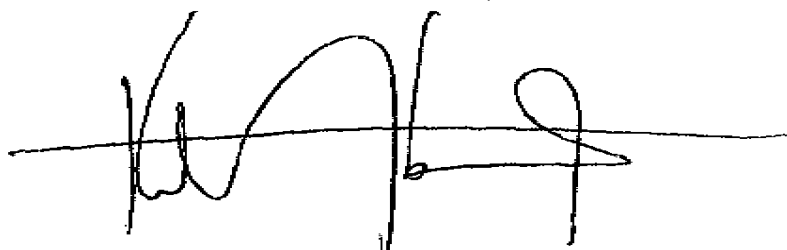
Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de criar uma comenda com o nome de Antônio Ernesto Werna de Salvo para homenagear pessoas que estejam trabalhando em prol da agropecuária em nosso País.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2009.

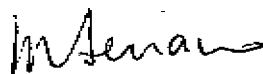
 , Vice
Presidente

 , Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezesete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relatora, a Senadora Kátia Abreu.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 114/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Mariana* (SEN. MARISA SERRANO)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELEI SALVATTI <i>Idel</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo</i>
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>Jose</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio</i>	5- GIM ARGELLO <i>Gim</i>
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO <i>João</i>
SADI CASSOL <i>Sadi</i>	7- MARINA SILVA <i>Marina</i>

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	1- ROMERO JUCÁ <i>Romero</i>
MAURO FECURY <i>Mauro</i>	2- FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco</i>
GEOVANI BORGES <i>Geovani</i>	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington</i>	4- NEUTO DE CONTO <i>Neuto</i>
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	5- VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi</i>
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO <i>Lobão</i>

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo</i>	1- GILBERTO GOELLNER <i>Gilberto</i>
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU <i>Kátia</i>
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	RELATOR
HERÁCLITO FORTES <i>Heráclito</i>	3- JAYME CAMPOS <i>Jayme</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>Jose</i>	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	5- ELISEU RESENDE <i>Eliseu</i>
ALVARO DIAS <i>Alvaro</i>	6- MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria</i>
FLÁVIO ARNS <i>Flavio</i>	7- CÍCERO LUCENA <i>Cícero</i>
EDUARDO AZEREDS <i>Eduardo</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
MARISA SERRANO <i>Marisa</i>	9- PAPALÉO PAES <i>Papaleo</i>
	10- SÉRGIO GUERRA <i>Sergio</i>

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sergio</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>João</i>
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA <i>Jefferson</i>
------------------------------------	-------------------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 114 / 09

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PGOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PGOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINÁ SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMÓN	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPE				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU	X			
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EPRAIM MORAIS	X			
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 19 SIM: 16 NÃO: 3 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01 *Marisa*

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/03/2010
 SENADORA MARISA SERRANO
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 12/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Carlos Melles, que “Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos irão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 5 a 12, de 2010**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, respectivamente, das seguintes matérias, cujos pareceres foram lidos anteriormente:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009;**
- **Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009;**
- **Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006;** e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009.**

Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios recebidos:

Of. nº 5/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Gorete Pereira, que “Denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 6/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matérias

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, que “Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 7/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Alexandre Silveira, que “Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 8/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que “Au-

toriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 9/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Otávio Germano, que “Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente – Senador **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 10/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rubens Otoni, que “Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 011/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino, que “Altera o § 2º o art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

OF. Nº 12/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Carlos Melles, que “Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.”

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para solicitar a V. Exª, nos termos do art. 14, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, eu sou o segundo para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Geovani Borges.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu sou a terceira para uma comunicação inadiável, Senadora Serys.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senadora Fátima Cleide, para uma comunicação...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe para a sua esquerda. Olhe para a sua esquerda. Só está olhando para a direita. Olhe para a esquerda.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança, Senador Mário Couto, o primeiro inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senadora Serys, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Gerson Camata, segundo inscrito pela Liderança do PMDB.

Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Sem revisão da oradora.) – Eu não sei se tem suplente para comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem suplente. Se um dos três não estiver presente quando for chamado, a senhora estando presente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Está certo. Eu queria inclusive, Senadora, dar-lhe uma boa notícia: acabamos de aprovar, na Comissão de Assuntos Sociais, dois projetos de sua autoria, com relação ao trabalho das domésticas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Que boa notícia!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Aprovado por unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Que boa notícia, Sr^a Presidente. Eu a admiro. Inclusive, esses dias já dei um depoimento sobre como a senhora está fazendo a Comissão andar realmente.

Muito obrigada pela notícia.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Hoje nós tivemos 25 projetos analisados, dos quais 19 terminativos. Isso foi realmente um resultado muito bom. E um detalhe para a senhora como participante, que já presidiu a Frente Parlamentar das Mulheres: hoje, na nossa reunião, colocamos em pauta todos os projetos que estavam na Comissão e que tinham alguma relação de trabalho, algum direito para as mulheres.

Então, foi aprovada a licença gestante às estudantes que são estagiárias. Foram aprovados todos os projetos, com exceção de um das trabalhadoras domésticas, porque a Senadora não pode estar presente, que era Lúcia Vânia, mas já ficou pra próxima reunião. E muitos outros projetos que são de uma maneira geral para os trabalhadores, mas a gente não pode esquecer que vão beneficiar a mulher no seu direito a ter o seu trabalho sendo remunerado da mesma forma como o dos homens.

Então, obrigada. Mais uma vez, parabéns, Senadora Serys. Seus projetos da empregada doméstica foram aprovados. Agora, vão para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidenta, pela ordem. Na sua esquerda também. Nós estamos aqui na esquerda.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar também V. Ex^a. O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Parabéns a V. Ex^a. E pergunto qual é a minha colocação na ordem dos inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Papaléo Paes, o primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim, a segunda é a Senadora Marisa Serrano e o terceiro é o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, quero cumprimentar V. Ex^a, que liderou e coordenou a sessão de ontem, em homenagem às mulheres.

Senadora, nesta semana em que o mundo todo homenageia as mulheres, quero, no dia de hoje, também homenageá-las. Quero falar dos filhos dessas mulheres. Quero falar dos nossos filhos. Eu vou falar sobre a nossa juventude.

Sr^a Presidente, nós todos temos pensado muito, trabalhado muito e, por isso, construímos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós todos trabalhamos muito e, por isso, construímos o Estatuto do Idoso. Mas, neste momento, Sr^a Presidente, eu quero falar de uma parcela significativa da nossa população, que são os nossos jovens. Todos nós já fomos jovens e sabemos da ansiedade que é típica dessa idade. As ideias fervilham na mente. Pensar, sentir, agir é tudo uma coisa só. Tudo é muito intenso na nossa juventude.

Mas, Sr^a Presidente, eu completo 60 anos no dia 15 de março. Da minha juventude, eu trago as melhores recordações, desde a tranquilidade até a coragem e a rebeldia, que marcaram as nossas vidas, que fomos os jovens de ontem. Repito: jamais deixarei morrer dentro de mim, mesmo à caminhada lenta dos anos que se aproximam, a coragem e a rebeldia que conduziram nossos passos desde a década de 60 até hoje.

O corpo um dia passa, mas as ideias continuarão fazendo sua caminhada rumo ao infinito.

É exatamente por isso, Senadora Serys, que venho à tribuna defender a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 – a chamada PEC da Juventude –, apresentada na Câmara, à época, pelo Deputado Sandes Júnior (PP-GO), Partido Progressista de Goiás, e demais signatários desta PEC.

A PEC da Juventude veio com o objetivo de dialogar com a sociedade. Vocês jovens que estão neste momento assistindo a TV Senado ou ouvindo essa minha fala sabem que essa PEC é importante para o futuro de todos vocês.

Tenho certeza, Senadora, que essa moçada tem claro o quanto é importante políticas voltadas para o seu tempo. E o tempo do jovem é hoje, o tempo de jovem é agora. A PEC olha para o horizonte de olho no hoje e no amanhã.

A PEC é universal, não importa se o jovem é pobre, da classe média, ou é rico; se é negro, é branco, é índio, é cigano. Não importa, a PEC busca garantir políticas públicas para todos.

A PEC da Juventude, Sr^a Presidente, altera o Capítulo VII do Título VIII da nossa Constituição Federal, fazendo inserir nela referências contundentes de interesse da nossa juventude. Também pretende modificar a redação do art. 227 da Lei Maior, para estender aos jovens a proteção e os direitos consagrados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senador Camata, a Deputada Rita Camata – eu estava lá – foi a grande articuladora, a grande mentora do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como gosto de dizer, e gosto, com satisfação, que sou o autor do Estatuto do Idoso, quando lembro do Estatuto da Criança e do Adolescente – eu estava lá, eu vi –, lembro da sua esposa a Deputada Rita Camata. Meus cumprimentos a ela.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES. Fora do microfone.) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, é preciso que cada vez mais a gente entenda a importância de políticas para a juventude.

Uma das grandes ações inovadoras, trazidas pela Constituição de 1988, foi a proteção constitucional ao adolescente, ao idoso. Essa proteção levou à adoção de diversos diplomas legais, mas ficou uma imensa lacuna na Constituição brasileira naquilo que se refere à proteção da juventude.

Concordo com os argumentos apresentados na proposta – que é de um Deputado Federal do PP cujo nome já citei –, ou seja, a maioria dos jovens ainda não conhece seus direitos e deveres, capacidades, importância e papel social. Sem esse conhecimento, como é que eles podem construir um projeto mais arrojado de vida?

A sociedade é dinâmica, é movida por mecanismos dos quais os jovens muitas vezes estão distantes, e isso pode fazer com que eles se sintam excluídos – a PEC é a inclusão. Desta forma, você, jovem, pode estar-se distanciando da participação política e social. Muitas vezes, deixam de utilizar suas energias na realização de ações que poderiam ser transformadoras pela sua força. É importante que vocês, jovens que estão vivenciando este momento, contribuam para a renovação, por exemplo, de quadros de lideranças, mas, sem essa participação, isso fica difícil. Aí está, com certeza, o futuro do nosso País.

O jovem, Sr. Presidente, e as jovens têm seu próprio modo de ver as coisas, têm seus interesses e ponto de vista, e a PEC da Juventude abre caminho para que se garanta a representação desses pontos de vista na vida social e política do nosso País.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permitame, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou passar, em seguida, a V. Ex^a ao concluir esse primeiro raciocínio.

A juventude tem que ser sujeito da sua própria história, e nós precisamos construir possibilidades para que isso aconteça. Podemos fazer isso ampliando o acesso à educação, à qualificação profissional, à cidadania, aumentando, assim, as oportunidades de

acesso e direito à saúde, ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura, ao bem-estar social.

Acredito muito nessa PEC da Juventude. Por essa razão, gostaria de pedir a todos os meus colegas do Parlamento que votem pela aprovação dessa matéria, porque ela pode mudar o cenário brasileiro.

A PEC está aqui no plenário do Senado. Hoje à tarde, a partir das 16h, calculo que cerca de 200 jovens estarão aqui fazendo o apelo aos Senadores e serão recebidos pelo Presidente da Casa, e nós, com certeza, vamos acompanhá-los.

Quero passar agora para outro projeto, Senador Gerson Camata, que trata do Estatuto da Juventude, do ex-Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB. Mas, antes de passar à discussão desse outro projeto importante de política pública para a juventude, faço questão de receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Primeiro, nobre Senador Paulo Paim, quero dizer que V. Ex^a, com esse vibrante discurso, me convenceu a votar pela PEC da Juventude. Vejo em V. Ex^a, tanto no Estatuto do Idoso, como na luta pelos aposentados, sempre uma atuação humanística, dirigida ao ser humano. Para alguns, a grande riqueza do Brasil são as lavouras, os campos, a agricultura pujante do Brasil; para outros, são as grandes fábricas, as pontes, as minas. Para V. Ex^a, pelo contrário, a grande riqueza do Brasil são os brasileiros que moram no Brasil, e V. Ex^a tem dedicado o seu mandato a eles. Por isso, V. Ex^a merece voltar aqui para que essa luta que V. Ex^a tem travado com tanto carinho, com tanto cuidado, não perca o seu horizonte. Muitos cuidam das ferrovias, das rodovias, dos campos, das fábricas. V. Ex^a não. V. Ex^a cuida dos brasileiros, que são a grande riqueza do Brasil. Parabéns a V. Ex^a!

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Eu também gostaria de dizer que, quando eu era Deputado, ouvia falar do seu trabalho. Mas, aqui no convívio e no dia a dia, pode saber V. Ex^a que fiquei muito feliz com seu aparte. V. Ex^a conseguiu tocar-me no fundo, porque é exatamente assim que vejo o mandato.

Muito obrigado, Senador.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador?

O Sr. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois, não, Senador Cassol.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Quero parabenizar V. Ex^a por mais esse trabalho em defesa dessa PEC da Juventude e dizer que talvez seja hoje o dia mais feliz da minha estada temporária no Senado da República, porque hoje protocolei também uma PEC

que determina que os Estados e Municípios cumpram o piso salarial das categorias. A nossa juventude e os nossos acadêmicos que estão nas universidades não sabem, quando saírem de lá, o que vai acontecer. Por exemplo, no caso de um arquiteto que participa de um concurso público no Município e o Prefeito abre um edital com R\$2 mil o salário, quando o piso da categoria regional é R\$4 mil, nossa PEC prevê que não se possa mais fazer nenhum concurso neste País sem que haja o respeito ao piso salarial da categoria. Então, juntamente com mais essa da juventude e tudo o que V. Ex^a está fazendo em benefício do povo, acredito que cada vez mais vamos acertando e trazendo qualidade de vida e dignidade principalmente aos nossos jovens, que, com um bom trabalho e um bom salário, também não se percam facilmente na prostituição e no tráfico. Os bandidos estão de olho na juventude por ser o lado mais frágil e inseguro, como uma presa fácil. Com certeza, se nós cuidarmos bem do trabalho, do salário, nós evitamos muita coisa de ruim neste País. Parabéns e muito obrigado pela sua defesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Cassol, V. Ex^a apresentou essa PEC, de fato, e eu tive a alegria de ser um dos Senadores que apoiaram a sua iniciativa. A sua PEC visa a garantir que se respeite o piso. Por exemplo, fala-se tanto em defesa da mulher, e eu, ontem, protestei, e protesto de novo, porque cinco Governadores entraram com ação no Supremo contra o piso – vergonhoso eu diria – de R\$950,00, dos professores.

Por isso, a sua PEC vem nesse sentido. Meus cumprimentos.

Sr^a Senadora, o Estatuto da Juventude, repito, do ex-Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB, que está ainda na Câmara dos Deputados, é um outro instrumento importantíssimo. Ele é resultado de um intenso trabalho desenvolvido por parlamentares que atuam nas questões da juventude, a começar pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, que fez gestões visando à criação inclusive de uma comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

Essa comissão foi instalada ainda em 7 de maio de 2003. Após a instalação, a comissão iniciou várias atividades no sentido de apurar as questões, os problemas e os anseios dos jovens brasileiros. Para isso, foram realizadas audiências públicas temáticas, bem como criados grupos de estudo sobre os seguintes temas: educação, cultura, trabalho, saúde, sexualidade, desporto, lazer, família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social, violência, minorias, deficientes, afrodescendente, mulher, índio, orientação sexual, jovem do semiárido e rural.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, gostaria de um breve aparte de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou só concluir o raciocínio e faço questão de ter o aparte de V. Ex^a que está aqui à minha esquerda.

Quero dizer ainda que foram realizados muitos eventos. Lembro-me aqui da Semana do Jovem, tendo como ponto alto o Seminário Nacional da Juventude, em Brasília, que reuniu 700 jovens de todo o Brasil, além de especialistas na questão juvenil e gestores públicos.

Essa comissão ainda foi à França, à Espanha, a Portugal, a fim de verificar as experiências positivas desses países na implantação e execução de políticas públicas para a juventude.

Nos dias 16 e 18 de julho de 2004, foi realizado, no Minas Brasília Tênis Clube, em Brasília, a Conferência Nacional da Juventude, que contou com a participação de dois mil jovens de todo o País, representando diversas organizações culturais, estudantis e partidárias.

Entre os assuntos debatidos estavam meio ambiente, geração de emprego e renda, educação. Ao final do evento, foi elaborado um documento com proposta dos jovens sobre políticas públicas, que também serviram de subsídio na elaboração da proposição chamada PEC da Juventude e no Estatuto da Juventude.

Sr^a Presidente, o Estatuto da Juventude é um documento que abarca todas essas demandas apresentadas pelos jovens brasileiros. Foram eles que construíram a PEC e o Estatuto. Eles foram ouvidos e suas reais necessidades colocadas no papel.

A justificativa do projeto esclarece ainda que um dos pontos mais controversos, por exemplo, foi a conceituação do termo juventude. Porém, não foi encontrado outro caminho que não fosse o aspecto cronológico para que ficasse bem claro o que foi feito por meio da fixação de uma faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos.

Essa escolha, todavia, não conflitará com aquilo que eu destacava antes, a história bonita do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção do adolescente definido como pessoas de 12 a 18 anos de idade, na medida em que não estabelece um mesmo tratamento dado nesse diploma.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse projeto será aprovado na Câmara e, tenho certeza, será aprovado também aqui no Senado. Todos sabem que tenho muita alegria de ter sido o autor do Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Projeto Cantando as Diferenças, da política de valorização do mínimo, como também dos aposentados.

São projetos que têm o viés social, mas projetos que tratam da nossa juventude, como essa PEC e o Estatuto, devem ter o apoio de toda a sociedade e do Congresso Nacional.

Sr^a Presidente, quero concluir dizendo que foi com muito orgulho que nesse viés apresentei o projeto do Fundep, que vai gerar R\$9 bilhões para investimento no ensino técnico, para viabilizar um futuro promissor para a nossa juventude.

Essas propostas, Sr^a Presidente, voltam seu olhar para as pessoas que podem estar aí completamente sem rumo na expectativa de uma oportunidade, e nós podemos ajudá-las, temos instrumentos para isso e, com certeza, vamos fazer isso acontecer.

Sou daqueles que diz: pobre daquele país que não se preocupa com os idosos, com as crianças e também com seus jovens.

Sr^a Presidente, quero destacar que, amanhã, dia 11, haverá na Comissão de Direitos Humanos, por nossa iniciativa, um debate sobre políticas públicas para a juventude. Foram convidados, para tanto, o Deputado Sandes Júnior; o Deputado Reginaldo Lopes; o Deputado Lobbe Neto; a Deputada Manuela D'Ávila; Maurício Piccin, Secretário da Juventude; Augusto Chagas, Presidente da UNE; Davi Barros, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; Beto Cury, Secretário Nacional da Juventude, e outros que a comissão também indicou.

Quero destacar, ainda, que a nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude toma posse neste momento, às 14h30. Seu novo presidente será Danilo Moreira da Silva. Desejo ao Danilo e a toda a diretoria que ora assume, que vai coordenar o Conselho Nacional da Juventude, um sucesso absoluto nessa nova empreitada.

Quero também destacar, Sr^a Presidente, e concluo...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – ...que, no dia 5 de abril, teremos aqui neste plenário, por iniciativa minha e de outros Senadores, uma sessão de homenagem à juventude.

Teremos aqui representantes nacionais dos jovens, da CNBB, dos evangélicos, do movimento negro, do movimento sindical, da Cobap, da UNE e outros segmentos. No dia 28 de maio, haverá esse mesmo debate público, lá em porto Alegre, no auditório Dante Barone.

E por fim, Sr^a Presidente, quero aqui mais uma vez insistir da importância de esta Casa aprovar a PEC da Juventude.

Sr^a Presidente, nós todos estamos vivendo esta fase muito especial da vida, em que gerações estão a caminhar juntas, a juventude e os idosos. Eu quero aqui – não vou ler, só citarei o nome, registrado nos Anais da Casa uma canção que mexeu muito comigo na década de 1980. Uma canção de Milton Nascimento, que se chama “Coração de Estudante”.

Senador José Nery, se V. Ex^a neste um minuto puder...

Não vai permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é questão de não permitir. É que o senhor fala há 20 minutos, e eram dez. Os Senadores estão aflitos, e outros que estão inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como disse, não vou ler, mas gostaria de ler a letra da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento. Todos conhecem essa belíssima letra que marcou época entre nós. Essa música, tenho certeza, que é conhecida por todos, vai ajudar que aproveamos aqui o Estatuto da Juventude e a PEC da Juventude.

Meu abraço a todos, jovens, moços e moças, que têm uma vida pela frente. Se Deus quiser, vão alcançar seus ideais e vão transformar tudo aquilo que sonharam em realidade.

Senadora, muito obrigado. Fiz um apelo a V. Ex^a e fui atendido.

Peço a V. Ex^a que meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana em que o Congresso Nacional e a sociedade no mundo fazem homenagens às mulheres, quero falar dos filhos e filhas dessas mulheres, dos nossos filhos.

Vou falar sobre a juventude. Falar sobre os nossos jovens é falar sobre as mulheres.

Nós temos pensado muito nas crianças, nos adolescentes e nos idosos e isso é muito importante, mas não podemos esquecer uma parcela significativa da nossa população, que também exige cuidados e atenção.

Todos nós já fomos jovens e sabemos da ansiedade que é típica dessa idade. As idéias fervilham na mente. Pensar, sentir, agir é tudo uma coisa só. Tudo é muito intenso.

Este mês completo 60 anos. Da minha juventude trago a tranquilidade, a coragem e a rebeldia dos melhores anos de nossas vidas.

Repito, jamais deixarei morrer dentro de mim, mesmo com a caminhada lenta dos anos que se aproximam, a coragem e rebeldia que conduziram meus passos desde a década de 60 até os dias de hoje.

O corpo um dia passa, mas as idéias continuarão fazendo sua caminhada rumo ao infinito.

É exatamente isso que a Proposta de Emenda a Constituição de nº 42/2008, apresentada pelo Deputado Sandes Junior (PP-GO), do Partido Progressista de Goiás, e demais signatários, quer garantir.

A PEC da Juventude veio com o objetivo de dialogar com vocês, jovens que estão me ouvindo ou assistindo e que vão dirigir nossas vidas no futuro.

Vocês, nossa moçada de hoje, precisam de políticas voltadas para o seu tempo. Esse tempo é hoje, é agora.

A PEC olha para o horizonte de olho no hoje e no amanhã.

Ela é universal. Não importa se o jovem é pobre, da classe média ou rico. Se é negro, branco, índio, cigano.

Ela busca garantir políticas públicas para todos.

Sr. Presidente, a PEC pretende alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição fazendo inserir nela, referência ao jovem. Também pretende modificar a redação do art. 227 da Lei Maior para estender aos jovens a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes, além de prescrever a elaboração do estatuto e do plano nacional da juventude.

Uma das grandes ações inovadoras trazidas com a Constituição de 80 foi a proteção constitucional ao adolescente e ao idoso. Essa proteção levou à adoção de diversos diplomas legais, mas ficou uma imensa lacuna na Constituição brasileira, aquela que asseguraria proteção à juventude.

Concordo com os argumentos apresentados na proposta, ou seja, a maioria dos jovens não conhece seus direitos, deveres, capacidades, importância e papel social. Sem esse conhecimento, como é que eles podem construir um projeto de vida?

A sociedade é dinâmica, ela é movida por mecanismos dos quais vocês, jovens, muitas vezes estão distantes e isso pode fazer com que se sintam excluídos. Desta forma, vocês se distanciam da participação política e social e deixam de utilizar suas energias na realização de ações transformadoras.

É importante que vocês, que estão vivenciando a juventude, contribuam para a renovação de quadros e lideranças, mas sem essa participação isso fica bastante difícil e aí está em jogo o futuro do País.

Os jovens, Sr. Presidente, têm seu próprio modo de ver as coisas, tem seus interesses e pontos de vis-

ta e a “PEC da Juventude” abre caminho para que se garanta a representação desses pontos de vista nas instituições sociais e políticas.

A juventude tem que ser protagonista da sua própria história e nós precisamos construir possibilidades para que isso aconteça. Podemos fazer isso ampliando o acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania, aumentando assim as oportunidades de acesso à saúde, ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e ao bem-estar social.

Acredito muito nos benefícios que a PEC da Juventude pode trazer. Por esta razão gostaria de pedir a todos os meus colegas de Parlamento que votem pela aprovação dessa matéria, porque ela pode mudar o cenário brasileiro.

Nós temos nas mãos a oportunidade de fazer algo concreto e positivo pelos nossos jovens, pelo bem deles e pelo bem do Brasil.

Outro projeto muito importante para vocês, jovens que estão me escutando ou me vendo pela televisão, está na Câmara e foi apresentado pelo Ex-Deputado Benjamin Maranhão (PMDB – PB), é o Estatuto da Juventude.

O Projeto de Lei 4529 de 2009 é, na verdade, o resultado de um intenso trabalho desenvolvido pelos parlamentares que atuam nas questões juvenis, a começar pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que fez gestões visando à criação da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude, instalada em 7 de maio de 2003.

Após sua instalação, a Comissão iniciou várias atividades no sentido de apurar os problemas e os anseios dos jovens brasileiros. Para isso, foram realizadas inicialmente audiências públicas temáticas, bem como criados grupos de estudos sobre os temas: educação e cultura; trabalho; saúde e sexualidade; desporto e lazer; família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência; minorias: deficiente, afrodescendente, mulher, índio, homossexual, jovem do semi-árido e rural.

Em seguida, realizou-se a Semana do Jovem, tendo como ponto alto, o Seminário Nacional de Juventude, em Brasília, que reuniu mais de 700 jovens de todo o Brasil, além de especialistas na questão juvenil e gestores públicos.

Essa Comissão ainda realizou viagens de estudo ao exterior, precisamente na França, na Espanha e em Portugal, a fim de verificar *in loco* as experiências desses países na implantação e na execução de políticas públicas para a juventude.

Em seguida, nos dias 16 a 18 de junho de 2004, foi realizada, no Minas Brasília Tênis Clube, em Brasília, a Conferência Nacional de Juventude, que contou com a participação de cerca de 2.000 jovens de todo o País, representando diversas organizações culturais, estudantis e partidárias.

Entre os assuntos debatidos estavam o meio ambiente, geração de emprego e renda, e educação. Ao final do evento, foi elaborado um documento reivindicatório com propostas dos jovens sobre políticas públicas, específicas e de qualidade, que, também, serviram de subsídio à elaboração dessa proposição.

Sr. Presidente, o Estatuto da Juventude é um documento que abarca todas essas demandas apresentadas pelos jovens. Eles foram ouvidos e suas reais necessidades colocadas no papel.

A justificativa do projeto esclarece ainda que, um dos pontos controvertidos, por exemplo, foi a conceituação do termo juventude. Porém não foi encontrado outro caminho que não fosse o aspecto cronológico para caracterizá-la, o que foi feito por meio da fixação de uma faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. Essa escolha, todavia, não conflitará com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção de adolescente, definida como pessoa entre 12 e 18 anos de idade, na medida em que não estabelece o mesmo tratamento dado nesse diploma para a faixa etária contemplada no ECA, o Estatuto da Juventude disporá sobre direitos suplementares ainda não assegurados aos jovens entre 15 e 18 anos.

Espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse projeto seja aprovado na Câmara e venha para esta Casa a fim de ser aprovado também, que é o que eu acredito que irá acontecer.

Vocês, jovens, vocês sabem que eu sou autor do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do projeto Cantando as Diferenças, da política de valorização do salário mínimo estendida aos aposentados, e de outras propostas que envolvem causas sociais pelas quais tenho lutado muito, mas sempre tive preocupação com o rumo que a vida de vocês pode tomar. Já falei sobre isso diversas vezes nesta Tribuna. Tenho filhos jovens e quero o melhor para eles, como acredito que todos os pais querem.

Deixar os filhos à deriva não é intenção de nenhum pai. Sei que a população também espera que nós pensemos propostas que possam auxiliar nossos jovens a não serem caminhantes errantes por esse mundo.

Tenho frisado sempre que apresentei o FUNDEP justamente para abrir perspectivas para eles. As es-

colas técnicas podem viabilizar um futuro promissor para os jovens.

O Governo Lula criou um grande número de escolas técnicas e o FUNDEP poderá ajudar a criar muitas mais.

Essas propostas, Sr. Presidente, voltam seu olhar para pessoas que podem estar por aí completamente sem rumo. E nós podemos ajudá-las. Nós temos instrumentos para isso, então: vamos fazer isso!

Eu sou daqueles que diz; “pobre daquele país que não se preocupa com seus idosos e com seus jovens”.

Como autor do Estatuto do Idoso, estou cada vez mais ouvindo e vendo a capacidade dos nossos jovens de elaborar propostas para nossa gente, nosso País.

Por isso reafirmo que nesse dia 11 agora, teremos na Comissão de Direitos Humanos, debate sobre políticas públicas para a juventude. Devendo ser convidados para tanto o Deputado Sandes Junior, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Lobbe Neto, Deputada Manuela D’ávila, Maurício Piccin – Secretário da Juventude PT/RS, Augusto Chagas – Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes, Davi Barros – Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Beto Cure – Secretário Nacional da Juventude e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Vale salientar que a nova Diretoria do Conselho Nacional da Juventude toma posse hoje às 14 horas. Seu novo Presidente será Benilo Moreira da Silva. Desejo sucesso à nova Diretoria.

No dia 5 de abril teremos uma sessão especial no Senado para homenagear a juventude. Teremos aqui representantes nacionais dos jovens, da CNBB, dos evangélicos, do movimento negro, do movimento sindical, da Cobap e da UNE.

E, no dia 28 de maio teremos uma audiência pública também para debater políticas públicas voltadas para os jovens, a ser realizada no Auditório Dante Barone em Porto Alegre, com a nossa participação.

E é por tudo isso que tenho certeza que a PEC da Juventude, sobre a qual discorri nesse pronunciamento, será aprovada.

Para vocês, que estão vivendo essa fase muito especial da vida, a juventude, eu deixo uma música para finalizar. Ela é da década de 80 e é de Milton Nascimento, chama-se “Coração de Estudante”.

“Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude

É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto
Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, plantas, sentimento
Folha, coração, juventude e fé.”

Essa música tenho certeza de que é conhecida por todos vocês e deve ter um lugar especial em seus corações.

Meu abraço a todos vocês, jovens moços e moças que tem uma vida pela frente e que, se Deus quiser vão alcançar seus ideais e transformar em vida os seus sonhos mais acalentados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido. Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, com a palavra o Senador Tião Viana.

Pela ordem, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, na impossibilidade de apartear o nobre Senador Paulo Paim, já pedindo desculpas ao Senador Tião Viana que se dirige à tribuna, na verdade, gostaria de fazer um rápido convite a V. Ex^a e ao Plenário, no sentido do comparecimento agora, às 15 horas, na sala 19 da Ala das Comissões, onde será instalada a Frente Parlamentar Mista de Deputados e Senadores pela Erradicação do Trabalho Escravo. Neste momento, dirijo o convite a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas do Congresso Nacional de modo que possamos fortalecer essa Frente Parlamentar, que será instalada hoje, daqui a pouco, às 15 horas, em prol da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Agradeço a V. Ex^a e a todos e a todas que comparecerem a essa importante reunião.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador José Nery.

A instalação dessa Frente mista para combate ao trabalho escravo é da maior relevância. Não tenho dúvida disso.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Shhessarenko, Sr^s e Srs. Senadores, trago os cumprimentos à Comissão de Constituição e Justiça, que, no dia de hoje, tomou uma decisão da maior importância porque diz respeito às responsabilidades com o processo legislativo e com a saúde pública brasileira e a saúde pública global.

Hoje, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça um projeto de lei de minha autoria que altera a Lei nº 9.294/96, que diz, entre outras coisas, o seguinte. no seu art. 2º: “É proibido o uso de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero derivado ou não de tabaco, em ambiente fechado público ou privado”.

Esta matéria teve um ajuste legislativo por parte da ilustre Senadora Marina Silva em relação ao que a Lei se refere como ambiente privado. Então, em nada fere o mérito e a dimensão do projeto.

É uma matéria que tem todo o apoio da sociedade militante na saúde pública brasileira, de todas as organizações não governamentais que atuam preocupadas com a saúde pública brasileira e têm como pauta de prioridade da agenda da Organização Mundial de Saúde o avanço legislativo em todos os países em relação ao tema. Dr^a Margaret Chan tem trabalhado muito com isso; como também o Dr. Diego Victoria, representante da Organização Panamericana de Saúde. Aqui no Brasil também se tem tido grande preocupação com isso. O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, tem militado nessa área e é aliado, até por ser de origem funcional do Instituto Nacional do Câncer.

O Instituto Nacional do Câncer, o Instituto A. C. Camargo, a Sociedade Brasileira de Pneumologia, a Associação Médica Brasileira, todas as entidades de saúde que têm preocupação com a saúde coletiva apresentaram forte pressão para esta matéria legislativa de minha autoria ser apresentada no dia de hoje. E não é por menos, Sr^a Presidente; nós estamos falando da primeira causa de morte neste Planeta. É uma doença que mata mais que a Aids, a malária e a tuberculose juntas. As doenças decorrentes do cigarro matam 5,4 milhões de pessoas, todos os anos, em nosso Planeta; 100 mil crianças e pré-adolescentes passam a se tornar envolvidas com o ato de fumar, todos os dias, neste Planeta, sobretudo nos Países asiáticos como Índia e

China que são, hoje em dia, as grandes vítimas dessa situação. Uma situação que envolve, como dependentes, 1,3 bilhão de pessoas no mundo que passam a ter dependência com relação à nicotina. Então, vejam os dados para que se justifique a decisão tomada hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

O fumo é uma das principais causas de morte. Mata entre 1/3 a 50% dos usuários, em média de 15 anos, prematuramente. Mata mais do que a Aids, a tuberculose e a malária juntas. Cerca de 5,4 milhões de pessoas morrem todos os anos, o que corresponde a quase 15 mil mortes ao dia.

Se medidas urgentes não forem adotadas, a previsão é de que esse número aumentará para 8 milhões de mortes anuais num futuro não distante.

No mundo, temos 1,3 bilhão de pessoas que fumam, 1/3 da população mundial adulta, e a cada dia, como eu disse, 100 mil crianças tornam-se fumantes em todo o Planeta. Quarenta e sete da população masculina e doze por cento da população feminina fazem uso de produtos derivados de tabaco.

Países em desenvolvimento têm fumantes que somam 48% dos homens e 7% das mulheres, enquanto, nos Países desenvolvidos, a participação do sexo feminino é mais que o triplo.

No Brasil, 18,8% da população brasileira, 22,7% dos homens e 16% das mulheres, são envolvidos com o hábito do tabagismo, segundo o Ministério da Saúde.

Enquanto os fumantes enfrentam proibições no mundo desenvolvido, o consumo do setor de tabaco está se reorganizando, a fim de se concentrar em Países pobres e escapar de possíveis processos em Países ricos e mais favoráveis a litígios.

O relatório da Organização Mundial de Saúde revela que a China e a Índia figuram entre os Países mais afetados por esse aumento de consumo. Os mais pobres serão as vítimas mais numerosas, afirma o Dr. Douglas Bettcher, Diretor de Iniciativa para um Mundo sem Tabaco, da Organização Mundial de Saúde.

As somas gastas por certos agregados familiares na compra do tabaco podem representar em torno de 10% das despesas familiares. Certas famílias de Bangladesh mesmo gastam dez vezes mais com tabaco do que com a educação. O cigarro, junto com o álcool, é uma das drogas mais conhecidas e populares em todo o mundo, talvez por ser lícita, e muitas vezes não ser reconhecida como droga.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, vinculado ao Ministério da Saúde, o resultado de pesquisa realizada com base nos atendimentos dos quatro primeiros meses de 2009 mostram o seguinte: a maior busca por atendimento vem de pessoas entre 18 e 24 anos; é alto o número de fumantes entre 12 e

17 anos; a faixa etária entre 30 e 39 anos representa 15% dos atendimentos; e aí vai.

E hoje, Sr^a Presidente, nos principais jornais, temos uma divulgação que corresponde a dados da Universidade de Waterloo, que, entre outras coisas, diz que 91% dos fumantes estão preocupados com a saúde; 82% dizem ter tido problemas de saúde relacionados ao cigarro; para largar o vício, 51% planejam deixar o cigarro nos próximos seis meses; 82% acham que o Governo deveria ser mais parceiro no envolvimento na luta contra o tabagismo.

O Governo sai de um universo de 600 Municípios envolvidos com políticas diretas de freio e combate à dependência em relação ao cigarro e alcançará, nos próximos meses, mais de 1,2 mil Municípios com políticas específicas. Ele está fazendo a sua parte e agora tem a oportunidade de ver o Congresso Nacional tomando uma medida legislativa do porte dessa medida que nós estamos votando.

V. Ex^a teve a sensibilidade que teve na Comissão de Constituição e Justiça; todos os Senadores daquela Comissão concordando, ou não, apresentaram muito respeito ao mérito da matéria e agora ela está se dirigindo à Comissão de Assuntos Sociais, onde a Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, médica, já assumiu o compromisso de levar, em regime de urgência, para votação um assunto de tal relevância, que é terminativo naquela Comissão.

Então, estou muito feliz pela conquista, pela maturidade política e de saúde pública que teve o Senado brasileiro nesta matéria. Espero que a Câmara dos Deputados possa dar a resposta necessária para a votação, em definitivo, dessa lei.

A aliança para o combate ao tabagismo também foi muito importante nesse processo, com todas as organizações não governamentais.

Era o que eu tinha a dizer.

Meus cumprimentos, mais uma vez, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Tião Viana.

Eu, como membro titular dessa Comissão, a primeira a votar em caráter terminativo, voto nominal, votei a favor do seu projeto de lei. Eu diria que hoje o Brasil viu essa votação na CCJ como um grande salto para contribuir, realmente, com a saúde de homens e mulheres do nosso País.

Com a palavra, pela inscrição, a Senadora Marisa Serrano e, logo após, pela Liderança, o Senador Mário Couto.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sr^a Presidente. É bom a gente estar aqui

hoje discutindo questões importantes para a sociedade brasileira. Eu vim falar hoje sobre uma dessas questões, talvez a maior delas: a educação.

O Pnud, órgão das Nações Unidas, acaba de lançar o resultado de uma pesquisa interessantíssima. Nessa pesquisa, foi feita uma pergunta diferente à sociedade brasileira. Era: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” Então, o que precisamos mudar no Brasil para melhorar a vida da população. Por incrível que pareça, a população respondeu que o primeiro item para mudar a vida dela seria o Brasil trabalhar melhor a educação; 21% colocaram a educação como o fator que poderia mudar a sua vida. A questão, portanto, não é perguntar se está bom ou se está ruim. É o que pode mudar a vida de uma pessoa. E a população brasileira acredita que é a educação. O segundo item, políticas públicas; o terceiro, a violência; e o quarto item, valores. E é interessante que o Pnud está fazendo novas pesquisas sobre essa questão dos valores para discutir que tipo de valores a sociedade brasileira acredita que é necessário que se trabalhe mais. O que é necessário resgatar na sociedade brasileira para fazer com que as pessoas possam viver melhor?

A mesma pesquisa foi feita em todos os Estados do país, os 27 Estados, e, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, não foi diferente. O primeiro item, a educação, com 19%; depois, políticas públicas, com 12%; violência, com 13%; e valores, com 6%. Então, a sequência da pesquisa nacional foi a mesma sequência para o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu vim falar aqui da educação. Vim falar da educação também porque o nosso Ministro da Educação, Fernando Haddad, fez um levantamento, um balanço, apresentando relatório do Governo Federal sobre o desempenho da educação brasileira na última década. Isso porque, em 2001, nós votamos aqui no Congresso Nacional – eu era Deputada federal na época – o primeiro Plano Nacional de Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso. Após votarmos esse primeiro Plano, em que muita gente não acreditava, que não quiseram participar, que boicotaram, a partir daí nós tivemos, pelo menos, um planejamento daquilo em que o País poderia avançar, isto é, metas para serem cumpridas.

Em 2001, o Relator foi o então saudoso Deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul. E votamos o Plano Nacional de Educação. O primeiro. Bom, aí nós temos metas. Bom saber o que é que nós precisamos fazer neste País para melhorar a educação nos próximos dez anos.

Estamos chegando ao fim desses dez anos do primeiro Plano Nacional de Educação. E, com a pro-

posta do Ministério da Educação de fazer esse relatório do que mudou, do que melhorou, que metas foram alcançadas e quais metas não foram alcançadas, nós chegamos à conclusão de que só 33% das metas foram alcançadas. É um número muito baixo para quem sonhou com uma educação de melhor qualidade, uma educação mais inclusiva, uma educação que desse ao povo brasileiro condições de realmente ter as oportunidades a que tem direito e que merece.

E aí chegamos à seguinte conclusão: se nós não cumprimos aquilo que o Plano Nacional de Educação tinha estabelecido por dez anos, temos de analisar se as metas foram colocadas muito acima daquilo que era possível executar ou se o País não teve capacidade e condições de executar as metas propostas pela sociedade naquela época.

Eu queria discutir alguns dos itens que nós não cumprimos nesses dez anos. Um deles foi a matrícula de crianças de até três anos. Não cumprimos isso. Mas houve um aumento significativo. Nós tínhamos 9% há dez anos; hoje, temos 18%. Dobramos. Mas ainda está muito aquém, porque nós colocamos na Constituição brasileira – os Parlamentares que estavam nestas Casas, tanto aqui quanto na Câmara –, em 1988, que era obrigação do Poder Público oferecer a creche e a pré-escola às famílias que quisessem.

Não é obrigatório a mãe, o pai, a família de uma criança de um ano de idade colocar o filho na escola. Mas o Poder Público tem a obrigação de oferecer um lugar se ela precisar. Sou uma pessoa que precisa trabalhar fora, meu marido também trabalha, não tenho com quem deixar minhas crianças, não tenho com quem deixar meu bebê de um ano, de dois anos; onde vou deixar para poder trabalhar? Eu tenho que deixar numa creche. Então, o Poder Público tem obrigação de oferecer e a família de escolher se coloca ou não a criança pequena nas creches e pré-escolas. Mesmo assim, não dobramos, como previa o Plano Nacional de Educação de 2001, mas melhoramos bem o índice.

A meta, em 2001, também era diminuir em 5% ao ano a evasão no Ensino Médio, e isso não foi cumprido. Não conseguimos estancar a evasão do Ensino Médio. Hoje de manhã, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tivemos uma audiência pública para discutir o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), com a presença do Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), para discutirmos a questão do Ensino Médio.

O Ensino Médio é um gargalo que temos na educação brasileira. Ele não é nem profissionalizante, pois não ajuda as pessoas a escolherem um mercado de trabalho e a terem competência para entrar nesse mer-

cado de trabalho, nem as prepara significativamente para o Ensino Superior.

O Senador Cristovam Buarque hoje estava comentando que, na UnB, os professores e alunos da área tecnológica – se não me engano, Engenharia – disseram que os alunos tinham que aprender novamente Matemática. Nem de Matemática os alunos que fazem Engenharia têm conhecimento suficiente.

Então, estamos no Ensino Médio sem orientar direito os adolescentes para o conhecimento que eles têm obrigação de ter. E também continuamos com uma enorme evasão no Ensino Médio. Os alunos saem do Ensino Fundamental, entram no Ensino Médio e se evadem. Não vêm a escola como atrativa. Não interessa a eles ficar em uma escola que não lhes dá o que querem. A escola não atrai os alunos. A escola não faz com que os alunos permaneçam lá.

Ou seja, essa é uma questão que tem que ser discutida no próximo Plano Nacional de Educação, para debatermos como melhorar esse problema.

Outro item não cumprido no Plano Nacional de Educação nesses últimos dez anos: erradicação do analfabetismo. Já ouvimos falar que iríamos erradicar o analfabetismo do País, que ficaríamos sem analfabetos no Brasil, enfim, são coisas que ouvimos a vida inteira. Sou professora e há 40 anos falo de educação, mas mesmo assim esse é um calo que temos e que não estamos conseguindo superar. Ainda temos hoje, no Brasil, 10% de analfabetos. Essa é a pesquisa efetuada no País. São 19 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, analfabetos. Não são analfabetos funcionais, pois os analfabetos funcionais são aqueles que mal sabem escrever o nome e fazer um bilhete mínimo. Os analfabetos funcionais são 21 milhões. Assim, somados os 21 milhões de analfabetos funcionais mais os 10 milhões de analfabetos totais, temos aí 30 milhões de brasileiros que não são incluídos, que não conseguem atender os requisitos de um mundo moderno, que não estão aparelhados para enfrentar este mundo, que não têm como buscar novas oportunidades, porque a educação não lhes deu condições de abrir espaço no mercado de trabalho. Então, nós podemos dizer: não conseguimos erradicar o analfabetismo, continuamos aqui com 10% de analfabetos no País.

O que mais não conseguimos fazer nesses dez anos? Muitas coisas não conseguimos fazer. Por exemplo, hoje temos 14% dos jovens no Ensino Superior, nas universidades. São 26 milhões de jovens no Ensino Superior. Só que, há dez anos, quando organizamos e aprovamos o Plano Nacional de Educação, a nossa meta era chegar, Senador Marco Maciel, com 30% dos jovens no Ensino Superior. Estamos chegando com 14%. Menos da metade daquilo que prevíamos

há dez anos. Quer dizer que não abrimos universidades suficientes para os nossos jovens.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do apartante.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, quero, inicialmente, cumprimentá-la por ferir aqui a questão da educação e, sobretudo, no enfoque à educação em nosso País. Devo mencionar que certa feita Francis Bacon disse que *saber é poder*. Se desejamos realmente ser o país que estamos fadado a sê-lo, desenvolvido, culto, com menos injustiças sociais e assimetrias econômicas, certamente precisamos investir mais em educação. Não há outra saída.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Ainda recentemente, numa entrevista do economista José Márcio Camargo, ao jornal *O Globo*, há três dias, dizia que, no Brasil, se fala muito num Estado forte. O que precisamos não é de um Estado forte, mas eficiente, que assegure ao cidadão as conquistas básicas, elementares, para que possa se realizar na sociedade em que vive. E, aí, mais uma vez, num mundo que se globaliza, que vive neste terceiro milênio da Era Cristã, num grande momento de transformações tecnológicas, com acesso a tecnologias virtuais, temos de ter presente sempre a necessidade de investir em educação. Se não o fizermos, vamos continuar distantes do chamado Primeiro Mundo. Norberto Bobbio afirmou que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem, e sentimos isso claramente. Ele sempre lembrava: há países ricos e pobres, fortes e fracos, mas o mais grave são aqueles países que sabem e os que não sabem. Esse é o problema. Então, felicito-a pela colocação que faz sobre a questão da educação brasileira, V. Ex^a que é uma grande especialista no assunto, não somente por ser professora, mas também pela opção feita, na vida pública, em diferentes funções na área da educação, e, no Senado, fertiliza o debate com uma notável contribuição a esse tema. Portanto, felicito-a e desejo que nos conscientizemos da importância da educação, porque sem fazer da educação uma obsessão, se assim posso dizer, não vamos ser o País que podemos e devemos ser.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Muito obrigada, Senador Marco Maciel. Como V. Ex^a disse, tem que ser uma obsessão do povo brasileiro e de todos os Governos nos três níveis: municipal, estadual e federal. Veja V. Ex^a que nós hoje aplicamos 5% do PIB em educação. Acabamos o Governo Fernando Henrique aplicando 4,8%; subimos muito pouco em dez anos, praticamente. A ideia era que tivéssemos um recurso maior para a educação. E a ideia, e esta Casa assim o

fez, era trabalhar para aumentar o volume de recursos para a educação. Não é possível fazermos educação de qualidade sem ter condições de oferecer um espaço adequado para os nossos alunos, para os alunos que vivem hoje, que têm as expectativas de hoje, e sem recursos para garantir aos professores e professoras brasileiros condições de ministrarem bem os seus ensinamentos, de terem uma boa capacitação, uma boa formação e, além disso, de terem um bom salário.

Ninguém mais quer ser professor hoje, Senador Marco Maciel. Não é uma carreira que atrai. Nossos filhos não querem ser professores, porque o que pagamos para eles não é atrativo, e uma carreira atrativa faria com que, talvez, melhores cabeças viessem para a educação.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr^a Presidente, mais um pouquinho, só para terminar. *(Intervenção fora do microfone.)*

Quero dizer que, quando a gente analisa o Plano Nacional de Educação nesses últimos dez anos, encontramos, como eu disse, dois parâmetros: um é se sonhamos demais há dez anos. Como eu disse, eu era Deputada Federal nessa época e trabalhei muito no primeiro Plano Nacional de Educação. Será que sonhamos tanto? Acho que fomos irrealistas em muitas coisas. Acho que acreditávamos que o Brasil fosse dar um salto maior do que deu, e as metas que colocamos não foram suficientes para serem contempladas.

Quero pedir aqui, para terminar minha fala, responsabilidade para Deputados e Senadores, agora que vamos analisar o segundo Plano Nacional de Educação; vamos elaborar o segundo Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. Que a gente liste e brigue pelas prioridades, por aquilo que é importante para a educação nacional, e não simplesmente que a gente coloque no Plano tudo aquilo que queremos para engessar possíveis governos.

Hoje, estive em um almoço na Câmara dos Deputados, a convite do Sistema CNC, Sesc/Senac, com a iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Eles lançaram a revista *Uma Nova Educação para um Novo Brasil*. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com seus diversos Presidentes de todos os Partidos que passaram por lá, andou pelo País discutindo nas Assembleias Legislativas que educação queremos para os próximos anos – aliás, uma das reuniões foi na terra da Senadora Serys, em Cuiabá. Isso é importante. Porém, mais importante do que ter um livro – e depois de ouvir toda a sociedade – é conseguirmos, realmente, depurar as milhares de propostas que existem para o

Plano Nacional de Educação e colocar as prioridades que o País tem de alcançar objetivamente.

Conforme eu disse, como situação primeira, para que a gente possa alcançar a melhoria da educação, temos de colocar as prioridades, e não as milhares e milhares de propostas. São belíssimas, interessantes, inteligentes, mas o Brasil não vai estar apto a fazê-lo nos próximos anos. É preferível haver menos metas, menos propostas, mas que apresentem, principalmente, aquelas que vamos poder alcançar.

Progressivamente a isso, todos temos de lutar por um orçamento maior para a educação. Sem isso, vamos continuar falando depois de dez anos. Os oito anos do Governo Lula não deram conta de mudar muito a feição do que tínhamos há dez anos. O que queremos é mudar mais, fazer mais, fazer melhor. Isso acredito que vamos conseguir, se todos pensarmos com seriedade que estamos fazendo um Plano Nacional não para um governo, mas para um país, para o País que queremos.

Se a senhora me permite, Sr^a Presidente, eu gostaria de dar um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Marisa, eu gostaria muito de apartear-la, mas estou sentindo o desespero da Presidência da Mesa. O Senador Mário Couto quer falar também. Só quero pedir a palavra, pela ordem, para fazer um registro, porque me trouxe uma informação agora o Senador Valdir Raupp. Num outro momento, discutiremos mais, Senadora Marisa, mas dou toda a razão à senhora: precisamos ter um Plano Nacional de Educação para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Após a fala da Senadora Marisa Serrano, concederei a palavra, pela ordem, imediatamente, ao Líder do PSDB... Pela liderança do PSDB.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Para concluir minha fala, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que me ouviram, mas, principalmente, fazer um pedido especial. Estamos discutindo aqui casas, estamos discutindo infraestrutura, estamos discutindo saúde, estamos discutindo ciência e tecnologia. Tudo é importante. Mas nada disso pode ser feito e pode ser mais importante do que garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Essa é a porta de saída, essa é uma questão de cidadania, é questão de liberdade do nosso povo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora Marisa Serrano.

É para uma questão de ordem?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É pela ordem, Senadora Serys.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pedindo um pouco a compreensão do Senador Mário Couto, porque tenho que sair imediatamente, Senadora Serys, eu gostaria de fazer um registro importante para o meu Estado.

Eu, o Senador Valdir Raupp e o Senador Acir Gurgacz estamos apresentando uma emenda para resolver um problema que é muito importante no nosso Estado, que é o limite da Floresta Nacional do Bom Futuro. Chegamos a um acordo com o Governo, um texto que contou com a participação do Ministério do Meio Ambiente, dos moradores lá da Floresta Nacional do Bom Futuro. E o que vai acontecer? Vamos modificar os limites da Floresta Nacional para excluir a área já antropizada. Em compensação, Senadora Serys, ampliaremos a área do Parque Mapinguari e também a da Reserva Ecológica de Cuniã.

Então, gostaria de informar que estamos apresentando uma emenda para a qual esperamos ter do Senado Federal – a emenda está assinada pelos três Senadores da Bancada de Rondônia – aceitação por parte de todos. Estamos apresentando emenda à Medida Provisória nº 470, que deverá ser votada no dia de hoje.

Queria também informar, Senadora Serys, que hoje de manhã estivemos no Ministério do Planejamento, conversando com o Secretário de Recursos Humanos, Dr. Duvanier, sobre a questão da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60, que trata da transposição dos servidores de Rondônia para a União. Ele nos informou que, brevemente, por volta de vinte dias, o Ministério encaminhará ao Congresso Nacional a Mensagem Presidencial que trata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60.

Muito obrigada, Senadora Serys. Muito obrigada, Senador Mário Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Boas notícias, Senador Raupp e Senadora Fátima Cleide, para o Estado de Rondônia.

Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Mário Couto. Logo após, pela inscrição, Senador Papaléo Paes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, daqui a pouco, vou abordar um tema amplamente divulgado pela revista *Veja*, que mostrei no dia de ontem e sobre o qual meu

nobre companheiro Alvaro Dias fez vários comentários. Mas vou iniciar falando do meu Estado.

Primeiro, quero cumprimentar os Vereadores do meu Estado que estão aqui, que me dão a honra de, neste momento, estarem presentes nesta sessão. Vereadores de Paragominas.

Vereadores, quando vejo pessoas do meu Pará, fico tão feliz! Eu me sinto sensibilizado e preocupado com o nosso Estado. Já, já vou falar do nosso Estado.

Vereadores de Paragominas: Robertinho Nagibão, AD Santos, Brasilino, Pixilinga – descendente de índio. Ulianópolis, o Jean e o Daniel. Sintam-se como se estivessem lá na Câmara de Paragominas e de Ulianópolis. Um grande abraço àquelas duas cidades maravilhosas.

Vereadores, há semanas em que procuro vir a esta tribuna para falar da educação; para falar, Senador Presidente Marco Maciel, das mulheres brasileiras – agora mesmo, lia em um **blog** que foram colocadas no orçamento verbas muito menores do que as do ano passado para os programas das mulheres –, mas decido, finalmente, Senador Papaléo e nobres Vereadores, falar da situação do meu querido Estado do Pará.

Na semana passada estive aqui e falei que tomaram a cidade de Baião. Os bandidos tomaram a cidade de Baião, a sexta cidade a ser tomada no meu Estado pelos bandidos. Naquela ocasião, eu dizia que coisas piores poderiam acontecer.

Ontem e hoje estão acontecendo. Eu fazia uma reflexão, quando a Senadora Kátia Abreu pediu a intervenção no meu Estado. Puxa, intervenção! Intervenção é uma coisa muito dura para o meu Estado, um Estado progressista, um Estado de gente pacata, ordeira, hospitaleira, um Estado produtor de minério, um Estado que produz na agricultura, na agropecuária! Um Estado maravilhoso! Quem vai ao Pará se encanta. Sinceramente, para mim, é o melhor Estado do Brasil. Eu amo o meu Estado.

Por isso, sou obrigado a vir aqui todas as semanas, Senador Valdir Raupp, a falar, a me preocupar e a pedir providências às autoridades. Não tenho nada contra a Governadora Ana Júlia. Outro dia, pedi à ex-Senadora e Governadora Ana Júlia que tivesse um pouco mais de ética. Eu não falava das mulheres. Eu falava da Governadora e dizia a ela para ter uma postura melhor, que não bebesse mais nos bares. E ela mandou os Deputados da Assembleia me chamarem de contraventor, pilantra, bicheiro, mafioso. E eu resolvi não falar mais nisso. Não vou mais falar. Não vou mais dar sugestão nenhuma à Governadora.

Mas tenho a impressão, Senador Valdir Raupp, que alguma providência precisa ser feita em relação

ao povo do meu Estado. Senador, olhe para mim, Senador! Duvido que no seu Estado morram cinco pessoas baleadas, por dia, na capital! Em lugar nenhum do mundo isso acontece, Senador! Em lugar nenhum do mundo isso acontece!

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES. Fora do Microfone.) – Em Bagdá.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Que Bagdá! Que Bagdá! Que Bagdá! Põe Bagdá nisso!

Senador, são 16 pessoas em cada final de semana que morrem na grande Belém. Olhe, Senador, precisa ser tomada alguma providência. Nós conseguimos aqui, Vereadores... Olhem, é a coisa mais esdrúxula que já vi na minha vida pública! São 18 anos de vida pública, e nunca vi uma coisa tão esdrúxula como esta que vou falar agora! Brasil, nós conseguimos, por meio do Ministério da Justiça, no programa Pronasci, 21 milhões para combater a violência no Estado do Pará. Acabou o prazo da prestação de contas desse dinheiro, aplicaram 1,8 milhão e devolveram o resto. Devolveram o resto, Pará! E as pessoas morrem no meio da rua, assassinadas à bala.

Olhem o que aconteceu ontem: a população... TV Senado, mostre para o Brasil. Eu gosto de comentar e gosto de mostrar, sabem por quê? Porque o País pode dizer: “Aquele Senador é doido. Não é possível que isto aconteça no Estado dele. Ou é doido ou é mentiroso, aquele Senador Mário Couto. Isso é papo furado dele! Isso não acontece no Estado dele. E impossível acontecer isso no Estado dele”. É verdade.

Ana Júlia! Ana Júlia! Ana Júlia, se tu não estiveres me vendo, peça para um assessor teu. Além de tu seres incompetente, Ana Júlia, tu és azarada: toda semana acontece alguma coisa no Estado do Pará. Acho que é Cristo que não está mais te escutando, eu acho que as tuas orações não fazem mais efeito, porque as pessoas estão morrendo barbaramente no meio da cidade. As pessoas estão...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...sendo trucidadas. A população, ontem, resolveu fazer justiça com as próprias mãos (*Fora do Microfone.*) em Tracuateua, uma cidade próxima a Belém. Mortes e destruições em Tracuateua. O povo resolveu invadir a delegacia de Tracuateua porque uma senhora foi assaltada e morta a pauladas. Sabem o que os ladrões queriam da senhora? Uma sacola de compras que ela tinha acabado de fazer num supermercado. Como nada foi feito pela polícia, a população resolveu, então, invadir a delegacia para pedir providências. Sabe o que aconteceu, Brasil? Os policiais atiraram no meio

da população. Duas pessoas foram atingidas e mortas: um rapaz de 18 anos e um rapaz de 19 anos.

Paralelo a isso, senhores e senhoras, os bandidos invadiam um banco em outra cidade, a cidade de Jacundá, e levavam tudo o que tinha no banco.

Os bandidos tomaram conta. Os bandidos sabem que no Pará não tem governo. Os bandidos estão-se transferindo de outras capitais para a minha. Os bandidos estão vindo de outros Estados para o meu. “Onde é mais fácil roubar?”, devem perguntar eles. “No Pará, vamos para lá!”. É preciso tomar alguma providência. Presidente Lula, olhe para sua Governadora. É do PT, do mesmo partido seu, Presidente. O Estado do Pará votou em massa em V. Ex^a. O Estado do Pará clama, pede socorro. O povo daquele Estado está abandonado. O Pará está largado! Vai continuar.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (Fora do Microfone.) Eu sei que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispunha de cinco minutos, já falou sete. Contra o Regimento e contra minha vontade, dar-lhe-ei mais um minuto. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu já estou batendo aqui há um minuto e meio, então desconte. Já estou batendo aqui há um e meio, e V. Ex^a não abriu a... Desconte um e meio... Eu só quero alertar V. Ex^a, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, que aqui, antes de mim, falaram dois oradores, e eu contava com o senador Papaléo: um falou 20 minutos, e eram 10 minutos; outro falou 17 minutos, e eram cinco minutos. Mas eu não vou criar questão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Ambos descumpriram o Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não vou criar questão com V. Ex^a. Não vou. Só quero lhe alertar! Porque, se é para um...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Um erro não justifica outro, Excelência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Justifica sim! Se é para um, tem de ser para todos! É isso o que eu não gosto aqui nesta Casa. É isso o que eu não gosto nesta Casa.

Se é para eu sair da tribuna agora, eu saio! Eu saio agora se V. Ex^a quiser! Eu saio da tribuna, não me traz problema nenhum! Agora, faça isso para todos, não faça só para mim!

Quando um Senador chegar aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Fora do Microfone.) – ...e falar 20 minutos, cobre dele. Não cobre

só de mim! Tenho profundo respeito por V. Ex^a, mas não faça isso comigo!

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, a Sra. Serys Silhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um momento em que eu vou, mais uma vez, reiterar à Casa, àqueles que presidem a Mesa, como V. Ex^a: eu sou regimentalista, sou pelo cumprimento rigoroso do Regimento. Mas volto a dizer: que seja esse Regimento cumprido por todos. Que o Senador Mão Santa, quando estiver presidindo, cumpra o Regimento. Assim também o Senador Gerson Camata, a Senadora Serys.

V. Ex^a está cumprindo rigorosamente o Regimento, neste momento em que dirige esta sessão. O que não pode acontecer... Os menos tradicionais da Casa são sempre discriminados, não por V. Ex^a, mas vemos aqui muitos casos. Se vai um mais tradicional, que tem três ou quatro mandatos, usar da tribuna, permitem que fale por uma hora, uma hora e meia, duas horas. Se vai um novato, cortam o som. Não falo de V. Ex^a que é rigoroso, tanto...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – É comigo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não! Não é com V. Ex^a. V. Ex^a é extremamente rigoroso e correto, corretíssimo. Até quando V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável e lhe pedem um aparte, V. Ex^a logo diz: “O Regimento não permite”. Isso é bonito; isso é correto. Estou apenas dizendo que eu queria que outros Senadores seguissem rigorosamente a sua conduta como Presidente.

Eu não estou de forma nenhuma o reprovando, muito pelo contrário, estou aprovando a sua ação e reprovando aqueles que não cumprem o Regimento quando estão dirigindo as sessões.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu sempre disse... eu participei de uma comissão, presidida pelo Senador Marco Maciel, para reformar o Regimento e, na primeira reunião, eu disse: se o atual fosse obedecido – e V. Ex^a estava lá –, não precisava fazer um Regimento novo, aliás, não adianta fazer um Regimento novo se não o obedecerem. Até uma reu-

não de condomínio, de prédio, tem hora para começar e hora para acabar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Regimento Interno do Senado, a liturgia do cargo de Senador exige o cumprimento pelo bem de todos e pelo bom funcionamento da Casa; que todos obedeçam àquilo que está no Regimento. Se nós não obedecemos ao nosso Regimento, a que vamos obedecer?

Senador Valdir Raupp, com a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até ia pedir a palavra para uma questão de ordem a fim de fazer um comentário sobre um assunto, mas nem vou fazer isso porque o Regimento não permite. Vou pedir para que V. Ex^a me inscreva pela Liderança da Maioria. É verdade mesmo, porque a gente sempre faz comentários aqui fora de hora, de uma coisa ou de outra. Eu falo pela Liderança da Maioria na hora em que V. Ex^a bem entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

Senador Papaléo Paes é o próximo orador inscrito, tem o tempo de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Espero que V. Ex^a permita que eu faça.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em qual artigo V. Ex^a vai se basear?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não quer que eu fale? Não quer que eu fale? Eu não falo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não, pode falar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a quer cercear o meu direito de ser Senador da República, de falar?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES. *Fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a não quer que eu fale?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Regimento diz que, ao solicitar uma questão de ordem, o Senador deve dizer o...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a não quer que eu fale? Eu não falo. Eu vou aceitar, com obediência, o que V. Ex^a quiser.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se não for uma questão de ordem, eu vou casar a palavra de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu estou pedindo pela ordem, como todos pedem e todos falam. Ainda há pouco, a Senadora me pediu, pediu para o Presidente, falou, falou dez minutos. Eu esperei bem ali, atentamente.

Senador Mão Santa, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Regimentalmente, eu aqui, membro da Mesa, a assumo, e a Bandeira tem “Ordem e Progresso”. A nossa cabeça tem os neurônios para termos bom senso, bom senso em tudo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a estivesse ainda na Presidência, eu teria terminado o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode usar da palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas não tem problema. Amanhã, eu termino. Depois de amanhã, eu termino. Temos tantos dias neste ano, temos tanta coisa para falar. Não vou deixar de falar sobre o assunto da *Veja*. Vou falar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de comunicar que já protocolamos à Mesa, com base no que preceitua o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao povo do Município de Salvaterra, no Estado do Pará, pelo transcurso de mais um aniversário de fundação.

Localizado às margens da Baía do Marajó, no rio Paracauari, Salvaterra limita-se, ao norte, com o Município de Soure – o divisor entre esses Municípios é o rio Paracauari – e, ao sul, sudeste e oeste, limita-se com o Município de Cachoeira do Arari, tendo como divisores desses dois Municípios os rios Camará e São Miguel.

Salvaterra era um povoado de Soure e foi elevado à vila através da Lei nº 758, de 27 de fevereiro de 1901, instalado pelo Decreto nº 993, de 9 de abril do mês seguinte. Porém, na divisão territorial fixada no Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, estabelecida para o período de 1944 a 1948, Salvaterra já aparece como Distrito de Soure. Em 29 de dezembro de 1961, por meio da Lei nº 2.460, finalmente foi desmembrado. Isso durante o Governo de Aurélio do Carmo. Seu território constituiu-se pelas terras dos Distritos de Salvaterra, a sede, Condeixa, Joanes, Jubim, Monsarás, que permanecem até hoje.

Salvaterra é hoje uma cidade próspera, que contribui com a produção do Pará nos setores de turismo, agricultura e, principalmente, pesca. Desse modo, quero me confraternizar com a minha cidade-mãe, onde proponho-lhe o presente voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário da municipalidade. É, sem dúvida, valorizar sua cultura, sua raiz, o povo amazônico, sempre guerreiro na busca por melhores condições de vida.

Sr. Presidente, ante a importância do tema, solicito de V. Ex^a que seja inserido nos Anais da Casa esse importante registro do aniversário da terra onde nasci.

Muito obrigado.

O Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Papaléo Paes. Ele representa o PSDB do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, aos presentes eu quero aqui reafirmar o meu apoio ao cumprimento mais rigoroso do Regimento desta Casa, porque se nós estivéssemos cumprindo rigorosamente o Regimento – e falou um inscrito; um “pela ordem”; um inscrito, uma “comunicação inadiável”; um inscrito; “uma Liderança” –, eu estaria aqui discursando às 14h30min. Ou seja, tem 45 minutos a mais. É bom para quem está passando o tempo aqui. Mas os outros Senadores que se inscrevem e poderiam programar uma audiência num ministério, ou um outro compromisso em seus gabinetes, eles ou deixam de falar ou ficam sem ir às suas audiências nos ministérios. Por isso, sempre falei aqui que pode ser o assunto mais importante do mundo, mas que se cumpra rigorosamente o Regimento.

O Senador Mário Couto, quando foi falar, era Presidente o Senador Gerson Camata, que é rigoroso com o Regimento. Ou seja, ele cumpre o Regimento, Senador Mário Couto. Agora, antes de V. Ex^a, outros Senadores ultrapassaram mais de cem por cento a sua hora. Então, aí passou a ser injusto com V. Ex^a. Então, se fosse o mesmo Presidente, eu não sei se daria o tempo suficiente para V. Ex^a falar proporcionalmente aos outros.

Mas essa desigualdade não pode haver aqui dentro. Aqui dentro, todos nós somos iguais. Nossos votos são iguais, nossas opiniões são independentes. Nós temos os mesmos direitos. Não é porque um é mais rico...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me dá um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não é porque um é mais rico do que o outro que tem mais direito. Não é porque um tem mais idade do que o outro que tem mais direito. Não! Nós somos todos iguais.

Então, é isso aí. Eu quero ser solidário a V. Ex^a...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me só um minuto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Com seu direito adquirido do início da sessão até a hora de V. Ex^a falar. E quero também reconhecer no Senador Gerson Camata um cumpridor do Regimento.

Assim, eu peço ao Senador Mão Santa que cumpra rigorosamente o Regimento. Eu, por exemplo, já estou há um minuto e meio aqui e quero fazer um discurso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a está há três minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Três minutos?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quinze... Não, não, não, não. Eu peço uma confirmação. Três minutos. Pronto. Não tem problema. Obedeço a V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo, eu acho que o Regimento tem que ser um documento que logicamente ponha as regras necessárias nesta Casa. Eu respeito o Regimento. Eu acho que não tem que ter...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu peço que anote o meu tempo, que é para, justamente, eu controlá-lo.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Eu acho que não tem...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ele está falando porque V. Ex^a deu o aparte e está valendo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Está valendo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está aqui anotado pela secretária: Papaléo Paes, 15 e 15.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas eu quero acompanhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode acompanhar. Não tem problema, não. V. Ex^a está com 4 minutos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Acho que nós não temos que ter... É um exagero! É um exagero. Eu acho que o exagero não deve existir em nada. Eu estava pra encerrar o meu pronunciamento. Eu esperei 20 minutos mais 15. V. Ex^a estava do meu lado. Senador Papaléo, eu pedi um minuto só pra dizer o seguinte: ontem... Olhe como são as coisas nesta Casa. V. Ex^a falou uma coisa interessante. Aqui tem o baixo clero e o alto clero. Tem Senador a, b, c. Tem uma série de classes dentro desta Casa. É impressionante. Eu passei um tempo sem vir a esta Casa, meditando se ainda deveria voltar a ela. As pessoas disseram: “Você estava ausente”. Eu estou lhe confessando agora, publicamente, Senador. Eu sinceramente pensei em não voltar mais a esta Casa, decepcionado com este Senado. Ontem eu vi uma cena ridícula aqui, com relação a isso, no Dia das Mulheres, vivida pelo Senador ex-Presidente da República Marco Maciel. Todo mundo falou. A Dilma fez um palanque ontem, aqui, nesta tribuna, um palanque eleitoral. Todo mundo falou. O PT inteiro falou, elogiando a Dilma. Deixaram aquele homem ali, Marco Maciel, ex-Presidente da República, sem a voz. Sem a voz, Senador! Quando saiu todo mundo, desfeita a Mesa, aí deram a palavra para o Marco Maciel. Que Casa é esta, Senador? É preciso, Senador, haver homens como eu – como eu! – aqui nesta Casa, com M de Macho maiúsculo, para, num momento desses, dizer o que sente, mas dizer na cara. Eu digo, enquanto tiver voz aqui e mandato, eu digo na cara. Pode ser que este Senado mude.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Senador Mário Couto, V. Ex^a não pense em se afastar daqui, não. Eu quero lhe dizer que não me sinto nem maior, nem menor do que ninguém aqui. Não me submeto à determinação de ninguém aqui. Submeto-me à determinação do meu Estado do Amapá. Por isso, quando eu uso a tribuna... Eu já fui da Base do Governo. Mas nunca, Senador Mário Couto, eu me submeti a qualquer votação aqui, contrária ao meu Estado, porque era da Base do Governo. Nunca me submeti a qualquer votação aqui porque, sendo da Base do Governo, sempre o Senador ou Deputado, seja lá quem for, tem um carguinho aqui, um carguinho ali, para lhe agradar. E se falar mal do Governo, ou se falar contra alguma ação que vá prejudicar seu Estado, vai perder o cargo, vai ficar com medo e não fala mal.

Então, eu hoje aqui, nesta tribuna, iria falar sobre o PAC lá no Amapá. E digo, Senador Mário Couto, que eu tenho a felicidade de poder falar a favor do meu Estado, contrariando o Governo Federal. Por quê? Eu sou da Oposição, posso falar. Se eu falar não vou perder nada. Muito pelo contrário, vou ganhar com a minha consciência, pelo dever de defender o meu Estado do

Amapá. E é isso que eu faço aqui. Continue aqui para defender o seu Estado do Pará. Cada um tem a sua vida aqui, cada um tem a sua conduta, mas o que interessa é a nossa, a consciência de cada um.

Vou fazer este meu pronunciamento na semana que vem, mas quero deixar registrados dados aqui do meu pronunciamento sobre o Amapá. Eu não ouço nada disso lá, não ouço em lugar nenhum a queixa que eu vou deixar registrada aqui.

Em relatório com dados da execução orçamentária do PAC deste ano, somos informados de que há oito programas para o Amapá, quatro de alçada do Dnit e quatro do Ministério das Cidades. O total da dotação do Orçamento é de 80 milhões de reais.

Sabe quanto foi empenhado, Senador Mão Santa, para esses programas no Amapá, do PAC? Zero centavo, zero cruzeiro, zero real. Nenhum real foi alocado para os oito programas no Amapá. Em 2009, foram empenhados R\$11 milhões, mas nenhum real foi liquidado. Eu queria ouvir essa notícia no meu Estado, e não ouço isso lá. Ou seja, esse PAC é muito mal gerido e não tem trazido benefícios para o meu Estado do Amapá. E, não é incorreto afirmar, tem feito muito pouco pelo País, ao contrário do que alardeiam os marqueteiros da Casa Civil.

Ou seja, o povo já está impregnado com essa história de PAC, para ele tentar eleger a Sr^a Dilma. Impregnado! Ninguém sabe o que é PAC. “Ah! PAC... O que é PAC? Não sei o que é.”

O PAC é nada mais, nada menos que todas as obras que o Governo Federal sempre fez e apelidou de PAC para poder ter um impacto eleitoral, ou eleitoreiro, durante a campanha da Ministra Dilma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o Líder – estamos alternando – Gerson Camata.

Quanto a essas discussões sobre Regimento, eu aqui estou e quis Deus eu estar neste momento. Mas tem o Marco Maciel. E Deus é a inspiração de tudo, e quando o seu filho passou no mundo, houve uma complicação pior do que essa. Foram apedrejar uma mulher que dizem que tinha cometido adultério. Foram e Ele, que disse: “Atire a primeira pedra quem nunca pecou.” Então, atire a primeira pedra quem nunca falou mais do que o tempo determinado. Eu estou aqui todos os dias e vejo. Tudo é importante, mas eu sempre penso em Deus e, professor de fisiologia, tenho uma consciência. Esse é o Regimento que Deus imprimiu na nossa cabeça, no nosso cérebro. Então, aqui eu tenho deixado que cada um use o regimento que Deus deu, a sua consciência, para ver o tempo da conveniência.

Com a palavra este extraordinário Líder, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mussolini dizia o seguinte: “Não é difícil governar a Itália; é inútil.” Eu vou dizer uma coisa: presidir a sessão do Senado e cumprir o Regimento não é difícil não; é inútil.

Sr. Presidente, os jornais, nesses últimos dias, publicaram que, em uma reunião de um órgão das Nações Unidas, seria focalizado o problema penitenciário do Espírito Santo. É claro que isso é notícia plantada. São certas ONGs, certas falsas organizações de direitos humanos que pegaram umas fotografias de uma rebelião muito menos grave do que aquele fuzilamento de 100 bandidos e 200 policiais em São Paulo, que ocorreu há dois anos, e publicaram essas fotografias logo no início do Governo Paulo Hartung. Entretanto, eles se esqueceram de dizer que é o Estado que mais aplicou recursos no sistema penitenciário.

O Governador Paulo Hartung pegou o Estado cujo sistema penitenciário tinha cerca de três mil presos. Hoje, são onze mil presos. Ele abriu, então, nove mil vagas. É o único Estado considerado pelo Ministério da Educação com o maior número de presos inscritos em programas de alfabetização. É o Estado que mais investe no sistema prisional, proporcionalmente à sua população. Em valores absolutos de investimentos, estamos atrás apenas de São Paulo. O Estado que mais investe é São Paulo, Unidade mais rica da Federação, e o segundo que mais investe é o Estado do Espírito Santo. Dezesseis unidades prisionais foram construídas desde 2003, entre elas as mais modernas do Brasil em Cachoeiro, Serra e Viana, três Municípios do Espírito Santo.

No biênio de 2009/2010, estão sendo investidos R\$200 milhões no sistema penitenciário, tudo recurso do Governo do Estado, com a criação de mais 3.122 novas vagas em unidades prisionais e, até o final de 2010, serão criadas outras cinco mil vagas. Somente em 2009, foram inauguradas nove unidades prisionais.

O Governo do Espírito Santo, Sr. Presidente, é o que mais investe no sistema prisional do País e, segundo relatório do Ministério da Educação, é o Estado que tem percentualmente mais presos estudando. O Estado também foi destaque no Manual de Boas Práticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, elaborado pelo Depen, Departamento Penitenciário Nacional.

Depois de todos esses investimentos... Tenho aqui fotografias de penitenciárias monitoradas, modernas, novas, onde os presos praticam esportes, trabalham em fábricas, lá dentro, freqüentam escolas e têm celas dignas. Entretanto, na verdade, tentam desmoralizar

o Brasil e o Estado do Espírito Santo com fatos que aconteceram há muitos anos.

No tempo do Governo de Vítor Buaiz, do PT, os presos – os chefes – tinham a chave da prisão. Eles saíam na hora em que queriam, matavam, voltavam e tinham um álibi perfeito. Matavam, não estavam na cadeia, estavam na rua, matando. Os chefões de cada cela tinham a chave para sair da penitenciária na hora que quisessem.

Então, o Governador Paulo Hartung moralizou, acertou, abriu nove mil vagas novas e construiu todas essas unidades prisionais modernas. O Espírito Santo é considerado um Estado modelo pelo Depen do Ministério da Justiça. Tudo com recursos do Governo do Estado do Espírito Santo. O Governo Federal investiu, nesses oito anos, apenas R\$23 milhões; o Estado, mais de R\$300 milhões.

Depois disso tudo, em vez de haver um elogio, a consideração e o respeito pelo trabalho que esse Governador tem feito, essas ONGs mal-intencionadas, que recebem recursos do Governo Federal, deixam de fazer uma análise para corrigir e acertar e vão à ONU – aqui não conseguiram repercussão, porque tudo era mentira –, usando fotografias antigas e tentando desmoralizar um trabalho feito pelo Governador e pelo Roncalli, Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo.

É difícil exercer uma função pública, Sr. Presidente, em cargo executivo quando se recebe uma maldade dessa contra o Governo do Espírito Santo e o Governador, tentando envolvê-lo pessoalmente. Isso é uma injustiça que se pratica contra o Governador. Então quero hoje dizer que sou do Espírito Santo, conheço o Espírito Santo, conheci o Espírito Santo e nunca se investiu tanto em recursos, em dignidade para os presos, em recuperação dos presos.

Senador Marco Maciel, lá, agora, todas as empresas e empreiteiras que trabalham para o Estado, por decreto do Governador, são obrigadas a admitir nos seus quadros 6% de presos – que saem de manhã, trabalham e voltam para dormir – ou de ex-presos. É o único Estado em que acontece isso no Brasil. Com um índice maravilhoso de recuperação. Então, entre trinta mil, quarenta mil pessoas que trabalham em empresas ligadas ao Estado, 6% têm que ser ou de ex-presos ou de presos que saem da penitenciária de manhã, trabalham e se recuperam.

Outro problema que o Governador enfrenta é o atraso na Justiça. Mais de dois mil presos que já cumpriram a sua prisão estão lá, presos, porque a Justiça demora nos atos de soltura, nos julgamentos; inclusive os presos provisórios. Isso provoca rebelião, porque o preso cumpre e, um ano depois, ele não foi solto e

começa a promover rebelião, desgostoso por ter cumprido a sua pena e não estar solto ainda.

De modo que quero cumprimentar o Governador. Conheci o Estado, conheço o Estado. Esse esforço enorme que ele faz não merecia uma injustiça dessas. E o pior, praticada a solapa, lá pelos fundos, lá fora do Brasil. Não é contra o Governo do Espírito Santo, é contra o Brasil, e é uma vergonha que brasileiros se disponham a isso.

Sr. Presidente, V. Ex.^a generosamente me deu dez minutos, mas eu só tenho direito a cinco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu dei dez, porque a minha consciência mandou eu dar uma nota para V. Ex.^a. Então, não foi infringindo o Regimento. Foi em obediência a minha consciência. V. Ex.^a merece dez. Cinco é nota que, no meu tempo, pegava pau quem tirava. Mas V. Ex.^a é aprovado.

Felicidades.

Estamos alternando, como pactuamos aqui. Não está no Regimento; isso foi um pacto, um entendimento. Gerson Camata falou como Líder, está aqui o documento dele. Outro dia me exigiram que eu estivesse com todos os documentos. Este está.

Voltamos aos oradores inscritos: Sadi Cassol.

E quero agradecer a esse extraordinário Senador. Nunca, em tão pouco tempo, se trabalhou tanto. Ontem mesmo – não está no Regimento –, tive que me ausentar por compromissos, mas o meu dever era estar aqui, eu pedi, e ele não me substituiu, não; ele me superou. Quero agradecer. Não está no Regimento, mas o bom senso me dizia, ele ficou, e eu agradeço a normalidade da sessão.

V. Ex.^a, regimentalmente, tem dez, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex.^a porque seria um desrespeito ao Tocantins, grandioso e pujante Estado.

Peço permissão para anunciar o próximo orador para uma comunicação inadiável, Senador Geovani Borges. É bom porque desperta logo o Amapá para ouvi-lo.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Quando a gente recebe elogios de um Senador do quilate de V. Ex.^a, qualquer um de nós fica satisfeito. Obrigado pelos elogios e quero dizer da importância que é, cada vez mais, olharmos para o crescimento do nosso País.

Antes de registrar alguns números aqui, quero levantar uma sugestão à Casa, uma questão que poderia ser debatida no decorrer do tempo. Quando, infelizmente, acontecem essas tragédias como no Haiti e no Chile, os países que ajudam, e falo do nosso Brasil, o Brasil poderia como sugestão, Senador Marco Maciel, V. Ex.^a que foi Presidente por mais de oitenta

vezes neste País como vice-Presidente da República, geralmente os países enviam recursos a esses nossos amigos e vizinhos no sentido de ajudar. Por que não enviarmos a eles os materiais necessários? Ficaria um comércio interno mais forte no País e, ao mesmo tempo, não se correria o risco de desvio de recursos até o destino final.

No Chile, por exemplo, um país tão vizinho nosso aqui, o País, em vez de mandar dólares ou mandar reais, mandaria casas pré-moldadas, dez ou vinte mil casas pré-moldadas, hospitais de campanha, ambulâncias, medicamentos. O Governo faria as licitações aqui mesmo, a empresa vencedora faria a entrega desses materiais e a construção desses bens. Seria uma maneira de, cada vez mais, fortalecer a nossa economia interna e, ao mesmo tempo, facilitar a implantação naqueles países que necessitam de ajuda. Vale uma sugestão e uma questão para ser pensada. Tomara que não aconteçam essas catástrofes com ninguém, mas, no momento em que for necessário utilizar desse expediente, teríamos uma legislação que permitiria esse tratamento.

Eu estava vindo anteontem do Tocantins e, em um dos informativos que acompanham a aeronave da TAM, embora a TAM nem sempre cumpra seus horários, havia uma matéria que eu gostaria de trazer à tribuna nesta tarde. É sobre a nossa economia. E hoje veio com mais uma notícia do IBGE. Com essas duas matérias, completo meu pronunciamento e meu tempo aqui nesta tribuna.

Vendas de carros flex em fevereiro sobem 7,13% em relação a janeiro

As vendas de veículos flex no Brasil, em fevereiro, corresponderam a 184.303 unidades, ante 172.030, em janeiro (alta de 7,13%), informou a Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores). No mesmo período do ano anterior, a comercialização tinha totalizado 166.812.

A participação de mercado de veículos bicombustíveis no total das vendas do mês foi de 87,2%, ante 85,3% em janeiro e 87,2% em fevereiro de 2009.

As saídas de veículos a gasolina no país representaram 17.137 unidades, ante 18.414 – isso quer dizer que estamos baixando a produção de carros a gasolina e aumentando os flex, que vêm beneficiar também a nossa produção do combustível limpo, que é a cana e outros combustíveis, biodiesel e outros – um mês antes 16.499 em fevereiro de 2009.

Já a produção de veículos subiu 2,8% em relação a janeiro, para 253,2 mil unidades.

Na comparação com o primeiro mês do ano passado, a produção teve uma expressiva alta de 23,9%.

As importações corresponderam a 18,3% das vendas internas. Foram importados 40,5 mil veículos com uma queda de 5,9% contra janeiro, mas uma expansão de 31,7% ante fevereiro de 2009. As exportações mostraram forte recuperação, totalizando 57,5 mil veículos.

Nós importamos 40 mil e exportamos 57 mil veículos. Isso demonstra que a qualidade do nosso produto, os nossos preços ainda são competitivos, apesar da oscilação do dólar. Mas faz com que o País possa manter suas exportações.

Hoje, o IBGE publicou, Sr. Presidente, números que realmente nos deixam satisfeitos, por ver o nosso País andando bem.

A produção industrial subiu em treze das quatorze regiões pesquisadas em janeiro e uma ficou estável, na comparação com o mês anterior, informou nesta quarta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Na média nacional, a indústria apresentou um avanço de 1,1% na mesma base de comparação.

As principais altas foram verificadas em Espírito Santo, com 5,6%; no Ceará, 5,4%; Pernambuco, 5,4%; Paraná, 4%; Nordeste, 3,7%. Ainda houve crescimento acima da média nacional na produção do Rio Grande do Sul, com 3,2%; São Paulo e Paraná com 3%; Bahia, 2,5%; Goiás, 2,2% e Minas Gerais, 1,7%.

Ao mesmo tempo, a única região que indicou instabilidade foi o Amazonas.

Na comparação com janeiro de 2009, a atividade industrial subiu em todas as catorze regiões analisadas. Na média nacional, a indústria teve uma alta de 16% na mesma relação. Nesse sentido, os principais avanços foram notados no Espírito Santo, com 48,5%; Amazonas, com 33,9%; Minas Gerais, com 28,8%; na Bahia, com 23,6%; Rio Grande do Sul, com 20,9%; Goiás, com 19,8%; e Ceará, com 16,7%.

Esses números são de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e demonstram que o País superou a crise globalizada, a crise mundial que nos afetou no ano passado. E estamos conseguindo sair dela. Por isso, quero parabenizar as nossas autoridades da área econômica, que conseguem levar adiante o nosso desenvolvimento, mantendo os nossos empregos, mantendo a renda dos nossos trabalhadores e conse-

quentemente mantendo o País sempre competitivo lá fora, na economia mundial, em que os nossos produtos mantêm qualidade, mantêm exportação, e isso faz com que nossos empregos não caiam internamente. Por isso, quero parabenizar o Governo Federal, toda a equipe da área econômica e as nossas indústrias que estão conseguindo a superação dessa crise que se abateu ano passado no mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O nosso Sadi Cassol falou como orador inscrito. Agora concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, como já tinha anunciado, ao Senador Geovani Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e rádio Senado, venho a esta tribuna para registrar votos de louvor à iniciativa lançada, na última semana, pelos Ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, prevendo a distribuição de mil bolsas para estudantes, professores de ensino superior e profissionais de saúde, para a área de vigilância em saúde.

Na verdade, eu tenho a convicção de que a saúde é, cada vez mais, a pauta principal dos clamores sociais, expondo-se em carências e necessidades em todas as cidades brasileiras. Guardadas as proporções em investimentos, renda, recursos e demandas, a população de todas as cidades ergue a voz em favor de melhorias na área de saúde. As bolsas serão distribuídas a estudantes, professores de ensino superior e a profissionais do Sistema Único de Saúde, o SUS, para a produção de pesquisas em saúde e formação de médicos.

Até então, o Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde) era focado na estratégia Saúde da Família, e agora será ampliado para Estudos de Vigilância em Saúde. Desse Programa, faz parte ainda o Apoio ao Internato Médico em universidades federais (Pró-Internato), sendo que este entrará em vigor para qualificar formandos em Medicina. O recurso total destinado aos dois projetos é de R\$7 milhões, investidos pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PET-Saúde – Vigilância em Saúde vai conceder bolsas a estudantes que desenvolvam trabalhos sobre o perfil da saúde no Brasil, de acordo com os princípios e as necessidades do SUS. As pesquisas devem analisar a incidência de doenças, causas de mortes e problemas decorrentes da violência, in-

cluindo os acidentes de trânsito. Esses alunos serão acompanhados por professores, também denominados tutores acadêmicos, e por profissionais de saúde, os preceptores. São aproximadamente setecentas bolsas por mês, com um investimento anual estimado em R\$4 milhões. Os projetos deverão ser apresentados por instituições públicas e privadas de ensino superior sem fins lucrativos, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Saúde.

É por isso que eu faço este registro, inclusive destacando o papel que o Ministério da Saúde vem exercendo nos últimos anos para melhorar a qualidade da formação de profissionais em saúde.

Dentro desse plano de ações, observa-se que a parceria com o MEC é fundamental e estratégica. O que se avizinha é o estímulo, por meio da oferta de bolsas, para a formação adequada de profissionais da saúde.

O Ministro José Gomes Temporão, acertadamente, destacou que a visão do hospital, como centro do sistema de saúde, é equivocada – e vários estudos confirmam isso. O hospital é fundamental, mas não basta. A rede de saúde é sólida se contar com a Atenção Básica qualificada, integrada com a Vigilância em Saúde, com a educação e a formação.

O Ministro citou ainda a importância do Pró-Residência, programa do Ministério da Saúde que prevê melhor distribuição de especialistas no País. Este ano, serão 473 novas vagas para o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

É preciso dar destaque às boas iniciativas. É preciso abastecer, com notícias alvissareiras, a esperança cansada de nossa gente. É por isso que faço este registro, inclusive destacando o papel que o Ministério da Saúde vem exercendo nos últimos anos para melhorar a qualidade da formação de profissionais em saúde.

Não é tudo, não resolve tudo. Mas cada passo, no meu entender, precisa ser celebrado e levado com entusiasmo ao conhecimento popular. Isso corresponde a darmos respostas às demandas na área de saúde e assim, quem sabe, desenhar um futuro mais próspero, mais eficaz e positivo para a nossa população no que se refere à qualidade de vida, à saúde e ao bem-estar.

Sr. Presidente, antes de concluir o nosso pronunciamento, quero dizer que hoje, no meu gabinete, tivemos uma reunião de bancada com a Deputada Dalva Figueiredo, Deputada Lucenira Pimentel, Deputada Fátima Pelaes, Deputado Feijão, Deputado Evandro Milhomen e Deputado Sebastião Bala Rocha com a Prefeita Euricélia Melo, do Laranjal do Jari; o Prefeito Luiz Beirão, de Vitória do Jari; os Vereadores do Laranjal do Jari – que também acompanharam em uma

comitiva a Prefeita, buscando recursos e soluções para o Município do nosso Estado: o Edvaldo Pena dos Santos, o Manoel Carvalho, o José Antônio B. de Sousa, o Walber Queiroga de Souza, Presidente da Câmara, nosso amigo, e também o Erivan Gomes da Silva e a Nazilda Fernandes Rodrigues, a Secretária da Prefeitura de Laranjal do Jari, a nossa Maria Madalena G. Gomes. E também registro a presença do Prefeito Rildo Gomes de Oliveira, do Município de Tartarugalzinho, Presidente do PMDB, Presidente da Associação dos Prefeitos do meu Estado; e da Deputada Francisca Favacho, minha querida Líder do PMDB do meu Estado do Amapá; acompanhada do Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Jorge Amanjás, do PSDB.

Antes de concluir meu pronunciamento, quero dizer que continuo, Sr. Presidente, recebendo muitos *e-mails* em relação àquela PEC sobre a qual V. Ex^a fez brilhantes colocações, mostrando seus pontos de vista aqui. Quando V. Ex^a estava presidindo, eu não podia, regimentalmente, apartear V. Ex^a, mas, no calor da emoção, da paixão, eu extrapolei um pouco e peço aqui desculpas a V. Ex^a, porque V. Ex^a é um grande Presidente, um grande Senador, um democrata, um filósofo, um homem de sensibilidade impressionante. Eu queria registrar aqui minhas desculpas a V. Ex^a, naquele momento, porque eu não tive intenção alguma de interromper as brilhantes colocações que V. Ex^a estava fazendo na troca de experiências sobre a PEC nº 01, de 2010, sobre o exame da Ordem dos Advogados.

Recebi aqui vários *e-mails* e destaquei alguns – ainda tenho dois minutos. Ontem eu recebi, às 17h32min, o seguinte *e-mail* do Luis Alberto Silva Caldas (Beto), assim encaminhado a mim:

Sr. Senador Geovani Pinheiro Borges

Pela atitude corajosa de V. Ex^a, lhe remeto cópia do e-mail que enviei a todos os Senadores.

Vivemos um momento delicado no Brasil, onde é hora de os legisladores mostrarem que este país é sério com gente séria e corajosa, e que deve ser levado a cabo os direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

O texto aponta também algumas sugestões sobre o provimento que regulamenta a inscrição de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil.

O que me chamou a atenção, Sr. Presidente, é que um juiz federal, o Juiz Carlos Humberto de Sousa, tem lido várias sentenças considerando inconstitucional esse exame da Ordem. Ele é conhecido pelas liminares que já concedeu, visando à quebra desse exame da Ordem. Inclusive inovou ao defender mais uma tese: indenização para os advogados que forem

impedidos pela OAB de terem seus registros por não terem feito o exame.

Expõe, na decisão, o juiz federal:

Se a OAB está impedindo o registro profissional de um estudante que regularmente submeteu-se à universidade, recebendo de quem de direito, legalmente, a outorga do respectivo grau acadêmico, deve suportar, por óbvio, uma indenização, por dano material e moral, examinando-se caso a caso.

Chamaram-me a atenção várias observações.

E quero agradecer a contribuição do Beto, a qual destaquei hoje. Em todos os pronunciamentos, eu terei a oportunidade de manter informada esta Casa sobre esse assunto. Isso chegou a todos os gabinetes de todos os Senadores. Sob este ponto de vista, é inconstitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela generosidade do tempo. V. Ex^a administra, com muita competência, com muita equidade, as sessões que preside.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Este foi o Senador Geovani Borges. Nunca em tão pouco tempo um Senador teve tão brilhante atuação como Geovani Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

Agora, vamos chamar um Líder. Líderes inscritos: Francisco Dornelles não está; Osmar Dias não está; José Nery não está; Valdir Raupp não está; Mão Santa está, mas cedo a palavra para Colombo. Osmar Dias chegou, e é Líder.

Em seguida, vamos chamar um orador inscrito, o Mozarildo Cavalcanti, depois do Líder. Mozarildo Cavalcanti está em permuta com Sérgio Zambiasi.

Então, Roraima já está atenta. Agora, o Paraná e o Brasil estamos atentos para aprendermos com Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o noticiário de ontem foi bastante didático em relação àquilo que pode acontecer com o preço do pãozinho. Todos os jornais disseram o seguinte: “Agora, vai subir o preço do pão, porque o Brasil aumentou de 10% para 30% a alíquota para o trigo americano”.

Há uma lista que foi feita – que tem vários produtos, cerca de 30 produtos –, aumentando a alíquota de 10% para 30% em alguns e de 10% para 40% em outros, em função daquilo que aconteceu com o algodão: o subsídio exagerado dos Estados Unidos ao algodão americano, quebrando praticamente a indústria de algodão brasileira e os produtores de algodão de todo País.

Retaliação – essa é a palavra que foi utilizada pela imprensa. Mas eu não consigo entender essa notícia, Presidente. E não consigo entender o Governo brasileiro. Por que, ao aumentar a alíquota, o Governo diz que o pão vai subir, se só no Paraná tem 800 mil toneladas de trigo, da safra passada, que os produtores não conseguem sequer vender?

O Governo estabeleceu para o trigo um preço mínimo de R\$32,00. O trigo atravessou o ano passado a R\$24,00 a saca – R\$32,00 e os produtores vendendo a R\$24,00. De repente, o trigo brasileiro ficou sem mercado. Só no Paraná – vou repetir – 800 mil toneladas de trigo não encontram comprador. As cooperativas não compram. Os moinhos não compram, porque os moinhos querem mesmo é trazer farinha pronta da Argentina, que tem incentivos determinados pelo Tratado do Mercosul – e até hoje não foram analisadas as irregularidades praticadas pelos argentinos, quando eles fazem uma mistura e essa mistura acaba sendo contemplada praticamente na alíquota zero na importação.

O Brasil importa farinha, gerando emprego nos moinhos argentinos, gerando emprego nos campos argentinos, que aumentam a produção de trigo; e o Paraná, que é o grande produtor de trigo do Brasil, acaba sendo desestimulado e não planta trigo. Outros Estados, igualmente.

E o Brasil, que já alcançou auto-suficiência em 1988... Eu lembro, eu era Secretário de Agricultura do Senador Alvaro Dias, que era Governador. E o Paraná foi o responsável pela produção de 60% do trigo nacional. E nós estabelecemos uma meta no Paraná: nós queremos ajudar o Brasil a alcançar a auto-suficiência. Em 1988, alcançamos a auto-suficiência. O Brasil consumia, naquela época, sete milhões de toneladas. Produzíamos 7,4 milhões de toneladas.

Hoje o consumo brasileiro é de 900 mil toneladas por mês aproximadamente, o que vai dar em torno de 10 milhões de toneladas. O Brasil vai produzir seis. Tem que importar no mínimo quatro; o Brasil tem que importar no mínimo quatro. E aí eu não encontro explicação junto ao Governo brasileiro.

O Ministro Stephanes tem feito um esforço para liberar os recursos para o AGF, para o PEP, para aqueles programas do Governo Federal que dinamizem a comercialização, agilizem o processo de comercialização e escoamento da safra. Mas há trigo. E não é só da safra de 2009, não. Há trigo da safra de 2008 nos armazéns que os produtores não conseguiram vender,

Então, o Governo brasileiro não pode aceitar que o pão suba, que o macarrão suba, que os derivados de trigo subam, porque não há razão para isso. Os consumidores estão sendo avisados de que não há

razão para o aumento dos preços desses produtos – e se fala em ameaça do índice da inflação – porque há trigo estocado e trigo brasileiro. E não venham com conversa fiada que o trigo brasileiro não tem qualidade para fazer massa para pão, para fazer macarrão, para outros derivados. A qualidade é a mesma praticamente do trigo argentino.

Aliás, nós precisamos rever os critérios de qualificação. Temos que ir até a Argentina e ver quais os critérios deles, porque os critérios argentinos estabelecem que aquele trigo de lá tem qualidade para tudo e que o nosso não tem. Aí os moinhos vão e usam essa alíquota diferenciada, privilegiada, importam a farinha, jogam o emprego do Brasil para a Argentina, tanto na indústria quanto no campo, e nós vamos reduzindo a cada ano a área plantada de trigo.

É preciso, primeiro, estabelecer preço de garantia, cumprir o preço de garantia, porque, se o Governo tivesse comprado o estoque que está nas mãos das cooperativas dos moinhos hoje e dos produtores, o Governo poderia agora, sim, praticar a política de regulação de preços. Como? Aumentando a alíquota para o trigo importado, mas colocando o trigo brasileiro ao mesmo preço que ele próprio estabeleceu como preço de garantia. Mas preço de garantia no Brasil virou uma coisa de ficção. Não existe. O Governo estabelece e não cumpre. Não cumpre o preço de garantia para o trigo, não cumpre o preço mínimo para o feijão, não cumpre o preço mínimo para o leite, Deputado Chico da Princesa, e aí o produtor fica entregue ao mercado e é um mercado que, muitas vezes, é direcionado não por brasileiros, mas por interesses de indústrias estrangeiras, como é o caso desse de que estou falando, do trigo, porque muitos moinhos tem capital estrangeiro e conseguem manter o mercado sob controle, nas suas mãos.

Então é conversa mole essa conversa de que tem que subir o preço do pão, tem que subir o preço da farinha, tem que subir o preço do macarrão para o consumidor porque a alíquota do trigo está sendo aumentada. Não vai, de jeito nenhum, ser necessário aumentar, se o Governo brasileiro tirar o trigo que está nos armazéns, ou com os produtores, ou com as cooperativas, ou com os moinhos, e colocar esse trigo no mercado.

Vou repetir: só no Paraná, são 800 mil toneladas. Se o consumo nacional de um mês é de 900 mil toneladas, isso significa que só o Paraná tem o consumo de um mês, praticamente, do Brasil, para abastecer.

E nós vamos começar a plantar a nova safra agora, em abril, maio, junho. Em algumas regiões, começam em abril, em outras, em maio, outras, em junho. Então, depende do Governo Federal, neste momento,

sinalizar aos produtores o seguinte: plantem que vocês vão ter a garantia do preço mínimo, para não ficar dependendo do trigo importado. Eu já falei mil vezes aqui que, enquanto o Governo não estabelecer uma política nacional de trigo, vai continuar dependendo do trigo importado; e depender do trigo importado é pagar o preço que aqueles que produzem vão querer receber. Aí, sim, vai ter que aumentar o preço do pão. Hoje, não; se o Governo não comprar esse trigo que está estocado, os brasileiros não vão plantar o trigo na nova safra.

Aí, no futuro, pode o Governo brasileiro esquecer de colocar uma alíquota maior, porque vai ter que comprar trigo para abastecer o mercado brasileiro. Se hoje está precisando importar quatro, daqui a pouco vai ter que importar tudo, porque o produtor que está plantando hoje a um custo de produção de R\$30,00 a saca para receber R\$24,00 não vai querer pagar R\$6,00 por saca para plantar. Então, que me desculpe o Governo brasileiro, mas o que está acontecendo é falta de visão de futuro, é falta de consciência de que o trigo é um alimento nobre, que está na cesta básica, que precisa ser produzido em nosso território, até para garantir a nossa soberania.

Nós não podemos mais continuar dependentes do trigo importado, de produtos que são importados e o Brasil paga o preço por não produzi-los aqui dentro.

Não vamos, neste momento, sacrificar os consumidores. Vamos ajudar os produtores, tirando o trigo que está no estoque, colocando-o no mercado e fazendo com que o mercado seja regulado; e o preço do pão, do macarrão, continue sem esse aumento que está sendo previsto pela imprensa e pelo próprio Governo.

O Governo está errando, e eu estou alertando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação e com muita honra que anunciamos a presença aqui de dois extraordinários Líderes do nosso Piauí, dois Prefeitos extraordinários: o Prefeito da cidade de Bom Princípio, Marcelo, que é do PTB e está acompanhado do seu filho Lucas; e o Prefeito de Beneditinos, Dr. Aarão Mendes, que é do PSDB. Duas encantadoras cidades que vivem os melhores momentos pelas suas administrações competentes. Quero dizer que a Vice-Prefeita de Bom Princípio é do meu Partido, o Partido de Jesus, Partido Social Cristão. A eles as boas-vindas.

Agora, alternando a lista de oradores inscritos, é a vez de Mozarildo Cavalcanti, que permutou com o Senador Sérgio Zambiasi. Mozarildo Cavalcanti é Senador do Estado de Roraima e representa o PTB. Ele dignifica a classe médica do nosso País e é um dos maiores líderes maçônicos do Brasil. É uma continua-

ção do entusiasmo de Gonçalves Ledo, que tanto fez na história da Independência do Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras generosas. V. Ex^a se caracteriza exatamente por ser um colega amável com todos.

Hoje, estamos a 206 dias das eleições gerais, que vão acontecer no País. Elegeremos o Presidente da República e seu Vice, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e seus Vices, dois terços do Senado – já que um terço, no qual me incluo, tem mandato até 2014 – e a totalidade da Câmara dos Deputados, da Câmara Distrital, do Distrito Federal, e das Assembleias Legislativas dos Estados. As vagas da Câmara Distrital, das Assembleias Legislativas e da Câmara dos Deputados serão disputadas. Alguns vão para a reeleição, serão reeleitos ou não, e novos disputarão uma primeira legislatura. No Senado, apenas 27 Senadores não vão disputar a eleição, porque foram eleitos há quatro anos, em 2006. Vamos eleger também todos os Governadores e o Presidente da República.

É um momento cívico da maior importância. Quem vai eleger? Todos nós. Mas principalmente a grande massa de brasileiros que não tem mandato eletivo, mas elege representantes. Esse voto é a grande arma da democracia. Então, é muito importante que tenhamos um trabalho. Aqui, tenho dito que não pode ser um trabalho só dos partidos políticos, embora até devesse ser, porque os partidos políticos existem exatamente para expor as suas doutrinas, mostrar os seus programas e aplicá-los depois da eleição dos seus governantes ou parlamentares.

No entanto, infelizmente, o Brasil, se olharmos desde o início, na história do Brasil não existem realmente partidos doutrinariamente consistentes ou partidos programaticamente consistentes. Portanto, infelizmente, não pode ser um papel só dos partidos, tem que ser um papel de toda a sociedade, da família, do pai, da mãe, que têm que ensinar.

Hoje há uma reação violenta da sociedade contra políticos corruptos. Aí eu pergunto: só existe corrupção na política? Não existe corrupção, por exemplo, nas igrejas, na polícia, na medicina? Infelizmente eu sou médico. Não existe corrupção na escola? Quando um pai vê um filho chegar em casa, por exemplo, com um lápis que não é dele e não diz nada, o que esse pai está ensinando para o filho? Que ele pode roubar! Quando o pai vê um filho chegar em casa com uma borracha, um caderninho que não é dele e não diz nada, ele está avalizando um futuro corrupto.

A mesma coisa na escola: se o professor, a professora não diz para aquela criança que furar a fila da

merenda escolar é um ato errado, portanto, um ato de corrupção, o que esse professor, essa professora está fazendo? Está dando incentivo para que esse jovem, amanhã, seja um corrupto realmente.

Então, é preciso que haja um grande trabalho da família, da escola, das entidades da sociedade, como, por exemplo, as igrejas, os clubes de serviços, o Lions, o Rotary, e outras instituições como a Maçonaria, as igrejas, todas deveriam se empenhar, nesses 206 dias que faltam, em falar, em alertar o eleitor que ele não pode desvalorizar o seu voto, votando em pessoas que, de antemão, já sabem que são corruptos.

Diz-se: temos que baixar uma lei para proibir que o corrupto possa se candidatar. E por que o eleitor não faz esta seleção não votando em quem sabe que é corrupto? Esse voto, essa arma é secreta; ele é digitado em uma urna eletrônica. O eleitor pode, sim, votar de maneira a fazer a limpeza que todos anseiam.

E essa revolução democrática vai estar à disposição de todos os milhões de eleitores e eleitoras no Brasil afora. Eu tenho repetido, e já falei algumas vezes aqui da tribuna, que fiquei estarecido com uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, quando foram entrevistados vários eleitores, milhares de eleitores no Brasil todo e foram feitas várias perguntas. Uma coisa que foi dita por cerca de 75% dos eleitores é que eles acreditam que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Ora, se o eleitor aceita isso, se acha normal isso, fica complicado mudar as coisas.

Por outro lado, mais ou menos 69% dos eleitores também afirmaram que, de alguma forma, ou deram ou mudaram o voto por causa de um favor, por causa de um cargo, por causa de uma conta de luz paga, por causa de uma conta de telefone, por causa de algum outro tipo de bem material. Então, o eleitor que faz isso não pode depois reclamar, porque ele fez um ato de corrupção. Ele elegeu, portanto, um corrupto, já que quem corrompe o eleitor é corrupto, e já está sabendo disso.

Nós deveríamos fazer essa pregação, fazer uma verdadeira operação mãos limpas neste País. Os jornais, as revistas e a televisão publicam a toda hora sobre pessoas que fizeram isso, fizeram aquilo, mas, na hora da eleição, vão uns marqueteiros e colocam o fulano como o cara que faz muito e, daí, vem aquele velho ditado de antigamente: “O cara rouba, mas faz”. Se isso vale, fica difícil pensar que queremos ter pessoas honestas no comando do País ou dos Estados.

Conversei recentemente com um candidato a Governador que me disse assim: “Rapaz, eu já tenho R\$50 milhões para a minha campanha, e eleição se ganha é com dinheiro, com poder. Portanto, estou

despreocupado”. Se um cidadão desses tem R\$50 milhões, de onde ele tirou esta quantia? Será que foi do trabalho dele? E vai usar esses R\$50 milhões de que forma?

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, com muito prazer.

Será que é só com o que é normal, ou seja, publicar os cartazes com o seu nome, o número, com o programa de televisão? Não, é corrompendo. Olhe, não é corrompendo... Não pensem que é corrupção desse nível de pessoa estar necessitando. Não é só o pobre que se deixa corromper, não. São os ricos também, e em grande monta. Pessoas que se dizem poderosas e, portanto, dizem que têm domínio sobre os eleitores, esses se vendem até muito mais caro, porque querem um troco depois. Então, temos que fazer esse trabalho de faxina eleitoral. E quem pode fazê-lo? É o eleitor. O candidato, duvido que tenha um candidato que vá aparecer na televisão, no rádio ou no palanque, dizendo que é corrupto, dizendo que rouba, mas faz. Duvido que vá aparecer dizendo. Ele não vai dizer. Ao contrário! Ele vai vender uma imagem de bom-mocismo e, depois que ele gastou R\$30 a R\$50 milhões, como a espécie de candidato a governador com quem falei, e for eleito, ele vai fazer o quê? Ele vai se ressarcir de mais outros R\$50 milhões, ou multiplicado por várias vezes.

Então, aqui tenho meu cacoete de médico: é o momento de evitarmos que essa doença se alastre. E como é que evitamos? Aplicando o remédio certo. Qual é o remédio certo nesta hora? É o voto. É o voto dado de maneira consciente. É o voto dado em quem presta. É o voto dado em quem você conhece. Não vote em pessoas por causa de um bom programa eleitoral. E aí fica aquela história: junta-se a um monte de partidos para ter mais tempo de televisão e, portanto, fazer mais propaganda, e o eleitor não se debruça para analisar realmente quem é aquele sujeito, como é a vida dele, o que ele já fez na vida, o que ele tem de errado no seu comportamento. Isso é muito importante que façamos.

Então, quero fazer este apelo a toda sociedade brasileira, a todo eleitor, desde a pequenina vila até os maiores centros: vamos votar em gente de bem, porque só assim o Brasil muda.

Senador Augusto Botelho e, depois, o Senador Sadi Cassol, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o discurso de V. Ex^a é um discurso de convocação para que se faça uma mudança neste País, principalmente no nosso Estado, onde este hábito está muito arraigado. A gente sabe

do uso de recurso público para corromper as pessoas na hora do voto. E tenho certeza de que as pessoas não aceitam aquela história do “rouba, mas faz”. Não existe ladrão bom. Bandido é bandido, e homem que trabalha é homem que trabalha. E eu tenho certeza de que o povo de Roraima vai saber distinguir. É bom lembrá-los que um voto de uma pessoa é que coloca um Senador nesta Casa, que tira um Senador desta Casa. Por isso, eles têm que saber que o voto deles vale muito do ponto de vista moral e do ponto de vista do seu futuro. Também, como V. Ex^a falou aqui, aquele que rouba o dinheiro público para comprar votos nunca aparece, eles botam um preposto. Aquele que vai oferecer dinheiro para o eleitor não é um candidato, é mandado por ele. Eu dou até um conselho para as pessoas lá de Roraima: “Olha, quando for oferecido dinheiro, você tem que pegar, porque aquele dinheiro é seu, que ele está devolvendo. Com certeza ele roubou aquele dinheiro de ti, porque não é o dinheiro dele que está dando para comprar voto, gastando assim”. E já perguntei a um padre e a um pastor se não estou cometendo alguma heresia, algum pecado mandando que o trabalhador pegue o seu dinheiro de volta quando esses corruptos vão oferecer. Aliás, eles não, os prepostos deles, que também estão ganhando para fazer isso. Eu acho que está na hora de darmos uma arrumada nesta Casa, neste País todo, porque as cenas vergonhosas se sucedem. É um escândalo abafando outro. Estou aqui há sete anos ouvindo e vendo isso. Espero que este País mude.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto, quero agradecer o aparte de V. Ex^a. Não é porque V. Ex^a é meu colega de Bancada e não é porque é meu colega médico, mas eu o conheço há muito tempo. Conheço a vida de V. Ex^a e sei que é um homem íntegro. Não existe contra V. Ex^a nenhuma condenação, não; não tem nenhuma denúncia contra V. Ex^a, tal a retidão da vida de V. Ex^a. Portanto, espero que o eleitorado de Roraima saiba reconhecer isso, reconhecendo o trabalho bom que V. Ex^a aqui desempenha, e possa reconduzi-lo nas próximas eleições.

Senador Cassol, com muito prazer.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Quero parabenizar V. Ex^a por tratar de um assunto tão importante como esse, num ano eleitoral. É propício, é o momento. Precisamos cada vez mais fechar o círculo de toda a forma, por meio de informações...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ...no sentido de se evitar que essa corrupção eleitoral continue no nosso País. Veja bem, Senador, sempre que se fala num grupo político para ganhar uma eleição num

Estado ou Município, comenta-se – e é lamentável ter que ouvir isto: “Não tem estrutura, porque não tem um governo.” Mas, espera aí, o governo ganha quanto? Um governador, um prefeito, ganha quanto? Não ganha o salário dele? Como que se comenta que, havendo governo, há estrutura? Quer dizer, então, você rouba o dinheiro do governo para fazer a estrutura, não é isso? Então, quero conclamar a Polícia Federal e o Ministério Público para que peguem essas ondas que aparecem por aí – “não, mas só tem estrutura se é o governo” – e que vão lá, num comício grande, numa carreata grande. Quem está pagando isso tudo? De onde veio esse dinheiro? Porque senão...

(Interrupção do som.)

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – ...a estancar a corrupção neste País; e corrupção eleitoral, que é uma das mais graves. Por quê? Porque, no momento em que você elege o corrupto, depois ele será corrupto naquilo em que administra também. Então, se conseguirmos estancar a corrupção eleitoral, estaremos acabando também com os corruptos das obras, os que desviam dinheiro, e de forma vergonhosa, como vemos alguns casos acontecerem nos Estados deste País. Muito obrigado pelo aparte. Parabenizo-o mais uma vez por levantar uma questão tão importante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu lhe agradeço, Senador Cassol.

Quero dizer que tenho vindo várias vezes à tribuna abordar este tema. E, a partir de hoje, faltam 206 dias, Senador Mão Santa, para a eleição. Então, é muito pouco tempo. Portanto, é muito importante que cada eleitor medite sobre isso. Desde agora. Não vá deixar para decidir seu voto na hora em que for à urna, não. Comece a meditar desde agora, quando os candidatos aparecerem. Quem são? Esse e esse.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Qual é o passado dele? O que ele já fez e o que poderá fazer? Ele tem qualificação para fazer?

Então, isso é muito importante, mas, principalmente, que ele tenha, realmente, um passado honesto, um presente honesto e que, portanto, possa ter um futuro honesto.

Quero finalizar, Senador Mão Santa, dizendo que, nos dias 13 e 14 deste mês, vamos realizar, em Roraima, o primeiro seminário do PTB, o primeiro seminário político. Aliás, será o primeiro seminário político realizado naquele Estado, em que vamos debater exatamente: eleições, democracia e trabalhismo, o que não poderia deixar de ser. O PTB é o Partido de Getúlio Vargas, Partido que foi feito para defender o trabalhismo, isto é, a relação entre o trabalhador e o empregador, para

que o trabalhador tenha seus direitos garantidos. Está aí a CLT, criada também por Getúlio Vargas.

E eu espero que nós possamos estar juntos com o PSC nessa campanha...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...lá em Roraima, em outros Estados e, quiçá, no Brasil. Tenho certeza de que, somente, realmente, juntando todas as pessoas de bem, poderemos fazer a mudança que este País quer.

Como médico, tenho sempre esperança de que, mesmo desenganado, o paciente pode ser recuperado e salvo. Da mesma forma, tenho muita fé neste País e neste povo. Podemos mudar, e a hora da mudança é no voto, no dia 3 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, chamando a atenção do País para a ética nas próximas eleições.

Mozarildo, o Partido Social Cristão tem como símbolo o peixe; o *slogan* é ética na democracia. O programa é o homem em primeiro lugar e a doutrina cristã. É uma boa companhia para a campanha de V. Ex^a.

Agora, vamos chamar um orador inscrito para uma comunicação inadiável. Então, vamos chamar – Fátima Cleide não está presente, Rosalba Ciarlini não está presente – Flexa Ribeiro, que está presente.

Encerrada a lista de oradores para uma comunicação inadiável. De acordo com o Regimento, são três. Depois da Ordem do Dia, não há mais.

Ele estava no banco de reserva e entrou em campo, esse grande atleta do Estado do Pará, do PSDB, que é o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, o Robinho também estava no banco de reserva, foi convocado pelo Dunga e está resolvendo aí o problema da Seleção Brasileira. Espero que a gente comemore a Copa agora, na África do Sul.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dóceis e em silêncio, após sete anos usufruindo as benesses das verbas públicas, os setores radicais do Partido dos Trabalhadores voltaram à ofensiva para tentar emplacar suas velhas e carcomidas teses.

No 4º Congresso Nacional do PT, realizado agora em fevereiro, em Brasília, esses setores incluíram, nas diretrizes do programa de governo da pré-candidata Dilma Rousseff, medidas como a censura aos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho – na marra – e a taxaço sobre grandes fortunas – sem que ninguém saiba, ao certo, o que é uma “grande fortuna”.

Impresso no papel, preto no branco, nas tais diretrizes, está o que a Ministra Dilma pretende oferecer ao País. Ninguém poderá argumentar, mais tarde, que não sabia das reais intenções petistas. Está tudo, lá no documento, impresso, que se originou no 4º Encontro Nacional do PT, aqui, em Brasília.

Espertamente, porém, a candidata-Ministra – não sei se posso denominá-la, Senador Alvaro Dias, candidata-Ministra ou Ministra-candidata – cuida de amenizar, em sua fala, o que o papel, de bom grado, aceitou. Ou seja, aquilo que foi definido como diretrizes do PT para o governo, a Ministra-candidata procura amenizar nas suas falas. O mistério é saber em qual lado do pêndulo ela fica de fato.

O documento possui nome pomposo, Senador Marco Maciel: “A Grande Transformação.” Lembra um texto petista de quase uma década atrás – e o Senador Suplicy deve se lembrar bem –, chamado “A Ruptura Necessária”, convenientemente varrido para debaixo do tapete. A tal ruptura nada mais era do que a pregação pela implantação de um regime socialista no Brasil. Antes, como agora, os programas preconizam um governo autoritário, no qual um Estado poderoso dá todas as cartas.

O Estado forte, defendido pela Ministra Dilma no 4º Congresso do PT, na verdade, nada mais é que uma opção por um governo autoritário. Vejam o exemplo do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que ofende, sem o menor pudor, a liberdade de expressão e a democracia representativa. Quem é o responsável por dar o formato final aos atos submetidos à assinatura do Presidente da República? Não é a Chefe da Casa Civil? Quem é a Chefe da Casa Civil? A Ministra Dilma.

Tentamos ouvir a Ministra Dilma sobre o programa, mas a Base do Governo, numa manobra inconstitucional jamais vista nesta Casa e que desmoraliza ainda mais o Senado, “desconvocou” a Ministra Dilma, trocando o seu nome – aprovado duas semanas antes, em requerimento – pelo do Ministro Paulo Vanucchi. Como bem disse o Senador Tasso Jereissati, essa manobra coloca em xeque toda a segurança jurídica do processo legislativo no Senado, pois até mesmo o ofício convocando a ministra já havia sido expedido e recebido por ela com o devido aceite, tornando a convocação um ato jurídico perfeito.

Qual é o problema? – pergunto eu. A presença da Ministra nesta Casa quebra toda essa estratégia de *marketing* que a envolve? Ela não pode dialogar com o Congresso Nacional? Que autoridade frágil é essa que foge do debate, mas que pretende disputar a Presidência da República?

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda ontem, Senador Mão Santa, quando o Congresso Nacional fazia uma sessão em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Ministra Dilma esteve aqui, no plenário do Senado, usou da palavra e fez das suas palavras uma pregação política. E não pode vir aqui para conversar com os Senadores nas comissões, porque, todas as vezes que ela é convidada ou mesmo convocada, a Base do Governo impede a sua presença.

Repito: quem é o responsável por dar o formato final aos atos submetidos à assinatura do Presidente da República? Não é a Chefe da Casa Civil, a Ministra Dilma? Onde está a competência gerencial da ministra, que deixou o Presidente da República assinar um absurdo desses? Quem é essa pessoa que não quer se expor mas almeja ocupar o maior cargo político do País?

Portanto, o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos é um marco emblemático, pois não só mostra o viés autoritário que se tenta implementar, a qualquer custo, mas também a incapacidade gerencial da candidata, a Ministra Dilma.

O editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, datado do último dia 14 de janeiro, dá essa exata medida:

Com esse escorregão, a Ministra Dilma Rousseff demonstrou de forma irrefutável seu despreparo para mais um cargo federal. Já havia mostrado sua inépcia ao chefiar o Ministério de Minas e Energia, onde sua gestão foi abaixo de inexpressiva. Chamada para a Casa Civil, foi desde o início poupada, pelo presidente, de toda a responsabilidade pela articulação política. Foi-lhe atribuída [...] a coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mais que isso, ele a nomeou ‘mãe do PAC’. Mais uma vez, a ministra demonstrou a sua inépcia gerencial, desmentido novamente sua injustificável fama de executiva.

Diz o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 14 de janeiro.

Convenientemente, a ministra emite sinais contraditórios. Nas entrevistas, busca amenizar sua histórica simpatia por políticas e regimes totalitários. Em reuniões fechadas, porém, agradece o apoio dos radicais e troca afagos com os emissários do Chávez e dos governos de Cuba e Coréia do Norte. É o movimento pendular que visa preencher todos os espaços sem dizer ao certo em qual deles estará.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Em outro sinal de que se enamora do estatismo, a candidata-ministra manifestou a sua disposição de continuar “o

reaparelhamento do Estado”. Faltou apenas dizer que, no atual Governo, quem se beneficiou do tal reaparelhamento foram apenas seus companheiros petistas.

Senador Valdir Raupp, a realidade nos mostra, desde 2002, Senador Mão Santa, que a quantidade de funcionários do Palácio do Planalto cresceu 150%, mas o número de servidores da saúde só aumentou em 0,5%, como mostrou **O Globo**.

Se alguém tem dúvida sobre o lado para o qual pendente a Ministra Dilma, uma pista: um dos participantes mais aclamados no encontro do PT foi José Dirceu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a já aumentou em 100% o seu tempo na tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

...o mentor do mensalão e um dos coordenadores da campanha da ministra. Dirceu foi a segunda personalidade mais aplaudida no evento. Depois de Dilma? Não. Depois do Presidente Lula. Afinal, quem mandará no Governo se o Brasil – e não vai acontecer – elege-se Dilma Rousseff, Presidente? Quem está disposto a eleger esse lobo em pele de cordeiro?

E em falar de mensalão e corrupção, a revista **Veja** nos trouxe, esta semana, um novo escândalo, o caso da Bancoop. E hoje, na CCJ, novamente a Base do Governo impediu o convite ao promotor para que ele viesse aqui ao Senado trazer suas explicações.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Para acabar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Informa a revista:

Na semana passada, chegaram às mãos do promotor José Carlos Blat mais de 8.000 páginas de registros de transações bancárias realizadas pela Bancoop entre 2001 e 2008. O que elas revelam é que, nas mãos de dirigentes petistas, a cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos de seus diretores e a abastecer campanhas eleitorais do partido. A Bancoop é hoje uma organização criminal cuja função principal é captar recursos para o caixa dois do PT e que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à presidência em 2002.

O promotor pediu à Justiça o bloqueio das contas da Bancoop e a quebra de sigilo bancário daquele que ele considera ser o principal responsável pelo esquema, seu ex-diretor financeiro e ex-presidente João Vaccari Neto. Vaccari acaba de ser nomeado o novo

tesoureiro do PT e, como tal, deve cuidar das finanças da campanha de Dilma.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo em um minuto.

Definitivamente, o caminho que o Brasil precisa seguir não é esse proposto pela candidata Dilma e sua equipe.

Para finalizar, Sr. Presidente, vou abrir aspas para o texto postado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson, em seu **blog**:

Passada a ressaca da festa de lançamento da candidatura de Dilma Rousseff, os governistas se deparam com a dura realidade: Dilma terá só 40 dias para fazer ‘campanha’ [Senador Valter Pereira] ao lado de seu padrinho, o Presidente Lula. Até três de abril, a ministra (Casa Civil) terá que se desincompatibilizar do cargo, e não poderá mais participar de inaugurações, lançamento de projetos (os PACs da vida), nem rodar o País ao lado do presidente.

Hoje, Dilma é uma bicicleta com rodinha; vamos ver se, tiradas as rodinhas (Lula), ela passa da segunda pedalada.

Agora tenho dúvida se Dilma será uma bicicleta de rodinhas, na definição de Roberto Jefferson, ou o que ela aparenta desejar, ser um Hugo Chávez de saias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O orador da vez é Eduardo Suplicy. Enquanto ele chega V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele anda devagar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Enquanto chega à tribuna, pela ordem o Senador Magno Malta, que também está inscrito aqui como Líder.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, é só para comunicar – o Senador Tuma está aí – que nós acabamos de fazer a oitiva na CPI de uma mãe que teve o filho abusado pelo próprio pai, o que é uma prática desgraçada, e o Senador Tuma se emocionou muito. A psicóloga que serve a CPI acabou de ouvir a criança, um depoimento muito dramático, como nós não estamos acostumados, porque ninguém se acostuma com uma desgraça dessas.

Amanhã nós temos uma oitiva às 11 horas com o Sr. Flávio Pereira, diretor de arrecadação do Flamengo.

Eu recebi, Sr. Presidente, um comunicado hilário dele e do advogado, dizendo que só hoje, às 14 horas, ele tomou conhecimento pela mídia – a mídia está falando disso há um ano. E ele coloca aqui, Senador Tião Viana, um quarto item dizendo: “Por oportuno [esse é o Sr. Flávio Pereira, Diretor de Arrecadação do Flamengo], declara o requerente que não possui condição financeira de arcar com a passagem do Rio para Brasília”. Me engana que eu gosto!

A CPI manda passagem, a CPI tem orçamento para isso. Para todo convocado, para todo convidado, vão as passagens e são pagas as diárias aqui em Brasília. Então, diante disso, dessa piada, o Senador Tuma resolveu propor a quebra do sigilo fiscal dele nos últimos oito anos. Se ele é diretor do Flamengo e não pode comprar uma passagem, alguma coisa errada tem. Então, hoje à tarde, a CPI quebrou o sigilo fiscal do Sr. Flávio.

Espero que ele compareça amanhã. Temos comprovação de que ele foi notificado na segunda-feira. Não comparecendo amanhã, nós reiteramos coercitivamente a convocação dele. Isso nada tem a ver com a instituição Flamengo; a situação é semelhante à situação de um padre que abusa de uma criança na igreja, de um pastor abusa de uma criança ou de qualquer indivíduo que, do alto da sua consciência, abusa de uma criança. Nada tem a ver com a Igreja, com a instituição, e nem com o Flamengo. É um indivíduo que está sendo acusado de abusar de uma criança. Infelizmente, é o diretor de arrecadação do Flamengo.

Então, não tem bom, não tem branco, não tem doutor, não tem rico, não tem pobre. Abusou de criança, vamos agir da mesma forma. Foi acusado de abusar de criança, vamos ouvir da mesma forma. Então, está mantida a oitiva dele para amanhã e, caso não compareça, será conduzido coercitivamente. Ele vai ter de vir. A Polícia Federal vai trazê-lo. Estamos simplesmente cumprindo o nosso papel, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Na tribuna, Eduardo Suplicy, orador inscrito que representa o PT de São Paulo e já é candidato, já se apresentou ao seu partido em São Paulo, como manda a lei, com o número de assinaturas de filiados necessário. Isso dá uma perspectiva de grandeza ao partido de S. Ex^a, que chegou a esta Casa com quase dez milhões de votos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, hoje eu estou aqui na qualidade não apenas de Senador pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo em terceiro mandato, com a responsabilidade de quem teve 8.896.803 votos, mas

também com a responsabilidade de ser Vice-Líder do PT no Senado.

Como o meu amigo, companheiro e Líder, Senador Aloizio Mercadante, encontra-se em repouso, recuperando-se – felizmente, está bem – de uma cirurgia na semana passada, estou no exercício da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Nessa qualidade, com todo companheirismo, carinho e respeito, quero transmitir ao meu querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o respeito que ele ressaltou ter pela determinação da Justiça e do Governo cubanos não deveria excluir a possibilidade, com toda a sinceridade, de um verdadeiro amigo poder dizer, construtivamente, aos Presidentes Raul e Fidel Castro – este, ex-Presidente, mas considerado o Comandante Maior da Revolução Cubana – da importância de se respeitar os direitos humanos, de se respeitar as liberdades democráticas, sobretudo as liberdades de expressão em todo e qualquer país.

Em janeiro de 1998, uma pessoa que demonstrou ser um amigo extraordinário de Cuba – refiro-me ao Papa João Paulo II – foi muito bem recebida pelo Presidente Fidel Castro e carinhosamente recebida pelo povo cubano. Durante todos os dias que ali esteve, falou para milhões de cubanos e soube expressar com muita franqueza o quão importante seria que se acabasse com qualquer cerceamento de vínculos a outros povos e, portanto, que se encerrassem o bloqueio, o embargo, dos Estados Unidos contra Cuba. Igualmente, ressaltou que Cuba deveria criar um ambiente de maior liberdade e de pluralismo. Naquela oportunidade, o Papa João Paulo II, na Praça José Martí, diante de centenas de milhares de pessoas que o assistiam e aplaudiam, ressaltou como seria importante que houvesse a combinação de justiça com liberdade.

Eu gostaria que o Presidente Lula se recordasse de algumas das pessoas da história da humanidade pelas quais, em outras ocasiões, ele demonstrou o maior respeito, pessoas que realizaram greves de fome para alcançarem objetivos importantes na história dos povos. Dentre esses, claro, vem à mente de todos nós a imagem de Mahatma Gandhi, que foi o grande propugnador da ideia de que as transformações na sociedade devem ser realizadas através da não-violência, através dos meios persuasivos e, em algumas ocasiões, através da desobediência civil e de meios como os que inspiraram Martin Luther King Junior à realização de grandes marchas, como aquelas que culminaram, em 28 de agosto de 1963, com mais de duzentas mil pessoas diante do Memorial de Abraham Lincoln em Washington D.C., com o seu histórico discurso **I have a dream**.

Mas não apenas Mahatma Gandhi. Nelson Mandela inspirou-se em Bobby Sands, líder irlandês do IRA que morreu após 66 dias da greve de fome que iniciou como forma de protesto para que fosse reconhecido como prisioneiro político, chamando a atenção dos povos do mundo para a sua causa.

As autoridades da África do Sul haviam recusado a possibilidade de Nelson Mandela ver seus filhos pequenos, inclusive seu filho de três anos. Ele, então, pouco depois daquele episódio, na prisão onde ficou por 27 anos, realizou uma greve de fome até conseguir seu intento seis dias depois, para que seu filho pudesse, aos três anos de idade, visitar o pai.

Cesar Chavez, no México, foi uma das pessoas que comoveu o mundo com sua greve de fome.

No caso de Bobby Sands, o próprio Presidente Fidel Castro fez uma observação assinalada pelo jornalista inglês Denis O'Hearn, em 6 de maio de 2006, quando escreveu em **The Nation** "A Fome de Justiça". Ali ele disse, em 6 de maio de 2006:

Vinte e cinco anos atrás, em 5 de maio de 1981, prisioneiro do IRA, Bobby Sands morreu depois de sessenta e seis dias em greve de fome. Ele protestava contra a ser reconhecido como um prisioneiro político, chamando a atenção do mundo para umas das mais terríveis condições de nunca experimentada por prisioneiros. Ele e uma centena de seus companheiros – presos em H notório da Grã-Bretanha Bloco de prisão da Irlanda do Norte – havia passado anos em bloqueio total, nu, com nada além de cobertores para se cobrir, sem material de leitura ou mesmo a simples confortos da vida.

Nos últimos dias de agonia de sua vida, Bobby Sands viu deliciosa ironia ao ser eleito como deputado britânico, um membro da "mãe de todos os parlamentos", o coração do inimigo estava morrendo de vontade de vencer. Ele nunca se queixou, mesmo quando todos os tipos de políticos e clérigos entraram em sua cela do hospital isolado, onde seus amigos não foram autorizados a visitar, e tentou persuadir e enganá-lo fora de seus protestos. Margaret Thatcher, que finalmente realizou sua vida em suas mãos, havia dito: "a senhora não é para transformar". Então Bobby Sands sabia que ele iria morrer. Ele sabia que outros se seguiriam. No final, dez grevistas irlandeses morreram naquele verão de 1981.

Em Havana – assinala O'Hearn – Fidel Castro colocou os grevistas de fome da Irlanda em companhia bastante alta, quando ele

afirmou: 'Os tiranos tremem na presença de homens que são capazes de morrer por seus ideais, após 60 dias de greve de fome! Próximo a este exemplo, quais foram os três dias de Cristo no Calvário, como um símbolo ao longo dos séculos de sacrifício humano?'

(Interrupção do som.)

Será que o Senador Mão Santa, realmente, deu-me o tempo necessário, porque não é uma comunicação inadiável. Eu sou orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a começou o discurso às 16 horas e 42 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a terá o tempo necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero aqui recordar, Sr. Presidente, que nos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores, nós fizemos questão de ali colocar o quão importante para nós era a democracia e a liberdade.

No manifesto de fundação do PT, de 10 de fevereiro de 1980, estava li registrado: O PT lutará pela...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar o povo explorado e suas lutas. E, assim, também aqui se dizia não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora da sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os policiais populares são alvo permanente de repressão policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, e assim por diante.

Com toda amizade ao Presidente Lula, quero aqui dizer que nós defendemos que o socialismo, a maior igualdade entre todos os seres humanos e o direito pleno à cidadania devem ser acompanhados da ampliação da liberdade e da justiça; e assim como João Paulo II disse com muita clareza e assertividade pe-

rante Fidel Castro e o povo cubano que as liberdades deveriam estar acompanhadas dos movimentos em favor da justiça, é importante que nós aqui digamos, com toda amizade, ao reconhecer o progresso social da educação, da eliminação do analfabetismo, dos progressos na área da saúde, que ao lado de objetivo tão importante de acabar com o bloqueio econômico, cultural e comercial que os Estados Unidos impõem a Cuba, também queremos que haja ampliação das liberdades.

Inclusive, Sr. Presidente, quero aqui concluir que, ao final do ano passado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por requerimento do Senador-Presidente, Demóstenes Torres, aprovou requerimento para que venha visitar o Senado a blogueira da *Generación Y*, Yoani Sánchez, e o Presidente José Sarney encaminhou, assim como o Presidente...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...da CCJ, Demóstenes Torres, o convite pelo Senado, para que a Sr^a Yoani Sánchez possa vir ao Senado.

Quero aqui transmitir ao Presidente Lula, pelo que tenho lido do livro e das páginas da Sr^a Yoani Sánchez, as suas observações sobre o cotidiano da vida cubana não são mais ferinas do que os discursos que aqui, diariamente, a Oposição ao Governo do Presidente Lula faz com respeito ao que acontece no Brasil e, nem por isso, o Presidente Lula se vê ameaçado. Por isso, eu gostaria de transmitir ao Presidente Lula, como ainda na semana passada, quando estive aqui a Sr^a Hillary Clinton, tive a oportunidade de dialogar com o Ministro Celso Amorim, que falou que esse é um assunto muito delicado em Cuba, mas é um assunto suficientemente deliciado para nós, amigos de Cuba, dizermos a eles: “Ah! Como será bom se também em Cuba não houver mais prisioneiros de consciência, prisioneiros de natureza política, prisioneiros que não tenham cometido efetivamente roubos, crimes de sangue e assim por diante”.

E que possamos nós, brasileiros, transmitir aos cubanos: “Vamos abrir as fronteiras, vamos colaborar para que os americanos possam ir a Cuba e sair de Cuba na hora em que desejarem, bem como que os cubanos possam visitar quaisquer países das Américas, inclusive o Brasil e, inclusive, a Sr^a Yoani Sánchez.

Quero aqui agradecer, porque me sinto amigo de Cuba, das vezes em lá estive – e já estive lá quatro vezes desde os anos 80 – e sempre fui muito bem recebido. No ano passado mesmo, fui a Cuba para fazer uma exposição sobre a Renda Básica de Cidadania no Congresso de Economistas de Cuba e do Caribe.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a aborda um tema interessante. Eu acho que V. Ex^a deveria pedir ao Presidente Lula – e eu posso até me colocar à disposição para fazer isso, assim como os Presidentes amigos de Cuba – que peça aos irmãos Castro, ao Fidel e ao Raul, que façam a abertura democrática em Cuba. Não há país no mundo que resista a 50 anos de ditadura. Eu estive lá na época em que V. Ex^a lá esteve. Cuba está se deteriorando. Tudo bem, há os embargos econômicos, mas o regime é muito fechado e os problemas estão ocorrendo. É como o Chávez na Venezuela, que está começando a enfrentar problemas também. Não há mais espaço no mundo para regime ditatorial. O que o que o Presidente Lula tem que fazer é aconselhar o Raúl Castro, que agora está no comando de Cuba, a fazer a abertura democrática naquele país.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a relembra o dia em que o nosso querido embaixador nos convidou para jantar na embaixada em Havana e pode testemunhar que há como que um anseio de todos os povos para que Cuba possa avançar na construção do socialismo, mas também na ampliação das liberdades democráticas, liberdade para todos os seres humanos e liberdade inclusive de ir e vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vamos passar à Ordem do Dia. Antes de conceder a palavra aos Senadores Alvaro Dias e Flávio Arns, vou colocar em votação, se houver concordância das lideranças, a indicação de algumas autoridades e acordos internacionais. São indicações para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), que, inclusive, já estão com o prazo expirado, e para o cargo de representante do Brasil junto à comunidade dos países da língua portuguesa e acordos internacionais, Brasil-Honduras e Convenção Internacional.

Então, não havendo objeção das lideranças, colocarei essas matérias em votação. Há também os requerimentos em globo que estão pendentes aqui.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes

de ouvir o ilustre Senador Gerson Camata, eu queria explicitar a V. Ex^a alguns pontos.

Em primeiro lugar, essa Medida Provisória é, de fato, relevante, pois, por exemplo, prorroga incentivos para uma iniciativa que tive ocasião de apoiar como Líder do governo do Presidente Fernando Henrique, que é a instalação da Ford na Bahia. Imagino que, para a bancada baiana, seja de enorme importância ver a matéria votada e aprovada. Do mesmo modo, há incentivos para a Troller, do Ceará. Isso sensibiliza todos nós que temos uma ligação com o Ceará, pois nós, amazonenses, sobretudo, somos, no fundo, netos da civilização cearense.

Há uma dúvida em relação, por exemplo, ao Polo Industrial de Manaus, e explicitiei ao Líder Romero Jucá que eu não poderia conviver com a dúvida, que eu teria de ter certeza. E o Líder, prontamente, disse: “Retiro essa parte que tem a ver com o distrito industrial de Manaus”.

Há ainda algumas outras questões muito relevantes e muito nevrálgicas. O Líder está preocupado com a questão do tempo para aprovar a Medida aqui e enviá-la à Câmara dos Deputados. Porém, o vencimento é no dia 23 de março, e hoje estamos no dia 10. Tenho a impressão de que, se fizessemos amanhã uma reunião dos Líderes e das pessoas que têm dúvidas sobre a matéria, poderíamos votar as autoridades. Mas não votaríamos a matéria hoje, deixando para a próxima terça-feira a decisão final.

Todos queremos votar, mas, obviamente, só posso querer votar sem prejuízo para a Zona Franca de Manaus. E, obviamente, quero votar, porque é importante para a Bahia, para o Ceará e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Para Goiás também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a lembra Goiás. Há também lá uma montadora, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mitsubishi e Hyundai. Esse assunto não está pacificado também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, tenho a impressão de que seria mais sensato se votássemos as autoridades hoje e se deixássemos para votar essa matéria na terça-feira, mas não vegetativamente. Temos de, amanhã, reunir o Líder Romero Jucá, os Líderes e mais os Senadores todos que tenham dúvidas sobre a matéria, para discutirmos o ponto de vista técnico, para ver o que há de errado, o que há de vício a ser corrigido. A Senadora Lúcia Vânia e o Senador João Tenório têm dúvidas importantes a abordar e me relataram isso por telefone. A Senadora Lúcia Vânia relatou isso pessoalmente ao

Líder Romero Jucá. Finalmente, eu gostaria de ouvir o Líder Agripino, os demais Líderes, o Líder do PMDB sobre a questão.

Em seguida, após a votação das autoridades, pretendo fazer um pronunciamento sobre algo muito grave que está acontecendo no sul do meu Estado, no Município de Lábrea, algo que começa a dar uma fricção, com perigo de choque social. Isso se deve a certo radicalismo de funcionários do Instituto Chico Mendes, que não estão entendendo que os tubarões, os que prejudicam a floresta, atuam no sul do Estado e estão perseguindo tolamente os pequenos. Isso é intolerável. Acabei de recomendar muita calma à população que está amotinada na frente do hotel onde estão hospedados os funcionários do Instituto Chico Mendes. É um radicalismo, uma mania de tratar mal os pequenos, desobedecendo a Daniel Krieger, que dizia: “Seja humilde com os humildes e arrogante com os poderosos”. E o certo não é ser arrogante com ninguém, o certo é ser humilde com os humildes e altivo com os poderosos. Parece que eles não estão ouvindo muito essa tese. E isso tem de ter um cobro. Confundir política de meio ambiente – e sou ambientalista – com perseguição ao caboclo que quer sobreviver não vai ter meu aval, não vai ter minha chancela, não vai ter meu silêncio nunca.

Então, após a Ordem do Dia, eu gostaria de estar inscrito como Líder do Partido para fazer uma menção sobre essa questão envolvendo um problema que pode realmente dar em tragédia – espero que isso não aconteça, e a recomendação foi de calma, de paz, de tranquilidade – e que merece muita atenção.

No mais, com a argumentação que fiz – já estão aqui o Líder Jucá e o Líder Agripino –, podemos perfeitamente nos entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de conceder a palavra aos Senadores que já a estão solicitando pela ordem, vou abrir o painel para a votação do Parecer nº 1, referente à escolha de autoridades.

Senador José Agripino, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, apenas vou abrir o painel, para votarmos, se V. Ex^a permitir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou de acordo com isso, Sr. Presidente.

Acabei de conversar com o Senador Romero Jucá, que me fez um apelo em torno da Medida Provisória nº 470. Eu disse a S. Ex^a que, logo hoje, pela manhã, chamei minha assessoria, o PSDB convocou a assessoria do Partido, e fizemos uma reunião, um entendimento entre as duas assessorias. Mantemos

as pendências de esclarecimento em relação a alguns pontos que vou relatar – o Senador Romero pode até dizer que eles estão superados, mas, para todos os efeitos, isso ainda não aconteceu. O crédito-prêmio, que a Senadora Lúcia Vânia suscitou – e me parece que S. Ex^a viajou, sem que houvesse uma definição –; o Refis; a renegociação do crédito rural; as concorrências do Serpro com o Ministério do Planejamento, todas essas são questões fulcrais, para não falar na questão que o Senador Arthur Virgílio acabou de mencionar que envolve a Zona Franca de Manaus, a Kia, a Hyundai.

O que sugiro? Sugiro aquilo que o Senador Arthur Virgílio disse, que votemos, mais do que as autoridades, até os acordos internacionais que estão sobre a mesa; que nos reunamos com o Líder Romero Jucá, que acabou de chegar, para, num clima de cordialidade e de entendimento, de busca de entendimento, esclarecermos todos os pontos que estão pendentes; e que, num espaço de tempo menor possível, votemos, por consenso, a Medida Provisória nº 470. Mas, neste momento, não há consenso, não há posição do meu Partido com relação à votação hoje para a Medida Provisória nº 470.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, vou abrir o painel para colocar em votação o Parecer nº 1, referente à escolha de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 1, DE 2010

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 290, de 2009 (nº 1.026/2009, na origem), cujo Relator é o Senador Romeu Tuma, pelo qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos, que irá se aposentar em 1º de março de 2010.*

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acolho as observações do Senador Arthur Virgílio e do Senador José Agripino, mas gostaria de fazer uma ponderação.

Há uma data-limite para que a Medida Provisória nº 470 perca a validade: dia 23 de março. Nessa matéria, há uma série de modificações que foram debatidas no Senado e que, portanto, necessitarão de apreciação na Câmara dos Deputados. A próxima semana é a única que se terá para apreciar a matéria na Câmara dos Deputados, tendo em vista que, na terça-feira, dia 23 de março, perderá a validade a referida Medida Provisória. Portanto, não haverá semana seguinte para essa Medida Provisória.

Entendo essas questões. Muitas delas já foram vencidas, como a questão suscitada pela Senadora Lúcia Vânia. Quanto a outros pontos, preciso sentar com os da oposição para equacionar seus questionamentos.

Eu sugeriria, então, que suspendêssemos essa matéria e que votássemos as indicações das autoridades. Poderíamos observar as matérias. E, talvez, tivéssemos a condição de votar amanhã essa matéria por entendimento, até numa sessão pela manhã, se houvesse algum tipo de dificuldade, para que pudéssemos, enfim, amanhã, remetê-la à Câmara. No dia 23 de março, cai a Medida Provisória, mas temos de fazer com que a matéria retorne à Câmara, para se votarem essas modificações. Então, na verdade, nosso prazo limite para votar com modificações é amanhã.

Gostaria de fazer essa ponderação e de solicitar à oposição que nos reuníssemos na área de reuniões ali atrás, para verificar se é possível fazer esse entendimento. Se for possível fazer esse entendimento hoje, ainda votaríamos hoje. Se isso não for possível, votaremos amanhã, mas buscaremos esse entendimento imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Estamos em processo de votação. Eu gostaria de convocar todos os Senadores e Senadoras a virem ao plenário para exercer o dever de voto.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a vai falar sobre a matéria?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também quero falar sobre a matéria, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não vou falar sobre a matéria, mas sobre o processo de votação. Os Líderes mostraram aqui seus pontos de vista...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou só encerrar esse assunto relativamente à matéria e aí passo a palavra aos Srs. Senadores Alvaro Dias e Flávio Arns.

Tem a palavra o Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de chegar aqui e, portanto, não participei dessa discussão. Não tive oportunidade de ver a intervenção do Senador José Agripino e a do Senador Romero Jucá, mas, Sr. Presidente, algo faz com que eu venha à tribuna. Vamos votar uma medida provisória importante, muita coisa está sendo negociada, e penso que é fundamental resolvermos o problema do cacau da Bahia. Temos compromisso com isso e já resolvemos isso em outras oportunidades. É fundamental também que possamos dar uma solução definitiva no texto dessa Medida Provisória para o problema da renegociação das dívidas do Centro-Oeste, mas, Sr. Presidente, não vamos poder fazer isso com legitimidade se não resolvermos o problema das dívidas dos pequenos agricultores do semiárido do Nordeste. Eu já disse isso ao Senador Gim Argello e ao Senador Romero Jucá. Concordo com o Senador José Agripino. Já votamos muitas medidas provisórias, mas, lamentavelmente, esse problema não foi resolvido. Precisamos prorrogar a renegociação das dívidas ativas, precisamos suspender as execuções judiciais, precisamos fazer a remissão das pequenas dívidas, Sr. Presidente. O que estamos vendo no Nordeste é um clamor.

O Presidente Lula tem compromisso com a solução desse problema, já disse isso e reafirmou em várias circunstâncias. Então, é fundamental que, no bojo dessa Medida Provisória, possamos tratar definitivamente da solução dessas pequenas dívidas do Nordeste, dos pequenos agricultores, dos assentamentos também. O PMDB coloca essa condição como fundamental, inclusive, para que possamos votar essa Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também vou falar sobre a matéria. Primeiramente, quero contraditar o Senador Romero Jucá, já que ainda há quinze dias para a apreciação dessa matéria. Somente no dia 23 de março é que cairá a Medida Provisória. No entanto, há

questões essenciais, e não considero que seja possível equacioná-las hoje numa reunião de Líderes.

Temos vários pontos a considerar, Sr. Presidente, e um deles, já referido pelo Senador Arthur Virgílio, diz respeito à Zona Franca de Manaus. Além desse ponto, há questões como a do crédito-prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Mais uma vez, essa matéria retorna à pauta; parece-me que esse assunto é interminável. Vamos concluir vários mandatos, e, a cada medida provisória, esse assunto aparece, desaparece e reaparece. Temos de equacionar a dívida ativa dos produtores rurais; esse é um assunto que tem de ser discutido. Há também a questão do Refis; também não há entendimento sobre esse ponto ainda. Há questões referentes ao Serpro e questões referentes ao Conselho de Contabilidade e ao Conselho de Representantes Comerciais. Portanto, Sr. Presidente, são vários pontos que devem ser analisados com um cuidado maior.

O Governo chega com uma medida provisória, apresenta um relatório repentinamente e deseja que a oposição aceite engolir goela abaixo o prato feito empurrado pelo Governo. Empurrando, não dá, Sr. Presidente!

Portanto, essa questão do prazo é muito mais um problema do Governo, que não planeja com competência, que não adota as providências em tempo. Esse não é problema da oposição. Cabe à oposição zelar por uma legislação que seja compatível com as necessidades da população. Não nos podemos acostumar a essa prática, aceitando-a passivamente, de votarmos aqui sempre sem saber o que estamos votando. Na verdade, se formos votar essa Medida Provisória hoje, votaremos matéria que não conhecemos e que queremos conhecer.

Por isso, que o Líder do Governo nos desculpe! Creio que não é assim, repentinamente, com tanta pressa, que vamos resolver os problemas do País.

Por isso, Sr. Presidente, não vejo como fazer isso. Não entendo assim. É claro que se pode fazer esse esforço, que as Lideranças podem se reunir, mas não acredito que as Lideranças possam fazer a mágica de solucionar todas essas questões em poucos minutos, antes do término desta sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Logo após, falará o Senador Valdir Raupp. S. Ex^a já havia solicitado a palavra antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tratar de um requerimento.

Requeiro que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da instituição, a ser comemorado no dia 12 de março, portanto na próxima sexta-feira.

Atendendo hoje a mais de quatrocentos alunos, o Ilece foi fundado como resultado de iniciativa da comunidade londrinense, parte dela composta por rotarianos, que não mediram esforços para estruturar a escola e torná-la um grande centro de ensino. No Ilece, os alunos recebem gratuitamente atendimento multidisciplinar, aulas de Informática, prática esportiva e encaminhamento profissional. Realizando importante trabalho, a instituição Ilece mantém-se firme nos ideais e objetivos estabelecidos pela primeira diretoria da escola, nos idos dos anos 60, entre os quais o amparo e a defesa da criança com deficiência intelectual, compromissos claramente estabelecidos na ata de fundação da entidade. Pelo transcorrer desses cinquenta anos de dedicação, de respeito e de amor à pessoa com deficiência intelectual, é justo que o Senado Federal manifeste seu rejúbilo com o Ilece, que serve de exemplo e de modelo para todo o Brasil.

Quero destacar, Sr. Presidente, que conheço pessoalmente a entidade. Já estive lá por diversas vezes. É uma referência no Estado do Paraná, uma referência no Brasil, pela competência e pela dedicação e entusiasmo da diretoria, dos professores, dos

funcionários, dos pais dos alunos. Os alunos também têm grande participação na entidade, e a comunidade está muito envolvida. O Ilece, a exemplo das Apaes e das Pestalozzis, oferece atendimento ao cidadão desde o seu nascimento até quanto for necessário. É o que chamamos de atendimento integral, completo, à família e à pessoa com deficiência.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando este requerimento de voto de felicitação do Senado Federal pelos cinquenta anos – são cinco décadas! – de trabalho voluntário, como acontece em muitos lugares do Brasil, por parte de muitas pessoas e da comunidade de Londrina a favor do Ilece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Flávio Arns, esta Presidência registrará em ata sua palavra pela ordem. O requerimento será encaminhado à Secretaria da Mesa.

Senador Antonio Carlos Valadares, estamos aguardando apenas o registro do voto de V. Ex^a. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação e solicitar a abertura do painel.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votarão ainda o Senador Wellington Salgado e o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a votação. Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER N° 1, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ALVARO LUIZ PINTO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	1	Abertura:	10/3/2010 17:07:35
Data Sessão:	10/3/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	10/3/2010 17:19:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou			Primeiro-Secretário	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				

Primeiro-Secretário
Flávio Arns
(Marconi Perillo)
Senador Mão Santa
3º Secretário

PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: MARCONI PERILLO

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 04 **Total : 44**
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e, NÃO, 04. Não houve abstenções.

Total: 44 votos.

A matéria foi aprovada. A autoridade está aprovada: o Dr. Alvaro Luiz Pinto.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 2, DE 2010

Discussão em turno único do Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010.*

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp e, logo após, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para discutir a MP nº 470. Havia sido feito um acordo – do Governo Federal, do Instituto Chico Mendes, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de Rondônia – para que houvesse permuta de uma área ocupada, de uma reserva de um parque nacional, por uma reserva estadual na mesma proporção de área.

O Governo pediu para que os três Senadores da Rondônia – a Senadora Fátima, o Senador Acir e eu – apresentássemos uma emenda a essa medida provisória, o que foi acatado pelo Relator, Senador Gim Argello. Mas eu fui informado agora há pouco, pelo Governador do Estado, que o acordo não está

sendo cumprido nessa emenda cuja minuta veio da Casa Civil.

O pedido foi feito da Casa Civil do Governo Federal. Então, de forma que, não sendo contemplado no acordo, se a medida provisória for votada hoje, se não houver mais prazo para esperar, eu não irei me opor a essa votação. Eu só pediria que fosse retirado o texto que foi pedido que fosse colocado, contemplando esse acordo da União com o Governo do Estado de Rondônia, para que possamos inseri-lo logo, imediatamente, numa outra medida provisória, ou até que seja emitida uma medida provisória. Esse era o acordo. O acordo era que o Governo Federal editasse uma medida provisória. Mas para diminuir, para contribuir com o fim do excesso de edição de medida provisória, tinha sido acertado que se pegasse um espaço nessa MP-470, para colocar esse acordo feito com o Governo do Estado.

Então, eu peço ao nobre Relator, que não está presente, que, se for votada hoje a MP, que retire essa emenda apresentada pelos três Senadores de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB–GO) – V. Ex^a tem razão, e certamente a matéria terá de ser muito debatida. Pelo que vejo da manifestação de inúmeros Líderes, o Senador Romero Jucá ainda terá muito trabalho no dia de hoje até conseguir consenso em relação a essa matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Nós estamos aqui para isso mesmo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Marconi.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sobre a matéria, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio havia solicitado antes. Logo depois, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Marconi, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu estava ausente na votação anterior e gostaria que V. Ex^a registrasse meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Será registrado em Ata.

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O General Cerqueira Filho é um militar de folha profissional irrepreensível, chefe de Operações Especiais e do Comando de Operações Terrestres do Exército, uma figura respeitada entre seus pares, que tem a recomendação, inclusive, desse patriota, que eu admiro muito, que é o General Heleno.

Sua declaração polêmica e descontextualizada resultou na barafunda em que resultou. Ela não pode desqualificar toda uma vida profissional. Eu não costumo falar em reunião secreta, até porque já estou aqui a dizer que sufraguei o nome do General Cerqueira Filho.

Eu faço parte, eu integro aqui, tanto quanto o Senador Suplicy, um grupo de Parlamentares que é a favor da livre opção sexual, até porque entendo que a opção sexual faz parte do rol das liberdades de que deve dispor o ser humano, homem ou mulher. Portanto, eu não falaria como voz do preconceito, até porque integro essa frente parlamentar, que não é tão comumente integrada pelos homens aqui da Casa. Eu a integro.

Dou, então, este depoimento que é insuspeito. Eu consideraria uma profunda injustiça se nós impedíssemos, primeiro, o General Cerqueira Filho de continuar prestando grandes serviços ao País como Ministro do Superior Tribunal Militar e, segundo, uma grande injustiça para com o Superior Tribunal Militar se nós o privássemos da companhia, dos ensinamentos e do patriotismo do General Cerqueira Filho, que, tenho certeza, se o Congresso votar qualquer lei aqui, se votar uma lei que permita qualquer avanço em relação a comando de tropa por homossexuais, ele acatará isso como militar disciplinado, que respeita a Constituição e que acata a Constituição e as leis brasileiras, em todos os seus termos.

Portanto, eu não poderia deixar o meu voto escondido. Apesar de a declaração, no início, ter me chocado e depois eu ter procurado saber da descontextualização dela, eu voto a favor da indicação, para o STM, do ilustre e digno General Cerqueira Filho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu quero falar antes de encerrar a votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou encerrar a votação e passar a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Suplicy.

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu fui o Relator da indicação do General Cerqueira, na Comissão de Constituição e Justiça. Quero aqui, também, fazer as referências devidas pela sua ampla folha de serviços prestados ao País. Está plenamente capacitado a desempenhar as novas funções. De maneira que eu peço, apesar de ser secreto, aos colegas o voto favorável ao General Cerqueira.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sobre a discussão e votação das mensagens de indicação tanto do Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, que já votamos a favor, e do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercerem o cargo de Ministro do STM, deve-se, em primeiro lugar, destacar o excepcional *curriculum* de ambos os indicados. Eles nos encham de orgulho pelo serviço prestado ao nosso País.

Não obstante, durante a tramitação das mensagens na CCJ, quando todos os Senadores já haviam proferido seus votos, o Senador Demóstenes Torres perguntou a eles se eram favoráveis ao ingresso de homossexual em qualquer das Forças e se essa polêmica tem razão de ser.

Eu pedi a palavra e, tentando melhor esclarecer a questão, perguntei se ambos tinham rejeição a que qualquer pessoa, inclusive de orientação com comportamento homossexual, desempenhasse atividades militares e se, caso constatado, a pessoa deveria ser excluída.

O Almirante Álvaro Luiz respondeu que não tem nada contra, mas impõe condicionantes no sentido de que a pessoa “mantenha a dignidade da farda, do cargo, do trabalho que executa”. O General Cerqueira Filho afirmou ser incompatível a presença de homossexuais nas Forças Armadas. Segundo ele, naquela ocasião, “o indivíduo não consegue comandar”. Para o General, os homossexuais só devem ser aceitos nas Forças Armadas “se mantiverem a opção sexual em segredo”. Após a fala dos oficiais, os votos foram apurados e a reunião foi encerrada.

Após analisar o tema com atenção, pedi, em comunicação inadiável, que o Presidente da Casa não colocasse as mensagens para votação em plenário, concedendo aos oficiais a oportunidade de esclarecer melhor seus pontos de vista.

Por intermédio do Senador Eduardo Azeredo, Relator da Mensagem de indicação do General Cerqueira Filho na CCJ, tomei conhecimento dos esclarecimentos do General sobre a polêmica estabelecida com as suas declarações. Ele afirma que não teve a intenção de discriminar ou ferir a dignidade de qualquer pessoa e que nunca perseguiu, discriminou ou puniu qualquer militar por ter se declarado homossexual.

Esses esclarecimentos francos e honestos de Sua Excelência, coerentes com a formação social de nossa nacionalidade, que tem como fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana, me deixaram muito tranquilo para proferir o meu voto, que é favorável.

Avalio, todavia, como oportuno fazer uma curta digressão sobre a afirmação dita pelo General Cerqueira Filho de que “cabe ao Ministério da Defesa, juntamente com as três Forças, estudar e, se for o caso, propor projeto de lei que permita o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas”. Por essa assertiva, o *caput* do art. 5º da Constituição da República, que trata dos direitos e garantias individuais, seria uma norma de eficácia limitada, necessitando de uma lei originária de anteprojeto do Ministério da Defesa para que o dispositivo constitucional tivesse eficácia nas Forças Armadas, permitindo o ingresso e a permanência de homossexuais.

Essa visão, penso arraigada em muitos, é um grave engano, um desconhecimento mesmo, pois o *caput* do art. 5º do Texto constitucional é, no dizer do Professor José Afonso da Silva, uma norma constitucional de eficácia plena, ou seja, desde a entrada em vigor da Constituição da República, em 1988, ela produz todos os efeitos essenciais relativamente aos interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.

A Professora Maria Helena Diniz, em sua classificação, considera os direitos e garantias individuais como normas constitucionais de eficácia absoluta, pois, além de produzirem efeitos imediatos, são normas intangíveis, contendo força paralisante de toda legislação que, explícita ou implicitamente, contrariá-las.

Assim, se uma pessoa se declarar homossexual no ato de ingresso nas Forças Armadas ou durante o seu tempo de serviço, ela não pode sofrer qualquer tipo de discriminação. Não há necessidade de legislação infraconstitucional suplementar para regular esse direito.

O que o Código Penal Militar proíbe, no seu art. 235, é a “prática de ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”. Como se vê, trata-se de um dispositivo que vale para todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Como o General Cerqueira Filho teve a humildade de se retratar, mostrando que não encarna qualquer intenção de discriminar ou ferir a dignidade das pessoas, avalio que ele não pode ser penalizado por um desconhecimento que parece generalizado nas Forças Armadas.

Votei “sim”, Sr. Presidente.

Todos precisam compreender que as pessoas não devem ser julgadas por sua orientação sexual,

mas sim pelos atos que praticam. O respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana deve prevalecer em todas as situações, principalmente ao julgarmos o comportamento de nossos semelhantes.

É isto o que está no Texto constitucional, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – RR)

– Vou proceder à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **2** Abertura: **10/3/2010 17:20:55**
Data Sessão: **10/3/2010** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **10/3/2010 17:32:19**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos SIM :	46		
Votos NÃO :	05	Total : 53	
Votos ABST. :	02		

Falme
Primeiro-Secretário

(Mão Santa)
Senador Mão Santa
3º Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) –
Votaram SIM 46 Sr^{as} e Srs Senadores; e, NÃO, 05.

Houve duas abstenções.

Total: 53 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para compor o Superior Tribunal Militar.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ouvi atentamente a fala do Senador Eduardo Suplicy e S. Ex^a não me surpreendeu, porque agiu sob a mesma lógica que orientou o meu voto, até porque pensa sobre o tema parecido comigo. Se fosse uma manifestação clara, empedernida, irretroatável de preconceito, eu também não votaria a favor.

Mas as justificativas apresentadas pelo ilustre General Cerqueira foram muito bem compreendidas pelo Senador Suplicy, que revelou honestidade intelectual e revelou capacidade de retroagir para chegar a se fazer justiça, justiça que, tenho certeza, o espírito lúcido, correto do General Cerqueira haverá promover bastante ao lidar com as questões de Justiça Militar, lá no principal foro dessa própria Justiça, que é o Superior Tribunal Militar.

Portanto, parabéns ao General e também ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 256, DE 2009

Mensagem nº 256, de 2009 (Nº 981/2009, na origem), *submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).* Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relator Senador Augusto Botelho.

O Parecer nº 146, de 2010 – CRE é favorável

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo, que a pediu primeiro; em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sendo eu Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quero dizer que o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, que inclusive é do meu Estado, Minas Gerais, estava à frente da Embaixada brasileira em Israel e tem todas as condições para exercer mais essa função.

Assim sendo, peço aos Colegas o apoio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando esse momento de votação, quero encaminhar à Mesa um requerimento com pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo, a Bancoop.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esse tema foi debatido.

A Comissão rejeitou um requerimento de nossa autoria, que pretendia ouvir o Dr. José Carlos Blat, que é o promotor encarregado da investigação, por um voto apenas. Já que o autor da proposta do requerimento não poderia votar, ficamos impossibilitados de ouvir na Comissão Constituição, Justiça e Cidadania o promotor encarregado desse inquérito.

Mas, faço cinco perguntas essenciais ao Sr. Ministro da Previdência Social:

1) A Secretaria de Previdência Complementar foi informada sobre o grande volume de recursos injetados pelos fundos de pensão de estatais na Bancoop?

2) A Secretaria de Previdência Complementar recebeu alguma informação contendo argumentos que justificassem a aplicação desse grande volume de recursos por parte de fundos de pensão de empresas estatais na Bancoop?

3) A Secretaria de Previdência Complementar assegurou aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por esses fundos de pensão

de empresas estatais o pleno acesso às informações sobre a aplicação desses recursos?

4) Os fundos de pensão de empresas estatais sofreram algum prejuízo em razão da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

5) A Secretaria de Previdência Complementar determinou abertura de investigação ou instaurou inquérito para identificar possíveis responsáveis pelos prejuízos causados aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por fundos de pensão de empresas estatais em função da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

São as perguntas que encaminhamos, pedindo à Mesa agilização dos procedimentos para aprovação desse requerimento, bem como do requerimento em que proponho ao Tribunal de Contas da União auditoria nos fundos de pensão que repassaram recursos à Bancoop.

Se há um escândalo divulgado, se há um escândalo denunciado, o Senado Federal tem a responsabilidade de apurar os fatos, de esclarecer em que circunstância esses fatores ocorreram e, sobretudo, de contribuir para que o Ministério Público possa promover a responsabilização civil e criminal.

Aliás, Sr. Presidente, queremos, mais uma vez, declarar o nosso inconformismo em relação à tentativa de desqualificar um promotor competente, de conceito

e respeitabilidade, não só no Estado de São Paulo. O Dr. José Carlos Blat é um Promotor Público da maior importância para o Ministério Público do Brasil, e o Senador Romeu Tuma, que o conhece de perto, sabe muito bem do que estou falando. Por isso, essa tentativa de desconstruir a sua imagem é desonesta, e nós não podemos admitir, ao contrário, valorizar o seu trabalho é o nosso dever. Ele está operando a favor do Brasil, nós não podemos admitir mais essa estratégia de se desqualificar quem denuncia, para proteger o denunciado. Dessa forma nós não podemos conquistar credibilidade junto a opinião pública brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, esse requerimento, como o de ontem, é da maior importância para que o Senado possa estar presente e não se omita diante de fato de tamanha gravidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Na forma regimental o requerimento de V. Ex^a vai à Mesa para decisão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu vou proceder à apuração, já temos número regimental.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 256, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. PEDRO MOTTA PINTO COELHO, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP).

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 3 Abertura: 10/3/2010 17:34:02
Data Sessão: 10/3/2010 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 10/3/2010 17:39:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
DEM	PI	HERACLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DÚVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 05 Total : 45
Votos ABST. : 01

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 39 Sr^{as} e Srs. Senadores; e, NÃO, 05 Houve uma abstenção.

Total: 45 votos.

A indicação está aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente José Sarney, eu queria manifestar o meu voto “sim”, porque não deu tempo de registrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 208, DE 2009

Mensagem nº 208, de 2009 (nº 809/2009, na origem) submetendo à apreciação do Senado Federal no nome do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar o meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata registrará o voto de V. Ex^a

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relator Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O Parecer nº 147, 2010-CRE, é favorável. Foi Relator o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero só fazer aqui um registro, em meu nome e em nome do Senador Gerson Camata, do falecimento da Sr^a Maria Ribeiro Rezende.

A Sr^a Maria Ribeiro Rezende, Senador José Sarney, era esposa do ex-Governador, ex-Senador e Líder de Governo Eurico Rezende, que foi um brilhante Senador desta Casa, um importante e influente Senador.

Então, estamos também fazendo homenagem à Sr^a Maria Ribeiro Rezende, que foi sepultada ontem, aqui, em Brasília, pela sua importância junto ao Senador e Governador Eurico Rezende.

Lamentamos o seu falecimento e enviamos aos familiares a nossa solidariedade pela perda que tiveram com o falecimento da Sr^a Maria Ribeiro Rezende.

Faço este registro em meu nome e em nome do Senador Gerson Camata, que está aqui presente junto conosco.

Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa associa-se ao pesar da Bancada do Espírito Santo e do povo do Espírito Santo pelo falecimento da esposa do Senador Eurico Rezende.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

Eu pediria aos Senadores e Senadoras que votassem. Esta é a última autoridade que vamos votar. (*Pausa.*)

Peço aos Senadores e Senadores que votem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para confirmar, estou inscrito como Líder do PSDB para após...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Após a Ordem do Dia, V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E qual é a ordem, Sr. Presidente? Em que lugar estou?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Infelizmente, temos, Senador Arthur Virgílio, uma lista de líderes inscritos, como o José Nery, Valdir Raupp, Mão Santa, Senador Dornelles – o primeiro –, Magno Malta, Crivella e Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Aguardarei, Sr. Presidente. Mas, enquanto V. Ex^a espera que se adense mais o painel de votação, gostaria de fazer aqui uma denúncia muito grave.

No Município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas, estabeleceu-se hoje uma desnecessária tensão. Funcionários do Instituto Chico Mendes chegaram, sem nenhum diálogo com Prefeitura, com Vice-Prefeitura

ou com Câmara Municipal, fechando estabelecimentos pequenos, pequenas serrarias e pequenos estabelecimentos, ignorando os tubarões do desmatamento, que estão localizados no sul do Município e que merecem o repúdio de toda a comunidade labreense. Lábrea, por sinal, é a terra do nosso querido Governador, falecido, Senador Gilberto Mestrinho.

Eu recebi um comunicado, hoje, das autoridades de Lábrea em pânico, porque o povo está amotinado à porta do hotel onde estão hospedados os funcionários do Instituto Chico Mendes.

Falei nas rádios, nas duas rádios de lá, pedi calma, nada de violência física ou violência de qualquer espécie. Violência é a que o povo sofreu e não deve responder com violência. As autoridades policiais devem ser respeitadas, as autoridades judiciais devem ser respeitadas igualmente. Mas o fato é que é preciso se pôr um cobro nisso.

Antes de mais nada, eu prestigiei o Ibama, votando contra a criação do Instituto Chico Mendes, eu achava que aquilo era um penduricalho de empregos a mais. Mas o Ibama também tem se portado dessa mesma forma. Quando se trata do grande, as atitudes não são tão fortes; quando se trata do pequeno, é aquela humilhação constante, encontra alguém pescando e retira o peixe, toma o motorzinho rabetá, o motorzinho de popa do caboclo, do ribeirinho.

Outro dia, eu vi um episódio grotesco: uma cobra sucuriju enlaça o cidadão, morde-o à altura do baço, suas presas transmitindo bactérias para o cidadão e esse rapaz está com febre em casa, vendo se tinha tratamento médico adequado ou não, quando chega o Ibama querendo multá-lo em R\$800,00. Algo grotesco e ridículo, que eu reporteí ao Ministro Minc. Ele ficou de tomar as providências cabíveis, as providências necessárias, sob pena de o Ministério dele mergulhar, como dizia o Stanislaw Ponte Preta, no perigoso terreno da galhofa.

Bem, hoje estabeleceu-se uma situação grave. Recusaram, esses funcionários do Instituto Chico Mendes, o diálogo com os Vereadores. Como é que alguém recusa o diálogo com o Poder Legislativo de algum lugar? Não deram satisfações ao Prefeito Gean e ao Vice-Prefeito Nelson Amud e criaram um quadro de revolta por parte daqueles que vivem dos empreendimentos pequenos que tocavam e por parte dos que dependem desses empreendimentos para garantir seus empregos e o sustento de suas famílias.

Portanto, fica aqui o meu protesto muito claro, a minha recomendação à população de Lábrea para que não tome nenhuma atitude atabalhoada, atrapalhada, nem violenta, mas não é possível continuar como está. Vou fazer os requerimentos necessários para trazer

ao Senado as pessoas que têm que explicar essas sucessivas violências contra o povo humilde do interior do Estado.

Agora, há algo, Sr. Presidente, que eu devo dizer com muita tranquilidade. Eu sempre fui ambientalista, é só ouvir meus discursos de 20, 30 anos para trás, sempre tive uma consciência ambiental muito grande, eu não estou na moda, não sou Al Gore *boy* não, eu penso nisso, em casar desenvolvimento econômico com desenvolvimento ecológico, com respeito à ecologia, desde que comecei a me preocupar com ecologia e com economia. Não entendo de outra forma. Sinto-me com muita autoridade moral, portanto, para dizer que, se é verdade que a devastação é uma tragédia – e eu a evito, eu não a quero, ela atentaria contra a própria soberania nacional sobre a região –, é verdade também que os pequenos, os moradores tradicionais da região não atentam contra a integridade da floresta, porque eles vivem dela, desde seus tetravós, desde seus trisavós. Eles não têm tecnologia, não têm desejo e não têm esquema econômico para depredar floresta. As madeiras perigosas, que chegam até clandestinamente por lá, devem ser reprimidas, nem sempre o são. Os grandes proprietários de terra, como o Sr. Johan Eliasch, que comprou terras no Amazonas às barbas do Governo Estadual e do Governo Federal, comprou terras maiores do que alguns países europeus... Ele está lá sem ser incomodado, e não sei se ele não é um biopirata, como chegou a sugerir, em um aparte a mim, o nosso saudoso e inesquecível amigo, Senador Jefferson Péres.

Por outro lado, eu queria finalizar, Sr. Presidente, dizendo que vem aí uma lei do Presidente Lula que vou apoiar com entusiasmo. É aquela que está na Câmara, se não me engano, embora não saiba em que fase. É aquela que estabelece o limite para posse de terras a estrangeiros e condições para os estrangeiros adquirirem as terras. Evita a casa da mãe joana. Isso é uma medida salutar, porque houve absoluto relaxamento tanto por parte do Governo Estadual quanto por parte do Governo Federal no episódio da compra de terras amazonenses e amazônicas por parte desse suco-britânico, que não sei quem é, não sei o que ele faz, não sei quais as suas intenções.

O fato é que existem dois pesos e duas medidas: os grandes sendo olhados com mais respeito, e os pequenos sendo humilhados todos os dias por agentes do Ibama, por agentes do Instituto Chico Mendes. Isso não passa por minha goela de conhecedor, modéstia à parte, profundo da realidade do meu povo e de alguém que tem compromisso com a saúde ambiental. A saúde ambiental não é perseguir o ribeirinho que pesca, não é perseguir o índio que caça. A saúde ambiental

é evitarmos que quem tem tecnologia, dinheiro e disposição de devastar floresta o faça. Temos de evitar isso, mas respeitando aqueles que estão pura e simplesmente tentando sobreviver e dar futuro decente aos seus filhos, lutando em condições muito adversas, Sr. Presidente.

Portanto, fica aqui o meu protesto. Eu vou providenciar as convocações necessárias de Ibama, Instituto Chico Mendes, o que for, para que venham aqui, ao Senado, explicar essas razões e ouvir que não há fidelidade à boa política ambiental em atitude violenta e que humilhe os nossos ribeirinhos.

O Senador Daniel Krieger, na minha casa, disse, uma vez, para o meu pai uma frase que eu nunca esqueci. Ele dizia: "Arthur, eu procuro ser humilde com os humildes e arrogante com os poderosos". Eu até adapto essa frase para um tempo talvez mais moderno: humilde com os humildes e altivo com os poderosos. Não tem que ser arrogante com poderoso nenhum. Mas eu prefiro mil vezes enfrentar um presidente da República, um ministro, uma figura muito poderosa a enfrentar alguém que não pode se defender. E o ribeirinho não tem como se defender, a não ser pela nossa voz, talvez. Não há Defensoria Pública, não há quem lhes resguarde os direitos. E eu considero uma covardia

brutal, uma maldade e uma falsa preocupação com a natureza essa atitude que é tomada, muitas vezes, por pessoas exageradas, sectárias, tolas, ignorantes de Amazônia, que são esses que falam em nome do Ibama e do Instituto Chico Mendes, por exemplo, violentando o povo de Lábrea, como tentaram fazer. E agora estão acuados, acolhidos num hotel, e eu aqui, recomendando calma, paciência e respeito à integridade física deles, porque essa é a vocação pacífica e ordeira do povo do meu Estado. Nada de violência.

Mas nós não podemos silenciar, porque senão o povo acaba achando que não tem quem aja por ele e acaba agindo por conta própria. E volto a pedir: não aja por conta própria, povo de Lábrea. Aguarde que providências serão tomadas, e essas pessoas radicais e tolas haverão de compreender que não há espaço para elas impedirem que 22 a 23 milhões de amazônidas sobrevivam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Darei a palavra, em seguida, pela ordem. Vou apurar a votação.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 208, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DA MAURITÂNIA.

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 4 Abertura: 10/3/2010 17:40:10
Data Sessão: 10/3/2010 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 10/3/2010 17:51:23

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISSCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSÓN CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Votos NÃO : 06 Total : 50
Votos ABST. : 02

Famms
Primeiro-Secretário
(mas Sarney)

Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 42

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e, NÃO, 6.

Houve duas abstenções.

Total: 50 votos

A indicação foi aprovada pelo Plenário.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As lideranças aprovaram que nós votaríamos, simbolicamente, dois acordos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Se V. Ex^a permitir, eu anunciaria os dois acordos para nós encerrarmos esta parte.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 47:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009, (nº

666/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 104, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2009
(nº 666/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 48:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 720, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2009 (nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Parecer favorável, sob nº 105, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 720, DE 2009
(nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF, de 4-9-09.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência informa ao plenário que os **Itens 83 a 95** da Ordem do Dia de hoje tratam de requerimentos de audiência de outras Comissões.

Não havendo objeção do plenário, a Presidência passa à deliberação, em globo, desses requerimentos.

Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 8 a 10, 92 a 95, 97 e 98, 120 a 122 e 168, de 2010**, de audiência de outras Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovarem queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria da Ata individualizará a tramitação das proposições.

São os seguintes os itens aprovados:

83

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

84

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

85

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº

319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n^os 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

As matérias vão às Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

86

REQUERIMENTO N^o 92, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n^o 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).

87**REQUERIMENTO Nº 97, DE 2010**

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

88**REQUERIMENTO Nº 98, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

As matérias vão às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

89

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).

90

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

91**REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

92**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (limitar as contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais).

93**REQUERIMENTO Nº 168, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 168, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

94**REQUERIMENTO Nº 121, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Compositor).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

95**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2010, da Senadora Fátima Cleide, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Pedagogo).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Há Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

Em seguida, Senador José Agripino, nós encerraremos a Ordem do Dia e darei a palavra a V. Ex^a.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final: 03.03.2010

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 280, DE 2009**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que

altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009)

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas triplíplex do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e – de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que

dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para

dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos

Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e

do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Re-

lador: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio

de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231

e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313,

363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de

2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684 de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar

que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebi-

dos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 194, DE 2010

Nos termos do Art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requere o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.-Petro-sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do Marco Regulatório do Pré-sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara 309/2009 que cria a Petro-Sal, encaminhado pelo Poder Executivo, encontra-se em trâmite no Senado Federal.

Recentemente, por iniciativa do Presidente da República e com fulcro no art. 62 da Constituição Federal foi estabelecido o regime de urgência para a votação do citado Projeto pelo Senado Federal.

Ocorre, entretanto, que o Projeto da Petro-Sal está inserido dentro do conjunto de 3 outros Projetos de Lei encaminhados concomitantemente pelo Poder

Executivo à Câmara dos Deputados em 31 de agosto 2009.

O objetivo dos referidos Projetos de Lei é o de estabelecer um novo marco regulatório para a exploração e produção de petróleo no Brasil, o que veio a surgir após as recentes descobertas de petróleo na camada do pré-sal na Bacia de Santos.

Em função da complexidade do tema e do alto grau de inter-relacionamento entre os projetos encaminhados, entende-se recomendável a tramitação do Projeto em tela, ocorra somente após a apreciação final do Projeto de Lei que trata do marco regulatório.

Como primeiro e mais importante argumento, temos o fato de que a aprovação da criação da Petro-Sal desacompanhada da análise e discussão do PL da Partilha (n.º 5938/09) não teria qualquer sentido, eis que estaria se criando uma empresa pública sem função.

A razão para a existência da Petro-Sal é o surgimento do modelo de partilha de produção. Se o Projeto de Lei que cria a partilha de produção não for aprovado, não existe qualquer motivo para que a Petro-Sal exista. Estaria se criando um ônus para os cofres públicos sem que houvesse qualquer contrapartida para a sociedade como um todo.

Afinal, conforme se observa pela leitura do art. 2º do referido Projeto de Lei, o objetivo da Petro-Sal é a gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo e gás natural da União.

Ademais, pela leitura do art. 4º do mesmo Projeto de Lei temos que nenhuma de suas competências será exercida, se, conforme já dito anteriormente, o Projeto de Lei n.º 5938, referente ao marco regulatório, não for discutido e aprovado.

Adicione-se, ainda, o fato de que a parcela maior dos recursos necessários para a manutenção da Petro-Sal é oriunda das rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha e gestão dos contratos que celebrará com os agentes comercializadores do petróleo e do gás natural da União.

Por estas razões impõe-se a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infra-Estrutura)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com o parágrafo único do art. 335, do Regimento Interno, encaminho o Requerimento nº

194, de 2010 às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para proferirem parecer sobre o referido requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo às Lideranças do Governo no sentido de negociarem com o Governo Federal a retirada dessa urgência urgentíssima. Nós todos aqui temos urgência urgentíssima em votar um bom marco regulatório para o pré-sal, mas essa pressa pode ser contra a verdadeira pressa, a pressa da sabedoria. O que acontecerá? Nós teríamos que provar, na prática, pela obstrução, que essa urgência urgentíssima não valeria. Nós não queremos isso. Nós queremos discutir como Nação e como parte integrante da Nação que somos, como uma parte expressiva dos votos da Nação, os que representa esta forte bancada de oposição aqui, no Senado. Nós queremos discutir, isso sim, com o mesmo patriotismo daqueles que têm no Governo a melhor das intenções, nem um pinga a mais, nem um pinga a menos.

Não quero desdenhar de ninguém, não admito que subestime o meu próprio patriotismo. Mas o apelo que faço é no sentido de que não insistam nessa história da urgência urgentíssima, porque essa encontrará uma espartana resistência nossa, terminando e mostrando, na prática, que não terá valido a pena o gesto de atropelar os trâmites normais da matéria tão relevante que é, aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem Sr. Presidente. Permita...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, que está esperando, teve a compreensão de esperar que nós terminássemos a Ordem do Dia.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o que o Senador Suplicy quer é prestar uma homenagem aos cantores que aqui se fazem presentes: Jair Rodrigues e Sílvio César, que são velhos amigos...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Jair Rodrigues, Sílvio César, que é Diretor da Sociedade Brasileira de Proteção e Administração de Direitos Intelectuais; nosso Luiz Vieira, que é um dos grandes

cancioneiros populares brasileiro; Danilo Caymmi, filho do nosso saudoso Dorival Caymmi; Augusto César; Sérgio Reis; e a Dr^a Glória, do Ecad. São artistas, cantores e compositores que honram a música popular brasileira, muito bem vindos aqui no Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência ...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – ...aos artistas que nos visitam.

Está com a palavra o Senador José Agripino.

Em seguida, V. Ex^a usará da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me associar, com esta questão pela ordem, a dois assuntos. Primeiro, fazer o registro de que, neste momento, na Liderança do Governo, estão reunidos técnicos ligados ao Governo e ligados às assessorias do Democratas e do PSDB, tratando da MP nº 470. Há alguns óbices que aqui já mencionei em relação à matéria, mas o principal de todos os óbices é que tanto o PMDB, pelo seu Líder, Renan Calheiros, como nós, Democratas, insistimos em que nessa matéria seja inserida – e esta é a nossa oportunidade, Presidente Mão Santa – uma cláusula ou um artigo que trate da reabertura de prazo para a renegociação das dívidas do crédito rural para o Nordeste, porque a região cacauzeira já está contemplada. Há anos que muitos parlamentares – anos, há dez anos – de diversos partidos pugnam por esse assunto, sem conseguirem chegar a um entendimento.

Está na hora. A MP nº 470 pode ensejar a reabertura de prazo para a renegociação dos débitos do crédito rural do Nordeste, para agricultores que estão, inclusive, neste momento, ameaçados por uma nova seca, porque até agora não choveu, a estiagem está instalada. Que se abra uma perspectiva para que o agricultor que está sem poder tomar dinheiro emprestado porque está com seus débitos vencidos, e muitos deles com seu patrimônio ameaçado pelo sequestro pelos bancos oficiais, tenha o alento, através de lei, de reabertura do prazo, com novas condições – com novas condições – para renegociação dos débitos do crédito rural.

Essa é a demanda mais importante que está neste momento em negociação. Há um texto proposto pelo PMDB e pelo Democratas com, seguramente, o apoio do PSDB, para discussão com os técnicos do Governo.

E espero que se chegue a bom termo. Se chegarmos, poderemos votar até por consenso essa MP no dia de amanhã, independentemente de pedido de verificação de quórum.

O segundo assunto: o requerimento apresentado e lido pela Mesa, referente a essa juvenil colocação de tramitação em regime urgência urgentíssima, das quatro leis que tratam do pré-sal.

Sr. Presidente, a lei de 1999, que quebrou o monopólio do petróleo, foi discutida em 1999 e produziu grandes avanços, inclusive a autossuficiência do Brasil em petróleo. É decorrente dessa lei de 1999. Não houve nenhum pedido de regime de urgência urgentíssima. Ela foi debatida, à exaustão, durante mais de um ano, à época de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República.

Agora, o que se deseja é, a toque de caixa, em 45 dias, meter goela abaixo do Senado quatro projetos de lei. Veja V. Ex^a: o primeiro deles, que está entregue à relatoria do Senador Tasso Jereissati, trata da criação da Petrosal, a empresa que vai, de forma estatal, pilotar, coordenar a extração, a exploração, a comercialização, a concessão, o regime de todo o pré-sal.

Não se votou nada do pré-sal, nada que regule o pré-sal, nem partilha, nem sistema de concessão, nada, e já se quer criar uma empresa que, criada, se o pré-sal não for aprovado, não vai ter função. Veja que contrassenso: está-se discutindo e se quer discutir, em regime de urgência, a criação de uma empresa que, se o regime de partilha ou o sistema de concessão, o disciplinamento da questão do pré-sal não for aprovado por alguma razão, não terá o que fazer.

Então, a racionalidade, o bom senso, o equilíbrio recomendam, pela via do diálogo, que se pare com esta infantilidade, com esta juvenilidade de se querer, em regime de urgência urgentíssima, discutir uma coisa que tem de ser debatida com pragmatismo, com responsabilidade, ouvindo-se quem tem o que dizer, quem conhece do assunto, para que produzamos, como em 1999, um diploma legal bom para a sociedade, bom para todos os brasileiros, e não uma coisa feita a toque de caixa, de afogadilho, que pode sair malfeita.

A nossa posição é absolutamente igual à externa aqui pelo Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, já recebi a inscrição do Senador Antonio

Carlos Júnior e inscrevo agora o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável nas três primeiras votações do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido.

Secretário João Pedro, o atendimento do registro da votação de Antonio Carlos Júnior.

O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre o mesmo requerimento já tratado pelo Senadores Arthur Virgílio e José Agripino. Sou Relator desse projeto que cria a Petrosal e para o qual o Governo Federal entrou com pedido de urgência urgentíssima.

Ora, ratificando o que disse o Senador José Agripino, como podemos discutir e eu, pessoalmente, relatar um projeto sobre a criação de uma empresa, uma futura estatal, que teria como finalidade gerenciar o sistema de partilha, se este ainda não existe, não foi sequer aprovado na Câmara dos Deputados, ainda não chegou ao Senado? Não sabemos como virá esse sistema de partilha – se vai ser aprovado e, em sendo aprovado, como virá. Ela está inteira e diretamente inter-relacionada e pressupõe, portanto, a votação do sistema de partilha.

Ora, se o Governo Federal pede a urgência urgentíssima, cria uma situação inteiramente descabida, e é absolutamente surreal votarmos uma empresa para gerenciar aquilo que não existe, não sabemos como vai existir e se um dia vai existir.

Então, queria alertar a todos aqui para essa situação e pedir a todas as Lideranças, inclusive as aliadas da base do Governo, que sejamos razoáveis naquilo que exige um mínimo de bom senso de cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa ouviu as ponderações sábias e responsáveis do Líder do PSDB, Arthur Virgílio, do Líder do DEM e, agora, do Relator, Senador Tasso Jereissati.

Há pouco, lemos o requerimento de V. Ex^a.

Continuando, como havíamos pactuado, pelo critério de alternância, agora vamos chamar um Líder. Eis a lista de Líderes:

O Senador Francisco Dornelles está presente? *(Pausa.)*

Então, passo para o próximo: Senador José Nery, do PSOL. S. Ex^a está presente? *(Pausa.)*

Está! Vai usar da palavra, José Nery? *(Pausa.)*

Mais tarde.

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não está.

Senador Raimundo Colombo.

Era eu, mas cedo para V. Ex^a. Estou cedendo.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Senador Arthur Virgílio, todos cederam a V. Ex^a.

V. Ex^a não é só Líder da oposição, não; é Líder absoluto da Casa. Há vários Líderes que cederam. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a está muito forte. Todos cederam a vez para V. Ex^a falar como Líder. V. Ex^a pode usar da tribuna – eu cedi, e os outros, também.

Senador Arthur Virgílio, regimentalmente, depois da Ordem do Dia, V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente. É tempo mais do que suficiente para me desincumbir da missão partidária e da missão pessoal.

Sr. Presidente, aqui o Senador Alvaro Dias já abordou essa questão na segunda-feira, também o Senador Tasso Jereissati e outros parlamentares do meu partido e de outras agremiações tiveram a ocasião de fazer a mesma coisa. Mas não poderia, obviamente, como Líder do PSDB e como parlamentar que tem a obrigação de fiscalizar o Governo, deixar de emitir aqui minha opinião sobre a matéria da revista – como o fez também o Senador Flexa Ribeiro – *Veja* sobre o escândalo Bancoop.

Fico impressionado, Senador Tasso Jereissati, porque já há no Brasil uma certa tranquilidade, virou paisagem o escândalo, não choca mais ninguém.

Essa matéria, se tivesse sido veiculada no Governo do Presidente Kubitschek, daria uma ameaça de golpe de Estado; se tivesse sido veiculada no tempo do Presidente Fernando Henrique, teria dado uma agitação, o PT teria colocado barricadas aí na porta, enfim. Aqui, ela – o que é grave – não escandaliza mais quase ninguém, não comove mais quase ninguém, virou paisagem realmente, virou um fato corriqueiro, que se repete a cada instante. Isso é profundamente lamentável.

As explicações dadas pelo Partido dos Trabalhadores são protocolares. O Presidente José Eduardo Dutra declara que vai processar o Promotor Blat, em nome do PT. E mais: dizem vão processar o jornal *O Estado de S. Paulo*, que emitiu sua opinião no editorial.

Veja que sempre é recorrente nesse Governo o antagonismo com a liberdade de imprensa. Em vez de darem uma explicação ao jornal *O Estado de S. Paulo*, não se defendem e dizem que vão processar o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Ou seja, se Goebbels encarnar um pouco mais nas figuras que fazem a mídia do oficialismo no Brasil, daqui a pouco, parece que o escândalo foi promovido pelo Dr. Blat; que foi promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*; que

foi promovido pela revista *Veja*, e não por dirigentes do PT, com implicações graves, inclusive envolvendo suposto financiamento de campanha do próprio Presidente da República em 2002, quando ele enfrentou o atual Governador de São Paulo na eleição.

Já concedo um aparte a V. Ex^a. E apenas digo mais uma coisa. Fico espantado, porque, quando houve o episódio do mensalão... Não tenho nada, pessoalmente, contra o Presidente do PT, Senador José Eduardo Dutra, que me trata muito bem, uma figura muito educada, mas, obviamente, tenho um certo travo, uma certa dúvida, porque, para mim, soldado é aquele que não deserta, é aquele que fica na trincheira até o final. Por isso, nas guerras se criam aquelas comendas de honra ao mérito por bravura, enfim.

Quando houve aquele episódio do mensalão, S. Ex^a, obviamente que por coincidência, deixou de ser Presidente da Petrobras para ser Secretário Municipal em Aracaju. Obviamente, aquilo tinha de chamar atenção de alguém e chamou a minha atenção. Como alguém deixa de presidir a Petrobras para ser Secretário Municipal na sua cidade!? Eu pensei: esse Prefeito é um injusto, esse Prefeito devia renunciar para esse homem assumir a Prefeitura de Aracaju. Depois de Secretário Municipal de Aracaju, ao invés de se candidatar a Prefeito de Aracaju, já que ama tanto a sua cidade – e eu amo a minha...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com prazer, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, eu não quero me contrapor a V. Ex^a, mesmo porque o que V. Ex^a diz nesta Casa devemos levar em conta e em consideração pela responsabilidade que tem como Líder e homem público, consciente do seu papel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – O que ocorre é o seguinte: o Senador José Eduardo Dutra era Presidente da Petrobras e foi chamado pelo Presidente da República, assim como outros companheiros seus que estavam em órgãos do Governo, e o Presidente perguntou-lhe se ele seria candidato naquela eleição seguinte. O ex-Senador, então, disse que pretendia ser candidato ao Senado pelo Estado de Sergipe. Bom, como havia uma disposição de o Presidente não deixar ninguém no Governo que fosse candidato, o José Eduardo Dutra resolveu, então, pedir para sair e foi para Sergipe. Lá, em Sergipe, realmente, ele ficou como Secretário do Município, uma vez que,

quase um ano antes das eleições, ele teve de sair da Petrobras. E lá, realmente, ele ficou na Prefeitura de Aracaju sendo Secretário e, em seguida, se afastou e foi realmente candidato ao Senado; não ganhou, mas foi candidato ao Senado da República. Então, essa era a explicação que eu devia a V. Ex^a, a Casa e a opinião pública do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a, que sabe a estima e o respeito que merece deste modesto parlamentar pelo Amazonas, mas eu queria colocar que nem todos os candidatos saíram nessa época. Esse episódio foi em 2005, havia ainda tempo para se desincompatibilizar. Por outro lado – aí é uma questão de gosto pessoal –, se eu tivesse tido a honra de dirigir a Petrobras, e eu não a dirigiria porque de petróleo eu não entendo nada, só entendo mesmo do abastecimento do meu carro, eu não sairia da Petrobras para ser Secretário Municipal em hipótese nenhuma. Se eu disputar uma eleição para Senador e perder a eleição, eu não disputaria, eu não aceitaria jamais ser Secretário Municipal; eu colaboraria com um amigo meu eventualmente prefeito em qualquer aconselhamento que pudesse dar. Assim, considere estranho, porque eu já acho estranho até depois de ter sido Presidente da Petrobras ser Presidente da BR, porque é uma coisa abaixo. Acho que a gente deve ter essa noção de compostura formal, enfim. Mas ele saiu bem antes.

Mas eu não quero me referir a isso; quero me referir ao fato, Senador Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que as atitudes foram protocolares, e se tem uma pessoa que eu respeito na Casa é V. Ex^a. V. Ex^a é um homem correto e sabe que, no meio de toda aquela confusão aqui no Senado, era o meu candidato e candidato do meu partido por unanimidade à Presidência da Comissão de Ética, e talvez nós tivéssemos até evitado tanta coisa que houve. V. Ex^a agiria com a independência que o caracteriza e que me faz respeitá-lo.

Agora veja, Senador Jereissati, o fato é que as atitudes propostas foram protocolares. Manda para o Ministério Público o Dr. Blat, tentando tornar o denunciante em culpado; processa os jornais. Atitudes que não se coadunam nem com a resposta ética que a Nação exige, nem com o efeito prático que, a meu ver, será nenhum, nem mesmo se coadunam com o respeito à democracia, porque os jornais passariam, se isso desse certo, a ficar impedidos de opinar com medo dos processos que lhes seriam movidos pela direção do PT ou de qualquer partido afim.

O fato é que é estupefacente. Vamos falar em português claro: milhares de famílias que acreditaram na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, a Bancoop, financiaram campanhas espúrias, milha-

res de famílias ficaram sem as suas casas, milhares de famílias ficaram falidas – pessoas doentes. Eu vi um depoimento na *Veja* de uma figura com câncer, um cidadão com câncer (52 anos) que disse: “Eu desisti de lutar porque o câncer acabou com a minha possibilidade de lutar”. E ele estava, ali, lutando, fazendo o seu piquete, exibindo que aquela imoralidade era algo que havia mexido com a vida de pessoas; que é corrupção para algumas pessoas que tratam a corrupção de uma maneira muito genérica, enfim, são contra a corrupção e parece até que estão fazendo uma poesia. É o poeta que, às vezes, acha que a palavra liberdade é para conquistar a mulher amada. A liberdade na prática, para mim, é muito mais do que uma poesia. É a poesia de nós darmos condições ao povo de lutar pelos seus direitos. Liberdade, para mim, transcende a retórica, assim como a luta contra a corrupção tem que ser mostrada nas suas cores mais cruas. Por exemplo: a corrupção é responsável pela miséria das pessoas que confiaram em jogar as suas economias na Bancoop. As crianças que estão ruas são frutos da corrupção. As meninas que se prostituem precocemente – e eu lamento as que se prostituem mesmo em idade mais avançada – são vítimas de um quadro de distribuição injusta de riqueza que concentra em poucas mãos a riqueza espúria. Quando um empresário prospera – e V. Ex^a, Senador Jereissati, é um exemplo de empresário, paga os seus impostos, procura crescer –, ele gera milhares de empregos. Eu me refiro àquele outro que é o sanguessuga; não gera emprego nenhum, está apenas tirando, apenas subtraindo.

E chegamos a um ponto em que percebemos... Na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, perdemos de dez a nove – uma coisa apertada –, mas perdemos; não conseguimos ouvir ninguém aqui, porque aqui não funciona mais CPI, aqui não funciona mais comissão para ouvir quem quer que seja. A Comissão de Justiça convocou, depois veio uma maioria e desconvocou a Ministra Dilma para falar sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que é uma matéria afeta à Presidência da República, porque ligada à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e, portanto, afeta a autoridade dela. Não estou me referindo à candidata, que não me interessa; interessa-me, sim, o governo que ela tem de executar. Ela é responsável, sim, pela política de direitos humanos na medida em que ela é o principal braço, o braço direito do Presidente da República em relação aos assuntos todos afetos à Presidência da República. É assim que funciona na República brasileira uma Casa Civil.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de adicionar ao seu pronunciamento algumas informações a mais que, a meu ver, complementam o seu raciocínio, tão lúcido, tão pertinente neste momento. Hoje, de manhã, na CCJ, o Senador Alvaro Dias propôs que convidássemos aqui o Procurador de Justiça José Carlos Blat para que ele viesse esclarecer a questão, do que se trata etc. E vimos a base aliado do Governo colocada em ordem unida, todos os Senadores comparecendo, fazendo um verdadeiro mutirão para não deixar que isso acontecesse. E alguns com o discurso de que isso não tem sentido, porque isso é eleitoral, tem um objetivo político-eleitoral e que isso não é possível. Eu gostaria de adicionar essa informação, porque é assim: a revista *Veja* tem algum interesse por trás daquilo, vai sofrer um processo do Governo; o Promotor Público, um processo do Presidente do PT; o jornal *O Estado de S. Paulo* está a serviço de não sei o quê... Tem sido uma constante nesta Casa uma série de problemas, alguns ligados à corrupção, outros ligados ao puro autoritarismo, outros ligados ao descaso com algumas questões públicas relevantes, em que o Governo ou o PT não defendem, não argumentam, não explicam seus motivos. Nós não vimos aqui, até hoje, nenhuma defesa forte sendo feita, dizendo que não aconteceu o mensalão, por exemplo, que os alopados não aconteceram. Enfim, uma série de outros que não vale aqui citar, porque senão a gente passa a tarde toda aqui. Mas, agora, de novo, se repete isso. Não estamos vendo aqui, agora, Senador Arthur Virgílio... Aqui nós estamos falando, como ontem o Senador Alvaro Dias falou sobre este assunto. Nós não temos sequer uma pessoa do Governo para dizer: “Não, isso não é correto. O Sr. Vaccari? Não, ele não tem nada a ver com o nosso Partido. Aquela nota está sendo explicada desta maneira”. Não, não tem ninguém. Eles só falam partindo para o contra-ataque, usam uma máquina de publicidade, de comunicação, colocando – como V. Ex^a disse muito bem – o acusador como réu, quem levantou a denúncia como culpado, e pedem o julgamento ao contrário. Tem sido uma tática claramente fascista e tem sido utilizada com frequência. Agora, especificamente sobre esse caso, Senador Arthur Virgílio, eu queria lembrar, porque talvez V. Ex^a... São tantos os casos que talvez V. Ex^a não lembre. Este caso agora, que vem à tona com toda a clareza, com provas, contraprovas, com argumentos absolutamente irrefutáveis, traz à tona o nome do Sr. Vaccari Neto. V. Ex^a lembra que o Sr. Vaccari Neto foi a pessoa que, pretensamente..., mas que foi também acusada de ter entregue o dinheiro dos alopados? V. Ex^a está se lembrando disso? Ou seja, não é uma novidade; ela se interliga com

outros fatores, ela se interliga com outros escândalos, deixando completamente a nu o PT, de uma forma absolutamente clara, deixando essa interligação também clara. Lembra-se V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, que na campanha do Governador Serra ao Governo de São Paulo, quando apareceu isso, a grande questão que nunca foi resolvida: “De onde veio esse dinheiro? De onde veio o dinheiro dos alopados? Aquela mala enorme?”. Senador Agripino, lembra-se disso? Uma mala enorme cheia de dinheiro, e até hoje não se explicou de quem era o dinheiro e de onde veio o dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E um pessoal louco por dinheiro que, de repente, não vai buscar.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Que não vai buscar. Deixaram lá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é inédito. Isso é inédito. Desde que os fenícios inventaram a moeda, é um dos casos raros em que alguém tem muita moeda e não foi buscar a moeda que lhe cabia.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas lembre-se de que quem foi acusado naquele tempo de ser o homem que mandou aquele dinheiro foi o Sr. Vaccari, justamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, encerraram-se os 20 minutos. V. Ex^a disse que não iria utilizá-los e já utilizou. Então, a sua inteligência, com capacidade de síntese...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Se V. Ex^a me permitir, eu concederia o aparte ao Senador Tasso, ao Senador Sérgio e ao Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto. Dou três minutos, e *c'est fini*. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, mas nós estamos falando de pecadores e não de Cristo. Talvez, falar de Cristo demande menos tempo do que falar de pecadores.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É mais fácil e mais rápido falar de Deus do que falar do diabo. Esse senhor explica a origem, de onde veio aquele dinheiro. É na mesma época, justamente na mesma época. E ninguém do Governo vem defender isso, ninguém do Governo vem explicar isso à opinião pública, a nós Senadores. E quando a gente chama o Ministério Público para vir aqui, eles não deixam que essa pessoa venha como convidado. Realmente precisamos dar uma virada nesta página da história do Brasil, porque ela está ficando cada vez mais lamentável, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. O que não impede que façamos até uma coisa informal: que chamemos à sala da Liderança do PSDB ou à sala da Liderança do DEM o Dr. Blat, para que ele fale, e a imprensa ouça. Estamos chegando a este ponto. Se querem informalidade, vamos para a informalidade.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, acho que nós vamos ter que desenvolver esta proposta agora de V. Ex^a. Na minha visão, o PT tomou a seguinte decisão: se o Congresso continuar aberto, quer dizer, se o Congresso continuar falando, nós podemos ter prejuízo, nós podemos ficar em uma situação constrangedora. Em um primeiro momento, o que eles fizeram? Acabam de dizer que a imprensa está contra eles, que a imprensa e as classes dominantes estão querendo comprometer o PT, requestrar denúncias já feitas, estabelecer novas denúncias sem fundamento, como se as denúncias que já foram feitas tivessem sido, em algum momento, esclarecidas. V. Ex^a lembrou o episódio dos recursos do chamado dossiê dos aloprados, que jamais foram explicados. O Vaccari estava lá naquela operação e, por isso e por outras razões, virou tesoureiro do PT; tinha experiência. Colocaram o Vaccari lá para fazer tesouraria e descobriram – aliás, foi descoberto de maneira pública – que ele estava envolvido em muitas irregularidades. Vão ter que salvar as aparências de algum jeito. Agora, o mais grave disso tudo é que não há discussão mais no Congresso. Nós podemos fazer aqui a denúncia mais grave, e ninguém do PT vai defender o Governo, nem o meu amigo Aloizio Mercadante, que era perito na chamada discussão qualificada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No caso de hoje, para ser justo, ele fez uma cirurgia.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Aloizio está doente hoje. Mas não aparece ninguém, nem a aguerrida Senadora, hoje Líder do Governo, nem o meu amigo Romero Jucá, que também é um Líder importante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Ninguém defende mais nada porque ninguém quer mais que a voz do Congresso seja ouvida. Já que não querem que a voz do Congresso, do Senado, seja ouvida, vamos ter de usar esses métodos, que são republicanos, democráticos, limpos, como V. Ex^a sugeriu. Vamos convidar esse pessoal aqui, convidar os que foram prejudicados. São tantos os que foram prejudicados. Vamos trazer as famílias dos prejudicados aqui. Vamos trazer o promotor que levanta a questão para fazer uma discussão aqui dentro, conosco mesmo. Vamos para um lugar, sentamos todos, ouvimos todos, e vamos ver

se a sociedade não vai prestar atenção a isso. Eventualmente, não vamos ter a TV Senado, mas outras tevês poderão estar lá. Os jornais estarão, as rádios estarão presentes. A imprensa ainda não foi sufocada; não fizeram nenhum controle social da imprensa ainda. Estão tentando, mas não fizeram. Então, vamos fazer isso e enfrentar essa questão. O que está prevalecendo agora é a mesma tecnologia que foi usada nas CPIs: gente que fala ou gente que fica calada e que apenas vota e impede. Discussão zero; democracia coisa nenhuma. Esse é um belo caminho para o Brasil, o caminho que está sendo plantado. O Presidente da República faz, agora à tarde, uma denúncia contra o Governador de São Paulo. Segundo ele, foi para inaugurar uma maquete. O Governador de São Paulo foi para um determinado conjunto de Municípios por conta de sete convênios que iam ser assinados, que resolvem um problema de muito tempo e criam um caminho para uma solução grave, importante e técnica de uma obra de infraestrutura. Nada de inaugurar maquete, nada de campanha eleitoral. Eles ficam dizendo que a gente faz campanha eleitoral. Eu sou o Presidente do meu Partido. Inúmeras vezes convidei, chamei, o Governador Serra para sair na quinta, na sexta-feira, para os Estados e comparecer a eventos que nós promovemos, e ele não comparecia. Ele comparecia depois que terminava; na sexta-feira, quando ele já não estava na atribuição de responsabilidade administrativa. Essa era a conduta que nós tivemos e nós temos o dia inteiro. No mais, é o Presidente dizendo os maiores absurdos, comparando bandido com gente da oposição, com gente que faz política; crime de opinião com crime comum. É uma coisa absolutamente injustificável, irresponsável. E essa coisa passa aí, as pessoas podem protestar contra isso, mas o Governo não se manifesta. Por que se manifestar se a ordem é calar? A ordem deles é calar. Nós temos que falar com todas as formas que pudermos nos pronunciar, e a sua proposta é excelente: fazer uma convocação desse tipo, um convite desse tipo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente Sérgio Guerra. E, se a moda de visitar maquetes pegar, no fundo, no fundo, ela vem de uma escola, tem uma matriz. Este Governo não tem feito outra coisa a não ser inaugurar pedras fundamentais. O exemplo vem de cima, mas não foi o que se aplicou ao Governo de São Paulo.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu não sei se V. Ex^a concorda comigo, mas essa história de popularidade em alta, ou eleição de Governador com 70% dos votos, eu já vi esse filme. Eu já vi Governador eleito com 70% dos votos ser um

desastre no desempenho do mandato, terminar em frangalhos. Política se faz com humildade, com salto baixo, com respeito à opinião pública, com respeito às instituições, e eu tenho certeza de que o que nós estamos assistindo – semana passada nós vimos a CCJ desmanchar uma convocação à Ministra Dilma, num ato inédito.

Hoje de manhã, a truculência da base do Governo derrotou a convocação, ou o convite, para que um membro do Ministério Público viesse explicar – explicar, nada mais do que explicar – um assunto que é capa da *Veja* e primeira página de jornais de circulação nacional há dias. O que é isso? Isso é audácia de quem se julga o dono da bola absoluto. É preciso que o Brasil pare para refletir sobre isso. O que o PT está fazendo com a acusação contra a Bancoop? Em vez de dar explicações – como nós fizemos, não com explicação, mas cortando na carne no caso do DEM de Brasília, caso Arruda –, eles entram com ação contra o Promotor Blat, eles tentam desqualificar quem está, desde 2006, investigando uma coisa de interesse de cooperativados que pagaram prestações e que foram lesados nas casas a que tinham direito. Em vez de dar explicações, eles, truculentamente, sob o peso da popularidade do chefe, o Presidente Lula, entram com uma ação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Prorrogo a sessão por mais uma hora para que todos os oradores inscritos usem da palavra. Peço brevidade porque há vários oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como é um assunto importante, seria o caso de ouvir o Senador Eduardo Suplicy, que certamente defenderá o Governo, Senador Alvaro Dias e o Senador Antonio Carlos.

Peço brevidade a todos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, queria pedir a atenção do Senador Mão Santa. Hoje fui sacado da tribuna quando ia falar sobre esse assunto. Então, gostaria que V. Ex^a pudesse me liberar para fazer um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, a audácia do PT chega ao ponto de transformar o guardião da moralidade em nome da sociedade, que é o Promotor do Ministério Público, no acusado. Inverteram: estão acusando, estão denunciando o Promotor. Vejam a audácia da popularidade, a audácia da popularidade, que é má conselheira. Essa questão de o Vaccari ser indicado tesoureiro do PT é a ...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... manifestação exponencial da audácia, porque esse Vaccari era o homem envolvido, junto com o Fred Godoy, na questão dos aloprados, em que foi mencionada aquela montanha de dinheiro. Mesmo assim, mesmo assim ele é indicado, está exercendo as funções importantíssimas de tesoureiro do PT. Ele, que foi acusado pelo irmão do ex-presidente da Bancoop de ter desviado dinheiro, aquele dinheiro sacado na boca do cofre da Bancoop, para a campanha do Presidente Lula. Eles não temem nada e querem sufocar o Congresso. Eles não querem que se permita nenhuma discussão em nível congressual. Por isso é que, salvo honrosas exceções, o PT sumiu do plenário. Eles não querem debater, não querem discutir, eles querem que as coisas vão como vão, protegendo-se na popularidade do Presidente Lula, querem deixar que o mal fique esquecido. Não vai ficar esquecido. Vamos combatê-lo, porque essa é a nossa obrigação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E tem uma outra tática, Senador José Agripino.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Primeiro, resgatar o seu partido. Dizem: “O DEM ficou manchado no episódio do DF”. O DEM tomou todas as providências, cortando na carne, como V. Ex^a disse. O PT promove os seus acusados, não os coloca sequer de quarentena enquanto duram as investigações. Então, o seu partido pode andar tranquilamente de cabeça erguida. Essa é a minha opinião.

Em segundo lugar, aqui nós temos uma sessão que serve para discutir questões dos nossos Estados, mas que muitos aproveitam para vir e fazer o que não fazem na sessão normal, que é vir e defender para valer o Sr. Vaccari.

Queria ver alguém defender o Sr. Vaccari aqui e agora. Não vem. Às 9 da noite ou às 10 da noite, quem sabe, aparece alguém tentando dar justificativa – aquela justificativa típica do *Pravda*, do jornal oficial da ditadura enfim.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu cedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, ao Senador Alvaro e encerro com o Senador Antonio Carlos e o Senador Mário Couto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, Senador Arthur Virgílio, quero agradecer-lhe as palavras que citou a meu respeito na tarde de hoje. Gostaria também de fazer algumas ponderações sobre a observação que fez sobre o Senador José Eduardo Dutra, nosso colega. Primeiro, ele aceitou ser presidente da Petrobras, mas, depois, aceitou servir a Prefeitura de Aracaju, sua cidade, e também colaborar com Marcelo Deda, hoje Governador do Estado de Sergipe,

e também ser o presidente da Braspetro, porque era uma forma de continuar trabalhando numa empresa, num posto de grande responsabilidade, e em cooperação com José Sérgio Gabrielli, que havia sido seu companheiro na Petrobras – era, então, presidente da Petrobras, e foi muito bem-sucedido no cargo. Então, na verdade, ele seguiu caminhos de quem tem toda disposição de servir, de ajudar. E ele, até de muito bom humor, brincou e citou o que lhe disse sua mãe: “Puxa vida, mas como é que você aceita sair da Braspetro para ir para a presidência do Partido dos Trabalhadores? Será que você não está perdendo o juízo?”. Ele até nos explicou, assim como a todos os presentes no congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, ocasião em que o presidente Ricardo Berzoini lhe passou o bastão, que ele avaliava ser importante servir como presidente do partido que hoje está no poder, o partido do Presidente Lula e que tem a missão de levar à vitória a nossa candidata Dilma Rousseff...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Faço este comentário com muito respeito e consideração pelo nosso colega José Eduardo Dutra. Ele, inclusive, fez um pronunciamento que foi muito aplaudido no congresso nacional do Partido dos Trabalhadores e todos nós demonstramos confiança no trabalho dele, na pessoa dele, em especial o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acho que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a está lendo um comunicado?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, não. Tenho aqui apenas uma entrevista que ele acaba de dar para o *Terra Magazine*. Ele deu uma entrevista agora à tarde ao *Terra Magazine* afirmando que ele se sentiu ofendido pelo editorial do *Estadão* porque, como V. Ex^a sabe perfeitamente, ele...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Arthur Virgílio, são 32 minutos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou concluir. Como ele – tenho certeza de que V. Ex^a tem a mesma opinião – não se considera bandido, ele ficou indignado e ofendido diante da forma como o jornal *O Estado de S. Paulo* qualificou o nosso partido. Eu, o Senador Augusto Botelho e o Senador Paulo Paim, todos nós, não nos sentimos bandidos. Então, a classificação feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* não nos pareceu adequada e, por isso, ele reagiu com muita indignação. Com respeito ao assunto Bancoop, ele prestou, e está prestando, uma série de esclarecimentos. Mas como não quero abusar da bondade de V. Ex^a e do Presidente Mão Santa, encerro aqui minha

intervenção, senão teria de explicar todo o caso Bancoop. Haverá oportunidade para fazer isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De maneira bastante breve, agradeço o aparte de V. Ex^a e faço as seguintes observações.

Primeiro, eu só estranhei alguém deixar de ser presidente da Petrobras para ser secretário municipal. Eu não seria. Eu, depois de ser presidente da Petrobras – coisa que eu não aceitaria ser porque eu não entendo nada de petróleo –, eu não aceitaria mais ser nada, nem ser Ministro das Minas e Energia, porque eu teria dirigido a principal empresa do Brasil e eu tenho muita noção de hierarquia. Isso faz parte da minha própria forma de ser. Só estranhei, nada mais.

Agora, eu percebi já algumas defesas do Senador José Eduardo Dutra, que é figura de minha estima pessoal, mas ainda nenhuma do Dr. Vaccari Neto, nenhuma. Ainda não apareceu aquele que dissesse: “Olha, estou aqui para defender o Sr. João Vaccari Neto”. E o que eu queria era cotejar essas opiniões com as dos lesados do Bancoop, aqueles que perderam as suas economias e ficaram sem as suas casas. Essa é a preocupação que me traz a esta tribuna.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Serei sucinto, Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio, o que espanta é ver os governistas tentando afirmar que estamos preocupados com as eleições e que esse é um assunto meramente eleitoral. É como se dissessem: “O roubo existente antes das eleições, no ano eleitoral, deve ser perdoado e absolvido”. Então, no ano da eleição, temos de absolver os ladrões, aqueles que assaltaram dinheiro público no período anterior à eleição. Vamos absolvê-los. E, também no período da eleição, não se pode denunciar a corrupção. Portanto, estão liberados os marginais, os corruptos, os desonestos, para que assaltem durante o período eleitoral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É tipo estação de caça ao dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador AD, peço síntese.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, vou concluir rapidamente. Portanto, essa é uma justificativa descabida, é um pretexto que não podemos admitir de forma alguma. É nossa obrigação não omitir isso, o Senado não pode calar-se. O Senador Romeu Tuma já entrou em contato com o Dr. José Carlos Blat, que concorda em vir oficialmente ou extra-oficialmente ao Senado para falar. Ele virá a uma Comissão da Casa e, se não permitirem isso, virá a qualquer auditório do Senado Federal para falar sobre esse inquérito. É preciso preservá-lo e a instituição que ele representa. Essa desconstrução de imagem que procuram é no-

civa aos interesses do País. Toda vez em que alguém denuncia, há de se desqualificar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Há de se desqualificar o denunciante, para se proteger o denunciado. Vou concluir, porque é impossível falar dessa forma. Vou passar a bola a V. Ex^a, para concluir seu pronunciamento. Mas digo que não podemos admitir mais isso. Quem denuncia é desqualificado. Para quê? Para acobertar o denunciado e suas falcaturas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Endosso plenamente os termos do seu pioneiro e forte discurso dessa recente segunda-feira.

Ouço V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Arthur Virgílio, o Governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores parecem ter decidido adotar, definitivamente, a tese de que, “se lei não agrada nem atende seus interesses, mude-se a lei, ou pior, ignore-a!”. Primeiro episódio: o Ministro Luis Adams (da AGU) defendeu junto ao Conselho Federal da OAB projeto que, simplesmente, autoriza o Governo a quebrar sigilo bancário e fiscal, confiscar bens, executar dívidas fiscais e até invadir residências de contribuintes, tudo sem autorização judicial. Pelo projeto, o próprio Governo julgaria os processos tributários e decretaria as execuções fiscais. Apresentadas as intenções do Governo, ocorreu o esperado: o sentimento da OAB foi de perplexidade, de desaprovação a um projeto que mal disfarça o atual viés absolutista e antidemocrático do Governo petista. Segundo episódio: em uma demonstração do poder de determinados setores do Executivo, especialmente aqueles controlados pelo PT, a Petrobras viu triunfar no STF, ainda que liminarmente, sua renitente recusa em submeter-se à legislação que trata de licitações (a Lei nº 8.666). O Ministro Dias Toffoli decidiu deferir a favor da empresa contra condenação que lhe fora imposta pelo TCU – Senador Alvaro Dias, lembre-se da CPI! –, exatamente porque a estatal teima em desrespeitar a referida legislação. Com a decisão, a empresa está liberada para contratar fornecedores e prestadores de serviço à margem da Lei de Licitações. A liminar era previsível, vez que o Ministro Toffoli apenas trouxe para alçada do STF parecer da AGU, órgão que o Ministro já chefou, parecer este que já era favorável à Petrobras. Terceiro episódio: este episódio é emblemático pelas reações que ensejou em lideranças do Partido dos Trabalhadores; refiro-me às denúncias do desvio de recursos de um banco cooperativo para o caixa dois da campanha do Presidente Lula. O que disse o Presidente do PT em relação às denúncias? Nada. Não apresentou dados

que refutassem as acusações, sequer demonstrou a intenção de apurar o que quer que fosse. E quanto ao Promotor José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, autor das investigações? Ah! O PT tentou, de todas as formas, desqualificá-lo. Chegou a rotulá-lo de “fonte primária de onde brotam as mentiras, as ilações, as acusações sem prova”. Sem prova?! Ora, após analisar milhares de documentos, o promotor constatou que milhões de reais foram desviados para bolsos petistas e para o caixa dois do PT. Cerca de R\$30 milhões foram desviados via saques na boca da caixa. Mesmo assim, confrontado com afirmações tão contundentes, o Presidente do PT ainda teve a ousadia de classificar as gravíssimas denúncias de meras “acusações desprovidas de qualquer base jurídica ou factual”. E, no Senado Federal, como reagiram as Lideranças do PT e da base governista? Basta vermos o que aconteceu hoje pela manhã na CCJ e que foi outra vergonha: lá, mais uma vez, a base governista pôs-se de joelhos aos interesses do PT e ao sepultamento de qualquer investigação sobre as denúncias ao negar aprovação ao requerimento da Comissão. É esta reflexão final que deixo aos senhores: é este Senado Federal, inerte, silente diante de fatos como esses que relatei, paralisado por medidas provisórias, desrespeitado até mesmo por parte de seus membros, que queremos? É isso o que queremos, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Incorporo o sábio e consistente aparte de V. Ex^a ao meu discurso, querido Senador Antonio Carlos Júnior.

Por último, Sr. Presidente, para encerrar mesmo, ouço o Senador Mário Couto, agradecendo a V. Ex^a a consideração que tem tido com este orador.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero agradecer ao Senador Mão Santa, até porque, hoje, Senador Arthur Virgílio, eu ia falar desse tema, mas, infelizmente, na hora em que eu ia começar a fazê-lo, antes mesmo de terminar – não era o Senador Mão Santa que estava presidindo a sessão –, fui obrigado a descer dessa tribuna, porque não me deixaram continuar o pronunciamento. Mas vou ser rápido, Senador Arthur Virgílio. Apenas quero fazer um alerta a esta Nação. Este é um alerta a esta Nação! O DEM não pensou, em nenhum milésimo de segundo, em tomar a decisão de tirar dos seus quadros políticos o Senador Arruda. Foi rápida essa decisão. Outros partidos fizeram a mesma coisa. Corrupção? Rua! Ninguém quer isso dentro do partido. No PT, acontece o contrário, Senador Arthur Virgílio. É este o alerta que quero deixar à Nação: o PT blinda os corruptos dentro do Partido. Hoje, há uma grande vantagem em ser petista: qualquer político que vá para

lá pode praticar a corrupção. Quem quiser praticar corrupção neste País vá para o PT, pois nada acontece; ao contrário, o corrupto é amplamente protegido por todos, a começar pelo Presidente da República. Esse é o alerta que quero deixar a esta Nação. Que a Nação fique atenta a todas as acusações de corrupção que se fazem neste País! Se há políticos do PT, nada acontece. Faço e deixo a pergunta à Nação: quem do PT que praticou corrupção até hoje, que foi a maioria dos políticos brasileiros, está preso ou pelo menos foi detido?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex^a, Senador Mário Couto.

De fato, parece à opinião pública um certo jogo de dois pesos e duas medidas. Tenho reclamado, aqui, que esse inquérito do mensalão deveria andar de forma mais célere. E já concluo, Sr. Presidente. Esse inquérito deveria andar de forma mais célere. Os crimes vão prescrevendo, um a um, e estamos sem explicações do porquê. O fato é que é muito duro alguém escapar, porque o crime prescreve pela lentidão. Isso não tem cabimento. É uma exigência que se faz, porque a ideia de escapar pela prescrição não significa declaração de inocência, mas significa esperteza de advogado. E, talvez, signifique uma certa lentidão de quem esteja a julgar o processo.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, peço desculpas aos demais oradores pelo tempo que ocupei na tribuna a mais.

Esqueceram de processar, Senador Antonio Carlos Valadares, a jornalista Laura Diniz, que foi a autora da matéria. Foi a *Veja*, o *Estadão*, o promotor... Isso é incoerente. Então, que se processe também, logo, a autora da matéria, para ficar a pantomima completa!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a falou por 43 minutos, mas esse tempo foi bem utilizado em defesa da verdade, da austeridade e da moralidade, que são o fundamento da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pego a culpa pelo excesso...

A SR^a PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, que a solicitou primeiro. Sei que são muitos os pedidos, mas

vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, que a solicitou primeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão aqui nas galerias jovens de todo o País, cerca de 250 jovens.

Esses jovens, Sr. Presidente, vieram aqui – o Presidente Sarney já os recebeu, e eu estive com eles – porque a Câmara dos Deputados já aprovou, por unanimidade, a PEC da Juventude, que se encontra pronta para ser votada aqui no plenário. Então, essas palmas que eles estão batendo, tenho certeza de que são para todos os Senadores, num movimento unitário, na busca, Sr. Presidente, pela aprovação no Senado – tenho certeza de que todos os partidos a aprovarão – da PEC da Juventude.

Encerro, cumprimentando o jovem Davi Barros, que deixa a presidência do Conjuve, e, ao mesmo tempo, cumprimento o Danilo Moreira, o novo presidente que assume, e o João Vidal, que é o vice, que vai comandar daqui para frente. Eu pediria aos jovens que citei que se levantassem para que os Senadores conhecessem quem no momento assume o Conjuve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Posso dizer para vocês, sem medo de errar, que a PEC da Juventude vai ser aprovada por este Senado por unanimidade. Parabéns a vocês!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Que os aplausos da juventude se somem aos nossos aplausos na crença da melhoria da democracia do nosso Brasil!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que, após uma notícia tão boa e tão aplaudida, eu tenha de aqui apresentar um requerimento de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Barbosa de Araújo, que foi um excelente funcionário público, Grão-Mestre da Maçonaria da Grande Loja de Roraima.

O requerimento já foi encaminhado à Mesa, para que sejam apresentadas as condolências à família do falecido.

Portanto, registro, infelizmente, o falecimento de um homem muito importante para meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Também serei muito rápido.

Quero fazer coro e apoiar as palavras do Senador Paim.

Estive recebendo uma comissão do Conselho Nacional da Juventude minutos atrás. Nós estamos com uma PEC pronta para ser votada, e acho que é fundamental, importante que V. Ex^a, pela influência que tem junto à Mesa Diretora, peça que a PEC seja colocada em pauta, pois está pronta para ser votada aqui na Casa.

Quero parabenizar a posse da nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude, que aconteceu na data de hoje, e também dizer que tenho a mesma crença de que nós votaremos essa PEC por unanimidade. O Senador Romero Jucá está aqui, Líder do Governo, os demais líderes estão presentes, acho que nós temos condições de, rapidamente, votar essa PEC, uma vez que ela já está pronta para ser apreciada em primeiro turno.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Patrícia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Fora do microfone.) – Primeiro a Senadora Patrícia, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu me controlei muito para obedecer ao Regimento, porque eles estavam na frente.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim e do Senador Casagrande em relação à PEC da Juventude, ao apelo que fizeram. Quero, portanto, parabenizar a juventude que assume mais esta missão de lutar pelos nossos sonhos, pelos nossos ideais, de cada um de nós aqui, que já teve a idade de vocês, a alegria, a esperança, a força e a coragem de lutar por um lugar muito mais justo, por um lugar muito melhor. E essa PEC, Senador Mão Santa, vai fazer jus justamente a essa luta, a esse trabalho, a essa alegria, a essa energia que a juventude tem no nosso País e que passa para cada um de nós.

Portanto, eu quero aqui, como o Senador Paulo Paim e o Senador Casagrande, parabenizar e desejar muito sucesso aos dirigentes do Conjuve e dar um beijo muito especial nos meus conterrâneos cearenses, o Júlio Brizzi e o Jose Bertini, que também estão aqui, e a todos vocês que estão aí na galeria.

Um grande abraço! A PEC vai ser votada e vai ser aprovada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu cedo a minha vez à Senadora Serys e falarei depois dela, Sr. Presidente. As mulheres têm prioridade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem também.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Hillary Clinton veio contratá-lo para ser líder lá do Barack Obama.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para saudar toda essa juventude que está aqui e dizer, como titular da CCJ, que já votamos lá por unanimidade.

Eu digo sempre que juventude não é o futuro do Brasil, é o presente, é já, é já que nós precisamos. Este momento é determinante no Senado da República, com as galerias cheias de jovens. Realmente o Senado dá o seu recado, votando a favor e resolvendo isso hoje, de uma vez por todas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, o Líder do Governo, que a Senadora Hillary Clinton tentou levar para lá para ser o líder do Barack Obama.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros jovens, quero registrar a posição da Liderança do Governo, que é firmemente a favor da PEC da Juventude.

E, mais do que isso, vamos articular com o restante dos líderes, tanto da base do Governo quanto da oposição, a quebra de interstício, para que possamos votar, em um único dia, os dois turnos da proposta de emenda à Constituição que define rumos e define uma política para a juventude no País. Não há nada mais prioritário do que isso nesta Casa.

Portanto, vamos articular e, na próxima semana, espero que, com a pauta liberada, tenhamos condição de votar em primeiro e segundo turnos a PEC da Juventude.

Obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Isso é matéria já pacificada na Câmara dos Deputados e no concerto e conceito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fico duplamente feliz. Primeiro, pela proposta, que aceito e que acato, de votarmos a PEC, que vem unanimemente respaldada pelo conceito, repito, e pelo concerto da Comissão de Justiça de votarmos, com quebra de interstício, num dia só, aqui, no plenário.

Em segundo lugar, eu estava muito feliz em ver tantos jovens na tribuna de honra, ocupando as galerias da Casa. Fiquei muito feliz de reforçar aqui denúncia de corrupção perante aqueles que têm de ter mais zelo pela coisa pública. Refiro-me precisamente aos jovens, que são o presente, como disse a Senadora Serys, mas são o futuro. E um país decente interessa a todos aqueles que querem planejar um futuro bom para os seus filhos, e eles serão pais e mães futuramente. Fiquei feliz pelos dois fatos.

Então, temos, com muita clareza, a posição do PSDB, que foi a favor na Comissão de Justiça, foi a favor na Câmara dos Deputados e será, sem dúvida alguma, a favor com este adendo: nós não votaremos aqui com delongas. Uma vez liberada a pauta das medidas provisórias que estão sendo discutidas, nós votaremos, em um dia só, os dois turnos da PEC da Juventude, como uma homenagem a quem representa, de fato, o futuro deste País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Gim Argello; depois, o jovem Senador Flexa Ribeiro.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Senador Flexa Ribeiro, serei bastante breve.

No mesmo tom, na mesma toada, na mesma condição de Líder do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB do Brasil, concordo, em gênero, número e grau, com o que foi colocado aqui pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador Arthur Virgílio, pelo Senador Mozarildo, do nosso partido, o PTB.

A Câmara dos Deputados votou maciçamente a favor dessa unanimidade, mais do que isso, para dar dignidade aos nossos jovens, para que sejam realmente respeitados e para darmos condições a todos eles de continuarem sua juventude, essa fase fantástica, mas com mais dignidade, com mais seriedade.

Parabéns, Paim! (*Palmas.*)

Da mesma forma, assumindo o compromisso de quebrar o interstício desta PEC, para que, na semana que vem, quando tivermos lido as Medidas Provisórias n^{os} 470 e 471, que estão trancando a pauta, votemos, em um dia só, para que eles possam reconhecer que este plenário do Senado da República, Sr. Presidente Mão Santa, respeita esta juventude que hoje enobrece as nossas galerias.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro; depois, Flávio Arns; e, por último, José Nery, que representa o PSOL.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, eu quero aqui reafirmar o que o Líder do PSDB disse. Nós vamos votar os dois turnos da PEC da Juventude, quebrando os interstícios, no mesmo dia, como fizemos com os aposentados, como fizemos com a PEC n^o 41 que remunera dignamente os soldados militares, os Policiais Civis e Militares e o Corpo de Bombeiros. Dessa forma, vamos homenagear a juventude do Brasil, mostrando que o Senado Federal vai fazer, em um único dia, tramitar o processo, quebrando os interstícios e dando a eles a PEC da Juventude como presente para que possam nos ajudar a continuar construindo o Brasil.

Antes, Presidente Mão Santa, quero fazer um registro da presença, no plenário do Senado Federal, da Vereadora e Professora Paula Andréa, do Município de Óbidos, no oeste do Pará. Esse Município tem polo. O Município de Santarém, do baixo Amazonas, foi beneficiado com a Ufopa.

Professora Paula, agradeço aos Senadores por terem aprovado, por unanimidade, o projeto que apresentei aqui no Senado para a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Juntamente com ela está o Deputado Federal Nilson Pinto, que foi Reitor da Universidade Federal

do Pará, levou a Universidade Federal para o *campus* no interior de todo o Estado e nos ajudou a levar a Ufopa para o oeste.

Precisamos, Presidente Mão Santa – o Senado já aprovou, mas a Câmara ainda não, e o Presidente ainda não autorizou –, da instalação da Universidade do sul e do sudeste do Pará, o que também é necessário para aquela outra grande região do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, também saudar os jovens que estão aqui e os jovens de todo o Brasil que não puderam, por uma razão ou outra, estar aqui presentes para um fato fundamental, que é a aprovação da chamada PEC da Juventude.

Eu diria que existe um consenso no Senado pela aprovação. Todos nós, todos os partidos, somos a favor não só da PEC, mas dos desdobramentos da PEC em termos de políticas públicas, de orçamento, de iniciativas, para que os direitos dos jovens sejam na verdade concretizados: direito à educação, ao trabalho, ao esporte, à cultura, à assistência, à saúde, quer dizer, o atendimento integral do ser humano jovem. A Constituição já falava em criança – prioridade absoluta, como se costuma falar –, adolescência e agora, também sem sombra de dúvida, fruto do debate, da discussão, do trabalho da Secretaria atualmente existente e da união dos jovens, a PEC da Juventude.

Se nós trabalharmos bem em relação ao brasileiro de zero aos 25 anos, nós teremos sem dúvida um futuro muito mais promissor porque estaremos valorizando a criança, o adolescente e esta representação da juventude do Brasil que está aqui nas galerias.

Parabéns a vocês e vamos aprovar a PEC da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador José Nery, que representa o PSOL e é o Líder do Partido.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSOL se manifesta no Senado tal qual fez a nossa pequena mas aguerrida bancada na Câmara dos Deputados, votando pela aprovação da PEC da Juventude. Dizemos à juventude brasileira, representada por várias delegações e por vários Estados que vêm aqui às galerias do Senado Federal para exigir a votação e a aprovação da PEC que trata de garantir direitos fundamentais, integração e respeito à juventude, através das diversas políticas públicas, que nós precisamos, e esperamos que seja este um dos compromissos e tarefas do novo Conselho Nacional da Juventude em

sua nova gestão: de que, entre as prioridades de suas tarefas, possam contribuir, efetivamente, para termos uma participação mais efetiva da juventude nos rumos da política brasileira, construída com ética, com cidadania e com compromisso por transformações sociais profundas de forma a garantir que nosso País seja mais justo e mais igual para todos e todas.

Recebam, da nossa parte, o abraço e os cumprimentos a todas as delegações que se fazem presentes em Brasília, neste momento; e o compromisso de aqui nos juntarmos a todo o Senado Federal para votarmos e aprovarmos a PEC da Juventude.

Contem com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador Jefferson Praia. Ele é do PDT e do grandioso Estado do Amazonas. Só não é maior do que o Piauí.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste momento em que temos a energia desses jovens que nos visitam e quebram um pouco o silêncio que temos aqui no plenário, o que eu tenho a dizer é que isso me faz cada vez mais acreditar em um País diferente, em um País com os jovens lutando por uma sociedade melhor.

Estão vocês aqui buscando um caminho que é o da votação da PEC da Juventude brasileira. Eu quero dizer que esse movimento, essa energia deve se traduzir de forma muito ampla para todos os problemas que nós enfrentamos na atualidade.

Contem conosco e vamos em frente, porque vocês já estão fazendo história e vão fazer muito mais do que todos nós que estamos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Professor Cristovam Buarque, ainda quer usar a palavra pela ordem?

O professor Cristovam Buarque é Senador, representa o PDT e o Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, não é preciso apoiar mais a PEC, porque ela hoje virou uma unanimidade. É claro, claro, obviamente que eu a apoio.

Quero ir mais longe e dizer que amanhã nós teremos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos para discutir as políticas voltadas para a juventude. É uma sugestão do Senador Paim. Eu convido todos os jovens aqui para que estejam lá amanhã. Vamos debater juntos, como um direito humano, as políticas que sirvam à juventude. Então amanhã, às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos, estão todos vocês convidados.

A PEC já ganhamos. Vamos agora discutir as outras políticas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Atentai bem, meus jovens: acreditai, lutai, trabalhai, estudai e amai, que, com certeza, o amanhã vai ser muito mais lindo.

O Senador Tião Viana solicitou fosse consignado em Ata o seu voto nas votações nominais procedidas na presente sessão.

O Dr. José Roberto dará cumprimento à solicitação.

Agora, vamos ouvir um orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem ainda..

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, ainda. Há um orador inscrito...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu gostaria de solicitar que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu vou chamar um orador inscrito.

Valter Pereira está? (*Pausa.*)

Não está, depois ele chega.

Rosalba Ciarlini está? (*Pausa.*)

Não está. Então, Roberto Cavalcanti.

Pela ordem, Professor Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar que a Mesa considerasse e colocasse em discussão a convocação de sessões especiais de comemoração: uma para homenagear Joaquim Nabuco; outra para homenagear os 15 anos da transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica de Brasília; e, finalmente, para celebrar, ao mesmo tempo, o Dia de Tiradentes e os 50 anos de Brasília.

Então, esses são os três pedidos para a Mesa pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Mão Santa, uma das grandes virtudes da vida é ter paciência, e, na verdade, se inscrever para falar nesta Casa é um grande treino, uma grande oportunidade de aprendizagem de vida, porque não é fácil você se inscrever, ter todo o mérito e assistir a todas as demonstrações de democracia, porém que levam minutos e minutos, estendendo-se por aquilo que era tarde e já virou noite.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde-noite de hoje, para retomar uma bandeira que marcou, definitivamente, a minha passagem por esta Casa em 2006 e permaneceu hasteada em todos os dias do meu mandato em 2009 e 2010.

Falo do Aeroporto Internacional Castro Pinto, na Paraíba. Em 2006, liderei, com sucesso, o destravamento das obras de reforma que estavam ameaçadas de embargo. Naquele tempo, era destravar ou continuar com o aeroporto transformado em canteiro de obras.

Mas agora, Sr. Presidente, é preciso avançar, seja ampliando ou mesmo construindo um novo aeroporto, mais compatível com a expansão da demanda e o potencial econômico da Paraíba.

A história mostrou que eu estava certo ao trazer a esta Casa uma demanda vital da população paraibana.

Dados da Infraero dão conta do extraordinário incremento no movimento do Aeroporto Castro Pinto neste verão.

O crescimento, Sr. Presidente, foi de 59%, se comparados janeiro de 2010 com janeiro de 2009, e é o maior entre os aeroportos nordestinos, segundo dados constantes do *site* da Infraero, que apropria a performance da Região Nordeste.

Ainda de acordo com a Infraero, o fluxo de passageiros, que havia crescido 33% em 2009, voltou a surpreender em janeiro de 2010, registrando uma alta de 59%, desbancando todos os seus “concorrentes” nordestinos.

Entretanto, os dados da Infraero mostram, também, que a capital paraibana ainda tem um longo caminho a percorrer, figurando bem atrás dos líderes do *ranking* nordestino.

Mantendo-se a média de janeiro, de 94 mil passageiros, podemos chegar a um milhão de embarques e desembarques neste ano, ainda bem longe dos sete milhões de passageiros embarcados e desembarcados em Salvador no ano passado.

Não podemos permanecer de braços cruzados. Para aproveitar o bom momento estampado na performance de 2009 e janeiro de 2010, precisamos unir a Bancada paraibana em Brasília em torno da inclusão da Paraíba na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ano passado, em audiência pública neste Senado, conversei com autoridades da Anac e com o Ministro Nelson Jobim, buscando efetivar a melhoria do nosso aeroporto e, sobretudo, a instalação de equipamentos de segurança já existentes nas vizinhas Natal, Recife, Salvador e Maceió, e ainda totalmente ausentes no Aeroporto Castro Pinto.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a franca expansão da demanda precisa ser apoiada na ampliação da infraestrutura aeroportuária, obedecendo um critério elementar: onde há procura, tem de ter oferta.

Ampliando a estrutura, as companhias aéreas ampliarão, também, as ofertas de voos. É inaceitável para nós que 20% dos passageiros que vão a João Pessoa precisem desembarcar no Recife ou em Natal, por falta de ofertas de vagas em nossos voos.

Nesse contexto, a ampliação da malha aérea na Paraíba fala por si só. A alta taxa de ocupação dos voos de João Pessoa explica o objeto da nossa demanda. Para reforçar esse raciocínio, é só observar que Aracaju dispõe de mais ofertas e, no entanto, está atrás de João Pessoa em número de embarques e desembarques, operando com capacidade ociosa.

As três capitais nordestinas com maior movimento aeroportuário – Salvador, Recife e Fortaleza – apresentaram crescimento inferior a 15%, menos da metade do incremento registrado pela Paraíba, que, volto a dizer, foi de espantosos 33%, em 2009, e 59%, em 2010, comparando-se os meses de janeiro desses anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados deste ano, o Governador José Maranhão deverá inaugurar o Centro de Convenções, carro-chefe do Polo Turístico Cabo Branco, que deverá atrair grande número de hotéis e *resorts* no litoral sul de João Pessoa.

Com a operação desse complexo turístico, deixaremos de ter um fluxo turístico sazonal. O turismo de eventos ocorre durante todo o ano e virá se somar ao grande movimento de pessoas que buscam, nas ensolaradas praias paraibanas, o destino preferencial para o turismo de qualidade.

Assim, teremos de empunhar, mais uma vez, a bandeira da ampliação e da racionalização da malha aeroviária, eliminando, com a oferta de uma malha redesenhada racionalmente, a louca geografia aérea que nos submete, os paraibanos, a verdadeiros malabarismos aéreos quando demandamos, por exemplo, destinos na vizinha Região Norte do Brasil. Quando vamos a Fortaleza ou a Teresina – terra de V. Ex^a, Sr. Presidente –, vemo-nos obrigados a deslocamentos compulsórios até Brasília ou São Paulo, com custos financeiros e morais extremamente elevados, desnecessários e inaceitáveis à luz da nossa sede de crescimento.

Na manhã de hoje, tive oportunidade de me manifestar na CDR, durante audiência pública sobre aviação regional, em defesa dessa causa primordial para os interesses econômicos da Paraíba. Lá, apresentei requerimento de audiência pública sobre segurança nos voos, visando requalificar a discussão e fundamentar a cobrança de ações governamentais no tocante ao reparcelamento da infraestrutura aeroportuária.

Nessa linha, Sr. Presidente, finalizando, registro aqui, de público, a minha intenção de procurar ime-

diatamente o Ministro Nelson Jobim para reivindicar a inclusão do Aeroporto Castro Pinto na próxima etapa do PAC, ao mesmo tempo em que conclamo os meus colegas de Bancada para que, juntos, desfraldemos a bandeira do crescimento sustentado do nosso aeroporto.

Sr. Presidente, na reunião de hoje da CDR, embora muito produtiva, tivemos a descortesia das ausências de pessoas que foram por nós convidadas: ausência da Diretora-Presidente da Anac, a Sr^a Solange Paiva Vieira, que pelo menos se fez representar, bem como a ausência de representantes da Infraero, o que nos traz profunda tristeza, razão pela qual convocaremos nova audiência pública na CDR e na CCJ, para podermos fazer com que os ternos voos regionais e malha aérea brasileira possam ser melhor discutidos nesta Casa, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PSC – PI) – O próximo orador inscrito é um líder: Francisco Dornelles. Mas, enquanto ele não chega à tribuna daremos a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Senador Paim e a juventude brasileira pela aprovação da PEC da juventude, por unanimidade, na Câmara. Quero parabenizar os líderes desta Casa que a assinaram e a documentaram no sentido de quebrar todos os interstícios para que haja celeridade na votação da PEC da juventude. Realmente precisamos salvar a juventude, salvar os nossos adolescentes, mostrar-lhes que o Parlamento, que o País tem interesse na vida deles. Está de parabéns o Senador Paim, está de parabéns o Parlamento, está de parabéns o Senado por essa decisão que toma.

Sr. Presidente, falei com o Senador Cristovam Buarque, que é o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e com o Senador Paim para, amanhã, determinarmos a data – não é Senador Cristovam? – da audiência com o Cônsul do Haiti, na Comissão de Direitos Humanos, para que ele nos fale da condição das crianças órfãs do Haiti, das crianças mutiladas e do processo de adoção para os brasileiros que se inscreveram no Consulado para adotar essas crianças. Fale também quando e como isso vai acontecer e quais serão os procedimentos, as regras para os brasileiros interessados – e são muitos – em adotar essas crianças, que perderam suas famílias no terremoto. Acho que será um gesto dos mais bacanas, dos mais bonitos da família brasileira que quer abraçar essas crianças como famílias suas. Portanto, amanhã

determinaremos, Sr. Presidente, a data dessa audiência com o Cônsul do Haiti.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Chamamos para a tribuna o nosso Francisco Dornelles, Senador pelo Rio de Janeiro e Presidente do Partido Progressista, que representa a família de grande grandeza política neste Brasil. Ele representa aqui Tancredo Neves, que se imolou pela democracia.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero congratular-me com o Governo brasileiro pela decisão tomada em fazer com que os Estados Unidos cumpram com as suas obrigações para com a Organização Mundial do Comércio e retire os subsídios irregulares que vêm concedendo aos seus produtores de algodão, porque esses subsídios se constituem práticas ilegais, praticas desleais de comércio.

Sr. Presidente, o Brasil e os produtores de algodão entraram na Organização Mundial do Comércio porque se sentiram prejudicados com os incentivos concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão. A Organização Mundial do Comércio julgou os argumentos apresentados pelo Brasil e decidiu que os Estados Unidos deveriam retirar os seus subsídios concedidos aos seus produtores de algodão.

O que aconteceu no caso? Os Estados Unidos não tomaram conhecimento da decisão da Organização Mundial do Comércio. Os Estados Unidos se recusaram a cumprir uma decisão da Organização Mundial do Comércio e decidiram não retirar os subsídios dados aos produtores de algodão.

O que decidiu a Organização Mundial do Comércio num segundo momento? Que o Brasil deveria estabelecer retaliação. Retaliação não é nem bem o nome apropriado, porque, na realidade, o Brasil poderia tomar algumas medidas que fizesse os Estados Unidos participarem do esquema de negociação. Foi o que ocorreu.

Através de medidas provisórias, o Brasil anunciou que poderá aumentar os direitos aduaneiros sobre uma série de produtos e colocar mesmo também algumas restrições ao pagamento de serviços. O objetivo do Governo brasileiro não é retaliar, é apenas dizer aos Estados Unidos que nós não concordamos com os subsídios desleais que eles vêm dando aos seus produtores de algodão. O que o Brasil deseja é o entendimento; o que o Brasil deseja é o consenso; o que o Brasil deseja é que sejam respeitadas as regras do comércio internacional. E o que está fazendo? Está dizendo aos Estados Unidos que ele será obrigado a

tomar algumas medidas na área do comércio, caso os Estados Unidos continuem desrespeitando uma decisão da Organização Mundial do Comércio.

Sr. Presidente, veja só o ridículo que ficaria o Governo brasileiro entrando na Organização Mundial do Comércio. A Organização Mundial do Comércio reconhecendo o direito brasileiro. Os Estados Unidos insistindo em não respeitar a decisão da Organização Mundial do Comércio se o Brasil ficasse de braços cruzados, simplesmente sem tomar qualquer decisão.

O Governo brasileiro agiu certo indicando produtos sobre os quais ele pode fazer a chamada retaliação, que nada mais é do que uma mensagem aos Estados Unidos: “Por favor, cumpram as decisões da Organização Mundial do Comércio, cumpram as decisões e eliminem os subsídios desleais que vêm sendo concedidos aos produtores de algodão dos Estados Unidos, que vêm desorganizando o comércio internacional, com graves prejuízos para o Brasil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ouvimos a palavra do Senador Francisco Dornelles, que traduz a grandeza deste Senado da República. Ele foi Ministro da Fazenda e, por duas vezes, um extraordinário Ministro do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência informa à Casa que o Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal ofícios em que comunica que foi declarada a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da **Lei Complementar nº 62, de 1989**, mantendo a sua vigência até 31 de dezembro de 2012.

Os expedientes vão à publicação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 11 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 875
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerentes: Governador do Estado do Rio Grande do Sul e outros
Requeridos: Presidente da República Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas

de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para aplicando o art. 27 da Lei nº 9.869/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

Of. Nº 13 – P/MC

Brasília, 8 de Março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1.987
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerentes: Estado de Mato Grosso
Estado de Goiás
Requerido: Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente

Of. nº 15 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 2.727
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerente: Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Requeridos: Presidente Da República Congresso Nacional
Tribunal de Contas da União

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99 declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

Of. nº 18 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal.
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.243
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerente: Governador do Estado de Mato Grosso
Requeridos: Presidente da República

Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, inciso I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Continuamos com a lista de oradores inscritos.

Chamamos para ocupar a tribuna o Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima e é do Partido dos Trabalhadores e é uma grandeza da classe médica do nosso Brasil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de comunicar que firmei também o requerimento apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti de nota de pesar à família do Sr. Cláudio

Barbosa, que, além de todos os predicados citados pelo Senador Mozarildo, também era um grande músico. Ele era saxofonista. Cresci vendo o Sr. Cláudio Barbosa tocar saxofone lá no meu Estado de Roraima. Ele era muito amigo de meus pais. Trabalhador já aposentado, estava doente há algum tempo. Lamento não ter podido falar com ele nos últimos meses antes de sua partida.

Mas hoje vim aqui tratar de um outro assunto de saúde também e que interessa a todos os brasileiros e brasileiras. O Ministério da Saúde iniciou agora em março a vacinação contra a gripe suína em todo o Brasil. Em Roraima, a vacinação teve início no dia 8.

De acordo com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, cerca de 90 milhões de brasileiros deverão ser vacinados contra a *Influenza A*, durante os dois meses de duração da campanha.

Na campanha de vacinação, que já começou e termina no fim de maio, serão imunizados profissionais de saúde da rede de atenção básica e envolvidos na resposta à pandemia indígenas, gestantes, crianças de seis meses a dois anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 39 anos e pessoas com doenças crônicas, como diabetes, obesidade, asma e cardiopatias.

A população do Estado de Roraima, Sr. Presidente, começou a receber a imunização contra o vírus *Influenza A* (H1N1), mais conhecido como o vírus da gripe suína, nos postos de saúde da rede pública de nosso Estado a partir de 8 de março. O lançamento da Estratégia Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas contra o vírus *Influenza A* (H1N1) aconteceu nesta quarta-feira, na Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), localizada na colônia de Monte Cristo. Durante o evento, cerca de 400 indígenas, pertencentes a dez etnias existentes no Estado, que se encontram na Casa do Índio – dentre as quais Yanomami, Taurepang, Way-way, Macuxi, Xiriana, Xirixana, Ye´Kuana –, serão imunizados.

O objetivo do Ministério da Saúde é preparar a população brasileira como um todo para o enfrentamento da segunda onda da epidemia, que, segundo os estudiosos do assunto, deverá acontecer a partir do início do inverno no Brasil.

A vacinação será dividida em quatro etapas, conforme calendário definido pelo Ministério da Saúde, e vai priorizar determinados grupos populacionais. Já estão disponíveis 59 mil doses da vacina para Roraima. Até o final da campanha, a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, sob o comando do médico Rodolfo Pereira, pretende imunizar 214 mil pessoas em nosso Estado.

Na primeira etapa de vacinação, serão imunizados os trabalhadores da saúde e indígenas das aldeias em

todo o Estado. A justificativa em priorizar os servidores da saúde no início da vacinação é a de que isso servirá para proteger os profissionais que atuarão diretamente no controle da doença. Os indígenas também serão os primeiros a serem vacinados por serem os mais expostos. Eles também costumam a chegar aonde há recursos e, assim, serão mais suscetíveis de morrer devido à Gripe A (H1N1).

De acordo com declarações de Tatiana Saemi Seo, Coordenadora de Imunização do Estado de Roraima, na primeira onda pandêmica do vírus A, que aconteceu no ano passado, os casos mais graves da doença e a maioria dos óbitos registrados no País foram de crianças que tinham entre seis meses e dois anos de idade e de adultos entre 20 anos e 29 anos, além de gestantes e de pacientes com doenças crônicas.

Durante a segunda etapa da vacinação, que está prevista para acontecer – vou citar o calendário, para as pessoas prestarem atenção – entre os dias 22 de março e 2 de abril, a Secretaria de Saúde pretende imunizar as mulheres gestantes, os portadores de doenças crônicas e as crianças de seis meses a dois anos de idade. A terceira etapa será realizada de 5 a 23 de abril, e serão imunizados homens e mulheres entre 20 anos e 39 anos de idade. A quarta e última etapa, para o ano de 2010, vai acontecer no período de 24 de abril a 7 de maio, coincidindo com a campanha de vacinação dos idosos. Serão vacinadas pessoas com mais de sessenta anos e pessoas portadoras de doenças crônicas.

No ano passado, foram notificados 82 casos de *Influenza A* (H1N1) em Roraima; destes, 21 casos foram confirmados laboratorialmente ou por vínculo epidemiológico. Infelizmente, dois doentes foram a óbito por complicação. Este ano, até agora, nenhum caso foi registrado.

De acordo com o Informe Técnico do Ministério da Saúde, a maior estratégia de enfrentamento da pandemia já vem sendo desenvolvida e inclui, entre outras medidas, o fortalecimento da Atenção Básica de Saúde, a ampliação do número de leitos de terapia intensiva e o aumento do estoque de medicamentos para o tratamento da doença.

Desde dezembro de 2009, Sr. Presidente, a atual pandemia de gripe suína apresenta impacto moderado. De acordo com avaliação da Organização Mundial da Saúde (OMS), somente será possível definir as taxas de morbidade e mortalidade depois de um ou dois anos do pico de ocorrência de casos no mundo.

Apesar de confirmar que o vírus H1N1 não se mostrou tão perigoso como se temia, a OMS defende a campanha de vacinação que será realizada no Bra-

sil e apela para que grande parte da população seja imunizada.

Por isso, Sr. Presidente Mão Santa, faço um apelo para que os brasileiros e brasileiras de todo o País estejam atentos aos prazos de vacinação, para cumprir suas etapas e proteger toda a população. Temos de colaborar para evitar a disseminação dessa gripe, que ameaça a vida de todos nós.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Augusto Botelho? Estou aqui atrás.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador, com todo o prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Eu só queria indagar a V. Ex^a sobre três preocupações. A primeira delas diz respeito ao fato de que recebi um *e-mail*, um endereçamento eletrônico, uma correspondência eletrônica, de um profissional da saúde de Campinas que alegava que ele não estava incluído nessa vacinação, que ele não conseguiria tomar a vacina, porque ele estava trabalhando na rede particular de saúde. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que estive em contato com o Ministério da Saúde, hoje cedo, e fui informado de que todos os profissionais de saúde, independentemente de atuarem na rede pública ou na rede particular, têm o direito, nessa etapa, de tomar a vacina contra a Gripe A (H1N1). Então, quero esclarecer a questão para essa pessoa e para todos os profissionais de saúde, porque a possibilidade de contágio deles é maior. Por isso, eles têm de tomar a vacina. O segundo aspecto que gostaria de abordar é: por que não se vacina toda a população? O que está faltando? Essa informação ainda precisa ser mais bem dada, porque as informações que temos são as de que, em outros países, não se ocupou todo o estoque de vacinas por que, de fato, não houve também a intensidade esperada para a segunda onda da epidemia. Então, não sei se V. Ex^a tem alguma informação de por que não será dada a vacina a todas as pessoas. A terceira pergunta que faço a V. Ex^a – não sei se V. Ex^a tem alguma informação – é a seguinte: além da vacinação, como está a organização do estoque de medicamentos, do Tamiflu particularmente ou de congêneres, para a abordagem do problema, se ele vier a acontecer? No ano passado, sofremos muito no Brasil pela falta do medicamento, apesar de o medicamento estar disponível nos laboratórios. Trago ainda uma quarta preocupação: falando com médicos infectologistas com os quais a gente debate esse e outros assuntos, eles nos informaram que já existe a solução para os casos graves, para os casos em que há internação. No ano passado, morriam praticamente todos os que eram internados. Mas, neste ano, isso não acontecerá. Já existe a medicação para os casos graves, para os que

vão, provavelmente, ser internados. Então, eu gostaria de saber do Ministério da Saúde qual a posição em relação ao medicamento que será dado nesses casos mais graves também. Sei que V. Ex^a é médico. Estamos juntos na Comissão de Assuntos Sociais. Mas, caso não haja essas informações, penso que, na semana que vem, poderemos fazer com que essas informações sejam dadas para a Comissão, para que possamos, no plenário e nas reuniões, repercutir isso e tranquilizar a população em relação a esses aspectos todos. Aí fecharíamos o cerco, de maneira mais adequada, nesse problema. Temos de estar preparados. Não sabemos o que vai acontecer, mas temos de estar preparados para o pior. Esperamos que o pior não aconteça, mas temos de estar preparados para isso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Flávio Arns, em relação ao primeiro questionamento de V. Ex^a, sobre os trabalhadores da saúde, o plano do Ministério da Saúde é vacinar, primeiro, esses trabalhadores, independentemente de onde trabalhem, porque o trabalhador da saúde pode ser um vetor da doença. Se ele pegar a doença, ele tem mais facilidade de transmiti-la, porque lida com pessoas cujo sistema imunológico está baixo. Qualquer pessoa que está com uma doença está gastando suas defesas. Então, ela tem menos defesa do que a que está sã. Então, essa é uma forma de diminuir a propagação da doença.

Quanto à vacinação das outras pessoas, o foco, agora, é atingir as mais suscetíveis: as crianças de seis meses a dois anos, as gestantes, as pessoas imunodeprimidas, as pessoas que estão na faixa etária em que ocorreram mais casos no ano passado, entre 20 anos e 29 anos. Então, não há a necessidade de vacinar 180 milhões de pessoas de imediato.

Também existe outro fator: o Ministério da Saúde aumentou o número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), aumentou o sistema de apoio para o caso das doenças graves. As pessoas com doenças graves que morreram foram as que não tiveram, realmente, acesso a um recurso maior, e houve o caso de algumas em que ninguém conseguiu controlar a doença mesmo.

A quarta indagação de V. Ex^a diz respeito ao medicamento. É certo que o medicamento já está sendo adquirido em quantidade suficiente para conter uma epidemia que possa acontecer.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Essa é uma indagação. Esclareço que fiz a pergunta também em relação ao medicamento dado nos casos graves.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Nos casos mais graves...

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Gostaria de saber sobre o medicamento no caso dos pacientes

que forem internados em UTIs. No ano passado, essas pessoas, infelizmente, morriam, mas, agora, existe o tratamento. Então, não digo propriamente dos casos em que a UTI está disponível, mas do tratamento disponível na UTI para o caso específico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Essa pergunta não posso responder, porque, realmente, não tenho informação a respeito dela. Mas creio que já se deve encaminhar para isso também. Será bom fazermos a indagação, na semana que vem, na Comissão de Assuntos Sociais, para podermos esclarecer esses fatos.

Senador, eu gostaria de alertar, mais uma vez, todos os brasileiros que estão citados aqui, para que tomassem providências. Não é direito do trabalhador da saúde se vacinar, Senador, mas, sim, é dever do trabalhador da saúde se vacinar, porque, assim, ele protege a si mesmo, protege sua família, os pacientes e o ambiente de trabalho.

Por isso, eu gostaria de fazer, mais uma vez, um apelo para que todos cumpram o calendário, para evitar que haja sobrecarga em uma faixa ou em outra.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito da Gripe A (H1N1).

Muito obrigado, Senador, pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora vamos chamar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação que anuncio aqui na nossa tribuna de honra dois piauienses ilustres: um é Zé Filho, Vereador de Nazaré do Piauí e Presidente da Associação dos Vereadores do Piauí, com perspectivas invejáveis na política daquele Estado; e o outro é o Dr. Edvar Santos, um dos mais renomados e afamados advogados do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, enquanto chega à tribuna um orador, um líder, V. Ex^a ou então Colombo... Mas V. Ex^a está na frente. O Colombo ia viajar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. *Fora do microfone*.) O Colombo... Já concordei com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a vai... Então, V. Ex^a se aproxima da tribuna, enquanto ouvimos um pela ordem, bem breve, do Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Bem breve.

Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a, como médico, vai, com certeza – assim como o Senador Nery e o Senador Mário Couto –, subscrever o requerimento que apresentei à Mesa, de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – Avao, no Estado do Pará.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Avao, pelo transcurso dos seus onze anos de história. Requeiro, ainda, que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua Presidenta, Maria da Conceição Fischetti.

A Avao surgiu – e existe em vários Estados – da vontade de um grupo de voluntárias que já atuavam nas visitas às enfermeiras do Hospital Ofir Loyola, que, preocupadas em humanizar e apoiar o tratamento dos pacientes portadores de câncer, resolveram organizar-se para melhor desenvolverem suas atividades. A Associação foi constituída em assembleia geral no dia 10 de março de 1999, passando a funcionar em um espaço muito restrito dentro do próprio Hospital.

O grande suporte da Avao é o voluntariado. Pessoas das mais diversas áreas, que utilizam seu tempo livre para ajudar no dia a dia nas campanhas e atividades da Associação, buscando parcerias, agilizando as doações de alimentos, remédios, garantindo o bom funcionamento e a continuidade dos propósitos da Associação.

Senador Mão Santa, já falamos aqui, várias vezes, que o Hospital Ofir Loyola passa por uma grave crise no Estado do Pará, que é um hospital com especialidade em oncologia. O Senador Nery tem conhecimento da realidade, os pacientes estão sendo mandados para o Piauí, por falta de condições de tratamento no Pará.

Neste momento, é importante que a Avao seja reconhecida pelo seu trabalho. Ela inclusive fez veicular um anúncio nos jornais mostrando o número de atendimentos executados por ela nesses dez anos. Foram 200 mil visitas a internados, 300 mil fraldas descartáveis doadas, 240 mil refeições oferecidas, 3.698 materiais ortopédicos doados, quase 13 mil participantes de oficinas e cursos, 23.322 cestas básicas distribuídas.

Isso prova...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Flexa Ribeiro, o Senador está na tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele é do Pará e sabe o que representa a Avao.

Isso prova o trabalho do voluntariado feito pela Avao em benefício daquelas pessoas que, lamentavelmente, contraíram essa doença, que é o câncer.

Agradeço a paciência do Senador Nery e convi-do S. Ex^a para subscrever, juntamente com o Senador Mário Couto, este voto de aplauso para a Avao.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Nery, use a tribuna.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer ao Senador Flexa Ribeiro que subscrevo com satisfação o requerimento que reconhece o trabalho da Avao junto aos doentes de câncer do meu Estado do Pará. Com certeza, essa manifestação do Senado Federal será um estímulo importante para que continue realizando aquele importante trabalho voluntário.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste pronunciamento, eu quero me referir especialmente à instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, que, em reunião realizada na tarde de hoje, no plenário 19 da Ala das Comissões do Senado Federal, reuniu Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas para a aprovação do Estatuto da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, bem como elegeu a direção da Frente Parlamentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa Frente Parlamentar visa colocar o tema do trabalho escravo e as diversas iniciativas que tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional como centro de sua prioridade de atuação, visando a que projetos de lei e projetos de emenda à Constituição sejam apreciados e votados neste ano de 2009, porque é necessário um ordenamento jurídico que dê maior legalidade e combatividade, sem dúvida, para o enfrentamento dessa chaga social.

Segundo o Ministério do Trabalho, nos últimos quinze anos, 36 mil brasileiros foram libertados da condição análoga à de escravos no território nacional, sendo que mais de 10 mil desses 36 mil foram libertados em meu Estado, o Pará.

A Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo desenvolverá uma atuação articulada para acompanhar a tramitação das diversas matérias nas duas Casas do Congresso Nacional. Porém, envidará todos os esforços e priorizará, em um primeiro momento, a luta pela aprovação da PEC n^o 438, de 2001, de autoria do ex-Senador paraense Ademir Andrade. Essa PEC trata da expropriação e do confisco de terras ou de propriedades onde a prática criminosa do trabalho escravo for constatada e comprovada. Nesse sentido, adquire prioridade absoluta, tendo em vista que aguarda votação em segundo turno na Câmara dos Deputados desde o ano de 2004.

Comunico ao plenário a eleição da Mesa Diretora dos trabalhos da Frente Parlamentar, que ficou constituída da seguinte forma: coube a mim, por indicação dos membros da Frente Parlamentar presente, Sr. Presidente, a tarefa de coordenação dos trabalhos, tendo como Presidente o Deputado Federal Paulo Rocha, do PT do Pará; como 2^o Vice-Presidente o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal; como 3^o Vice-Presidente o Senador Flávio Arns, do PSDB do Paraná; como Secretário-Geral da Frente Parlamentar o Deputado Federal do PT do Maranhão, Domingos Dutra.

Suplentes da direção da Frente: Senador Paulo Paim, do PT do RS; Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá; Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso; e Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

Estiveram presentes vários outros Srs. Senadores e Srs. Deputados. Lembro especialmente a presença dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Antonio Carlos Valadares, dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Carlos Abicalil, do Mato Grosso, entre outros Parlamentares que se fizeram presentes à sessão de instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Concedo um aparte à Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo esforço que vem fazendo aqui, neste Senado, na defesa dos direitos e contra o aviltamento do ser humano na situação de maior degradação, que é quando ele é submetido à escravidão, ou seja, à perda da liberdade de sua própria condição humana, subjugado por outro ser humano, que o explora da forma mais radical, ainda mais quando essas pessoas são indefesas e muitas vezes subjugadas pelas condições econômicas, materiais, o que faz de tudo isso uma dupla escravidão. V. Ex^a me convidou para que eu estivesse lá, mas, infelizmente, por mais que eu me esforçasse, já tinha um compromisso do qual não tive como desvencilhar-me. Mas saiba V. Ex^a que pode contar comigo no esforço dessa Frente de Combate ao Trabalho Escravo. V. Ex^a nomeou aqui as pessoas que estarão à frente, na direção do processo, pessoas altamente relevantes e comprometidas com a agenda de defesa dos direitos humanos, da vida, da liberdade, da dignidade. É algo terrível que as leis que favorecem o combate ao trabalho escravo não consigam tramitar como deveriam neste Congresso Nacional, neste Senado, em função da pressão daqueles que seriam os maiores beneficiados com o combate ao trabalho escravo. Muitos são prejudicados. Às vezes, o agronegócio brasileiro é prejudicado por duas coisas – e não temos por que sofrer esse prejuízo –:

a questão do desmatamento e o trabalho escravo. Na hora em que tivermos desmatamento zero e trabalho escravo zero, estaremos criando uma nova narrativa para os nossos produtos. Além de sermos grandes produtores de grãos, além de sermos grandes produtores de carne, além de sermos grandes produtores de madeira, seremos portadores de uma nova narrativa: a de que respeitamos a legislação trabalhista; a de que respeitamos a legislação ambiental; a de que agregamos aos nossos produtos muito mais que qualidade técnica, apresentação estética e custo. Nós agregamos valores, e ninguém pode ser contra isso. De sorte que V. Ex^a dá uma grande contribuição com o esforço que faz. E todos nós aqui reconhecemos sua liderança, seu esforço na Comissão de Direitos Humanos, em todos os espaços. E V. Ex^a sabe que vai ter sempre meu apoio, minha solidariedade nesse esforço, para que possamos acabar, debelar, de uma vez por todas, com todas as formas aviltantes de uso do trabalho humano – que deve ser reconhecido. O trabalho é um espaço de elaboração do indivíduo como sujeito, é um espaço de reconhecimento da sua capacidade e é um lugar de encontro, em que ele contribui para a sua própria sobrevivência e para a sobrevivência e existência dos seus semelhantes, pela força transformadora do seu trabalho, que deve ser remunerado, reconhecido e respeitado. De sorte que acabar com a escravidão em pleno século XXI é um esforço mais que tardio, é irmos para as nossas origens. Não queremos sequer que esse trauma da escravidão seja esquecido, mas que ele seja reelaborado. E a melhor forma de reelaborá-lo é acabando com a sua sobrevivência ainda hoje, em pleno século XXI.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Senador José Nery...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte da Senadora Marina Silva. Sei, como todos nós aqui, das lutas por liberdade, justiça social, respeito aos direitos humanos. A luta contra o trabalho escravo é apenas uma dessas frentes de atuação do Congresso Nacional e da Comissão de Direitos Humanos. Sei que teremos sempre a participação e a voz combativa da Senadora Marina Silva nessas frentes de luta. Claro que V. Ex^a está sempre presente a qualquer reunião para tratar desse tema. V. Ex^a é sempre uma presença reconhecida e relevante para as causas de defesa dos direitos humanos.

Mas sei que, em toda e qualquer atividade que possamos realizar no Congresso Nacional ou fora desta Casa, sempre contaremos com a sua solidariedade. Por isso, meu agradecimento pela manifestação de V. Ex^a, bem como pela manifestação e pela presença

de vários dos nossos Pares que lá compareceram. E aproveito a oportunidade para agradecer essa presença e essa participação solidária na luta para erradicar essa chaga social.

Concedo um breve aparte ao Senador Flávio Arns, que, presente à reunião inclusive, fez sugestões bastante adequadas, para que possamos realizar o trabalho dessa Frente Parlamentar.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Quero, em primeiro lugar, Senador José Nery, parabenizá-lo pela aclamação na função de Presidente da Frente Parlamentar Mista – Câmara e Senado – de Combate ao Trabalho Escravo, quer dizer, de investigação, de reflexão e de posicionamentos claros contra o trabalho escravo. Só quero lembrar que de fato sugerimos, além do que já foi dito por V. Ex^a no pronunciamento, que temos de olhar para dentro e para fora do Brasil. Para dentro, porque ninguém quer no Brasil o trabalho escravo. Nós queremos dignidade, cidadania e oportunidade. Se as pessoas estão no trabalho escravo é porque nós, como sociedade, também falhamos. Trabalho escravo significa falta de educação, de acesso à escola, de assistência, de saúde, de apoio, de qualificação para o trabalho, de fiscalização, de punição para os responsáveis pelo trabalho escravo. Nós não queremos, e para isso tem de haver a consciência do povo, a legislação, a fiscalização, tudo que for necessário. Mas temos de olhar para fora também, como V. Ex^a mencionou, porque o Brasil, por exemplo, abre as suas fronteiras, o seu comércio, dá todas as chances possíveis, isenção de tributos e tudo mais, para países que praticam trabalho escravo e que vendem produtos baratos. Aquilo que consideramos trabalho escravo no Brasil acontece lá e não é punido. Não podemos interferir na legislação de outro país, por sua independência, mas podemos dizer, na identificação de situações externas de trabalho semelhante ao trabalho escravo, que é combatido e penalizado no Brasil, que não se importem produtos desse país, porque, com a importação, estamos também dizendo ao empresário do Brasil que ele não estará em condições de competir; que será desvalorizado, porque não tem como competir com o trabalho escravo de lá. Não queremos isso aqui. Não podemos admitir, como País, como Nação, abrir as nossas portas para outros países que não respeitem a dignidade e a oportunidade que deve ser dada para todos. Então isso ficou deliberado também nessa reunião – e V. Ex^a e os outros concordaram –, ou seja, que será um dos objetivos falar com o Governo do Brasil: “Olha, está certo aqui para nós o combate, mas abrir as fronteiras para quem tem trabalho escravo lá, que não é permitido no Brasil, aceitando que venham os seus produtos? Não, isso não é possível também”. Então, isso nós vamos

ver com muito cuidado. Mas quero parabenizar V. Ex^a novamente e toda a sociedade; e que a gente possa fazer um belo trabalho em conjunto.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço, Senador Flávio Arns. Sem dúvida, V. Ex^a está coberto de razão ao colocar para o debate na Frente Parlamentar essa preocupação expressa por V. Ex^a, em razão das importações feitas pelo nosso País de produtos em cuja cadeia produtiva há, sem dúvida, trabalho análogo a escravo.

E aproveito para comentar aqui algumas manifestações de alguns parlamentares, hoje, na CPI Mista que trata dos problemas agrários e, especialmente, do MST, que, ao convidar alguns Deputados Federais, tive a tristeza de ouvir algumas manifestações que, a meu ver, diminuem o papel e a grandeza do Congresso nessa luta, na medida em que alguns parlamentares me perguntaram: “Existe trabalho escravo no Brasil? Onde é que isso acontece?”

Eu perguntei aos nobres colegas parlamentares se eles não viajam pelo País, se eles não constatarem essas situações em seus Estados, se eles não leem os relatórios do Ministério do Trabalho que apontam que 36 mil brasileiros foram libertados dessa condição nos últimos quinze anos, se eles não acompanham a fiscalização que é feita pelo Ministério do Trabalho e se eles não conhecem a deliberação do Governo brasileiro que, ainda sob o Governo do Presidente Fernando Henrique, reconheceu perante a ONU – Organização das Nações Unidas, a existência de trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Portanto, agradeço a manifestação de V. Ex^a, que fez lá, naquele momento, também um pronunciamento muito entusiasmado, mostrando o seu engajamento junto com os demais Parlamentares na Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu pedi o aparte um pouco antes, mas eu vou começar pelo que o senhor falou referindo-se a esses parlamentares que fazem essa pergunta. Eu acho que está na hora de dizer a eles que toda criança que está trabalhando em vez de estar na escola é um escravo, que todo trabalhador que recebe uma remuneração inferior àquilo que ele precisa para comer é um escravo, porque os escravos recebiam comida suficiente para terem força, porque senão era uma perda de investimento do seu dono. Todo escravo recebia atendimento médico nos limites das possibilidades técnicas daquela época, porque, se morressem, o dono perdia. Então, é inacreditável que ainda haja pessoas que tenham essa visão do Brasil. Mas, eu quero dizer que hoje, na hora em

que estávamos criando a comissão, por sua iniciativa, eu me lembrei que faz quase exatamente 100 anos da morte de Joaquim Nabuco, esse brasileiro que é capa desta revista aqui – 100 anos! Eu imaginei o que Joaquim Nabuco pensaria se ele visse, 100 anos depois de sua morte, uma reunião no Congresso, que aprovou a Lei Áurea 122 anos atrás, se ele soubesse que nós estamos reunidos para lutar contra o trabalho escravo. Provavelmente ele ficaria muito frustrado, mas ele iria sentir uma pontinha de satisfação ao dizer “eu bem que avisei”, porque ele disse: “Não basta acabar com a escravidão. É preciso acabar com a obra da escravidão”. E esses, que perguntaram ao senhor se ainda há escravos, eles são parte da obra da escravidão. E ele disse, mais de cem anos atrás: “É preciso acabar a escravidão que existe neste País e garantir terra e escola para os escravos e seus filhos”. E nós não fizemos isso. Nós não completamos a abolição. Ele iria ficar muito triste com o Brasil, mas com ele próprio ele iria pensar: “Poxa, eu percebi que isso poderia acontecer. Eu sabia que a obra não estava completa”. O senhor, com a sua iniciativa, está tentando completar a obra. Agora, para isso, além da luta contra o trabalho escravo explícito que a gente tem, sim, no Brasil, é preciso lutar também contra aquele não explícito. E aí é preciso incorporar à nossa luta – é uma sugestão que não quis fazer ali – o trabalho infantil como parte do trabalho escravo. Trabalho infantil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, para concluir. Há muitos oradores inscritos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Vou concluir em um minuto o aparte, Senador. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já se contam ali 45 segundos. Eu vou precisar de quinze a mais. É preciso incluímos o trabalho infantil em horário de aula e durante os meses de escola como trabalho escravo e lutarmos por aquele que é o grande instrumento da abolição da escravidão, que é a escola de qualidade para todos. Sem isso, essa comissão vai continuar por ser reconstruída daqui a cem anos, nos duzentos anos da morte de Joaquim Nabuco.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, acolhi aqui, com satisfação, a manifestação do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, que faz essa reflexão tão importante para que possamos, todos nós, pensar e, sobretudo, estabelecer compromissos muito claros para aprovarmos uma legislação mais eficiente e mais

eficaz no combate ao trabalho escravo, inclusive desenvolvendo todos os esforços para aprovar a PEC nº 438, que trata da expropriação, do confisco de terras, do confisco de propriedades. Acreditamos que a aprovação dessa PEC representa uma segunda abolição da escravidão no Brasil.

Portanto, agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor me concedesse mais três minutos para que eu pudesse concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, todos estão inscritos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu quero dizer a V. Ex^a que todos estavam inscritos antes de mim. Lembro aqui – o senhor também presidia a sessão – quando o meu colega, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, manifestou-se desta mesma tribuna, e que deveria ser igual para todos, com a condescendência com o tempo, por 43 minutos, inclusive anunciados por V. Ex^a mesmo. Então, eu queria pedir só três minutos para concluir. Tenho certeza de que conseguirei a condescendência de V. Ex^a e a compreensão dos demais inscritos.

Quero ler uma rápida manifestação da Deputada Iriny Lopes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que assim se manifestou perante a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo:

Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, apresento minha saudação a todos os integrantes dessa Frente e manifesto meu interesse em contribuir para que possa atingir seu objetivo.

Erradicar o trabalho escravo pode parecer uma luta típica do século 19, mas a verdade é que é uma pendência a ser resolvida, uma marca do que o Brasil tem de mais atrasado e violador dos direitos humanos.

Erradicar o trabalho escravo é uma luta que se associa com os esforços para um desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental e a implementação mais rápida da reforma agrária. Razão pela qual, não podendo estar presente, comunicarei a esta Comissão de Direitos da Câmara a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo transmitindo o convite a todos os membros desse Colegiado da Câmara para se integrem aos trabalhos da Frente Parlamentar.

Por último, Sr. Presidente, agradecendo a condescendência de V. Ex^a e dos demais inscritos, quero agradecer todas as manifestações de solidariedade que recebi desde ontem quando, juntamente com um grupo de mais de vinte pessoas, sofremos um assalto em Belém, capital do meu Estado.

O hotel onde estávamos hospedados foi assaltado por uma quadrilha de mais de vinte pessoas, todas as pessoas foram submetidas a um grave constrangimento. Felizmente não houve violência física, mas os pertences pessoais – aparelhos celulares, cheques, dinheiro – que estavam com os hóspedes do hotel, próximo ao Aeroporto Internacional de Belém, na madrugada de ontem, foram levados, sob a mira de arma de grosso calibre. Era um grupo de mais de vinte pessoas e assaltaram os dois hotéis, Senador Renan, próximo ao Aeroporto Internacional de Belém, na madrugada de ontem, impedindo inclusive a viagem – deveríamos voltar a Brasília no início da manhã de ontem.

É um fato tão grave! E, de certa forma, vivenciamos ali o que milhares de brasileiros têm enfrentado nas cidades, especialmente os grandes centros urbanos: uma situação de violência incontrolável e sem limites a que todos nós estamos submetidos.

A Secretaria de Segurança Pública do Pará envida esforços neste momento para identificar os criminosos, prendê-los e para que, sem dúvida, todos os hóspedes dos dois hotéis que foram vitimados por esse assalto possam recuperar os seus bens. Mas há algo que é possível de recuperar: uma certa tranquilidade, porque todos, submetidos àquela situação de constrangimento, com certeza carregarão por muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Nery, para concluir.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... o trauma de uma violência que só pode ser compreendida por aqueles que em nosso país infelizmente – e são muitas pessoas – que são submetidos a esse tipo de violência.

Portanto, quero agradecer todas as manifestações que recebi, desde o dia de ontem, quando do ocorrido, e torcer para o completo esclarecimento desse crime, a punição dos envolvidos; e, sobretudo, reforçar a nossa convicção de que acabar com a violência só será possível se nós adotarmos políticas sociais de inclusão, de educação, de prioridades às questões sociais, criando um novo padrão de desenvolvimento, um novo modelo onde as pessoas sejam incluídas e que ninguém possa associar-se ao crime, para praticar assaltos, sequestro, ou qualquer tipo de violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estamos compactuando: ele falou como Líder, e temos orador inscrito.

O orador inscrito é Sérgio Zambiasi,

Depois chamaremos como Líder, no meu lugar – estou inscrito e cedo –, o Líder Renan Calheiros, do PMDB.

Então, estamos alternando.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Agradeço a sua gentileza.

Venho à tribuna, colega Mão Santa, para buscar aqui, através desse pronunciamento, através de um projeto de lei que estou apresentando aqui nesta Casa, de uma proposta que estou apresentando aqui no Senado, tentar resgatar um nome que espero ver na galeria dos heróis brasileiros.

Nós já estamos acostumados a ouvir que o Brasil é um grande “celeiro de craques” para o futebol. Isso porque se trata de uma paixão nacional, e há muita divulgação em torno de tudo o que acontece nesse esporte. É algo realmente espetacular. Imaginem agora, em 2010, com a Copa do Mundo, lá na África do Sul!

Porém, o que não desperta o interesse da mídia e, portanto, não consegue chegar ao conhecimento do público, acaba muitas vezes caindo no esquecimento. É bom sempre lembrar que o Brasil produz também um grande número de cientistas, de inventores, do porte de Carlos Chagas, que descobriu o “mal de Chagas”; Osvaldo Cruz, por seu trabalho na saúde pública; Manuel Dias de Abreu, que inventou um método rápido e barato de radiografia do tórax – V. Ex^a, que é médico, Senador Mão Santa – e que leva seu nome e que se espalhou pelo mundo inteiro, a abreugrafia, levando-o a ser indicado inclusive ao Prêmio Nobel; Bartolomeu de Gusmão, o “Padre Voador”, inventor do balão movido a ar quente, 300 anos atrás; Santos Dumont, o Pai da Aviação, inventor do balão dirigível e do avião.

A lista poderia estender-se muito mais; porém, nesta oportunidade hoje, eu quero mostrar o valor de um outro grande homem, de um gaúcho: o Padre Roberto Landell de Moura. Ele foi um dos pioneiros na descoberta do rádio, precursor da radiotelefoneia, como ficou conhecido em sua época, descobridor das ondas landellianas, e abriu caminho para a própria televisão.

Infelizmente, o Padre Landell de Moura não ficou tão conhecido como os outros que mencionei, mas quero aproveitar esta oportunidade para divulgar algumas descobertas ou invenções desse ilustre religioso gaúcho, desse ilustre brasileiro.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Roberto Landell de Moura nasceu em Porto Alegre, no dia 21 de janeiro de 1861, em plena época imperial. Aprendeu as primeiras letras com o pai e, depois, frequentou a Escola Pública do Profes-

sor Hilário Ribeiro e o Colégio do Professor Fernando Ferreira Gomes.

Com 11 anos de idade, em 1872, entrou para o Colégio Jesuíta de Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, onde concluiu o Curso de Humanidades. E aí, então, para o Rio de Janeiro, com o intuito de estudar na Escola Politécnica.

Depois, foi para Roma. Ingressou no Colégio Pio Americano, em 22 de março de 1878, estudando em seguida na Universidade Gregoriana, onde foi ordenado padre em 28 de outubro de 1886, já com 25 anos de idade.

Nesse mesmo ano, retornou para o Rio de Janeiro, onde passou a residir no Seminário São José. Em algumas oportunidades, substituiu o coadjutor do capelão do Paço Imperial e manteve longas palestras de caráter científico com Dom Pedro II. Em fevereiro de 1887, foi nomeado capelão da Igreja do Bonfim e professor de História Universal no Seminário Episcopal de Porto Alegre.

Sua vida de pastor de almas o levou a exercer o sacerdócio em diversas cidades e regiões brasileiras, mas o que vale destacar aqui não é apenas a sua vida religiosa e, sim, a sua atividade de cientista e de inventor.

Uma das maiores criações do engenho humano para facilitar e agilizar as comunicações e a difusão dos conhecimentos, tendo revolucionado o envio e o recebimento de mensagens há pouco mais de um século, sem dúvida, foi a invenção do rádio. O rádio tem pouco mais de 100 anos, Senador Mão Santa. É muito recente, é muito novo o rádio e a comunicação. Essa descoberta foi atribuída ao físico italiano Guglielmo Marconi, que acabou por tornar-se conhecido como o Pai da Radiodifusão e inventor do primeiro transmissor de ondas eletromagnéticas em 1895.

Entretanto, o Padre Landell de Moura já tinha apresentado publicamente seu transmissor de ondas em 1893, com um aparelho que cobria a distância de oito quilômetros – mais do que o dobro da distância alcançada pelo invento de Marconi, dois anos depois – e trazia em seu sistema duas novidades: o microfone eletromecânico e o alto-falante-telegráfico, que não existiam na experiência do italiano.

Na realidade, o padre brasileiro foi mais longe: em 1893, muito antes da primeira experiência de Marconi, realizou em São Paulo, do alto da Avenida Paulista para o alto de Santana, as primeiras transmissões de telegrafia e telefonia sem fio, com aparelhos por ele inventados, cobrindo uma distância de aproximadamente oito quilômetros em linha reta entre o aparelho transmissor e o aparelho receptor. Outra experiência,

dessa vez em 3 de junho de 1900, chegou a ser presenciada pelo Cônsul Britânico em São Paulo, Percy Charles Parmenter Lupton.

Marconi só veio a iniciar suas experiências um ano depois, podendo-se comprovar, dessa forma, que ocorreu uma grande injustiça histórica com esse grande gaúcho.

O Padre Landell, em decorrência dos êxitos incontestáveis, obteve, em 9 de março de 1901, a patente brasileira para um “aparelho destinado à transmissão fonética a distância, com ou sem fio, através do espaço, da terra e do elemento aquoso”, patente que recebeu o número 3.279. E ele executava tudo sozinho. Era, ao mesmo tempo, o cientista, o engenheiro e o operário.

Ciente do valor de suas descobertas, o Padre Landell foi para os Estados Unidos. Lá, acabou por conseguir, em 11 de outubro de 1904, a patente americana para o seu Transmissor de Ondas, precursor do rádio. E, em 22 de novembro de 1904, foram conferidas a ele as patentes para o Telefone sem Fio e para o Telégrafo sem Fio. Nessas patentes, ele já havia incorporado vários avanços técnicos, como a transmissão por ondas contínuas, por meio da luz (princípio da fibra ótica) e por ondas curtas; e a válvula de três eletrodos, elemento fundamental no desenvolvimento da radiodifusão, para o envio de mensagens.

Ainda em 1904, o Padre Landell começou a projetar a transmissão de imagem, abrindo as possibilidades para a transmissão televisiva e para a transmissão de textos, teletipo, a distância.

Apesar de vários jornais da época terem noticiado os feitos no final do século XIX e início do século XX, como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* (RJ) e outros jornais internacionais, Landell de Moura jamais foi reconhecido oficialmente, sendo ignorado aqui, em seu próprio país.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ressaltar aqui a importância das ondas landellianas para o desenvolvimento da radiodifusão. Conquanto aparentemente possam ser equiparadas às ondas hertzianas, são bem diferentes. As hertzianas são ondas mais ou menos amortecíveis e produzidas por movimentos vibratórios elétricos sem constância nem uniformidade, que vão decrescendo pouco a pouco. O Padre Landell conseguiu produzir ondas que não estão sujeitas a essas transformações e são produzidas por movimentos vibratórios elétricos, com movimentos vibratórios contínuos, que permanecem sempre iguais.

Padre Landell de Moura retornou ao Brasil no final de 1904, mas não lhe deram a oportunidade de expor suas invenções ao governo brasileiro. Por isso, em 28 de fevereiro de 1905, a nossa Marinha de Guerra rea-

lizou experiências com a telegrafia por centelhamento no encouraçado Aquidabã com aparelhos importados da Telefunken, da Alemanha. Portanto, a Marinha é a pioneira, no País, no uso da radiotelegrafia permanente, mas, infelizmente, não se utilizou da tecnologia do brasileiro.

Estou concluindo, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a ainda tem nove minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço imensamente sua gentileza, mas não vou utilizá-los. Preciso de apenas dois ou três minutos, porque quero complementar esta exposição que estou fazendo a respeito de um brasileiro, Senador Renan Calheiros, que quero, com a sua ajuda, com a ajuda desta Casa, colocar entre nossos heróis. Quem sabe possamos iniciar um grande movimento de resgate de sua imagem, a exemplo do que precisa ser feito com muitos outros brasileiros que a gente esqueceu com o passar dos anos, com o passar do tempo? Houve a inteligência de Santos Dumont, que, ainda hoje, sofre contestações exatamente por que o Brasil não soube reagir à altura à época, talvez porque ele estivesse em Paris fazendo suas invenções e nós estivéssemos aqui. Mas Landell de Moura fez suas invenções no Brasil, todas as suas experiências foram feitas aqui. E, de repente, vimos um engenheiro italiano, dois anos depois das experiências do padre brasileiro, ganhar mundialmente o título de Pai da Radiodifusão.

Queremos ver Landell de Moura reconhecido. Em janeiro de 2011, vamos comemorar os 150 anos do nascimento de Landell de Moura. Ele teve apenas um reconhecimento em toda a sua história de vida e de trabalho: os radioamadores, uma classe que presta enormes serviços à sociedade em situações difíceis, escolheram-no para “Patrono dos Radioamadores Brasileiros”. Foi o único reconhecimento público que Landell de Moura recebeu.

Mas a genialidade desse padre não estava restrita apenas à área das telecomunicações. Em 1907, com a designação de “O Perianto”, descreveu minuciosamente os efeitos eletro-luminescentes da aura humana e a possibilidade de registrá-los em filme fotográfico. Os russos, que hoje são reconhecidos como grandes especialistas nessa área, só vieram a tomar conhecimento dessa técnica em 1939. Somente a partir daí, tornaram-se mais comuns as denominadas “fotos Kirlian”.

Landell de Moura estudou também os efeitos da acumulação de eletricidade no comportamento humano, deixando interessantes e minuciosos relatos nessa área, que denominou “Estericidade”. Escreveu

ainda orientações sobre a maneira de controlar esses efeitos.

O Padre Roberto Landell de Moura é muito pouco conhecido se consideramos a importância de suas contribuições científicas para a humanidade. Além das ciências físicas, sua mente laboriosa e incansável transitava pela Química, pela Biologia, pela Psicologia, pela Parapsicologia e pela Medicina. Foi ele o primeiro cientista brasileiro a obter o registro internacional de invenção pioneira.

Porém, ele não se descuidou de sua vocação religiosa. Em 17 de setembro de 1927, foi elevado pelo Vaticano a Monsenhor e, seis meses antes de sua morte, recebeu o posto de Arcebispo. Faleceu em 30 de junho de 1928.

Sr. Presidente Mão Santa, seu microfone está ligado. Apenas quero alertá-lo e destacar essa invenção que também passou pelas mãos de Marconi e que hoje nos permite muitas facilidades na comunicação.

O que faço aqui hoje é pedir justiça para esse grande gaúcho, para esse grande brasileiro, pela importância do seu legado científico, para torná-lo conhecido do grande público. Minha intenção, com este pronunciamento, é exatamente a de divulgar os feitos desse grande inventor brasileiro, prestando minha homenagem ao ilustre rio-grandense que foi o Padre Roberto Landell de Moura.

Na condição de comunicador, de radialista e de jornalista, eu me senti privilegiado ao receber um grupo de profissionais que compõem uma publicação chamada *Jornalistas & Cia*. São eles os grandes colaboradores deste meu momento na tribuna do plenário do Senado. Inspirado por esses profissionais que nos permitem receber publicações e posicionamentos de jornalistas de todo o Brasil, pude, na condição de conterrâneo, oferecer ao Brasil, pelos veículos de comunicação do Senado, um pouco da história do Padre Landell de Moura.

Nesse sentido, apresentei também o PLS nº 51, de 2010, que tem o objetivo de inscrever o nome do Padre Landell de Moura no *Livro dos Heróis da Pátria*. Creio que essa iniciativa é o início do resgate da memória desse ilustre brasileiro. Proponho ainda, Sr. Presidente Mão Santa, que o Senado Federal, pela nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, possa idealizar a realização, no próximo ano, de uma semana comemorativa do sesquicentário de nascimento de Landell de Moura, que se dará no dia 21 de janeiro de 2011. Queremos conclamar as entidades que representam o setor de comunicação do Brasil, tais como Abert, ABI, Fenaj e muitas outras, a se engajarem nessa campanha de reconhecimento, ainda que tardio, dos feitos desse brasileiro que, sem

dúvida, merece estar inscrito no livro dos nossos heróis, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Era esse meu pronunciamento.

Agradeço, mais uma vez, a toda a equipe da publicação *Jornalistas & Cia*, que me privilegiou com informações e com uma riquíssima contribuição, para que pudéssemos produzir este momento de homenagem à memória de um brasileiro que merece este espaço. Espero que o Senado, em 2011, aceite essa sugestão que deixo aqui como contribuição para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Sérgio Zambiasi enriquece a nossa história de ciência e tecnologia. Com o avião, para o mundo, os irmãos Wright passaram na frente. Agora, V. Ex^a resgata a inteligência do Padre Moura, um gaúcho que antecedeu Marconi. V. Ex^a, então, merece os aplausos por resgatar essa competência na área de ciência e tecnologia do Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de pedir a V. Ex^a que faça consignar na Ata dos nossos trabalhos o meu voto durante as votações realizadas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido. O Secretário, Dr. José Roberto, atenderá.

Está na tribuna, falando pela Liderança do PMDB, o Senador Renan Calheiros, que pertence ao Estado de Alagoas.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Previdência Social brasileira já não é mais aquele elefante branco de décadas passadas. O gigante indomável, enfim, foi domesticado e tornou-se eficiente, cumprindo bem a sua importante missão de promover o bem-estar coletivo, garantindo proteção ao trabalhador atingido, entre outros infortúnios, pela invalidez, pela idade avançada, pelo desemprego involuntário.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento os meus cumprimentos, como consequência de tudo isso, ao Ministro José Pimentel.

O sistema protege a família do trabalhador brasileiro também por meio de benefícios de maternidade e de pensão por morte do segurado.

O INSS administra essa imensa e sempre crescente demanda de benefícios deferidos a milhões de segurados ou aos seus dependentes. Para isso, estruturou-se em cerca de 100 gerências executivas e mais de 1.200 agências – fixas e móveis – que registram uma média mensal de 3,5 milhões de atendimentos.

Além disso, Sr. Presidente, a Previdência Social conta com quiosques de auto-atendimento, com a Internet, com os núcleos de reabilitação profissional e com as pequenas unidades montadas em parceria com as prefeituras municipais.

Dando sequência a esse bem sucedido programa de expansão, conduzido com muita competência, repito, e espírito público pelo Ministro José Pimentel, nos dias 17 e 18 de março vamos inaugurar, em Alagoas, mais oito agências previdenciárias. Dessa vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos Municípios de Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Maribondo, Viçosa, São Sebastião, Girau do Ponciano, Campo Alegre e Murici.

São ações de extrema importância e alcance social, principalmente quando observamos que Alagoas atualmente conta com 45 agências modernas e bem instaladas, quando, em 2002, havia apenas 11 unidades, 11 agências em Municípios de Alagoas. Estamos ampliando esse número para atender – com a merecida dignidade – os trabalhadores e as trabalhadoras do meu Estado.

Por indeclinável dever de justiça, desejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, expressar o meu sincero reconhecimento ao excelente trabalho do professor Ronaldo Medeiros, eficiente e dedicado servidor dos quadros do INSS, que soube dirigir a instituição nos últimos sete anos, sempre preocupado em garantir ao segurado e à sua família a proteção que lhe é devida pelo Poder Público.

A Superintendência do INSS em Alagoas tem obtido um dos melhores indicadores de desempenho institucional do Brasil. E esses significativos avanços também devem ser creditados aos servidores que fazem o INSS de Alagoas, que deram sua insubstituível colaboração para desenvolver e implantar as políticas públicas que melhoram significativamente a vida dos menos favorecidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou verdadeiramente honrado por ter trabalhado e colaborado para as melhorias registradas na Previdência Social, especialmente na ampliação da rede de agências do INSS em Alagoas em mais de 400%.

No Governo do Presidente Lula, a Previdência Social desempenhou como nunca o seu papel de grande significação na vida dos aposentados, pensionistas e demais beneficiários da seguridade social.

São do passado as humilhações das filas sem fim e a injustificável demora e sacrifícios de toda ordem para obter um sempre urgente benefício previdenciário ou o reconhecimento de direitos.

Essa mudança decorreu do comprometimento de todos na formulação de uma nova, moderna, ágil e sólida Previdência Social. A concessão de aposentadorias em poucos minutos é uma realidade. Em Alagoas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram registradas concessões em apenas sete minutos, cumprindo um procedimento que em outros tempos faria o trabalhador esperar normalmente por quase um ano.

É expressiva e muito importante a participação dos recursos da Previdência Social, que somam 10% do Produto Interno Bruto, PIB, de Alagoas. O pagamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, não atrasa e funciona como garantia de crédito junto ao comércio. Em Alagoas, é importante citar este fato, foram injetados, em fevereiro, na economia, mais de R\$245 milhões, pagos a 415 mil aposentados e pensionistas.

Essa proteção social equivale ao Programa Bolsa Família, que alcança 400 mil famílias em Alagoas. Em valores absolutos, Sr. Presidente, coloca na economia R\$39 milhões por mês e R\$476 milhões por ano.

Aqui, Sr. Presidente, peço licença para abrir um pequeno parêntese e anunciar que mais 14 mil famílias serão cadastradas e assistidas pelo Programa Bolsa Família em Maceió.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que o pagamento de benefícios da Previdência Social foi responsável por tirar mais de 21 milhões de brasileiros da linha da pobreza no nosso País.

No ano passado, sustentei que a boa sequência dos indicadores socioeconômicos, num momento de crise mundial, era o prenúncio de um excepcional ano de 2010 para todos os brasileiros. E, a cada dia, estou mais convencido de que o número de postos de trabalho com carteira assinada, sem dúvida, irá aumentar e que o PIB, Produto Interno Bruto, poderá chegar a 5%, 6% ou 6,5%.

Lembro que, confiante nos resultados, batalhei muito pela inclusão dos microempreendedores individuais na seguridade social para reduzir os níveis de informalidade, que deixavam milhões de brasileiros sem proteção previdenciária devida. Com a aprovação da proposta de lei complementar pelo Congresso Nacional, foram beneficiados 10 milhões de trabalhadores autônomos, como os feirantes, os camelôs, os sacoleiros, os pipoqueiros, os cabeleireiros, os borracheiros e outros profissionais totalmente desprotegidos.

Nesse contexto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, merece registro a redução do déficit da Previdência Social no início de 2010, que caiu 44% em relação ao mesmo período de 2009.

Com o sistema previdenciário cada vez mais sólido e equilibrado, volto a defender uma política mais ousada de atualização dos benefícios pagos pela Previdência Social como forma de coroar os esforços e as conquistas obtidas na linha da sugestão que brotou de uma comissão especial que criamos aqui, no Senado Federal, quando eu tive a honra de presidir esta Casa do Congresso Nacional.

Precisamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, avançar mais. É dever de todos nós, Senadores, trabalhar pelo bem-estar social e no sensível campo da Previdência e da Assistência Social, que reclamam um grande volume de recursos financeiros, é sempre urgente e necessário estabelecer melhores condições de vida para a população de baixa renda. Com o comprometimento de todos, certamente, Sr. Presidente, iremos obter mais êxitos em nossa missão.

Devo assinalar a contribuição séria e responsável desta Casa do Congresso Nacional para as conquistas alcançadas e para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos Senadores pela atenção que dispensam a esse breve pronunciamento que tenho a honra de fazer perante esta tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, estamos seguindo o pacto que fizemos, alterando. O orador inscrito era Jefferson Praia. Mas ele cedeu ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas. Depois, é um Líder, o Raupp.

Então, convidamos o Senador Eduardo Azeredo, de Minas.

Minas tem uma história política muito bonita. Hoje, estive em uma sessão do PSC, que nasceu lá, por inspiração de Pedro Aleixo. Um dos oradores inscritos foi o seu filho, que é padre. Padre Aleixo leu a coisa mais bonita. Entre todos os pronunciamentos sobre a vida dele nos livros, ele pescou o que achava mais significativo: foi Juscelino Kubitschek se despedindo dele no sepultamento. Talvez V. Ex^a não conheça bem

sobre esse acontecimento. Foi emocionante porque estava acertado que Pedro Aleixo receberia Juscelino na Academia de Letras Mineira. Por dias, isso não aconteceu. Ele disse: “Ele ia me receber, mas eu é que estou me despedindo dele”. É uma peça literária extraordinária.

Monsenhor Aleixo perguntou sobre o seu projeto de lei de reconhecimento àqueles dois mineiros, de fato, Presidentes da República: Tancredo, que se imolou, que Deus chamou, e Pedro Aleixo, que, por coerência, por firmeza, afastou-se do regime ditatorial. Então, disse-lhe que tinha participado, com um aparte, do pronunciamento de V. Ex^a.

Queremos colocá-los na galeria de Presidentes da República. Foram dois mineiros que não assumiram: Tancredo Neves e Pedro Aleixo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, agradeço também ao Senador Jefferson Praia, que fez uma permuta comigo.

V. Ex^a tem razão, eu recebi ainda hoje o padre Aleixo, e é uma medida de justiça. O projeto já tem o relatório favorável do Senador Eliseu Resende, na Comissão de Educação, reconhecendo que Pedro Aleixo foi impedido de assumir a Presidência da República. Ele era o sucessor legal, mas, naquele momento do Ato Institucional, houve a opção de se colocar ilegalmente um trio – três militares – que fez aquele momento negro da história, digamos assim, porque foi realmente um momento contra a legalidade, já que Pedro Aleixo era o Vice-Presidente, e se Vice-Presidente existe é para assumir no impedimento do Presidente. Então, quando foi impedido o Presidente, o Vice-Presidente não assumiu, e nós tivemos, então, a junta militar assumindo o poder. É de justiça que isso seja reconhecido.

Mas, Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico também, o que me traz à tribuna neste fim de dia são dois projetos muito importantes ligados à saúde dos brasileiros, aprovados hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que seguirão agora o seu trâmite para aprovação ainda na Comissão de Assuntos Sociais.

O primeiro deles é o PLS nº 338, projeto do Senador Flávio Arns – houve também um projeto semelhante da parte do Senador Tião Viana –, que diz respeito à regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais aos brasileiros através do SUS.

O que acontece, Senador Mão Santa? V. Ex^a sabe bem. Existem medicamentos que são muito caros, alguns deles até importados. E as pessoas que não têm condição de comprar, porque alguns desses remédios chegam a custar R\$1 mil, R\$2 mil, acabam

impossibilitadas de buscar o tratamento, mesmo sabendo que ele existe.

O que acontece é que muitos entram na Justiça, acionando o Secretário de Estado, os Secretários Municipais, e a Justiça acaba com mais processo e constringendo os Secretários que têm, por força judicial, de fornecer esses remédios.

Então esse projeto busca dizer, com clareza, quais são as obrigações do Estado, quais são os tipos de medicamentos que serão fornecidos, mesmo custando mais caro ou ainda não sendo fabricados no Brasil, medicamentos que estejam dentro dessa regra de disponibilidade de recursos. Assim, acabam com esta pendenga, com esta dificuldade que temos hoje que deixa as pessoas desesperadas e elas acabam tendo que entrar na Justiça.

Então, nós temos problema com os Secretários, que são constringidos, temos problema com a Justiça, que acaba tendo que se manifestar com dezenas, centenas de processos, e temos o problema principal, as pessoas que precisam do medicamento ficam dependendo dessas providências judiciais para ter o devido atendimento.

Portanto, é um projeto da maior importância, que foi proposto pelo Senador Flávio Arns. O Senador Tião Viana tinha um projeto semelhante. E nós hoje aprovamos o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, que vem na linha de regulamentar o fornecimento dos chamados medicamentos especiais, portanto, a favor da saúde dos brasileiros. E é muito importante, nós sabemos qual o principal problema que existe hoje.

O segundo ponto, também aprovado, Presidente Mão Santa, diz respeito ao cigarro. Nós sabemos que as pessoas têm liberdade de tomar as suas decisões num País democrático, mas elas não têm a liberdade de interferir na saúde dos outros.

Então, se uma pessoa tem realmente o vício ou tem o gosto de fumar, que fume, desde que não prejudique os outros. Por isso o projeto que prevê a proibição do cigarro em locais fechados, públicos ou privados no Brasil, é da maior importância.

Um projeto semelhante foi implantado pelo Governador José Serra, em São Paulo; José Serra, que é conhecido como uma pessoa que realmente se preocupou com a saúde brasileira. Mesmo não sendo médico, foi um grande Ministro da Saúde, trouxe a realidade dos genéricos, trouxe a realidade dos medicamentos contra a AIDS. E agora, em São Paulo, ele teve essa iniciativa, no princípio combatida, mas depois as pesquisas de opinião mostraram que 95% ou 96% da população aprovou essa medida dentro do Estado de São Paulo, que busca exatamente proteger

aqueles que não fumam. Quem quiser fumar, que continue fumando na rua, continue fumando no passeio, continue fumando numa área aberta, mas não dentro de um restaurante, dentro de um local de trabalho ou dentro de uma repartição pública.

Assim, o projeto que foi aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça vai no mesmo sentido: de que não apenas em São Paulo, não apenas em uma cidade ou outra, mas em todo o Brasil nós possamos ter essa proteção à saúde. Não há dúvida alguma com relação aos malefícios que o cigarro causa e por isso nós temos que entender o que acontece e respeitar, sim, quem queira continuar fumando. Não estou discutindo e não é da nossa responsabilidade discutir o que cada um define dentro do estado democrático. Mas, repito, ele não pode fumar, prejudicando a saúde de quem não fuma.

Por isso, eu quero, nesta noite, trazer a minha satisfação de ver caminharem esses dois projetos, ambos a favor da saúde dos brasileiros: a proibição de cigarro em locais fechados e a regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o Senador Jefferson Praia.

Para falar como Líder, o próximo seria eu. Assim, depois, eu convido V. Ex^a a assumir a Presidência, enquanto eu farei meu pronunciamento. *(Pausa.)*

Antes, porém, vejo que chegou um Líder. Como agora é a vez de um Líder, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, volto hoje, desta tribuna, a abordar um tema que aqui já me trouxe diversas vezes, desde que assumi, em 2003, meu mandato como Senador. Eu me refiro, Sr. Presidente, à questão das rodovias do Estado de Rondônia, em especial a BR-364.

Já perdi a conta das vezes que tratei desse assunto aqui. Infelizmente, cada vez que volto a abordá-lo, é sempre para repetir o mesmo rol de problemas que esperam soluções definitivas. Desta vez, Sr^s e Srs. Senadores, não será diferente.

Em 2009, ocorreram 3.107 acidentes nas rodovias federais de Rondônia, 1.521 deles com vítimas: 100 pessoas morreram e mais de 2.500 ficaram feridas. Nos dois primeiros meses deste ano, já foram 19 mortos, 61 feridos graves e 236 feridos leves, em 362 acidentes.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, alguma coisa está errada nas rodovias de Rondônia.

Levando-se em conta as BRs que cortam o Estado, em Rondônia estão os trechos mais perigosos para o motorista. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, enquanto Rondônia registrava, em 2009, mais de três mil acidentes nas BRs, o Acre registrava apenas 18 – tudo bem que o Acre é menor, mas a diferença é muito grande –, o Amazonas, nenhum acidente; e o Mato Grosso, apenas seis, nas mesmas estradas que continuam em direção a esses Estados.

Por que isso, Sr^{as} e Srs. Senadores? Por que em Rondônia há um risco tão acentuadamente maior de acidentes? Não há diferenças geográficas ou topológicas tão grandes entre Rondônia, Amazonas, Acre ou Mato Grosso. O estado geral das estradas varia tão fortemente de uma unidade da Federação para outra, de modo que o mau estado de conservação das BRs, em particular a BR-364, justifica a particularidade de incidência de acidentes.

Acredito, Sr. Presidente, que a explicação para um maior número de acidentes em Rondônia esteja diretamente relacionada com as péssimas condições de tráfego no Estado.

Rondônia se tornou um corredor para a exportação de grãos. O início das obras das usinas do rio Madeira também trouxe para as estradas um número maior de veículos pesados, transportando material e máquinas para os canteiros de obras.

Hoje, Rondônia tem quase dois mil quilômetros de rodovias, com alto número de veículos circulantes, incluindo aí um grande número de caminhões pesados, com 74 toneladas e 30 metros de comprimento.

Em todo o Estado de Rondônia, existem apenas oito postos com três policiais cada um. Dois deles, Sr. Presidente, estão fechados por falta de policiais. Enquanto isso, os acidentes se multiplicam, os mortos tragicamente se acumulam, e os feridos carregam, às vezes pela vida inteira, as marcas de um instante que poderia, talvez, ter sido evitado por uma fiscalização mais presente, por um cuidado maior das autoridades responsáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico e social que desejamos e necessitamos precisa de uma infraestrutura adequada e funcional. Para isso, é imperativo que tenhamos prontos os meios e os recursos necessários para garantir esse funcionamento.

Sr. Presidente, eu sou da base do Governo, tenho apoiado o Governo, tenho agradecido ao Governo, porque tem realmente investido fortemente no nosso Estado, principalmente na construção das usinas do rio Madeira, Senador Jefferson Praia. Mais de 20 bilhões estão sendo investidos. Temos agradecido isso, porque tem empregado mais de 20 mil trabalhadores.

Recentemente, foi ao ar uma reportagem na Record, em âmbito nacional, no Dia Internacional da Mulher, dando conta de que mulheres que nunca tinham recebido um salário estavam lá, felizes da vida, porque estavam recebendo salários de 700, 800, 1.000 reais, podendo comprar roupas para suas filhas, comprar brinquedos para os seus filhos e alimentar melhor a sua família, por meio desses empregos.

Em Porto Velho há uma verdadeira revolução; é um verdadeiro canteiro de obras. São mais de um bilhão em obras do PAC, sendo investidos em drenagem, saneamento básico, água tratada, esgoto, construção de casas. Mas a nossa BR-364 está toda esburacada. É uma BR com quase 30 anos de construída e nunca recebeu um recapeamento geral. Ela precisa urgentemente de um recapeamento geral, de Vilhena, na divisa com o Mato Grosso, até Porto Velho, talvez até Rio Branco, no Acre. Mas o movimento maior é até Porto Velho.

Quando falo no recapeamento geral de Vilhena, na divisa do Mato Grosso até Porto Velho, é em razão de este ser o trecho mais movimentado. Porto Velho tem o porto graneleiro, que foi construído ainda na época do meu governo, há 15 anos. A estrada tem quase 30 anos, o porto foi construído há 15 anos, e ela não sofreu ainda uma recuperação pesada, um recapeamento geral.

Dizem que isso será feito agora com o PAC. Neste momento, o Diretor de Planejamento do Dnit está em Rondônia, visitando Ariquemes, Ouro Preto, Jaru, Ji-Paraná, Pimenta Bueno. Vou estar com eles, o Diretor e talvez até com o Ministro, em Vilhena, na sexta-feira à noite e no sábado, falando sobre a rodovia e também sobre a ferrovia.

Mas espero verdadeiramente que as obras, que a licitação, que o contrato saiam o mais rápido possível para evitar mais mortes. O que estou falando aqui são dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal. São dados verdadeiros. Está morrendo muita gente nessa BR, no trecho de Vilhena a Porto Velho.

Estou vendo aqui na galeria o prefeito de Presidente Médici, um Município do centro da BR-364. Estou vendo ali o vereador Rubi, estou vendo o assessor do Deputado Edson Martins, o Ciro. Eles transitam por essa estrada quase todas as semanas e sabem do que estou falando.

Tenho passado lá à noite, de dia, e a BR-364 está toda esburacada. É carro tombado, é carreta tombada, é ônibus batido, é carro batido, capotado, por causa dos buracos. É tanto buraco que não há como, muitas vezes, nem desviar dos buracos. Tem que estourar pneu, furar pneu nesses buracos.

As transformações das condições de circulação nas estradas de Rondônia são, por um lado, um índice eloquente de saúde econômica e de pujança. Por outro, os meios que garantem a segurança dessa circulação, como a presença da Polícia Rodoviária Federal, são limitados. Essas mesmas transformações são um índice de preocupação. Esses dois lados são incompatíveis. Como não podemos abrir mão do desenvolvimento, temos de garantir os meios para a segurança da circulação da população.

Esses meios, Sr. Presidente, são, evidentemente, estradas melhores, estradas recuperadas, bem conservadas, bem sinalizadas, mas envolvem também, de forma importante, a fiscalização, a segurança, o monitoramento, a orientação dos condutores, tarefas que cabem eminentemente à Polícia Rodoviária Federal.

Como disse, o contingente da Polícia Rodoviária em Rondônia não cresceu nos últimos anos. Concursos têm sido realizados em nível nacional, mas isso não tem alterado a situação de Rondônia. Tenho conversado com o Inspetor André, que é o Superintendente em Rondônia, e ele me disse que estão faltando, há muito tempo, policiais. Muitas vezes, os aprovados que tomam posse em Rondônia são de fora do Estado e logo pedem a remoção.

Como conclusão, quero deixar aqui, a título de sugestão, que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estude a possibilidade de fazer um concurso regional, para que aqueles que passem não venham, logo em seguida, pedir a remoção para outros Estados.

Com isso, Sr. Presidente, seria dado um passo importante para pacificar as mortes por acidentes de trânsito nas estradas de Rondônia, que têm consequências tão desastrosas, em todos os níveis, para a nossa sociedade. Quantas famílias já perderam seus entes queridos? Quantas famílias ficaram com pessoas acidentadas, com sequelas, dentro de casa? Quanto prejuízo material têm causado os buracos da nossa BR-364 em Rondônia?

Sr. Presidente, mais uma vez, espero que o Dnit faça, o mais rápido possível, a licitação dessa obra e que contrate as empresas vencedoras, colocando-as para trabalhar, a fim de recapear a nossa BR, para evitar mais mortes, para evitar mais acidentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos a usar da palavra o orador inscrito Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas.

Antes, porém, peço permissão, enquanto V. Ex^a sobe à tribuna, para saudar Luzilândia, que comemora 120 anos e que é uma importante cidade da região

norte do Piauí. É governada pela Prefeita Janaina Marques. Essa extraordinária líder já foi Prefeita de Joca Marques por duas vezes, uma cidade que criou quando Governador do Estado. Pela sua competência, o povo a elegeu Prefeita da cidade-mãe. Ela é uma extraordinária líder do Piauí. O pai de Janaina Marques e sua família têm tradição política. Seu pai é, hoje, o dinâmico Prefeito de Joca Marques. Aproveitamos para pedir que o Governo Federal conclua uma obra federal, a grande ponte de Luzilândia. Esse seria um grande presente do Presidente Luiz Inácio à cidade de Luzilândia.

Tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, registrar a presença do Vice-Prefeito do Município de Rio Preto da Eva nesta Casa. O Vice-Prefeito Paixão esteve comigo, em meu gabinete, conversando sobre assuntos de interesse do Município de Rio Preto da Eva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 24 de fevereiro último, o plenário do TCU apreciou uma auditoria realizada nas obras de pavimentação e recuperação da BR-319, solicitada pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, da qual faço parte, a requerimento da nobre Senadora Marina Silva.

Essa BR, Sr. Presidente, liga Manaus a Porto Velho e as obras estão a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit).

A BR-319 possui uma longa história. Foi iniciada em 1968 e concluída em 1973. Hoje, parte da rodovia está quase desaparecida por falta de manutenção.

Recentemente, decisões políticas começaram a refletir-se em mudanças desse cenário. A obra foi concluída nos planos plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011, com despesa prevista em R\$600 milhões.

No pedido de auditoria, foi solicitada análise de avaliação prévia de viabilidade técnica, socioeconômica, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do projeto, considerando as demais alternativas de transporte na Região Amazônica.

A auditoria concentrou-se, Sr. Presidente, a pedido da Comissão, na análise do projeto em si e não apenas na dos seus aspectos de execução. Assim, examinou os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra, o seu licenciamento ambiental, a avaliação dos seus benefícios frente aos custos e a comparação entre as vantagens de construir uma rodovia frente a outros modais alternativos, como a ferrovia ou a hidrovía.

Os resultados da fiscalização que sintetizo brevemente foram muito abrangentes e trazem informações relevantes para nós, gestores públicos.

Destaco, Sr. Presidente:

– a obra não teve estudos prévios de viabilidade socioeconômica, pois foi considerada de interesse de segurança nacional, caso em que a legislação permite dispensar esse estudo prévio; por outro lado, a auditoria constatou amplo apoio à obra por parte de representantes de Estados, Municípios e da sociedade civil da região por ela afetada;

– os projetos básico e executivo, bem como o Eia/Rima, continham estudos de viabilidade técnica, econômica e social adequados;

– usar a BR-319 permitirá a redução do tempo de trajeto de mercadorias do Sudeste a Manaus frente a todas as demais alternativas, exceto o frete aéreo; no que se refere a custos, a rodovia oferece nesse trajeto uma redução de cerca de 20% diante das atuais alternativas rodofluviais via Belém ou Porto Velho. Portanto, diante dos recursos atualmente existentes (que já levam em conta a hidrovía), a BR-319 abre uma possibilidade de transporte mais eficiente que a disponibilidade atual para uma grande variedade de cargas, sem impedir a utilização dos modais atualmente existentes;

– não há meios de se comparar com o modal ferroviário, uma vez que hoje não existe nenhum projeto de ferrovia, conforme o Plano Nacional de Logística de Transporte;

– parte da rodovia teve concedidas as licenças ambientais necessárias, nos termos de um compromisso celebrado entre o Dnit e o Ibama; no trecho central de 400 quilômetros, já foi feito o estudo de impacto ambiental, dependendo da emissão da licença definitiva do cumprimento de complementações determinadas pelo Ibama ao estudo;

– os empreendimentos realizados no âmbito da segurança nacional e de interesse público não podem ser avaliados apenas pelos aspectos econômicos, pois, de um modo geral, os projetos executados na Região Amazônica são de custos superiores aos benefícios gerados economicamente;

– a auditoria critica com severidade aspectos da ação do Ibama no processo de licenciamento, ao impor condicionantes de política ambiental e fundiária que não dependem do órgão empreendedor da obra, mas de outras instâncias do Governo Federal. O relatório considerou tais medidas “uma forma indireta de postergar a decisão sobre a viabilidade do projeto”;

– as críticas examinadas pela fiscalização à obra, formuladas por organizações não governamentais, revelaram-se inconclusivas ao não considerarem os aspectos de segurança nacional, interesse público e

demais benefícios que o empresariado e a população poderiam captar com a obra;

– dessa forma, o relatório aponta que a decisão pela rodovia deve sobrepor os custos e riscos ambientais frente aos benefícios decorrentes da obra, inclusive os efeitos da disponibilidade da via de acesso para viabilizar a própria fiscalização ambiental; não detectou, portanto, quaisquer elementos que permitam contestar a decisão de conveniência e oportunidade política pública, ou melhor dizendo, Sr. Presidente, de política pública adotada pela União ao considerar que os custos da obra são inferiores aos benefícios (inclusive ambientais) que poderá trazer.

Como providências imediatas, a Corte de Contas fez determinações ao Ibama para definir adequadamente os termos de referência dos estudos ambientais exigidos ao empreendedor, de modo a evitar pedidos de complementação posteriores, além de não exigir do empreendedor condicionantes que não estejam inseridas em sua competência. Sugere ainda à Casa Civil da Presidência da República, como supervisora do projeto de investimento, que adote medidas quanto às exigências do órgão ambiental chamadas de “pré-condicionantes temporárias”, que não impedem o licenciamento ambiental segundo a legislação vigente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho apresentar esse resultado com grande satisfação, por uma variedade de motivos. Primeiro, por tratar-se de um resultado de iniciativa de controle desta Casa. Saúdo a Senadora Marina Silva, autora do requerimento, pela importante contribuição que este permitiu. Sr. Presidente, conheço as preocupações da nobre Senadora Marina com a preservação da Floresta Amazônica, preocupações que também, Sr. Presidente, as tenho.

Esse é o papel do Legislativo: indicar os problemas mais importantes, definir quais os temas que são prioritários na atenção da fiscalização e da Administração Pública. E devo destacar que esse controle está tendo resultados em duas áreas de política pública nas quais eu tenho, como Parlamentar, uma atuação intensa e um envolvimento profundo: o controle de obras públicas e a defesa do meio ambiente, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, esses resultados vêm da atuação integrada das instituições de controle: o Legislativo aponta as prioridades, define as questões a serem verificadas; o Tribunal de Contas vem em auxílio técnico, mobilizando seus recursos altamente qualificados para produzir informação e análise de alto nível para subsidiar o Parlamento e a sociedade. Neste sentido, nunca é demais lembrar a qualidade do trabalho que nos foi apresentado pelo Tribunal e a importância de sua contribuição ao Poder Legislativo.

Por fim, no seu conteúdo concreto, o relatório que recebemos permite contribuir significativamente para uma decisão tão importante e tão polêmica para a Amazônia como é esta obra. Os impactos da BR-319 são proporcionais à enorme proporção da obra. Nela há benefícios e riscos. Esta decisão política não pode ser travada a base de imprecisões ideológicas ou achismos: é preciso fundamentar as posições em dados objetivos e análises equilibradas. O trabalho que recebemos é um ponto de partida fundamental para que o debate sobre a BR-319 dê um salto de qualidade e seja travado a partir de posições claras sobre os custos e benefícios reais da obra.

Este é o papel do Legislativo: tomar a si o debate sobre as políticas públicas fundamentais, especialmente aquelas que são polêmicas; ordenar a manifestação de todas as posições; esclarecer pela informação transparente e pelo argumento aberto; trazer para a mesma arena, sob a realidade dos fatos e não das versões, as posições conflitantes.

Nós, homens e mulheres, que dedicamos a vida ao povo, precisamos apresentar os esclarecimentos, de forma correta, sobre as decisões políticas à sociedade. Se fizéssemos isso com mais frequência, com certeza, evitaríamos vários desgastes causados por notícias, muitas vezes, infundadas.

Ao concluir, dirijo-me, em especial, aos amazonenses que tanto necessitam da presença da União, garantindo a sua ligação com o restante do País, o que permite a integração econômica e o acesso dos amazonenses aos serviços disponíveis ao resto do País.

Quero dizer aos meus conterrâneos que o trabalho que esta Casa iniciou permitirá que a BR-319 possa seguir o seu devido curso, ou seja, possa existir, prestar serviços, mas com os devidos cuidados ambientais. Essa é a nossa responsabilidade, Sr. Presidente. Os resultados até agora trazidos pela fiscalização são claros: a obra é viável, é possível, é razoável. Por outro lado, o cuidado ambiental tem que ser extremado e tem existido ainda problemas e fragilidades nesse controle. As medidas já adotadas pelo próprio Tribunal de Contas e a discussão que ainda ocorrerá intensamente no Legislativo vão permitir que a obra seja tornada realidade e que, ao mesmo tempo, o investimento e os cuidados necessários à preservação do meio ambiente sejam feitos até como condição absoluta para a realização da obra. Esse deve ser, Sr. Presidente, o nosso compromisso.

Como defensor da Amazônia, não posso adotar posição diferente. A região só vai se desenvolver se os investimentos na sua economia forem rigorosamente compatíveis com a preservação da Floresta. Tenho hoje a felicidade de prestar contas aos amazonenses

de um passo importante que aqui damos no Legislativo para trazer, por meio correto, a gestão das obras públicas da BR-319.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convido o nobre Senador Jefferson Praia para presidir enquanto faço o meu pronunciamento final.

Tenho prazer de anunciar que está na nossa tribuna de honra Agnaldo Muniz, que é do PSC, Partido Social Cristão, pré-candidato ao Senado por Rondônia.

Senador Jefferson Praia, gostaria de encerrar. Serei breve.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não poderia, Senador Jefferson Praia, deixar de usar da palavra neste instante final desta reunião.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado é para ajudar, não é para atrapalhar. Somos os pais da Pátria. Então, eu gostaria de dar aqui uma ajuda ao nosso Presidente Luiz Inácio. Ele é o Presidente do País. Ele é o Presidente da República. Ele é o nosso Presidente. Portanto, me acho na obrigação, porque, em 1994, eu votei em Luiz Inácio; acreditei.

A gente sabe que está faltando praticamente nove meses, e eu, Presidente, ô Luiz Inácio, tenho noção exata do que são nove meses: eu sou médico, eu fiz muitos partos, passam ligeiro os nove meses até o parto. Então, faz-se muita coisa. Aliás, a própria natureza diz que dá para criar um ser humano. Mas não vamos perder tempo não, Luiz Inácio, o que eu quero é lhe dar uma ajuda: esqueça os aloprados. É muito fácil ser aloprado. É muito fácil ser puxa-saco dos governantes. Eu já fui Prefeito, já fui Governador de Estado, e sei como os aloprados funcionam. Então, Luiz Inácio, vamos nos livrar deles. Ó Deus, livrai esses aloprados que acompanham o Luiz Inácio. Então, o que pega mal está aqui no jornal *O Globo* de ontem. É uma ajuda que eu quero dar, nesses nove meses, ao Luiz Inácio, uma advertência, porque somos os pais da Pátria para isso.

Dom Pedro II dava o exemplo, Luiz Inácio, ele deixava o cetro e a coroa e adentrava o Palácio para ouvir os Senadores, lá no Rio de Janeiro. Então está aqui o jornal *O Globo*.

Olha o que diz aqui. Está aqui o Luiz Inácio, feliz. Alegria é bom, felicidade é bom, isso é um fato positivo do nosso Presidente. Ele é agradável, é afável. Está cercado aqui. “Sete minutos de inspeção e duas horas de palanque”.

Luiz Inácio, está certo, *errare humano est*. Senador Jefferson Praia, sete minutos de inspeção e duas horas de palanque. Duas horas, meu caro Presidente Luiz Inácio, são 120 minutos, 10% eram 12 minutos. Matematicamente, o senhor passou praticamente 5% do tempo dedicado ao trabalho, e os aloprados o induziram a perder 95% do precioso tempo do nosso Presidente da República em palanque. Atentai bem, Luiz Inácio, se for nessa proporção, não vai ter resultado. Vai ter isso e tal.

Olha o que diz o jornal:

Com Lula, Dilma e Cabral, vistoria a obras do Comperj ganha tom de campanha diante de três mil pessoas. Durou sete minutos a vistoria do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff ao canteiro de obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. O Presidente, Dilma e o Governador Sérgio passaram, porém, duas horas no palanque montado pela Petrobras para assinatura de contratos. No Rio, numa festa popular paga pelo Governo Federal com Lula e Dilma, a Secretária Benedita da Silva pediu votos para a ministra.

Então, Presidente Luiz Inácio, olha o que diz o jornal:

“Benedita pede votos para Dilma em festa oferecida pelo Governo Federal. Eu quero uma Presidenta do Brasil. E o seu nome é Dilma Rousseff.” “Público gritou jingle eleitoral.”

O *Globo* faz outra reportagem, Bruno Villas Boas, Villas Boas, tradicionais jornalistas, há o pai, o filho da família. “Lula, vistoria relâmpago e presença longa em palanque no Comperj”. Então não é bom, não é bom, não é bom, Luiz Inácio.

Luiz Inácio, permita-me adverti-lo, e o Senado é para isso. Primeiro, como Senador do Piauí, a visita de Vossa Excelência é aguardada no final do mês. Não vamos fazer isso não, Luiz Inácio. Não vamos perder. Vossa Excelência está usando 5% em trabalho, 95% do precioso tempo do nosso Presidente da República, do nosso comandante em chefe, do nosso líder, em palanque. Então, eu pediria a Vossa Excelência – eu ia até acompanhá-lo – que não vá na onda dos aloprados. Quando Vossa Excelência for ao Piauí, vamos ver aquele porto de Luís Correia, que foi prometido e

está sendo terminado; é simples, com a presença. Os aloprados deviam a Vossa Excelência.

Vamos ver a ZPE, que foi prometida, e nada.

A estrada de ferro, que diziam que seria em dois meses, de Parnaíba para o litoral, e em quatro meses, de Parnaíba para Teresina, não tocaram.

O aeroporto internacional de que falo, Presidente Luiz Inácio, não para mais nem de noite. Não tem, foi um retrocesso. Eu era menino e pegava avião para ir para o Rio de Janeiro, saindo de Parnaíba.

Vamos olhar as obras do Tabuleiro Litorâneo, que estão andando. Vamos avançar. A ponte de Luzilândia. Hoje é aniversário de Luzilândia. Que bom se fôssemos lá e a obra fosse concluída nesses nove meses que faltam.

Presidente Luiz Inácio, tem uma ponte lá que é sesquicentenária, estão dizendo que vão terminar. Mas é uma vergonha. Eu fiz uma ponte no mesmo rio Poti em 87 dias. Essa era para comemorar os 150 anos, mas Teresina já vai fazer 159 anos. O Governo Federal, no mesmo rio. Eu e o Heráclito fizemos no mesmo rio – ele foi Prefeito de Teresina e eu, Governador –, ele fez em 100 dias e eu fiz, brincando, em 87 dias, com o engenheiro Lourival Parente, construtora do Piauí, dinheiro do Piauí. E convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar pela ponte.

Falo ainda do metrô, sonhado por Alberto Silva; a Universidade do Delta, sonho da Parnaíba; o Hospital Universitário, sonhado, de Oncologia; a estrada do cerrado; a ponte de Santa Filomena, de Uruçuí.

Então, vamos gastar esse tempo. Aqueles projetos que nasceram de sua sensibilidade, lá do Fome Zero, não deram em nada. Nas cidades Guaribas e Acauã o que houve foi retrocesso. Aquela propaganda de aeroporto internacional em São Raimundo Nonato é tudo mentira. Não tem avião, não tem... Deu aqui uma polêmica aqui entre Heráclito e Suplicy, porque o Heráclito trazia a verdade e era contestado. Não por culpa do Suplicy, mas dos aloprados de lá.

Então, Luiz Inácio, peço que lá no Piauí... É isso que eu adverti: os aloprados e inseqüentes estão aí; que V. Ex^a agora aproveite, faltam só nove meses, é rápido. Nove meses só dá uma gestação. Então, V. Ex^a tem que fazer gestação de milhares e milhares de obras neste Brasil. Se V. Ex^a for na onda desses aloprados que estão aqui, V. Ex^a estará usando matematicamente 5% do seu precioso e importante tempo, que não volta, já está terminando, isso passa rápido. Fui prefeito e governador, já está acabando. Isso é rápido.

Então, vamos aproveitar Luiz Inácio. Vamos esquecer esse negócio, essa soberba. A história dá o exemplo. Vamos aqui.

Eisenhower, ele que foi Presidente dos Estados Unidos, brilhante, herói de guerra, Eisenhower. O vice dele era Nixon. Ele se candidatou, Nixon, e apareceu John Fitzgerald Kennedy e ganhou. Eisenhower, respeitado, adorado, ilustre Presidente e herói de guerra, reconhecido não só nos Estados Unidos, mas no mundo, não fez.

Juscelino Kubitschek. Ô Presidente Luiz Inácio, esqueça esses aloprados, essas suas más companhias! Juscelino Kubitschek – ninguém maior do que ele neste Brasil – não elegeu o seu sucessor, o seu fiel amigo, o seu escudeiro, General Lott. Bom candidato, honrado, militar. Veio o Jânio Quadros e... Juscelino não se diminuiu, se engrandeceu, como um democrata, passando a faixa para o seu adversário.

E bem recente... Por isso que o Fernando Henrique Cardoso – a inveja e a mágoa corrompem os corações – saiu como estadista. O seu candidato, valoroso, competente, um extraordinário homem público, que é José Serra, não ganhou as eleições, foi Vossa Excelência. Mas ele ficou na História como o estadista que respeitou as regras do jogo, respeitou a alternância do poder, o que fortalece o regime democrático.

O Presidente Sarney está aqui, firme. Outro estadista. Está aí. Ele não elegeu... Ele era do PMDB, Presidente de Honra. O candidato do PMDB, Ulysses, ficou com o vice, que era governador da Bahia. Surgiu o Collor.

Presidente Luiz Inácio, atentai bem: bem aqui, hoje de manhã, eu vi. Ela está entregando amanhã o governo do Chile. Mulher heróica, competente, dinâmica, médica, 84% de aprovação. É isso. Equipara-se com o nosso Presidente. E o povo, o povo, que é soberano, o povo, que decide, o povo, que é sábio, decidiu que o candidato do partido dela não era melhor. Apareceu um empresário, com visão de futuro, de riqueza, e o bravo povo chileno, que elegeu Bachelet, votou no outro partido. Nem com isso ela está saindo diminuída. Heróica, com essa força, com o prestígio, com a história de estadista, enfrenta o terremoto e oferece ao seu povo a democracia.

Então, essas são as nossas palavras finais. E peço ao Luiz Inácio. Está aqui, é *O Globo*: “Sete minutos de inspeção e duas horas de palanque”.

Presidente, estão se aproveitando do seu valioso tempo. Tempo é ouro, diziam os ingleses. Tem um dado. E V. Ex^a está perdendo. Está perdendo. O povo é sábio, é soberano. Ele vai decidir. É legítimo que tenha essa participação, mas não sacrificando o tempo do Presidente da República, que não volta.

Então, essas são minhas palavras de colaboração.

“Lula: vistoria relâmpago e presença longa em palanque do Comperj.”

E no Piauí... V. Ex^a, com uma reflexão, porque eu estou oferecendo essa reflexão com amor ao nosso País. Que a visita no Piauí seja o inverso. Faça 5% do tempo de V. Ex^a em política, que é natural, deve orientar os aloprados de lá, mas, que utilize 95% em trabalho que traga o progresso e a riqueza ao Piauí, assim como a todo o nosso Brasil, nesses nove meses que faltam do Governo de V. Ex^a.

Então, essas são as nossas palavras.

E gostaria de uma reflexão – *errare humanum est* –, e que, após uma reflexão, V. Ex^a mudasse. E eu viria aqui aplaudir esse novo Presidente da República, que se comporta, no momento, como um magistrado, como um trabalhador número um.

As palavras, Presidente, voam; as obras ficam no coração do povo. Fé sem obras já nasce morta. Vamos terminar as obras do Governo Federal no nosso Piauí e no nosso Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N^o 195, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o PLC 315 de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO N^o 196, DE 2010

Requeiro nos termos regimentais, com base no disposto no art. 255, inciso II, letra “c”, nº 12 do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009 que, “Altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH.”, seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que esta se pronuncie sobre o mesmo. – Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 197, DE 2010

Requeiro que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (ILECE), Entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da Instituição, a ser comemorado no dia 12 de março. Atendendo hoje a mais de quatrocentos alunos, o ILECE foi fundado como resultado de iniciativa da comunidade londrinense, parte dela composta por rotarianos, que não mediram esforços para estruturar a escola e torná-la em um grande centro de ensino. No ILECE os alunos recebem gratuitamente atendimento multidisciplinar, aulas de informática, prática esportiva e encaminhamento profissional. Realizando importante trabalho, a Instituição mantém-se firme nos ideais e objetivos estabelecidos pela primeira diretoria da Escola, nos idos dos anos 60, dentre os quais o amparo e a defesa da criança com deficiência intelectual, compromissos claramente estabelecidos na ata de fundação da Entidade. Pelo transcorrer destes 50 anos de dedicação, respeito e amor à pessoa com deficiência intelectual, é justo que o Senado Federal manifeste seu rejubilo com o Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, que serve de exemplo e modelo para todo o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 198, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à jovem estudante amazonense Laura Corrêa Cavalcante Leite, de apenas 14 anos, pela sua estreia como escritora, com o livro “Belas Árvores”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Laura Corrêa Cavalcante Leite, que, aos 14 anos de idade, escreveu, em linguagem simples, livro com enredo versando sobre temas da Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Laura Leite, estudante, tem apenas 14 anos e já se revela como promissora escritora. Seu primeiro livro, impresso em Manaus, intitulado “Belas Árvores”,

conta a história de Anita, uma menina que se perdeu na Floresta Amazônica. Com tom de romance, aventura e suspense, essa personagem acaba descobrindo sua perfeita identidade com os segredos da Floresta Maior.

Sobre sua obra, diz a autora: “Com esse livro busco exaltar a floresta, pois sempre fui apaixonada por plantas e árvores”.

Filha do administrador Ricardo Cavalcante e da economista Socorro Corrêa, Laura teve direito até a tarde de autógrafos. Ela é aluna do primeiro ano do Ensino Fundamental.

A homenagem que ora formulo justifica-se pela dedicação de Laura, sem dúvida, um talento amazense precoce.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Artur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2010

Requer Voto de Aplauso às artistas plásticas de Brasília Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso às artistas plásticas brasileiras Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das homenageadas.

Justificação

Brasília foi muito bem representada na 8ª Biennale D’Arte Internazionale Di Roma, que aconteceu entre os dias 16 e 24 de janeiro do corrente ano, na Sale Del Bramante, na Capital Italiana. O grupo de artistas plásticas brasileiras representantes da milenar técnica da encáustica, composto por Marlene Godoy consagrada mestra de artes plásticas radicada em Brasília desde os anos iniciais da nova Capital –, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, lograram êxito e foram devidamente premiadas.

A homenagem, então, que ora formulo, justifica-se pela merecida premiação conferida a essas artistas plásticas.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à equipe de Jiu-Jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open, promovido pela Federação Amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à equipe de Jiu-Jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open, promovido pela Federação amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da equipe campeã.

Justificação

A equipe do SESI/AM foi a grande vencedora no 8º Amazon Open de Jiu-Jitsu, realizado em Manaus. Do campeonato, iniciativa da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu, participaram 40 equipes.

No sábado, 6 de março, o melhor desempenho coube aos faixas-branca Lucas Rizi e Sarah Kelly Bezerra, ambos disputando a categoria juvenil meio-pesado. Rizi ficou em primeiro lugar e Kelly em segundo. No domingo, 7, classificaram-se os atletas Ennio Luzeiro, faixa branca, categoria master, peso médio, e André Hardy, faixa branca, categoria adulto, peso médio. Os dois levaram o ouro.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecerer que passo a ler.

PARECER Nº 148, DE 2010

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (nº 5.883/2009, na Casa de origem), que reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.

RELATOR: Senador MARCONI PERILLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010, de iniciativa daquela Casa, reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, bem como ajusta o Plano de Carreira para dar efetividade as disposições da Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006, referentes ao Adicional de Especialização.

A proposição está tematicamente estruturada em quatro partes.

A primeira parte, art. 1º, trata dos valores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos

Deputados, que passa a ser calculada com base no Padrão 45 da Tabela de Vencimentos Básicos, aplicando-se a Tabela de Fatores constante dos Anexos I e II.

A segunda parte, art. 2º, reajusta a tabela de remuneração dos cargos de natureza especial, conforme disposto no Anexo III da proposição.

A terceira parte, art. 3º, torna obrigatória a exigência de graduação em nível superior para o ingresso no cargo efetivo de Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de nível intermediário especializado. A exposição de motivos do projeto original ~~apresentada~~ ~~à~~ ~~Câmara~~ ~~dos~~ ~~Deputados~~ ~~justifica~~ a exigência dessa maior qualificação pela necessidade de aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos por aquela Casa. Essa tem sido a tendência de inúmeros outros projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional.

A quarta parte, disposta em vários artigos da proposição, versa sobre o Adicional de Especialização a ser adotado pela Câmara dos Deputados. Não se trata de uma criação nova, pois essa parcela remuneratória foi estabelecida pela Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006. No entanto, até hoje, o Adicional de Especialização não é aplicado por falta de regulamentação que defina os parâmetros de seu cálculo.

Na sua parte final, a propositura condiciona a pretendida reestruturação à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, e com efeitos somente a partir de 1º de julho de 2010.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta quaisquer óbices de natureza constitucional e jurídica, atendendo plenamente aos pressupostos constitucionais relativos à competência da Câmara dos Deputados para iniciar projetos de lei em matéria de remuneração de seus servidores. A proposição apresenta, ainda, boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, trata-se de proposição louvável. Ao realizar ajustes no Plano de Carreira dos servidores da Câmara, aprovado em 2006, a proposição equipara a remuneração das carreiras técnicas e de nível superior da Câmara dos Deputados com a grande maioria de carreiras

similares do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União. Cabe salientar que há uma real e significativa discrepância entre a remuneração do quadro de servidores da Câmara dos Deputados e a das carreiras típicas de Estado dos demais poderes da União. A remuneração inicial da carreira de nível superior da Câmara, por exemplo, está defasada em 32% em relação à remuneração inicial das carreiras no Executivo e no TCU. Já no que tange a remuneração final de tais carreiras, a defasagem da Câmara dos Deputados relativa às principais carreiras do Executivo e do TCU ultrapassa os 40%. Atualmente, a remuneração final da carreira de analista legislativo da Câmara é menor do que a remuneração inicial das principais carreiras do Poder Executivo e do TCU.

Vale Observar que a Câmara realizou sua última revisão salarial há quatro anos, juntamente com a revisão das carreiras do Poder Executivo. Entretanto, o Poder Executivo reestruturou novamente todas as suas carreiras em 2008 e o TCU teve seu plano de carreira aprovado em 2009. Se considerarmos todos os planos de cargos e salários aprovados pelo Poder Legislativo, desde 2007, veremos que nada menos de 56 planos foram promulgados, inclusive o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, que contemplou ajustes salariais de forma abrangente para todo o serviço público federal.

O bom desempenho de um Parlamento bem como a qualidade do trabalho por ele desenvolvido guarda estreita relação com a capacidade técnica construída na instituição por meio de recrutamento, do ingresso e da manutenção de quadros técnicos para assessorar os parlamentares. Até 2006, o parlamento brasileiro recebia o reconhecimento de organismos internacionais como um dos mais bem estruturados em termos de pessoal técnico. Em seu relatório de 2006, o Banco Interamericano de Desenvolvimento considerou o Brasil como exemplo entre todos os países da América Latina pela qualidade técnica das deliberações no Congresso (Banco Interamericano de Desenvolvimento. *A Política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina*. Relatório 2006. Ed. Campus, p. 169). Semelhante conclusões foram divulgadas por relatório da OCDE, organismo de cooperação e desenvolvimento da Comunidade Europeia, que citou o Brasil como importante exceção no hemisfério por ter desenvolvido com sucesso capacidade técnica dentro do parlamento num nível comparado ao de democracias tradicionais como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos (OECD Development Centre. Working paper Nº 256. Sept. 2006, p. 20).

O ajustamento que se pretende tem por objetivo preservar a qualificação técnica da Câmara dos Deputados, hoje ameaçada pela defasagem da remuneração relativa às carreiras do Poder Executivo. Atualmente, o percentual de candidatos aprovados em concursos recentes que não tomaram posse na Câmara em razão da defasagem salarial chegou a 25%. O que se busca com o projeto é a concessão de remunerações compatíveis com a complexidade dos cargos exercidos e com isso reduzir evasão e garantir a capacidade técnica da Câmara dos Deputados. Por sua vez, os dispositivos referentes ao Adicional de Especialização, previsto na Lei aprovada em 2006, apresentam-se como um fomento ao contínuo desenvolvimento técnico dos quadros, estimulando nos servidores a busca de aperfeiçoamento e crescente profissionalização.

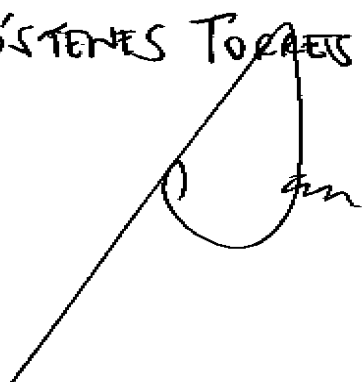
Por fim, o projeto, que implica um impacto de 15% na folha de pagamentos da Câmara dos Deputados, em nada desobedece às normas relativas às finanças públicas, tendo a devida previsão orçamentária.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 6 DE 2010ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/03/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADOR MARCONI PERILLO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYCY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.335, DE 25 DE JULHO DE 2006.

Reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 148, de 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei Câmara nº 6, de 2010, (nº 5.883/2009, na Casa de origem), que *reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução*

nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2010

Acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 178-A:

“Art. 178-A. A União aplicará em programas de infraestrutura de transportes, anualmente, recursos não inferiores a meio por cento do valor do Produto Interno Bruto apurado no ano anterior.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde meados dos anos 1980, o setor de infraestrutura de transportes padece de constantes desinvestimentos. O resultado dessa falta de atenção para com o setor pode ser medido tanto em seus efeitos mais visíveis – como rodovias sem manutenção adequada e o crescimento dos acidentes e das fatalidades no trânsito – quanto naqueles menos visíveis, mas não menos

perniciosos – como as longas filas de caminhões carregados a espera do embarque nos portos e a falta de opções para escoamento das safras agrícolas. Em qualquer caso, esses são fatores que emperram o crescimento da economia e contribuem para o agravamento do chamado “custo Brasil”.

A média de recursos investidos ao longo dos últimos anos, independentemente dos governos, mal alcança 0,2% do PIB, montante que não faz frente às enormes necessidades de expansão da infraestrutura do setor, em função do crescimento, diversificação e pujança de nossa economia – em especial do setor do agronegócio, que apresenta enorme carência em termos de ferrovias, hidrovias e portos para que possa continuar a contribuir para o desenvolvimento da nação brasileira.

Vale lembrar que, nos últimos dez anos, nossa safra de grãos saiu do patamar de 80 milhões de toneladas para 145 milhões; crescimento de cerca de 80%. No mesmo período, nossa frota de veículos automotivos cresceu de pouco mais de 28 milhões para quase 60 milhões; incremento de 115%.

O próprio governo federal, entretanto, no Plano Nacional de Logística, estimou que seriam necessários pelo menos 290 bilhões de reais de investimentos no setor até 2023. Desse total, cerca de 70% deveriam vir de recursos do orçamento federal. Ou seja, seria necessária a aplicação de, no mínimo, 0,5% do PIB de 2009, de R\$ 1,8 trilhões, anualmente, para que o plano pudesse ser executado em sua plenitude.

Assim, acreditamos ser necessário, a exemplo do que ocorre nos setores de saúde e educação, estipular o dispêndio mínimo que o governo federal deve destinar à infraestrutura de transportes, de forma a que nunca mais falem recursos para o setor e este deixe de representar um freio à expansão da economia brasileira.




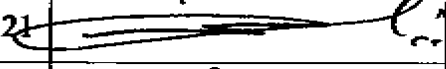
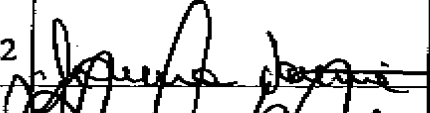


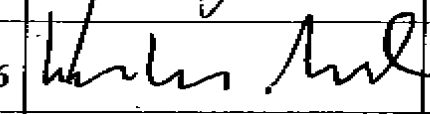
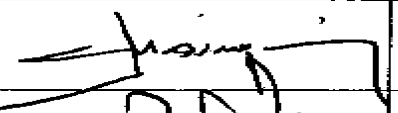
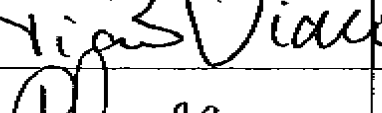
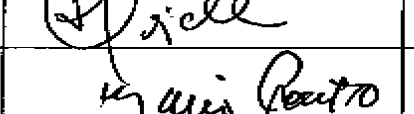
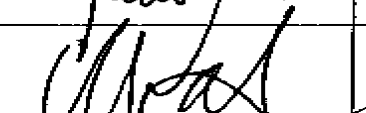
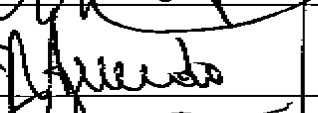



Certos do elevado mérito da proposta que ora apresentamos, contamos com a aprovação dos ilustres Pares do Congresso Nacional.


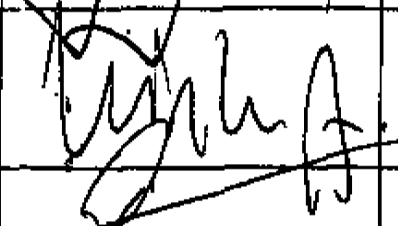
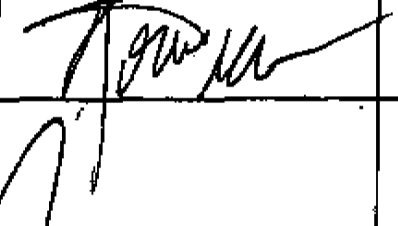
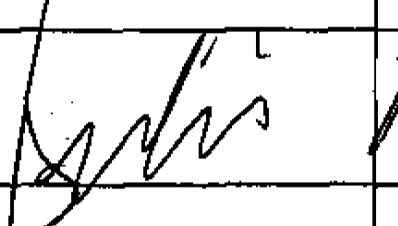
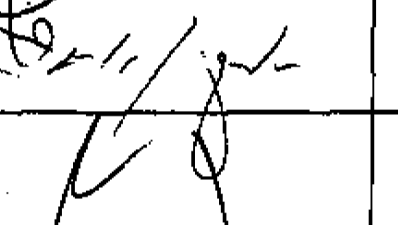
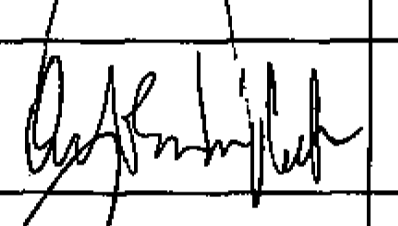
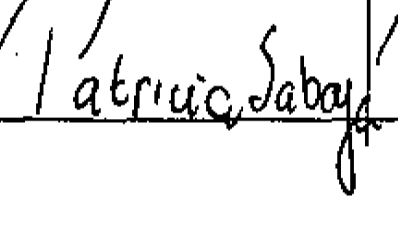
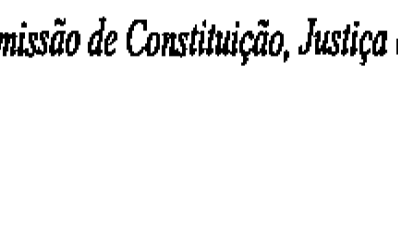

Sala das Sessões,

Senador ACIR GURGACZ



	Assinatura	Senador
1		ACIR GUEBARA
2		Asmar Dias
3		Eduardo Tomaz
4		Marizete Zanetti
5		Carlos Casso
6		Paulo Roberto Góes
7		Márcio França
8		Marizete Zanetti
9		JEFFERSON GUIMARÃES PVA-AM
10		Flávio Arns
11		Adelson Santana
12		Álvaro Dias
13		Romero Jucá
14		DEMÓSTENES TORRES
15		Tarso Genro
16		Wladimir Costa Leite
17		Jamil Campos

	Assinatura	Senador
18		Emaphileo Dornelles
19		Alcides Bortolotto
20		Nelson Fialho
21		MOZARILDO
22		Joana Lourenço
23		Magno Malta
24		Valdir Rompp
25		Marcelo Crivellan
26		MARCO AURÉLIO
27		EFRAIM MORAIS
28		Tiago D'Almeida
29		Fátima Leide
30		Aguiar Peixoto
31		AC VILADARES
32		José Nery
33		João Durval

	Assinatura	Senador
34		Raimundo Colombo
35		Cristovam Buarque
36		Remy Tavares
37		CASAGRANDE
38		JAMIL
39		EDUARDO AZEREDO
40		RENAN CALHEIROS
41		Paulo Vitor Fogaça
42		Patrícia Saboya

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno, e será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 60, DE 2010**

Estabelece condições de transparência pública na internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo somente realizará transferências financeiras voluntárias e constitucionais para as unidades federativas que fornecerem ao governo federal informações suficientes para alimentar o Portal da Transparência, que garantam nível de transparência pública equivalente ao praticado na esfera federal.

Art. 2º Compete ao órgão federal encarregado de manter o Portal da Transparência regulamentar todos os aspectos operacionais relacionados com os dados a serem fornecidos pelas unidades federativas, incluindo sua composição, formatação e periodicidade de encaminhamento.

Parágrafo único Para considerar atendido o disposto no art. 1º, a unidade federativa deverá fornecer dados dos três últimos exercícios e do exercício corrente com defasagem máxima de 2 meses.

Art. 3º Para manter o enquadramento nesta Lei, a unidade federativa deverá empenhar-se em fornecer informações corretas, completas e de fácil compreensão.

Art. 4º Constitui infração ao disposto nesta lei:

- I – omitir, falsear ou deturpar dados;
- II – interromper por 6 (seis) meses o fornecimento das informações;
- III – atrasar em mais de 3 (três) meses o fornecimento das informações, injustificadamente.

Art. 5º As infrações ao disposto nesta lei terão como penalidade a suspensão das transferências de verbas federais.

Art. 6º Compete ao Tribunal de Contas da União dirimir dúvidas a respeito do cumprimento desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Justificação

Em plena era da informática e da internet, a sociedade brasileira tem o direito de conhecer a execução financeira dos recursos provenientes dos impostos, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Em nível federal, está sedimentado um compromisso com a transparência pública, refletido no chamado “Portal da Transparência”, mantido na internet pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Esse portal permite ao público o acesso a informações detalhadas sobre as receitas, despesas e convênios realizados.

No entanto, nas esferas estadual, municipal e distrital a questão da transparência pública não vem sendo tratada de modo adequado. A execução financeira da maioria das unidades federativas é uma verdadeira “caixa-preta”, não dispondo da necessária transparência que deve marcar a administração pública.

No caso do Distrito Federal, por exemplo, foram realizadas contratações sem licitação, em valores vultosos, de empresas cujos sócios são ocupantes de altos cargos públicos ou pessoas a eles ligadas, fatos que a sociedade desconhecia. A fragilidade da transparência pública da execução financeira do governo distrital dificultava o controle social e a disseminação de informações essenciais para esse controle.

É inadequado que o governo federal faça transferências de recursos a unidades federativas que adotem uma postura contrária à transparência, ocultando da sociedade sua execução financeira. Considera-se que, para fazer jus a recursos federais, essas unidades devem manter um grau de transparência no mínimo equivalente ao existente em nível federal.

A unidade federativa deverá fornecer informações à CGU, que se encarregará de divulgá-las no Portal da Transparência, no mesmo formato que já adota para os órgãos federais, o que contribuirá para a centralização e padronização dessas informações.

O prazo de entrada em vigor desta Lei foi estabelecido em 180 dias, considerado suficiente para que os entes federativos adaptem seus sistemas de informação para atender ao disposto nesta Lei.

Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma das proposições legislativas a seguir relacionadas, por não versarem, em seu conjunto, sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 9, 61/2004, PLS nº 40 e 253/2006, PLS nº 45, 112, 223 e 739/2007, que tramitam em conjunto.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Gerson Camata**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2010

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a isenção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, 10 de março de 2010, do Sr. Claudio Barbosa de Araújo, e apresentação de condolências à família do falecido.

Justificação

O voto de pesar, ora pleiteado, justifica-se pelos relevantes serviços prestados, notadamente ao Estado de Roraima, como servidor público nesse Estado.

O Sr. Claudio Barbosa, foi também destacado membro da Grande Loja Maçônica de Roraima, tendo exercido as funções de Grande Secretário, Venerável Mestre e Grão-Mestre, ocasião em que desempenhou inúmeras ações, principalmente no campo social, para toda a população do Estado.

Por todos os serviços prestados, pelo distrito cidadão roraimenses a família merece, portanto, as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – Senador **Gustavo Botelho**.

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2010

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, pelo transcurso dos seus 11 anos de história. Requeiro ainda que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua Presidenta, Maria da Conceição Fischetti.

Justificação

A Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, surgiu da vontade de um grupo de voluntárias que já atuavam nas visitas às enfermeiras do Hospital Ofir Loyola – HOL, e que preocupadas em humanizar e apoiar o tratamento dos pacientes portadores de câncer, resolveram organizar-se para melhor desenvolverem suas atividades. A associação foi constituída em assembléia geral no dia 10 de março de 1999 passando a funcionar em um espaço muito restrito dentro do próprio hospital.

O grande suporte da AVAO é o voluntariado. Pessoas das mais diversas áreas, que utilizam seu tempo livre para ajudar no dia a dia nas campanhas e atividades da Associação, buscando parcerias, agilizando as doações de alimentos, remédios, garantindo o bom funcionamento e a continuidade dos propósitos da associação.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao Ministério Internacional em Manaus – instituição religiosa descendente da primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus – em especial gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido com as crianças.

Requeiro, ainda, que este voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Apóstolo Renê Terra Nova e ao casal de Pastores Luiz e Regina Vasconcelos, responsáveis pela atividade “Rede de Crianças”.

Justificação

O Ministério Internacional da Restauração é uma instituição religiosa batista que iniciou seus trabalhos em Manaus em meados da década de 90 e, desde então, tem sido conduzida com muita fé e coragem pela família Terra Nova.

Dentre os inúmeros trabalhos essenciais desenvolvidos para os mais variados públicos, destaco a excelente iniciativa da “Rede de Crianças”, sob a liderança dos Pastores Luiz e Regina Vasconcelos, que realizam semanalmente, aos sábados à tarde, encontros com as crianças com o objetivo de tornar Deus mais próximo do cotidiano infantil e, conseqüentemente, auxilia na formação de melhores cidadãos no futuro.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Jefferson Praia**.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2010

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº Ministro do Ministério da Previdência Social, para que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) elaborados entre 2003 e 2009.

Justificação

Os relatórios solicitados fazem parte de um conjunto de informações requisitadas com o propósito de subsidiar o controle externo da empresa pública.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Raimundo Colombo**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os Srs. Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que ainda não me deixei contagiar pela euforia que tomou conta do Governo Lula com o potencial de exploração do petróleo da camada do Pré-Sal, porque continuo insatisfeito com as explicações técnicas e sobre o risco de a realidade das reservas não corresponderem às expectativas alardeadas, até porque pelo menos dois poços se revelaram carecas, para empregar a terminologia da prospecção.

Entendo, também, que não se poderia discutir uma matéria tão importante no regime de urgência como havia proposto o Governo inicialmente, até porque esse foguetório todo serve a um propósito inequívoco de fortalecer a combatida candidatura da Ministra da Casa Civil à Presidência da República, num processo em que os fins justificam os meios.

O Senado, pela envergadura das atribuições que lhe confere a Carta Magna, tem o dever e a obrigação de discutir cautelosamente os grandes temas da Nação, porque representamos os interesses de todas as unidades da Federação e, em última instância, os

interesses do povo brasileiro, em particular, das futuras gerações.

Como os debates têm evidenciado neste Plenário, há diversos pontos que carecem de esclarecimentos, como a criação da Petro-Sal, o monopólio do Estado na exploração do petróleo e o regime de partilha, isso sem contar com a forma como os dividendos serão repassados aos entes federados, sobretudo de que maneira os estados sem acesso à camada do Pré-Sal serão beneficiados, como é o caso de Goiás,.

Enfim, é preciso cautela para discutirmos e avaliarmos os marcos regulatórios, o modo de exploração e o regime de concessão das reservas do Pré-Sal

Surpreende mais neste debate a atitude visionária do Governo que age como se tivesse um bilhete premiado e quisesse compartilhar o prêmio com todo mundo, como um verdadeiro salvador da pátria. Mas a verdade é que a exploração do petróleo da camada do Pré-Sal continua envolta em uma série de questionamentos técnicos, para além desse otimismo eleitoireiro do atual Governo.

O que nós precisamos discutir aqui, neste Plenário, não é a exploração da camada do Pré-Sal de forma isolada, sobretudo porque, na prática, os possíveis resultados econômicos, se tudo der certo do ponto de vista técnico, são para um horizonte de dez ou vinte anos.

Exatamente por isso, entendo que nós precisamos discutir de forma mais ampla, nesta Casa de Rui Barbosa, as diretrizes para a segurança e a matriz energética do Brasil, num contexto regional e mundial. E a esse respeito, precisamos observar a tendência de se buscarem cada vez mais combustíveis limpos e renováveis.

Se é verdade que a matriz energética do mundo deva continuar a ser predominantemente fóssil, é inegável, também, que todas as nações rumam para a viabilidade de combustíveis alternativos, como o álcool e a bioenergia.

Não é que não atribuamos a devida importância à possível exploração do petróleo da Camada do Pré-Sal, porque qualquer nação que se preze precisa pensar em reservas estratégicas a longo prazo, sobretudo se, de fato, no caso do Pré-Sal, estas chegarem aos 50 bilhões de barris.

Mas os setores técnicos e científicos têm observado que, a exemplo do slogan o Petróleo é Nosso, a idéia de que o Pré-Sal também seja nosso esbarra em obstáculo semelhante: uma coisa é o petróleo no subsolo, outra coisa é o petróleo na superfície e pronto para ser beneficiado.

Mesmo quando se considera o desenvolvimento tecnológico da Petrobrás e a curva de conhecimento

obtida nas primeiras perfurações, a camada do pré-sal é um território novo, com vasos diferentes e geomecânica diversa.

Só esses fatores deveriam ensejar um profundo debate no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura para verificar se, na prática, o Petróleo do Pré-Sal vai se tornar uma dádiva ou ilusão, como bem observa a revista *Época* da semana passada.

Será que, necessariamente, deveríamos mobilizar um montante tão expressivo de recursos para viabilizar a camada do Pré-Sal ou daríamos um passo bem mais significativo, do ponto de vista estratégico, se, no lugar de falarmos de uma exploração tão dispendiosa, sobretudo neste momento, discutíssemos o fortalecimento de fontes alternativas de energia como o álcool e o biodiesel?

Se considerarmos a amplitude das terras brasileiras e as parcerias que poderíamos viabilizar com nossos irmãos africanos, por exemplo, na exploração da cana-de-açúcar para a produção do álcool, poderíamos inverter o fluxo de subdesenvolvimento não só de bolsões de pobreza no Brasil, mas também no mundo abaixo da linha do Equador.

Não consigo acreditar que, da noite para o dia, a sociedade brasileira e o Congresso Nacional embarquem numa retórica oportunista e partidária que coloca o Parlamento a reboque do Palácio do Planalto.

Nós precisamos discutir a exploração da camada do Pré-Sal sim, mas não como uma bandeira redentora para apoiar a candidatura de quem quer que seja.

Nós precisamos discutir a exploração da camada do Pré-Sal sim, mas dentro de um programa de políticas públicas voltadas para todos os componentes da matriz energética.

O Petróleo da Camada do Pré-Sal chega à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional como uma panacéia, da mesma forma que chegou o Plano de Aceleração do Crescimento.

Os números estão aí... as auditorias do Tribunal de Contas também estão aí para mostrar como o PAC continua empacado e se revela mais uma manobra de marketing do Governo Federal. Na prática, o PAC continua bastante aquém das expectativas, porque, no desejo de encontrar uma bandeira eleitoreira, o Governo pensou nos recursos, mas não arquitetou adequadamente as etapas para a execução dos projetos, que esbarram em licenciamentos, desapropriações e todas as sortes de obstáculos.

Com a camada do Pré-Sal não é diferente: o Planalto pauta as discussões desta Casa para regulamentar a forma de exploração, criar uma nova estatal com poder fabuloso e, se cochilarmos, não nos dá o devido tempo nem para discutir a pertinência dessas

medidas, nem para verificar os aspectos técnicos da exploração.

Atitudes como essas são irresponsáveis, porque fazem a sociedade embarcar num sonho e se distanciar da triste realidade de grande parte de nossas cidades, carentes de recursos e de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Atitudes como essas são irresponsáveis, porque fazem o povo acreditar na redenção de todos os problemas por um passe de mágica, mas numa promessa para daqui a dez ou vinte anos, quando se capitalizarem os recursos da camada do Pré-Sal.

E até colhemos estes tão falados dividendos, como fica a vida do cidadão comum carente de serviços públicos de qualidade? Como fica a realidade de nossos jovens ávidos por trabalho?

Queremos, portanto, deixar o nosso protesto quanto à forma como a questão do Pré-Sal está sendo colocada pelo Governo Lula. Por isso mesmo, estamos protocolando pedidos de informações aos Ministro Edson Lobão, por que nutrimos respeito e apreço, e fazendo levantamentos junto a entidades independentes para delinear uma quadro senão mais preciso, ao menos complementar sobre a questão do Pré-Sal.

Que fique clara e transparente, nesta Tribuna, a nossa posição: a exploração da camada do Pré-Sal não deve ser discutida isoladamente, mas como parte de um planejamento estratégico voltado à segurança e à definição da matriz energética do Brasil, mesmo porque essas reservas já eram conhecidas em governos anteriores e são um patrimônio da sociedade brasileira.

Nós ainda detemos a liderança mundial na exploração de combustíveis alternativos e devemos discutir com o conjunto da sociedade brasileira, em particular, com os setores técnicos e científicos se valerá a pena colocar um montante tão expressivo de recursos na exploração da camada do Pré-Sal.

Enfatizo, Sr. Presidente, não nego a importância do Petróleo da Camada do Pré-Sal, tampouco quero colocar o desenvolvimento dos combustíveis limpos em oposição à exploração dos combustíveis fósseis, mas reafirmo, com veemência, que o papel do Parlamento e do Senado em particular é discutir as questões da agenda nacional com cuidado e da forma mais ampla possível.

Reafirmo, também, a necessidade de se discutir o Pré-Sal como uma dos itens de uma agenda voltada à segurança energética do Brasil com foco no desenvolvimento sustentável e na viabilização do etanol e do biodiesel como os principais componentes de uma matriz limpa, ao lado dos combustíveis fósseis que devem predominar ainda nas próximas décadas.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento, para fazer da matéria intitulada “De olhos bem fechados”, publicada pela revista *Veja*, de 3 de março de 2010.

A matéria destaca a visita do Presidente Lula a Cuba no dia da morte do dissidente político Orlando Zapata Tamayo, depois de 85 dias em greve de fome. Segundo a revista, o dissidente teve o mau gosto de morrer bem no dia em que Lula chegou a Cuba. Mas, se tivesse avisado antes, o presidente “teria pedido para ele parar a greve de fome”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DE OLHOS BEM FECHADOS

DUDA TEIXEIRA

Dissidente tem o mau gosto de morrer bem no dia em que Lula chegou a Cuba. Mas, se tivesse avisado antes, o presidente “teria pedido para ele parar a greve de fome”

O corpo atuebrado de Orlando Zapata Tamayo está chegando ao cemitério. Durante 85 dias, o homem humilde, um pedreiro que se transformou em defensor da liberdade, resistiu. Com a única arma de que dispunha, a greve de fome, ele resistiu. Condenado a 56 anos de prisão, “reduzidos” a 25, pelo crime de clamar pela democracia, foi enterrado vivo numa cela minúscula. Apanhava, era maltratado, xingado de verme. “O fato de ser negro contribuiu para a gana psicológica dos carcereiros. É o velho argumento de que por ser negro não se tem direito a protestar, porque a revolução te deu tudo”, contou outro resistente, Manuel Costa Morúa. Supliciado em vida, nem na morte Zapata teve paz. Outros dissidentes que tentaram lhe prestar uma derradeira homenagem foram detidos. O caixão foi carregado por agentes da polícia política. O presidente Lula chegou a Cuba exatamente no dia da morte de Zapata. Suas declarações a respeito: “Temos de lamentar, como ser humano, sobre alguém que morreu porque decidiu fazer greve de fome, que vocês sabem que eu sou contra porque fiz greve de fome. Se essas pessoas tivessem falado comigo antes, eu teria pedido para ele parar a greve é quem sabe teria evitado que ele morresse. Lamento profundamente que uma pessoa se deixe morrer por uma greve de fome”.

Lula foi visitar os irmãos ditadores, Fidel, o afastado, e Raúl Castro, o ativo no comando. Ao receber o presidente e sua sorridente comitiva, Raúl, ao contrário de Lula, não culpou o morto. De quem foi a culpa? Dos americanos. “Isso se deve à confrontação que temos com os Estados Unidos. Aqui não houve nenhuma execução extrajudicial.” Mais sorrisos, mais alegria.

A morte de Zapata já era esperada por seus companheiros de oposição. Ele estava tão exaurido que não

haveria mais retorno. Mesmo assim, tentaram se comunicar por carta com o visitante ilustre para pedir ajuda. Mas cometeram um grave erro de etiqueta. As declarações do presidente Lula a respeito: “As pessoas precisam parar com o hábito de fazer cartas, guardar para si e de-

pois dizer que mandaram para os outros. Quando uma pessoa manda uma carta para um presidente, no mínimo, só pode dizer que o presidente, a recebeu se protocolar a carta”.

O autor da carta em questão é o economista cubano Oscar Espinosa Chepe. Preso em 2003 com Zapata, foi solto mais tarde, por problemas de saúde. Chepe consultou 42 prisioneiros políticos e escreveu um apelo ao presidente brasileiro. Na quinta-feira, dia 18, ligou para a Embaixada do Brasil em Havana e apresentou o pedido de uma reunião com o embaixador para entregar a carta.

“Nossa política é de não receber dissidentes cubanos”, disse a secretária, segundo seu relato. “Eu achei que Lula, por ter sido um trabalhador preso injustamente, iria se solidarizar conosco. Sua reação foi uma surpresa para todos”, disse Chepe a *VEJA*.

Quando querem ser acolhidos, os dissidentes cubanos sabem que precisam bater na porta da Embaixada dos Estados Unidos ou de países da União Europeia, mesmo ao custo de serem rotulados de agentes do imperialismo. A ideia de que qualquer um que se opõe ao eixo cubano-venezuelano seja um servo dos interesses americanos tem uma história longa no arsenal de ofensas destinadas a desqualificar, por princípio, qualquer adversário. Veja-se o que o PT, através do documento “A política externa do governo Lula”, tem a dizer a respeito: “A política

externa implementada pelo governo Lula é uma política de estado. Mas parcela da classe dominante brasileira rejeita os fundamentos desta política, conferindo reduzida importância à integração regional, desejando menor protagonismo multilateral e preferindo maior subordinação aos interesses dos EUA”.

Antes de deixar Havana, Lula comentou a saúde de ferro e o vigor intelectual de Fidel, em especial seu notório saber econômico, que fez de Cuba a invejada potência mundial. Suas declarações a respeito: “Fiquei muito satisfeito, muito feliz ao encontrá-lo bem de saúde. Sua cabeça funciona melhor que a minha, falando de economia como se fosse um jovem”. Em protesto pela morte de Zapata, quatro presos políticos e um jornalista iniciaram greve de fome. Ah, sim: se desta vez conseguirem protocolar sua carta, talvez os opositores cubanos consigam dar a desagradável notícia a Lula. □

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello (Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 17-02-2010)

Prazo final prorrogado: 02-05-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo

VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes

e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merz), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007,

na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 –Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Pau-

lo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n.ºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n.º 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n.º 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob n.ºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1.º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2.º pronunciamento (sobre as Emendas n.ºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n.ºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1.º e 22 da Lei Complementar n.º 64, de 1990 –Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob n.ºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1.º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n.ºs 1

– 2.º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n.º 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n.º 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003–COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n.ºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1.º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob n.ºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1.º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n.ºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2.º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n.º 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n.º 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

(Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de

condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-

Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *g* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecurável do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 *ç* CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363,

381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que

apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 –COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Se-

nador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 34 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 246ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 200**, de 15 de dezembro de 2009)

RETIFICAÇÕES

À página 68294, no Sumário, 1ª coluna, item 2.2.7 – **Mensagens do Presidente da República**,

Onde se lê:

Nº 997, de 2009, na origem, encaminhando, para exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, interino.

Leia-se:

Nº 198, de 2009-CN (nº 997/2009, na origem), encaminhando, para exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, interino.

À página 68749, 1ª coluna, republique-se, na íntegra, a Mensagem nº 198, de 2009-CN, por omissão dos anexos:

Ata da 28ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 11 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encer-
ra-se às 20 horas e 13 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/3/2010 06:39:54 até 11/3/2010 20:30:38

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PSB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
TV	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
DT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
DT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
MOB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
MOB	RS	PEDRO SIMON	X						
MOB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
MOB	RR	ROMERO JUGÁ	X						
TB	SP	ROMEU TUMA	X						
TB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
SDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						

Compareceram: 64 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2010

Requeiro nos termos dos artigos 218 c/c 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, na madrugada do último dia 6 de março, do engenheiro e ex-chefe da defesa civil do Estado de Mato Grosso, por várias décadas, Domingos Iglesias Valério, aos 83 anos, em Rio Acima/MG; bem como apresentação de condolências à sua esposa, Norma, os filhos Domingos, Alda Elizabeth, Norma e Ricardo.

Justificação

Domingos Iglesias, nascido em 11 de agosto de 1926, no Município de Pitangui, no oeste mineiro, chegou ao Mato Grosso em 1958, após ter participado ativamente da construção da cidade de Boa Vista, hoje capital de Roraima. Foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, e professor-fundador, titular da Cadeira de Hidráulica Geral desde 1967. Ocupou a coordenação da Defesa Civil no governo de José Fragelli, no início dos anos 70. Foi um dos estudiosos que desde a década de 70 defendia a transposição das águas do São Francisco como solução para a seca do sertão nordestino. Aos 80 anos, ele foi um dos homenageados da Associação Brasileira de Engenheiros Civis de Mato Grosso (ABENC). Também eram dele os estudos para solucionar o problema da falta de água em Chapada dos Guimarães. Era reconhecido como autoridade em assuntos hídricos.

Sala das Sessões, 11 de março de 2010. – Senador **Jayme Campos**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais que sobre o PLC 315, de 2009, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, além das comissões cons-

tantes do despacho inicial. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2010

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 04, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Saúde:

(1) Qual o custo e a real necessidade de se criar uma estrutura, contratar pessoal e adquirir equipamentos para 5.000 municípios brasileiros poderem atender ao que determina o Projeto de Lei da Câmara nº 04, de 2005?

Justificação

O país, de fato, carece de uma legislação sobre controle populacional de cães e gatos, mas a criação de norma exclusiva para o controle de natalidade é uma medida ineficiente para a redução de zoonoses, como se observa na afirmação do próprio Ministério da Saúde: “*Apenas a regulamentação sobre o controle de natalidade de cães e gatos não irá reduzir o risco epidemiológico às antropozoonoses as quais a população humana está exposta sendo necessário projeto mais abrangente no sentido de regulamentar o controle das populações animais.*” (grifamos)

Outro dado importante é que este projeto, segundo o próprio Ministério da Saúde, gera forte impacto na estrutura física e financeira dos entes da federação. Segundo o MS, apenas 200 municípios contam com unidade de controle de zoonoses. Portanto, será necessário criar estrutura, contratar pessoal e adquirir equipamentos para o restante dos mais de 5.000 municípios brasileiros – o que implica em dispêndios de valores consideráveis do orçamento público. Para sanar dúvidas quanto à real necessidade de tais investimentos é que apresentamos este Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO
Nº 209, DE 2010**

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 04, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

(1) As despesas com a criação de uma estrutura, contratação de pessoal e aquisição de equipamentos para 5.000 municípios brasileiros atenderem ao que determina o Projeto de Lei da Câmara nº 04, de 2005 serão suportadas pelo Orçamento da Seguridade Social da União e serão administradas pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde?

(2) Quais ações da Seguridade (previdência, assistência social e saúde) deverão perder recursos para compatibilizar esta nova medida no orçamento da União?

Justificação

A necessidade de criação de unidades de zoonoses, ou mesmo o estabelecimento de parcerias, em todos os municípios deverá gerar um impacto substancial no orçamento público que, em princípio, deverá ser compensado com a redução de ações e programas da Seguridade Social. Diante deste potencial impacto financeiro e orçamentário, é recomendável a *busca de maiores informações para análise do projeto*. Isto é reforçado pela posição do MS, que julga ser ineficiente uma política exclusiva de controle de natalidade.

A afirmação acima justifica a necessidade do detalhamento orçamentário aqui solicitado por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sala das Sessões, 9 de março de 2010. – Senador **Romero Jucá**.

(À Mesa para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 61, DE 2010**

Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores

pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea h:

“Art. 8º

II –

h) as importâncias pagas a título de pedágio rodoviário, devidamente comprovadas por recibo em que conste o número do CPF do beneficiário.

.....” (NR)

Art. 2º A alínea b do § 1º do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º

b) a despesas de locomoção e transporte, salvo no caso de representante comercial autônomo e ressalvadas as despesas pagas a título de pedágio a que refere a alínea h do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

.....” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, para o cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A dedução de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Justificação

A proliferação dos pedágios nas rodovias federais e estaduais, com a transferência à iniciativa privada da obrigação do Estado de prover a população da infraestrutura mínima necessária ao desenvolvimento do País, constitui ônus cada vez mais pesado para o con-

tribuinte brasileiro, sobretudo aquele que é obrigado a realizar constantes viagens rodoviárias.

No segmento de transportes, nas três esferas de governo, injustificadamente, diversamente do que se poderia supor, a elevação da carga tributária não tem sido acompanhada de ações e obras para suprir as enormes carências e o permanente aumento da demanda por rodovias. Ao contrário, o que houve foi uma brutal transferência de responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal ao setor privado, que, evidentemente, ao assumir tais compromissos, tem como objetivo a transformação dos seus investimentos em lucro.

Isso é ainda mais grave quando se verifica que a transferência da responsabilidade pelo aumento e manutenção da malha viária, além de eximir os entes federativos de obrigações que são também suas, ao possibilitar a apuração de lucros pelas empresas, gera arrecadação de tributos para esses mesmos governos, que assim se veem beneficiados duplamente.

Muito embora nada impeça que União e os Estados possam conceder à iniciativa privada a exploração e manutenção de rodovias, desde que com a devida licitação, o abuso da prática configura situação que precisa ser corrigida ou compensada, já que as suas consequências sempre recaem sobre os contribuintes.

O projeto ora apresentado tem por objetivo reduzir essa iniquidade, possibilitando ao contribuinte, por ocasião do ajuste anual do imposto de renda, deduzir os valores gastos com pedágio, despesa essa realizada para suprir uma obrigação estatal negligenciada.

Convencido da necessidade e justiça da medida proposta, pedimos apoio à aprovação do projeto. — Senador **João Durval**.

(Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2010

Acrescenta § 5º ao art. 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), a fim de facilitar a substituição, no registro civil do filho, do nome dos pais alterado em virtude do casamento ou de sua dissolução ou separação judicial, bem como pela formação da união estável ou sua dissolução.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 110.
.....

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo às alterações no registro civil do filho, do nome dos pais modificado em virtude do casamento ou de sua dissolução ou separação judicial, bem como pela formação da união estável ou sua dissolução, mediante petição acompanhada da respectiva certidão de registro civil dos pais cujo nome tiver sido alterado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por força do disposto no art. 60 da Lei de Registros Públicos, o registro de nascimento deve conter o nome do pai ou da mãe.

Ocorre que muitas vezes o nome dos pais sofre alterações em virtude do casamento, haja vista que o art. 1.565, § 1º, do Código Civil, admite que qualquer dos nubentes, querendo, possa acrescentar ao seu o sobrenome do outro, assim como em decorrência da dissolução do casamento ou da separação judicial, consoante dispõe o art. 1.571, § 2º, do mesmo diploma legal, ao estabelecer que, “dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial”.

Além disso, o art. 57 da Lei de Registros Públicos permite que a companheira de união estável possa ter o seu nome alterado, para que seja averbado o patronímico de seu companheiro.

Em todas essas situações, a alteração do nome dos pais posterior ao registro de nascimento do filho resulta num descompasso entre as informações constantes desse registro e o verdadeiro nome dos pais, levando a que esses filhos, motivados pelo legítimo interesse de ter o exato nome dos pais em seus assentamentos civis, se vejam na necessidade de recorrer ao Poder Judiciário para, na forma do art. 109 da Lei de Registros Públicos, obter uma sentença judicial nesse sentido.

Não obstante, o art. 110 da referida Lei de Registros Públicos permite que a correção de “erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de sua correção” possa ser feita pelo próprio oficial de registro no cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, seu representante legal ou procurador, de maneira a tornar desnecessário o ajuizamento de uma ação judicial com esse propósito.

O presente projeto de lei objetiva possibilitar que esse mesmo tratamento simplificado nas correções de erros seja estendido aos casos em que as alterações nos registros civis dos filhos se façam necessárias em função da modificação do nome dos pais em decorrência de seu casamento posterior, dissolução desse casamento ou separação judicial, assim como em virtude da formação de união estável ou sua dissolução.

Acreditamos que essas medidas jurídicas terão um significativo alcance social, ao tempo em que contribuirão para aliviar o Poder Judiciário da sobrecarga de ações que tanto contribui para eternizar o curso dos processos judiciais, razão pela qual contamos com o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Das Disposições Gerais**

**CAPÍTULO I
Das Atribuições**

Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

§ 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes: (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

I – o registro civil de pessoas naturais; (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

II – o registro civil de pessoas jurídicas; (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

III – o registro de títulos e documentos; (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

IV – o registro de imóveis. (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

§ 2º Os demais registros reger-se-ão por leis próprias. (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1974)

Art. 2º

.....
Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada

a hipótese do art. 110 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§ 2º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 3º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 4º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 5º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 6º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração. (Incluído pela Lei nº 9.807, de 1999)

§ 8º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família. (Incluído pela Lei nº 11.924, de 2009)

Art. 58.

.....
Art. 60. O registro conterà o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles

for o declarante. (Renumerado do art. 61, pela Lei nº 6.216, de 1975).

Art. 61.

CAPÍTULO XIV

Das Retificações, Restaurações e Suprimentos

Das Retificações, Restaurações e Suprimentos

Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 1º Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias.

§ 2º Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias.

§ 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

§ 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento.

§ 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu “cumpra-se”, executar-se-á.

§ 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original.

Art. 110. Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 1º Recebido o requerimento instruído com os documentos que comprovem o erro, o oficial submetê-lo-á ao órgão do Ministério Público que o despachará

em 5 (cinco) dias. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 2º Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 3º Entendendo o órgão do Ministério Público que o pedido exige maior indagação, requererá ao juiz a distribuição dos autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 4º Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à margem do registro, mencionando o número do protocolo e a data da sentença e seu trânsito em julgado, quando for o caso. (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

Art. 111. Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação, restauração ou abertura de assento, será entregue à parte. (Renumerado do art. 112 pela Lei nº 6.216, de 1975).

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

LIVRO I

Das Pessoas

TÍTULO I

Das Pessoas Naturais

CAPÍTULO I

Da Personalidade e da Capacidade

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º

CAPÍTULO IX

Da Eficácia do Casamento

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito,

vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

Art. 1.566.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 7, DE 2010

**(De iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática)**

Institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – para personalidades e organizações com destaque no emprego da atividade científica pacífica e desenvolvedora do progresso social.

Art. 2º A Menção Honrosa será conferida, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – 10 de novembro, e agraciará três personalidades ou organizações em diferentes áreas da atividade científica.

Art. 3º A indicação do candidato à Menção Honrosa deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* para as personalidades ou portfólio para as organizações e de justificativa, até 1º de agosto do mesmo ano.

Parágrafo único. Toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à educação e ao desenvolvimento científico poderá indicar um nome de candidato à Menção Honrosa, a cada ano.

Art. 4º A apreciação das indicações e a escolha dos agraciados serão realizadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, em conjunto com um representante da

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no contexto de memorando de entendimento firmado entre ambas as Instituições.

Art. 5º Os nomes dos agraciados serão previamente enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estabelecido pelo Sistema das Nações Unidas em 2001 e celebrado no Brasil desde o ano 2005, o *Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento* é comemorado no dia 10 de novembro. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), essa data representa uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor.

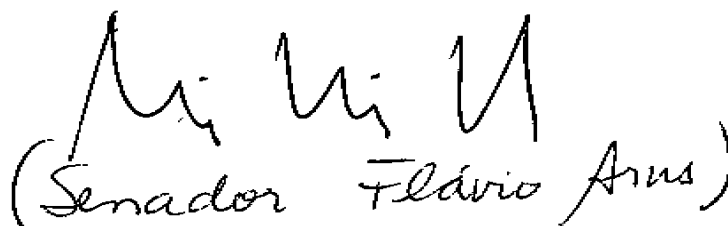
Em razão da importância do desenvolvimento científico para o Senado Federal, o presidente do Senado, Senador José Sarney, e o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, assinaram, no dia 29 de setembro de 2009, Memorando de Entendimento em que as duas instituições se comprometem a realizar iniciativas conjuntas pelo Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, dentre as quais a Menção Honrosa objeto do presente.

O compromisso firmado tem por objetivos fortalecer a consciência pública do papel da ciência na promoção de sociedades sustentáveis e pacíficas; promover o intercâmbio nacional e internacional do conhecimento científico; renovar o compromisso nacional e internacional no uso da ciência em prol da sociedade; enfatizar os desafios enfrentados pela ciência; e fomentar o apoio à promoção do desenvolvimento científico.

Além disso, o Memorando de Entendimento estabelece que o Senado Federal e a Unesco deverão instituir menção honrosa a ser conferida anualmente a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvedor do progresso social da atividade científica.

Essas as razões por que senadores membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal pleiteamos o apoio para o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões 11 de março de 2010


(Senador Flávio Arns)

Memorando de Entendimento

entre a

e o

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Senado Federal

SAS, Quadra 05, Bloco H
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar
Brasília – DF – Brasil

Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – Brasil

doravante denominada “UNESCO”

doravante denominado “SENADO”

representada por seu
Representante no Brasil,
Sr. Vincent Defourny

representada por seu
Presidente,
Senador José Sarney

UNESCO e SENADO serão doravante denominados em conjunto como “as Partes”.

Introdução

Considerando que a UNESCO procura mobilizar parceiros da sociedade civil, e especialmente da iniciativa privada, para atingir suas finalidades estratégicas e objetivos programáticos referentes à educação científica no âmbito nacional;

Considerando que o SENADO é o fórum apropriado para se discutir políticas de ciência e tecnologia que influem diretamente na qualidade de vida da população e que garantem a sustentabilidade do desenvolvimento;

Considerando que desde o ano 2006 as Partes lançaram, por ocasião das atividades alusivas ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento (10 de novembro), uma iniciativa conjunta intitulada “Dia Mundial da Ciência” (doravante referida como “a Iniciativa”);

Considerando que a Iniciativa contribuirá na reflexão sobre o desenvolvimento da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento visando à melhoria das condições de vida das pessoas;

Considerando que o Parceiro possui recursos e expertise significantes para contribuir com as festividades anuais relativas ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, comemorado no dia 10 de novembro de cada ano.

As Partes aqui acordam com o seguinte:

Artigo 1 – Objetivos da Iniciativa

Pelo presente Memorando de Entendimento, as Partes confirmam seu compromisso com a iniciativa conjunta “Dia Mundial da Ciência”. Esta Iniciativa tem como objetivo:

- fortalecer a consciência pública do papel da ciência na promoção de sociedades sustentáveis e pacíficas;
- promover o intercâmbio nacional e internacional do conhecimento científico; renovar o compromisso nacional e internacional no uso da ciência em prol da sociedade;
- enfatizar os desafios enfrentados pela ciência e fomentar o apoio à promoção do desenvolvimento científico.

As Partes doravante acordam as atividades que deverão ser respectiva e/ou conjuntamente implementadas, com o fim de determinar e desenvolver a efetividade, viabilidade e impacto do “Dia Mundial da Ciência”, bem como as principais condições e modalidades em que estas atividades deverão ser implementadas.

Artigo 2 – Desenvolvimento do Dia Mundial da Ciência

As Partes deverão desenvolver em conjunto:

- realizar projetos e atividades conjuntas, de foro cultural e institucional, para a divulgação e valorização da atividade científica pacífica e engajada no desenvolvimento e bem estar dos povos;
- mobilizar a juventude escolar brasileira em torno da Causa, por meio de concursos de redação, cartazes, feiras de ciência, exposições, entre outros, com critérios definidos em regulamento próprio;
- buscar o engajamento da comunidade científica nas comemorações da Data, com a participação de personalidades de destaque na área;
- instituir menção honrosa, a ser conferida anualmente a cidadãos brasileiros e instituições nacionais de destaque no emprego pacífico e desenvolvedor de progresso social pela atividade científica, com critérios definidos em regulamento próprio;
- constituir grupo de trabalho permanente voltado à consecução do presente dispositivo.

Artigo 3 – Condições e Modalidades


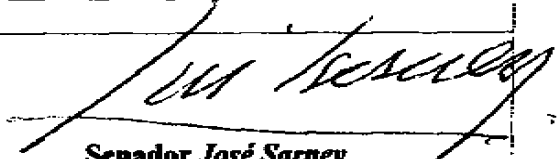
- 3.1 Exceto se autorizado antecipadamente e por escrito pela UNESCO, o Parceiro não deverá utilizar o nome e/ou logomarca da UNESCO para propaganda, captação de recursos ou qualquer outra finalidade comercial.

- 3.2 As Partes deverão manter constante consulta às autoridades governamentais em todas as fases da Iniciativa.
- 3.3 Tão logo seja possível a efetivação da Iniciativa e quando as respectivas contribuições das Partes para a Iniciativa puderem ser determinadas em detalhes, as Partes deverão concluir um Acordo detalhado, estipulando seus respectivos direitos e obrigações no contexto da Iniciativa.
- 3.4 Se a efetividade da Iniciativa não puder ser completada até 31 de dezembro de 2010, as Partes deverão decidir, antes de 31 de outubro de 2010, pela prorrogação e/ou alteração do presente Memorando de Entendimento.
- 3.5 O presente Memorando de Entendimento poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante a solicitação formal de uma das partes e a confirmação escrita da outra parte.
- 3.6 As ações e atividades da UNESCO relacionadas à Iniciativa deverão ser regidas por suas normas e procedimentos aplicáveis.

Artigo 4 – Vigência

O presente Memorando de Entendimento expira em 31 de dezembro de 2010. Ele poderá ser prorrogado ou alterado de acordo com as condições estipuladas nos Artigos 3.4 e 3.5.

Feito em duas vias originais.

Pela UNESCO:	Pelo SENADO
Data:	Data:
 Sr. Vincent Defourny Representante da UNESCO no Brasil	 Senador José Sarney Presidente do Senado Federal

Testemunhas:

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL NA
 REUNIÃO DE 10/03/2010 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Flexa Ribeiro)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE <i>(Handwritten signature)</i>	2. FLÁVIO ARNS <i>(Handwritten signature)</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>(Handwritten signature)</i>
ROBERTO CAVALCANTI <i>(Handwritten signature)</i>	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO <i>(Handwritten signature)</i>	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>(Handwritten signature)</i>	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>(Handwritten signature)</i>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER <i>(Handwritten signature)</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS <i>(Handwritten signature)</i>	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO <i>(Handwritten signature)</i>
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>(Handwritten signature)</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

INCLUSÃO EXTRA PAUTA

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só pediria se Vossa Excelência e os colegas concordarem se colocar como extrapauta o projeto de resolução que institui menção honrosa ciência pela paz e pelo desenvolvimento e que seria uma proposta que a própria Comissão apresentaria para o Senado, então, não seria uma iniciativa individual particular, mas uma iniciativa da própria Comissão que aliás a Comissão já tem colaborado decisivamente na realização da semana da ciência, pela paz, pelo desenvolvimento, então, haveria uma menção honrosa nesse sentido é um projeto de resolução. E outra solicitação Sr. Presidente é a inclusão extra pauta e já da minha parte que é o PDS 973/2009.

.....

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Gerson Camata. Então, coloco a apreciação dos senhores Senadores a solicitação de inclusão extra pauta do Senador Flávio Arns de um projeto de resolução que institui menção honrosa ciência pela paz e pelo desenvolvimento a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidade e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica. Ninguém melhor do que o Senador Flávio Arns para propor esta resolução, porque o Senador Flávio Arns foi até bem pouco tempo presidente da Comissão de educação, tem uma atividade bastante intensa na questão do atendimento na parte social e na área de ciência e tecnologia. Então, esse é o primeiro... Vamos votar em bloco o pedido de inclusão extrapauta depois nós discutimos os requerimentos. Também de autoria por solicitação de Senador Flávio Arns a inclusão extrapauta do PDS 973/2009 que outorga a autorização a associação comunitária de desenvolvimento social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina estado do Paraná. Solicitação de inclusão extrapauta do Senador Roberto Cavalcanti de requerimento solicitando que se faça mais uma audiência sobre banda larga no Brasil com a presença do Dr. Rogério Santana dos Santos e solicitação também de inclusão extrapauta do Senador Gerson Camata do PDS 995/2009 que aprova o ato que outorga a permissão alínea Sat comunicação limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Praia Grande cidade de São Paulo. Em discussão a inclusão extrapauta das quatro solicitações. Em constituição. Não havendo em queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão.

.....

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Aprovados os projetos da pauta com exclusão do item 3 e 7 e o item 25 exclusão do 3 e 7 por pedido de vistas e o item 26 por solicitação do relator Antônio Carlos Júnior os demais aprovados por unanimidade. Vamos aos itens extra pauta Senador Flávio Arns com projeto de resolução que institui menção honrosa ciência pela paz e pelo desenvolvimento a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidade e organizações de destaques no emprego pacífico de desenvolvimentista da atividade científica para defender ao projeto de resolução do Senado Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como eu mencionei antes, Sr. Presidente, é uma iniciativa e vai ser uma iniciativa da Comissão, não é uma iniciativa individual, mas coletiva, aqui da Comissão de ciência, tecnologia comunicação e inovação e informática. Eu leio rapidamente o art. 1º instituída menção honrosa, ciência pela paz e pelo desenvolvimento para personalidade e organizações com destaque no emprego da atividade científica, pacífica e desenvolvedora do progresso social. Art. 2º menção honrosa será conferida anualmente durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para este fim a realizar-se durante atividades do dia mundial da ciência pela paz e pelo desenvolvimento, 10 de novembro, e agradecerá três personalidades ou organizações em diferentes áreas de atividade científica a indicação do candidato a menção honrosa deverá ser encaminhada a mesa do Senado Federal acompanhada do respectivo currículo... Para as personalidades ou portfólio para as organizações e de justificativa até primeiro de agosto do mesmo ano toda entidade governamental não-governamental de âmbito nacional que desenvolva atividades relacionadas à educação e ao desenvolvimento científico poderá indicar um nome de candidato a menção honrosa a cada ano art. 4º apreciação das indicações e escolha dos agraciados serão realizados pela Comissão de ciência e tecnologia inovação comunicação e informática do Senado Federal em conjunto com o representante da Unesco, no contexto de memorando de entendimento firmado entre ambas as instituições, aliás a Unesco que é o órgão das Nações Unidas para educação ciência e cultura já vem participando dos eventos no Senado Federal. Os nomes dos agraciados serão previamente enviados à mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Quer dizer que é uma iniciativa importante, senhor presidente, vai assim divulgar ainda mais a área, vai divulgar o trabalho da Comissão, vai valorizar as iniciativas no Brasil, é um segmento de atividades que já vem sendo desenvolvidas aqui dentro do Senado e vai assim ser assim uma alavanca penso

para aprimorar ainda mais essa área tão fundamental da ciência pela paz e pelo desenvolvimento. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Flávio Arns, hoje o Senador Flávio Arns faz a apresentação do projeto de resolução e por generosidade do Senador Flávio Arns ele concede a autoria do projeto à Comissão de ciência e tecnologia. Então, à Comissão ou seja todos os membros são co-autores do projeto de resolução. Então, o projeto será entregue à mesa diretora do Senado Federal para que seja enumerado e volte então para tramitar no Senado para que acredito que a aprovação será bastante rápida para que possamos ainda este ano já iniciarmos as homenagens às personalidades que ajudam o emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica. Então, em discussão a apresentação do projeto de resolução. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado por unanimidade.

.....

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 7, de 2010**, lido anteriormente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5, de 2010**, de autoria do Senador José Nery, que *acrescenta o Capítulo XV ao Título VI do Regimento Interno para disciplinar a instituição da Frente Parlamentar*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2010, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Resolução nº 6, de 2010**, que *suspende a execução do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar*.

Tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Líder, pelo PMDB, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como Líder, pelo PMDB, Senador Gerson Camata.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu peço a inscrição como Líder do PCdoB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Líder do PCdoB...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu já estou aí inscrito como Líder do PSB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Antes de falar?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Líder do PCdoB, Senador Inácio Arruda, e Líder do PSB, Senador Casagrande.

O Senador Casagrande já estava...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já estava aí inscrito, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Marco Maciel, como primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria a minha inscrição como Líder do Partido Social Cristão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como Líder do Partido Social Cristão, está inscrito o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – O Partido de Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Quarto inscrito como Líder o Senador Mão Santa.

Pela inscrição, o primeiro orador é o Senador Cristovam Buarque, que permutou com o Senador Geovani Borges.

O Senador Cristovam vai para a 10ª inscrição.

Então, com a palavra, por permuta com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Geovani Borges.

Em seguida, para uma comunicação inadiável, o Senador Marco Maciel.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, permitam-me aludir, em breve pronunciamento, às celebrações do próximo dia 15 de março, que é o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.

Ora, todo ser humano é um consumidor. As pessoas comem, vestem-se, divertem-se, compram apartamentos, móveis, CDs, revistas, livros, eletrodomésticos e utilizam serviços telefônicos e bancários, entre muitas outras coisas.

A partir, fundamentalmente, do art. 5º, Inciso XXXII, da Constituição brasileira de 1988, – e eu fui Deputado Constituinte – foi discutida, formulada e promulgada a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que trouxe essa importante contribuição para os consumidores e fornecedores de produtos e/ou serviços.

A legislação nos permitiu buscar um equilíbrio de forças e garantir maior proteção às relações de consumo, definindo diretrizes gerais, critérios e formas específicas de convivência, inclusive no que tange aos organismos estatais, que devem oferecer suporte ao apregoado pela lei.

Até a edição do Código de Defesa do Consumidor, o que havia no País eram legislações raras e espaçadas sobre a economia popular, anteriores à vigência da atual Constituição, algumas dos anos 50, 60 e outras consideradas recentes, notadamente aquelas aplicáveis nos diversos planos econômicos adotados nos anos 70 e 80, em especial o Plano Cruzado, de 1986, que estabeleceu, inclusive o congelamento de preços.

O Código de Defesa do Consumidor apresentou-se como Legislação avançada para a sua época,

dentro dos parâmetros brasileiros, e ainda sustenta importante papel na temperança das relações de consumo do País.

Nele, preliminarmente, se definem claramente quais os atores do mercado de consumo e quais as responsabilidades e seus papéis, bem como a presença do Estado na intercessão para dirimir eventuais conflitos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permita-me V. Exª?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Ouço V. Exª com muita atenção e muito prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Geovani Borges, eu queria cumprimentá-lo pela oportunidade da sua fala. Realmente nós temos que comemorar essa grande contribuição que o Congresso brasileiro deu ao Brasil mediante o Código de Defesa do Consumidor. Eu tive uma ligeira participação nisso: em 1978, eu fui o Relator da primeira CPI de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados. Lá nós pudemos, por exemplo, quando tratávamos de segurança de automóveis, ouvir o Emerson Fittipaldi, na época campeão mundial de Fórmula I, e uma série de cientistas brasileiros. Preparamos, assim, um tipo de código, mas houve uma divisão em várias leis, que não foram codificadas. Algumas dessas leis foram aprovadas. Mandamos algumas, por exemplo, para o Denatran, que baixou portarias. Quando era portaria, encaminhávamos para o Governo, para o Governo baixar portarias, decretos. Outras leis foram aprovadas. Depois, o Senador Jutahy Magalhães, que foi o Relator do Código, pegou toda essa legislação esparsa, inclusive aquelas portarias e leis que nós havíamos sugerido em 1978, na Câmara dos Deputados, e unificou nesse Código. Graças àquela CPI... Não parece, mas eu sou autor de um livro. O livro se chama “Consumerismo no Brasil” – acho que só têm alguns exemplares no mundo hoje e alguns estão aqui, na nossa biblioteca. Quanto a esse “Consumerismo no Brasil”, ocorreu um fato interessante. A palavra para consumismo nos Estados Unidos é consumerismo, que é o termo mais usado. Eu achei interessante usar a palavra consumerismo no Brasil. Disseram-me que essa palavra não existia em português. Eu liguei para o Antônio Houaiss, esse grande gramático, dicionarista, e perguntei-lhe se a palavra existia. Ele disse: “Não, não, não é um neologismo, não. *Consumere, consumere* é latim. O português veio do latim e o termo certo não seria consumismo; seria consumerismo. Você pode usar no título do livro que eu vou colocar a palavra no meu dicionário, porque vai sair uma outra edição”. De modo que foi um trabalho interessante na Câmara dos Deputados, e, depois, em todo o Poder Legislativo. Na época, ouvi uma frase –

não me lembro de quem – que achei interessante e me deu estímulo na luta pelos direitos do consumidor. A frase era: “Para os produtos brasileiros melhorarem no mercado internacional [estou falando de trinta anos atrás], para os produtos brasileiros terem acesso ao mercado exigente em todo o mundo, eles precisariam melhorar aqui dentro do Brasil. E a melhor maneira de melhorar é uma lei em que o consumidor seja sujeito participativo do produto; eles deveriam, então, exigir qualidade dos produtos fabricados no Brasil abrindo o mercado mundial pela qualidade para esses produtos”. De modo que eu cumprimento V. Ex^a. O Código de Defesa do Consumidor foi uma contribuição do Legislativo em decorrência de um trabalho feito aqui dentro do Senado pelo Jutahy Magalhães e todo o pessoal daquela comissão. Assim, nós pudemos entregar essa legislação, que melhorou muito a qualidade do produto brasileiro e melhorou o poder de impor do consumidor brasileiro baseado naquela máxima do Adam Smith, grande economista inglês, que dizia o seguinte: “O consumo comanda a produção. Nós não podemos deixar que a produção comande o consumo. Quem tem que comandar a produção são os consumidores”. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, Senador Gerson Camata e incorporo, com muita honra e muita alegria essa sua contribuição que vem enriquecer e fortalecer mais o meu pronunciamento.

O Código do Consumidor é um instituto que tem a atenção da maioria da população brasileira porque tem sido uma das poucas legislações que se incorporou à vida do brasileiro de forma gradativa e impactante. Por isso mesmo encontra-se atualmente arraigado no espírito do consumidor e dos fornecedores em geral, gerando mudanças benéficas no comportamento social.

Mas a vigilância sobre essa conduta de respeito precisa ser constante. Ainda hoje a grande maioria da população se ressentida e padece com o desrespeito imposto por segmentos como, por exemplo, o da telefonia e o das operadoras de planos de saúde, campeãs de reclamações e citações na Justiça.

O calvário imposto pelos famigerados atendimentos telefônicos, quando o cidadão é levado aos píncaros do desespero e da raiva, é uma realidade que afronta as virtudes do código e revela que nós, legisladores – a exemplo do nosso querido Senador Gerson Camata, estudioso da matéria –, ainda não fomos capazes de dar à sociedade um instrumento de resposta efetiva aos abusos contra ela praticados.

No Amapá, meu querido Estado, o Procon está realizando uma programação alusiva à data, contando com cursos na casa da indústria, escolas e eventos

que possam integrar toda a comunidade consumidora e fornecedora.

A passagem do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor merece uma comemoração digna e justa, diante dos avanços conquistados nos últimos anos, e uma reflexão sobre o que ainda precisa ser feito para atender às justas demandas da sociedade que não merece ser enganada ou sofrer prejuízos.

Mas para que todos consigam defender seus interesses é importante que cada um de nós contribua com o seu comportamento cuidadoso e vigilante.

É dever do consumidor assumir atitudes que façam com que as prestadoras de serviço o respeitem. O equilíbrio só se alcança por meio do respeito.

De qualquer forma, fica aqui nosso registro de reconhecimento ao Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, que acontecerá na próxima segunda-feira, 15 de março. Afinal, as relações de consumo já foram muitas, mas desiguais. Avançamos, Senador Gerson Camata. Para frente caminhamos. Isso merece registro e aplauso.

Era o que tinha dizer no tempo regimental.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geovani Borges. O senhor destaca-se realmente pelo cumprimento do Regimento. Parabéns.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta. Já vamos anunciar a palavra para uma comunicação inadiável ao Senador Marco Maciel.

Pela ordem Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys, só queria fazer um registro, mais uma vez – porque me determinei a registrar todo o tempo –, da irresponsabilidade da Emenda Ibsen, votada ontem na Câmara, que penaliza os Estados que têm suas bacias privilegiadas com as riquezas minerais. Refiro-me a meu Estado, Espírito Santo quanto ao pré-sal, ao Rio de Janeiro e a São Paulo. É uma irresponsabilidade tamanha, porque nos força a emendar esse projeto, pedindo que as riquezas minerais de Minas Gerais – e também do seu Estado, do Estado de Ibsen Pinheiro e de todo o Brasil – sejam divididas com o Brasil, que haja uma divisão equânime.

Nós, no Espírito Santo, temos um passivo ambiental de muitos anos, e vamos continuar com ele, como o Rio e como São Paulo.

Eu quero fazer um registro, porque o povo do meu Estado está inquieto. Não somente as autorida-

des mas também os mais simples, porque os nossos municípios serão dilacerados.

E nós vamos fazer o enfrentamento. Não é essa a história... Não há demérito em ser base do Governo; demérito é ser subserviente e subserviente eu não sou. Nós vamos fazer o enfrentamento aqui.

Quero mais uma vez registrar o meu repúdio à palavra e ao comportamento do Líder do Governo, Romero Jucá, que, na frente do Ministro de Minas e Energia, não sei querendo agradar a quem e como, disse: “Nós vamos passar o carro e vamos votar tudo do jeito que vem”.

Não vão não, não vão, não. Nós estamos nos mobilizando, porque nós não vamos experimentar... Discutir o presente é possível, agora querer nos penalizar pelo presente e pelo passado? É uma irresponsabilidade, uma ignorância o que foi feito na Câmara ontem.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, nobre Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Paulo Freire era um ser humano esperançoso. Não por teimosia, mas “por imperativo histórico e existencial”, como ele mesmo afirma em seu livro *Pedagogia da Esperança*. “Não nascemos esperançosos. Por isso precisamos de uma educação para a esperança”.

Ninguém contesta o papel central que tem a educação – sobretudo a educação pública – na preparação do País para o desenvolvimento econômico e social que desejamos, com justiça e equanimidade. No ambiente da competição tecnológica globalizada em que opera hoje o mundo econômico, o conhecimento é o mais importante dos fatores de produção.

Para qualquer nação, a capacidade de sua população de absorver criticamente qualquer novidade técnica e aproveitá-la produtivamente é decisiva. Isso somente é possível se essa população, toda ela, tiver uma sólida base de conhecimento no idioma pátrio, e outro se possível, na Matemática e nas Ciências, ou seja, se o país tiver um sistema de Educação eficiente, eficaz e, por que não dizer, efetivo.

Ao contrário, a economia de qualquer país que tenha habitantes adultos incapazes de ler e de calcular carrega um tremendo “peso morto”, carga que se faz mais onerosa a cada década que se passar sem que se efetive a erradicação do analfabetismo e da evasão escolar em geral. Sem uma educação pública de qualidade, além de não prover uma vida útil e produtiva à

maioria de seus cidadãos, o país já entra como perdedor nesse mercado globalizado mundial.

No Brasil, se considerarmos os últimos 40 anos, muito progresso foi alcançado, não podemos deixar de reconhecer. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 ou mais anos de idade, que, segundo o IBGE, era de 33,6%, em 1970, baixou para 13,6%, no ano 2000. A inclusão na escola avançou muito também, principalmente no ensino fundamental: atingimos os 98%, e isso ocorreu no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de crianças na escola. Mesmo no ensino médio, em que os aumentos têm sido mais modestos, houve algum progresso: a taxa de escolarização dos adolescentes entre 15 e 17 anos, por exemplo, passou de 59,7%, em 1992, para 81,6%, em 2002.

Há, porém, muitos problemas ainda a enfrentar. A imagem que temos da escola pública é muitas vezes negativa, e não é por simples preconceito. A universalização da matrícula se fez ao custo da queda brutal da qualidade, que, por diversos motivos, não pôde ser mantida quando uma onda de crianças oriundas das classes mais pobres entrou no sistema de ensino. As estruturas escolares – físicas e pedagógicas – não estava preparadas para o enorme influxo de alunos filhos de pais iletrados, que não os podiam orientar, atuando como parceiros educacionais da escola. A escola simplesmente não soube, ou não teve como suprir o déficit de cultura letrada que essas crianças traziam de suas casas.

Ao mesmo tempo, a necessidade de criação de vários turnos escolares, pela falta de espaço para todos, degradou a qualidade da atenção individual aos estudantes. Os professores passaram também a ter de “correr” de uma escola para outra, de turno a turno, para compensar as perdas salariais resultantes do prestígio da carreira.

A consequência desse conjunto de fenômenos foi a fuga das camadas médias da população para as escolas particulares. Estas, que, historicamente, haviam sido consideradas de nível inferior de ensino, passaram a ser – pelo menos algumas dentre elas – “centros de excelência”. As escolas públicas foram abandonadas, relegadas a um pública que não sabe, ou não tem o costume de cobrar qualidade dos produtos que consome.

Nas duas últimas décadas, entretanto, Sr^a Presidente, com o estabelecimento de um consenso sobre a importância capital da Educação no mundo tecnológico globalizado, o Governo Federal tem procurado tomar medidas para transformar esse quadro. Foi isso o que motivou o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a propor a criação do Fundeb – Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Funda-

mental e de Valorização do Magistério. As políticas, entretanto, têm produzido avanços muito lentos, segundo um relatório encomendado pelo MEC e feito por pesquisadores das universidades federais, com apoio do Inep e publicado este mês. Para começo, não existe indicadores confiáveis que permitam ao acompanhamento de muitas das metas. Se não temos capacidade de aferição de resultados, de nada adianta estabelecermos metas.

E mesmo das metas para este ano, estabelecidas no PNE de 2001 (Plano Nacional de Educação) e para as quais se dispõe de indicadores claros, apenas 33% haviam sido cumpridas até 2008. O PNE previa, por exemplo, a matrícula em creches de 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade em 2010. Os dados do IBGE informam que esse número chegou a 18,1% – quer dizer, nem 40% do objetivo pretendido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a gravidade do problema reside no fato de que essa fase, a pré-escola, é fundamental para a escolarização das crianças filhas de famílias pobres que não têm em casa um ambiente informado e escolarizado. Chegar à escola somente aos 6 anos – a faixa de obrigatoriedade legal – significa já estar defasado em relação à socialização escolar das crianças das classes média e alta.

Se há em tudo um lado bom, no caso é a constatação de que as pessoas do povo já estão conscientes do fato, como se pode observar na reportagem de Larissa Guimarães, da *Folha de S. Paulo*, que entrevistou algumas mães de crianças pequenas aqui em Brasília. Mulheres como a faxineira Adriana França dos Reis, de 32 anos, cuja filha chegou aos quatro anos sem conseguir vaga em creche. “*Quanto mais cedo ela entrar na escola, sei que mais longe ela vai chegar*” – disse, lúcida, a mãe à jornalista.

No ensino médio, o problema está na extensão do atendimento, que ainda não logrou a universalidade. Na faixa etária adequada para esse nível, dos 15 aos 17 anos, 16% dos jovens estão fora da escola. Na educação superior, por seu lado, o plano estabeleceu a meta de 30% dos jovens na universidade; porém, em 2008, ano dos últimos dados de pesquisa, o índice era de 13,7%.

No outro extremo do problema educacional, o da erradicação do analfabetismo, meta principal da Educação de Jovens e Adultos (EJA) o objetivo não está nem no horizonte das possibilidades concretas: há 14 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever.

A lentidão dos avanços na Educação tem muitas causas, algumas de difícil superação. A propósito, vou citar um trabalho do Professor José Márcio Camargo...

(*A Presidência faz soar a campanha.*)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Estou concluindo.

... publicado no dia 7 de março deste ano, no Suplemento de Economia, página 33. O que diz o reconhecido e reputado Professor José Márcio Camargo: “O resultado está aí, 98% das crianças estão na escola. O que está faltando é melhorar a qualidade das escolas públicas, e nesse ponto os governos têm feito muito pouco”.

Destaca ainda o professor que acabo de citar: “O fundamental não é o Estado forte, é o Estado eficiente, indutor do crescimento e da redução da desigualdade”.

Por um fenômeno comum em muitos campos – e que os economistas chamam “Lei dos Rendimentos Decrescentes” –, é muito mais fácil fazer a taxa de matrícula passar de, por exemplo, 85% para 95% do que conquistar os 5% seguintes. A responsabilidade do ensino fundamental a cargo dos Municípios, e a do ensino médio a cargo dos Estados, causa uma defasagem entre as vontades e decisões do Governo Federal e a consecução, pelas Unidades Federadas, dos objetivos do PNE. É bom lembrar que, no próximo ano, vamos ter o segundo Plano Nacional de Educação. Mesmo com a criação de fundos de equalização, como do Fundef e, agora, o Fundeb, leva algum tempo para que os resultados apareçam.

Outro óbice para a consecução dos objetivos, segundo o professor João Oliveira, da Universidade Federal de Goiás e um dos autores do relatório, resultou do veto presidencial o dispositivo da lei de criação do PNE que previa o aumento dos recursos destinados à educação até 7% do PIB. Com pouco recurso, o plano perdeu força ao impor deveres aos governos locais sem viabilizar o repasse de verba necessária para o seu cumprimento.

Um artigo do ex-Ministro Paulo Renato de Souza, publicado na *Folha de S. Paulo*, mostra um caminho que dá resultados. Cita como a Secretaria de Educação tem desenvolvido ações voltadas para o apoio ao trabalho do professor, com fixação de metas e objetivos de melhoria da qualidade de ensino, com o oferecimento de estímulos ao seu aperfeiçoamento profissional. Dois programas foram a base das ações iniciais: “Ler e Escrever” e “São Paulo faz Escola”. Nas primeiras séries, as turmas dispõem agora de professores auxiliares para aperfeiçoar o letramento das crianças.

Uma das medidas que têm apresentado também resultados efetivos é o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), de que participam todas as escolas da rede pública estadual que oferecem ensino regular, a todos os alunos da

2ª, da 4ª, da 6ª e da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª do Ensino Médio. Em cada edição, o sistema de ensino paulista é avaliado por meio de aplicação de provas cognitivas e questionários de alunos e de gestão, permitindo à Secretaria monitorar as políticas públicas de educação.

Cada escola tem metas concretas a serem atingidas, pelas quais elas são comparadas, cada uma, com seu resultado no ano anterior. Assim se evitam comparações injustas entre escolas que atendem clientela muito diferenciadas. Quanto maior o avanço da escola em relação a seus resultados anteriores, maior o bônus que recebe e que é destinado diretamente a seus professores e funcionários.

O fortalecimento da carreira se fará, a partir do próximo concurso, pela obrigatoriedade de os aprovados fazerem um curso de quatro meses na Escola de Formação de Professores, que o Estado criou para esse fim. Todos os professores temporários, além disso, deverão se submeter a um exame de qualificação. No primeiro concurso de promoção, anuncia Paulo Renato, os salários de 44 mil professores serão aumentados em 25%, de modo a valorizar a carreira docente.

Com essas medidas, o aumento da proficiência dos alunos da 4ª série no Saesp, em língua portuguesa e matemática foi de 5%, de 2008 para 2009. No IDESP, que combina os resultados do Saesp com a evolução dos indicadores de aprovação, repetência e evasão, a melhoria foi de 18,4% no primeiro ciclo do ensino fundamental.

No primeiro concurso de promoção, falou o Ministro Paulo Renato, 44 mil professores serão aumentados em 25%, de modo a valorizar a carreira docente. São resultados, Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bastante substantivos que marcam atitude diferente em relação ao papel fundamental da educação pública no País.

As recentes administrações estaduais de São Paulo, portanto, vêm fazendo um trabalho objetivo que poderia ser seguido pelas outras Unidades Federadas e pelo Governo Federal, destacando a necessidade de criar e manter dados que permitam diagnosticar e aperfeiçoar o sistema educacional pátrio.

Devemos buscar – e encerro com palavras de Joaquim Nabuco, cujo centenário de seu nascimento estamos comemorando: “A melhor educação que consiga transmitir, de uma geração a outra, maior soma de experiência e de sabedoria. A arte de viver {dizia Nabuco} é, afinal, a que mais importa aprender.” Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Marco Maciel.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senadora, gostaria de pedir uma licença para uma informação, aproveitando a presença da Drª Cláudia. O senhor está falando ainda? Desculpa-me...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Continue, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado.

Gostaria apenas que fosse publicado, juntamente com o discurso, as partes que eu não li e que estão devidamente assinaladas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – De acordo com o Regimento, será atendida sua solicitação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora, eu sei que não tenho o direito... Eu recebi a visita do Deputado Estadual, por Minas Gerais, Délio Malheiros. Ele me trouxe um longo relatório sobre a fabricação de medicamentos com sal, próprio para determinadas doenças, com menos da metade da quantidade exigida.

Eu pedi, requeri, já há mais de mês, uma CPI dos Medicamentos: Contrabando e Falsificação e, até hoje, não recebi nenhum sinal de que ela vai ser instalada.

E eu não posso de reclamar porque é um caso, praticamente, de tentativa de homicídio. Está aí o Dr. Mão Santa que pode me dizer se remédio pode matar ou não quando é falsificado, quando é adulterado. Em vez de se dar medicamento, se dá placebo. Ele trouxe um levantamento no grande relatório para tratamento psiquiátrico.

Obrigado, Senador, e desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A sua fala, a sua solicitação será levada ao Presidente da Casa, José Sarney.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa, porque sou a próxima inscrita, por cessão da Senadora Marina Silva.

Após a minha fala, pela inscrição, o próximo orador será o Senador Casagrande, pela Liderança do PSB.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de ouvir V. Exª se, após, naturalmente as belas e maravilhosas palavras que V. Exª vai nos dirigir aqui, será a vez do nosso Líder do PSB, Senador Casagrande.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – E, em seguida, o senhor, pela inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado..

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Então eu falo agora, pela inscrição. Logo depois, fala o Senador Casagrande, pela Liderança do PSB; e imediatamente depois o Senador Jayme Campos, pela inscrição.

A Sr. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, que representa o Partido dos Trabalhadores, o Estado do Mato Grosso e a classe das professoras do nosso Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos veem e nos ouvem nesta tarde de hoje, eu, como Senadora do meu Estado de Mato Grosso, vou falar de uma questão muito importante para nós, mato-grossenses, que somos os maiores produtores de grão de soja e um dos maiores produtores, se não formos os maiores, ou o segundo maior, de carne de boi, de carne de frango, de carne suína, de algodão: nós temos de falar sempre de infraestrutura.

Começaria minha fala dizendo que o Governo do Presidente Lula...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Conceda-me os meus dez minutos, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Para a senhora são dez menos um que já foi usado. Então, são nove. Eu estou obedecendo as suas diretrizes.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, senhor. O senhor já levou um minuto. Eu não comecei, estou começando agora. Marque dez minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – No final, eu obedecerei não ao Regimento, mas à lei de Deus: pedi e dar-se-vos-á.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Governo do Presidente Lula, em uma medida ousada, alterou por meio de aditivo o período de implantação da Ferronorte, fazendo com que essa concessionária tivesse a responsabilidade de entregar a

obra até 2012. Isso se refere especificamente aos 260 km do trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis.

Essa obra, que caminhava a passos lentíssimos, com essa medida, finalmente, chegará a Rondonópolis, e num prazo de dois anos.

No entanto, é de suma importância que essa ferrovia chegue a Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Nós vemos, no dia-a-dia, lá no nosso Estado de Mato Grosso, o Vereador Francisco Vuolo liderando este movimento, dando continuidade a tantas lutas do Senador Vicente Vuolo, que foi um vitorioso. Temos estrada de ferro hoje em Mato Grosso, ainda poucas, mas o que temos e as possibilidades que temos de avançar se devem ao nosso Senador Vicente Vuolo, de saudosa memória.

No entanto, é de suma importância que essa ferrovia chegue a Cuiabá, como eu disse. Para isso, Sr. Presidente, deve ser modificado o processo de concessão, o que implica uma nova concessionária para a Ferronorte, permitindo que os trens cheguem à região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, com direito a passagem ao Porto de Santos.

Pelo que fui informada pela ANTT, o contrato de concessão da Ferronorte S.A. (hoje pertencente à ALL holding, sendo que este trecho é denominado ALL-Malha Norte) prevê a construção da ferrovia até Porto Velho.

O contrato possui uma cláusula segundo a qual, quando o governo determinasse, a empresa concessionária teria que construir o trecho. Foi o que ocorreu primeiro até Alto Araguaia e, agora, até Rondonópolis.

Recentemente, no início deste ano, a ANTT solicitou à ALL um estudo de viabilidade para o trecho de Rondonópolis a Cuiabá. Este estudo foi encaminhado, há cerca de um mês, à ANTT e a conclusão da ALL é de que este trecho não teria viabilidade econômica para que ela continuasse com a concessão.

Agora, de posse desse estudo, a ANTT vai avaliar se retoma a concessão desse trecho – o que também é previsto no contrato – para que um terceiro construa, eventualmente, até a Valec.

Neste momento, há conversas e negociações entre os presidentes da ANTT e da ALL, e a expectativa na ANTT é de que estas evoluam para a devolução da concessão do trecho, o que seria muito bom para Mato Grosso e para a nossa Cuiabá. Eu espero que essa evolução realmente aconteça para a devolução da concessão do trecho.

Penso que esse processo deve ser acelerado para a devolução ocorrer o mais brevemente possível, até porque quando a nossa Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, esteve em Cuiabá no início deste mês, avaliou positivamente a possibilidade de inclusão dessa

importante obra no PAC II, como já tive oportunidade de relatar desta tribuna.

A ferrovia chegar a Cuiabá significará a redenção não só da nossa capital, mas também de todos os Municípios que compõem a nossa região metropolitana, há muito tempo com suas economias enfrentando muitas dificuldades.

Tudo isso, senhoras e senhores, tem uma grande importância logística, uma vez que poderemos levar as cargas de derivados de petróleo e outras mais até Cuiabá e ainda coletar açúcar, álcool, produto animal de mais de trinta frigoríficos, só para citar algumas situações, na volta dos trens.

No aspecto geopolítico, é fundamental que o Vale do Rio Cuiabá esteja inserido no processo de desenvolvimento de Mato Grosso, ou seja, de uma vez por todas, mato-grossenses e mato-grossenses, cuiabanos e cuiabanas, o trem tem de apitar em Cuiabá. Esta é a vontade, esta é a necessidade da sociedade mato-grossense, especialmente da sociedade cuiabana: que o trem apite em Cuiabá para que o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade ambiental, se dê realmente nos termos e à altura do que precisamos e merecemos.

Quero ainda, Sr. Presidente, rapidamente, falar da nossa Lucas do Rio Verde, do Prefeito Marino, dos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores, enfim, as organizações do Município, os Vereadores, todos saibam que, segunda-feira, nós teremos uma reunião em Lucas do Rio Verde, Município que fica a trezentos e poucos quilômetros de Cuiabá. É uma reunião sobre a Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/Goiás, chegando a Rondônia via Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso.

Eu vou, rapidamente, ler um pequeno texto:

Os investimentos em logística de transporte em Mato Grosso não param. Esta importante audiência pública na cidade de Lucas do Rio Verde é a maior prova dessa afirmativa.

Autoridades estaduais, federais e representantes de toda a região tratam do traçado da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que terá investimentos de R\$6,4 bilhões e cujo projeto também está sendo discutido em municípios de Rondônia e Goiás.

Sabemos que, no Brasil, por muitos anos, as ferrovias foram deixadas em segundo plano, mas agora, com o mato-grossense Luiz Antônio Pagot à frente do DNIT, esse fundamental meio de transporte está sendo retomado com toda sua força em nosso País.

Os novos investimentos colocarão Mato Grosso, Rondônia e Goiás como Estados ver-

dadeiramente competitivos, principalmente no mercado internacional.

Nós estamos, inclusive, contando com a possibilidade de a Ministra Dilma estar presente nesse evento em Lucas do Rio Verde na segunda-feira. Não está totalmente certo, mas há possibilidade.

A construção de 1.602 quilômetros de ferrovia entre Uruaçu/Goiás e Vilhena/Rondônia é uma das metas do Governo [do Presidente Lula hoje e também terá de ser, obviamente, do próprio governo, porque não é uma ferrovia que vá se realizar num ano só.] O Projeto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste está sendo elaborado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, e sob a coordenação da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O trecho terá entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul na cidade de Uruaçu/Goiás.

Eu fui relatora da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, em 2009, e lá estava a Norte-Sul.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Me dê os dois minutos a que tenho direito, Sr. Presidente!

E eu já dizia, por ocasião da relatoria da LDO, que nós precisávamos ter a continuidade da Norte-Sul, passando por Mato Grosso. E aí está: do entroncamento da Norte-Sul sairá a integração Centro-Oeste, Uruaçu/GO, passando por Lucas, no nosso Mato Grosso: “*O trecho terá entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul na cidade de Uruaçu/GO, cruzará o Estado de Mato Grosso, no sentido leste/oeste e chegará até à Vilhena/RO*”.

Parabéns a Mato Grosso! A estrutura está chegando para valer, para escoar o trabalho gigantesco que grandes e pequenos produtores rurais vêm fazendo, assim como a agricultura familiar, que vem se desenvolvendo.

Sr. Presidente, termino no prazo...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu teria direto a mais dois minutos, mas já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa.PSC – PI) – Mas eu, aqui, sou a implantação do Rei Salomão. Eu lhe dei três.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, senhor! Já terminei meu discurso.

Eu apenas gostaria de dizer o seguinte: quando estou na Presidência, às vezes sou chamada até de impertinente, porque fico tentando “ajeitar”, como se diz, o tempo na tribuna dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, seja para uma comunicação inadiável, seja pela liderança, seja pela inscrição, porque, quando a gente usa a tribuna além do nosso tempo, estamos ferindo o direito dos outros Srs. Senadores. Por isso estou radicalizando quando estou na Presidência, e espero e conto com isso que o Senador Mão Santa passe a radicalizar também.

Muito obrigada.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu acho que esse negócio de radical não é bom, não! A Bíblia ensina que o caminho para a sabedoria e a virtude está no meio: a moderação.

Agora, chamamos uma Liderança do PSB, esse extraordinário Partido, criado por Miguel Arraes, de grande força no Nordeste e no Piauí. O Presidente é Wilson Martins, atual Vice-Governador. Foi Líder, quando governei o Estado do Piauí, e é um extraordinário e forte candidato ao Governo do Estado do Piauí, como V. Ex^a o é no Estado do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, tenho dois assuntos importantes a serem tratados neste momento, no horário da Liderança.

O primeiro assunto será tratado também pelo Senador Gerson Camata, já foi tratado pelo Senador Magno Malta e interessa muito ao Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e interessa muito ao Brasil. Trata-se da votação de ontem, da última emenda que tratou dos recursos do pré-sal, lá na Câmara dos Deputados. O Deputado Ibsen Pinheiro e o Deputado Humberto Souto, dos Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia, apresentaram uma emenda para fazer uma divisão igualitária dos recursos dos *royalties* do petróleo e da participação especial.

A Constituição, no seu art. 20, §1º, diz que caberá aos Estados e aos Municípios um tratamento diferenciado e a arrecadação de *royalties* e de participação especial para esses Estados e esses Municípios. Na verdade, com a aprovação dessa emenda, estamos rompendo uma determinação constitucional.

Além disso, a decisão de ontem trata de contratos já feitos. É uma divisão igualitária, dividindo os recursos dos *royalties* e da participação especial das áreas já contratadas. Não estou falando nem só do pré-sal. A matéria que está sendo votada é do pré-sal, e o que

estava sendo discutido, efetivamente, era o pré-sal, mas o que foi votado ontem foi uma divisão desses recursos dos contratos já feitos, dos contratos do pós-sal, dos contratos que foram dados como garantia pelo Governo do Rio de Janeiro, pelo Governo do Espírito Santo. Então, é uma quebra de contrato, que afronta as normas constitucionais, o respeito que o Brasil conquistou, porque é um país que cumpre contratos.

O Senador Francisco Dornelles está aqui, do Estado do Rio de Janeiro. Esse é um assunto que nos interessa muito.

Além do mais, os investimentos que precisam ser feitos em áreas de exploração de petróleo são investimentos grandes. A atividade petrolífera atrai pessoas para uma região que obriga a administração pública, primeiro, a fazer compensação ambiental; segundo, a fazer investimentos em calçamento de ruas, em rede de esgoto, em rede de água, na área de saúde, na área de educação, que exige que o Município, que o Estado possa ter recurso para fazer esses investimentos.

Então, considerar os desiguais de forma igual é um equívoco que precisa ser considerado por nós. Teremos de fazer um debate a esse respeito com todos os Senadores desta Casa. O Senado é a Casa do equilíbrio federativo e não pode destoar daquilo que conquistamos no Brasil. Nem se trata da situação que queremos, mas é o início de uma independência das unidades federativas.

Então, esta Casa tem um papel e, ontem, a Câmara não teve condições de votar a matéria, até pela contaminação do processo eleitoral.

Eu, aqui, ressalto a posição, o trabalho que a Bancada de Deputados Federais do Espírito Santo, do Rio de Janeiro desenvolveram e desempenharam, mas não tiveram capacidade, condições, pelo espírito que se estabeleceu na Câmara. Lá houve um desequilíbrio; o Senado terá o papel de promover esse equilíbrio; o que queremos é o diálogo, porque, se essa emenda que foi aprovada na Câmara for votada no Senado, o Presidente da República terá muitas possibilidades de vetar essa emenda. E, se houver o veto, retorna-se ao tratamento que é dado hoje, em que poucos recursos vão para os Estados não produtores. Por isso, uma boa negociação é melhor do que uma derrota de qualquer um dos lados.

Então, tenho certeza de que, pelo diálogo que tive com o Senador Dornelles, pelo espírito do Senador Gerson Camata, pelo espírito do Senador Magno Malta, do Senador Crivella, do Senador Paulo Duque, pelo espírito que temos aqui, pela conversa que tive com o Senador Romero Jucá, teremos capacidade de encontrar um caminho, uma saída, nesta Casa, para que possamos preservar os direitos dos Esta-

dos e dos Municípios produtores e, ao mesmo tempo, distribuir essa riqueza para todo o País, porque essa é uma riqueza nacional, mas precisa de tratamento diferenciado.

Senador Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Senador Renato Casagrande, quero dizer que as palavras de V. Ex^a são também as palavras da Bancada do Rio de Janeiro, dos Senadores do Rio de Janeiro. Precisamos, realmente, fazer um grande entendimento. Precisamos conversar sobre esse problema relacionado ao petróleo dentro de um clima de muita lógica, de muita racionalidade. Pela sistemática aprovada na Câmara, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo vão receber, pelos *royalties* produzidos no seu território, menos do que os 23 Estados da Federação – realmente, foi uma distorção. Achemos que, quanto aos *royalties* do pré-sal, tem que haver uma participação maior de todos os Estados e Municípios do País, e estamos prontos para discutir, mas o que houve na Câmara foi uma irracionalidade! Realmente, os Estados produtores vão receber menos do que os 23, 20 Estados da Federação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É inconcebível!

O Sr. Francisco Dornelles (PP – RJ) – De modo que, realmente, quero trazer a V. Ex^a o meu integral apoio e dizer que suas palavras são também as palavras dos Senadores do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Falei, hoje, com o Governador Paulo Hartung e tentei falar com o Governador de V. Ex^a, Governador Sérgio Cabral. Não tive oportunidade. Mas o entendimento e a posição do Governador Paulo Hartung também são de busca de uma posição que possa preservar a distribuição da riqueza para o Brasil todo e, ao mesmo tempo, manter um tratamento diferenciado aos Estados e Municípios produtores.

Então, era esse o primeiro registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

Quero fazer mais um registro sobre outro assunto. Na semana que vem, voltarei ao tema do pré-sal pela sua importância. O Espírito Santo vai perder mais de R\$400 milhões com a produção atual – com a produção atual! Então, a emenda aprovada na Câmara não corresponde àquilo que buscamos em termos de equilíbrio federativo.

Quero tratar de outro assunto. No último fim de semana, a imprensa trouxe à tona mais uma vez um grave problema que assola o Espírito Santo há muitos anos: as condições precárias do sistema carcerário capixaba. Um relatório elaborado por organizações

não governamentais e encaminhado à Organização das Nações Unidas (ONU) mostrou situações de insalubridade e de violência, cometidas entre os próprios detentos, com casos de estrangulamentos, espancamentos, esquartejamentos e torturas. As fotos e os vídeos são chocantes, e os relatos dos presos mostram o quanto a situação é grave. Não há como fechar os olhos para o que foi descrito no documento produzido pelas entidades de direitos humanos. O tema, inclusive, será debatido na Comissão de Direitos Humanos da ONU, que se reúne em Genebra, na próxima segunda-feira.

Realmente, o sistema prisional capixaba apresenta problemas sérios, que precisam ser resolvidos com urgência. Mas, infelizmente, isso não é privilégio do Espírito Santo. O Brasil inteiro, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, sofre com a superlotação de presídios e cadeias. Muitos detentos são submetidos à escassez de direitos, e a população é submetida à escassez de segurança pública.

O inchaço das unidades prisionais é, em parte, reflexo da falta de ressocialização. Isso é o que aponta o Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação, instituição ligada à ONU. Segundo o órgão, o número de presos aumenta acima do crescimento da população. No Brasil, por exemplo, a quantidade de habitantes cresceu 19,6% entre 1995 e 2005, enquanto a população carcerária cresceu 143%. Repetindo: cresceu 19,6% a população brasileira, e 143%, a população carcerária.

Apesar dessa conjuntura, é preciso reconhecer que o Governo estadual, nos últimos três anos, começou a fazer investimentos significativos nessa área. Desde 2008, estão sendo aplicados R\$386 milhões no sistema carcerário. Desse montante, 93,9% são recursos do próprio Estado, e 6,1%, recursos do Governo Federal.

Esse investimento proporcionou um aumento do número de presídios. Em 2003, o Estado dispunha de três unidades prisionais, com 3.389 vagas. Atualmente, são 26 presídios, com 6.933 vagas. Cinco novas unidades estão sendo construídas e devem ser entregues até março do ano que vem, totalizando, então, 10.660 vagas.

Medidas como essas são extremamente necessárias e contribuem para amenizar os problemas carcerários. No entanto, ainda se mostram insuficientes. Haverá necessidade de investimentos mais expressivos por um longo período de tempo, e os recursos não devem ser apenas destinados à construção de presídios, mas também aplicados em programas socioeducativos voltados para reintegrar os reclusos ao convívio social.

São diversas ações que precisam ser feitas. Nós aqui apresentamos a reformulação no Código de Processo Penal, que é uma medida importante para que nós possamos dar agilidade aos julgamentos do processo penal. Nós aqui apresentamos uma proposta da Escola Nacional de Segurança Pública, para qualificarmos os profissionais da área de segurança pública.

Então, Sr. Presidente, quero fazer este registro pela situação que nós temos no Estado do Espírito Santo e para reconhecer que nós temos ainda muitos desafios no Brasil e no Estado do Espírito Santo. A área de segurança pública ainda é um desafio, e nós temos muitas tarefas a serem desenvolvidas nessa área.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós ferimos duas vezes o Regimento, e eu assumo, porque existe o espírito da lei. E para mim o regimento maior é o que Deus me deu, a minha consciência. Primeiro, um aparte, que não poderia, é regimental. Mas como é que eu evitaria um debate qualificado, uma das inteligências mais privilegiadas e que está envolvido no imbróglio, que é o representante do Rio de Janeiro? E o tempo em dobro. Mas V. Ex^a o utilizou bem, o Parlamento faz é enriquecer.

Agora, vamos seguir aqui a ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria o testemunho dos funcionários que aqui estavam e dos Senadores que aqui estavam. Eu fui, como Líder, o primeiro Senador a chegar aqui, para uma comunicação inadiável; quem acabou falando por permuta de tempo foi o Geovani Borges. O primeiro Senador, como Líder, que chegou aqui fui eu. Pedi a minha inscrição; fui o primeiro a pedir, e ali na lista estou em quinto. As coisas não podem ser assim. Há Regimento, há regras, e as regras... Todos devem se submeter à lei, todos devem se submeter às regras. Ninguém pode ser mais diferente do que o outro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a está com a razão, Senador Gerson Camata. E isso ficou estabelecido com Emily Crown, no Parlamento inglês, bicameral, da monarquia democrática inglesa. O Parlamento tinha sido fechado, e lá estava a grandeza, a liderança da Inglaterra.

A Inglaterra entrou em guerra e não teve dinheiro para enfrentá-la. Aí, o rei foi buscar Emily Crown para conseguir fundos. Ele disse: “Eu reabro, eu boto o Parlamento, conseguirei o dinheiro com as lideranças que

temos, mas jamais, na Inglaterra, o rei vai ficar acima da lei”. E eu não sou nem esse rei para querer. Mas nós aprendemos que se deve ter uma virtude muito importante: tolerância. Eu peguei a lista, e já estava inscrito aqui. Agora, aprendi também com Dom Quixote de la Mancha, de Cervantes, que só não há jeito para a morte. Para isso, nós não damos jeito. Mas temos a sensibilidade.

Então, o Jayme Campos é o inscrito. Aí se alterna. Então, eu pediria... Aqui houve um erro. Eu pediria ao Inácio Arruda, do bem – não é do DEM; é do bem – que me permitisse corrigir o erro e, em seguida, chamá-lo. Pronto! Olha aí como as coisas se resolvem.

Com a palavra Jayme Campos.

Eu vou botar 10. É o minuto? Não é não; é a nota que eu quero dar para V. Ex^a. Se V. Ex^a precisar mais, já tem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, é o suficiente para eu falar aqui. Em rápidas palavras, presto aqui uma homenagem a um velho companheiro nosso do Mato Grosso, o saudoso Dr. Domingos Iglesias Valério, que, indiscutivelmente, é uma pessoa que deixa um grande legado para todos nós, mato-grossenses, sobretudo para nossas futuras gerações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há aqueles que edificam obras e tornam-se importantes por uma ou duas gerações; há outros que deixam exemplos, e sua influência é mais perene. Mas são raros aqueles que conseguem construir obras físicas e, ao mesmo tempo, levantar alicerces morais em sua comunidade. Assim foi o engenheiro Domingos Iglesias Valério, um profissional que conseguiu, de uma só vez, criar conceitos éticos tão sólidos quanto as obras que edificou.

Mato Grosso acordou mais triste no último domingo com a notícia do falecimento do Dr. Iglesias, aos 83 anos de idade, um homem que dedicou sua vida ao conhecimento científico e à causa dos portadores de necessidades especiais em nossa região. Ele fundou a Apae de Cuiabá em 1970.

Dr. Iglesias foi, por 32 anos, coordenador da Defesa Civil de Mato Grosso. Tive a honra de tê-lo gerenciando este setor em meu Governo. Foi um conselheiro prestimoso, de alta capacidade técnica, humana e de robusta consciência cívica. Ele foi também titular da cadeira de hidráulica do curso de engenharia da Universidade Federal de Mato Grosso, entidade que ajudou a fundar.

Nascido no Município de Pitangui, no oeste mineiro, Dr. Iglesias chegou a Mato Grosso em 1958, após ter participado ativamente da construção da cidade de Boa Vista, hoje capital de Roraima, quando ainda se chamava Território Federal de Rio Branco.

Iglesias começou na atividade pública pelas mãos do Presidente Getúlio Vargas, de quem foi amigo pessoal. Ele também era especialista em ferrovias, e seu primeiro cargo em nosso Estado foi de Diretor do Departamento de Terras de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar do Dr. Iglesias significa contar a história recente de Mato Grosso, pois ele participou ativamente na elaboração e na implantação dos principais projetos de desenvolvimento da região. Foi um dos precursores da construção da Hidrelétrica de Manso, por exemplo.

Intelectual de formação consistente, era doutor em portos do mar, rios e canais, além de arquitetura, urbanismo e traçado de cidades. Mas seu principal destaque era o desempenho na área de recursos hídricos. Ele foi reconhecido nacionalmente como uma das principais autoridades brasileiras neste setor.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de externar meus sinceros votos de condolência à sua esposa Dona Norma, aos seus filhos Domingos, Alda, Elizabeth, Norma e Ricardo, este último, portador de deficiência mental.

Ao mesmo tempo em que me relembro da importância cívica deste personagem de minha terra, assim como de toda a Nação, requeiro à Mesa desta Casa que sejam enviados votos de pesar do Senado Federal à sua família, aos seus amigos e a todo o povo de Mato Grosso.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, depois de prestarmos a nossa homenagem ao Dr. Iglesias, vimos aqui a nossa Senadora Serys Slhessarenko fazer uso desta tribuna e dizer que a Ministra Dilma Rousseff estará, no próximo dia 15, em Lucas do Rio Verde, lançando o projeto das obras da ferrovia, que vai de Uruaçu a Lucas do Rio Verde, cortando o nosso Estado do Mato Grosso, chamando-se Ferrovia Centro-Oeste, e, depois, prosseguindo até o Estado de Rondônia. A mesma Ministra, imagino, estará sábado também no Estado de Rondônia e, na segunda-feira, em Lucas do Rio Verde. Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que é uma total incoerência, que me desculpem aqui o Presidente Lula, a Ministra Dilma, o Sr. Ministro dos Transportes.

Eu quero crer que isso é um estelionato, uma fraude, que o Governo Federal está praticando contra nós, mato-grossenses, sobretudo contra aquela população do longo da BR-163, área de grande produção agrícola.

É óbvio e evidente que nós gostaríamos imensamente de que essa obra representasse a redenção do nosso Estado, principalmente nessa região produtora. Todavia, ela mesma aqui, fazendo uso desta tribuna,

disse que a ALL, empresa concessionária da Ferrovia Norte, talvez vá perder a concessão.

Lamentavelmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal, na década de 1990, chegou com a ferrovia até a cidade de Alto Araguaia, e todos nós, Senador Inácio, sonhamos um dia que essa ferrovia chegue até Cuiabá, e até hoje, lamentavelmente, após o Presidente Fernando Henrique deixar a Presidência, essa obra não prosseguiu nenhum metro. Essa luta nossa tem sido incessante para que essa obra prossiga de Alto Araguaia, demandando a Rondonópolis, indo até a cidade de Cuiabá, que é a capital do Estado.

Desde 1964, o querido e saudoso Senador Vicente Vuolo tinha como bandeira aqui lutar todos os dias, neste Congresso Nacional, pedindo a implantação dessa ferrovia, e hoje ela se encontra parada, sem nenhum recurso, e principalmente detentora do contrato, da concessão, que é uma concessão draconiana. Recebeu a concessão por 90 anos e, lamentavelmente, essa ferrovia não prosseguiu sequer um centímetro, um milímetro de onde parou; e foram recursos do BNDES, recursos da Sudam, do FCO e de outros bancos, como o Banco do Brasil.

Portanto, espero que o Governo Federal, de fato, faça essa obra. Mas não nesse espírito eleitoral, em que o Governo, lamentavelmente, está lançando centenas de obras em todo o País. Assim não se chega a lugar nenhum! Tanto é verdade que, lá em Mato Grosso, o PAC foi lançado com 500 festas e 50 mil dúzias de foguetes. Nenhuma delas está sendo concluída; muito pelo contrário. A BR-158 – que também é um sonho nosso – foi lançada já por quatro vezes, com a presença do Diretor-Geral do Dnit, com a presença do Ministério dos Transportes e assim por diante. E, no ano de 2009, pelo que me consta, dos 300 km de rodovia, até agora foram feitos apenas 22 km. De tal maneira que eu espero – claro e naturalmente eu gostaria, como todo mato-grossense – que essa rodovia fosse uma realidade.

Ouvi aqui vários oradores, não só nas comissões, como no plenário – e o próprio Presidente Lula –, criticando o Governador José Serra, dizendo que ele foi a Santos lançar a maquete de uma ponte. Mas o pior é que Serra tem, ao menos, a maquete de uma ponte entre Santos e Guarujá. Isto aqui, Senador Alvaro Dias, é uma farsa: a Ministra Dilma irá, segunda-feira, lançar uma obra de R\$4,6 bilhões que não tem nem projeto, nem traçado ainda. Será o maior estelionato, a maior fraude que está sendo praticada contra a sociedade mato-grossense.

E aqui eu quero mostrar a minha indignação na medida em que não é só essa, mas outras tantas e

tantas fraudes que estão praticando neste imenso País, apenas com cunho eleitoreiro e político pessoal.

Ora, nós não podemos concordar. O povo de Mato Grosso não é idiota, o povo de Mato de Grosso não é imbecil; o povo de Mato Grosso quer obra concreta, sobretudo aquelas que são resolutivas, principalmente nós que somos hoje uma área de grande produção agrícola. Ou seja, nós somos os maiores produtores de soja do Brasil; hoje nós somos o Estado que têm o maior rebanho bovino, que é o maior produtor de algodão, e queremos, com certeza, um transporte intermodal. Todavia essa farsa não pode continuar neste exato momento, no período eleitoral. Nós temos que denunciar à Nação brasileira todo esse estelionato e fraude que estão sendo praticados, do Paraná a São Paulo, de São Paulo a Mato Grosso, a Rondônia e assim por diante.

Portanto, venho aqui dizer que espero que o Governo Federal minta menos e faça com que nós, brasileiros, possamos acreditar de tal maneira que essas obras que estão sendo anunciadas, que serão lançadas, possam ser concretizadas, pelo menos parte delas, em termos de fatos concretos.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento e contribuir dizendo o seguinte: que essa história da maquete é uma mentira.

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Aliás, a mentira tem sido uma arma utilizada reiteradamente pelo Governo para esconder os seus equívocos e garantir popularidade ao Presidente da República. O Governador Serra mostrou uma maquete a Prefeitos e assinou convênios com os Prefeitos, anunciou um empreendimento; ele não inaugurou uma maquete. Quem inaugura obra já inaugurada por outros Governos é o Presidente Lula e a Ministra Dilma. Quem faz campanha eleitoral inaugurando obras de Governo Estadual é o Presidente Lula com a Ministra Dilma. Está aqui no jornal *O Globo* uma obra... Isso é apropriação indébita, inaugurar uma obra que outros construíram. E mais: fazer campanha aberta, escancarada. A Procuradora veio a Brasília denunciar ao TSE. Está aqui em *O Globo* também a denúncia de uma campanha aberta, inclusive com a Benedita pedindo votos para a Dilma na festa oferecida pelo Governo Federal. Dinheiro público, campanha eleitoral, crime eleitoral, afronta à legislação. E, amanhã, o Presidente Lula estará no Paraná. Fazendo o quê? Inaugurando uma obra acabada? Não. Visitando uma obra superfaturada. O Presidente Lula

irá à Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, e afirmam que vai inaugurar parte da obra. Ou seja, estão inovando: inauguram uma parte da obra. A obra não foi concluída, inauguram uma parte. E uma obra superfaturada. O Presidente passou sobre o Congresso Nacional, sobre o Tribunal de Contas, vetou aquilo que o Congresso Nacional impôs como moralização para impedir o repasse de recursos a uma obra superfaturada. O Presidente vai visitar a obra superfaturada. E depois ele vai a Londrina, minha cidade. Inaugurar uma obra do Governo? Não. Inaugurar uma obra de uma empresa privada. Na verdade, o Presidente vai ao Paraná na tentativa de construir uma obra. Sabe qual é a obra? O palanque da Dilma Rousseff, a sua candidata à Presidência da República. V. Ex^a está de parabéns, Senador Jayme Campos, pela coragem em denunciar esses equívocos do Governo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador Alvaro. Eu não poderia jamais deixar de vir a esta tribuna e, naturalmente, fazer este alerta ao povo de Mato Grosso, sobretudo ao Poder Executivo que pensam que nós, mato-grossenses, somos totalmente desavisados em relação a fraudes. Entretanto, quero aqui deixar muito claro: não há ninguém que queira mais que esta obra aconteça que o Senador Jayme Campos. Até pela minha história como mato-grossense, como ex-Governador, como Prefeito da minha cidade por três vezes. A obra é importantíssima. Hoje nós temos ali, naquela região, várias empresas de porte, como a Sadia Oeste, que só dentro da indústria, da fábrica, tem 4 mil funcionários. É uma área altamente rica, produtiva; as perspectivas são as melhores. Agora, não podemos concordar na medida em que nem a Ferronorte chegou a Cuiabá e imaginam uma obra de 1.600km, ligando Uruaçu (GO) a Lucas. Isso é sonho, em que pese o Rui Barbosa já dizia: “Ai de nós se não houvesse sonhadores”. E nós sonhamos com o dia em que a Ferronorte chegará a Cuiabá, em que essa ferrovia chegará a Lucas do Rio Verde. Entretanto, acho que o momento é inoportuno, tendo em vista que estamos num momento político nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Por que não se lançou essa obra há um ano, há dois anos? Exatamente agora, há menos de três meses das convenções que vão acontecer no Brasil, é que a Ministra Dilma Rousseff entendeu que essa obra é importante para melhorarmos o transporte de Mato Grosso, que é um dos piores transportes, tendo em vista o que nós pagamos. Lamentavelmente, os nossos custos de transporte são os mais altos do Brasil. Contudo, mesmo assim, nossos produtores, nossos empresá-

rios são competentes e têm demonstrado que, mesmo com esse transporte precário e, sobretudo, oneroso, nós temos ainda sido um Estado que tem produzido e ainda temos sido competitivos, não só no mercado nacional, mas no mercado internacional.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Espero que o Governo Federal reveja sua forma de fazer política, respeitando todos nós, brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Camata.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Primeiro, pela ordem, é o Camata.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com a autorização do Senador Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Só se ele autorizar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para pedir a V. Ex^a... O Senador Camata autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Porque ele já está...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não vou falar, Senador Mão Santa. Quero apenas pedir a V. Ex^a que me inscreva, para que eu possa falar oportunamente como Líder do PSDB. Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Dr^a Cláudia está fazendo. O Senador Camata está usando a palavra como Líder. E agradecemos a compreensão do Inácio Arruda pelo equívoco que houve aqui.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Sr. Presidente, ontem foi um dia melancólico para a Câmara Federal, porque houve um esbulho praticado contra os Estados produtores de petróleo. E um esbulho bem significativo, porque se esbulhou a Constituição do Brasil, se esbulharam os Estados.

Veja V. Ex^a: o Espírito Santo, produtor de petróleo, vai receber menos *royalties* do que 23 Estados não produtores de petróleo. Ninguém acredita nisso e ninguém poderia acreditar. E, lá na hora da discussão, houve um Deputado que disse uma coisa interessante: “A maioria guia, e a minoria chia”. Quer dizer que a Constituição é a legislação dos trogloditas. É a maioria que se impõe, e a minoria que chie, segundo lá o dito do Deputado.

Mas o esbulho não foi contra os Estados produtores, foi em cima da Constituição do Brasil. Por uma lei

ordinária, estão tentando mudar a Constituição. Está escrito no §1º do art. 20 da Constituição Federal:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental [é o caso do Espírito Santo], mar territorial [é o caso do Espírito Santo] ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

O *royalty*, portanto, é uma compensação financeira pela exploração do petróleo, como o Paraná recebe a compensação financeira por Itaipu; como Minas recebe a compensação financeira – e nunca o Espírito Santo e nenhum Estado quis tomar – do produto das Minas Gerais: minas de ouro, minas de diamante, minas de ferro hoje em dia. É um direito dessa exploração.

O Espírito Santo, Sr. Presidente, em consequência do petróleo lá descoberto... E é bom dizer que a Petrobras não está lá porque é boazinha, não. Se não tivesse petróleo, ela nem iria lá. Ela está lá porque tem petróleo e gás. Se não tivesse petróleo e gás, ela não apareceria por lá.

Só a Prefeitura de Vitória precisa de mais de 240 milhões, mais do que ela recebeu de *royalty*, para fazer os novos acessos do aeroporto. A sede da Petrobras, onde vão trabalhar 20 mil funcionários, entupiu, congestionou o trânsito de Vitória. Então, gastam-se recursos para isso. O Governador Paulo Hartung está tendo que fazer agora uma rodovia paralela à BR-101, em consequência do aumento vertiginoso do trânsito de caminhões da Petrobras, porque lá está a produção de 50% do gás de cozinha gasto no Brasil, lá no norte do Estado do Espírito Santo, inaugurado há poucos dias pelo Presidente Lula.

Então, esses gastos é que vêm dos *royalties*, ou que deveriam vir dos *royalties* de petróleo. É uma indenização pelos danos causados.

Eu disse aqui outro dia. Há um amigo meu lá que tem uma fazenda. A Petrobras foi lá, descobriu o petróleo em terra na fazenda dele. Derrubou as cercas, asfaltou a estrada, derrubou currais de gado e colocou aquelas sondas, aqueles cavalos de aço, para tirar petróleo. Pois bem, é lógico que a Petrobras está pagando uma indenização a ele de mais R\$100 mil, porque as vacas não dão mais leite, e tem aquele cheiro de gás – cheiro não, aquele fedor de gás lá. Pagam uma indenização a ele que se chama *royalty*. Ora, é lógico

e justo que ela pague, mas ela vai pagar também ao fazendeiro de Goiás, de Mato Grosso, porque estragou a fazenda lá do Espírito Santo? Não! Tem que pagar onde produziu o dano.

Há um economista norueguês que diz o seguinte: o petróleo é o ouro negro para os economistas. Mas, quando ele vai embora, para os sociólogos, ele é um mijo do capeta. O *royalty* também serve para que o Estado se apodere desses recursos e crie indústrias em torno das zonas de petróleo para, quando o petróleo acabar – e ele é finito –, o Estado possa recompor a sua economia e se afastar desse mijo do capeta do sociólogo norueguês.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) - Então, não se pode, a meu ver – eu não entendo assim –, por uma lei ordinária, revogar um artigo da Constituição. Eu acredito que está errado isso.

Eu espero que o Senado, que é a Casa da conciliação, a Casa da representação, reponha esse direito.

E cito outro exemplo, Excelência: são acidentes da natureza. O Rio Grande do Sul, por exemplo, onde mais chove, tem as melhores terras do Brasil, terras planas, bonitas, produzem mais; o Paraná, muito mais do que o Espírito Santo; mas nós não estamos querendo cobrar *royalties* deles porque eles têm terras melhores do que a do Nordeste, porque senão deveriam o Paraná e o Rio Grande do Sul pagar *royalties* ao Piauí, cujas terras são mais áridas e mais secas. É um acidente da natureza, eles ficaram com a terra melhor.

O Nordeste tem as mais belas praias, maravilhosas, lindas, enquanto, às vezes, no Espírito Santo chove demais, no sul chove demais. Ninguém está querendo cobrar *royalties* do Nordeste ou pedir ao Nordeste que mande as suas águas cálidas, quentes do mar para o mar frio do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. É um acidente da natureza, ele se beneficiou disso. O turismo europeu está todo lá.

Agora, terá que pagar *royalties* ao Espírito Santo e ao Rio Grande do Sul porque os turistas vão mais ao Nordeste, e menos ao Rio Grande do Sul e menos ao Espírito Santo? São acidentes da natureza.

Minas Gerais é o maior produtor de minério de ferro do mundo. O Espírito Santo nunca quis cobrar *royalties* de Minas. Um acidente da natureza, uma bondade de Deus, que botou o minério de ferro todo lá em Minas, e o Estado recebe *royalties* por isso.

Então, Sr. Presidente, são acidentes. Não se pode agora sugar, explorar e acabar com a Constituição brasileira com um artigo, não permitindo que o Estado, o

produtor, seja o 23º na lista de recebimento de *royalties* e fique com o ônus, com a poluição.

Há pouco tempo, no verão agora, estourou um duto da Petrobras. A praia se encheu de petróleo, todas as reservas de hotéis feitas para aquela praia foram canceladas em consequência. Agora, não podemos indenizar hotel em Mato Grosso, hotel no Piauí, hotel no Ceará, porque hotel no Espírito Santo perdeu a sua freguesia em consequência do rompimento de um duto.

Por isso, existe o *royalty*. O *royalty* não é tributo, o *royalty* não é imposto; o *royalty* – está definido na Constituição – é uma indenização pelos danos causados ou um prêmio pelo acidente da natureza.

Vou repetir: revogaram ontem um artigo da Constituição:

Art. 20.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, como compensação financeira por essa exploração.

Não é um tributo, não é um imposto. Está escrito na Constituição Federal que é uma compensação financeira pela exploração.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Concede...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) - Pelo Regimento, Senador, não posso conceder aparte a V. Ex^a, pois já estou falando por uma generosidade da Mesa, mas agradeço a sua intenção. Sei que V. Ex^a, Senador Magno Malta, pensa como eu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Mas a Mesa será generosa comigo também. Senador Mão Santa, dê-me um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aí é pela ordem, porque ele não deu um aparte. Agora é...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos. A ordem está ali, na bandeira. Ele já tinha cedido ao Camata, na sua tolerância...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – A Bíblia diz que há momentos em que a graça tem de ser maior que a lei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois é. E ele...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Este é o momento da graça. O Senador Inácio Arruda, que conhece muito bem isso, que cresceu militando na luta das minorias, sabe bem que a graça se sobrepõe à lei em alguns momentos. Eu queria fazer um registro, se V. Ex^a me conceder a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas, aí, a graça ele vai estar multiplicando, porque ele já tinha dado a graça para o Camata. Mas é negócio de Espírito Santo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem.) – Presidente, faça uma graça comigo então.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas negócio de Espírito Santo tem muita graça. Espírito Santo, então, use da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós já passamos mais de um minuto só na graça.

Senador Inácio, o Senador Gerson Camata é regimentalista, ele disse a mim. Eu gostaria muito de apartear-lo, mas eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, até porque o calo que está doendo é o nosso. Nós temos o passivo ambiental conosco. Toda a degradação, ao longo desses anos, ficou conosco; fica conosco, com o Rio, com São Paulo.

O Presidente Lula teve uma fala com o Governador Paulo Hartung, e eu nunca tive o Presidente Lula como mentiroso ou como um homem que voltasse atrás na sua fala. Por isso, não acredito que vá sobreviver essa emenda Ibsen Pinheiro, que é oportunista, irresponsável, eleitoreira, para fazer graça para o povo dos Estados.

Então, nós agora que produzimos, que ficamos com o passivo ambiental, vamos ficar atrás de mais de vinte Municípios. Os Municípios do nosso Estado serão quebrados. Nós vamos ficar com a degradação, e já estamos, porque lá no Espírito Santo já começou a perfuração do pré-sal. Discutir o futuro é plausível, é compreensível, mas tentar destruir o presente e o passado é minimamente irresponsável.

Senador Inácio Arruda, Senador Presidente, o Presidente Lula se comprometeu com o Governador do Rio e de São Paulo e do meu Estado, o Governador Paulo Hartung, e eu não entendo o Presidente Lula como um homem de duas palavras, mentiroso. Por isso, eu espero que ele mantenha a palavra dele, porque nós temos que tomar algumas atitudes, ou o Estado do Espírito Santo ou a vontade do Governo. Eu fico com o Estado do Espírito Santo. Por quê? Porque não há demérito em ser base de Governo e ser governista. Demérito é ser subserviente, e subserviente

eu não sou. Em nome dos interesses do povo do Estado do Espírito Santo, posso começar a votar contra o Governo, tomar posição contra o Governo, porque eu vim aqui para representar aquele povo, e não interesses segundo os quais o meu Estado, degradado, ficará com o passivo.

O meu Estado, agora que é produtor, ficará atrás de quem? De mais de vinte Estados da Federação. Isso é minimamente irresponsável.

Vamos contar com o bom senso dos Senadores, vamos contar com o bom senso de todos os Estados, porque senão vamos ter que dividir as riquezas minerais do País inteiro, de maneira igual, entre todos, como bem colocou o Senador que me antecedeu.

Senador Inácio Arruda, muito obrigado pela sua generosidade.

Obrigado, Senador-Presidente. O senhor não teve muita graça comigo, não, mas obrigado assim mesmo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero que vamos discutir, com a tranquilidade e a firmeza necessárias, as matérias relativas à questão do pré-sal no nosso País. São mudanças significativas que vão precisar da serenidade do Senado Federal para analisá-las. É justo que os Estados que hoje produzem mais reivindiquem, mas é justo que compreendamos que esse recurso pertence à União Federal e que o Ceará, o Piauí e o Maranhão têm direito, sim, a serem beneficiados diretamente por essa riqueza extraordinária.

Mas quero falar, Sr. Presidente, de outra riqueza, uma riqueza do Nordeste brasileiro. Ainda no Governo de Getúlio Vargas,...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – ...houve a constituição e a construção, por meio das mãos de Rômulo de Almeida, do Banco do Nordeste do Brasil, o BNB. Essa instituição – claro – sofreu revezes. Em horas, foi centro da formação da capacitação dos principais profissionais e dos quadros nordestinos e o maior indutor do desenvolvimento da nossa região. Foi parceira íntima da Sudene com o programa do Finor, de financiamento do Nordeste (Sudene e BNB) e seu agente financeiro central. Continua cumprindo esse grande papel.

Agora, o BNB sai de uma situação limitada que estava até o final do Governo anterior, do Senhor Fernando Henrique Cardoso, em que ficou amarrado, sem conseguir cumprir função de desenvolvimento, que é a razão de sua existência. O banco estava tolhido, sem perspectivas, tendo de demitir seu quadro de

peçoal. Gente muito capacitada e preparada entrou naquela onda do PDV, causando estragos a centenas de famílias de servidores. Mas o quadro atual é totalmente diferente.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a acolha na íntegra o teor do pronunciamento que preparei para esta tarde de votação do PLV n^o 470, da Medida Provisória 470, que é muito importante para nós, porque trata da capitalização da Caixa Econômica em R\$6 bilhões e, ao mesmo tempo, do Banco do Nordeste do Brasil em R\$1 bilhão.

É claro que deveria ser maior essa quantia. Caberia no mínimo R\$2 bilhões de capitalização do banco para permitir que ele opere com mais facilidades, em melhores condições, diante da demanda da situação, digamos assim, ótima que vive o Brasil, o que permitiria ao banco cumprir a sua função de ser o indutor do desenvolvimento na região Nordeste.

E, Sr. Presidente, cito assim algumas informações rápidas, para nossa compreensão e a de quem nos acompanha pelo Brasil inteiro. O banco encerrou 2002 com R\$1,4 bilhão de créditos contratados. Em 2008, foram R\$13,3 bilhões. E só no primeiro semestre de 2009 foram R\$8,4 bilhões, alcançando, em 2009, quase R\$20 bilhões. Isso é uma conquista para nossa região.

Alguns Estados realizam investimentos e contratam investimentos em volumes muito maiores – só um Estado da Federação. Mas a região toda do Nordeste considerou esse dado mais do que alvissareiro: alcançar R\$20 bilhões de crédito contratado com o Banco do Nordeste do Brasil. Uma conquista nossa, do Nordeste.

Entre os empreendimentos para os quais nós estamos contribuindo com financiamento direto está uma obra importantíssima, obra nacional, obra do Nordeste, mas nacional, que é a construção da Transnordestina, uma via de bitola mais promissora para a velocidade de trens mais modernos, para aumentar a velocidade do escoamento da nossa produção, na nossa região, que liga o Piauí, o Ceará, o Porto de Pecém, até o Porto de Suape, em Pernambuco. E a sua segunda etapa ligará o Porto de Aratu com o Nordeste inteiro, na Bahia, e ligará o Nordeste com a Norte-Sul, numa conquista nacional. Então, esse empreendimento é financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil. O que nós estamos financiando com os recursos do Banco do Nordeste não é o desenvolvimento pura e simplesmente da Região Nordeste; nós estamos financiando o desenvolvimento do Brasil, da Nação brasileira, obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que, em sua segunda versão, vai acolher muitos empreendimentos no Nordeste e que precisam de um banco capitalizado

capaz de responder a essas exigências da atualidade, de um banco preparado para o desenvolvimento, de um banco preparado para responder às necessidades do povo da região.

Só para se ter ideia do que significa o que temos em carteira no Banco do Nordeste, as possibilidades, para a gente imaginar: nós temos ali já analisados, examinados, algo em torno de 4,9 bilhões de reais. Nós podemos chegar a 9 milhões de demanda, de projetos que estão ali sendo analisados pelo Banco do Nordeste do Brasil, de empresas pequenas, de empresas médias, até empresas grandes que querem investir na nossa região, de empresas da região que querem crescer, que querem sair de médias para grandes. O que isso significa para o povo? Isso atende às empresas, isso atende ao empresariado, mas nós atendemos à geração de empregos na nossa região. Empregos diretos, com o que se tem hoje aprovado em carteira; não é com a perspectiva, com o possível, é o que já tem analisado. São 56.164 novos postos de trabalho na nossa região. E, indiretamente, esses empregos geram mais 114.375 novos postos de trabalho no Nordeste brasileiro. Isso é significativo. Isso não é significativo, isso é muito significativo.

Por isso, Sr. Presidente, nós solicitamos a todas as lideranças, todos os Líderes: não se trata da base do Governo, trata-se do Brasil, trata-se do Nordeste brasileiro, trata-se dos nossos Estados, trata-se de que, nesta questão da capitalização destas duas instituições financeiras, Caixa Econômica por um lado e Banco do Nordeste por outro, não se coloque o debate em termos de base e oposição, porque não é efetivamente a questão. Aqui se trata de gerar empregos no Nordeste brasileiro. Trata-se de desenvolver o Brasil. E desenvolver o Brasil não é uma questão de Situação e Oposição. Tem o Brasil.

Penso nesses termos, sem deixar de considerar alterações que já examinei na medida provisória. São substanciais e considero que todas são justas. Não há nenhuma injustiça praticada pela relatoria do Senador Gim Argello. Mas considero que o fundamental é garantirmos a capitalização da Caixa Econômica e especialmente essa instituição cara a todos nós nordestinos e que se alarga...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) *(fora do microfone)* – Só mais um minuto, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Quantos minutos V. Ex^a necessita?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) *(fora do microfone)* – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, quantos minutos V. Ex^a quiser, eu darei...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) (*fora do microfone*) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É pouco, dou três.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, essa instituição se alarga pelo Brasil. Veja que o Banco do Nordeste atende a Minas Gerais e ao Espírito Santo. Então, quando os mineiros ou especialmente os capixabas reclamarem aqui dos *royal-*

ties do petróleo, lembrem-se que o Banco do Nordeste financia empreendimentos do Espírito Santo, de Minas Gerais, alargando a sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO

Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno

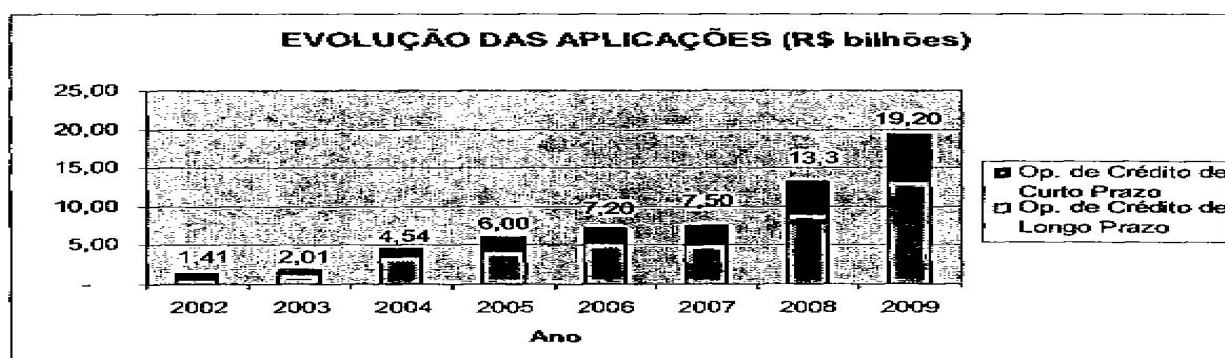
CAPITALIZAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

1) ÁREA DE ATUAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) tem atuado como principal agente financeiro federal de financiamento na sua área de atuação, que compreende, além de toda a região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, o que representa uma área de 1.775,4 mil km², sendo 974,4 mil km² localizados no semiárido.

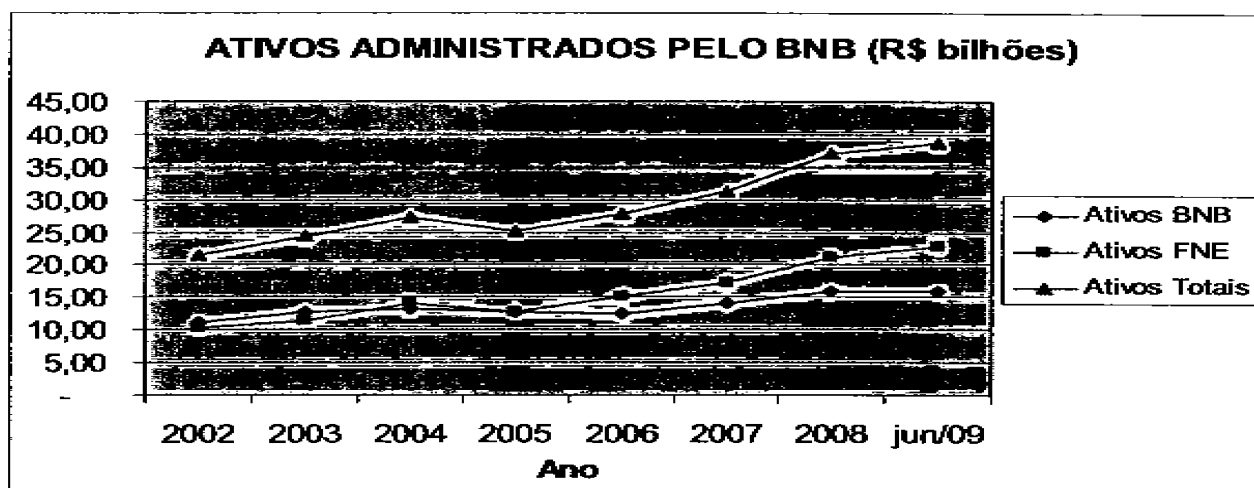
2) EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES

Dando cumprimento ao seu papel de agente financiador e promotor do desenvolvimento econômico sustentável, as operações de crédito contratadas a cada ano pelo BNB, na sua área de atuação, passaram de R\$ 1,4 bilhão, em 2002, para R\$ 13,3 bilhões, em 2008, o que corresponde a um crescimento acumulado da ordem de 842%. No primeiro semestre do ano corrente, o BNB contratou R\$ 8,4 bilhões, o que representa uma expansão de 40,5% em relação ao primeiro semestre de 2008. No gráfico a seguir, pode ser observado o crescimento anual das aplicações realizadas no curto e no longo prazo, assim como o valor total previsto a ser aplicado até dezembro de 2009.



3) ATIVOS ADMINISTRADOS

Nesse contexto de expansão das operações de crédito contratadas pelo BNB, os ativos totais sob sua administração saltaram de R\$ 21,4 bilhões, em 2002 (R\$ 11 bilhões de ativos do BNB e R\$ 10,4 bilhões de ativo do FNE), para R\$ 38,7 bilhões, em junho de 2009 (R\$ 16 bilhões de ativo do BNB e R\$ 22,7 bilhões de ativos do FNE). O gráfico a seguir demonstra a expansão dos ativos administrados pelo BNB.



Ressalte-se que, o crescimento do Banco se deu tanto no saldo de operações de curto como no saldo de operações de longo prazo. O saldo das operações de curto prazo atingiu R\$ 4,7 bilhões em agosto de 2009, enquanto que o saldo das operações longo prazo atingiu R\$ 29,5 bilhões na mesma posição.

4) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Banco evoluiu de R\$ 1.170 milhões, em 2002, para R\$ 1.909 milhões, em junho de 2009, o que representa, no período, um crescimento de 63%. Esse período também foi acompanhado pela evolução do resultado líquido do Banco, que saltou de R\$ 160 milhões, em

2002, para R\$ 421 milhões em 2008. Cumpre observar que no primeiro semestre de 2009 o Banco obteve um lucro líquido de R\$ 133 milhões.

Destaque-se que, de 2003 a junho de 2009, foi distribuído aos acionistas do Banco, a título de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, o montante de R\$ 567,8 milhões.

Também é importante mencionar que, no período de 2003 a junho de 2009, o Banco teve dispêndio da ordem de R\$ 1,3 bilhão para sanear os passivos judiciais referentes a questões previdenciárias e fiscais, as quais foram geradas pela administração anterior.

5) LIMITE OPERACIONAL

O Banco Central do Brasil, alinhado às definições do Acordo de Basiléia, define os limites operacionais para as Instituições Financeiras (I.F's) operarem. Esse limite, de acordo com as diretrizes normativas vigentes em junho de 2009, requer um indicador de adequação de capital, representado pela relação entre o Patrimônio de Referência Exigido (PR) de uma I.F. e o total dos riscos assumidos em suas operações ativas, mínimo de 11%. Abaixo desse limite, não é possível as I.F's operarem.

O índice de adequação de capital do BNB, em junho de 2002, era de 16,82%, e havia um Patrimônio de Referência de R\$ 1,05 bilhão, situação essa que lhe permitiu continuar realizando operações ativas mediante financiamento de investimentos produtivos em sua área de atuação nos anos seguintes. Com o crescimento de suas aplicações, o indicador de adequação de capital foi se ajustando, de modo que, em junho de 2009, atingiu o patamar de 11,32%, com um Patrimônio de Referência da ordem

de R\$ 1,9 bilhão, portanto, muito próximo do limite mínimo exigido para as I.F's operarem.

Como paliativo, o Banco contratou dívida subordinada junto ao FNE, no valor de R\$ 600 milhões, o que fez com que o índice de Basileia passasse de 11,32%, em junho/2009, para 13,50%, em agosto/2009. Mesmo admitindo-se a contratação de nova dívida subordinada, dessa feita em torno de R\$ 400 milhões (máximo permitido), estima-se que o índice novamente atingiria o limite mínimo antes do final de 2010. Dessa forma, estaria o Banco, a partir daí, impossibilitado de continuar as suas aplicações em operações de crédito.

6) DEMANDA DE FINANCIAMENTOS

Atualmente existe uma demanda por crédito no BNB, representada pelas propostas em tramitação, da ordem de R\$ 9 bilhões. Desse montante, vale destacar, cerca de R\$ 4,4 bilhões serão destinados a investimentos contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É importante destacar, ainda, que as propostas de investimentos em carteira, no BNB, no valor retromencionado, prevêem a geração direta de 56.164 postos de trabalho e, indiretamente, estima-se a geração de 114.375 postos de trabalho.

7) NECESSIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DO BNB VIA INSTRUMENTO HÍBRIDO DE CAPITAL E DÍVIDA

Para dar continuidade ao cumprimento de sua missão que é de “atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional” e continuar atendendo à crescente demanda por crédito na Região, há a necessidade de se superar a limitação operacional do BNB, definida pelo índice de adequação do capital que se revela insuficiente.

Portanto, mostra-se indispensável a sua imediata capitalização, por meio de instrumentos híbridos de capital e dívida, da ordem de R\$ 1.000.000.000,00 (1 bilhão de reais), o que elevaria, o índice de Basileia do BNB para os níveis da média do mercado bancário nacional (17 a 18%).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após palavras brilhantes desse representante do Ceará, Inácio Arruda, do PCdoB, convidamos para usar da palavra... Seria uma Liderança, seria eu, mas cedo para V. Ex^a.

Agora queria com muito orgulho e honra anunciar a presença de dois líderes extraordinários do grandioso Estado do Piauí: o Prefeito de Novo Santo Antônio, Clóvis Vieira – Novo Santo Antônio foi uma das 78 cidades que Deus me permitiu criar no Piauí –, e o Vereador José Filho, que é Presidente da Associação de Vereadores do nosso Piauí e candidato a Deputado Estadual, com perspectivas invejáveis.

Queria convidar também o César Borges, um baiano que tem interesses no Piauí, um grande empreendedor, vai receber o título da Câmara Municipal de Salvador, e eu fui convidado pelas lideranças políticas do sul do Estado, onde ele faz altos investimentos. Quinta-feira estarei na Bahia, não é do Senhor do Bonfim, mas é de César Borges.

Então, convidamos para usar da palavra, por cessão minha, agradeço a Deus esta oportunidade, para que use da palavra o Senador AD.

César Borges, você se lembra do ACM? Do JK? Eu quero ver quando é CB, porque AD. Tenho recebido *e-mail*, mas não entendi: “o AD gostou, o AD não gostou, você contrariou o AD”.

Aí que eu fui entender: é Senador Alvaro Dias. Então, ele já entrou no rol daqueles políticos importantes que atendem por sigla: JK, CMS e lá agora tem o AD, Senador do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, houve um tempo em que a visita de um Presidente da República a qualquer Estado da Federação se transformava em um grande acontecimento, gerava enorme expectativa. Certamente, a expectativa mais importante era referente àquilo que poderia significar de benefício ao Estado a visita do Presidente da República. Hoje é diferente. Na era Lula, houve a banalização das viagens do Presidente e, quando o Presidente anuncia sua visita a qualquer Estado da Federação, não há nenhuma emoção, não há nenhuma esperança de que fatos supervenientes possam vir a ocorrer.

Amanhã, o Presidente Lula mais uma vez estará no Paraná. Já esteve lá por diversas vezes. Não vi nenhuma obra importante inaugurada por ele no meu Estado. Não vi também nenhum ato inaugural que pudesse ensejar a expectativa de uma grande obra futura. O Governo do anúncio vai chegando ao final, e nós não

temos esperança de que, pelo menos no meu Estado, obras importantes possam ser inauguradas.

Nesta visita, o Presidente estará em Araucária, cidade da região metropolitana de Curitiba, onde a Petrobrás tem a refinaria Getúlio Vargas. Obras de ampliação da refinaria Getúlio Vargas estão sendo executadas. O Tribunal de Contas da União identificou superfaturamento. O Congresso Nacional, quando aprovou o Orçamento da União, aprovou dispositivo impedindo o repasse de recursos a essa obra, bem como a outras, em razão do superfaturamento. Uma medida que tem a ver com a moralização da atividade pública e a correção na aplicação do dinheiro público. O Presidente da República vetou. Diz o Presidente que obra, mesmo superfaturada, não pode ficar paralisada. Afirma ele ser prejudicial a paralisação de uma obra. Se há prejuízo na paralisação de uma obra superfaturada, imaginem, brasileiros, o prejuízo que há na execução de uma obra superfaturada. E, olha, o que se vê é um superfaturamento gigantesco em muitas obras, especialmente da Petrobras.

Eu tenho me referido sempre à refinaria Abreu e Lima, de Pernambuco, cuja CPI, a CPI da Petrobras, aqui instalada, nada concluiu – porque nos retiramos dela para não compactuar com a farsa e encaminhamos 18 representações ao Ministério Público. Em uma dessas representações, estimamos que o superfaturamento nessa refinaria de Pernambuco chegará a cerca de 2 bilhões de dólares. Talvez seja esse um superfaturamento histórico, sem precedentes.

Não há parâmetros de comparação. Os técnicos que colaboraram com a Oposição na CPI investigaram obras do gênero em todo o mundo e não encontraram parâmetro para comparação, já que esse megasuperfaturamento é inusitado na história de obras do nosso País.

Essa refinaria Getúlio Vargas, que já existe no Paraná, está a receber recursos, em que pese ao Tribunal de Contas ter denunciado o superfaturamento, e o Congresso Nacional, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas, ter incluído no orçamento um item que impedia o Executivo de autorizar o repasse de recursos para a realização das obras.

Lá estará o Presidente festejando o superfaturamento, na consagração da imoralidade administrativa. Um péssimo exemplo. O destaque da visita do Presidente da República fica para o superfaturamento da obra, fica para a afronta ao Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo, fica para a cumplicidade com o erro, fica para a conivência com a corrupção, institucionalizando a impunidade que estimula a corrupção no País, que faz do Brasil um dos países mais corruptos do mundo.

Esta é a realidade.

O Presidente, depois, vai a Londrina, minha cidade. Londrina não tem nenhuma obra do Governo Federal a ser inaugurada. O Presidente não estará em Londrina inaugurando uma obra pública. Ele vai à capital mundial do café para inaugurar uma obra privada, uma empresa privada que se instala em Londrina.

Portanto, qual é o objetivo, qual é a prioridade do Presidente nesta viagem ao Paraná? É o mesmo que o leva em tantas viagens pelo País afora. O objetivo, eu disse em aparte ao Senador Jayme Campos, é outra obra: o palanque da candidatura Dilma à Presidência da República. Essa é a principal preocupação do Presidente Lula nesta sua viagem ao Paraná. Como foi ao Rio Janeiro.

A festa realizada no Dia Internacional da Mulher e que reuniu 6 mil pessoas no Rio de Janeiro, oferecida pelo Governo Federal, transformou-se em comício a favor da candidatura oficial. Benedita da Silva, Secretária Estadual de Assistência Social, pediu votos, abertamente, à sua candidata à Presidência da República. As peças publicitárias distribuídas, como a fotografia do jornal O Globo mostra, eram peças publicitárias de campanha eleitoral. O *jingle* cantado na ocasião era um *jingle* da campanha eleitoral. Portanto, foi um espetáculo à ilegalidade. A festa da afronta à legislação eleitoral no País. O desrespeito ao Tribunal Superior Eleitoral. A procuradora encaminhou a Brasília os elementos necessários para que o TSE possa adotar as providências que a lei exige. O que se espera é a implacabilidade das decisões da Justiça; que sejam exemplares, porque estamos no limiar do processo eleitoral. E se não houver rigor na aplicação da lei, estaremos estabelecendo a baderna eleitoral num ano tão importante para o País, um ano em que população terá que decidir sobre o seu futuro depois de oito anos de governo do Presidente Lula.

Portanto, à Oposição cabe a representação. A providência foi adotada pela Oposição. A Justiça Eleitoral só age provocada. A Oposição realizou a provocação.

Esperamos que a decisão seja em nome da legalidade, e, sobretudo, com o objetivo de moralizar o processo eleitoral. Nós estamos vivendo um tempo em que a indignação nacional latente coloca o conceito dos políticos, dos Partidos e das instituições públicas brasileiras no chão. Temos de trabalhar para recuperar conceito e credibilidade; e, certamente, o respeito à lei é uma condição preliminar para a busca da credibilidade perdida.

Eu espero, Sr. Presidente, que as representações formuladas pela Oposição relativamente ao desrespeito eleitoral no País possam encontrar como consequência

a punição mais rigorosa possível, para que a exemplaridade prevaleça e se evite este desrespeito reiterado à legislação e ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP) – Com a palavra, o Senador César Borges, como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, felizmente, as visitas do Presidente Lula ao Estado da Bahia – eu tenho acompanhado algumas dessas visitas – têm se traduzido realmente em benefícios para o meu Estado.

Eu, ainda nesta semana, desta tribuna, falava do projeto de irrigação na Bahia, na cidade de Juazeiro, o Projeto Salitre, um sonho antigo do povo daquela região e que, na sexta-feira passada, foi inaugurado na sua primeira etapa de cinco mil hectares.

O Presidente Lula, provavelmente, voltará à Bahia ainda neste mês de março. Pelo menos tem sido anunciado assim. E para quê? Qual a razão da presença do Presidente Lula no Estado ainda? Em primeiro lugar, fala-se da inauguração do Gasene, Gasoduto do Nordeste Brasileiro.

Eu vim a esta tribuna, nesses últimos anos, tantas vezes, reclamar por essa obra e tive a oportunidade, há pouco mais de um ano, de estar com o Presidente Lula no lançamento desse empreendimento no Município de Catu, no Estado da Bahia, próximo à Região Metropolitana de Salvador. Foi lançado esse importante projeto, um investimento de mais de dois bilhões de reais para a construção dessa obra, que é um gasoduto que liga o Sudeste ao Nordeste brasileiro, trazendo autonomia necessária ao desenvolvimento industrial do Estado da Bahia. Era uma obra sonhada há muitos anos e que agora, por intermédio da Petrobras, está se transformando numa realidade. Já está praticamente concluída. Teve o seu início e rapidamente foi executada uma obra de complexidade, do ponto de vista de engenharia, muito grande. E isso nos leva a ter agora autossuficiência do gás: estamos ligados ao gás proveniente da Bolívia e dos grandes campos recém-descobertos na região de Santos, nas regiões do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ligando o Sudeste ao Nordeste, Senador João Tenório, nós vamos ter autossuficiência. E, quando digo *nós*, não é apenas a Bahia, mas todo o Nordeste brasileiro, que já está interligado, de Catu, na Bahia, até Fortaleza

– e que precisa ser duplicado também. É uma etapa posterior, porque teremos gás suficiente agora para fazer essa duplicação.

Então, é também algo a ser festejado e eu sinto, como baiano, que é um momento importante para o futuro da industrialização do nosso Estado.

Mas o Senador João Tenório, cujo nome eu referi, pede um aparte, que eu concedo com muita alegria.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Nobre Senador César Borges, não precisava dizer que V. Ex^a tem como preocupação e como atenção especial o Nordeste como um todo. Os baianos, de modo geral, têm esse comportamento. Eles sempre pensam na região como um todo e se comportam dessa maneira. E V. Ex^a, em particular, tem tido essa postura durante todo esse tempo em que aqui tenho estado. E tem sido esse exatamente o seu procedimento e a sua postura. Eu acho que o Nordeste só tem a ganhar com todo esse benefício que V. Ex^a cita. É uma Região carente de tudo. A grande verdade é esta: nós somos carentes. Só não somos carentes de boa vontade: vontade de realizar e vontade de trabalhar. Mas as coisas não são fáceis para o Nordeste. Nós estamos vivendo já pelo menos dez ou doze anos sem políticas públicas para diminuir essas desigualdades regionais que tanto afetam a vida do País como um todo e particularmente do nosso Nordeste. E não é este Governo nem aquele ou aquele outro. As políticas, digamos assim, públicas para atenuar as desigualdades regionais no País foram rasgadas completamente. Não estão mais na agenda, não é? E, quando V. Ex^a vem à tribuna exatamente registrar esse fato, que é auspicioso para a nossa Região, eu tenho certeza de que V. Ex^a o faz com o coração cheio de alegria. E tenho certeza, também, de que V. Ex^a deu uma contribuição muito grande para que esse fato acontecesse.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador João Tenório. V. Ex^a frisou muito bem: eu defendo uma política pública de incentivos para que o Nordeste possa acelerar o seu crescimento de forma rápida e constante e não fique apenas esperando grandes projetos. Por exemplo, agora existe o grande projeto da Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, que demandou 13 bilhões de recursos do BNDES.

Então, Pernambuco deu um salto agora com relação à refinaria. Nada mais justo. Porque a única refinaria do Nordeste instalada está em Salvador, ou melhor, na região metropolitana, na cidade Madre de Deus, não em Salvador, mas na Bahia, e já foi ampliada diversas vezes.

Agora, o Nordeste reivindicava e está sendo implantada a nova refinaria.

Então, o BNDES este ano, para Pernambuco, aplicou 13 bilhões. Para a Bahia, três e pouco. Mas, quando a Ford foi para a Bahia, o BNDES aplicou recurso ali de forma majoritária para o meu Estado.

Mas o que eu digo sempre é que vivemos atrás de um grande projeto. E nós não devemos estar apenas atrás de grandes projetos; devemos estar atrás de projetos permanentes para o desenvolvimento do Nordeste. Acho que essa política pública é uma cobrança que fazemos a vários governos e queremos ainda ver um governo que diga que tem uma política específica para o Nordeste brasileiro, como houve no período de Juscelino Kubitschek com a Sudene.

Entretanto, quando uma grande obra, que é uma demanda antiga de uma Região, é realizada, temos de aplaudir e comemorar, como é o caso agora do Gasene. Sem sombra de dúvida, o Gasene, inicialmente, vai permitir um desenvolvimento industrial do meu Estado, a Bahia, mas, depois, de todos os Estados do Nordeste, que estão interligados. Ele vai permitir a duplicação do gasoduto que existe da Bahia até o Ceará. Então, temos de comemorar. São conquistas que vão alavancar o desenvolvimento do Nordeste, dos nossos Estados.

Eu queria falar também que, provavelmente, o Presidente Lula estará na Bahia para uma outra grande inauguração: mais uma ponte sobre o rio São Francisco. Essa ponte já era sonhada por muitos anos. Inclusive, quando eu fui Governador, já trabalhávamos nessa ponte. O Estado foi parceiro da União para a realização dessa ponte sobre o rio São Francisco. A ponte liga a cidade de Malhada à cidade de Carinhanha, no sul do Estado da Bahia, próxima à divisa com Minas Gerais. A ponte ficou pronta. Depois, não tínhamos acesso. E os acessos foram construídos. Isso foi graças à determinação do Ministério do Transportes, que tem à frente o Ministro Alfredo Nascimento.

Sr. Presidente, é mais uma obra do atual Governo que temos de comemorar. Obras que estavam incompletas durante muitos anos estão sendo concluídas. Para a Bahia, ela é muito importante porque faz a ligação da BR-030, uma estrada com que nós sonhamos há muitos e muitos anos, desde quando houve aqui Parlamentares como Vasco Filho, Vasco Neto, que foi diretor da Escola Politécnica, onde estudei engenharia, que procurava integrar todo o País por essas rodovias como a BR-030, que era a ligação de Brasília até o Porto de Maráú, no Estado da Bahia, e que até hoje, lamentavelmente, não foi concluída. Então, nós estamos dando mais um passo com a conclusão dessa ponte, que estará sendo entregue ao público baiano de todos os outros Estados, ligando a cidade de Malhada a Carinhanha, ligando a BR-030.

Por outro lado, também, estamos às vésperas de aprovar a Medida Provisória nº 471. Espero que seja hoje ainda – o Presidente Sarney já está próximo à Ordem do Dia – que nós possamos aprovar essa MP, que permite a continuidade dos investimentos do complexo automobilístico do Nordeste, que é o da indústria montadora Ford, na Bahia, mas que beneficia todo o Nordeste brasileiro. Nós gostaríamos de ver aprovada essa matéria muito rapidamente, se possível na tarde hoje, para que, até 2015, esses benefícios permitam inversões de mais de R\$4 bilhões, não só no Estado da Bahia, mas também no Estado do Ceará e no Estado de São Paulo, porque esse é o compromisso da empresa.

Então nós temos que comemorar esses avanços que estão sendo dados em relação ao desenvolvimento do Nordeste. E reafirmo: a presença do Presidente da República, para qualquer Estado, é muito importante, porque ele vai sempre levando algo que significa a conclusão ou o início de uma obra importante. Lá na Bahia, espero que o Presidente Lula possa estar este mês ainda, para fazer a inauguração dessas duas importantes obras para o meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador José Sarney, Senador Mão Santa, Senadores e Senadoras, quero falar um pouco, no dia de hoje, sobre a crise econômica que atinge inúmeros países da União Europeia.

Não há dúvida de que as manchetes dos grandes jornais sobre economia falando da União Europeia têm sido motivo de preocupação em todo o mundo, especialmente pelo temor de que uma nova crise afete a economia global.

Segundo dados da Agência Europeia de Estatística, Eurostat, a União Europeia acusou, em 2009, uma redução do PIB de 4,1% em relação a 2008. Países como Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia têm atraído a atenção do resto do mundo. Há uma desconfiança de que o problema possa crescer na Europa e tomar dimensões incontroláveis.

Sr. Presidente, a Espanha enfrenta uma taxa de 19% de desemprego, um recorde se comparado com outros países europeus, que ficaram com taxa em torno de 9%. O déficit público passou de 4% para 11% do PIB. Os espanhóis entraram em recessão no fim de 2008, sob o impacto da crise financeira internacional e da explosão da bolha imobiliária, e ainda não conseguiram retomar o crescimento.

A previsão para Portugal neste ano é que os gastos públicos diminuam, haja vista que o déficit orçamentário se aproxima dos 8% e a taxa de desemprego está em torno de 10%. A intenção do Governo português é reduzir o déficit abaixo de 3% do PIB, percentual indicado pela União Europeia.

A Irlanda, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, que chegou a ser considerada um exemplo de crescimento econômico, tem se esforçado para conter seu déficit orçamental e lidar com o forte aumento do desemprego, especialmente após o colapso do mercado imobiliário. O país tem adotado algumas políticas anticrise e as iniciou cortando gastos nos salários. Segundo especialistas, foi o único país a convencer o mercado de que seu plano para cortar o déficit merece credibilidade.

Segundo análises econômicas, o maior problema está na Grécia, visto que o país deve 100% do PIB e que tem 12,7% de déficit público. O próprio governo disse estar com os cofres zerados e pleiteia empréstimos no montante de €27 bilhões. A grande dificuldade será encontrar quem financie os gregos com um risco tão alto naquele país.

A União Europeia tem tentado equalizar a crise mediante repasse de recursos para os países em difícil situação econômica.

A Alemanha, que possui a maior economia da Europa e goza até de uma certa estabilidade, também tem demonstrado enorme preocupação, especialmente porque o Estado oferece ao cidadão serviços públicos de qualidade.

Os alemães, infelizmente, amargaram uma contração de 5% no seu PIB agora em 2009, apontando para um crescimento nulo no quarto trimestre. Segundo projeções do próprio Fundo Monetário Internacional, o PIB da Alemanha crescerá, em 2010, somente 1,5%, indicando o retorno à estabilidade e ao crescimento econômico só a longo prazo.

A Alemanha vem estudando um plano em parceria com outros países da União Europeia para oferecer à Grécia e aos demais membros em dificuldade na zona do euro. A ideia é acalmar o mercado.

Como pano de fundo dessa crise, a discussão europeia gira em torno da unificação da moeda e do engessamento da política fiscal entre países com tantas diferenças econômicas.

Diante desse panorama, os países do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – tendem a puxar os números positivos da economia mundial. Sr. Presidente, como é bom ver que, quando tantos países do Continente Europeu se encontram com uma série de dificuldades, o Brasil está entre aqueles que podem apontar caminhos para recuperar a economia mundial.

A preocupação é com as incertezas que a crise desses países poderá gerar no resto do mundo.

Apesar de termos superado a crise anterior com uma pequena redução do crescimento econômico, é preciso ficar atento aos rumos do mercado internacional.

Acredito, acima de tudo, que os aumentos de salários nos últimos anos, especialmente do salário mínimo, e as desonerações de determinados setores, ajudou muito o nosso País durante a crise, mantendo o mercado interno aquecido.

Entendo também que apenas o mercado de consumo não conseguiria manter a dinâmica da economia necessária. É preciso investimento em infraestrutura, dar continuidade à política de crescimento, aumento do salário mínimo, valorização das aposentadorias e pensões, bombar, injetar, fortalecer o PAC I, o PAC II, principalmente produzindo o maquinário para investimento aqui, no parque nacional.

Segundo especialistas em mercado de ações, quase meio bilhão de reais já saiu do Brasil na primeira semana de fevereiro, registrando um saldo que pode chegar a R\$ 2,5 bilhões em 2010.

Acredito, enfim, Sr. Presidente, na política econômica comandada pelo Presidente Lula e na capacidade de superação do nosso empresariado, como também dos trabalhadores deste País, mas entendo que o Congresso Nacional pode contribuir com esse debate.

Temos uma pauta de bons projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e também no Senado que podem ajudar a economia. Eu mesmo sou autor de um PL que recebeu o número 376, de 2008, que institui um fundo de financiamento para as micro e pequenas empresas. Há o PL nº 4.434, de 2008, que fortalece o mercado interno, potencializando os vencimentos de aposentados e pensionistas. Na mesma linha, vai o fator previdenciário, como também vai o PL nº 01, de 2007, que busca o reajuste dos aposentados conforme o crescimento do mínimo.

Por fim, Sr. Presidente, termino dizendo que essa situação tem um lado bom e um lado ruim. É bom nós verificarmos que, enquanto o PIB da maioria dos países do mundo despenca, aqui no Brasil, mesmo agora, a situação do PIB, embora próximo a zero, como alguns dizem – pode ser 0,1 positivo ou 0,1 negativo – é muito melhor que a da maioria dos países do resto do mundo. Além disso, a projeção para 2010 é de que o PIB chegará a 6 ou 6,5%, enquanto que, em outros países, a previsão é que o PIB fique na faixa, mesmo para o futuro, de cerca de 2%.

Eu falava do lado bom e do lado ruim. Como é bom a gente ver que há falta de profissionais trabalhadores, uma falta como nunca se viu na história.

Há milhões de vagas para profissionais no mercado interno. Se isso, por um lado, não é bom, porque há uma escassez, por outro lado é bom, porque mostra que as indústrias estão expandindo o seu potencial e gerando novos postos de trabalho.

Eu ainda diria, Sr. Presidente, que seria muito bom que esta Casa aprovasse o Fundep, que é uma PEC de nossa autoria e que pode gerar R\$9 bilhões para investimentos no ensino técnico, para a formação da nossa juventude, dos nossos trabalhadores, a fim de que possam ocupar essas vagas que o mercado está colocando à sua disposição. A PEC foi aprovada por unanimidade na CCJ e está aqui no plenário para ser votada.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo da alegria que senti na sessão de ontem, aqui neste plenário, ao ver 250 jovens nas galerias – uma comissão foi recebida pelo Presidente Sarney, tive a alegria de acompanhá-los.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois viemos ao plenário, e líderes de todos os partidos se comprometeram – vi isso com alegria aqui no plenário – a votar, na semana que vem, a PEC da Juventude. E isso, Sr. Presidente, é muito, muito positivo. Representantes da juventude brasileira, hoje pela manhã, estiveram comigo lá na Comissão de Direitos Humanos junto com o Senador Cristovam. Todos os líderes que lá estiveram agradeceram aos Senadores de todos os partidos pela disposição de votarem essa matéria na semana que vem. Conforme disseram aqui, se depender dos Líderes da Oposição e da Situação, inclusive da Liderança do Governo – está aqui o Senador Romero Jucá –, poderemos ter a aprovação unânime do projeto. Poderemos, inclusive, fazer como fizemos em outras oportunidades: votar na mesma noite e não ficarmos sujeitos aos interstícios. Que possamos votar na semana que vem, oxalá na terça ou na quarta, a PEC da Juventude, a PEC da cidadania... a PEC do hoje e a PEC do amanhã, porque a juventude é o futuro do nosso País.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho a esta tribuna hoje para tratar de um assunto de grande relevância: refiro-me ao endividamento dos agricultores brasileiros, principalmente dos agricultores da Região Nordeste, da região da Sudene. Em Alagoas, por exemplo, os agricultores vivem um verdadeiro pá-

nico, sobretudo os pequenos agricultores. Como todos sabemos, a dívida dos agricultores é um problema recorrente. E as soluções, Sr. Presidente, trazidas pela área econômica, infelizmente, nem sempre atendem às reais necessidades dos agricultores e da própria agricultura do Nordeste.

Dada a dimensão do problema das dívidas rurais, lembro aqui que, em 1996, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, para investigar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as causas do endividamento agrícola no Brasil. Depois disso – e V. Ex^a é testemunha e os Srs. Senadores também –, conseguimos várias medidas provisórias...

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – ... várias, que, na prática, Sr. Presidente, tornaram-se insuficientes.

No Nordeste, particularmente, como eu dizia, a dívida se aproxima de R\$18 bilhões, com um detalhe, Sr. Presidente, que é importante ser reforçado aqui: 80% dessas dívidas são de pequenos e míni produtores rurais e assentados também.

Esse estoque de dívida, verdade seja dita, decorre de uma sequência de leis, de medidas provisórias que se baseiam em saldos devedores artificiais. Essa é a origem do problema, é a causa do problema, efetivamente. São artificiais porque já não levam em conta, por exemplo, as dificuldades climáticas e de solo da Região Nordeste e as peculiaridades, Sr. Presidente, da sua economia regional. Como consequência de tudo isso, tivemos, claro, destroçamento do sistema produtivo local. E são artificiais porque desconsideram fatores conjunturais e estruturais da própria economia brasileira.

Vou dar um exemplo aqui, Senador Mão Santa, que é suficiente: levantamento feito pelo Ministério da Agricultura mostra que, entre 2001 e 2007, os preços dos produtos agrícolas subiram 78% em média, enquanto a dívida agrícola cresceu, em alguns casos, 280%. Repito, Sr. Presidente e Srs. Senadores: 280%! Num quadro desse, resta ao agricultor endividado, sobretudo ao pequeno agricultor, a difícil escolha de pagar as dívidas e comer.

Eu sei, já disse aqui várias vezes – ontem mesmo fiz questão de repetir –, que o Presidente Lula quer resolver o problema dos agricultores do Nordeste. Todas as vezes em que o Presidente Lula foi ao Nordeste, visitou Alagoas – Estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional –, ele disse, com todas as letras, que queria resolver o problema dos agricultores do Nordeste. Já me disso isso pessoalmente várias vezes, Sr. Presidente, inclu-

sive na última quinta-feira. Espero que as instâncias técnicas do Governo – a área econômica do Governo, especificamente, que enrola esse problema e não consegue equacioná-lo há vários anos – tenham a mesma sensibilidade, para que possamos logo encontrar uma solução equilibrada para as dívidas rurais dos nordestinos, sobretudo daqueles que são pequenos agricultores, que foram aos bancos, financiaram trator e devem R\$10 mil. Tomaram R\$10 mil emprestados e, hoje, suas pequenas propriedades, que foram dadas como garantia, já não pagam sequer as dívidas, que foram, como eu dizia, artificialmente reajustadas.

Acho sinceramente – e chamo um pouco a atenção de V. Ex^a –, que a Medida Provisória nº 417, que ora se encontra nesta Casa, é uma excelente oportunidade para se criarem instrumentos que amenizem o problema dos agricultores da Região Nordeste, porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa será a última medida provisória em que as duas Casas do Congresso Nacional vão poder colocar assuntos que não vêm na origem, na edição da medida. Essa será – e é importante que saibamos da importância da medida – a última medida provisória à qual o Congresso Nacional vai poder fazer alguma emenda, colocar algum assunto que não venha na medida provisória.

Portanto, dizer que vamos resolver o problema dos agricultores do Nordeste, Senador José Agripino, numa nova medida provisória é falacioso, não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, porque não vamos mais poder emendar nenhuma outra medida provisória, a não ser se for medida provisória concreta, pontual.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Renan, ontem tive oportunidade de fazer até uma proposta que está para se configurar, elencando alguns pontos que deveriam ser contemplados na MP nº 470, a começar pela proposta que V. Ex^a apresentou ao Relator, de restabelecimento de prazo ou elastecimento de prazo, ou abertura de novas condições para renegociação dos débitos do crédito rural no Nordeste. V. Ex^a sabe que, há anos... Eu me lembro de uma reunião que fizemos, V. Ex^a, Heloísa Helena, eu e Bernard Appy – isso faz cinco anos, seis anos –, no Ministério da Fazenda, para tratar exatamente da questão da renegociação dos débitos do crédito rural. Esse assunto caminha aos trancos e barrancos: avança, o Governo veta, o assunto volta, avança mais uma vez, o Governo veta. V. Ex^a tem toda a razão: cansamos de tanto pugnar e de tanto sermos enganados – literalmente enganados! Então, agrada-me muito ouvir isso de V. Ex^a, que é Líder de um Partido, o PMDB, que é o maior Partido com assento nesta Casa do Senado, faz parte

da Base do Governo, mas que tem responsabilidade. Como V. Ex^a coloca, somos parceiros dessa luta, de proteger os agricultores. Hoje, de manhã, recebi um telefonema do ex-Prefeito de Afonso Bezerra, que se chama Batista, vulgo Batistão. Ele me pedia para fazer uma manifestação no plenário a propósito do sequestro das propriedades dos devedores ao Banco do Nordeste. Está em pânico o meu Estado! Aqueles que não conseguiram e não pagaram é porque não têm como! Por frustrações de safra decorrentes de intempéries climáticas, em função de variação de preço, de impossibilidade de pagar. Não tem ninguém rico no Nordeste, não! Quem não pagou foi porque não pôde pagar. Não foi para botar dinheiro no bolso. Não pagou porque é pequeno proprietário e não teve condição real de pagar. E agora ele me diz que o Banco do Nordeste está como deve estar o Banco do Brasil, como devem estar todos os bancos oficiais: sequestrando as propriedades para tomar o que resta das pessoas; aquilo com que elas podem gerar alguma receita para, se lhes for dado um prazo, pagar.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Exatamente.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Então, a luta de V. Ex^a aqui, que é antiga, é a minha. Mas temos que endurecer o jogo. E quero cumprimentar V. Ex^a pelo fato de fazer, de forma enérgica, um pronunciamento ao qual adiro por inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o aparte do Senador José Agripino.

É verdade tudo isso que o Senador José Agripino colocou. Estamos fazendo aqui, há muito tempo, um esforço muito grande para equacionar esse problema. E há um obstáculo, que é o de sempre: a área econômica do Governo.

Precisamos, nessa medida provisória, Sr. Presidente, prorrogar, como dizia há pouco o Senador José Agripino, a renegociação da dívida ativa. O prazo de renegociação da dívida ativa, simplesmente, vai terminar agora, no dia 31 de março. A partir do dia 1º de abril, dia 2 ou 3 de abril, vamos ter a continuidade das execuções judiciais, para apavorar ainda mais os agricultores, sobretudo os agricultores do semiárido do Nordeste.

Na verdade, Sr. Presidente, o prazo das prorrogações que foi dado pela Lei 11.775, de 2008, infelizmente, recaiu num período de baixas receitas e que concentra também, para esses agricultores, as maiores despesas. Além disso, muitas prorrogações não ocorreram por questões verdadeiramente operacionais dos próprios bancos, como as de apuração do real saldo devido.

Por isso, devemos, nessa Medida Provisória nº 470, dar um fôlego para os agricultores que ainda não conseguiram renegociar as suas dívidas, até que sejam solucionados os impasses já mencionados.

Outra questão, Sr. Presidente, que nós devemos enfrentar hoje aqui, nessa medida provisória, diz respeito às dívidas dos agricultores nordestinos que fizeram operações com recursos do fundo constitucional.

Os agricultores, Senador Romero, que fizeram operações com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste estão impedidos de fazer a renegociação dessas dívidas. Por determinação da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, os bancos gestores dos fundos constitucionais estão impedidos de negociar as dívidas rurais, porque precisam de expressa autorização legal.

Já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe do tempo necessário para concluir seu discurso.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Nesse sentido, seria importante aprovarmos, na Medida Provisória 470, a autorização para que os bancos possam renegociar essas dívidas, cujos recursos tenham vindo do fundo constitucional.

Há uma parcela de operações rurais contratadas antes de janeiro de 2001, cuja atualização monetária do saldo devedor se deu, Sr. Presidente, com base em indexadores de TJLP, de IGPM e da TR também.

No caso do Nordeste, que é uma região sujeita a intempéries, a adoção desses indexadores acabou elevando substancialmente, como eu dizia, o saldo devedor das operações. Isso ocorreu sem que os agricultores, principalmente os agricultores pequenos, obtivessem uma renda compatível para pagar. E, por isso tudo, não pagaram.

Portanto, nós precisamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Gim Argello, reabrir o prazo para a renegociação da dívida ativa, que vence agora, no dia 31 de março; nós precisamos estabelecer um rebate mais significativo para que os agricultores possam pagar; nós precisamos efetivamente suspender as execuções judiciais – os agricultores estão apavorados com relação a tudo isso – e nós precisamos também fazer, Senador Romero Jucá, a remissão das pequenas dívidas, de até R\$10 mil, para os agricultores da região da Sudene. Nós fizemos isso para as dívidas tributárias. Nós fizemos a remissão das dívidas tributárias de até R\$ 10 mil. E, para os agricultores do Nordeste, isso não acontece.

Então, eu queria dizer que o PMDB não está estimulado em votar essa medida provisória, porque, como eu dizia – e é importante chamar a atenção da Casa –,

essa é a última medida provisória em que nós vamos poder colocar algum assunto necessário – é claro que necessário, senão as Casas não o colocariam – que não tenha vindo da edição da medida provisória, da origem da medida provisória. Nós não vamos mais ter essa oportunidade. E o Ministro Mantega, infelizmente, tem enrolado esse assunto. Ele não tem tido compromisso com a solução desse problema.

Assim, Senador Romero Jucá, eu digo isto com todas as letras e ressalvo o papel de V. Ex^a, que compreendo: o PMDB exige do Ministro Mantega um compromisso público formal com relação à definição de um caminho para resolver o problema das dívidas dos agricultores do Nordeste. Tem que ser um compromisso público formal, porque ele já nos disse várias vezes que vai resolver. Edita medida provisória, discute textos aqui com este Senado e, na prática, não resolve nada.

Para que o PMDB se movimente no sentido de que nós possamos votar hoje essa medida provisória, eu exijo, desta tribuna, em nome do povo do Nordeste, um compromisso público do Ministro da Fazenda. Tem que ser público. Ele tem que assumir um compromisso com a edição de uma nova medida provisória para resolver definitivamente esse problema, porque nós não vamos mais colocar a solução desse assunto em nenhuma outra medida provisória que por aqui vá tramitar.

Em outras palavras, eu lamento muito, eu lamento também pelo Senador Gim Argello, que é um destacado Senador, mas, para que nós possamos votar hoje essa medida provisória por acordo, precisa haver primeiro um compromisso público do Ministro da Fazenda, porque não dá mais para acreditar nessas promessas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quanto ao discurso do Senador Renan Calheiros, quero fazer algumas observações que considero importantes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo a manifestação e, mais do que isso, comungo com as preocupações e com as propostas do Senador Renan Calheiros no que diz respeito a toda essa questão do semiárido, dos agricultores, enfim, da necessidade de uma sugestão e de uma solução para que se possa equacionar definitivamente esse problema.

Quero pedir a atenção do Senador Renan Calheiros, do Senador Gim, do Senador Gilberto Goellner, que é ligado ao setor da agricultura, do Senador Efraim também, que representa essa questão do Nordeste, do Senador José Agripino, do Senador Arthur Virgílio, enfim, de todos os Srs. e Sr^{as} Senadores para registrar,

Senador Renan Calheiros, que eu trago aqui, agora, não um compromisso do Ministro da Fazenda, mas sim um compromisso do Presidente da República. Eu estive hoje com o Presidente da República, o Presidente Lula. Nós tratamos dessa questão do semiárido. Mais do que isso, nós debatemos essa questão. Ele pediu ao Ministro Mantega que trouxesse uma proposta. O Ministro Mantega trouxe uma proposta. Disse que resolvia a questão.

O Presidente Lula, com base nessa proposta, encaminhou-a para o Ministério do Desenvolvimento Agrário para saber se isso atende também aos pequenos agricultores ligados à Pronaf, à MDA, enfim, aos programas de agricultura familiar. E o Presidente pediu, Senador Renan, que trouxesse aqui o compromisso de que essa questão será resolvida. E, para demonstrar que nós temos um compromisso nessa linha é que o Senador Gim Argello, mesmo sem o texto estar fechado ainda, colocaria, no texto desta medida provisória, como uma explicitação política de uma prioridade, o texto que foi entregue pelo Senador Renan e pelo Senador Gilberto Goellner no que diz respeito à questão da agricultura, exatamente para que se sinalize que essa questão será resolvida.

Qual é o compromisso que eu quero fazer aqui com o Senador Renan Calheiros? Se for necessário, uma medida provisória nova. Se não for possível emendarem alguma medida provisória que venha, eu garanto, pelo Governo, uma medida provisória nova para tratar dessa questão. Eu estou falando aqui em nome do Presidente da República – não é do Ministro da Fazenda –, com quem despachei e com quem tratei deste assunto hoje.

A Medida Provisória 470, que nós vamos votar, é extremamente importante, porque trata de outras questões também fundamentais, inclusive no que diz respeito à agricultura e à lavoura cacaueteira, conselho de contabilidade, uma série de dispositivos importantes.

Derrubar essa medida provisória, que perde a validade na semana seguinte, não resolve o problema da agricultura do semiárido, ao contrário. Eu acho que se nós avançarmos e colocarmos nessa medida provisória essa sinalização do semiárido, nós teremos a condição moral – e eu estarei nessa obrigação – de cobrar do Presidente da República, do Governo, uma solução rápida para essa questão e, se necessário, a edição dessa medida provisória.

Então, dando essas explicações, Sr. Presidente, eu gostaria de apelar ao Senador Renan Calheiros, a todos os Senadores para que nós possamos votar a medida provisória com as inclusões, dentro do entendimento com que o Senador Gim Argello está colocando as emendas. E fica aqui o compromisso de que essa

questão da agricultura será tratada na próxima semana, se for preciso, numa nova medida provisória, após o fechamento do texto.

Derrubar essa medida provisória 470 agora não resolve a questão do semiárido. Ao contrário, agrava, porque são mais setores que ficam sem solução.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Senador Romero, para tentar ajudar, se for possível.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não. Eu ouço o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Essa matéria voltará à Câmara?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Essa matéria voltara à Câmara na próxima semana e, no dia 23, próxima terça-feira seguinte, perde a validade. Por isso a minha angústia de votar hoje. Se nós tivéssemos mais prazos, votaríamos...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Eu não sei o que o meu Líder fará, mas que faça um entendimento com os demais. Mas, a título de sugestão: que até o início da votação na Câmara dos Deputados seja resolvido, que se tenha uma nova medida provisória atendendo à questão do Nordeste. É uma sugestão. Fica a critério dos nossos líderes. Fica a título de sugestão.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Sr. Presidente, sem pretender responder ao Senador Romero Jucá, eu quero dizer que o Presidente Lula – e eu fiz questão de dizer na tribuna – tem reafirmado compromisso com a solução desse problema; tem reafirmado, tem dito e, pessoalmente, já me disse várias vezes. Mas a área econômica resiste, Sr. Presidente, ela resiste. Nós já passamos por vários momentos aqui no Senado Federal, discutimos textos, conseguimos medidas provisórias, emendamos medidas provisórias, e o assunto remanesce. As pessoas estão apavoradas. São os pequenos agricultores e assentados com dívidas menores que R\$10 mil na origem que estão vivendo um verdadeiro pavor. Ou nós temos aqui, hoje, o compromisso do Ministro da Fazenda de que não vai vetar o assunto ou de que vai editar uma medida provisória, ou nós infelizmente não vamos ter condições de votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Renan, o compromisso da medida provisória, eu o assumo aqui. Eu estou dizendo que, como sinalização política, nós vamos colocar esse texto, que não foi o texto concluído ainda pelo Ministério da Fazenda. Eu não posso me responsabilizar pelo não-veto, mas eu posso me responsabilizar por uma medida provisória nova que resolva a questão de R\$10 mil na origem. E esse compromisso eu assumo não é em nome do

Ministro Guido não, mas em nome do Presidente da República, com quem tratei hoje.

Então, eu gostaria de colocar essa questão em termos. V. Ex^a tratou desse assunto com o Presidente Lula, e o Presidente Lula referenciou isso. Disse que quer ajudar, quer resolver e vai fazer o entendimento. Pediu para que o MDA se manifestasse sobre a proposta, sobre o texto do Ministério da Fazenda. Então, haverá uma medida provisória sobre essa questão. Se tem ou não o texto que aqui foi colocado, eu não posso afirmar, porque ainda não conheço o texto, mas fica aqui o compromisso da medida provisória para resolver até R\$10 mil na origem. Fica essa questão. Estou falando sobre o limite de que ele tratou. Então, fica aqui o apelo.

Acho que temos o compromisso do Presidente. Haveremos de aprovar uma medida provisória que atenda outros setores e teremos a condição moral de cobrar rapidamente esse compromisso feito com o Senador Renan Calheiros, comigo e com a Casa. Acho que esse é um caminho construtivo.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Sr. Presidente, acho que o mais prudente seria suspendermos a sessão para aguardarmos um pronunciamento mais definitivo da área econômica do governo. Confio demais no Senador Romero Jucá, demais, demais, demais, é meu querido amigo, companheiro de bancada, mas precisamos de um pronunciamento mais efetivo do Ministro da Fazenda. Ele precisa ligar para alguém e assumir o compromisso, porque o Senador Romero sabe que, a partir de agora, não vamos colocar mais nada em medida provisória. Ou o Ministro assume um compromisso com a edição de uma medida provisória... Todos sabemos dos compromissos do Presidente Lula, não é o Presidente Lula quem está contra isso, eu já ressaltai isso. Quem está contra é a área econômica, que faz questão de dizer que está contra. Então, é importante que ele ligue para o Senado e diga que está disposto a resolver o problema. Senão, Sr. Presidente, vamos, infelizmente, ter muita dificuldade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, já que a minha palavra não vale, eu estou fora do entendimento. O Senador Renan Calheiros que trate diretamente com o Ministro Mantega.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Só um minutinho, Romero. Só um minutinho, Renan. Essa medida trata de vários temas importantes. Estamos há quinze dias cuidando exaustivamente dessa medida, Senador Renan. Hoje pela manhã ainda, foi apresentado um novo texto, que diz que não é mais de R\$10 mil o teto, mas de R\$15 mil. Por isso é que a Fazenda não teve tempo de estudar isso, não teve tempo hábil para estudar. O Senhor Presidente da República chamou o

Líder do Governo lá e fez esse compromisso. Ele veio nos dizer desse compromisso. Quer dizer, foi o Senhor Presidente quem disse: “Nós vamos estudar isso”. Pediu para o MDA estudar, porque não houve tempo suficiente para avaliar essa diferença; não é possível saber, em poucas horas, o impacto que isso causa, mas existe a boa vontade: até R\$ 10 mil, já disse que mandaria uma medida provisória. Senador e Líder Renan Calheiros, nosso amigo, aceite essa proposta do Líder Romero Jucá. Eu vou fazer uma ligação para o Ministro Mantega, falo com ele. Eles estão estudando, eles não têm como decidir esse tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Este é que é o problema: eles estão estudando isso há oito anos. (*Fora do microfone.*) A área econômica está estudando esse problema há oito anos sem que nós tenhamos uma resposta. Todo dia nós fazemos isenções fiscais, aprovamos incentivos, e não resolvem esse problema dos pequenos agricultores do semiárido, Presidente, que devem até R\$10 mil na origem. Isso é um absurdo! Não dá para continuar concordando com isso.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – O pleito é mais do que justo, Senador Renan Calheiros. O pleito é justo, e todos nós concordamos com isso. Acontece que, agora há pouco, mudou de R\$10 mil para R\$ 15 mil, é isso que eu quero lhe explicar. Não tem como, na origem... Essa é uma conta muito ampla. Todos nós concordamos, o Senhor Presidente da República mandou dizer que concorda por meio de seu Líder, é isso que eu estou tentando explicar para o senhor. O senhor fazer questão da ligação do Ministro Guido Mantega coloca o nosso Líder numa situação muito difícil. Falo com o Nelson Machado, falo com o Guido, mas peço-lhe que reconsidere isso e deixe que o texto seja aprovado. Nós vamos todos trabalhar e obter o compromisso do Senhor Presidente da República de mandar via medida provisória.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu lamento muito. Eu tenho pelo Senador Gim, a Casa toda sabe, o País também... (*Fora do microfone.*) Sr. Presidente, eu tenho pelo Senador Gim Argello, a Casa sabe, o País também, o maior respeito. Eu lamento muito, mas é importante, já que nós não vamos poder mais emendar nenhuma outra medida provisória, que a área econômica diga o que vai fazer. Ou a área econômica diz concretamente o que vai fazer para que nós possamos votar por acordo ou, infelizmente, nós só vamos votar... O prazo da medida provisória só se esgota na terça-feira. Nós temos até terça-feira para aguardar que se conclua esse estudo.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Terça, 22.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Não, só um minutinho, senhores. A medida provisória ainda tem de voltar à Câmara dos Deputados para ser votada lá, porque ela cai dia 23. Então, Sr. Presidente, vamos aceitar a sugestão dada e suspender a sessão por alguns minutos para que possamos resolver essa questão.

Sr. Presidente, por favor, concorde em suspender a sessão por alguns minutos para que a gente possa resolver essa questão colocada.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, o Senador Renan tem razão, porque sempre se deixa para depois a solução para os pequenos produtores e agricultores do Nordeste. Não temos mais tempo para isso, tem de ser resolvido agora. A nossa solidariedade é total ao Senador Renan nessa questão, até porque os nossos agricultores, a partir da próxima semana, estarão com o banco batendo na porta de cada um deles. Os verdadeiros sem-terra deste País serão os pequenos agricultores do Nordeste.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Eu vou adiar a Ordem do Dia de modo a permitir que continue a tentativa de entendimento entre as bancadas. Vou dar a palavra aos oradores inscritos e, dentro de trinta minutos, iniciaremos a Ordem do Dia. Está bem, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Está bem. Está ótimo. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores da Casa aprovou hoje um voto de solidariedade aos presos políticos cubanos, que se expressam nesta foto, que, aliás, não é a pior, não é a mais drástica – esta foto do Sr. Guillermo Coco Fariñas: 48 anos, se não me engano, ele está pele e osso, prestes a morrer. É uma foto que exibe com muita tristeza, com muita compaixão. É preso político.

É um regime de presos políticos depois de cinquenta anos de sua implantação; portanto, a mais deslavada ditadura que sobrevive no mundo e que merece uma consideração absolutamente incompreensível por parte do governo brasileiro, que é responsável por dirigir uma república democrática, de democracia consolidada há 25 anos.

Por outro lado, parece-me que temos algo mais do que uma coincidência. Alguns dirigentes do atual

governo – o Deputado Pauderney Avelino nos dá a honra de visitar o Senado nesta tarde – dizem que “temos relações de amizade com o Sr. Fidel Castro”. Eu responderia que qualquer um é livre para ser amigo de quem quiser, mas é bom ser amigo para o bem. Seria bom usar essa amizade para influenciar o governo cubano a não praticar essas atrocidades.

Na verdade, quando o Presidente Lula votava na Arena, eu apanhava nas ruas a defender a liberdade e, àquela altura, eu era simpatizante do regime cubano, eu tinha muitos sonhos na cabeça em relação a isso.

Compreendi, com o tempo e com o amadurecimento, que aquilo não passa de uma ditadura sórdida, como outra qualquer. Não conheço nenhuma ditadura que não seja sórdida. A ditadura brasileira foi sórdida. E qualquer ditadura, qualquer regime de supressão da liberdade é sórdido no nascedouro, na essência, no espírito, na alma, na ação e na atuação.

Mas, olhando os demais regimes autoritários do mundo, é difícil encontrarmos um com o qual o Governo brasileiro não ache afinidades.

A Venezuela, em catastrófica situação econômica, cujo ingresso no Mercosul – para terminar de liquidar o Mercosul de vez – está sendo imposto goela abaixo dos brasileiros, marcha para um futuro que não dá nem para se definir o que será esse futuro, não dá para dizer que será uma ditadura, porque não sei se sobreviverá àquele regime.

Eu sempre digo e repito à exaustão desta tribuna que os ditadores típicos latino-americanos têm três escolhas na vida ou três possibilidades – não é nem escolha deles. Primeira: eles começam a lutar para implantar o regime duro, pedindo ação e a palavra das oposições. O segundo gesto é implantar a ditadura por ela mesma, fechando o Congresso, fechando o Judiciário. O terceiro passo é ou o assassinato do ditador, ou a sua deposição, ou o ditador chega ao desatino de fazer guerra com algum vizinho. A pequena Guiana seria a primeira vítima do desvario totalitário do Coronel Chávez.

Mas o Brasil não fica aí. O Brasil se relaciona com Ahmadinejad, o ditador do Irã. E os argumentos da diplomacia brasileira são risíveis. Dizem, por exemplo, que não podem negar ao Irã o direito de enriquecer urânio acima de 20% porque, senão, o Brasil estaria, também ele próprio, cassado nesse direito, quando nós sabemos que a Agência Internacional de Energia Atômica, a AIEA, já garante ao o Brasil o direito de enriquecer o urânio acima de 20%. E o Brasil, que enriquece o urânio acima de 20%, se quiser, é signatário do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares. Portanto, é um País considerado normal, respeitável e respeitador das normas internacionais perante o mundo. Ao

contrário do regime de Cuba, do regime de Chávez, do regime do Irã, que são regimes celerados, regimes de desrespeito aos direitos básicos da pessoa humana. Sabemos que o objetivo claro do Irã é ir à guerra. O objetivo claro do Irã, no fundamentalismo que o anima, é atingir Israel com um artefato nuclear.

Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, mais uma vez, demonstra sua preocupação constante com a liberdade. Talvez pelo que passou quando jovem, o que exatamente marcou-lhe a personalidade e a maneira de ser de uma maneira muito contundente e recorrente. V. Ex^a não abre mão de olhar esses pontos que, de uma maneira ou de outra, atingem as liberdades democráticas. O que acho estranho no Governo é a incoerência do seu comportamento. Por exemplo, quando ele deu proteção ao Zelaya, alegou que era a humanidade, o humanismo que era necessário e conveniente naquele momento, esquecendo-se das regras do país, que diziam que o Sr. Zelaya não poderia mais ser Presidente por uma série de razões. Agora, alega que não deve se meter na questão do jovem que se suicidou lá porque é uma regra interna do país.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Segundo o Presidente, ele não se suicidou, mas se deixou morrer. É uma terminologia nova.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – É uma incoerência incompreensível do Governo. Eu acho que, no que diz respeito a essa questão, tem sido muito incoerente. No que diz respeito à questão nuclear, eu gostaria de lembrar um ponto aqui, Senador Arthur Virgílio, que me parece muito importante. V. Ex^a lembrou que o Brasil e o Irã têm uma situação parecida: se por acaso o Irã passar a produzir 20% de concentração, as coisas passam a ficar parecidas com a situação brasileira. O Brasil hoje passa meio despercebido dessa situação – despercebido eu não diria, há uma condescendência com o Brasil sobre essa situação, pelo nosso comportamento não belicoso, comportamento que nunca levou o País a pensar em nada além de efetivamente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos. Mas na hora em que o Brasil se junta ao Irã, que tem possivelmente uma postura, um compromisso com ele mesmo diferente desse, sem sombra de dúvida haverá um foco muito mais intenso, muito mais rigoroso sobre a nossa indústria nuclear. Eu acho que, independentemente de questões ideológicas, políticas, esta questão tem que ser levada em conta: o risco que corre a nossa indústria nuclear por nos ligarmos muito ao Irã, que está com todo o foco dos institutos, das instituições que controlam rigorosamente essa questão. E o Brasil tem tido uma certa condescendência exatamente pela sua

postura, pelo seu comportamento histórico. Eu passei três dias em Angra dos Reis, conversei com o pessoal, e eles nos disseram que há um bom entendimento, uma boa vontade imensa dessas instituições, da ONU e tantas outras para com a situação brasileira. Mas, na hora que o Brasil se liga e diz que é parecido com o Irã, e não há esse enfoque, não há essa visão, não há a percepção dessas instituições com o Irã, isso pode vir a contaminar a nossa indústria nuclear.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Tenório, que fala sempre com a voz da razão, a voz da sensatez. Mas é um desfile, Senador José Agripino, de ditadores à frente do nosso País, prestigiados pelo nosso Governo; candidatos a autoritários, como por exemplo Evo Morales, Hugo Chávez – já o citei – e o Presidente não se deu conta de que se sua popularidade se mantém – imagino que se mantém alta; e isso é uma questão basicamente do povo brasileiro, eu nada tenho a ver com isso –, ele já sofreu um grande arranhão internacional, passou sete anos construindo uma imagem internacional, do operário que chegou ao poder, do democrata com uma história bonita, de ascensão social, inclusive mostrando como o Brasil seria um País de oportunidades, chegou ao Governo, inclusive, continuando políticas econômicas sensatas e mantendo o País equilibrado do ponto de vista macroeconômico, ele coloca por terra toda essa imagem quando vira parceiro e protetor de ditadores, ele que já fez...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sei se é o microfone. Se fosse em Cuba, já saberíamos o que era, mas como é no Brasil... Enfim, o fato é que, Sr. Presidente, o Brasil não poderia ligar a sua imagem a isso, o prejuízo é tão grande, Deputado Pauderney Avelino, aquele que ainda não podemos mensurar, que ele vai se refletir nas possíveis e futuras derrotas que o Brasil colherá quando colocar nomes disputando direção de organismo internacionais.

O Brasil chegou a ter a pretensão, várias vezes publicada nos jornais, de presidir a Agência Internacional de Energia Atômica. Será que alguém, em sua consciência, acredita que é possível isso, que os demais países entregariam ao Brasil a direção da Agência Internacional de Energia Atômica se ele consegue manter relações privilegiadas com um regime celerado como o do ditador do Irã, regime celerado, regime marginal, regime fora da ordem internacional?

Eu entendo, Sr. Presidente, que era preciso o Presidente dar uma mergulhada nas suas águas mais profundas e dela emergir com o sentimento do democrata que sempre procurei nele enxergar. Eu me con-

doou quando vejo o Sr. Fariñas à beira da morte. Decididamente – só um minuto, Senador Magno Malta –, à beira de morte, e nenhuma solidariedade. Intelectuais brasileiros que sempre foram tão ativos, de repente se omitem a dar solidariedade a quem vai morrer, aos *morituri*, presos políticos de Cuba. Eu não consigo entender essa incoerência, essa falta de respeito pela vida humana. Eu não consigo entender.

Mas o fato é que o Brasil perde na sua imagem internacional, porque o Brasil deveria ter alguns princípios, não importa o sonho de juventude de quem quer que tenha sido. Não importa o compromisso anterior de vida, não importa até a simpatia pessoal. O Brasil tem que ser inflexível. Ferida aos direitos humanos tem que ser repudiada pela Diplomacia brasileira, pelo Governo brasileiro, em qualquer circunstância, em qualquer época, em qualquer latitude, venha de onde vier.

Não podemos tolerar tortura em Guantánamo. E o Presidente Obama deve mesmo buscar fechar essa prisão, que não honra a tradição democrática do seu país. Não podemos tolerar a tortura de Esquerda. Não existe tortura progressista. Não existe tortura esquerdista. Não existe tortura do bem. Existe a falta de respeito à pessoa humana, que tem sido tolerada pelo Governo brasileiro. E essa, Sr. Presidente, não pode encontrar silêncio por parte da Liderança do PSDB. Não pode.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, eu aproveito a sua fala para, daqui, num aparte, solidarizar-me com o discurso feito ontem pelo Senador Suplicy. Uma linha parecida com a sua, obviamente não precisa ser igual. E falo aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu não posso ficar calado diante do que está acontecendo. Eu considero inaceitável que nós fechemos os olhos e a boca para o fato de haver pessoas fazendo greve de fome por causa de suas opiniões. Eu não posso ficar calado, apesar de toda a simpatia que tive durante toda a minha juventude à Revolução Cubana. Até continuo tendo simpatia por muitos dos aspectos, por outros não tenho, e esse especialmente. Sobre o Presidente Lula, eu quero dizer que, mesmo que fossem presos comuns, bandidos fazendo greve de fome, a gente tinha que conversar com eles, tinha que dialogar, não podia deixar que morressem de uma maneira absurda como essa. E, finalmente, lembro que a greve de fome é um instrumento perfeitamente válido, que ficou marcado na história. Ontem, o Senador Suplicy lembrou Mahatma Gandhi, que fez a independência de seu país graças às sucessivas greves de fome e à compreensão dos colonialistas britânicos que negociavam com ele, na medida em que era preciso, no

momento certo. Lamento muito que, em Cuba, uma pessoa tenha morrido e outras estejam em véspera de morrer por falta de diálogo e que eles estejam em greve de fome por suas opiniões. Deixo aqui o meu protesto, a minha solidariedade ao Senador Eduardo Suplicy e meu apoio à sua preocupação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque e concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Arthur Virgílio, primeiro considero que o Presidente Lula tem tido méritos extraordinários para ser considerado hoje um dos Chefes de Estado com maior credibilidade e importância...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então não deve jogar isso fora, apoiando ditaduras.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E isso em função de tantos passos que ele deu na melhor direção. Inclusive, por vezes, colaborou para o melhor entendimento entre outros Chefes de Estado que tiveram divergências sérias. Logo de início, por exemplo, ele criou o Clube dos Amigos da Venezuela para tentar resolver o problema do golpe de estado que havia ameaçado o Governo Hugo Chávez. Em outras ocasiões, vimos o Presidente Lula também ajudar a superar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, Senador, quando o Hugo Chávez foi deposto, por horas, por dias, o Presidente era Fernando Henrique, que foi solidário com ele naquele momento. Não foi Lula.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É verdade, mas foi do Presidente Lula a iniciativa para criar o Grupo de Amigos, que incluía os Estados Unidos, o México, a Colômbia, o próprio Brasil e outros. Também, em mais de uma ocasião, o Presidente Lula ajudou a superar obstáculos, ainda que com dificuldades, nos diálogos entre o Presidente Álvaro Uribe e o Presidente Hugo Chávez. E ele teve um diálogo muito positivo com o Presidente George Walker Bush. Mesmo quando discordou da intervenção militar no Iraque, teve um atitude construtiva e respeitosa, como vem tendo também com o Presidente Barack Obama, com o Presidente Nicholas Sarkozy. Não é à toa que ele é hoje tão bem considerado pelos Chefes de Estado do mundo inteiro. Mas ontem ainda – afirmo e quero aqui, em consonância com o propósito maior de V. Ex^a... Eu participei da fundação do Partido dos Trabalhadores e ontem assinalo que, nos documentos de nascimento do Partido dos Trabalhadores, nós ressaltamos que é preciso a busca da justiça, da igualdade, sempre com democracia, com respeito aos direitos da pessoa humana. Temos lá documentos do nascimento do PT, onde dizemos que o socialismo só existe com democracia. Uma coisa depende de outra. Eu, em algumas ocasiões,

aqui ressaltei as observações de Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Russa: liberdade apenas para os membros de um governo, de um partido, por mais que ele seja, não é liberdade. Liberdade só é liberdade para quem pensa diferente. Ou seja, nós precisamos dizer para o Presidente Lula – eu, hoje, estou no exercício da Liderança do Partido dos Trabalhadores – que é importante que ele transmita ao Presidente Raúl Castro, ao Comandante e ex-Presidente Fidel Castro, com muita amizade, com a mesma amizade com que ele e João Paulo II foram recebidos – e João Paulo II disse aos cubanos que era necessário compatibilizar justiça com liberdade, justiça com liberdade religiosa, liberdade de pensamento. Eu aproveitei essa oportunidade para solicitar ao Presidente José Sarney informação sobre resposta ao convite que enviou à Embaixada de Cuba, por solicitação do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, por volta de novembro do ano passado. Ele encaminhou convite à Sr^a Yoani Sánchez, para que ela possa vir ao Senado falar das condições do cotidiano da vida em Cuba. Quero dizer que avalio ser próprio o Governo cubano demonstrar ao Congresso Nacional brasileiro, ao Senado brasileiro, que hoje estão caminhando na direção da liberdade de pensamento, da liberdade de expressão, inclusive para uma pessoa que escreve com a repercussão da Sr^a Yoani Sánchez, que faz críticas ao cotidiano da vida cubana e que são, conforme ontem eu disse, menos ferinas, por exemplo, do que os pronunciamentos que V. Ex^a por vezes faz com respeito ao Governo do Presidente Lula, à situação presente. Mas o Presidente jamais pensou em cercear o direito de V. Ex^a e de todos os Senadores da Oposição de expressarem críticas a quaisquer aspectos da vida brasileira. Então, quero até assinalar que considerei muito importante o artigo que o ex-Ministro da Justiça, José Carlos Dias, escreveu hoje em Tendências e Debates da *Folha de S. Paulo*. Ele recorda o momento em que acompanhou Frei Chico, irmão do Presidente Lula, à prisão, quando foi preso com Dalmo de Abreu Dalari e o Presidente Lula no Deops. Ele recorda as inúmeras situações de prisioneiros políticos, muitos dos quais amigos de Frei Betto, Frei Tito e outros, que, muitas vezes, realizaram greves de fome para protestar contra a situação em que então estavam, prisioneiros políticos que eram. Então, eu acho que até em memória de pessoas como Mahatma Gandhi, há pouco citado por Cristovam Buarque, Nelson Mandela, que fez uma greve de fome por seis dias, até que pudesse seu filho de três anos visitá-lo onde estava preso, e tantas pessoas no Brasil e em outros lugares...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em memória, também, de Orlando Zapata, que morreu fazendo greve de fome em Cuba, por absoluto descaso e crueldade daquele regime.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero aqui externar que quero ver o Presidente Lula transmitir sua preocupação ao governo cubano com o mesmo sentimento de amizade e assertividade com que João Paulo II, tão bem recebido em Cuba, falou com respeito à importância de se ampliarem as liberdades religiosas – no que foi bem sucedido. Tanto é que Bento XVI, em dezembro passado, ao receber o Embaixador de Cuba na Santa Sé, disse: felizmente, hoje, o governo cubano está permitindo que missas estejam se realizando em Cuba com muito maior frequência do que antes acontecia, inclusive, hoje, nos cárceres. Então, houve ali um progresso. Ou seja, quando uma pessoa, com sinceridade, explicou ao Presidente Fidel Castro, perante o povo cubano, que era importante se ampliar a liberdade religiosa, ela conseguiu isso. E o Presidente Lula está em condição excepcional de, ao mesmo tempo em que defende o fim do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba, defender também a ampliação das liberdades democráticas da pessoa humana em Cuba. Obrigado pela atenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Suplicy. Eu tenho V. Ex^a na conta de um humanista. V. Ex^a, hoje, não está só no exercício da Liderança do PT; V. Ex^a é o único petista presente – e tem sido assim por algumas sessões. Os assuntos vão correndo e parece que não houve nada. Não houve o escândalo do Bancoop... Parece que não houve nada! Mas eu respeito V. Ex^a e respeitei sua anuência, hoje, na votação na Comissão de Relações Exteriores; esse voto de solidariedade aos presos políticos cubanos.

Eu vou ser bem simples. Senador José Agripino, na juventude eu me considerava comunista. O Presidente Lula, não; ele era anticomunista. Ele era visto por nós com desconfiança. Nós não confiávamos nele. E ele, talvez, estivesse certo. Ele era muito pragmático e dizia coisas do tipo assim...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Alguém perguntou a ele uma vez: “Lula, você é comunista ou não?”. Ele disse: “Não, eu sou torneiro mecânico”.

Eu não me arrependo um minuto da crença que tive. Mas eu deixei de tê-la na medida em que percebi que aquilo não resolvia a questão ambiental, só agravava; não resolvia a questão econômica e social; não distribuía riqueza; criava uma nova classe – que era a do partido. Hoje, Cuba está de um jeito que, até para

uma moça se prostituir naquele Varadero, naquele local de veraneio, ela tem que ser ligada a alguém do Partido Comunista de Cuba. Essa é a realidade triste.

Eu recomendo a V. Ex^a e a todos que leiam Pedro Juan Gutiérrez, que não é um direitista do tipo que adoraria morar em Miami. Ao contrário. É alguém que foi militante do Partido Comunista, foi professor de marxismo-leninismo da escola secundária, e que se desiluiu. Ele escreveu, por exemplo: Trilogia Suja de Havana; o Rei de Havana, e mais uma dezena de livros que ele produz. É uma figura tão importante, Senador José Agripino, que não se pode impedir que ele saia de Cuba. Ele sai e entra na hora em que ele quiser, e o governo cubano adoraria que ele saísse e não voltasse, mas ele volta, porque quer ficar lá para ver o seu país de novo... de novo, não, porque nunca viveu experiência de liberdade, mas viver um dia sob a égide de um regime de liberdade.

Eu quero deixar bem claro: o Brasil tem alguns pressupostos... Preciso de um pouco de tempo, Sr. Presidente, para dar um aparte ao Senador José Agripino e para concluir. Veja bem, Senador Suplicy, eu vou ser bem claro. O Brasil tem alguns princípios dos quais ele nunca se afastou, nem no período do regime militar: o princípio da não-intervenção, da autodeterminação dos povos. Isso vem de governo para governo, como um patrimônio da diplomacia brasileira. O Brasil achou que podia intervir nos negócios internos de Honduras. Muito bem. Agora, há outros princípios que o Brasil tem que observar, como a democracia. A amizade fica em quinto plano. O Brasil não pode tolerar tortura, não pode estimular ditaduras, nem prestigiar ditadores.

Eu digo a V. Ex^a: sou contra tortura em qualquer lugar. Sou contra tortura em Guantánamo, sou contra tortura numa delegacia brasileira, sou contra tortura em Cuba, sou contra tortura em qualquer lugar. Eu sou a favor de regime democrático, onde quer que eu possa vê-lo manifestado, e sou a favor de apoiar qualquer iniciativa que ajude algum povo a experimentar essa coisa boa e contraditória, mas bonita, que é a democracia, que o Brasil, por exemplo, experimenta hoje.

Eu não estou aqui por uma concessão do Presidente. V. Ex^a e eu lutamos tanto para estarmos aqui, os dois – V. Ex^a dizendo uma coisa e eu dizendo outra e, muitas vezes, para alegria minha, nós dois dizendo a mesma coisa, como, por exemplo, a condenação a torturas, que faz parte da sua vida e faz parte da minha vida também. Eu estou aqui por designação do povo do Estado do Amazonas e estou aqui porque lutei também, como Lula lutou, por um regime democrático que me garante dizer o que digo. Em Cuba não é assim.

Ou seja, para o Brasil seria tão simples dizer: “sou contra ditaduras. Não apoio. Voto contra regimes ditatoriais em qualquer organismo internacional”.

Essa solidariedade precisaria acabar para o Brasil cortar esse cordão umbilical triste que o tem ligado nos últimos anos a esses regimes. Dialogar com esses regimes, manter diplomatas lá, manter embaixadores lá, isso é normal, é natural; não vejo que deva ser diferente. Mas está passando um ar de solidariedade, está passando um ar de cumplicidade. Isso é uma coisa grave, isso é ruim, isso suja a imagem do próprio Presidente no exterior e suja a imagem do Brasil.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, há um ditado popular que diz: diz-me com quem andas e direi quem és. Quero fazer uma reflexão com V. Ex^a. O Presidente Lula, que tem grandes méritos, e tem defeitos, procura se acompanhar e se sente muito à vontade com figuras – veja se V. Ex^a não concorda cem por cento comigo – do tipo Ahmadinejad, Kadhafi, Evo Morales, Chávez, Lugo. V. Ex^a já viu uma fotografia do Presidente Lula com o *premier* Singh, da Índia? O Brasil, a Rússia, a Índia e a China formam o Bric. Devia ser um clube de pessoas que se afinassem e que tivessem interesses comuns. Já vi dezenas de fotografias, gostosamente tiradas, do Presidente Lula com o Evo Morales, de Lula com o Ahmadinejad – aquele que fica segurando na mão –, de Lula com Kadhafi. Agora, vê-se alguma fotografia de Lula com o Hu Jintao, que é o *premier* da China? Com o *premier* Singh, da Índia, ou com Putin, da Rússia? Ninguém vê. Ele não se sente à vontade, ele é afim com essas figuras que eu acho que não são o que de melhor convenha ao Brasil. O Presidente Lula tem uma afeição especial por Cuba, legítima. Cuba é um país pelo qual eu tenho um apreço especial, pelo país e pelos cubanos. Agora, não pelos erros de Cuba, não pelos erros de Honduras, não pelos erros de Fidel Castro. O Presidente Lula chega ao requinte de defender... Para ele, se for da turma dele, não tem defeito. Eu nunca vi uma palavra de admoestação do Presidente Lula a Chávez, a Lugo, a Evo Morales, a Ahmadinejad. A nenhum deles, nunca. A Fidel Castro, muito menos. E, quando se ataca alguma coisa de errado no regime de Fidel Castro...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eles não se pejam, Senador Agripino, de ofender a democracia italiana, no caso Battisti, e, ao mesmo tempo, no caso dos boxeadores cubanos, nós vimos como agiu o Governo brasileiro.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, quando o Presidente Lula foi criticado pelo fato de não se ter manifestado corretamente no

caso recente de Cuba, de duas pessoas, um que já se suicidou, o pedreiro Zapata, e outro, o Fariñas, que está em vias de se suicidar – está esquelético, desidratado, a caminho da morte –, o que me preocupa é que esse acordo entre amigos está levando a coisas do tipo: vamos esconder o que está ocorrendo em Cuba com uma reação truculenta. Na hora em que há uma acusação sobre fatos que deveriam estar ocupando as manchetes internacionais só com acusação, aparece um líder, que é brasileiro, para defender ou para acusar aqueles que se suicidam pela greve de fome. Aparecem com argumentos do tipo: “Não posso interferir na justiça de um país estrangeiro”. Gozado, não hesitou em afrontar a justiça italiana no caso Battisti. Gozado, não pensou duas vezes em afrontar a justiça de Honduras no caso Zelaya, quando a justiça mandou que se realizassem eleições. É curioso, é uma sucessão de incoerências que eu acho que V. Ex^a, com o discurso que faz, repõe para este plenário, para que o Brasil reflita sobre o que nós estamos vivendo, porque democracia tem padrão universal: ou é democracia ou não é. Ou então é farsa, ou são dois pesos e duas medidas. A democracia que o Primeiro-Ministro Gordon Brown defende para o mundo tem de ser a mesma de Sarkozy, tem de ser a mesma do Presidente Obama, tem de ser a mesma de Zapatero, tem de ser a mesma de Durão Barroso, tem de ser a mesma de Fidel Castro, de Lula, de Zelaya, de todos eles e não dois pesos e duas medidas. Muito menos que o Brasil se apresente no plano internacional da forma defeituosa como está se apresentando. Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela manifestação que faz, coerente, correta, que traz à reflexão deste plenário uma questão importante, que é a postura democrática de estadista que quer ser estadista e que, sendo estadista, quer merecer o respeito internacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigada, Presidente. Eu concluo, peço a V. Ex^a um pouquinho de tempo para concluir. Eu gostaria de um minuto ou dois para agradecer o aparte do Senador José Agripino, que é consistente, que é lúcido, que vem cheio de dados e que só contribui para reforçar as ideias que procurei expender neste pronunciamento.

O fato é que deveria haver um comportamento padrão, Senador Jayme Campos, um comportamento padrão. Tortura, o Brasil é contra, não importa de onde venha. Agressão aos direitos da pessoa humana, o Brasil é contra, não importa de onde venha, não importa quem pratique essa agressão aos direitos fundamentais da pessoa humana. Tem de ser no escuro, não se vê o cabeçalho, não se vê quem praticou o malfeito. O Brasil tem de ser contra e tem de assim proceder nas votações nos organismos internacionais, sob pena de

estarmos contribuindo para estender, esticar, alongar o sofrimento de povos.

Cuba saiu da infeliz, cruel, sangrenta e corrupta ditadura de Batista para entrar na sangrenta, cruel, fria e corrupta ditadura de Fidel Castro. Não conheço nenhuma ditadura que não venha, no fundo, no fundo, para acobertar corrupção. Não conheço nenhuma, nenhuma. Há inocentes que podem até fazer a repressão sem se locupletarem pessoalmente – eles, inocentes, pobres ingênuos –, mas nenhuma ditadura, no fundo, no fundo, deixa de ter como escopo fundamental a prática da corrupção.

Então, para mim, tanto faz ser de esquerda, ser de direita, ser de centro. Não quero saber a cor da ditadura. Eu sou contra a ditadura e entendo que o Governo brasileiro deveria ser exortado a ter esse comportamento. Manter relação até com ditaduras pode manter, mas dar estímulos a que elas se reproduzam como modelo é algo que ofende a democracia pela qual tanto lutou o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Decorrido o prazo que a Mesa estabeleceu para se encontrar uma solução, consulto as lideranças se há acordo sobre a votação da Medida Provisória nº 470, transformada em Projeto de Lei de Conversão nº 18.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente, não há acordo. Nós estamos aguardando que venha uma proposta concreta, oficial, da área econômica. Nós não temos essa proposta ainda.

O que está acontecendo com os pequenos agricultores do Nordeste, Sr. Presidente, é um absurdo. Há um clamor. Nós, aqui, anistiamos dívidas tributárias de até R\$10 mil. Eles estão sendo, lá, executados por dívidas rurais, agrícolas, de menos de R\$10 mil! Eles fizeram financiamento para comprar um trator e devem dez tratores!

Claro que o Presidente Lula tem dito que quer resolver, vai resolver, mas o problema é de ordem prática. Essa é a última medida provisória em que nós vamos poder colocar alguma coisa. Então, a área econômica, se quer resolver o problema mesmo, tem de, efetivamente, dar uma solução, uma conformação jurídica,

legislativa, de como é que nós vamos fazer. Mas nós precisamos fazer. Como está, não dá.

A renegociação da dívida ativa vai vencer agora, no dia 31 de março próximo. As execuções continuam. Nós precisamos suspender as execuções dessas pequenas dívidas do semiárido, da região da Sudene, do Nordeste brasileiro. Quer dizer, nós precisamos fazer o rebate e precisamos, Sr. Presidente, fazer a remissão das dívidas menores, de até R\$10 mil, R\$15 mil na origem. Nós já fizemos isso aqui com dívida tributária, pasmem! Dentro dos milhões e milhões, bilhões e bilhões que foram dados de isenções, de incentivo, de crédito, nós não resolvemos o problema dos agricultores do Nordeste. Quer dizer, não dá para continuar com isso.

Infelizmente, não há acordo. Só vai haver acordo quando o Ministro Mantega disser o que vai poder fazer do ponto de vista da área econômica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ouvindo o discurso do Senador Arthur Virgílio. Até conversei com companheiros de bancada – o Senador Goellner e o Senador Efraim Morais – e estamos solidários com a tese – porque não é nem com a posição, mas com a tese – que o Senador Renan Calheiros esposa. Acha-mos que, pelo pretérito, pelo que já aconteceu, pelo que foi prometido e não ocorreu, está na hora de termos uma posição muito firme – concordo inteiramente com a posição do Senador Renan Calheiros –, do contrário, o agricultor que está tendo sua terra sequestrada ficará entregue à sua própria sorte. Nós existimos, aqui, para defendê-lo, para falar por ele, para defender a causa dele! Se não tivermos a coragem devida para tomar posição em favor dele, não sei o que será dele no futuro.

Então, eu acho que não temos alternativa. Pessoalmente, conversei com os meus companheiros e aguardo até às 17 horas e 30 minutos para uma definição, com a palavra do Governo, da área econômica, porque é sempre a área econômica que cria dificuldades. Sempre é alguém da área econômica que não concorda e, não concordando, fica tudo por isso mesmo, e o pobre do agricultor fica entregue à própria sorte. Então, até às 17 horas e 30 minutos nós aguardaremos. A partir das 17 horas e 30 minutos, meu partido não estará mais presente, nem garantirá o quórum. Pelo contrário, pedirá verificação de quórum na apreciação dessa MP.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como representante estrito do Estado do Amazonas, eu já me havia dado por satisfeito. Reconheço que há dificuldades em minha bancada para se votar essa matéria, porque, por várias vezes, determinados acordos são feitos e, em seguida, ou a Câmara os derruba, ou o Presidente os veta.

Não quero estabelecer muito essa diferença entre o Presidente da República e sua área social ou sua área econômica, porque, afinal de contas, parte dele a palavra final, cabe a ele a palavra final, a palavra de arbítrio. V. Ex^a foi Presidente da República e sabe disso muito melhor do que eu. Cabe a ele a decisão última, mas o fato é que isso desgasta a Casa, isso desgasta a relação entre os parlamentares.

Volto a dizer: como parlamentar do Amazonas, eu me dava por satisfeito, porque eu sequer tenho certeza de que determinada matéria, que supostamente afetaria o polo atacadista de Manaus... Eu não tenho certeza. Nós vamos discutir isso. A minha convicção, a convicção do Deputado Pauderney Avelino é que ofende o comércio atacadista do meu Estado. Eu tenho de me pôr contra isso, mas me disponho a discutir com quaisquer pessoas outras que pensem em sentido contrário. Se ficar provado que não há o prejuízo, eu não estou aqui para obstaculizar qualquer benefício a qualquer outro Estado da Federação. Estou até ansioso para ver a medida provisória seguinte votada, porque tem a minha impressão digital naquele episódio da Ford da Bahia. Eu era Líder do Governo e pude trabalhar, junto com o Senador Antonio Carlos Magalhães e com a bancada da Bahia, em algo que exigiu muito debate e muito atrito nosso com a própria área econômica. Hoje, nós temos orgulho de dizer que está implantada e consolidada, no Nordeste, uma montadora de automóveis do porte da Ford.

Então, eu sou a favor da prorrogação dos incentivos também para a Troller, e é bom até para as pessoas não ficarem imaginando que só na Zona Franca de Manaus tem incentivo. Eu estou, aqui, tratando de ajudar na prorrogação dos incentivos da Ford, dos incentivos da Troller, enfim.

Pelo sim, pelo não, o Líder Jucá concordou, de maneira muito cordial, muito amena, muito inteligente, em retirar a matéria que poderia prejudicar o comércio atacadista do meu Estado. Isso, para mim, é uma vitória. Eu, como parlamentar do Amazonas, exatamente e nesses limites, estaria satisfeito, mas a minha bancada diz: Não é possível que se celebrem acordos e os acordos sejam, aqui, apenas para viabilizar a tramitação das matérias de interesse do Governo, outras.

Depois, lá vem o veto, lá vem a desculpa de que uma coisa é o acordo na Câmara e outra coisa é o acordo no Senado, e que o Presidente da República não tem compromisso de não vetar.

Ou seja, queremos entrar numa fase de acordos efetivos, acordos verdadeiros, acordos para serem cumpridos. Então, eu não tenho como, Líder da bancada, neste momento, agir apenas por mim. Por mim, eu já me daria por satisfeito completamente, até porque, se há perigo ao polo de Manaus, ele está afastado nesse momento. Mas a minha bancada não está tranquila, não está contente com os rumos dessa prosa. E, nessa condição, endosso as palavras do Senador José Agripino. Teríamos de ter uma clara definição sobre a disposição e a palavra empenhada do Presidente da República de não vetar o que foi acordado, de levar os acordos até o final, para podermos facilitar essa votação.

Considero, e ouvi com a maior atenção, com maior simpatia o apelo do Senador Gim Argello, no sentido de, quem sabe, forçarmos uma votação para amanhã. Não vejo como viável às sextas-feiras; não vejo como viável. Vejo como viável termos a decisão agora sobre se o Governo vai ou não vai manter aquilo que foi acordado por suas lideranças nesse momento. Estamos com vontade. Seria muito simples encerrar a sessão, não há quórum mesmo, é só pedirmos verificação e a sessão cairia. Queremos dar chance, dar oportunidade, queremos dar vez ao diálogo e ao entendimento; agora, é preciso boa-fé. Da nossa parte tem havido eternamente boa-fé. E a nossa boa-fé é sempre respondida com algum ato: a Câmara não obedeceu ao Presidente, ou o Presidente não tinha o compromisso de não vetar e, no final, ficamos com os desgastes, nós Líderes, em relação às nossas bancadas, até porque os acordos são celebrados por nós. E quando dizemos que foi feito o acordo, voltamos para o interior das nossas bancadas e dizemos: “Foi feito o acordo. Vamos confiar? Vamos confiar.” Então, eu não queria mais pagar o preço desse desgaste. É o meu décimo primeiro ano como Líder entre Governo e bancada, daqui a pouco vou requerer aposentadoria ao Imposto de Renda como Líder. Enfim, é desgastante. Eu não queria assumir esse desgaste.

Gostaria de ver se o Palácio se manifesta em breve momento de maneira muito taxativa, muito clara, dizendo-nos o que vai acontecer de fato, para o jogo do faz de conta não significar apenas o desgaste.

Senador José Agripino, eu queria colocar para V. Ex^a, com muita franqueza, uma proposta que eu ia fazer a V. Ex^a no nosso concerto de Líderes de oposição. Refiro-me a essa história do pré-sal. Eu tenho pressa no pré-sal. Eu quero ver o pré-sal extraído. Mas nós, do PSDB, não aceitaremos sequer sentar à mesa de dis-

cussões com urgência. Eu não quero nem discutir se a emenda Ibsen Pinheiro é boa, se é ruim. Eu não quero discutir nada. Eu quero apenas dizer o seguinte: essa humilhação, esse cutelo da urgência, depois de o Governo ter debatido durante anos o que seria a sua proposta de marco regulatório, virem dizer que eu tenho 45 dias para deliberar, e tem de deliberar como eles querem? Isso é uma humilhação que eu não aceito, que o meu partido não aceita. Então, para início de qualquer conversa, nos declaramos em obstrução, porque não aceitamos votar o pré-sal desse jeito. É humilhante, não é justo, não é digno para o Congresso. Eu gostaria muito de não ficar só na minha palavra, na palavra do Senador Agripino, na palavra dos Líderes de oposição. Deveria ser uma explosão de todos os Senadores. Não é possível que se aceite que a Casa tenha 45 dias para decidir sobre algo tão relevante, se é que é relevante. Eu tenho pressa de extrair o pré-sal, até porque eu não acredito no petróleo. O Governo brasileiro parece se deitar nos louros da economia velha do combustível do século passado. E eu gostaria de extrair o pré-sal rapidamente enquanto o petróleo tem algum valor, porque eu gostaria de ver o pré-sal pagando os custos de alteração das matrizes energéticas brasileiras, para que o Brasil possa entrar na era do século XXI mesmo, com matrizes energéticas limpas. Então, entendo que temos de ter pressa, sim, mas não é a pressa dos 45 dias do Governo. Essa pressa é humilhante. A minha pressa é a pressa do patriotismo, é a pressa da sensatez, é a pressa do debate democrático, é a pressa de saber que a nossa marca vai estar impressa, vai estar imprimida também na decisão final sobre o pré-sal.

É preciso que o Governo faça uma reflexão e perceba que teríamos tudo para obstaculizar mil sessões, fazemos acordos em cima de acordos. Hoje é uma sessão à nossa feição. Estamos aqui, acho até com maioria, não estamos nem com possibilidade só de derrubar sessão. Se olharmos aqui rapidamente temos maioria neste momento na sessão. Não queremos usar isso. Queremos sinceridade nossa para lá, e sinceridade de lá para cá. Porque é uma coisa que aprendi com o meu pai, aprendi com o meu avô: se nós não nos dermos ao respeito, ninguém nos respeita. E a Casa precisa se dar ao respeito para ser respeitada. E o interlocutor a nos respeitar agora é o Palácio do Planalto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Magno Malta pediu a palavra; em seguida, Senador Mão Santa e depois o Senador Efraim Morais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Quero

fazer coro à posição do Senador Renan Calheiros e avalizo todas as palavras do Senador Arthur Virgílio.

Essa história de que “eu trago a garantia do Presidente da República”, Senadores não se esqueçam da PEC Paralela. Tínhamos todas as garantias na PEC Paralela. E onde é que chegamos?

Quero conchamar o meu partido, aqueles que fazem o meu partido, para que nós nos juntemos a essa explosão que está falando o Senador Arthur Virgílio. E aí temos também uma palavra, com relação ao pré-sal, do Presidente Lula. Uma palavra dele ao Governador Paulo Hartung, ao Governador Sérgio Cabral e ao Governador Serra, e que foi descumprida. Por quê? Ele deu a palavra dele, mas os Ministros não querem; os Ministros não gostaram. Que me desculpe o Senador Romero Jucá que, na frente do Ministro de Minas e Energia, disse que vai votar e vai passar o trator. Em cima de quem? Em cima de quem? Em cima de quem?

Precisamos, na verdade, ter responsabilidade com a discussão do pré-sal. Está certo o Senador Arthur Virgílio. Eu falo em nome de um povo que é de um Estado produtor, que tem um passivo ambiental. A degradação é por nossa conta ao longo de muitos anos.

De maneira que conclamo o meu partido a fazer coro à proposição e à posição do Senador Renan Calheiros, com relação aos pequenos agricultores do Brasil, e com relação a ter compromissos. Eu não acredito nem em compromisso falado do Ministro Mantega. Se não for assinado, não vai cumprir.

Senador Efraim, V. Ex^a que se bateu tanto na PEC Paralela, nós não temos de nos esquecer dela, havia tanta palavra dada! Com todo o respeito ao Presidente Lula, sei que ele tem toda a boa vontade do mundo, mas a palavra dele tem um peso quando ele se reúne nos nossos Estados, mas, quando chega nas mãos dos Ministros, não vale absolutamente nada. Então, é aqui nesta Casa que temos de nos valer da nossa condição e daquilo de que dispomos, dos instrumentos, para fazer a defesa daqueles que nos colocaram nesta Casa.

De maneira que faço ao Senador Renan Calheiros e assino embaixo as palavras do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Mão Santa tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, eu gostaria de dar um testemunho. Aliás, para V. Ex^a não, porque V. Ex^a é um estadista e conhece tudo e tal, mas somos vizinhos ali.

Frank Delano Roosevelt disse o seguinte: “As cidades poderão ser destruídas, mas ressurgirão do campo”, mas, se o campo for destruído, está tudo acabado

José Agripino. O testemunho que quero dar é o seguinte: ouvi as preocupações do Renan, do José Agripino, do Efraim Morais e eu vou trazer as do Piauí. Existe a zona de campo, que surgiu com o plantio de soja em grande escala e eles estão bem. Mas, Presidente Sarney, aqueles tradicionais homens do campo que nós conhecemos – aliás, esse apelido, Mão Santa, foi lá do Barro Duro –, eu estava me lembrando dele, revivendo aqui a euforia, os bois, os perus, era tudo assim no campo.

Relembrava, aqui, de quando fui Deputado Estadual e Líder do Dr. Lucídio Portela; ele não gostava e mandava que eu o representasse nessas inaugurações. Sarney, era banquete: era peru, era churrasco, era carneiro, era bebida, e o tempo foi passando. Sarney, no tempo de V. Ex^a foi extraordinário, porque tinha aquele programa do leite. O Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só, é acompanhado de outro bem. O senhor fez ali, para alimentar as crianças famintas, o melhor programa. Mas a bacia leiteira fixava o homem no campo, a vaquinha, vendia e o senhor pagava. Olha, ultimamente tenho ido – fui também quando Governador – e vi que aqueles que nos recebiam, Sarney, o prato está rachado, a cadeira quebrada, não tem mais aqueles perus não, estão todos empobrecidos.

Eu sei que o Luiz Inácio é gente boa, mas está rodeado de aloprados. Ô Mantega – ele nunca viu o que é o interior –. Então, eu queria dizer para o Mantega o seguinte: estão tomando lá os carros de boi, a rural, todos os bancos estão executando. Agora, Presidente Luiz Inácio – atentai bem! –, o Pedro II deixava a coroa e o cetro e ia ouvir os Senadores. Vossa Excelência tem sido um pai para os pobres, não vou discutir essas Bolsas, mas tem sido a mãe dos banqueiros.

Os Bancos internacionais estão aí, como o Santander. Os bancos dos Estados Unidos entram em falência; os do Brasil, eu não vi um! São todos os mais ricos, é o lucro e tudo. Dos pobres coitados estão tomando tudo, Sarney. Então, eu descí ali. Eu sou do Partido Social Cristão, então tenho que dar essa solidariedade aos irmãos. Eu quero seguir, estou acompanhando o desabafo e a atitude corajosa do Renan Calheiros, que se rebelou contra. Os pequenos produtores estão arrasados, estão empobrecidos.

Sarney, é que V. Ex^a anda muito atarefado, mas eu tenho andado pelo interior. Não há mais aquelas recepções, não. Agora que sou Senador, eles não dão mais peru. É que não têm, eles estão empobrecidos. A amizade aumentou. Essa é a realidade! Como vamos entender? O Luiz Inácio socorrendo o mundo todo. Onde há um problema, o Brasil está lá, são milhões de dólares! E os nossos aqui, esse Mantega acabando.

Que derreta a “mantega” aí, mas para os pobrezinhos a situação é de calamidade! Ô Luiz Inácio, livre-se dos aloprados!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu quero comunicar ao Plenário que nós alcançamos o prazo que a Mesa havia estabelecido, de 17h30min.

Não havendo acordo, está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello (Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 17-02-2010)

Prazo final prorrogado: 02-05-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo

VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes

e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas trípticas do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de traba-

lho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delga-

do), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art.

38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 –Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-

Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Fa-

ria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fis-

calização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394,

de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 –Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Esta-

do, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder

Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da

Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº

64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecurável do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera

a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art.

22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de

2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vamos prosseguir a lista de oradores.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, na verdade ainda era para discutir essa questão da MP.

Havia um acordo do Governo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Exª está inscrito como orador na lista.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estou inscrito? Posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pode.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Sr. Presidente. Só para dizer que as palavras do meu Líder, Senador José Agripino, já seriam suficientes, mas queria dizer a V. Exª que não dá para votar essa matéria sem incluir a questão do Nordeste.

Somos aqui, neste Plenário, 27 senadores representando a região do Nordeste, somos 1/3 do Senado e não podemos votar essa matéria, Senador José Agripino, porque, caso contrário, sairíamos daqui sendo incompetentes em relação a essa situação e em defesa dos nossos companheiros do Nordeste.

Acabo de receber um comunicado, Senador Valdir Raupp – desculpe-me estar tomando o tempo de V. Ex^a –, do meu Estado de que hoje, pela manhã, vinte pequenos produtores rurais do Município de Juazeirinho – quem conhece a Paraíba sabe que não há a menor possibilidade de ter um grande produtor no Município de Juazeirinho, um pequeno Município da Paraíba – foram notificados pelo Banco do Nordeste para posterior execução. E olhe que o maior valor entre esses homens trabalhadores que haviam tomado empréstimo foi no valor de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil.

Por isso, solidarizo-me com as palavras do Líder José Agripino, junto-me à decisão do Senador Renan Calheiros. O Governo tem que, de uma forma ou de outra, encontrar uma solução para os pequenos agricultores do País e, em especial, do Nordeste. Caso contrário, sou favorável...

O Governo não precisa resolver só o problema dos maiores, dos grandes produtores. E nós, que defendemos a questão dos pequenos produtores do Nordeste, saímos daqui na condição de incompetentes. Será uma fraqueza dos 27 Senadores e Senadoras que representam o Nordeste. Acho que está na hora de impormos esse um terço, que é suficiente para barrar qualquer proposta do Governo nesta Casa.

Por isso, a nossa solidariedade à questão levantada pelo Senador Renan Calheiros, pela palavra do meu Líder José Agripino. Com certeza, o Governo, até o dia de amanhã ou no início da semana, encontrará uma solução para que também se inclua o Nordeste nessa MP.

Obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Expediente.

Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 156, de 2010**, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores no Período do Expediente da sessão do dia 18 de março do corrente, quinta-feira, seja destinado a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Gim Argello, os dois outros interessam a V. Ex^a diretamente. Então, tenha paciência aí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 161, de 2010**, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 22 de abril do corrente, quinta-feira, seja destinado a celebrar o Dia de Tiradentes e o aniversário de 50 anos de Brasília.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 155, de 2010**, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão de 22 de março do corrente, segunda-feira, seja destinado a comemorar os 15 anos de transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica de Brasília e homenagear a Rede Católica de Ensino no Brasil.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Gim Argello pediu a palavra pela ordem.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ah! Já está na tribuna?

Perdão, Valdir Raupp...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Perdão, Valdir Raupp.

Sr. Presidente, é apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – ...mas é porque estava defronte aqui.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, é para informar a todos os Srs. e Sr^{as} Senadores que ficou a votação para terça-feira, tendo em vista que o Sr. Presidente da República convidou toda a área econômica para agora, às 19 horas e 30 minutos, se debruçarem sobre essa questão à qual o Presidente da República é sensível. Ele disse que está procurando uma forma de resolver porque mudou de R\$10 mil para R\$15 mil na data de hoje esse corte, e já havia

uma proposta colocada e discutida na área econômica. Mas o Presidente puxou para si, agora, às 19 horas e 30 minutos, chamou toda a área econômica, e tenho certeza de que, na terça-feira, vamos ter solução também para este caso.

Essa Medida Provisória nº 470 trata de mais de uma dezena de situações diferentes, fazendo ajustes em várias delas, trazendo novas leis que melhoram vários segmentos da nossa sociedade, todos já conversados, discutidos e com acordos de todas as Lideranças desta Casa. Apenas esse item que foi colocado agora, pelo fato de ter mudado o valor de R\$10 mil para R\$15 mil pela área econômica... porque vai atender uma dimensão de mais de 500 mil contratos.

Então, só para informar que a Liderança do Governo, é agora representada por minha pessoa, já que o Líder Romero Jucá teve que se ausentar para cuidar também desse assunto. Na terça-feira, se Deus quiser, colocaremos isso como primeiro item da Ordem do Dia e realizaremos a votação, completando o ciclo dessa Medida Provisória, que faz tanto bem ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, por me conceder este espaço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, que é o próximo orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, depois falarei um pouco, Senador Gim Argello, sobre outras questões, mas quero aqui falar sobre a MP nº 470.

Essa Medida Provisória abrange praticamente todo o Brasil, em várias áreas, e contempla, no Estado de Rondônia, em torno de três mil famílias. A pedido do próprio Governo, da Casa Civil, do Governo Federal, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Acir Gurgacz e eu pedimos ao Relator desta Medida, o Senador Gim Argello, que inserisse no texto uma emenda contemplando o Estado de Rondônia. É a permuta de parte de uma reserva de um Parque Nacional, ocupada há mais de 15 anos por três mil famílias.

Naquela época, o Ibama não teve capacidade para impedir essa ocupação.

E agora não restou alternativa a não ser a permuta de uma área do Estado, uma reserva estadual, a reserva Rio Vermelho, mais ou menos da mesma área, por essa parte afetada, ocupada por esses colonos. Esta é uma medida importante. Quero aqui ler, inclusive, um pequeno trecho da emenda que está sendo inserida na MP nº 470:

Art. 1º. Ficam alterados os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, unidade de conservação federal criada pelo Decreto

nº 96.188, de 21 de junho de 1988, conforme o memorial descritivo previsto no art. 2º desta Lei, passando a área desta unidade de conservação dos atuais cerca de 280.000 ha (duzentos e oitenta mil hectares) para cerca de 97.357 ha (noventa e sete mil e trezentos e cinquenta e sete hectares).

Parágrafo único. Fica a União autorizada a doar ao Estado de Rondônia os imóveis rurais de sua propriedade inseridos na área originária e desafetada da Floresta Nacional do Bom Futuro, com exceção daqueles relacionados nos incisos II a XI, do art. 20 da Constituição, com a condição de que seja criada uma Área de Proteção Ambiental – APA, com 50% (cinquenta por cento), a ser transformada em floresta estadual, podendo ser admitido a divisão em blocos (fragmentação), com corredores ecológicos, que garanta da melhor forma possível a conservação da biodiversidade. As áreas destinadas à floresta estadual servirão como compensação das reservas legais das propriedades rurais, que constituirão a Área de Preservação Ambiental – APA.

Essa negociação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também resolve o problema da construção da Usina de Jirau, que está afetando também uma pequena área da reserva Rio Vermelho. Por isso, houve um acordo do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, também com o aval da Bancada Federal no Senado e na Câmara, para que houvesse essa negociação de permuta da reserva Rio Vermelho, num total de 140 mil hectares, por outros 140 mil da reserva do Bom Futuro.

De forma que eu trabalho também pela aprovação. Eu lamento não termos chegado ao entendimento, ao acordo de vários Líderes, que também têm problema em seus Estados e em suas regiões, mas espero que, na próxima terça-feira, possamos votar esta medida provisória tão importante para o Brasil e tão importante também para o meu Estado de Rondônia, posto que resolve esse problema da região do Rio Pardo, da região do Marco Azul, da região do Minas Novas. Há lá lideranças importantes que também estão trabalhando há anos nesse acordo, como Salvador, do Rio Pardo, Elizeu, do Marco Azul, e tantos outros, além do Governador do Estado, como já falamos, da Assembleia Legislativa, da Prefeitura de Porto Velho, enfim, da Bancada Federal.

Então, Sr. Presidente, espero sinceramente que nós cheguemos a um acordo até a próxima terça-feira.

Queria ainda falar de uma reunião importante que tivemos no dia de ontem, no Ministério do Planejamento. Audiência marcada por mim, mas convidada toda a Bancada Federal e também todos os presidentes dos sindicatos dos servidores públicos do Estado de Rondônia, para tratar da PEC da Transposição, essa PEC tão discutida aqui no Senado e na Câmara. Nós votamos em dois turnos no Senado, em dois turnos na Câmara, depois voltou novamente para o Senado. Eu relatei esse projeto aqui, num acordo com a Bancada Federal, com todos os sindicatos, e agora está faltando apenas a regulamentação, porque já foi promulgada pelas duas Casas, pelo Senado e pela Câmara. E essa regulamentação está demorando um pouco, Sr. Presidente. Então, fomos ontem ao Ministério do Planejamento cobrar agilidade na minuta e no projeto dessa regulamentação que ainda deverá ser encaminhado ao Congresso. Tivemos a garantia do Secretário Nacional de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento de que, em vinte dias, estará pronto esse projeto para ser mandado ao Congresso.

A nossa preocupação é a de que, sendo este um ano eleitoral, a partir de junho, pouca coisa vai andar aqui no Congresso, tendo em vista de que já há um acordo das Presidências da Câmara e do Senado de que no mês de julho, agosto e setembro teremos apenas três momentos de esforço concentrado para votarmos medidas aqui no Congresso. Então, temos que trabalhar essa regulamentação até o mês de junho.

Espero, então, que em vinte dias o Ministério do Planejamento termine essa minuta e que possamos nos sentar com a Bancada Federal, com os sindicatos que estão acompanhando essa medida, para concluirmos esse processo penoso. Penoso porque há mais de dez anos estamos esperando – há muito mais, talvez há quase de quinze, vinte anos, desde a Constituição de 88. Os Estados do Amapá e de Roraima foram contemplados, e o Estado de Rondônia ainda não teve a contemplação desse benefício.

E isso, além de beneficiar mais de 23 mil servidores, irá beneficiar também o Estado com uma economia de R\$30 milhões a R\$40 milhões por mês. E vejo que a União – que tem reservas cambiais no valor de US\$240 bilhões, podendo crescer a cada ano mais US\$30 bilhões, US\$40 bilhões, e que vai ter também os recursos do pré-sal, aprovados ontem na Câmara Federal – poderá arcar com uma despesa de R\$30 milhões, R\$40 milhões para cumprir um compromisso, uma dívida com o meu Estado, com o Estado de Rondônia.

E eu queria ainda, Sr. Presidente, fazer um breve comentário sobre uma reunião que será realizada amanhã, sexta-feira, e sábado no Estado de Rondônia.

Na verdade, já começou, no dia de ontem, a Diretoria do Dnit a percorrer algumas cidades da BR-364 – Ariquemes, Jaru, Ouro Preto –, estará hoje à noite em Ji-Paraná, na sexta-feira e no sábado na cidade de Vilhena, e vai tratar da restauração da BR-364.

Já pude falar, esta semana desta tribuna, da situação lamentável, lastimável em que está a nossa BR-364, especialmente no trecho de Vilhena até Porto Velho. Há muitos buracos. Na verdade, verdadeiras crateras, onde ocorrem acidentes quase todos os dias, com muitas mortes. Já foram mais de dezenove mortes só neste ano, cem mortes no ano passado, com duzentos a trezentos feridos graves. Essa BR tem causado grandes transtornos à economia e à população do Estado de Rondônia.

Espero que o Dnit, nessas reuniões que está fazendo em Rondônia, nessas audiências públicas, possa licitar, o mais rápido possível, a restauração da BR-364, para evitar todo esse transtorno.

Ainda vamos tratar, na reunião de sábado, em Vilhena, do lançamento da ferrovia transcontinental, que sai do Rio de Janeiro, passa por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, entra em Rondônia, em Vilhena – onde haverá a reunião –, estende-se até Porto Velho, passando por toda a BR-364, indo a Rio Branco, Cruzeiro do Sul e, depois, encontra-se com a ferrovia peruana, tornando-se uma ferrovia transcontinental. A exemplo também da nossa rodovia, a BR-364, em que, agora em outubro, será inaugurado o último trecho que faltava ser asfaltado no país vizinho, o Peru, e que vai se tornar também uma rodovia bioceânica. O Presidente Lula já acertou a inauguração com o Presidente do Peru, Alan Garcia, para o mês de outubro. Esse era um sonho acalentado também há quinze, vinte anos, que está se tornando realidade.

Se nós sonhamos um dia com as nossas usinas do rio Madeira, e elas estão acontecendo, se sonhamos com a rodovia bioceânica, e ela está acontecendo, por que não sonhar com a ferrovia transcontinental? Por que não sonhar com o gasoduto Urucu-Porto Velho, que eu tanto bati aqui nesta tribuna e até hoje não aconteceu? Enquanto se queima óleo diesel, enquanto ainda há falta de energia em algumas regiões do País, nas regiões isoladas, por que não puxar esse gasoduto Urucu-Porto Velho para gerar energia e sustentar também o crescimento das indústrias em nossa capital e no interior do Estado?

Encerro, Sr. Presidente, na certeza de que nossos apelos serão ouvidos pelo Governo Federal e pelos Ministérios de cada área aqui reclamada. Mais uma vez, torço para que o entendimento sobre a MP nº 470 seja feito e para que se possa resolver também o problema da região do Parque Nacional do Bom Futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, como Líder... Alias, era eu, mas vou ceder a V. Ex^a porque todos nós temos que prestar uma homenagem a Francisco Dornelles. Sei que todos os Senadores são importantes, mas V. Ex^a representa o que há de melhor na tradição mineira. Atentai bem para a grandeza deste Senado da República! O Senador Francisco Dornelles foi aquele a quem Tancredo Neves entregou a chave do cofre do Brasil. Foi Ministro da Fazenda, Ministro do Trabalho...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, existe, no campo da psicanálise, o fenômeno da projeção, que se dá quando uma pessoa atribui a outra suas próprias qualidades. De modo que o que V. Ex^a joga sobre mim são suas virtudes e qualidades, que homenageio neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não; o que só tenho parecido – e é muito honroso para mim – é o nome: ambos somos Francisco. V. Ex^a tem o Francisco paz e bem, o santo. Primeiro V. Ex^a, aí depois estou atrás.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, minha cara Senadora Lúcia Vânia, é uma honra tê-los aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Duque, falo agora como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, para trazer aqui a posição do nosso Estado em relação a dispositivo aprovado ontem pela Câmara dos Deputados relacionado com a distribuição de *royalties* de participação especial do petróleo.

O Rio de Janeiro, Sr. Presidente, concorda e entende que, em relação ao pré-sal, em relação aos campos que vierem a ser licitados, possamos mudar as regras de distribuição dos *royalties* de participação especial, para que Estados e Municípios não produtores venham a ter uma participação maior. Por exemplo, hoje nós temos – vamos chamar assim – uma alíquota de *royalties* de 10% – ela está passando para 15%. Que esses cinco pontos percentuais sejam todos destinados aos Estados e Municípios não produtores é uma proposta que pode ser aceita. Ou seja, os Estados e Municípios não produtores que hoje recebem 0,8% passem a receber 6%, 7%, um aumento bastante considerável.

O que não podemos aceitar, Sr. Presidente, é uma mudança que vai fazer com que o Rio de Janeiro, Estado produtor, receba a título de *royalties* menos que 25 Estados da Federação que não produzem nada. O Rio de Janeiro não pode ver sua arrecadação, que hoje atinge 4,9 bilhões, passar para 100 milhões.

Estou certo de que nós, aqui no Senado, que é a Casa da Federação, a Casa do equilíbrio, a Casa do entendimento, vamos encontrar uma fórmula, nessa distribuição de *royalties*, que atenda ao interesse de todos os Estados e Municípios produtores e que não leve o Rio de Janeiro à falência.

Não acredito que exista nesta Casa um movimento “anti Rio de Janeiro”. Acho que existe nesta Casa um movimento de defesa de todos os Estados e Municípios não produtores, e o Rio de Janeiro deles participa.

Sr. Presidente, examinando os dados, o Rio de Janeiro participa com 1,5% da receita do Fundo de Participação dos Municípios. Isso significa que grande parte dos impostos arrecadados no Rio de Janeiro são transferidos a outros Estados da Federação, regiões mais pobres; e essa transferência tem todo o nosso apoio. Agora, não pode ser esse o critério de distribuição de *royalties* de participação especial.

Quero aqui reiterar, como Senador do Rio, que apoio uma maior participação dos Estados e dos Municípios não produtores nos *royalties*. Acho que os 5% advindos da alteração da alíquota de 10% para 5%, devem ir para os Estados e Municípios não produtores, mas em relação ao futuro. Em relação aos campos já licitados e leiloados, não se pode mudar as regras daquilo que existe, porque isso fere os princípios jurídicos – mudam-se todas as cláusulas de situações já consagradas.

Por isso, quero pedir aqui... Vou procurar cada Senador, buscando um grande entendimento, de modo que todos ganhem com o pré-sal, para que não exista o ganho de poucos e a desgraça de muitos.

O Rio de Janeiro, se tiver a sua arrecadação reduzida de 5 bilhões para 100 milhões, realmente vai entrar em falência. Mas o Senado não vai permitir que isso ocorra. Nós vamos procurar um entendimento para que Estados e Municípios produtores tenham uma grande vantagem, um grande ganho com os frutos do pré-sal e para que o Rio de Janeiro não seja o grande prejudicado.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após as palavras de Francisco Dornelles, convidamos a próxima oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, anuncio Paulo Paim e Paulo Duque, esse extraordinário Senador que preside, com muito brilho, firmeza e competência, o Conselho de Ética do Senado. A ele nós devemos a pacificação que hoje vivemos. Devemos isso à sua sabedoria.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, essa mulher extraordinária. E digo isso com gratidão, porque governei o Estado do Piauí, e ela e Dona Ruth

Cardoso traduziram o lado de solidariedade e amor do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa encantadora Senadora foi várias vezes ao Piauí para nos ajudar e fez o programa mais belo, o Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Implantou-o em todo o Brasil.

Dona Ruth Cardoso foi para o céu, e ela eu convido para vir à nossa tribuna.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É uma boa lembrança o nome da Dona Ruth, citado por V. Ex^a, uma vez que estamos ainda no mês dedicado à mulher. Dona Ruth foi uma mulher excepcional, que pode dar ao País, com o seu exemplo, a noção de que os programas sociais precisam dar às pessoas a oportunidade, não a tutela. Foi a primeira vez que vimos, em nosso País, programas sociais que respeitam as pessoas, que respeitam o ser humano, dando-lhes a oportunidade, para que possam caminhar sozinhos.

Portanto, aproveito a lembrança do nome da Dona Ruth Cardoso para homenageá-la nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uma das bandeiras que sempre defendi nesta Casa é a questão social. O nosso Presidente acaba de colocar uma parte da minha trajetória, quando, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique, pudemos formatar vários programas sociais que hoje possibilitaram um avanço nos programas de transferência de renda para as nossas crianças e adolescentes e, principalmente, para os nossos idosos.

Mas crianças e adolescentes sempre tiveram lugar de destaque na minha vida e na minha agenda. Por esse motivo, ocupo a tribuna, para tratar de um tema que diversos colegas Senadores já abordaram e sobre o qual não poderia deixar de manifestar-me, Sr. Presidente.

Trata-se da PEC da Juventude, que se transformou em uma das principais bandeiras dos movimentos juvenis e dos demais atores sociais e institucionais que veem, nos marcos legais, instrumentos indispensáveis para a consolidação das políticas públicas de juventude como uma agenda irreversível do Estado brasileiro.

Tenho a honra de dizer que a PEC da Juventude é de autoria de um goiano, de um parlamentar brilhante, que honra o nosso Estado, o Deputado Sandes Júnior. Foi ele o autor dessa PEC. E tenho certeza de que, aqui no Senado como na Câmara, nós iremos discuti-la, aperfeiçoá-la, se possível e, ao mesmo tempo, votá-la, para que possamos entregar à juventude brasileira um legado importante para o presente e para o futuro.

Essa reivindicação, que alcançou projeção após a 1^a Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, já extrapolou o legislativo federal, e propostas semelhantes tramitam em várias Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Ressalto que a aprovação dos marcos legais que asseguram direitos para os jovens foi definida como prioridade pela 1^a Conferência Nacional de Juventude, que mobilizou 400 mil participantes em mais de mil municípios, nas 27 unidades da Federação.

Longe de ser uma demanda burocrática, a institucionalização de marcos legais é a expressão de um momento em que podemos aproximar sonho e realidade, quando falamos em mais direitos para esse segmento populacional.

A PEC da Juventude foi aprovada, sem nenhum voto contrário, pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado Federal em novembro de 2008, onde foi aprovada, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Atualmente aguarda votação, em dois turnos, no Plenário desta Casa.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que, em 2006, o Brasil possuía 50,5 milhões de brasileiros e brasileiras com idade entre 15 e 29 anos, o que corresponde a 28% de toda a população do País.

O peso numérico e o fato de que suas condições sociais têm impacto no presente e no futuro do País já justificariam a criação de políticas públicas específicas para esse segmento populacional.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a implementação de uma política nacional de juventude é um compromisso de seus Estados-membros desde 1981, quando se adotou o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), que reconhece o potencial dos jovens e a importância desse segmento nos projetos de desenvolvimento de qualquer país.

No Brasil, em virtude do amplo diálogo que vem sendo mantido entre governo, parlamento e movimentos sociais, os avanços, apesar de todos os esforços, foram bastante modestos. Mas já tivemos alguns e não podemos negá-los.

A criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, a implementação de programas como o Projovem e o Prouni e a regulamentação da Lei do Estágio são exemplos de iniciativas que passaram pelo Congresso Nacional e que tiveram, sem dúvida nenhuma, a colaboração desta Casa no sentido de aprimorá-los.

Por outro lado, temos de reconhecer que estamos perdendo a nossa juventude para o tráfico e para a marginalidade. É terrível, Sr. Presidente, assistirmos, a cada dia, aos nossos jovens serem assassinados em

cada esquina, em cada canto deste País. E isso tem nos deixado extremamente preocupados. O uso do *crack* generalizou-se em todo o País. Antes era apenas usado nos grandes centros; hoje, as pequenas comunidades lutam com a dificuldade para combatê-lo.

Por isso, costumo dizer que, em relação à juventude brasileira, as políticas públicas de todos os governos até hoje, apesar dos esforços e dos diálogos que travamos a respeito, fracassaram. E é preciso que haja uma urgente preocupação no sentido de buscar uma linguagem que atraia esses jovens para a escola, para o esporte, para um lazer benéfico.

Posso atestar a V. Ex^a que estive recentemente na cidade de Anápolis, quando vi ali um exemplo de política pública de sucesso para a juventude. Foram criadas várias praças para a juventude, ali acrescentando pistas de *skate*, pistas de *motocross*. É impressionante ver que aquelas praças atraem os jovens e que ali podemos ter a grande oportunidade de mostrar a importância do esporte e, principalmente a importância de se afastar dos vícios para se obter sucesso naqueles esportes. Esse é um dos exemplos, que, acredito, pela experiência e pelo que pude vivenciar ali, é uma política que deu certo e que pode dar certo, porque atrai os jovens com a sua própria linguagem.

Acredito que os sonhos e os desafios dos nossos jovens da periferia, das fábricas, das favelas, do campo, da cidade, do *facebook*, do *twitter*, do *orkut* precisam de um olhar específico.

Sr. Presidente, a quantidade de temas e debates que chegam ao Plenário do Senado é muito grande, e é nessa disputa de prioridades que se insere essa PEC. Neste momento, chamo a atenção dos senhores parlamentares. Esta Casa tem dado exemplos importantes, principalmente no que diz respeito à legislação que favorece a nossa segurança pública, que favorece a nossa economia; todavia, é preciso que, neste momento, todos nós, parlamentares, nos juntemos para fazer dessa PEC uma lei que venha resgatar toda essa dívida que temos para com a juventude brasileira. E espero contar com a colaboração de todos os Srs. Parlamentares. Vamos fazer dessa luta uma luta desta Casa em favor do povo brasileiro, em favor da nossa juventude, em favor do nosso presente e do nosso futuro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essa foi a Senadora Lúcia Vânia, mostrando seu entusiasmo com a aprovação da PEC da Juventude. Essa extraordinária Senadora, por onde anda, vê que o Brasil quer que S. Ex^a continue aqui. Então, Goiás não pode decepcionar nosso Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Duque, que representa o PMDB do Estado do Rio de

Janeiro e que traduz a riqueza da experiência desta Casa. O Senador é o Presidente do Conselho de Ética do Senado da República. Graças à sua inteligência, à sua firmeza, à sua obstinação e à sua coragem, o Senado da República atravessou um verdadeiro mar vermelho. E, hoje, o Brasil orgulha-se desta instituição maior da democracia, que é o nosso Senado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, Sr. Presidente. V. Ex^a acaba de declarar palavras sábias, porque isso é verdade.

Eu queria dizer, Sr. Presidente Mão Santa, que, hoje, há pouco tempo, aprovamos um requerimento em que é solicitada uma sessão solene para celebrar os 50 anos de Brasília. Eu queria que V. Ex^a confirmasse isso, porque o autor do requerimento, há pouco, conversando comigo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador, peço permissão para interrompê-lo. O Senador não fez um requerimento, não, mas três requerimentos de grande valia, que engrandecem o Senado, entre os quais está a comemoração em homenagem a Tiradentes e a Brasília. Os outros dois são em homenagem a Joaquim Nabuco e a uma universidade. Já dei o encaminhamento.

Eu não ia deixar que houvesse demora naquilo que veio da inteligência de V. Ex^a, Senador Cristovam. Que o País saiba que dessa mesma inteligência é que nasceu o Programa Bolsa Família, que é a bandeira maior do Presidente da República!

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Quer dizer, Sr. Presidente, que, na segunda-feira, dia 22, haverá uma sessão solene aqui? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Professor Cristovam Buarque apresentou os requerimentos, eu os coloquei em votação, e eles foram aprovados.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Então, haverá ou não essa sessão? Estou em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Haverá essa sessão. Fale aí, Senador Cristovam Buarque! O Senador Cristovam vai nos esclarecer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O problema, Senador, é que o dia 22 é um dia seguinte a um feriado e fica no meio da semana. Penso que, assim, vai ser uma sessão muito vazia. Mas foi aprovada. Esse foi meu pedido, e o reafirmo. Vamos deixar aprovado o requerimento, e, mais adiante, a gente vê o que faz.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Perfeito. Estamos, agora, todos bem esclarecidos. Mas não criei obstáculo à tramitação ou à aprovação do requerimento. Eu não faria isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Permita-me repetir aqui: haverá comemoração na Hora do Expediente da sessão, visto que o Requerimento nº 156, de autoria do Senador Cristovam Buarque, destina-se a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco. A data prevista é 18 de março de 2010, numa quinta-feira.

Outro requerimento pede que seja feita outra comemoração na Hora do Expediente, em homenagem aos quinze anos de transformação das Faculdades Integradas Universidade Católica de Brasília e em homenagem à Rede Católica de Ensino, no dia 22 de março de 2010, segunda-feira.

E outro requerimento pede que seja celebrado o Dia de Tiradentes e o aniversário de 50 anos de Brasília. A data prevista é o dia 22 de abril de 2010. Será uma quinta-feira. Será uma sessão boa, e a homenagem será feita na Hora do Expediente da sessão.

Está esclarecido.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Está tudo esclarecido. Mas o que não está esclarecido, Sr. Presidente, é a indagação que fiz outro dia e que faço até agora: o que vamos celebrar em Brasília? Vamos comemorar a vinda da capital para aqui? Ou o fato de Brasília ser uma “Cidade Maravilhosa II”, como ela é? Com essa debacle, com essa queda estrondosa do Governador ou Prefeito de Brasília – não sei –, que está preso, não vejo alegria nessa celebração. Já falei isto aqui uma vez e falo isto de novo: vejo nisso sofrimento! Brasília não merecia estar com seu Prefeito ou seu Governador encarcerado! Não quero espeznhar sobre ele, nem vou pronunciar o nome dele. O que quero dizer é que virei aqui, sim, para prestigiar o requerimento do Senador Cristovam Buarque. Virei aqui, mas não participarei disso com alegria, com toda a franqueza.

Imagine V. Ex^a que, no Rio de Janeiro – tiraramos tanto e, agora, querem também tirar um pouquinho do pouco petróleo que foi descoberto nas costas, no litoral do Estado –, houve 54 Prefeitos. Não é brincadeira! Foram 54 Prefeitos, sendo que dois foram do Piauí – eu já disse isso a V. Ex^a –, e foram eles Henrique Valadares e Coelho Rodrigues. E também houve no Estado um Governador que era do Piauí. E todos os outros Prefeitos nem foram cariocas. E, com uma exceção, por causa ideológica – só uma exceção –, houve um Prefeito no Rio de Janeiro que foi preso por quatro anos, que foi um médico ilustre chamado Pedro Ernesto. Mas tenho de explicar: preso por quê? Por causas ideológicas. Ele foi um dos fundadores da famosa Aliança Nacional Libertadora. Ele tinha uma casa de saúde famosa, porque era um grande médico. Ele abrangia ali as pessoas que eram contra o Governo de

qualquer maneira. Pedro Ernesto era uma figura humana extraordinária, mas também ajudou a Intentona Comunista de 1935, no Rio de Janeiro, que ocorreu lá no norte, na Escola de Aviação, e no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Então, em 1936, ele foi preso, foi encarcerado. Ele, realmente, como auxiliar do Governo, não podia conspirar contra aquele Governo. Se estava servindo como Prefeito à cidade que era capital da República, ele não podia conspirar ostensivamente, veladamente às vezes, contra o Governo. Depois, foi redimido. Hoje, há um palácio, que é a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com o nome dele, e há um hospital com o nome dele. Todos os ex-Prefeitos do Rio de Janeiro tem seus nomes nas ruas. Por exemplo, há uma praça enorme com o nome de Serzedelo Correia. Eu poderia continuar aqui lendo quase todos, conhecidos de V. Ex^{as}.

Portanto, não achei bonita essa celebração com o dirigente desta cidade impedido de comparecer. Não achei oportuna essa celebração, no sentido de solenidade. Sei me comportar e sei o que vou dizer se eu vier aqui. Não vou agredir ninguém, sobretudo alguém que nem mesmo pode responder. Vou me ater a Brasília, ao que ela representa hoje, à grande Capital que ela é, ao extraordinário serviço que prestou em relação à estabilidade do regime, sonho de muitos e muitos anos. É o que farei aqui se, na ocasião, eu tiver a oportunidade de fazer um pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Penso que é para isso mesmo a solenidade, para que a gente venha aqui dizer as coisas que pensa, para que a gente venha aqui fazer uma reflexão. As pessoas doentes comemoram aniversário. Brasília está doente.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Por isso, a gente não vai deixar de comemorar o aniversário. Segundo, não confunda, Senador, um governo, um governador com a cidade. É um equívoco muito grande esse que já vi o senhor fazer aqui mais de uma vez. Esta cidade, talvez, seja a maior das epopeias que o povo brasileiro realizou. O povo brasileiro merece comemorar ter feito, num prazo de tão pouco tempo, uma das capitais mais importantes do mundo, como é Brasília. Não é por que o Governador está preso que a gente vai deixar de comemorar. Isso, ao longo da história desta cidade, vai se tornar insignificante ou vai ficar como exemplo de aqui se faz isso; nas outras, não se faz. Muitos se esquecem de que, se não fossem os jovens brasilienses nas ruas, levando pan-

cadadas, sendo atropelados por cavalos, o Governador, talvez, não estivesse preso. Ninguém lembra que fomos nós, aqui, em Brasília, que viemos a manifestações na frente do Congresso para conseguir as eleições diretas, da mesma maneira que ocorreu em São Paulo, no Rio e em outros lugares. Ninguém lembra que, aqui, nós, brasilienses, fizemos manifestações para que se conseguisse derrubar um Presidente. Fomos nós que fizemos isso. Nós merecemos comemorar, talvez até mais pelo fato de hoje o Governador estar preso. Não vamos comemorar o Governador, não vamos comemorar o Governo. Temos de comemorar a cidade, provavelmente sem festa, com reflexões, com análise. Que o senhor venha a comparar todos os Prefeitos do Rio que nunca foram presos com o nosso Governador! Vamos refletir, vamos perguntar por que isso acontece aqui. Mas, se for por aí, já houve dois ex-Prefeitos presos em São Paulo; já houve Governador preso em outros Estados; já houve político de um Estado que esquartejava gente, e ninguém acusou o Estado por causa daquilo. Não faz muito tempo, no Espírito Santo, dizia-se que a máfia dominava. Foi preciso chegar lá o Governador Hartung, que não é do meu Partido, e, hoje, ele conseguiu pôr ordem na cidade. A gente iria, então, satanizar, demonizar o Estado do Espírito Santo, cujo nome nem permitiria isso, porque havia bandidos, sim, no Governo daquele Estado naquele tempo? Não! O Estado se recuperou, e Brasília vai se recuperar. Não podemos confundir, Senador Duque, uma cidade com seu governo e com seu governador. Por favor, entenda que aqui somos dois milhões de pessoas! Somos dois milhões de pessoas que trabalham, que estudam, que caminham, que lutam e que se envergonham hoje da situação em que estamos. Temos direito de curtir a nossa vergonha e de lutar para superar este momento. E mais: podemos servir de exemplo para o Rio de Janeiro e para outros Estados pelo que estamos aprendendo, de tal maneira que aqui se possa fazer, a partir de agora, outra inauguração de Brasília, a Brasília ética. A Brasília física está construída. A Brasília ética está demolida. Aceitamos, reconhecemos e queremos superar isso. Até para superar isso, em nome de superar isso, de dar uma virada na história desta cidade, a gente precisa fazer uma sessão aqui para o povo brasileiro que construiu esta cidade; para um mineiro, como Juscelino, que foi capaz de fazer esta cidade; para todos os que vieram de fora para fazer esta cidade e que, em tão pouco tempo, fizeram uma cidade deste tamanho. Nenhum outro povo do mundo fez desse jeito. O povo brasileiro merece comemorar os 50 anos de Brasília! É o povo brasileiro que merece isso, porque foi esse povo que fez Brasília. E também merecemos nós, que somos daqui,

porque fomos candangos, porque tivemos coragem de deixar nossas cidades e vir para o Planalto Central, que era vazio naquela época. Quantos brasileiros fizeram isto, abandonaram o litoral de que todos os brasileiros gostam, inclusive eu, onde nascemos tantos, e vieram aqui para o Planalto Central, vazio, sem nada, e construíram uma Capital nova para o Brasil inteiro? Nós nos orgulhamos disso, Senador Duque. Pode ser que haja um Governador preso, pode vir outro a ser preso amanhã, mas nos orgulhamos do que fizemos. E é, por esse orgulho, que a gente vai querer comemorar, sim, os 50 anos desta cidade. Não é preciso festa. Isso pode servir até para uma reflexão sobre o que a gente vive, sobre os erros que cometemos, mas, sobretudo, sobre os acertos que a gente quer fazer daqui para frente. Daqui a cinquenta anos, vai haver sessão comemorando o centenário de Brasília. E vão se lembrar deste momento como? Como o tempo em que, nesta cidade, um Governador foi preso? Ou como o momento a partir do qual a gente construiu um modelo de governo que nem o Rio de Janeiro nem outro Estado tem?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Entendo a tristeza de V. Ex^a neste momento. Embora tenha procurado dar um aspecto otimista ao seu aparte, sei que, por dentro, na sua alma, no seu coração, reina a tristeza. Tenho certeza disso, porque reina essa tristeza em toda a população desta cidade por saber que seu Governador está preso, encarcerado, e não poderá comparecer à solenidade. E o Vice? O Vice não existe mais. Por quê? Pelos mesmos motivos.

É um pensamento respeitável, que faço questão até de exaltar. V. Ex^a é o autor do requerimento. Estarei aqui presente para ver se consigo me contaminar com o otimismo que V. Ex^a traz agora a este plenário, já que não percebo otimismo lá fora, nas pessoas com quem tenho conversado a esse respeito. Honestamente, não percebo isso.

Mas, Sr. Presidente, eu queria dizer que, no Rio de Janeiro, havia os prefeitos nomeados, homens que não eram da política carioca nem eram prefeitos que viviam na cidade do Rio de Janeiro. Um deles até nasceu em Paris: Carlos Sampaio. Cito ainda Prado Júnior, homem famoso, famosíssimo, nome de rua; Bergamini; Amaral Peixoto; Henrique Dodsworth; Amaro Cavalcanti – esse veio do Rio Grande do Norte, nasceu em Caicó, era um grande engenheiro –; Paulo de Frontin. Quem é que não conhece Paulo de Frontin? E poderia citar muito mais gente, muito mais gente.

Meu propósito hoje, Senador Cristovam, nem era o de falar sobre esse assunto da celebração dos 50 anos de Brasília, confesso. Meu propósito hoje era o de falar sobre a homenagem que foi prestada à mulher

brasileira ontem. E eu já tinha até escolhido o assunto: uma senhorita que se tornou, aos quinze anos, cangaçeira e companheira de Virgulino, o famoso Lampião. Vejam como nossa história é rica! Eu pretendia celebrar uma mulher que esteve muito à frente do seu tempo, que abandonou família, que abandonou tudo e que entrou no bando de Lampião, tornando-se sua esposa, tornando-se mãe de seu filho ou de sua filha.

Mas não pensem que, no cangaço, havia somente Maria Bonita, nome dado à mulher que também ficou conhecida como a “rainha do cangaço”. Não foi ela, Maria de Déa, a única mulher que entrou para o cangaço, mas havia várias, como Éster Soares, que hoje, com 93 anos, deu depoimento; Durvinha, que, dizia-se, era a mais bonita de todas; Neném, mulher do Português; a mulher de Pancada, que era doida; Dadá, de Corisco; Nacinha de Gato. Era um bando de mulheres que acompanhavam os cangaceiros.

Aquela época era muito rica de fatos, muito rica: a Coluna Prestes, o bando de Lampião, o dia 5 de julho de 1922, o dia 5 de julho de 1924. Era uma época rica de fatos históricos que enobreciam aqueles que deles participavam.

Ontem, eu ia homenagear a mulher cangaceira, aquela que foi cangaceira, aquela que foi objeto de livros, de filmes, de músicas, de pesquisas. Há, na Bahia, um instituto sobre esse assunto. Ela foi degolada cruelmente pelos soldados. Mas guerra é guerra, e tudo valia. Esse assunto é que me trouxe à tribuna hoje. Nele, eu teria me concentrado se não fosse o requerimento que ouvi. Pensei: será que vai mesmo ocorrer essa alegria, ou viremos aqui só para refletir?

Este não é um lugar só de reflexão. Este é muito mais um lugar de debate, como ocorreu agora. O Senador Cristovam, com muita classe, apresentou seu ponto de vista, e eu sustento o meu, que é diferente.

Brasília veio do Rio de Janeiro. A grande maioria das pessoas que vieram para cá vieram da cidade do Rio de Janeiro. Não construíram Brasília, mas vieram para cá. Todos os funcionários públicos dos Ministérios vieram do Rio para cá e participaram efetivamente da vida trabalhadora da cidade inaugurada.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque por suas intervenções sempre inteligentes e reafirmar meu ponto de vista aqui.

Costumam tirar muita coisa do Rio de Janeiro: tiraram de lá a capital, querem tirar de lá muito petróleo, riquezas. Isso é natural até certo ponto, mas cabe a nós, Senadores do Rio de Janeiro, assomar à tribuna, como estou fazendo agora, sem medo, sem receio de contrariar este ou aquele.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a quer que eu conclua. Vou concluir, até com ideias.

Infelizmente, nossa Constituição não prevê direito o que fazer em situações extraordinárias como essa. Eu diria que, nos Estados que formam a Federação, no País inteiro, num caso como esse, deveria haver uma regra para escolher e eleger um prefeito para esta capital. Estou pensando seriamente em apresentar um projeto como esse para tratar desse caso excepcional. Para casos excepcionais, soluções excepcionais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Este é o Senador Paulo Duque.

Como orador inscrito, chamamos para usar da palavra o Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu estou inscrito em décimo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é que vou chamar. Antes pediria para apresentar este expediente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 46, de 2010**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (Nº 5.941/2009, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

O Projeto vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2010

**(nº 5.941/2009, na Casa de origem)
(De Iniciativa do Presidente da República)**

Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.

§ 1º A Petrobras terá a titularidade do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos produzidos nos termos do contrato que formalizar a cessão definida no caput.

§ 2º A cessão de que trata o caput deverá produzir efeitos até que a Petrobras extraia o número de barris equivalentes de petróleo definido em respectivo contrato de cessão,

não podendo tal número exceder a 5.000.000.000 (cinco bilhões) de barris equivalentes de petróleo.

§ 3º O pagamento devido pela Petrobras pela cessão de que trata o caput deverá ser efetivado prioritariamente em títulos da dívida pública mobiliária federal, precificados a valor de mercado, ressalvada a parcela de que trata o § 4º.

§ 4º O pagamento de que trata o § 3º, num montante equivalente ao valor de mercado de até 100.000.000 (cem milhões) de barris de óleo equivalente de petróleo e/ou gás de volumes recuperáveis, com 100% (cem por cento) de participação da Petrobras, poderá ser efetivado mediante a devolução pela Petrobras, em comum acordo com a ANP, de áreas sob contratos de concessão relativos a campos terrestres em desenvolvimento ou em produção.

§ 5º As condições para pagamento em títulos da dívida pública mobiliária federal serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 6º A cessão de que trata o caput é intransferível.

Art. 2º O contrato que formalizará a cessão de que trata o art. 1º deverá conter, entre outras, cláusulas que estabeleçam:

I - a identificação e a delimitação geográfica das respectivas áreas;

II - os respectivos volumes de barris equivalentes de petróleo, observado o limite de que trata o § 2º do art. 1º;

III - valores mínimos, e metas de elevação ao longo do período de execução do contrato, do índice de nacionalização dos bens produzidos e dos serviços prestados para execução das atividades de pesquisa e lavra referidas no caput do art. 1º;

IV - o valor e as condições do pagamento de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 1º; e

V - as condições para a realização de sua revisão, considerando-se, entre outras variáveis, os preços de mercado e a especificação do produto da lavra.

Parágrafo único. O contrato e sua revisão deverão ser submetidos à prévia apreciação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

Art. 3º Os volumes de barris equivalentes de petróleo de que tratam os §§ 2º e 4º do art. 1º, bem como os seus respectivos valores econômicos, serão determinados a partir de laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras, observadas as melhores práticas da indústria do petróleo.

Parágrafo único. Caberá à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP obter o laudo técnico de avaliação das áreas que subsidiará a União nas negociações com a Petrobras sobre os valores e volumes referidos no caput.

Art. 4º O exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata esta Lei será realizado pela Petrobras, por sua exclusiva conta e risco.

Parágrafo único. A ocorrência de acidentes ou de eventos da natureza que afetem a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos nas áreas de exploração estabelecidas no respectivo contrato de cessão não deverá ser considerada na definição do valor do contrato, ou na sua revisão.

Art. 5º Serão devidos royalties sobre o produto da lavra de que trata esta Lei nos termos do art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§ 1º A parcela do valor dos royalties que representar 5% (cinco por cento) da produção será distribuída segundo os

critérios estipulados pela Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

§ 2° A parcela do valor dos royalties que exceder a 5% (cinco por cento) da produção será distribuída nos termos do inciso II do art. 49 da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 6° Aplicam-se às atividades de pesquisa e lavra de que trata esta Lei os regimes aduaneiros especiais e os incentivos fiscais aplicáveis à indústria do petróleo no Brasil.

Art. 7° Caberá à ANP regular e fiscalizar as atividades a serem realizadas pela Petrobras com base nesta Lei, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Parágrafo único. A regulação e a fiscalização de que trata o caput abrangerão ainda os termos dos acordos de individualização da produção a serem assinados entre a e os concessionários de blocos localizados na área do pré-sal.

Art. 8° A autorização de que trata o art. 1° é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 9° Fica a União autorizada a subscrever ações do capital social da Petrobras e a integralizá-las com títulos da dívida pública mobiliária federal.

Parágrafo único. Fica a União autorizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a emitir os títulos de que trata o caput, precificados a valor de mercado e sob a forma de colocação direta.

Art. 10. Sem prejuízo de outros objetivos, o Fundo Mútuo de Privatização de que trata o inciso XII do art. 20 da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, poderá subscrever ações, em aumento de capital social de sociedades controladas pela

União, nas quais o referido fundo detenha participação acionária na data de publicação desta Lei.

§ 1º Cada cotista não poderá utilizar direitos de subscrição que excedam àqueles correspondentes às quotas que possui.

§ 2º Os cotistas dos Fundos Mútuos de Privatização que sejam detentores de ações de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS poderão solicitar a transferência dos recursos de sua conta no FGTS, até o limite de 30% (trinta por cento), para os referidos fundos, com a finalidade de permitir o exercício do direito de preferência, por tais fundos, de subscrever ações decorrentes do aumento de capital da Petróleo Brasileira S.A. - PETROBRAS.

§ 3º A transferência das contas vinculadas do FGTS para os Fundos Mútuos de Privatização observará a regulamentação expedida pelo agente operador do FGTS.

§ 4º No caso de opção pela utilização de recursos advindos da conta vinculada no FGTS, aplica-se o disposto nos §§ 8º, 9º e 14 do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 maio de 1990.

Art. 11. Caso a Petrobras exerça a faculdade referida no § 4º do art. 1º, os campos terrestres em desenvolvimento ou produção devolvidos pela Petrobras deverão ser objetos de licitação, conforme definido no art. 23 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, somente podendo participar do referido certame empresas produtoras independentes de petróleo e gás natural de pequeno e médio porte.

Parágrafo único. A ANP estabelecerá, no edital da licitação referida no caput deste artigo, a definição de empresa independente de petróleo e gás natural de pequeno e médio porte.

Art. 12. O Ministério da Fazenda encaminhará anualmente ao Congresso Nacional relatório sobre as operações decorrentes da aplicação da presente Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.941, DE 2009

Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.

§ 1º A cessão de que trata o caput será limitada ao volume máximo de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo.

§ 2º O pagamento devido pela PETROBRAS pela cessão de que trata o caput poderá ser efetivado em títulos da dívida pública mobiliária federal, precificados a valor de mercado.

§ 3º As condições para pagamento em títulos da dívida pública mobiliária federal serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º A cessão de que trata o caput é intransferível.

Art. 2º O instrumento contratual que formalizará a cessão de que trata o art. 1º deverá conter, entre outras, as seguintes cláusulas:

I - a identificação e a delimitação geográfica das respectivas áreas;

II - os respectivos volumes de barris equivalentes de petróleo, observado o limite de que trata o § 1º do art. 1º;

III - a proporção mínima entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para execução das atividades de pesquisa e lavra referidas no caput do art. 1º e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados para essa finalidade;

IV - o valor e as condições do pagamento de que trata o § 2º do art. 1º; e

V - as condições para sua revisão, considerando-se, entre outras, os preços de mercado e a especificação do produto da lavra.

Art. 3º Os volumes de barris equivalentes de petróleo de que trata o § 1º do art. 1º, bem como os seus respectivos valores econômicos, serão determinados a partir de laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras, observadas as melhores práticas da indústria do petróleo.

Parágrafo único. Caberá à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP obter o laudo técnico de avaliação das áreas que subsidiará a União nas negociações com a PETROBRAS sobre os valores e volumes referidos no caput.

Art. 4º O exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de que trata esta Lei será realizado pela PETROBRAS, por sua exclusiva conta e risco.

Parágrafo único. A PETROBRAS terá a titularidade dos volumes de petróleo e gás natural de que trata o § 1º do art. 1º.

Art. 5º Serão devidos royalties sobre o produto da lavra de que trata esta Lei, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Parágrafo único. Os royalties serão pagos pela PETROBRAS e distribuídos nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.

Art. 6º Aplicam-se às atividades de pesquisa e lavra de que trata esta Lei os regimes aduaneiros especiais e os incentivos fiscais aplicáveis à indústria do petróleo no Brasil.

Art. 7º Caberá à ANP regular e fiscalizar as atividades a serem realizadas pela PETROBRAS com base nesta Lei, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 9.478, de 1997.

Parágrafo único. A regulação e a fiscalização de que trata o caput abrangerá ainda os termos dos acordos de individualização da produção a serem assinados entre a PETROBRAS e os concessionários de blocos localizados na área do pré-sal.

Art. 8º A autorização de que trata o art. 1º é válida pelo prazo de doze meses, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 9º Fica a União autorizada a subscrever ações do capital social da PETROBRAS e a integralizá-las com títulos da dívida pública mobiliária federal.

Parágrafo único. Fica a União autorizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a emitir os títulos de que trata o caput, precificados a valor de mercado e sob a forma de colocação direta.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

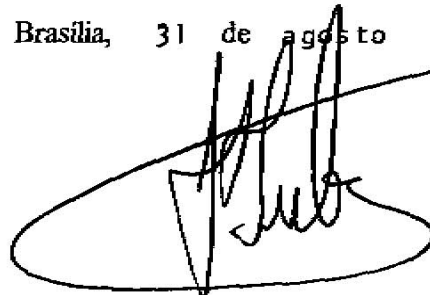
Brasília,

Mensagem nº 716/2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de agosto de 2009.

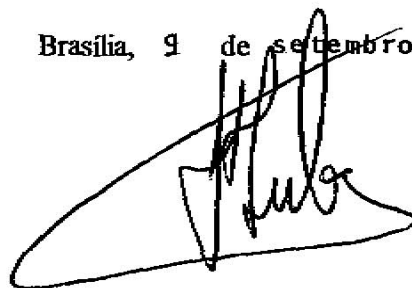


Mensagem nº 741, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, que “Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição, e dá outras providências”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 716, de 2009.

Brasília, 9 de setembro de 2009.



E.M.I. nº 00039 - MME/MF/MDIC/MP/CCIVIL

Brasília, 31 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que autoriza a União a ceder onerosamente, à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o art. 177, inciso I, da Constituição, em áreas não concedidas do Pré-Sal.

2. A presente proposta justifica-se pelo interesse da União, enquanto sócia controladora da PETROBRAS, em fortalecer a Empresa com vistas a dotá-la com os recursos decorrentes de áreas que se caracterizam pelo baixo risco exploratório e representam considerável potencial de rentabilidade.

3. As áreas e os volumes de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, limitados a cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, relacionados à cessão onerosa do exercício da atividade de pesquisa e lavra, deverão ser definidos no respectivo instrumento de contrato, a ser firmado em até doze meses, contados da data de publicação da lei autorizativa.

4. Adicionalmente, há que se destacar que, ao viabilizar a mencionada cessão onerosa, a União cria as condições para a exploração do Pré-Sal, otimizando a participação da sociedade brasileira nas receitas decorrentes das riquezas representadas por esta importante e singular descoberta.

5. É indiscutível que a imediata exploração dessas áreas pela PETROBRAS é vantajosa para a União, posto que permite à sociedade, em última instância, antecipar o usufruto dos benefícios representados pelo Pré-Sal. Além do mais, dado que a União não possui, ela própria, a estrutura necessária para as atividades exploratórias desse potencial petrolífero, ao ceder o exercício dessas atividades à PETROBRAS, em contrapartida a uma compensação adequada, a União também contribui para o crescimento e fortalecimento de uma empresa nacional, da qual é acionista controladora.

6. O contrato de cessão do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos será quantificado, a partir de laudos técnicos preliminares que refletirão determinado volume de petróleo e de gás natural, bem como determinado preço do petróleo. O caráter preliminar desses laudos requer a inserção de cláusula determinando que, tão logo existam dados finais acerca da referida avaliação,

seja realizada revisão das condições inicialmente pactuadas, como forma de garantir que a União receberá efetivamente o valor econômico representativo da cessão onerosa.

7. Para honrar a contrapartida da cessão efetuada pela União é conferida à PETROBRAS, além de outras formas de pagamento, a possibilidade de efetuar o respectivo adimplemento com títulos públicos da Dívida Mobiliária Federal, precificados a valor de mercado e cujas condições serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

8. A PETROBRAS assumirá todos os riscos relativos às atividades exploratórias, que não poderão ser por ela cedidas ou alienadas. Além disso, a ela caberá a propriedade do resultado da lavra, sobre os quais incidirão royalties a serem distribuídos entre os entes federativos.

9. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP obterá o laudo técnico, a ser emitido por entidade certificadora independente, que subsidiará a União nas negociações a serem realizadas com a PETROBRAS para a determinação dos volumes disponíveis de hidrocarbonetos e de seus valores econômicos correspondentes. A ANP, ainda, regulará e fiscalizará as atividades realizadas pela PETROBRAS com base nessa lei.

10. Por fim, trata o presente Projeto de Lei de autorizar a União a subscrever e integralizar o capital social da PETROBRAS com títulos da dívida pública mobiliária federal, bem como a emitir os respectivos títulos, precificados a valor de mercado e sob a forma de colocação direta.

11. Esses são, Senhor Presidente, os motivos pelos quais submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado por: Edson Lobão, Guido Mantega, Miguel Jorge, Paulo Bernardo Silva, Dilma Rousseff

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 177. Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

.....

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....

Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.

~~Parágrafo único.~~ A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão.

§ 1º A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão. (Lei nº 11.909, de 2009)

§ 2º A ANP poderá outorgar diretamente ao titular de direito de lavra ou de autorização de pesquisa de depósito de carvão mineral concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorra associado a esse depósito, dispensada a licitação prevista no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.909, de 2009)

.....

Art. 47. Os royalties serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos royalties estabelecido no caput deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em flares, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos royalties devidos.

.....

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

- a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;
 - b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;
 - c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;
 - d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
 - e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;
 - ~~f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria de petróleo.~~
 - ~~f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria de petróleo, de gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)~~
 - f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria de petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias. (Redação dada pela Lei nº 11.921, de 2009)
-

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

.....
XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)
.....

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no Fi-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)
.....

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)
.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de serviços de Infra-Estrutura)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação que acuso a presença, em nossa galeria de honra, do Prefeito de Inhumas, grande cidade do Piauí, desmembrada de Valença, onde nasceu Petrônio Portella, extraordinário homem público deste País, que por duas vezes presidiu o Senado da República. Ele é o Dr. Moura, do PMDB.

Registro também a presença de lideranças como Manoel Teixeira, comerciante de Colônia do Piauí, que preside hoje o Partido Social Cristão; e o Vereador Francisco Veloso Neto, do PMDB de Colônia do Piauí. Eles estão participando como delegados da II Conferência Nacional de Cultura. O Prefeito, como todos os prefeitos piauienses, está em busca de apoio para as administrações municipais do Piauí.

Também anunciamos a presença da Vice-Prefeita, Maria Aparecida, da Vereadora Neca e dos Vereadores Capilar e Cezinha, de Nova Xavantina, Mato Grosso, que apresentam os cumprimentos ao Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio. Depois, como orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa, com a solicitação de que seja acolhido na íntegra nos Anais da Casa, o pronunciamento em que relato a triste notícia que é o naufrágio do barco Almirante Nunes, na manhã de terça-feira, à altura do Município de Anori, no rio Solimões, no Amazonas, com 92 passageiros, dois dos quais continuam desaparecidos.

Muito bem, a busca está sendo feita por uma lancha e por um navio da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental.

A rota do barco Almirante Nunes era Manaus-Tefé, chocou-se com um tronco de árvore, que perfurou o casco da embarcação.

Então, lamento o desaparecimento dos dois passageiros e espero em Deus que sejam encontrados vivos.

Muito bem, Sr. Presidente, quero dizer que antes de partir para Tefé, às 10 horas de terça-feira, ele atendeu às exigências do despacho, registrando a relação de 48 passageiros. O problema é que, no curso da viagem, embarcaram 44 outros passageiros.

Embora o barco navegasse sem carga excessiva e com todos os equipamentos de salvamento, vale repetir a advertência – que já é uma triste rotina no meu exercício parlamentar aqui – para que se inten-

sifique a fiscalização sobre a navegação nos rios da Amazônia.

Pasmem, mas o naufrágio de terça-feira foi o quinto deste ano. No ano passado, 32 embarcações naufragaram em rios da Amazônia.

Peço a V. Ex^a que acolha este pronunciamento na íntegra, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a triste notícia vem do Solimões. O barco “Almirante Nunes” naufragou, na manhã de terça-feira, na altura de Anori. Foi o quinto a afundar este ano em rios do meu Estado. O barco transportava 92 passageiros. Dois deles continuam desaparecidos, apesar do bom trabalho dos bombeiros.

Na manhã de hoje, recebi informações atualizadas, dando conta que os trabalhos de busca tiveram sequência, com um navio e uma lancha da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental.

O “Almirante Nunes” cumpria a rota Manaus-Tefé, chocou-se com um tronco de árvore, que perfurou o casco da embarcação.

Lamento o desaparecimento dos dois passageiros e espero que sejam encontrados com vida.

Anori fica a seis horas de Manaus e, segundo informações da Capitania Fluvial, o barco navegava regularmente, está legalmente registrado e, antes de partir para Tefé, às 10 horas de terça-feira, atendeu às exigências do despacho, registrando a relação de 48 passageiros. No curso da viagem, embarcaram 44 outros passageiros.

Embora o barco navegasse sem carga excessiva e com todos os equipamentos de salvamento, vale repetir a advertência para que se intensifique a fiscalização sobre a navegação nos rios da Amazônia. O naufrágio de terça-feira foi o quinto neste ano. No ano passado, 32 embarcações naufragaram em rios da Amazônia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Que satisfação que temos em receber as lideranças piauienses que anunciamos! Há uma grande decepção do povo do Piauí com o Governo do Partido dos Trabalhadores. Recebi um *e-mail* de Antonio Hugo Ferreira Júnior, Hugo Júnior. Assunto: Simões: “Moradores de Simões sofrem com a falta de água há mais de 22 dias”.

Isso é o caos, Senador Cristovam Buarque. O Piauí não tem terremoto, mas tem esse Governo do PT. E é foto mostrando o caos.

O *e-mail* foi enviado em 9 de março. Quer dizer que está há 24 dias sem água. Atentai bem, Senador Augusto Botelho, V. Ex^a que é do Partido dos Trabalhadores. Nós somos do Partido Social Cristão, que diz: “dai de beber a quem tem sede”. Isso é o mínimo que um governo tem de providenciar.

Simões é uma importante cidade do Piauí. Está aqui, um portal de lá. O autor é Antonio. Está cheio de fotografias, há muitas fotografias, comprovando o caos na cidade. O povo apavorado e tal.

Senador Cristovam Buarque, a sessão regimentalmente terminaria às 18h30. Eu a prorrogo por mais uma hora para que os que estão inscritos possam usar da palavra. Eu estou inscrito como Líder, mas fui deixando os outros passarem a frente. Como o artigo 17... Senador Augusto Botelho, o art. 17 é um prêmio, porque ele já usou a palavra demais nesta semana defendendo seu povo.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou dar continuidade ao debate há pouco com o Senador Paulo Duque, porque acho importante o povo brasileiro pensar junto conosco aqui de Brasília.

A história de qualquer povo se faz, sobretudo, por suas epopeias, por suas realizações tão grandes que se chamam epopeias.

O Brasil é um país que teve algumas epopeias, não tantas, mas teve algumas epopeias. A ocupação do nosso território é uma epopeia, uma epopeia graças a um período de império, de um imperador que ficou cinquenta anos e que conseguiu unificar um território tão grande como o brasileiro, um dos maiores de todo o Brasil, de cima abaixo, de leste a oeste, todos falando o mesmo idioma, todos com uma cultura muito homogênea. Essa foi uma epopeia.

A industrialização de São Paulo, num período curto, ou seja, aquilo que a gente chamou de desenvolvimento brasileiro foi uma epopeia, com todas as desigualdades criadas, com toda a violência urbana que caracteriza o Brasil de hoje, com toda a corrupção que caracteriza a política brasileira, de norte a sul, de leste a oeste. Tudo isso, essa ocupação, essa industrialização, o desenvolvimento, isso foram epopeias.

Mas entre as grandes epopeias do povo brasileiro está essa capacidade imensa, essa vontade política ferrenha, esse desejo de trabalhar tão forte que fez construir, em poucos anos, onde antes nada havia, uma capital do porte de Brasília. Isso é uma epopeia

brasileira que o Brasil não pode esquecer, que o Brasil tem, sim, que comemorar ter feito ao longo desses cinquenta anos como nenhum outro país fez.

Os países que criaram capitais levaram séculos, os países que tentaram transplantar a capital de um lugar para outro não conseguiram, Senador Augusto Botelho, Senador Paulo Duque, fazer cidades do tamanho que é a Capital do Brasil. É uma epopéia. E temos orgulho, como brasileiros – não falo agora como brasileiro por opção –, temos razões para ter orgulho da construção de Brasília, ainda que alguns achem que o Brasil seria melhor sem haver a Capital, e é um direito que cada um tem de pensar assim, independente até de que tenham razão, se for o caso de que o Brasil seria melhor se não tivesse transferido a Capital. Mesmo assim, a transposição da Capital, a construção da Capital, a realização desta cidade e de tudo o que há ao redor dela é motivo de orgulho para o povo brasileiro. Por isso, creio que há razões, sim, para comemorarmos os cinquenta anos da realização pelo Brasil de uma capital.

É certo que, neste momento, neste exato momento, circunstâncias históricas fizeram com que este fosse um momento em que não podemos comemorar com alegria plena, sobretudo os que aqui moram, não os que moram fora daqui, porque os que moram fora daqui não têm culpa, e os que moram fora daqui têm direito de orgulhar-se de haver feito uma capital ao longo desses cinquenta anos, quando consideramos o povo brasileiro por inteiro.

E nós daqui? Nós daqui queremos que olhem para nós, percebendo que há uma diferença entre um governo, um governador e o povo que aqui vive. Mesmo que o povo daqui assuma a responsabilidade de ter eleito este Governo e este Governador, mesmo assim há uma diferença.

Que percebam que aqui há dois milhões de pessoas que trabalham, dois milhões de pessoas que vivem, dois milhões de pessoas que ainda são alguns sobreviventes e descendentes daqueles que vieram, Senador Augusto Botelho, de todas as partes do Brasil para realizar a epopeia de construir Brasília. São os que tiveram a coragem de deixar seus lares, suas cidades, o conforto que tinham e virem para cá. Porque aqui não era um lugar de conforto no começo; era um lugar de aventura no começo. Aqui havia barro! Aqui havia nada! Quem veio aqui veio para, do nada, construir uma cidade. E construíram!

A memória desses homens e mulheres que aqui vieram – muitos trazendo seus filhos ainda pequenos – merece respeito, merece ser lembrada e, por isso, merece ser comemorada. Foram os brasileiros corajosos que vieram para cá. Foram os brasileiros traba-

lhadores que vieram para cá. Foram eles que fizeram isto aqui. A gente não pode esquecer essa história passada por causa dos erros de algumas pessoas que aqui vivem.

E o resto do Brasil? Não comete esses erros? Não houve em nenhuma outra cidade ou Estado governos corruptos? Governadores que se comportaram de uma maneira que não deveriam? Não houve? Como se diz por aí, quem é que pode jogar a primeira pedra na realidade em que vivem, sofrida mente hoje, envergonhadamente hoje, nós, os habitantes de Brasília? Ninguém.

Agora, tem uma coisa que a gente tem que lembrar: fomos nós, daqui, que fizemos manifestações em frente ao Congresso em defesa das Diretas, como em todas as cidades do Brasil, mas aqui foi o ponto final. Aqui se fez manifestações pelo *impeachment* de um Presidente, que não era brasileiro. E foram os estudantes de Brasília que foram para as ruas pedir que o Governo de Brasília, envolvido em suspeita de corrupção, naquele momento, fosse punido.

Claro que o Governador de Brasília, que foi eleito pelos brasileiros, está preso. Claro que isso é fruto, sobretudo, de uma decisão da Justiça, mas os estudantes foram para as ruas pedir. As pessoas colocaram adesivos em seus carros, as pessoas fizeram buzinações, as pessoas fizeram manifestações. E isso foi decisivo, num primeiro momento, para que tenham havido as punições.

Foi o povo de Brasília. Esse povo não pode ser colocado na cesta de lixo, como se o povo todo tivesse cometido atos ilícitos, imorais. O povo de Brasília merece respeito e merece respeito, inclusive, a vergonha que, muitas vezes, nós hoje temos. Pena que outros Estados não sintam vergonha pelos erros que cometem. Muita pena. Nós sentimos, sim.

Nós estamos chocados, traumatizados, mas não estamos achando que nós, os brasileiros... Eu até não posso dizer isso como político, porque tenho responsabilidade maior, sou mais culpado, mas o povo de Brasília e eu, como cidadão, não temos nenhuma responsabilidade sobre isso. Ao contrário, os estudantes lutaram, o povo foi para as ruas.

Por isso, a gente tem de separar uma coisa da outra: governo, governantes e o povo que vive na cidade, numa cidade construída pelo Brasil, uma epopeia. Não vou dizer que foi a maior que o Brasil teve – a industrialização foi um grande evento –, mas talvez uma das maiores.

Além disso, o que a gente sente hoje nas ruas de Brasília, o que a gente sente hoje nas conversas, o que a gente sente hoje nas universidades, nas fábricas – que têm em Brasília e são muitas –, é uma sensação

de que temos de transformar essa crise em um ponto de mutação para termos um governo que sirva de exemplo para todo o Brasil. Que aqui, a partir do trauma que estamos vivendo, possamos mostrar ao Brasil inteiro que, sim, é possível governar sem corrupção, governar com honestidade. É possível. Não digo ter governos honestos apenas, mas eu digo ter governos com uma estrutura tão firme contra a corrupção que um dia um governador, um prefeito que for eleito não consiga roubar estando no governo, porque não dá para se contentar com a boa vontade, com o caráter do governante. É preciso uma revolução que crie uma estrutura tal que nem os ladrões consigam roubar se, enganando ao eleitor, chegarem ao poder. Brasília tem esperança de ser esse exemplo.

Brasília tem esperança de mostrar que a Capital que foi construída de fora para dentro – porque aqui nada existia –, com seu povo aqui hoje, servirá de exemplo ao resto inteiro do Brasil. A Brasília que foi inaugurada graças ao casamento entre os que aqui vieram e os que aqui estavam, os candangos, agora não mais entre os que vieram e os que aqui estão, só os que aqui estão, só os que assumem a sua posição de brasileiros, só nós mostraremos ao Brasil inteiro que é possível, sim, um governo sério, uma estrutura governamental blindada contra a corrupção. Esse é o desafio que nós temos.

E se nós hoje sentimos que estamos prontos, que a cidade está completamente construída e demolida moralmente, essa cidade que foi inaugurada cinquenta anos atrás pode começar, a partir de agora, uma reinauguração, uma inauguração da moralidade, uma inauguração da parte não visível de como funciona o governo e a política. Esse é o desafio que nós de Brasília sentimos que temos hoje, esse é o desafio que temos nós que aqui viemos cedo ou que aqui nascemos e somos descendentes dos primeiros, esse é o sentimento que nós temos. Claro que é um sentimento de constrangimento, mas é um sentimento de esperança de que nós podemos, a partir daqui, servir de exemplo ao Brasil inteiro que nos fez. Os de fora que nos fizeram aprenderiam conosco e nós aprenderíamos com a tragédia que nós vivemos.

Eu peço apenas a esse povo brasileiro inteiro que olha para nós hoje, de certa maneira, às vezes até com ironia, que olhe com uma certa gentileza e que nos dê um tempo para que encontremos o nosso caminho.

Vocês, lá de fora, nos construíram. Aqui, de dentro, queremos servir de exemplo para vocês.

Nós já servimos de exemplo recentemente. Aqui se inventou o Bolsa Escola, que virou um programa nacional e internacional. Aqui se respeita a faixa de pedestre, o que as outras cidades tentam copiar e nem

sempre conseguem, porque isso exige uma grande educação da população inteira. E Brasília deu o exemplo de como se comportar educadamente no trânsito. Aqui, nós estamos prontos outra vez para servir de exemplo ao Brasil inteiro. Desta vez não na educação, não na saúde, como servimos de exemplo num certo momento, não na segurança como servimos de exemplo enquanto outros Estados e cidades estão se destruindo em guerra civil. Aqui não há guerra civil.

Nós conseguimos, mas queremos agora ser exemplo para vocês do resto do Brasil de que é possível governar honestamente. Mais do que isso, de que é possível construir uma estrutura vacinada contra a corrupção. E, se isso for feito, será graças à criatividade, graças à força, graças à coragem do povo de Brasília, mas também graças ao que a gente está aprendendo com o sofrimento que nós temos, enquanto outros Estados, outras cidades passam por isso sem nem ao menos sofrer. Talvez porque não tenham a visibilidade de um governante preso, mas isso não engrandece quem não vê a corrupção quando o Governador está solto.

Nós estamos aprendendo. Nós vamos sair disto e vamos ser um exemplo. Pode ser que dure algum tempo, pode ser que não seja em um ano, em dois anos, em três anos, pode ser que não seja, mas Brasília vai servir de exemplo ao Brasil inteiro.

Por isso, nós queremos comemorar, sim, os cinquenta anos, não com alegria, não com festa, mas como um doente que comemora o seu aniversário, cheio de esperança de que, no aniversário seguinte, vai estar cheio de força, cheio de alegria porque passou pelas dificuldades.

Eu não estou olhando só mais um ano daqui a um. Estou olhando daqui a cinquenta anos, quando comemorarmos o centenário de Brasília. Nesse momento, os que nos substituírem aqui poderão dizer: Brasília valeu a pena para o Brasil inteiro. Nós brasilienses queremos dizer: muito obrigado ao Brasil, que nos fez; muito obrigado ao Rio, que ainda merece, um dia, ser reconhecido pelo que perdeu. O Brasil não pagou a dívida ainda com o Rio de Janeiro; tem que pagar. E nós de Brasília reconhecemos que essa é uma dívida que existe do Brasil para com o Rio de Janeiro. Mas nós queremos que lembrem que nós somos símbolo de um Brasil do futuro. Por isso, nós queremos ser parte do futuro do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para dizer.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Cristovam, pela sua fala, defendendo, com muita elegância e muita competência, a nossa Capital Federal. Eu quero continuar sonhando, junto com vocês, na linha do seu discurso. Meus cumprimentos!

Senador Mão Santa, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem no plenário ou que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, professor Cristovam, quando vejo o entusiasmo, sinto a grandeza do povo do meu Piauí. Trezentos mil piauienses ajudam a fazer a grandeza desta cidade. Somos, professor Cristovam Buarque, a segunda colônia de brasileiros. Só perdemos para os mineiros – Juscelino, Israel... Estamos aqui, nesta epopéia, construindo a grandeza. Somos a maior gente deste Brasil, a gente do Piauí. Este Brasil é grandão também porque nós fomos os que primeiro pegamos em armas e, numa batalha sangrenta, expulsamos os portugueses do solo brasileiro. O Brasil ia ser dividido em dois: o sul ficaria com o filho; o norte, com o pai, João VI; e o país seria Maranhão. Ele é grandão por coragem do Piauí, que, em 13 de março de 1823, travou uma batalha sangrenta. Depois os baianos também o fizeram, mas o fizeram em julho, e julho é depois de março.

E aqui viemos também ajudar a construir esta Brasília.

Nosso Hino foi feito por um poeta moreno, como o Paim. Era Da Costa e Silva. Aliás, o Barão do Rio Branco teve o seu momento mais infeliz quando Da Costa e Silva, depois de aprovado em primeiro lugar para o Itamaraty, Senador Paulo Paim – V. Ex^a que já fez muito para que se acabem os preconceitos –, ouviu de Rio Branco, que o entrevistava: “Não, não vou deixá-lo ingressar no Itamaraty. V. S^a é preto, parece um macaco, e já o Brasil está ridicularizado”. Mas a nossa gente é tão grande que ele teve um filho, Adalberto da Costa e Silva, que é da Academia Brasileira de Letras, entrou no Itamaraty e deixou dois filhos. Então: Piauí, três; Barão do Rio Branco, preconceituoso, um. Nós sempre vencemos.

E nós estamos aqui, Paulo Paim, para mostrar o entusiasmo que temos com a política brasileira. Nasce uma esperança nesta democracia: é o partido que eu ingressei, o Partido Social Cristão. É esse daí. Desde o seu nascimento, na sua origem pura. É preciso saber – e quem sabe a história ali é o Paulo Duque – que, na ditadura – Castello Branco, Costa e Silva... –, Costa e Silva teve um acidente vascular cerebral, abruptamente, e os militares, movidos por ódio

e rancor, estupraram a Constituição e não deixaram assumir o seu vice, civil – o vice civil era Pedro Aleixo, mineiro –, porque ele resistira a assinar os atos institucionais. Atos que ainda hoje nos deixam perplexos, que cassavam, que exilavam, que torturavam. Ele se recusou a assiná-los. Então, foi feita uma junta militar para substituí-lo. Ele recolheu-se a Minas e sonhou, e esperou, na esperança de que ressurgisse o pluripartidarismo. E foi aí, com seu sonho e seu idealismo, que nasceu a inspiração desse partido abençoado, inspirado por Pedro Aleixo.

Há dois dias, eu quero dar testemunho, eu vi... Sei que, quantitativamente, há outros partidos maiores, mas, qualitativamente, nós somos hoje, Paulo Paim, o melhor partido deste País, e nasceu dessa inspiração. Vi, ontem, reunidos, o Monsenhor Aleixo, filho de Pedro Aleixo... Num encontro que por dois dias o Partido Social Cristão fez, o filho, Monsenhor Aleixo, usou da palavra. Paim, foi um discurso... O Paulo Duque deve ter convivido com Pedro Aleixo, ou o conheceu. O filho dele, Monsenhor, usou da palavra, Paim, e apresentou inúmeros livros que reportam a vida... Resolveu, então, disse ele, pinçar um que traduzisse a vida do seu pai. E ele pinçou um discurso de Juscelino Kubitschek, se despedindo, no cemitério, de Pedro Aleixo. Uma obra literária extraordinária! Acho que, dos discursos que ouvi de Juscelino, foi o mais belo. Ele dizia, despedindo-se de Pedro Aleixo, que acabara de ser aprovado seu nome para a Academia de Letras de Minas – Juscelino Kubitschek –, e ele tinha escolhido Pedro Aleixo, já da Academia de Letras mineira, para recepcioná-lo lá. Mas, por dias, isso não aconteceu. E ele disse que jamais imaginava, ele que tinha escolhido Pedro Aleixo para recepcioná-lo e recebê-lo na Academia de Letras mineira, que haveria aquela inversão: ele estava se apresentando para as despedidas daquele que ele escolhera para acolhê-lo. E enaltecia as virtudes daquele mineiro. Muitas vezes estiveram em campos opostos, mas ele buscava aquilo que os unia: o amor à democracia. Se Tiradentes foi um mártir da nossa Independência, esse, sim, fora um mártir que dera um sinal vermelho para a ditadura. Praticamente deixou de ser Presidente da República... Aliás, ele assumiu algumas vezes, alguns dias, e gozava da confiança e da admiração do Presidente Costa e Silva, que o escolhera para vice, mas a doença de Costa e Silva veio abruptamente, um acidente vascular. Então, ele ficou desprotegido contra a linha dura militar.

E esse partido nasceu daí. De origem mineira, ele tem como seu presidente, vamos dizer, uma força mineira, uns descendentes, politicamente, de ideais.

É Presidente Vitor Jorge Abdala Nósseis, mineiro; o 1º Vice-Presidente é o Pastor Everaldo Dias Pereira,

do Rio de Janeiro; o 2º Vice-Presidente, Sérgio Bueno; o 3º Vice-Presidente, Ronald Abraão Azaro; o Secretário-Geral, Antonio Oliboni; o 1º Secretário, Gilberto Nascimento Silva, que Paim conhece e foi, por várias vezes, Deputado Federal, é pastor e, hoje, é o Presidente desse Partido em São Paulo; 2º Secretário, Filipe de Almeida Pereira; o Tesoureiro-Geral, Luiz Rogério Vargas; a 1ª Tesoureira, Elsa Elizabeth Schleich; o 1º Vogal, Mário de Oliveira; o 2º Vogal, Antonio Nogueira dos Santos; o 3º Vogal, Wanderley Alves de Oliveira; o 4º Vogal, Maurício Brandi. No Senado, eu o represento, eu o líder. Na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal, do Rio de Janeiro, Hugo Leal.

Então, esse partido, sem dúvida nenhuma com perspectivas invejáveis, eu passei a dirigir no Piauí. Jayme Campos, ele tinha 57 diretórios. Hoje, nós estamos em 150 cidades.

No dia 23 de março, sábado, vamos nos reunir na Câmara Municipal de Picos, de 10 às 13 horas. Picos é a São Paulo do Piauí, é a cidade em que mais se trabalha, cidade industrial. Será mais um encontro regional, mas o partido, organizado, conta com os seguintes Deputados Federais: de Alagoas, Carlos Alberto Canuto; do Amazonas, Silas Câmara; da Bahia, Milton Barbosa; do Distrito Federal, Laerte Bessa; do Espírito Santo, Jurandy Loureiro; de Minas Gerais, Deputado Federal Mário de Oliveira; do Pará, Deputado Federal Zequinha Marinho, do PSC, entrou junto comigo agora; da Paraíba, Marcondes Gadelha. Marcondes Gadelha é uma das maiores inteligências do Nordeste. Ele foi Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi Deputado e Senador.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Deputado, Senador, Secretário, médico extraordinário, uma das melhores e mais inteligentes lideranças do Nordeste.

De Pernambuco, Carlos Eduardo Cadoca, um líder extraordinário, que traduz a bravura do povo pernambucano; do PSC do Paraná, Ratinho Júnior. Esse menino, eu pensei, não pode nem ser Senador, porque é novo: 28 anos. Daqui a pouco, o PSC vai ter Presidente. Ele é bem novinho, tem 28 anos e já é Deputado Federal. Do Paraná, tem o Pastor Takayama, que reúne cerca de 30 mil fiéis com a sua oratória. Eu pedi que ele não fosse para o Piauí, porque, se ele for, ele toma os eleitores todos da gente. Fala bonito. E do Rio de Janeiro tem o Deley. O Deley é do Fluminense, então, sou duas vezes ligado a ele, porque eu torço pelo Fluminense.

O Jayme Campos nem tinha nascido. Em que ano você nasceu, Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Em 1951.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Em 1951. Pois 1950 foi o ano de maior tristeza. Disseram que era um ano santo. O Brasil ganhando de 7 a 1; 8 a 1. Não teve aquele 10 a 0? Lá vai: “Somos os campeões do mundo”. Brasil e Uruguai, Ghiggia. Brasil perde por dois a um. Rapaz, foi uma tristeza! Eu nunca vi tristeza semelhante. No Maracanã, a Copa do Mundo, o Ademir da Guia não fez gol e perdemos.

Eu não sou dado a tristezas, está ouvindo, Jayme Campos? Meu nome é Francisco, que disse: “Onde tiver tristeza, leve alegria”, não é verdade? Aí, eu não ia curtir essa tristeza do Brasil, gostando, menino, de futebol.

Você se lembra, Duque?

Aí, o Fluminense foi campeão da Guanabara. Não teve outra: “Eu sou Fluminense”. Era Castilho, Píndaro, Pinheiro, Jair, Édson, Bigode, Telê, Didi, Carlyle, Orlando, Quincas e Veludo.

Eu sei que tem o Chico Buarque de Hollanda... Tem um bocado de gente boa aí. Eu assisti a muitos jogos, nos anos 60, com o Chico Buarque, assim...

Mas o Deley era jogador do Fluminense. Eu gostei de ir para esse partido. Ele me deu uma camisa com a assinatura de todos eles.

Ele é Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Temos três lá. Outro, também, entrou com 21 anos: Filipe Pereira. Com 21 anos, Deputado Federal. O pai dele é o Everaldo Pereira, pastor, vice. É da igreja de Silas Malafaia, o maior orador teólogo deste País. Filipe Pereira, está aqui. Ele me deu um broche de ouro, mas eu não estou com ele aqui. O Líder nosso é do Rio de Janeiro: Hugo Leal, um brilhante advogado. Um médico, Eduardo Amorim, de Sergipe, é candidato a Senador e o extraordinário homem da Justiça e do Direito, Regis de Oliveira, é do PSC de São Paulo. Há ainda, no PSC da Bahia, Sérgio Brito, e Costa Ferreira está, também, licenciado para ser secretário do seu Estado, o Maranhão.

Eu gostaria de destacar a Vereadora de Alagoas, Thaíse Guedes. Ela é da linha da Heloisa Helena. É uma figura que teve amputação de membro, mas é uma figura de uma inteligência e de uma beleza tão extraordinárias que nos engrandece.

Mas foi um Partido tão organizado, Jayme Campos...

O ser humano em primeiro lugar. Primeiro, tem um símbolo: o peixe, que nos lembra Cristo alimentando os seus companheiros famintos. E não é só por aí, não, está ouvindo, Jayme Campos?

Ele, nascido em Minas, lembra Juscelino Kubitschek. A música do Juscelino não era Peixe Vivo? Então, todo mundo no PSC tem de botar, agora, o Peixe Vivo.

É um Partido que tem um *slogan*: “Ética na democracia”, ética da responsabilidade. Como Heloisa Helena dizia, ética é vergonha na cara.

É um Partido que tem um programa, e estou bem nele. Primeiro, meu nome é Francisco, é um nome cristão. Francisco andava com uma bandeira de “paz e bem”. Hoje, ando com a bandeira do PSC neste Brasil.

Atentai bem ao programa. Sou professor de Biologia, de Fisiologia, e esse negócio... Ambientalista tem de estudar as coisas. Nós, médicos, vamos buscar as origens das coisas. Então, foi lá um filósofo da Grécia, Sófocles, o pai da ciência ambiental, que disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”. E qual é o programa do nosso Partido? Estou, aqui, discursando – bota aí – no evento, do lado de um Prefeito do nosso PSC. Então, o ser humano em primeiro lugar. É aquilo que Sófocles disse: maravilha, o ser humano.

E tem uma doutrina.

Senador Jayme Campos, nunca falei e já tenho alguns quilômetros rodados na política: em 1972, nós combatíamos a ditadura na nossa cidade. Elias Ximenes e eu tomamos a prefeitura da ditadura militar em 1972, antes de Ulysses. Ulysses foi em 1974, não é, Jayme Campos?

Mas queremos dizer que, durante esse período todo, nunca falei nesse negócio de esquerda e direita. Acho isto ridículo, ridículo, ridículo: “Sou da esquerda”; “sou da direita”... Eu sou de Deus. Isso foi um fato no parlamento britânico, monárquico, bicameral: os que queriam mudança sentaram-se do lado esquerdo, e os que eram conservadores, do lado direito. Não temos nada a ver com isso. Lembra-me esse negócio de “direita, volver” do Exército ou de guarda de trânsito. Doutrina mesmo é a nossa, é a deste Partido. Estávamos perplexos aí com os partidos, cansados, sem futuro, sem doutrina. Atentai bem! esta é a doutrina: a doutrina cristã. Eu não conheço outra melhor, Paulo Duque, e é a que eu vivi, a que eu fiz. Daí, senti-me bem. Chamo todo o Brasil para este, que é o partido que mais cresceu no ano passado, é o partido de melhor qualidade, de melhores valores e que traz esperança para essa nossa democracia. É a doutrina cristã. O que é que Cristo fez? Foi o que fizemos, Jayme Campos: alimentar os famintos. Fui o pai do primeiro restaurante popular neste Brasil: Sopa na Mão; o primeiro. O Mário Covas foi comer comigo; o Garotinho foi. Ele saiu do lado do Palácio, a Adalgisa tirou os soldados, e aqueles pobres que andavam de casa em casa numa capital, pedindo um prato de comida por amor de Deus, na humilhação. Espalhou-se.

Então, sempre fiz isso. “Dai de beber a quem tem sede”. No meu Governo, tinha o Programa Água Santa. Nunca cortei água de casa de pobre. Fui até perseguido por isso. Disseram que eu ganhei eleição por isso. Ora, mas como é que eu iria cortar, Jayme Campos, a água de um pobre? Aí eu mandei parcelar em 10 anos a dívida. Quer dizer, ficou lá no banco, parcelado, não tirei nada do Estado. Não é? E aquilo dá uma taxinha, um serviço social... E eles beberam. É isso. Assistir os doentes, essa é minha vida de médico. Vestir os nus. Ser solidário. Visitar os presos, isso nós fizemos. Mas temos de lembrar que Cristo, que é o patrono de nossa doutrina, Ele não ficou só com palavras, Ele discursava bem. O Pai-Nosso é um discurso de Cristo. Cinquenta e seis palavras em um minuto. Quando as balbuciamos, saímos desta terra aos céus! Ele não tinha este som, nem a televisão, nem a rádio AM-FM, a Hora do Brasil, que temos. Então, ele subia às montanhas e dizia: “Bem-aventurados os mansos, que possuirão a terra; bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Ensinou aos bem-aventurados perseguidos da justiça, dando o entendimento de que a justiça é uma inspiração divina, mas é feita por homens que erram, são falhos e fracós.

Cristo não fez só discursar, fez obras, por isto, nós O seguimos. Fez obras. Tiago, o Apóstolo, disse: “Fé sem obra já nasce morta”, Senador Jayme Campos. E Cristo é seguido porque Ele fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir. Tirou o demônio dos endemoniados, limpou os leprosos, multiplicou os alimentos – peixes, pães –, transformou água em vinho, dando o grande ensinamento, quando Ele viu nascer a família, que é a maior instituição. E essa é a nossa crença e esperança, e tanto é verdade que, amanhã, eu estarei em Rondônia, fortalecendo o PSC, e lá no Rio Grande do Sul, o genro do Senador Paulo Paim, é o Presidente do PSC em Canoas. Este, então, é o Partido.

Acaba de chegar – quis Deus – o Senador Magno Malta. Magno Malta, influenciado pela “Santa Dada”. Quando eu estava, vamos dizer, na fase de indecisão, o Magno Malta apareceu como anjo da guarda: “Mão Santa, vá para o PSC”. E eu fui e, ontem, estivemos juntos.

Então, essas foram as nossas palavras e a nossa crença. E vamos oferecer ao povo do nosso Brasil este Partido para aperfeiçoar a democracia

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, confirmei com o Eliseu Fogaça, que é meu genro, e vai ser empossado no dia 20 de março como presidente do PSC lá em Canoas. Confirmei a presença de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Vamos ver... Que Deus nos guie.

Então, essas são as nossas palavras, agradecendo-lhe, Senador Paulo Paim, pelo tempo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, pela ordem. Em seguida, o Senador Magno Malta vai usar da palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e demais Senadores, queria apenas manifestar a minha alegria e o meu contentamento no dia de hoje, na medida em que, como membro titular da Comissão de Infraestrutura, aprovamos projeto muito interessante para os nossos caminhoneiros, ou seja, para os transportadores autônomos de carga deste Brasil. Na verdade, o transporte rodoviário sob pneus, algo parecido com 50%, é feito por autônomos. Portanto, esse projeto de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini tem o Senador Jayme Campos como relator. Entendíamos e entendemos a sua importância, pelo que representa a isenção do IPI para esses trabalhadores, já que milhares de trabalhadores autônomos dessa área, lamentavelmente, não conseguem trocar seus caminhões. Alguns deles ainda estão com caminhões velhos, que não oferecem nenhuma segurança nas estradas, sobretudo para os que trafegam pelas nossas rodovias. Além do mais, essa isenção vai permitir que esses transportadores autônomos que conduzem veículos automotores até, vamos imaginar, do tamanho de uma van, também receberão isenção.

O projeto foi aprovado na Comissão de Infraestrutura e encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.

Espero que os nossos Colegas Senadores, que fazem parte daquela Comissão, também sejam solidários, tendo em vista que esse segmento de trabalhadores do Brasil representam, com certeza a força, a máquina motriz, que transporta a grande produção brasileira.

Senador Magno Malta, são projetos como esse que renovam minhas energias por estar aqui hoje no Senado Federal, sobretudo sabedor da importância do projeto e daquilo que representa para milhares de trabalhadores, motoristas sofridos, que muito mal e porcamente conseguem ter um salário de menos de R\$3 mil, sendo proprietários de caminhão. Vejo no meu Estado de Mato Grosso cidadãos que há quase 50 anos trabalham nessa área e que, lamentavelmente, muito mal e porcamente – desculpe-me o termo – conseguem dar apenas uma pequena manutenção para o caminhão.

Então, nesta oportunidade, quero cumprimentar os nossos transportadores autônomos. Certamente, dentro em breve, esse projeto vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos e estará aqui no plenário da Casa. Aqui será aprovado, isentando de uma vez por todas da cobrança do IPI. Eu acho que é uma grande vitória, um grande avanço, até porque isso não vai prejudicar em nada a receita do Governo Federal, na medida em que, para incentivar a produção, o Governo, há pouco tempo, isentou a linha branca, isentou a linha de móveis, de material de construção. É com políticas públicas como essa que certamente buscaremos o crescimento da economia nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Jayme Campos, mais uma vez, por sua exposição.

Passo a palavra de imediato ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos assistem pelos meios de comunicação do Senado Federal, a saber, rádio Senado, televisão. Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna são alguns registros que quero fazer. Não fui, como de costume, no vôo das 20 horas para o meu Estado para subir à tribuna hoje e fazer alguns registros importantes.

O primeiro deles, Senador Paim, é que, na primeira terça-feira útil após a Semana Santa, vamos ter audiência pública com o Cônsul do Haiti para discutirmos a questão dos brasileiros que se inscreveram no consulado haitiano, com o desejo de adotar crianças haitianas que ficaram órfãs na tragédia que se abateu sobre aquele País, crianças mutiladas. Mutilação maior é na alma, quando se perde pai e mãe. Mas há famílias brasileiras querendo ter filhos e há crianças para serem abraçadas, para fazer xixi na cama, para acordar de madrugada. Há famílias para trocar a fralda, para chamar de meu filho, ouvir chamar de meu pai, minha mãe, tão-somente movidos por um sentimento materno, paterno, sentimento da alma, não tão-somente para fazer favor ou caridade a uma criança porque perdeu pai e mãe, mas porque querem, de fato, trazer para dentro das suas próprias veias e do seu sangue crianças que precisam de amor.

Nós teremos, na Comissão de Direitos Humanos, então, essa reunião. O Cônsul é o nosso convidado especial. Veremos quais são os trâmites legais para que as famílias brasileiras possam ter essas crianças como filhos.

Aproveito que estou em um veículo de comunicação para incentivar você, que me ouve, a ser pai ado-

tivo, a ser mãe adotiva. Só existe um privilégio maior que adotar: o privilégio de conhecer a Deus, que é um privilégio tremendo na vida de um ser humano. Depois de conhecer a Deus, o maior de todos os privilégios é a adoção.

Então, nós teremos essa audiência pública, que, certamente, vai significar muito para o Brasil, para as nossas crianças.

Também faço o registro, Sr. Presidente, de que a CCJ aprovou um projeto de minha autoria, de 2005, que estava apensado a um do Senador Tião Viana, de 2008, que proíbe, definitivamente, o uso do cigarro, do tabaco, do charuto e de qualquer outra coisa – e é “coisa” mesmo que tem que chamar – que seja parente, próximo ou distante, do cigarro em lugares públicos. O meu especifica: públicos, fechados, hospitais, escolas, teatros, museus, restaurantes, bares, similares, hotéis. Por quê? Porque, se não especifica, há hospitais que têm áreas abertas. O indivíduo sai do quarto ou sai de qualquer dependência, vai lá fora para o pátio, fuma e diz: “Aqui não é área fechada”. Então, vai ficar proibido no hospital, na escola, até porque é o fim do mundo termos professores fumando. Aliás, o grande problema deste País é que o tabaco mata duzentas mil pessoas por ano, Senador Paulo Paim. A CCJ acaba de aprovar esse projeto – e fico muito feliz – para o Brasil e em prol de cinco milhões de pessoas que podem morrer por ano. Indústria desgraçada! Indústria desgraçada! Duzentos mil é a fatia do Brasil, duzentos mil é a nossa fatia. Isso quer dizer que o cigarro mata dez pessoas por hora com câncer de boca, laringe, faringe, traquéia, infarto, derrame. Fica proibido! Espero que haja celeridade neste plenário e no plenário da Câmara.

É o mesmo cerco que temos de começar a fazer contra as bebidas alcoólicas. A bebida alcoólica no Brasil está sempre atrelada à vitória. Os marqueteiros vendem a bebida alcoólica como se fosse o maior bem do mundo. Na verdade, eles são pagos para isso. O problema do Brasil não é cocaína, o problema do Brasil é álcool. Ninguém começa a cheirar cocaína antes de ter aprendido a tomar álcool. Qual é a debilidade dos nossos alunos no Brasil, hoje? Vá a uma universidade à noite. Estão todos em *trailers*, em volta da faculdade, bebendo cerveja. Nada aprendem. Quando vão fazer as provas fazem colando, só para cumprir o semestre, o ano. Depois, é esse tipo de profissional que vai para o mercado. Então, precisamos fechar o cerco em torno do álcool.

Senador Paim, há trinta anos eu e minha esposa tiramos drogados das ruas. A nossa experiência é assim: para cada 50 viciados em cocaína que recuperamos, só recuperamos um bêbado. O que o teor alcoólico faz no sistema nervoso central é inexplicável.

Então, o que nós temos é uma sociedade de bêbados, autoridades que vivem de bebida alcoólica, artistas, formadores de opinião. Quem deveria dar exemplo não dá e, depois, põe o dedo na cara da polícia e da classe política e diz que o problema das drogas na rua é porque nem tem polícia, nem se faz lei. Não. Muito pelo contrário, é porque a leitura que a criança faz na vida do pai e da mãe em casa é uma leitura que a conduz para isso. E eu fico muito feliz porque a CCJ aprovou esse projeto da nossa autoria.

Quero mais uma vez registrar – não sei qual é a posição de V. Ex^a, mas, conhecendo um pouco da sua história, sou capaz de arriscar qual é a sua posição – que sou completamente a favor da PEC 300.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Totalmente a favor. Assino embaixo, inclusive, da fala de V. Ex^a em relação ao álcool. Eu não quero entrar em detalhes, V. Ex^a me permita, mas tem uma pessoa que V. Ex^a conhece e eu conheci também, e conheço, naturalmente, que começou com o álcool. Felizmente, V. Ex^a sabe e eu sei que nós recuperamos essa pessoa, mas foi o álcool o culpado por tudo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Começa ali. E muitos, para a sua tristeza – aliás, para a nossa tristeza –, começam vendo as garrafas na geladeira de casa ou na própria mesa de casa, enquanto crianças. Alguns experimentam em casa e depois ninguém é capaz de segurá-los. E aí o milagre de Deus tem que se apresentar, ou a morte é certa. E o pior é que é uma morte que degrada e faz sofrer a família inteira.

Pois a PEC 300... Eu disse que arriscaria, conhecendo a história de V. Ex^a, de que lado V. Ex^a estaria. Sei que realmente há uma resistência, mas, em um país tão violento como o Brasil, onde a maioria dos homens que fazem a polícia são sacerdotes... A maioria, porque uma parte não é, entrou buscando um emprego, outros não têm vocação para uma coisa nem outra; a exemplo de qualquer outra classe na vida, na sociedade, estão lá para poder denegrir a classe. Mas aqueles que são sacerdotes da segurança pública vivem com salário de fome, de uma forma vergonhosa, vivem de aluguel, sem ter casa para morar, são obrigados a pagar o seu próprio uniforme com um salário de nada.

Essa PEC 300 vai recuperar uma série de coisas. Quer dizer, não é normal que a Capital Federal, que nada produz, que vive do que se produz nos outros Estados, e todo mundo sabe disso, tenha um orçamento acima de muitos Estados do País, com aquilo que é arrecadado dos outros, e os seus policiais tenham uma vida digna... Não é que estejam ganhando muito; os outros é que não estão ganhando nada. A maioria daqueles que fazem sacerdócio na polícia tem um salário tão defasado, tão miserável e tão vergonhoso.

Então, somos a favor da PEC 300; queremos fazer o enfrentamento com aqueles que são contra. Estamos de mãos dadas a eles, porque aí de nós se não os tivéssemos na rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, permita-me. Estive em São Paulo no fim de semana, na sexta-feira e no sábado; onde fui fazer uma palestra para o movimento sindical paulista. No dia anterior, eu a havia feito para os empresários do setor do transporte, porque temos aqui o Estatuto do Motorista, que V. Ex^a tem ajudado muito também; e lá estavam os policiais reivindicando apoio para essa PEC. Foi unânime. Todas as centrais, todas as confederações de trabalhadores registraram total apoio à PEC n^o 300, que V. Ex^a está muito bem defendendo neste momento. Eu vim à tribuna por duas vezes já, na mesma linha de V. Ex^a, defender a aprovação dessa PEC, e vamos trabalhar muito para que a Câmara aprove e para que nós também, rapidamente, aqui no Senado. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Desculpe pelo aparte indevido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O aparte de V. Ex^a só enriquece. V. Ex^a tem uma história de vida de comprar a briga das minorias, dos menos favorecidos, daqueles em quem ninguém quer prestar atenção.

Hoje, o salário mínimo é alguma coisa que já nos dá orgulho de falar, quando estamos em outro lugar. Mas naqueles dias em que era uma humilhação ao trabalhador, o instrumento deles era V. Ex^a. E o Brasil sabe disso. O que dizer dos aposentados e dos negros se não fosse a luta de V. Ex^a? Agora aos caminhoneiros, àqueles que precisam de alguém que grite o seu grito? V. Ex^a está sempre dando continência e dizendo: “Presente, estou aqui”. Então, eu arriscaria.

O aparte de V. Ex^a nessa questão da PEC 300 só enriquece a minha fala. Enriquece a minha fala quando fala aos policiais do Rio Grande do Sul, que o conhecem muito mais do que eu, e quando fala aos policiais do meu Estado, com os quais estamos juntos.

Nós temos um Deputado muito novo, que assumiu no lugar do nosso Prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, que V. Ex^a conhece, que é do nosso partido, Prefeito do maior município do Espírito Santo, que faz um grande trabalho. Com um ano de mandato, tem revolucionado a cidade, a despeito das chuvas que têm caído. Mas é um jovem guerreiro. Assumiu o Capitão Assunção, homem simples, poucos votos, ficou suplente. Assumiu. É a causa que leva o homem, não é, Senador Paim? Ele assumiu a causa assim, de uma forma muito forte. Está muito bem esse capitão, e merece o reconhecimento da sua classe porque ele tem brigado no País inteiro.

Eu tenho muito orgulho desse mandato, de apenas um ano e pouco, do Capitão Assunção, que é do PSB do meu Estado, que faz um belo trabalho. E tantos outros nomes que poderíamos citar, mas citar o nome de um e não citar de todos é cometer injustiças.

Mas eu quero agradecer aos sacerdotes, policiais sacerdotes do meu Estado, que fazem um trabalho abnegado, com salários tão baixos, com os filhos humilhados, sem poder dar a eles aquilo que gostariam, de dar à família aquilo que gostariam. Penso que a PEC nº 300, minimamente, vai recuperar um pouco dessa dignidade, da autoestima do policial do nosso País.

No final de semana próximo passado, estive em três municípios pequenos e importantes do meu Estado. Fui a Irupi e, ao sair, passei em Ibatiba. Ibatiba tem uma escola técnica, na leva dessa iniciativa do Presidente Lula. Aliás, havia um decreto do Presidente Fernando Henrique que proibia construir escola técnica. Acabou.

Por coincidência dos assuntos, o então Deputado Federal Neucimar Fraga, Senador Paim, foi ao Ministro Cristovam, que acabou de sair deste plenário, porque queria levar uma escola técnica para Vila Velha, para a cidade onde ele é Prefeito. Ele era Deputado Federal. Cristovam disse: “Olha, eu acabei de assumir como Ministro, Deputado, mas tem um decreto aqui do ex-Presidente Fernando Henrique, em que proíbe construir escola técnica. Mas se V. Ex^a construir lá uma frente e fizer um projeto em que tenhamos condições de derrubar, juntamente com o Presidente da República, esse decreto...”. E ele encabeçou aquilo. Coisa maravilhosa. Quero parabenizar a coragem do nosso querido educador Cristovam Buarque. O decreto caiu, e o Presidente Lula vai encerrando seu mandato com mais de 250 Cefets no Brasil.

Para o Espírito Santo, nós levamos um número significativo. Mas eu falo em Ibatiba porque Ibatiba foi uma luta à parte – e aí eu falo com orgulho –, uma luta à parte que eu lutei com o então Deputado Neucimar Fraga. Eu não estava presente no dia da inauguração do Cefet, mas soube que havia muita gente fazendo discurso, mas que puxou a corda contra, que assinou documento contra, para não ter a escola em Ibatiba. Mas aquela região do Caparaó... E foi exatamente no mandato de José Alcure, seu quinto mandato. Cabeça branca, homem de bem, querido na cidade. José Alcure brigou. A região do Caparaó tem trezentas mil pessoas. É bem pertinho de Minas já, aquela região de Minas, Lajinha de Minas, Realeza, indo para Governador Valadares, subindo para Belo Horizonte, já ali na região do Caparaó, Lúna, Irupi. Esse Cefet, nessa luta, no mandato de José Alcure, foi uma conquista do mandato desse homem por quem tenho o maior carinho.

E aí registro que estive com ele no domingo, com ele e com o Deputado Oséas, discutindo as questões do Município e falando a respeito do momento que vivem o Espírito Santo e o País. Foram momentos significativos, porque ouvir aquele homem é um aprendizado. A Bíblia não fala dos anciãos? À medida que o tempo passa e os anos vão chegando na vida da gente, olhamos para trás e vemos coisas que fizemos na juventude e que não faríamos mais porque a experiência e a sabedoria vão chegando. Por isso, os mais velhos, os anciãos têm um pouco mais para ensinar. E esse José Alcure é uma dessas figuras tão importantes. E eu lá estive com ele, na casa dele, e com a família, de que gosto muito. E o Deputado Oséas, que estava conosco.

Estive na casa da minha querida Conceição, à tarde, em Irupi, convivendo com a família. Uma guerreira. Tive o prazer de visitar uma rua muito pobre, Senador Paim, e vi uma criança sentada num monte de areia naquela rua. Brinquei com a criança, mas ela não reagiu. Na volta, a Conceição me falou: “Essa criança tem uma paralisia, e o tratamento é muito caro, mas tem jeito”. Aí eu chamei a mãe. A mãe disse: “Ah, não tem como não. É no SUS. Porque o problema dela é nos nervos, e o tratamento é feito com um negócio chamado botox. E o SUS diz que faz, mas não faz, porque é muito caro”. Realmente, o botox é muito caro. Há uma técnica nova, que trata problemas neurológicos de paralisia com botox. Aí eu liguei para o Dr. Carlos José. Quero agradecer ao Dr. Carlos José, neste momento, um médico do meu Estado, do meu partido. E disse a essa mãe pobre: “Se o problema é esse, vou ligar para um amigo meu e ele vai resolver”. Liguei para ele, Senador Paim, e ele recebeu a criança hoje com a mãe. Disse que a mãe chorava copiosamente. Ele pegou um neurologista que trata exatamente disso, que está fazendo esse tratamento com botox, e aquela criança vai voltar a andar. Uma criancinha linda, que certamente vai voltar a correr numa rua muito simples, lá em Irupi. Quero parabenizar a Conceição por seu carinho com aquelas crianças e com as famílias tão simples daquele lugar.

Estive também com um grupo de pessoas de Lúna. Aliás, eu não me lembro do nome do cidadão que disse que a vida dele é ver TV Senado. E quero dar um recado.

Ele mandou dizer ao senhor, Senador Paim – e é possível que ele nos esteja assistindo agora; não me lembro do nome dele –, que ele é fã de V. Ex^a e do Senador Mão Santa. E fala das suas lutas em favor dele e em favor da sua família. E o sujeito, quando fala das suas lutas, está se referindo ao salário mínimo, aos aposentados, a uma série de coisas. Fala da empol-

gação com sua pessoa, com o exercício da sua vida pública, que empolga o Brasil inteiro.

Infelizmente, a vida pública no Brasil está criminalizada. O problema é que os homens do mal são tão ousados que levam os do bem para a vala comum. Mas, Senador Paim, se os homens do bem deste País tivessem a ousadia dos homens do mal, este País seria outro. Eles são muito ousados. E as pessoas pensam que os que estão na vida pública – e é isso o que a mídia vende – são todos iguais. Mas, hoje, ninguém é mais tolo. O homem mais simples deste País, que mora no lugar mais distante, tem uma parabólica. Ele vê tudo, ele sabe de tudo. Ninguém engana ninguém.

E são pessoas simples esses homens que foram a Irupi me visitar, querendo um dia novo para seus Municípios, e que mandaram esse abraço, essa palavra de carinho e de admiração a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa, que eles admiram tanto. Aliás, o Senador Mão Santa tem muitos admiradores no Brasil inteiro.

A querida cidade de Lúna, do Prefeito José Ramos, do meu amigo João Nildo, Presidente da Câmara, é uma cidade que produz muito café. E, daqui a pouco, o Ibsen Pinheiro vai fazer outra emenda para dividir o café do Espírito Santo com o Brasil inteiro. E acho que ele deveria fazer isso. Aconselho o Ibsen Pinheiro a fazer outra emenda para dividir o granito do Espírito Santo também, para dividir o nosso mármore com o Brasil inteiro, o lucro das riquezas minerais do Espírito Santo. A degradação das jazidas de mármore, a degradação ambiental das jazidas de granito do Espírito Santo, esse passivo o Ibsen Pinheiro poderia pedir ao Rio Grande do Sul, de V. Ex^a, para nos ajudar a pagar. Mas a emenda dele é oportunista, é uma emenda eleitoreira dos *royalties* do petróleo.

Tenho uma relação aqui de Municípios que se fizeram presentes na reunião: o Município de Anchieta, do meu amigo Diva, que é prefeito lá; o de Aracruz, do Ademar Devens; o de Conceição da Barra; o de Fundão; o de Itapemirim, da nossa querida Norma; o de Jaguaré; o de Linhares, do meu amigo Guerino; o de Marataízes, do Dr. Jane; o de Piúma, do Professor Ricardo; o de Presidente Kennedy; o de São Mateus; o de Vila Velha; o de Vitória. A Associação Capixaba de Municípios esteve lá. Reuniram-se, e lá estava também a Prefeita de Campos.

A emenda do Ibsen é uma emenda deliberada para punir São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. As riquezas e as bacias que lá estão, de óleo, de gás, de petróleo... Ele tinha de fazer uma emenda para punir Deus, porque aprovou a Ele dividir as riquezas como quis, como o minério para Minas. E, se a moda pega, Senador Paulo Paim, vamos ter de dividir tudo com todo mundo. O lucro, as terras, a soja de Mato

Grosso terão de ser divididos conosco e com o Estado de V. Ex^a também.

É verdade que são três Senadores no Espírito Santo, três Senadores em Minas e três Senadores no Rio de Janeiro. Espero que esses nove Senadores se multipliquem e que os outros Senadores entendam isso, porque, se a moda pega, será preciso amanhã os Senadores de Minas Gerais começarem a brigar para não dividirem a riqueza mineral de Minas com o resto do Brasil. Daqui a pouco, será preciso reagirem os Senadores da Amazônia, e, por isso, queremos solidariedade.

Senador Paim, não foi essa a promessa que o Presidente Lula fez. O Presidente Lula deu outra garantia ao Governador Paulo Hartung, ao Governador Sérgio Cabral e ao Governador de São Paulo. Deu outra garantia. E, de repente, a base do Governo faz um gesto meramente eleitoreiro. Espero que tenhamos dignidade nesta Casa, para discutirmos isso com responsabilidade.

Senador Paim, se essa emenda do Ibsen é verdadeira e passa, isso vai quebrar o Estado do Espírito Santo, literalmente. Ontem, à noite, o Governador do Rio foi às lágrimas e disse que foi um ato insano contra o Rio de Janeiro. E o foi. E o foi. E o foi.

O passivo ambiental é nosso. Daqui a pouco, vamos querer dividir o dinheiro e a riqueza dos garimpos com o Estado do Espírito Santo, e a degradação ficará só com o Pará. Eles pagam o ônus, ficam com o passivo da degradação ambiental, e nós dividimos o que se colhe no garimpo com eles. Isso não é justo, não é justo.

Não fui para casa hoje, para poder usar a tribuna por um tempo maior, para poder expressar para o Brasil e para o povo do meu Estado minha indignação.

Recebi dois Senadores no meu gabinete que estiveram numa reunião com o Ministro Lobão, na qual o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, deu garantias ao Ministro de que isso será aprovado aqui, rapidamente, a toque de caixa, atropelando-nos a todos. Fiquei muito triste com isso, porque respeito muito o Senador Romero Jucá. E, hoje, eu o vi aqui, no plenário, dizendo que esteve pessoalmente com o Presidente Lula. Seria bom saber qual a orientação que o Presidente Lula está dando, porque o Presidente Lula fala uma coisa, e seus Ministros fazem outra.

Tenho o maior orgulho de pertencer à base do Governo do Presidente Lula. Lembro a inserção social que o Presidente Lula fez em seus governos. É invejável! A roda está inventada na inclusão social, é só dar continuidade. Os fundamentos da economia estão solidificados. Lembro a credibilidade internacional que ele imprimiu, a inclusão dos pobres. Acabei de

falar que me orgulho muito de fazer parte da base do Presidente Lula, mas me recuso a ser subserviente. Homem nenhum me fará subserviente! Não vou penalizar meu Estado, não vou penalizar os outros Estados produtores, tomando uma posição só por que o Governo o quer.

Fui até mal-educado hoje, Senador Paim, porque, depois de um pronunciamento que fiz aqui, a Secretária do Senador Romero me ligou, dizendo que ele estava na linha, querendo falar comigo. E eu estava tão indignado, que não quis falar. Eu não quis falar com o Senador. Não quis falar, porque essa é uma das histórias mais tristes para nós. Nosso Estado vai ser levado à bancarrota.

A emenda do Ibsen manda recalcular o que já foi dado de *royalty* ao longo dos anos para trás. Uma coisa é fazer discussão para o futuro. É saudável, é legítimo. Mas querer discutir o presente e o passado, no mínimo, é má-fé. No mínimo, isso é irresponsabilidade.

Quais são as riquezas de seu Estado, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É grande o setor empresarial. Trabalha-se muito na exportação, principalmente nessa área.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E são terras muito boas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As terras são muito boas. Há produção de vinho, de soja, de trigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois vamos fazer uma emenda, para tentar dividir isso com o Espírito Santo, para compensar a insanidade do Sr. Ibsen Pinheiro. Vamos compensar isso, pois “pau que dá em Chico, dá em Francisco”.

Temos de fazer uma emenda. Aliás, eu estava trabalhando com os técnicos, o dia inteiro, preparando uma emenda a esse projeto, que está vindo para cá, a toque de caixa, com a emenda Ibsen, que foi aprovada ontem. Minha proposta é dividir tudo com todo mundo, é saber o que pesa mais na balança de cada Estado – seu produto interno – e fazer uma divisão disso, de maneira equilibrada, com todos os Estados.

Senador Paulo Paim, encerro minha fala hoje, à noite, dizendo que preparei, para ser protocolado amanhã, requerimento para realização de uma sessão especial. Aqui, já foram homenageados jogadores de futebol, de vôlei, de futevôlei, de futebol de areia. Aliás, o número um do mundo em futebol de areia é do meu Estado: o grande Buru. A tetracampeã mundial de *bodyboard* é do meu Estado: Neymara Carvalho. É interessante que o Ministro nunca tenha recebido esses campeões. Nunca os recebeu! Ela, que é tetracampeã

mundial, e ele, que é o primeiro do mundo, nunca foram recebidos pelo Ministro ou pelo Presidente Lula.

E há outra coisa: há um esporte crescente no Brasil, que hoje só perde para o futebol. É a luta livre, chamada de MMA. As academias estão lotadas de pessoas que praticam jiu-jitsu, boxe tailandês, boxe. Quero parabenizar a Globo pelo seu canal Globosat Combate, que tem uma assistência grande o dia inteiro. São muitos os adeptos e muitos os fãs, e o Brasil tem os maiores do mundo.

No Brasil, há uma figura chamada Anderson Silva. Na sexta-feira passada, fui ao Rio, para assistir ao treinamento dele, porque ele vai lutar em Abu Dhabi, no dia 13. Vou a Abu Dhabi, para assistir à luta dele, Senador Paim. Vou para lá com meu dinheiro. Vou lá para nos representar, para levar a bandeira verde e amarela a esse cidadão que é um ídolo do mundo e que se chama Anderson Silva.

Há outro campeão chamado Lyoto, que é baiano, como eu, e que vive no Pará. Ele está invicto. Há o Paulo Thiago em Brasília. Nem tudo é feio em Brasília, Paulo Thiago é daqui. Aliás, soube que ele vai estar na Rede TV hoje, à noite. Há os irmãos Minotauro e Minotouro, e o programa da Luciana Gimenez, hoje à noite, vai falar sobre isso. Há o grande Wallid, que é um grande promotor. Estamos cheios de campeões. O Marco Ruas foi campeão, bem como Murilo Bustamante. Brasília está cheia de campeões. O Rani Yahya, que é daqui também, participou de lutas internacionais. Eu citaria aqui uma série de nomes.

O que estou fazendo? Quero pedir uma sessão. Sabe por quê? Como V. Ex^a sabe, a explosão de drogas é tão grande no Brasil – o *crack* vai tomando corpo; esse juvenzinho que ainda não cresceu tudo vai crescer mais –, que a única maneira de se deter isso é com prevenção. E um grande instrumento hoje para isso é o esporte na escola. Vamos levar, por exemplo, o Popó a uma escola para falar para um menino hiperativo ou para qualquer outro menino, para falar para essas crianças, para dar uma lição de vida, para contar sua história. Ele vai contar que rejeitou virar alcoólatra, virar drogado, morrer preso numa masmorra. Mesmo menino pobre, ele se tornou campeão. Isso mexe com a criança. Depois, coloca-se o esporte lá dentro. Pode-se levar à escola Lyoto, Anderson Silva.

Aqui, em Brasília, há um campeão como o Paulo Thiago, que, aliás, é da Polícia. Aliás, ele é sacerdote, porque, com o que ele já galgou lá fora, ele poderia muito bem abandonar a Polícia. Mas ele continua na Polícia. Parabéns aos coronéis da Polícia daqui, que entendem isso e que contam com Paulo Thiago como exemplo na corporação!

Então, minha sessão aqui visa a convidar esses campeões a virem aqui. Vou mandar um ofício ao Ministro, que ficou de me dar um retorno desde ontem. O Ministro disse que, em dez minutos, ligaria, mas, até agora, estou esperando a ligação do Sr. Ministro do Esporte. Como é o nome dele mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ministro Orlando Silva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Então, vou olhar para aquela câmera ali: “Sr. Ministro Orlando, desde ontem, o senhor ficou de me ligar. Eu estou esperando sentado, para não cansar!”. A prática desses Ministros é esta: tirar onda com cara de Senador. Veja se recebe o pessoal do Mixed Martial Arts (MMA), esses campeões admirados no mundo. Parece que o senhor só vê voleibol, só vê futebol.

Precisamos que o Ministério do Esporte tenha a visão de prevenção às drogas. Esses caras só querem falar em coisa grande, em Copa, e as crianças estão morrendo na escola, na base lá.

Mas parece que o Ministro está muito envolvido com o negócio da candidatura dele, porque é candidato em São Paulo a Deputado Federal, não é? Acho que ele está muito envolvido com isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Parece-me que o Ministro não será candidato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Então, vamos ver se ele trabalha pelo Brasil todo agora, porque parece que o negócio era só com São Paulo, para que o negócio é só com São Paulo. Estou esperando o Ministro me dar resposta.

Minha emenda para o Município de Vargem Alta é individual, viu, Ministro? A emenda é carimbada para o Município de Vargem Alta, do meu querido amigo Elieser Rabelo, que é um prefeito. O Ministro, que se diz amigo de todos, nunca recebeu essas pessoas, nunca as recebeu e nunca fez uma fitazinha para que o Presidente Lula as recebesse também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir, como conheço o Ministro Orlando...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu também o conheço. No episódio dos R\$8,00 do cartão corporativo, quem o defendeu fui eu. Mas, agora, ele já saiu de baixo dessa porradaria e é, agora, o rei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvi sua fala, e, se V. Ex^a me permitir, amanhã, farei contato com o Ministro, explicando sua justa reivindicação, para ver se a gente consegue resolver isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Imagine: o sujeito é um Senador e precisa de um intermediário para falar com um Ministro, que não tem voto algum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu o farei, pelo carinho que tenho por V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu queria que ele fosse candidato mesmo, para ver quantos votos ele teria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas posso fazer essa mediação? Eu o farei com o maior carinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pode, deve. Peça a ele para receber esses campeões. Peça a ele para marcar uma audiência e receber esses campeões. O Anderson Silva, o Pelé do mundo, é da nossa cor, é da nossa senzala. Ele não está entendendo, ele não está entendendo, ele não está entendendo.

Estou pedindo essa sessão aqui para trazer para cá o pessoal do jiu-jitsu, o pessoal do muay thai, do boxe tailandês, do judô, do boxe. Quero trazer para cá o nosso Popó, o nosso querido Sevilio de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conheci o Popó por intermédio de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É essa legenda, com 32 anos. Ganhou o que ganhou, é o único tetracampeão do mundo.

E sabe que a Casa aqui está cheia de faixa preta de jiu-jitsu, de lutadores de boxe? Aqui mesmo, havia um mestre. Eu o estava vendo aqui. Aqui, aqui, estava ele! É faixa preta de jiu-jitsu, é mestre. Filme ele ali. Há também o Arthur Virgílio, que é faixa preta de jiu-jitsu também.

Então, vamos fazer essa sessão solene, Senador Paim, e pedir isso ao Plenário do Senado. Tenho certeza de que não será essa sessão solene de meia dúzia de pessoas, um sentado ali, outro, ali, e a câmera filmando só a Mesa, porque não pode nem filmar o plenário, porque não há ninguém aqui. Vai lotar isto aqui.

Quero dizer a V. Ex^a que o Prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, a partir do evento acontecido nas praias da costa, debaixo de chuva, um *Jungle Fight*, lindo demais, a partir dali, tomou a decisão, junto com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Esportes, do nosso querido Marcos Magalhães, de colocar todos esses esportes na escola – todos! –, como instrumento de prevenção. O menino que faz arte marcial aprende filosofia, aprende a respeitar, aprende a ser educado, aprende a não brigar na rua. E mais: ele gasta tanta energia na escola, que, quando chegar a casa, só vai querer dormir. Nós, que lidamos com recuperação de drogados, sabemos quais são os bons instrumentos para fazer essa prevenção.

Por isso, estou protocolando amanhã esse pedido de sessão especial. Gostaria que isso acontecesse antes que o Anderson Silva lutasse em Abu Dhabi, para que realmente tivéssemos a oportunidade de divulgar

para o Brasil esse instrumento de prevenção, que também é curativo. Em Vila Velha, a terceira luta foi ganha por um lutador que é da minha instituição. É um menino forte, com 85 quilos. Ele é forte. *Wrestling* por excelência, é um chão apurado, um chão apurado que ele tem. Foi recuperado na minha instituição. O campeão latino de boxe, Luciano Olho de Tigre, também é da nossa instituição. Foi campeão brasileiro.

É preventivo, mas também é curativo.

Quero agradecer a V. Ex^a pela tolerância comigo. Penso que não haveria de ter tempo determinado para quando se debatessem temas importantes para a sociedade brasileira, que interessam às pessoas que estão em casa, que interessam às famílias. Por isso, é muito importante esperar para falar no final, para não haver essas digladiações, no sentido de que só se tem trinta segundos para falar. Como fazer um pequeno discurso quando se discute um assunto como o da aposentadoria, em que se fala da questão da terceira idade, da melhor idade, na qual se vai aposentando e nem se tem dinheiro para pagar a farmácia? V. Ex^a trava uma discussão sobre isso, e começam a apitar no seu ouvido para encerrar. Por isso, é melhor perder o avião e ficar para falar no final, porque a gente pode expressar o que sente, o desejo da alma da gente para a sociedade brasileira.

Agradeço muito a V. Ex^a, que tem sido esse instrumento bacana na vida das pessoas. Deus o tem usado mesmo como instrumento bacana na vida das pessoas, colocando sua vida, sua existência, sua história de vida a serviço dos menores, das minorias, dos menos favorecidos, para que eles tenham dias melhores, enquanto aqui viverem, como sociedade. Obrigado, Senador. V. Ex^a está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Magno Malta, pelo seu pronunciamento. V. Ex^a tem sido parceiro em toda essa caminhada, em todos os momentos. Ainda hoje, pela manhã, quando discutíamos na Comissão de Direitos Humanos a PEC da Juventude, V. Ex^a fez questão de ir lá. Inclusive, naquele encontro que houve neste plenário, todos os Líderes – inclusive, eu diria a V. Ex^a que farão de tudo para que, na próxima semana, a PEC da Juventude seja votada – pronunciaram-se dessa forma. E, quando V. Ex^a esteve lá e me comunicou isso, eu estava presidindo os trabalhos e, depois, informei à plenária que haveria todas as condições de votarmos a PEC se conseguíssemos desobstruir a pauta devido às medidas provisórias. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu lhe agradeço, Senador Paim. Eu queria só abraçar o Senador Flávio Arns, porque tive o privilégio de relatar um projeto de autoria dele que a CCJ aprovou. Se S.

Ex^a me permitisse, eu gostaria de dar o nome desse projeto dele. Tenho uma amiga que é cadeirante, que é portadora de deficiência, em Presidente Kennedy. Ela é paraplégica, é professora, tem pós-graduação. Ela não se limitou à depressão, é uma pessoa feliz. Ela foi à vida e se chama Grícia. Fui o Relator, e o projeto foi aprovado.

A lei do Senador Flávio Arns, que tive o prazer de relatar, tira todos os impostos de importação de cadeiras de rodas, principalmente as motorizadas e as peças de reposição, porque, com a adequação das cidades hoje, criando condições para os cadeirantes, é muito importante que eles tenham facilidade para comprar as rodas, para comprar sua cadeira, que é o seu próprio corpo, são as suas próprias pernas.

Então, a partir da votação em plenário cai o imposto de importação de cadeira de rodas, dos implementos, ou seja, das peças, e aí o cadeirante poderá ter uma cadeira motorizada para ir e vir, estar inserido no contexto social, para passear, para ir à escola, para ir à faculdade, para ir à igreja, para se movimentar com a família.

Parabéns ao Senador Flávio Arns. Que privilégio Deus me deu de ser Relator desse projeto tão importante! Eu gostaria que ele me desse a possibilidade de chamar esse projeto de Lei Grícia, que é essa minha amiga que superou todas as suas barreiras. É uma professora absolutamente qualificada e que, aos trancos e barrancos, tem a sua cadeirinha motorizada, mas que tantos outros precisam ter.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido de forma regimental.

Senador José Nery, permita-me só fazer um registro e passar a palavra, em seguida, a V. Ex^a.

Quero só registrar, Senador José Nery – e eu comentava com o Senador Magno Malta – que na segunda-feira, dia 15 de março, completo 60 anos, e com muita alegria. Faço esse registro, porque é um registro da minha cidade, a cidade onde nasci, só para dizer que se encerrou, no final de semana, em Caxias do Sul, a 28^a Festa Nacional da Uva e a 22^a Feira Agroindustrial. V. Ex^a perguntava algumas das atividades do Rio Grande.

Neste ano, a Festa da Uva teve como tema “Nos trilhos da história, a estação da colheita” e celebrou os 120 anos do Município e os 135 anos da colonização italiana. O evento resgatou os elementos que transformaram a cidade no maior polo metal-mecânico do meu Estado e o segundo maior do País.

A Festa da Uva foi transformada já na maior festa comunitária do Sul do Brasil. Neste ano foram distribuídas 250 toneladas de uvas aos visitantes. As 15 esta-

ções temáticas espalhadas no Parque de Exposições permitiram aos visitantes conhecer a história dessa querida cidade de Caxias do Sul.

Tudo que a transformou na potência econômica que é hoje lá foi mostrado. O público que esteve no Pavilhão pôde prestigiar também mais de 900 apresentações artísticas.

O número de atrações envolveu, Senador Magno Malta, mais de três mil artistas, que foram responsáveis por espetáculos de dança, canto, teatro e música.

Uma das principais atrações da Festa da Uva envolveu cerca de duas mil pessoas. Foram os figurantes que desfilaram no Corso Alegórico. Nessa edição, foram realizados seis desfiles. O último aconteceu nesse sábado. Cada desfile reuniu em média 30 mil pessoas na rua Sinimbu.

Destaco ainda que os figurantes foram divididos em 10 quadros que retrataram o tema da Festa, recontando desde o início da imigração, 1875, até o sucesso que foi a celebração da colheita, com a Festa da Uva.

A Festa Nacional da Uva 2010 teve o patrocínio âncora do Bradesco, Banrisul, Petrobras, Prefeitura de Caxias do Sul, Eletrobrás, Randon, Ministério do Turismo e Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

Para finalizar, deixo aqui os meus cumprimentos ao meu querido povo da cidade em que nasci, Caxias do Sul, a todo o Rio Grande e a toda a Serra e, em especial, àqueles que organizaram tão importante evento para o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande e do Brasil.

Deixo aqui um abraço – o prefeito da cidade é do PMDB, não é do meu partido, mas é meu amigo também – ao Prefeito Ivo Sartori e também ao Secretário de Turismo, o meu amigo também, Jaison Barbosa de Santos.

Está feito o registro da cidade onde eu nasci e da Festa da Uva.

Senador José Nery, para o seu registro. Aí, concluiremos os nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, Sr^s e Srs. Senadores, é com grande satisfação que faço o registro da visita e da presença entre nós de dois consultores do Sebrae, serviço de apoio à pequena empresa da Seção do Pará.

Estão aqui presentes o Sr. Marinoel Manolo e Evanilce Nogueira, que participam aqui em Brasília de um Curso de Formação de Agentes de Orientação Empresarial, que tem uma tarefa muito importante, inclusive dando consequência prática a uma legislação

que aprovamos no Congresso Nacional que inclui e facilita a vida de milhares de brasileiros que vivem da atividade informal, que são os ambulantes. E, nesse processo de inclusão para a formalização de suas atividades, o seu trabalho, a sua sobrevivência pelo País afora, também inclui o elemento fundamental que é a garantia de direitos previdenciários.

O curso que está sendo realizado pelo Sebrae nacional visa justamente a capacitar milhares e milhares de brasileiros que, em cada Município, em cada região, terão as condições de mobilização, de informação e de preparação das pessoas que vivem no mercado informal, especialmente ambulantes, visando à formalização de suas atividades.

Portanto, faço questão de fazer esse registro, Sr. Presidente, porque a implantação do Simples Nacional com essa característica de inclusão dos trabalhadores do setor informal tem um sentido de inclusão social muito importante

E, portanto, ao receber a visita desses ilustres amigos do Pará, em especial o Marinoel, que é filho de Abaetetuda, a minha cidade no Estado do Pará, quero dizer também, Sr. Presidente, na presença dele e de V. Ex^a, que Abaetetuba realizará nos próximos dias 9 a 11 de abril o VII Miriti Fest, o Festival do Miriti.

O miriti é uma palmeira da Amazônia e também do Nordeste. Os amazônidas, os ribeirinhos do Pará, especialmente da minha região, Abaetetuba, no baixo Tocantins, ao longo dos últimos 100 anos, começaram a produzir brinquedos com a bucha do miriti, que é um material muito leve – parece isopor. Há muitos anos, eles levam esses brinquedos para vender na Festa do Círio de Nazaré, que todos os anos reúne, em Belém do Pará, no segundo domingo de outubro, algo em torno de dois milhões de pessoas.

E um marco dessa inventividade, da criatividade do povo amazônida, é o brinquedo de miriti, vendido tanto durante a procissão, bem como nas exposições, que há 10, 15 anos vêm sendo realizadas em pelo menos duas praças de Belém, mostrando para o mundo, para o Brasil, o quanto o povo ribeirinho, o povo amazônida, tem naquela forma de expressão cultural, naquela forma de criação, um pouco da inventividade e da capacidade de transformar aqueles brinquedos, que retratam animais da floresta, objetos de uso comum – do carro ao avião.

Aquelas miniaturas transformadas e mostradas nas feiras têm sempre o sentido de apresentar, na singeleza desses objetos, a cultura, o saber do povo paraense, do povo da Amazônia, em especial, da região de Abaetetuba.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é com muita satisfação que nós registramos a realização, aqui no sa-

lão de exposições do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara Federal, da exposição de brinquedos de miriti, do Pará – e de Abaetetuba; se não disser assim, os abaetetubenses não compreenderão, porque é originário de Abaetetuba.

Para essa exposição, faço questão desde já de convidar V. Ex^a, bem como todo o Senado Federal, para se fazerem presentes. Será no período de 14 a 22 de junho de 2010.

Eu, há pouco, conversava com o Marinoel sobre a importância de o Sebrae nos ajudar. O Sebrae do Pará, que sempre tem sido parceiro na promoção do desenvolvimento local, na promoção da cultura e da arte e também no apoio à micro e à pequena empresa, certamente estará envolvido e ajudando a organizar essa primeira exposição de brinquedos de miriti de Abaetetuba, do Pará e da Amazônia, no coração de Brasília, que é o Congresso Nacional, no nosso salão de exposições.

Era essa a manifestação. Agradeço pelo tempo concedido.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, nossos cumprimentos.

V. Ex^a fala com muito carinho do seu Estado, das cidades paraenses. V. Ex^a fala do Festival de Miriti. Quanto aos nossos convidados, esta Presidência aproveita a oportunidade para cumprimentá-los.

Sei que a fala do Senador José Nery aqui é a mesma fala que eu faria se tivesse a oportunidade, e terei, de conhecer esse belo trabalho feito com miriti.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria não só de tê-lo presente na exposição, naquele período de 14 a 22 de junho, mas também de aqui renovar o convite a V. Ex^a para visitar o Estado do Pará. É uma grata dívida que V. Ex^a tem para comigo e para com o Pará. Poderemos, inclusive, durante a visita de V. Ex^a, articular encontros para tratar de dois temas que são muito caros para a atuação de V. Ex^a e para nossa atuação conjunta aqui no Congresso Nacional, que é a defesa dos pensionistas e aposentados e a defesa, a luta, pela igualdade racial. Serão dois temas que, com certeza, farão parte da agenda de V. Ex^a nessa importante e aguardada visita ao meu querido Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica o compromisso. Aliás, ainda hoje pela manhã eu falava que fui a praticamente todos os Estados, mas que fiquei em dívida com V. Ex^a.

Fiquei feliz. V. Ex^a fala da realidade do seu Estado. E eu, ao encerrar a sessão, falava um pouco da cidade onde nasci, Caxias do Sul, da Festa da Uva, do vinho, falei da Serra e, conseqüentemente, falei do Rio Grande do Sul.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao Ministro Ricardo Lewandowski, pela sua eleição para o cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Ministro Ricardo Lewandowski, pela sua eleição para o cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para o biênio a iniciar-se no dia 24 de março de 2010.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do novo dirigente daquela corte eleitoral.

Justificação

Eleito pelos seus pares, o Ministro Ricardo Lewandowski será o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral no biênio a se iniciar no dia 24 de março de 2010. Ele vai substituir o Ministro Carlos Ayres de Brito. Pela sua ascensão, o Ministro Lewandowski é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à Ministra Carmen Lúcia, pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Ministra Carmen Lúcia, pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no biênio a iniciar-se no dia 24 de março de 2010.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da ilustre Ministra daquela corte eleitoral.

Justificação

Eleita pelos seus pares, a Ministra Carmen Lúcia será a Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral no biênio a se iniciar no dia 24 de março de 2010. Ele vai substituir o Ministro Joaquim Barbosa. Pela sua ascensão, a Ministra Carmen Lúcia é merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 212, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas e a todos os seus integrantes, pelo transcurso do seu 60º aniversário de criação ocorrido no dia 4 de março de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas pelos seus 60 anos de existência.

Requeiro, ainda que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente do CRC/AM, Contador Julio Ramon Marchiore Teixeira e, por seu intermédio, aos demais membros do órgão: Contadora Jeanne Carmem Luzeiro Figueira, Vice-Presidente de Administração, Contador Carlos Alberto Marques de Azevedo, Vice-Presidente de Controle Interno, Técnico em Contabilidade Américo Correa da Silva, Vice-Presidente de Registro; Contador Ailton dos Santos Pinheiro, Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, e Contador Marcos Eduardo Costa Pimentel, Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional, Votos extensivos a todos os Contadores e Técnicos em Contabilidade do Estado do Estado do Amazonas.

Justificação

Criado há 60 anos, o Conselho Regional do Amazonas é órgão de relevância, com atuação que regula e orienta todos os profissionais dessa operosa categoria profissional, merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 149, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006 (nº 72/2003, na origem, do Deputado Dimas Ramalho), que dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

RELATOR: Senador RAIMUNDO COLOMBO

RELATOR “AD HOC”: Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 70, de 2006, que visa a dar nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951 (antiga Lei do Mandado de Segurança).

Composto de três artigos, o projeto foi apresentado, em 18 de fevereiro de 2003, pelo Deputado Dimas Ramalho. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 72, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 22 de junho de 2006.

As inovações alvitradas pelo projeto são abreviadamente as seguintes:

i) o art. 1º, em conformidade com o *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresenta o objeto da proposição, qual seja a dispensa do representante do Ministério Público de oferecer parecer em ações de mandado de segurança, quando se tratar de direitos individuais disponíveis;

ii) o art. 2º, por sua vez, propõe que a vista dos autos ao Ministério Público se faça somente quando presente o interesse público, coletivo, difuso ou individual indisponível;

iii) o art. 3º encerra a cláusula de vigência, para determinar que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Percebe-se que a alteração legislativa alvitrada pelo projeto em análise coaduna-se com o teor da sua justificação. Pondera o eminente autor que *na atual sistemática, o norte para a atuação do Ministério Público no processo civil, seja como parte, seja como fiscal da lei, é o disposto nos artigos 127 ao 129 da Constituição Federal, de modo que não lhe cabe mais, dado o seu novo perfil constitucional, a defesa de interesse individual, exceto o de natureza indisponível*. Certamente, prossegue o autor do projeto, em sua justificação, *não é sem motivo que as Leis Orgânicas do Ministério Público já se adaptaram ao novo regime, desobrigando a Instituição de intervir em causas que não envolvam os interesses público, coletivo, difuso ou, então, o individual quando indisponível [consoante dispõe a] Lei Complementar nº 75/93, artigo 6º, VII, XII, XIV e XV, e [a] Lei nº 8.625/93, artigo 25, IV e V*.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Examinando com atenção os termos do PLC nº 70, de 2006, bem como as razões que o justificam, verificamos, não obstante a altivez do sentimento que o qualifica, que o texto legal proposto apresenta sérios problemas, os quais passamos a abordar.

Impende esclarecer, desde logo, que a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, objeto de alteração do PLC nº 70, de 2006, foi revogada expressamente pela Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que passou a disciplinar integralmente o rito processual do mandado de segurança individual e coletivo. Realmente, a nova lei do mandado de segurança, no seu art. 12, manteve obrigatória a manifestação ministerial após a apresentação das informações prestadas pela autoridade coatora, independentemente de a ação discorrer sobre interesses disponíveis ou indisponíveis, individuais ou coletivos, embora estabeleça, no parágrafo único do mesmo artigo, que o processo seguirá seu curso, caso haja desídia do integrante do *parquet*.

Nesses casos, a manifestação do representante do Ministério Público deverá ocorrer no prazo de dez dias, sob pena de avocação do processo pelo Poder Judiciário, para emissão de sentença, sem manifestação ministerial.

Portanto, em face da revogação da Lei nº 1.533, de 1951, pela Lei nº 12.016, de 2009, a qual regula a matéria de forma satisfatória, não vemos como possa prosperar o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006, em razão da sua prejudicialidade, por força do disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

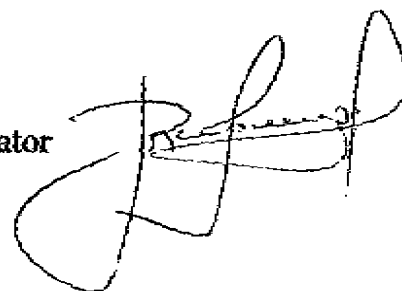
III – VOTO

Diante de todo o exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006.

Sala da Comissão, 3 de março de 2010.

Senador DEMÓSTENES TORRES , Presidente

, Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 70 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03 103 12010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR <i>Ad hoc</i> : Senador Roberto Filho	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>
TASSO JERISSATI <i>Tasso Jerissati</i>	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA Seção I DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

~~§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.~~

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;

- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º - Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

~~b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;~~

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~c) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;~~

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

~~e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.~~

e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

~~§ 2º - As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.~~

~~§ 3º - O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.~~

~~§ 4º - Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI.~~

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

.....

CAPÍTULO II
Dos Instrumentos de Atuação

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

.....

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

- a) a proteção dos direitos constitucionais;
 - b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 - c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;
 - d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;
-

XII - propor ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos;

.....

XIV - promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto:

- a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas;
- b) à ordem econômica e financeira;
- c) à ordem social;
- d) ao patrimônio cultural brasileiro;
- e) à manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação;
- f) à probidade administrativa;

g) ao meio ambiente;

XV - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

CAPÍTULO II

DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção I

Da Estruturação das Leis

.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

.....

LEI Nº 1.533, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951.

Revogado pela Lei nº 12.016, de 2009.

~~Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança.~~

.....

~~Art. 10—Fimdo o prazo a que se refere o item I do art. 7º e ouvido o representante do Ministério Público dentro em cinco dias, os autos serão conclusos ao juiz, independente de solicitação da parte, para a decisão, a qual deverá ser proferida em cinco dias, tenham sido ou não prestadas as informações pela autoridade coatora.~~

.....

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO IV**Das Funções dos Órgãos de Execução****SEÇÃO I****Das Funções Gerais**

Art. 25. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

.....

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou grau de jurisdição em que se encontrem os processos;

.....

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

.....

Art. 12. Findo o prazo a que se refere o inciso I do caput do art. 7º desta Lei, o juiz ouvirá o representante do Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Com ou sem o parecer do Ministério Público, os autos serão conclusos ao juiz, para a decisão, a qual deverá ser necessariamente proferida em 30 (trinta) dias.

.....

PARECER Nº 150, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, (nº 6.238/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomano), que *acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)*. (Em audiência, nos termos dos Requerimentos nºs 735 e 1.288, de 2009).

RELATOR “AD HOC”: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008 (PL nº 6.238, de 2005, na origem), de iniciativa do Deputado Celso Russomano, que insere causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação.

O PLC nº 193, de 2008, acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com o objetivo de introduzir *a reclamação oficializada perante o órgão ou entidade com atribuições de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado* como causa para obstar a decadência no que concerne ao direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação.

Ao justificar a proposição, o autor pondera que o legislador concebeu acertadamente o dispositivo ora acrescentado, mas equivocadamente permitiu que o Poder Executivo o extirpasse do texto do CDC.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada, na Comissão de Defesa do Consumidor, e recebeu parecer unânime pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com base no art. 65 da Constituição e no art. 134 do Regimento Comum, em 16 de dezembro de 2008, o PL nº 6.238, de 2005, foi encaminhado a esta Casa para revisão, onde passou a tramitar como Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008.

No Senado Federal, a proposição foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que opinou pela apresentação de duas emendas: uma emenda de redação e uma emenda de mérito. A primeira delas aperfeiçoa a redação da ementa do projeto de lei e a segunda emenda restringe o local para apresentação da reclamação aos órgãos públicos de defesa do consumidor.

Com a aprovação do Requerimento nº 1.288, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicita a retificação do Requerimento nº 735, de 2009, de sua autoria, já aprovado na sessão plenária de 16 de junho de 2009, o PLC nº 193, de 2008, foi remetido a esta Comissão.

II – ANÁLISE

De acordo com o disposto no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre matéria de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetida, em consulta, por deliberação do Plenário.

A proposição em referência guarda harmonia com os dispositivos constitucionais pertinentes à competência normativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, segundo preceitua o art. 24, inciso V, da Constituição. Ademais, está conforme com as regras atinentes às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa. A proposição não afronta disposições constitucionais nem regimentais.

No que tange à juridicidade, o PLC nº 193, de 2008, cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Em relação ao mérito, note-se que o instituto da decadência é o perecimento de um direito, pelo decurso do prazo prefixado ao seu exercício, ou melhor, pela falta de seu exercício no interregno estabelecido na lei. Em suma, a decadência faz perecer o próprio direito não afirmado pelo exercício.

Conforme a proposta, a decadência é interrompida com a *reclamação oficializada perante órgão ou entidade com atribuições de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado*. É de salientar que o objetivo da reclamação é resolver a situação pendente. Dessa maneira, julgamos adequada a suspensão do prazo decadencial, a fim de poder suprimir o risco de perda de direito por decurso de prazo.

Com efeito, ao reconhecer a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, a proposição sob comento contribui expressivamente para o aperfeiçoamento da norma consumerista e, em consequência, da tutela do consumidor. Por conseguinte, é incontestável o alcance social da proposição.

Além disso, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo constitui um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo (CDC, art. 4º, inciso I). Portanto, o PLC nº 193, de 2008, está em perfeita consonância com essa Política.

Em decorrência, consideramos que o PLC nº 193, de 2008, é meritório.

No tocante às emendas, julgamos apropriada a primeira emenda, tendo em vista que aprimora efetivamente a ementa, pois torna claro o objeto da proposição. Observe-se, ainda, que o veto do art. 26, § 2º, inciso II, da mencionada Lei nº 8.078, de 1990, ocorreu devido à atribuição, por meio desse dispositivo, a entidades privadas funções que deveriam ser designadas aos agentes públicos. Desse modo, seria criada ameaça à estabilidade das relações jurídicas. Para tanto, entendemos relevante e oportuna a Emenda nº 2, pois a redação da proposta abrange órgãos públicos e privados de defesa do consumidor, o que não seria razoável. Assim sendo, a Emenda nº 2 corrige a referida distorção.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, e das duas emendas apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, 3 de março de 2010.

Sen. DEMÓSTENES TORRES , Presidente

 , Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 00693 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/03/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: <u>Sen. DEMÓSTENES TORRES</u>	
RELATOR: <u>Sen. EDSON LOBÃO FILHO</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENCO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**.....
DA UNIÃO

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

.....

Das Leis

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO II**Da Política Nacional de Relações de Consumo**

~~Art. 4º A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:~~

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

.....

PARECERES NºS 151 E 152, DE 2010

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inc. IV do seu art. 95.

PARECER Nº 151, DE 2010 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR “AD HOC”: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2009, de autoria do senador Osmar Dias, tem o objetivo de corrigir o erro manifesto no inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra, substituindo o termo “arrendador” por “arrendatário”, na disciplina do arrendamento rural.

O autor, em sua justificção, esclarece que, “ao sofrer alteração pela Lei nº 11.443, de 5 de janeiro de 2007, o inc. IV do art. 95 do Estatuto da Terra passou a vigorar com uma nova redação que, embora buscasse o aprimoramento técnico da Lei, por engano fez referência ao ‘arrendador’, ao substituir o termo ‘locatário’, quando, na verdade, deveria ter se referido ao ‘arrendatário’, que é o seu equivalente”.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Não há óbices a apontar quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou respeitante à técnica legislativa.

No mérito, é possível verificar que o equivalente ao "locatário", no arrendamento, é o "arrendatário", não o "arrendador", como ficou expresso no Estatuto da Terra após a modificação sofrida pela Lei nº 11.443, de 5 de janeiro de 2007.

De fato, com a redação que lhe foi dada pelo legislador de 2007, o inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra ficou incongruente com o inciso V. Percebe-se que a orientação do referido diploma legal é no sentido de prestigiar o aproveitamento econômico da terra, conferindo proteção a quem a explora. Nesses termos, a lei já diz que é o arrendatário que tem preferência à renovação do contrato de arrendamento, motivo pelo qual o legislador exige que o arrendador lhe faça, previamente, a competente notificação extrajudicial das propostas existentes, por ocasião da renovação do respectivo contrato.

Sendo assim, não faz sentido dizer que o contrato de arrendamento rural se considera automaticamente renovado se o arrendador não manifestar a sua desistência ou formular nova proposta em tempo hábil, pois é ao arrendatário que cabe utilizar essa prerrogativa, uma vez que a mesma lei que alterou o inciso IV do art. 95 também modificou o inciso V do mesmo artigo do Estatuto da Terra, para estabelecer as condições em que o arrendador pode romper unilateralmente o contrato, quais sejam, exclusivamente para explorar o imóvel diretamente ou por intermédio de descendente seu, mediante notificação extrajudicial no prazo de seis meses antes do seu vencimento.

Como se vê, se o inciso V do art. 95 do Estatuto da Terra já estabeleceu as condições em que o arrendador pode rescindir unilateralmente o contrato, logicamente ele não poderá, independentemente de pretender explorar o imóvel diretamente ou por intermédio de descendente seu, manifestar desistência, sem motivo algum que o justifique, nos trinta dias que se seguirem ao vencimento do contrato de arrendamento rural, como ficou a redação do inciso IV do mesmo artigo.

Além disso, a alteração do inciso IV teve o claro e evidente propósito de adequar tecnicamente a nomenclatura jurídica do texto legislativo, porquanto não havia que se falar em "locatário" se o contrato não era de locação – apesar das semelhanças com o arrendamento –, de forma que o seu equivalente é o "arrendatário", não o "arrendador".

Por esses motivos, observa-se que a alteração proposta por intermédio do projeto de lei em análise é não apenas pertinente, mas, acima de tudo, necessária para dar congruência ao texto legislativo em comento.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 105, de 2009, tal como foi apresentado.

Sala da Comissão, 21 de outubro de 2009.

Sen. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

, Presidente
em exercício.


Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 105 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/10/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE <i>em exercício</i> : Senador Wellington Salgado de Oliveira.	
RELATOR <i>ad hoc</i> : Senador Gim Argello.	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
JOÃO PEDRO <i>[assinatura]</i>	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EYRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. EXPEDITO JÚNIOR <i>[assinatura]</i>
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO <i>[assinatura]</i>
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 08/10/2009

PARECER Nº 152, DE 2010
(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATOR: Senador GERSON CAMATA

I – RELATÓRIO

Submete-se à decisão terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2009, do Senador Osmar Dias, que, se aprovado, modifica o inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), para substituir o termo "arrendador" por "arrendatário".

Com apenas dois artigos, a única alteração digna de nota do PLS nº 105, de 2009, é a proposta pelo seu art. 1º, que se dirige ao inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra, para corrigir o erro manifesto perpetrado pela Lei nº 11.443, de 5 de janeiro de 2007, que inadvertidamente substituiu o termo "arrendador" por "locatário", quando deveria tê-lo feito por "arrendatário", parte integrante a que se referem os contratos de arrendamento rural.

Com a alteração que propõe ao texto do Estatuto da Terra (inciso IV do art. 95), o PLS nº 105, de 2009, consoante os termos da sua própria justificação, tem por finalidade adaptar à realidade fática as relações jurídicas concernentes aos contratos de arrendamento rural, para permitir que continuem sendo instrumentos válidos nas relações entre os agentes econômicos do campo.

O art. 2º encerra a cláusula de vigência, para ~~determinar~~ que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, foi aprovado relatório do Senador Eduardo Suplicy, com a relatoria *ad hoc* do Senador Gim Argello, sem apresentação de emendas.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B, incisos I e XIII, do Regimento Interno desta Casa (RISF), acrescido ao Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, cabe a esta Comissão opinar sobre as proposições pertinentes ao direito agrário e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito ao uso ou posse temporária da terra. De resto, segundo dispõe o RISF, o PLS nº 105, de 2009, não apresenta vício de **regimentalidade**.

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, por sua vez, são, *in generis*, atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à **juridicidade**, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i*) existe *adequação* do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; *ii*) possui o atributo da *generalidade normativa*, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; *iii*) a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico, em face das normas positivas em vigor; *iv*) se afigura dotado de *coercitividade potencial*; e *v*) se revela *compatível* com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Conquanto superados os questionamentos a respeito da regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade, o projeto revela-se, sob certos aspectos, carente de obediência à técnica legislativa, havendo ~~necessidade~~, portanto, de propor emendas de redação ao seu texto.

É que a Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de

efeitos. Então, tendo em vista a solução dessa difícil matéria, foi sugerida, ao final do presente relatório, a apresentação de duas emendas de redação ao PLS nº 105, de 2009, com a finalidade de atribuir-lhe a melhor técnica legislativa, sem, é claro, afastar o espírito e o entendimento do proponente e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, no que tange à escolha da melhor normatização da conduta social.

Efetivamente, saliente-se, ainda, que o art. 1º do PLS nº 105, de 2009, ao empregar a sigla “NR”, entre parênteses e sem aspas, acabou por infringir a alínea *d* do inciso III do art. 12 da LC nº 95, de 1998. De fato, os artigos cujas unidades forem alteradas, suprimidas ou acrescidas serão identificados com as letras “NR” maiúsculas, entre parênteses, uma única vez, ao seu final e após as aspas.

Outra objeção a ser feita a respeito da técnica legislativa se refere à incorreta utilização da expressão “Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964”, no art. 1º do projeto, quando, na verdade, deveria ter sido utilizada a expressão “Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964”, que se refere à correta menção ao texto normativo do Estatuto da Terra.

Por fim, na ementa da proposição, emprega-se a expressão “inciso” de modo abreviado, o que não é indicado, razão pela qual sugere-se a emenda.

Mencionados tais ajustes de técnica legislativa, passemos à análise meritória do projeto.

Antes, porém, deve-se, com o fito, desde logo, afastar dúvidas que porventura possam surgir acerca da presente matéria, apresentar, de modo introdutório, alguns conceitos e esclarecimentos.

Preliminarmente, quanto ao mérito, cabe-nos informar a esta ilustre Comissão que a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, com o objetivo de regular a posse e o uso temporário da terra e, portanto, garantir maior aproveitamento do solo, através do incremento da produção agrícola, houve por bem criar os contratos agrários de arrendamento rural e de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa.

É de ver que o Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966, regulamentou as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), principalmente no que se refere aos contratos agrários de arrendamento rural e de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa.

Registre-se, por oportuno, que os contratos agrários de arrendamento rural e de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, sendo contratos agrários típicos, podem ser escritos ou verbais, já que detêm a característica de “ato jurídico não formal”, bastando que para sua existência jurídica estejam presentes os elementos básicos indispensáveis de todos os contratos. Assim, além do acordo de vontade, dos agentes capazes, do objeto lícito e da forma prescrita ou não defesa em lei, o arrendador ou o parceiro-outorgante deverão encontrar-se na posse do imóvel rural e dos bens, a qualquer título que lhes dê o direito de exploração e de destinação aos fins contratuais (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 11, § 1º).

Ademais, tais contratos representam interesses coletivos ou gerais da sociedade cujas normas, prefixadas legalmente, estão acima da vontade das partes contratantes, sendo, portanto, obrigatórias, imperativas e irrenunciáveis. Com base nessas determinações, nenhum acordo de vontades entre as partes contratantes poderá contrariar direta ou indiretamente o Estatuto da Terra, ou seu Regulamento (Decreto nº 59.566, de 1966), já que tal ofensa tornará nulo de pleno direito o contrato agrícola celebrado.

Os contratos agrários de arrendamento rural e de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa eram institutos originariamente regulamentados pelo Direito Civil, que o Direito Agrário avocou para o seu universo e mais avançadamente os regulamentou, de sorte que, hoje, já não tem mais guarida no Código Civil, sempre que tenham por objeto terras rurais, públicas ou privadas.

Desse modo, não constitui novidade ao direito pátrio a faculdade conferida ao Poder Público de firmar contratos de arrendamento rural ou de parceria para exploração agrícola ou pastoril. Com base na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, o Direito Agrário brasileiro permite, a título precário, nas áreas pioneiras do País, que as terras públicas possam ser utilizadas, sob qualquer das formas de uso temporário da terra pelos particulares, desde que cumpridos os ditames do Estatuto da Terra; cabendo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a expedição da autorização em favor do interessado.

Urge, portanto, mencionar que o Estatuto da Terra, combinado com a Lei nº 4.947, de 1966, permite que as terras públicas possam ser concedidas, a título precário, em arrendamento rural e parceria agrícola, aos particulares, desde que preenchidos os requisitos legais. Eis aqui a importância do texto legal proposto.

Por hora, veja-se que o contrato agrário de arrendamento rural está bem conceituado pela própria legislação (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 3º, *caput*), nos seguintes termos:

Art. 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei.

Ainda com relação às características essenciais do contrato agrário de arrendamento rural, a doutrina de Nelson Demetrio diz que [...] *é o arrendamento a cessão temporária de uso e gozo do prédio rústico, sem a transferência de propriedade. A remuneração (mercês) é o elemento fundamental dessa figura jurídica. E o preço da locação do prédio rústico, tanto pode consistir de dinheiro ou em bens de outra espécie, como frutos, produtos ou lucros do imóvel rural, ou qualquer gênero.* Deve-se ressaltar, inclusive, que pode ser objeto de arrendamento rural a integralidade do prédio rústico ou parte deste. E o uso deste pode ser geral ou limitado.

O arrendamento rural é, de fato, uma espécie de contrato agrário que a lei reconhece, para o fim de posse ou uso temporário da terra, celebrado por meio de contrato expresso ou tácito, entre o proprietário, quem detenha a posse ou tenha a livre administração de um imóvel rural, e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa ou mista, nos termos do art. 92 do Estatuto da Terra — e do art. 13 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Nessa espécie de contrato agrário, chama-se **arrendador** o que cede o imóvel rural ou o aluga; e **arrendatário** a pessoa ou conjunto familiar, representado pelo seu chefe que o recebe ou toma por aluguel (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 3º, § 2º). O contrato de arrendamento rural tem por objetivo o uso e o gozo do imóvel rural aplicado na atividade de exploração agrícola (ALVARENGA, Octavio Mello. **Manual de Direito Agrário**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985, p. 284).

O art. 95, incisos I, II e III, do Estatuto da Terra, e o art. 13, inciso I, alínea *a*, do seu Regulamento, estabelece, para os contratos de arrendamento, prazos que, segundo se determinou ou não na convenção, tempo de duração para seu término, denominam-se, respectivamente, contratos determinados ou indeterminados.

Os contratos agrários com prazo indeterminado são aqueles que têm duração mínima prevista em lei, que se presume feita no prazo de três anos. A estes, costumam-se mencioná-los como contratos com prazos indefinidos, ou seja, é aquele que tem por termo final a realização da colheita, inclusive as plantas forrageiras, temporárias e as cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ultimação (Estatuto da Terra, art. 95, inciso I).

Já os contratos agrários de prazos determinados são aqueles previamente ajustados pelas partes, contudo não podem ser celebrados com prazo inferior a três anos, sob pena de serem declarados nulos.

Outra particularidade que o Estatuto da Terra trouxe para o Direito Agrário foi a determinação, no contrato de arrendamento rural, de que, embora avençado por prazo certo, ele só terminará depois de ultimada a colheita, inclusive de plantas forrageiras cultiváveis, bem como a parição dos rebanhos ou, se for o caso, depois da safra de animais de abate, isto para não haver a mínima lesão aos direitos do arrendatário. Assim, a nova redação que o art. 1º do PLS nº 105, de 2009, pretende dar ao inciso III do art. 95 do Estatuto da Terra, com redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007, é bem-vinda porque dá mais clareza ao texto legal, pois substitui a expressão “arrendador” pela “arrendatário” e impede que o contrato agrário de arrendamento rural seja confundido com o de parceria agrícola.

Cumprе mencionar que a nova redação do art. 1º do PLS nº 105, de 2009, pretende dar ao inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra, se assemelha — e muito — àquela prevista no § 3º, do art. 21 do Decreto nº 59.566, de 1966. Então, veja-se:

Art. 21. Presume-se contratado pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, o arrendamento por tempo indeterminado (art. 95, II do Estatuto da Terra).

.....

§ 3º O arrendamento que, no curso do contrato, pretender iniciar nova cultura cujos frutos não possam ser colhidos antes de terminado o prazo contratual, deverá ajustar, previamente, com o arrendador, a forma de pagamento do uso da terra por êsse prazo excedente (art. 15 do Estatuto da Terra.)

.....

Assim, a nova redação que se pretende dar ao inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra se mostra mais apropriada que a anterior. Explica-se. A nova redação do preceito legal consagra a idéia, já exposta na doutrina, que o contrato

agrário de arrendamento rural deverá ser encerrado após ultimada a colheita. Conseqüentemente, desde que previamente ajustado com o arrendador a forma de pagamento pelo uso da terra pelo prazo excedente, o arrendatário tem o direito, mesmo nos contratos de prazo fixo, de permanecer no imóvel arrendado, prorrogando-se o prazo necessário quanto baste para haver ultimada a colheita, como já antes estava estabelecido no art. 21, § 1º, do Decreto nº 59.566, de 1966.

Todavia, a alteração destinada ao inciso IV do art. 95 do Estatuto da Terra não deverá ser aplicada para o caso de arrendatário que iniciar nova cultura cujos frutos e produtos não possam ser colhidos antes do encerramento do prazo de vigência contratual. A colheita tardia somente se aplica, especificamente, para o fato anteriormente comentado, não sendo justo e nem equânime que a negligência ou o desleixo do arrendatário (ou a indisfarçável má-fé de provocar a prorrogação do contrato), no cumprimento de seu dever obrigacional, plantando tardiamente, provoque lesão ao direito do arrendador.

Ultimada a colheita e retirados os frutos e produtos do solo pelo arrendatário, extingue-se o contrato de arrendamento rural de pleno direito, pelo decurso do seu termo final, independentemente de aviso ou notificação, obrigando-se o arrendatário a restituir o imóvel ao arrendador. Sobreleva notar que o legislador visou estender àquele que labora a terra com a força do seu trabalho, uma distribuição de justiça que atente à natureza específica dos contratos agrários, que pelas suas características próprias, distinguem-se das demais modalidades de negócios jurídicos, estritamente disciplinados pelo direito comum, que, regra geral, independem de fatores climáticos, do ciclo evolutivo repetitivo das plantas, da boa vontade dos agentes financeiros, etc.

Os atuais incisos IV e V do art. 95 do Estatuto da Terra estabelecem que a notificação a que se referem tais dispositivos seja de natureza extrajudicial. Assim, segundo a atual redação do texto legal, conferida pela Lei nº 11.443, de 2007, o arrendador deverá, por meio da devida notificação extrajudicial, certificar o arrendatário das propostas de contrato agrário de arrendamento rural ora existentes, ofertadas por terceiros estranhos ao contrato.

O arrendatário, segundo a regra geral, tem direito de preferência à renovação do contrato agrário. Aproximando-se o prazo final de validade do contrato e surgindo terceira pessoa interessada na mesma gleba que ofereça melhor pagamento ao arrendador, o arrendatário deverá ser notificado extrajudicialmente do inteiro teor da proposta. Assim, o arrendador, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, deverá notificar extrajudicialmente o arrendatário das propostas recebidas, instruindo a respectiva notificação com cópia autêntica das mesmas (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 22, *caput*).

Então, resumidamente pode-se mencionar as seguintes hipóteses legais quanto ao vencimento do prazo do mencionado contrato agrário:

i) o arrendatário tem preferência na renovação do contrato de arrendamento rural, ocorrendo igualdade de condições com terceiros estranhos. Caso não aceite as novas condições da proposta feita pelo terceiro estranho, o arrendatário deverá entregar o imóvel rural, expirado o prazo do contrato, a fim de evitar o despejo compulsório;

ii) o arrendador não quer mais explorar diretamente o imóvel rural nem recebe oferta de terceiros, com melhores condições. Em tal caso, ocorrerá a renovação contratual automática, isto é, a lei permite que a terra continue sendo explorada economicamente pelo arrendatário mesmo contra a vontade expressa do arrendador;

iii) existe uma proposta de terceiro estranho ao arrendamento oferecendo melhores condições. Nesta hipótese, é exigida a notificação extrajudicial prévia do arrendatário, para que tome conhecimento da proposta e possa exercer o direito de preferência à renovação do contrato de arrendamento;

iv) o arrendador quer o imóvel para exploração direta, e então há a hipótese de sua retomada.

O inciso VIII do art. 95 do Estatuto da Terra, aperfeiçoado pela Lei nº 11.443, de 2007, praticamente manteve a redação original, com alguns ajustes de técnica legislativa no que se refere à utilização correta das regras de pontuação; além de ter substituído a expressão “locador do solo” pela “proprietário do solo”.

Frise-se que, no seu cuidado pelos interesses das partes, o Decreto nº 59.566, de 1966, desdobrando as regras do Estatuto da Terra (art. 95, inciso VIII), trouxe à colação o problema das benfeitorias levadas a efeito pelo arrendatário.

Segundo o art. 24 do Decreto nº 59.566, de 1966, as benfeitorias que forem realizadas no imóvel rural objeto de arrendamento podem ser voluptuárias, úteis e necessárias, assim conceituadas:

i) voluptuárias, as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do imóvel rural, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor;

ii) úteis, as que aumentam ou facilitam o uso do imóvel rural;

iii) necessárias, as que têm por fim conservar o imóvel rural ou evitar que se deteriore e as que decorram do cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento para a conservação de recursos naturais.

Pode ocorrer que se tenha dúvida sobre sua classificação, quando se trate de melhoramento cuja vantagem não seja bem precisa. Neste caso, deve-se atentar ao que foi ajustado para o contrato de arrendamento rural, nos termos do Decreto nº 59.566, de 1966, art. 24, parágrafo único.

Ao pagamento das benfeitorias necessárias e úteis faz jus o arrendatário, ao término do contrato (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 25). As benfeitorias voluptuárias serão indenizáveis se convencionado pelas partes contratantes. Não convencionado o seu pagamento, pelas partes, somente se pagam as benfeitorias necessárias e úteis. Com a finalidade de fortalecer o direito à indenização pelas benfeitorias, assegura-se ao arrendatário o direito à retenção do imóvel rural, regra, aliás, também prevista no direito comum. Tendo-o retido legalmente em seu poder, continuará o arrendatário a usar e gozar das vantagens oferecidas pelo imóvel rural (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 25, § 1º).

Em contrapartida, se as benfeitorias necessárias ou úteis são feitas às expensas do arrendador, dando azo ao aumento nos rendimentos da gleba, ele terá direito a uma elevação proporcional da renda. Sem o dever de indenizá-las, ao final do contrato, por já serem suas (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 25, § 2º). Ademais, permite-se estipulação entre as partes contratantes em contrário à elevação da renda.

A modificação destinada ao inciso IV do art. 95 pelo art. 1º do PLS nº 105, de 2009, tem — repita-se — por finalidade promover a substituição do conceito de “locatário” pelo de “arrendatário”. Com o aperfeiçoamento da norma jurídica, o contrato de arrendamento rural deixa de ser tratado, de uma vez por todas, com o *nomem juris* de locação de prédio rústico, vez que jamais se tratou, na verdade, de um verdadeiro contrato de locação. Assim, o contrato de arrendamento rural passa a ter o seu genuíno contorno jurídico, como sendo o contrato agrário pelo qual o arrendatário remunera em dinheiro, frutos ou produtos o arrendador; e este, por sua vez, garante, mediante compromisso de fornecer-lhe durante certo prazo de tempo, previamente fixado, o uso e gozo do imóvel rural, destinado à produção agrícola ou pecuária.

Ademais, a Lei nº 11.443, de 2007, manteve a redação original do inciso XII do art. 95 do Estatuto da Terra, que a remuneração do arrendamento, isto é, o valor que deve ser pago pelo arrendatário ao arrendador, qualquer que seja a forma de pagamento ajustada, não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, ressalvada a exceção se arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para os fins de atividade de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que a remuneração do arrendamento poderá ir até o limite de 30% (trinta por cento).

Saliente-se que a remuneração do arrendamento rural, que passa a ser renda decorrente da exploração da atividade rural, paga pelo arrendatário em benefício do arrendador, está também limitada pelo art. 16 do Decreto nº 59.566, de 1966, que estabelece normas de caráter protetivo, com expressa limitação da vontade das partes nas avenças, cujo teto máximo é fixado no dispositivo. Todavia, permite o § 1º do art. 16 do diploma legal mencionado, a correção anual, de acordo com o índice de correção monetária atribuída ao valor da terra.

Por sua vez, o contrato de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa é um dos instrumentos jurídicos contidos no conjunto de normas que visam integrar à comunidade nacional a população rural. Assim, com base no princípio constitucional da função social da propriedade, a parceria rural visa elevar o nível econômico e social do homem que labora a terra, objetivando incrementar a produção agrícola e, conseqüentemente, redistribuir a renda nacional. A parceria rural se baseia no princípio que a terra está a serviço do bem coletivo e não o homem a serviço da terra. Estes princípios da filosofia humanista são o suporte fático das normas protetivas do Estatuto da Terra.

Deve-se, de início, observar a nítida diferença entre parceria e arrendamento rural. Na parceria rural, ocorre a partilha de vantagens (lucro, frutos e produtos), bem como a dos riscos do empreendimento (despesas e eventuais prejuízos), inclusive os riscos de caso fortuito ou força maior. Já no arrendamento rural, efetiva-se o pagamento pelo uso e gozo da gleba, pouco ou nada importando o sucesso ou desfortuna do arrendatário.

O *caput* do art. 4º do Decreto nº 59.566, de 1966, com espeque no art. 96 do Estatuto da Terra, traz a seguinte definição legal de parceria:

Art. 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade

de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI, do Estatuto da Terra).

Por sua vez, as partes integrantes do contrato de parceria são o parceiro-outorgante e o parceiro-outorgado. Denomina-se parceiro-outorgante o cedente, proprietário ou não, que entrega os bens; e parceiro-outorgado a pessoa ou o conjunto familiar, representado pelo seu chefe, que os recebe para os fins próprios das modalidades de parcerias agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa (Decreto nº 59.566, de 1966, art. 4º, parágrafo único).

Se, no arrendamento rural, o preço é estabelecido em dinheiro ou seu equivalente em produtos, na parceria rural a vantagem do parceiro-outorgante é representada por uma participação nos lucros. E, também, nos riscos.

No arrendamento rural, o arrendador deverá ser sempre pago pelo arrendatário. O arrendatário suporta sozinho os riscos do empreendimento, perdendo ou ganhando. O liame que distingue o arrendamento da parceria reside no fato de que o arrendatário assume, com o contrato, todos os riscos do negócio, devendo ao arrendador o pagamento do foro anual que restou contratado, tenha tido lucro ou não. Na parceria, isso não ocorre, posto que, tanto o parceiro-outorgante quanto o parceiro-outorgado, compartilharão dos lucros e dos riscos do empreendimento, segundo percentuais que a lei estabelece. (FALCÃO, Ismael Marinho. **Direito Agrário Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação e prática**. 1ª ed. Bauru, São Paulo: Edipro – Edições Profissionais Ltda., 1995, p. 101.)

Na parceria rural, ambas as partes contratantes podem ganhar ou perder. E, se não houver lucros, deixam ambas de ganhar. Prejuízos, ambas podem sofrer.

Com a redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007, o inciso VI do art. 96 do Estatuto da Terra, que trata dos frutos econômicos decorrentes do contrato de parceria rural, isto é, a distribuição eqüitativa dos lucros ou prejuízos do empreendimento agrícola, traz que o valor da cota do parceiro-outorgante não poderá ser superior a:

- i)* 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua;
- ii)* 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada;
- iii)* 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia;
- iv)* 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
- v)* 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea “d” deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais; bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria;
- vi)* 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido;
- vii)* nos casos não previstos nos itens anteriores, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de dez por cento do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro.

Assim, quanto à porcentagem do parceiro-outorgante nos frutos ou produtos, o dispositivo em comento fixa-a em tetos máximos, não se admitindo que seja avençado de maneira diversa, deixando de valer as regras de participação que contrariem os percentuais fixados neste artigo, podendo o parceiro prejudicado reclamar em juízo contra isso e efetuar a consignação judicial da cota que, ajustada aos limites permitidos no art. 96 do Estatuto da Terra, for devida ao outro parceiro. Corre por conta deste todos os riscos, despesas, custas e honorários advocatícios (Decreto nº 59.566, de 2006, art. 35, § 3º).

À evidência, quando no contrato de parceria rural, tiver sido convencionado um percentual inferior ao teto ou limite máximo permitido por lei, o parceiro-outorgante poderá combinar com o parceiro-outorgado o reajuste da cota percentual até o limite máximo legal. Destarte, se o parceiro-outorgante

apenas houver firmado o contrato de parceria rural em concorrência com a terra nua e for contratada uma cota percentual de 15% (quinze por cento), poderá elevá-la até o limite de 20% (vinte por cento), que é o limite máximo legal.

Assim, o Estatuto da Terra, ao definir, em detalhes, como será o contrato de parceria rural, ingressa em matéria cujo tratamento, em nosso sentir, seria mais apropriado ao nível infralegal, não apenas por cuidar de aspectos técnicos e operacionais, que reclamam atualizações em maior velocidade do que o permite o processo legislativo; mas também porque parece mais consentâneo figurar em decreto esse nível de detalhamento por abranger matéria concernente ao funcionamento das relações econômicas do campo entre proprietário e parceiro.

O acréscimo do inciso VIII ao art. 96 ao Estatuto da Terra, pela Lei nº 11.443, de 2007, teve por finalidade promover a divisão equânime dos riscos da parceria rural, no que se refere ao custo dos fertilizantes e inseticidas fornecidos pelo proprietário ao parceiro-outorgante.

Contudo, deve-se ressaltar que o acréscimo do inciso VIII ao art. 96 do Estatuto da Terra pela Lei nº 11.443, de 2007, nada mais é que a reprodução parcial e adaptada do § 1º do art. 35 do Decreto nº 59.566, de 2006. Assim, veja-se a redação do mencionado dispositivo infralegal, *o parceiro-outorgante poderá sempre cobrar do parceiro-outorgado, pelo seu preço de custo, o valor dos fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação desse, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas deste artigo (art. 96, VI, "f" do Estatuto da Terra).*

Assim, temos que, embora a participação do parceiro-outorgante não possa ser superior aos índices definidos no inciso VIII do art. 96 do Estatuto da Terra, pois, ainda que fosse convencionado para mais, o parceiro-outorgado somente está obrigado à partilha nos índices legais, é certo que o parceiro-outorgado sempre poderá cobrar do parceiro-outorgante, obviamente pelo preço de custo, o valor dos fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponde à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nos incisos daquele artigo.

A Lei nº 11.443, de 2007, que acrescentou o inciso IX ao art. 96 do Estatuto da Terra, trata da quota adicional do proprietário, além da sua fixação, nos casos não previstos no inciso VI do art. 96 deste diploma legal.

Cumprе frisar que a redação do inciso IX do art. 96 do Estatuto da Terra, acrescentada pela Lei nº 11.443, de 2007, nada mais que a reprodução parcial e adaptada do § 2º do art. 35 do Decreto nº 59.566, de 1966, *nos casos não previstos nos incisos acima, a cota adicional do parceiro-outorgante será fixada com base em percentagem máxima de 10% (dez por cento) do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro-outorgado (art. 96, VI, "g", do Estatuto da Terra).*

De seu turno, a Lei nº 11.443, de 2007, que acrescentou o § 1º ao art. 96 do Estatuto da Terra, deu a definição legal do contrato de parceria rural. Contudo, a definição legal de parceria rural prevista na proposição é uma reprodução adaptada daquela existente no *caput* do art. 4º do Decreto nº 59.566, de 1966, conforme se lê abaixo:

Art. 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, internagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI, do Estatuto da Terra).

Ressalte-se que a definição legal de parceria rural, apresentada pela Lei nº 11.443, de 2007, acrescenta, na parte final do dispositivo, que haverá partilha do risco nas seguintes hipóteses: *i)* ocorrência de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; *ii)* depreciação dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do *caput* do art. 96 do Estatuto de Terra; *iii)* variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural.

Trata-se, com efeito, de matéria afeta ao risco do empreendimento agrícola que, sob certos aspectos, exige que haja partilha entre o proprietário e o parceiro. Entretanto, veja-se que a proposição, adotando a regra da simetria, coloca que os riscos serão divididos igualmente entre as partes contratantes.

Nessa linha, a Lei nº 11.443, de 2007, ao inserir os §§ 2º e 3º no art. 96 do Estatuto da Terra, visou permitir ao proprietário, no contrato de parceria rural, estabelecer a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da sua

participação, desde que, ao final do contrato, seja realizado o ajustamento do percentual pertencente ao proprietário, de acordo com a produção. Dessa forma, fica previamente ajustado, na dicção da lei, que acaso o proprietário eventualmente adiante algum valor ao montante prefixado, não haverá a descaracterização do contrato de parceria.

Pelo § 5º do art. 96 do Estatuto da Terra, na redação conferida pela Lei nº 11.443, de 2007, o contrato de parceria agroindustrial de aves e suínos será regulado por lei específica. Contudo, não vemos qualquer motivo que justificasse o tratamento diferenciado. Dessa forma, fica evidente que, até que seja editada a mencionada legislação específica, o contrato agrário de parceria rural de aves e suínos deverá continuar a ser regido pelo Estatuto da Terra.

Por fim, reputamos louvável a iniciativa do ilustre proponente, que teve o claro propósito de adequar tecnicamente a nomenclatura jurídica da norma em vigor, porquanto não havia que se falar em “locatário” se o contrato não era de locação (na redação original do inciso IV do art. 95) — apesar das semelhanças existentes com o arrendamento —, de forma que a expressão correta é “arrendatário”, jamais “arrendador”.

Assim, a nova redação que o art. 1º do PLS nº 105, de 2009, pretende dar ao inciso IV do art. 95 é bem-vinda, porque confere maior clareza ao Estatuto da Terra, eis que substitui a expressão “locatário” pela “arrendatário”, além de impedir que o contrato agrário de arrendamento rural seja confundido com o de parceria agrícola. No texto legal proposto, verifica-se que o contrato arrendamento rural, para continuar a ser instrumento jurídico eficaz nas relações econômicas do campo, deve valer-se das mudanças decorrentes da dinamização da atividade produtiva, tornando-os suficientemente flexíveis, de modo a incorporar os hábitos, costumes e tradições predominantes em cada região.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, com apresentação de duas emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2009:

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu art. 95.

EMENDA Nº 2 – CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2009:

Art. 1º O inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95.

IV – em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendatário, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

.....” (NR)

Sala da Comissão,

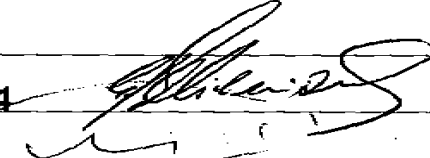


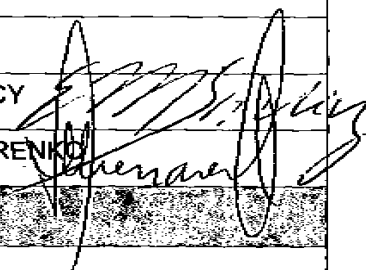


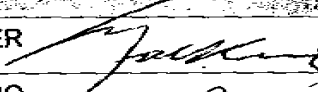
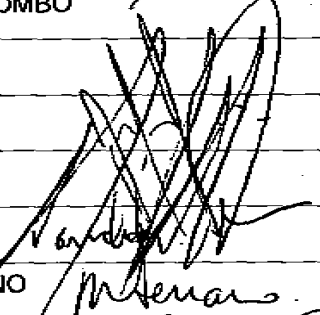
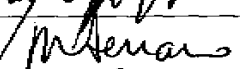
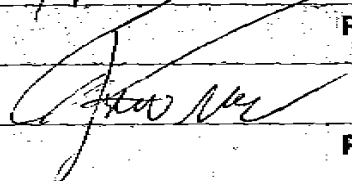
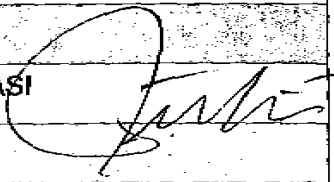
, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 105, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02,03,2010, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SEN. VALTER PEREIRA 	
RELATOR: SEN. GERSON CAMATA 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB)	
DELCÍDIO AMARAL	1- ANTONIO CARLOS VALADARES
SADI CASSOL	2- FÁTIMA CLEIDE
AUGUSTO BOTELHO 	3- EDUARDO SUPPLY 
CÉSAR BORGES 	4- SERYS SLHESARENKO 
(PMDB, PP)	
VAGO	1- ROMERO JUCÁ
NEUTO DE CONTO	2- VALDIR RAUPP
GERSON CAMATA	3- RENAN CALHEIROS
VALTER PEREIRA	4- PAULO DUQUE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM, PSDB)	
GILBERTO GOELLNER 	1- DEMÓSTENES TORRES
RAIMUNDO COLOMBO	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- ROSALBA CIARLINI
JAYME CAMPOS	4- JOSÉ AGRIPINO
VAGO	5- MÁRIO COUÇO
FLEXA RIBEIRO 	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO 	7- MARCONI PERILLO
PTB	
ROMEU TUMA 	1- SÉRGIO ZAMBIASI 
PDT	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária


RVS nº 105 / 09
 Fls. 28

PLS Nº 105, DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PP/PSB/PC DO B/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PP/PSB/PC DO B/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO AMARAL					1. ANTONIO CARLOS VALADARES				
SADI CASSOL					2. FATIMA CLEIDE				
AUGUSTO BOTELHO	X				3. EDUARDO SUPPLY	X			
CESAR BORGES	X				4. SERYS SLHESARENKO	X			
TITULARES - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1. ROMERO JUCA				
NEUTO DE CONTO					2. VALDIR RAUPE				
GERSON CAMATA - <i>PLATA</i>	X				3. RENAN CALHEIROS				
VALTER PEREIRA					4. PAULO DUQUE				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEMPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEMPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER	X				1. DEMÓSTENES TORRES				
RAIMUNDO COLOMBO					2. HERÁCLITO FORTES				
KÁTIA ABREU					3. ROSALBA CIARLINI				
JAYME CAMPOS	X				4. JOSÉ AGRIPINO				
VAGO					5. MARIO COUTO				
FLEXA RIBEIRO	X				6. JOÃO TENÓRIO				
MARISA SERRANO	X				7. MARCONI PERILLO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1. SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1. JOÃO DURVAL				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM 21/3/2010


Senador VALTER PEREIRA
 PRESIDENTE

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132 do RFS)

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PLS nº 105 / 09

Fis. 29

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 1 A PROPOSIÇÃO: PLS Nº 105, DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PP/PSB/PC DO BIPRE)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PP/PSB/PC DO BIPRE)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO AMARAL					1. ANTONIO CARLOS VALADARES				
SADI CASSOL					2. FATIMA CLEIDE				
AUGUSTO BOTELHO	<input checked="" type="checkbox"/>				3. EDUARDO SUPLYC	<input checked="" type="checkbox"/>			
CÉSAR BORGES	<input checked="" type="checkbox"/>				4. SERYS SHESSARENKO	<input checked="" type="checkbox"/>			
TITULARES - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1. ROMERO JUCA				
NEUTO DE CONTO					2. VALDIR RAUPP				
GERSON CAMATA	<input checked="" type="checkbox"/>				3. RENAN CALHEIROS				
VALTER PEREIRA					4. PAULO DUQUE				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER	<input checked="" type="checkbox"/>				1. DEMÓSTENES TORRES				
RAIMUNDO COLOMBO					2. HERACLITO FORTES				
KÁTIA ÁBREU					3. ROSALBA CIARLINI				
JAYME CAMPOS	<input checked="" type="checkbox"/>				4. JOSÉ AGRIPINO				
VAGO					5. MARIO COUTO				
FLEXA RIBEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>				6. JOAO TENORIO				
MARISA SERRANO	<input checked="" type="checkbox"/>				7. MARCONI PERILLO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	<input checked="" type="checkbox"/>				1. SÉRGIO ZAMBIASI	<input checked="" type="checkbox"/>			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1. JOÃO DURVAL				

TOTAL: R SIM: 11 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: Valter Pereira
 SALA DAS REUNIÕES, EM 21/3/2010
 Senador VALTER PEREIRA
 PRESIDENTE

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 2 À PROPOSIÇÃO: PLS Nº 105 DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÇIDIO AMARAL					1. ANTONIO CARLOS VALADARES				
SADI CASSOL					2. FÁTIMA CLEIDE				
AUGUSTO BOTELHO	X				3. EDUARDO SUPLYC	X			
CÉSAR BORGES	X				4. SERYS SILHESARENKO	X			
TITULARES - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1- ROMERO JUCA				
NEUTO DE CONTO					2- VALDIR RAUPE				
GERSON CAMATA	X				3- RENAN CALHEIROS				
VALTER PEREIRA					4- PAULO DUQUE				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO GOELLNER	X				1. DEMÓSTENES TORRES				
RAIMUNDO COLOMBO					2. HERACLITO FORTES				
KÁTIA ABREU					3. ROSALBA CIARLINI				
JAYME CAMPOS	X				4. JOSE AGRIPINO				
VAGO					5. MARIO COUTO				
FLEXA RIBEIRO	X				6. JOÃO TENÓRIO				
MARISA SERRANO	X				7. MARCONI PERILLO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1. SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- JOÃO DURVAL				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM 21/3/2010 Senador VALTER PEREIRA PRESIDENTE

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (68% art. 132 da CONSTITUIÇÃO)

TEXTO FINAL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009, NOS TERMOS DAS EMENDAS (DE REDAÇÃO), Nºs 01 e 02 - CRA, APROVADO EM REUNIÃO REALIZADA EM 02, DE MARÇO DE 2010.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009.

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inciso IV do seu art. 95.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 95 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 95.....

IV – em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até (6) seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendatário, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

.....V(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, em 02 de março de 2010.

 ,Presidente

 ,Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**Subseção III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Seção III

Da Alteração das Leis

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - na hipótese de revogação;

III - mediante revogação parcial; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

a) não poderá ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

a) revogado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

b) no acréscimo de dispositivos novos entre preceitos legais em vigor, é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração, devendo ser utilizado o mesmo número de dispositivo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

~~c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão "revogado";~~

c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal', ou 'execução suspensa pelo Senado Federal', na forma do art. 52, X, da Constituição Federal'; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

~~d) o dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado, ao seu final, com as letras NR maiúsculas, entre parênteses.~~

d) é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea "c". (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei.

§ 1º O proprietário garantirá ao arrendatário ou parceiro o uso e gozo do imóvel arrendado ou cedido em parceria.

§ 2º Os preços de arrendamento e de parceria fixados em contrato ~~...Vetado...~~ serão reajustados periodicamente, de acordo com os índices aprovados pelo Conselho Nacional de Economia. Nos casos em que ocorra exploração de produtos com preço oficialmente fixado, a relação entre os preços reajustados e os iniciais não pode ultrapassar a relação entre o novo preço fixado para os produtos e o respectivo preço na época do contrato, obedecidas as normas do Regulamento desta Lei.

§ 3º No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de preferência dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

§ 4º O arrendatário a quem não se notificar a venda poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar da transcrição do ato de alienação no Registro de Imóveis.

§ 5º A alienação ou a imposição de ônus real ao imóvel não interrompe a vigência dos contratos de arrendamento ou de parceria ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante.

§ 6º O inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes dará lugar, facultativamente, à rescisão do contrato de arrendamento ou de parceria, observado o disposto em lei.

§ 7º Qualquer simulação ou fraude do proprietário nos contratos de arrendamento ou de parceria, em que o preço seja satisfeito em produtos agrícolas, dará ao arrendatário ou ao parceiro o direito de pagar pelas taxas mínimas vigorantes na região para cada tipo de contrato.

§ 8º Para prova dos contratos previstos neste artigo, será permitida a produção de testemunhas. A ausência de contrato não poderá elidir a aplicação dos princípios estabelecidos neste Capítulo e nas normas regulamentares.

§ 9º Para solução dos casos omissos na presente Lei, prevalecerá o disposto no Código Civil.

Do Arrendamento Rural

Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

I - os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ulatimação;

II - presume-se feito, no prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior;

~~III - o arrendatário que iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser colhidos antes de terminado o prazo de arrendamento deverá ajustar previamente com o locador do solo a forma pela qual serão eles repartidos;~~

~~IV - em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o locatário, nos trinta dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;~~

~~V - os direitos assegurados no inciso anterior não prevalecerão se, no prazo de seis meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou através de descendente seu;~~

III - o arrendatário, para iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo de arrendamento, deverá ajustar, previamente, com o arrendador a forma de pagamento do uso da terra por esse prazo excedente; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

IV - em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendador, nos 30 (trinta) dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

V - os direitos assegurados no inciso IV do caput deste artigo não prevalecerão se, no prazo de 6 (seis) meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação extrajudicial, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou por intermédio de descendente seu; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

VI - sem expresse consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento;

VII - poderá ser acertada, entre o proprietário e arrendatário, cláusula que permita a substituição de área arrendada por outra equivalente no mesmo imóvel rural, desde que respeitadas as condições de arrendamento e os direitos do arrendatário;

~~VIII - o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo locador do solo. Enquanto o arrendatário não seja indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e nas disposições do inciso I;~~

VIII - o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis; será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo proprietário do solo; e, enquanto o arrendatário não for indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e das disposições do inciso I deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

IX - constando do contrato de arrendamento animais de cria, de corte ou de trabalho, cuja forma de restituição não tenha sido expressamente regulada, o arrendatário é obrigado, findo ou rescindido o contrato, a restituí-los em igual número, espécie e valor;

X - o arrendatário não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tiver dado causa;

XI - na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento:

~~a) limites dos preços de aluguel e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos colhidos;~~

~~b) prazos mínimos de locação e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas;~~

a) limites da remuneração e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

b) prazos mínimos de arrendamento e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

c) bases para as renovações convencionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direito e formas de indenização ajustadas quanto às benfeitorias realizadas;

~~XII – o preço do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a quinze por cento do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que o preço poderá ir até o limite de trinta por cento;~~

XII - a remuneração do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que a remuneração poderá ir até o limite de 30% (trinta por cento) (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

XIII - a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra ..Vetado.

SEÇÃO III

Da Parceria Agrícola, Pecuária, Agro-Industrial e Extrativa

Art. 96. Na parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, observar-se-ão os seguintes princípios:

I - o prazo dos contratos de parceria, desde que não convencionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita, pendente, observada a norma constante do inciso I, do artigo 95;

II - expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria;

III - as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acordo em contrário, correrão por conta do parceiro tratador e criador;

IV - o proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, casa de moradia higiênica e área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte;

V - no Regulamento desta Lei, serão complementadas, conforme o caso, as seguintes condições, que constarão, obrigatoriamente, dos contratos de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial ou extrativa:

a) quota-limite do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza de atividade agropecuária e facilidades oferecidas ao parceiro;

b) prazos mínimos de duração e os limites de vigência segundo os vários tipos de atividade agrícola;

c) bases para as renovações convencionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direitos e obrigações quanto às indenizações por benfeitorias levantadas com consentimento do proprietário e aos danos substanciais causados pelo parceiro, por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, nos equipamentos, ferramentas e implementos agrícolas a ele cedidos;

f) direito e oportunidade de dispor sobre os frutos repartidos;

VI - na participação dos frutos da parceria, a quota do proprietário não poderá ser superior a:

- ~~a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua;~~
- ~~b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia;~~
- ~~c) trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;~~
- ~~d) cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea c e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto de parceria;~~
- ~~e) setenta e cinco por cento, nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a vinte e cinco por cento do rebanho e onde se adotem a meação de leite e a comissão mínima de cinco por cento por animal vendido;~~
- ~~f) o proprietário poderá sempre cobrar do parceiro, pelo seu preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas anteriores;~~

a) 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).

g) nos casos não previstos nas alíneas anteriores, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de dez por cento do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro;

VII - aplicam-se à parceria agrícola, pecuária, agropecuária, agro-industrial ou extrativa as normas pertinentes ao arrendamento rural, no que couber, bem como as regras do contrato de sociedade, no que não estiver regulado pela presente Lei.

Parágrafo único. Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário-mínimo no cômputo das duas parcelas.

VIII - o proprietário poderá sempre cobrar do parceiro, pelo seu preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas do inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

IX - nos casos não previstos nas alíneas do inciso VI do caput deste artigo, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de 10% (dez por cento) do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

§ 1º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

I - caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

II - dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

III - variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

§ 2º As partes contratantes poderão estabelecer a prefixação, em quantidade ou volume, do montante da participação do proprietário, desde que, ao final do contrato, seja realizado o ajustamento do percentual pertencente ao proprietário, de acordo com a produção. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

§ 3º Eventual adiantamento do montante prefixado não descaracteriza o contrato de parceria. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

§ 4º Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte em percentual na lavoura cultivada ou em gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo das 2 (duas) parcelas. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de parceria agroindustrial, de aves e suínos, que serão regulados por lei específica. (Incluído pela Lei nº 11.443, de 2007).

LEI Nº 4.947, DE 6 DE ABRIL DE 1966.

Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.

CAPÍTULO III - Dos Contratos Agrários

Art. 13 - Os contratos agrários regulam-se pelos princípios gerais que regem os contratos de Direito comum, no que concerne ao acordo de vontade e ao objeto, observados os seguintes preceitos de Direito Agrário:

I - artigos 92, 93 e 94 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quanto ao uso ou posse temporária da terra;

II - artigos 95 e 96 da mesma Lei, no tocante ao arrendamento rural e à parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa;

III - obrigatoriedade de cláusulas irrevogáveis, estabelecidas pelo IBRA, que visem à conservação de recursos naturais;

IV - proibição de renúncia, por parte do arrendatário ou do parceiro não-proprietário, de direitos ou vantagens estabelecidas em leis ou regulamentos;

V - proteção social e econômica aos arrendatários cultivadores diretos e pessoais.

§ 1º - O disposto neste artigo aplicar-se-á a todos os contratos pertinentes ao Direito Agrário e informará a regulamentação do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º - Os órgãos oficiais de assistência técnica e creditícia darão prioridade aos contratos agrários que obedecerem ao disposto neste artigo.

LEI Nº 11.443, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

OF.- PRES Nº 001/2010-CRA

Brasília, 02 de março de 2010.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em 2 de março do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2009, bem como as Emendas de Redação nºs 01 e 02 – CRA, que “Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inc. IV do seu art. 95, de autoria do Senador Osmar Dias..

Atenciosamente,

**Senador Valter Pereira**

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
MD. Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 149, de 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que conclui pela prejudicialidade do **Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006** (nº 72/2003, na Casa de origem, do Deputado Dimas Ramalho), que *dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança*.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2010**, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício:

OF. PRES Nº 1/2010/CRA

Brasília, 2 de março de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, 2 de março do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2009, bem como as Emendas de Redação nºs 1 e 2 – CRA, que “Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu art. 95, de autoria do Senador Osmar Dias.

Atenciosamente. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 120 – GP/TCU

Brasília, 2 de março de 2010

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 228 (SF), de 1º-3-2010, por

meio do qual é encaminhado a este Tribunal autógrafa da Resolução nº 1, de 2010 (SF), que “Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada.”

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.019/2010-9, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente. – **Ubiratan Aguiar**, Presidente

Aviso nº 121-GP/TCU

Brasília, 2 de março de 2010

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 230 (SF), de 1º-3-2010 por meio do qual é encaminhado a este Tribunal autógrafa da Resolução nº 2, de 2010 (SF), que “Autoriza o Município de Fortaleza – CE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$59,400,000.00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento de aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.026/2010-5, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente. – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

Aviso nº 127-GP/TCU

Brasília, 4 de março de 2010

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 312 (SF), de 3-3-2010, por meio do qual é encaminhado a este Tribunal autógrafa da Resolução nº 3, de 2010(SF), que “Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos); e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da

aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-005.321/2010-7, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente. – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os avisos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados aos processados dos Projetos de Resolução nºs 1, 2 e 4, de 2010, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Acir Gurgacz e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º, do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no decorrer do ano passado, em inúmeros pronunciamentos nesta Casa, cobrei do Governo, dos líderes de sua base de apoio no Congresso Nacional e dos outros partidos, a realização de um esforço conjunto no sentido de votar as reformas política e tributária que até aqui continuam sendo proteladas.

Apesar da inegável importância dessas duas matérias para a modernização e consolidação de nossa democracia, para o aprimoramento da prática política do País, para a melhoria da gestão econômica e para a vida dos cidadãos, o Governo e os seus aliados preferem manter esses assuntos longe de uma decisão final. Dessa forma, os velhos privilégios vergonhosos que beneficiam apenas uma minoria da sociedade são mantidos, os corruptos continuam protegidos pela impunidade e os políticos desonestos conseguem se reeleger a cada eleição.

Não posso deixar de dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos maiores culpados por essa indefinição em relação às reformas política e tributária. O Senhor Presidente da República, que assumiu o poder em 2003, conseguiu reunir até agora todas as condições para promover essas mudanças, mas não deu nenhum passo nessa direção. Recebeu um País economicamente bem estruturado das mãos do antecessor Fernando Henrique Cardoso, foi largamente beneficiado pelo grande desempenho da economia mundial entre 2003 e 2008 e, por conta disso, segundo as pesquisas, aparece atualmente com elevados índices de popularidade. Mesmo tendo sido empurrado durante quase oito anos pelos ventos da prosperidade econômica mundial que investiu muito dinheiro no

País, lamento que o Presidente Lula, com toda essa sorte que teve, termine o seu período de Governo legando ao sucessor a responsabilidade da realização de reformas que já deveriam estar em vigor.

Nobres Senadoras e Senadores, no caso da reforma política, por exemplo, não podemos nos esquecer que o tema não é nada novo na vida política brasileira. Após a promulgação da Constituição de 1988, pouco a pouco, ela passou a fazer parte da pauta dos debates nacionais sobre o futuro de nossas instituições. Nos meios intelectuais, acadêmicos e na mídia ela ocupa grandes espaços. No Congresso Nacional, Senadores e Deputados Federais lidam constantemente com o tema e o Senado, em várias ocasiões, já deu mostras de que mudanças de fundo precisam ser feitas em nosso sistema político. Porém, para a maioria dos parlamentares, convém que sua abordagem seja restrita, orientada pelos interesses eleitorais e partidários, pelos casuísmos e pela força das bancadas com poder de decisão. Por isso, nos últimos 20 anos, os progressos alcançados foram bastante modestos. Em verdade, o que vimos até hoje foram apenas alterações superficiais de curto prazo e de curta duração. Não houve, portanto, nenhuma transformação significativa, nenhuma ação parlamentar conjunta mais engajada que levasse a maioria dos políticos a desvincular a reforma das estruturas políticas do País de meros remendos no sistema eleitoral.

Desde 1991, 283 propostas, entre tentativas de Emendas Constitucionais e Projetos de Lei foram apresentadas no Congresso Nacional objetivando mudar o sistema político e eleitoral. Mas, a cada ano que passa, amargamos uma decepção e, mesmo assim, renovamos as esperanças para o ano seguinte. Dessa forma, já se passaram 19 anos e não se chegou a nenhuma conclusão duradoura sobre lista fechada, voto distrital misto, financiamento público de campanhas eleitorais, “mensalão”, dinheiro não contabilizado de campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, campanha pela Internet, coligações partidárias apenas com fins eleitorais, redução da cláusula de barreira, fidelidade partidária, fim da reeleição, punição exemplar para políticos corruptos e outros temas igualmente importantes que precisam ser reformados porque prejudicam o funcionamento o sistema político brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses de 2009, em lugar da aprovação de algumas mudanças importantes como, por exemplo, o Projeto de iniciativa popular, com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas, que proíbe candidatura aos chamados “Fichas Sujas”, a maioria dos parlamentares preferiu votar apenas uma mini-reforma eleitoral que deverá disciplinar as eleições deste ano. Sequer tocaram na

questão do financiamento público de campanha, sabidamente, a maior fonte de corrupção. Evidentemente, não se trata de acreditar que um momento mágico, mais dia menos dia, haverá de proporcionar o consenso ideal para se fazer uma reforma política salvadora. Não sou ingênuo para acreditar nesse sonho. Porém, tenho esperança de que temos capacidade política suficiente para alcançar resultados muito mais importantes do que os obtidos até agora.

Sem dúvida, na opinião de inúmeros analistas, o corporativismo e a falta de vontade política do atual Governo são apontados como os maiores obstáculos à concretização da reforma política nos últimos oito anos. Certamente, não se muda com facilidade um sistema que favorece o Governo desde 2003 e aqueles que dele fazem parte e são igualmente beneficiários. As regras eleitorais que vão vigorar para as eleições deste ano são basicamente as mesmas de oito anos atrás.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no âmbito da sociedade organizada, dos movimentos e dos fóruns que defendem o interesse público acima de todos os outros, a reforma política é vista de forma abrangente e com capacidade de melhorar o sistema político, a cultura política, o funcionamento do Estado e da democracia. Enfim, para essa parte que representa a maioria da sociedade, os princípios democráticos devem nortear a futura reforma política, com justiça, liberdade de expressão, de participação e de transparência. Portanto, vista por esse ângulo, a reforma política desejada pelos cidadãos deverá ser uma reforma verdadeira do processo de decisão, uma reforma do poder e da forma de exercê-lo em benefício de todos e não apenas de uma minoria como acontece atualmente.

Eu gostaria de concluir dizendo que essa é a reforma que eu também almejo porque nesses termos ela será capaz de sanear a vida pública e imprimir seriedade à atividade política que está bastante desmoralizada perante a maioria da sociedade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pouco se faz em termos de previsão de demanda em relação ao sistema de transportes no Brasil. Em geral, estamos apenas tentando remendar buracos, tentando duplicar vias após terem chegado ao colapso, avaliando a capacidade de aeroportos depois de sua capacidade ter sido esgotada e invejando a malha ferroviária de outros países desenvolvidos. Parece que o Brasil anda para frente, mas a visão, a atenção dada ao transporte, e a capacidade de antecipação, estão completamente paradas ou andando para trás.

Precisamos engatar a primeira marcha e tentar corrigir essas distorções, que não são poucas, levando-se em conta as nossas proporções continentais e nossas necessidades reais. Segundo estudos recentes, realizados no ano passado, as rodovias brasileiras necessitariam de recursos na ordem de R\$25 bilhões para poderem ser recuperadas e ficarem aptas a suprir as necessidades atuais de tráfego. O PAC previa R\$14 bilhões para o segmento.

O nosso sistema portuário, dentro do mesmo estudo, precisaria de R\$15 bilhões para ter suas estruturas remodeladas para os novos tempos. No entanto, estão previstos apenas R\$5 bilhões para isto – muito menos que o suficiente. Os nossos aeroportos, ferrovias e hidrovias contam com uma previsão de investimentos, dentro do Plano de Aceleração do Crescimento, na ordem de R\$12 bilhões, enquanto as suas necessidades reais não ficam abaixo de R\$25 bilhões.

Além as previsões do PAC serem sub-dimensionadas em comparação com as necessidades reais, é muito comum que a totalidade de valor previamente programada não chegue ao destino correto, por inúmeros motivos. Dentro dessa lógica, é de esperar que a estrutura de transportes no país continue, por muito tempo, defasada, incapaz de suprir as reais demandas nacionais e servindo como uma triste comprovação de nossa incapacidade de ficar um passo a frente de nossos próprios problemas.

No setor rodoviário, hoje vivemos um momento de leve recuperação em termo de investimentos, mas ainda não conseguimos chegar a patamares alcançados nos anos 70 do século passado. Atravessamos ainda um cenário que se agravou no início dos anos 80, ainda mais com o fim do Fundo Rodoviário Nacional, extinto com a Constituição de 1988. Desde os anos 90 vem se mantendo um patamar mínimo de investimentos nas rodovias

Em outra pesquisa recente, foi apontado que 45% das nossas estradas são consideradas regulares, sendo que 16,9% são ruins e 7,1% são apontadas como péssimas. Não precisamos rodar muito pelo país para confirmar isso. É fácil encontrar vias completamente esburacadas, sem acostamento, com sinalização insuficiente e não-duplicadas. A mesma pesquisa aponta que 69,1% de 61.839 quilômetros pesquisados apresentam problemas de pavimentação, sinalização ou geometria viária.

No setor ferroviário, a realidade é diferente, pois temos uma malha de transporte muito menor que a rodoviária... Muito menor que a deveríamos ter.

Apesar dos investimentos recentes, temos problemas com invasões das faixas de domínio das ferro-

vias e baixa velocidade operacional, além de elevado número de passagens em nível.

Mas talvez o nosso grande gargalo no setor seja realmente o enorme déficit de infraestrutura, resultante de uma incapacidade de atendimento para um país com as nossas dimensões.

É preciso expandir e modernizar a nossa malha ferroviária e isso requer um amplo investimento da União e de incentivos à iniciativa privada, que parece já ter exaurido sua capacidade de impulsionar o setor. É preciso uma atuação direta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com parcerias público-privadas (PPPs), ou através de incentivos fiscais para empresas.

Temos hoje um limitado número de projetos sendo implantados, como a ferrovia Norte-Sul, a Transnordestina e o anel ferroviário de São Paulo, o chamado Ferroanel. Fica a pergunta: isso é suficiente para atender o país?

A resposta é óbvia: não. Precisamos de mais realizações no setor.

A eficiência de nosso sistema portuário parece ser inversamente proporcional à extensão de nosso litoral. Pesquisa realizada há cerca de três anos aponta como problemas principais de nosso sistema portuário o excesso de burocracia; elevado custo da mão de obra; falta de investimento na infraestrutura portuária; carência de linhas e ineficiência.

Boa parte desses problemas se destaca nos terminais públicos, nos quais o tempo de descarga foi apontado pelos operadores. Cerca de 60% dos operadores apontam esse processo como lento nesses terminais públicos, enquanto nos terminais privados essa lentidão é apontada por apenas 3,5% dos operadores.

Outro problema enfrentado em nossos terminais portuários se revela com a irregularidade com que são realizadas as dragagens. Esse serviço, caríssimo e que requer constante manutenção, é o responsável por permitir que os portos possam receber navios de grande calado. O que acontece, no entanto, é uma manutenção irregular, o que acaba por restringir a ação dos navios em nossos terminais.

Cabe destaque também para a falta de regularidade na dragagem dos portos. O assoreamento reduz lenta e constantemente o calado oferecido pelos canais de acesso e berços de atracação, restringindo, na prática, o tipo e o porte dos navios que os utilizam e limitando a operação aos períodos de maré cheia. Atualmente, os Estados que mais sofrem com a irregularidade na realização de dragagem são Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A reboque dos problemas de nossa infraestrutura portuária, temos um sistema hidroviário sub aproveita-

do, que é prejudicado pela capacidade de navegação de alguns cursos de água e pelas grandes distâncias dos grandes centros produtores e consumidores.

O sistema hidroviário merece uma atenção especial, pois é um dos mais econômicos e que causa os menores impactos ambientais. Relatos recentes comprovam que é possível transportar, no rio Madeira, em Rondônia, cargas de uma tonelada por 200 quilômetros utilizando apenas um litro de combustível.

Por fim, uma análise acurada da nossa infraestrutura aeronáutica por conta do apagão aéreo que ocorreu entre 2007 e 2008, apontou inúmeras deficiências no setor.

Com o aumento no número de passageiros, tivemos um grande impacto sentido hoje na capacidade de absorção da demanda pelas empresas atuantes no setor, assim como se revelou a incapacidade de atendimento fora das pontes aéreas mais tradicionais.

Essa breve análise é o suficiente para pontuar a necessidade de mais investimentos em todos os setores de transporte do país. Precisamos, sob o risco de ficarmos travados em termos de desenvolvimento econômico, garantir uma linha regular e segura de recursos para corrigir os problemas e nos posicionarmos um passo além, tentando prevenir e antecipar às demandas.

Para isso apresento a Proposta de Emenda à Constituição número 3, de 2010, prevendo um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes. Este percentual seria um mínimo de 0,5% do Produto Interno Bruto, para que seja possível garantir os recursos previstos pelo Plano nacional de Logística, que calcula necessários para o setor, até 2023, 290 bilhões de reais.

Somente com uma previsão como essa, fixa, segura, para o setor – assim como está previsto para os setores de saúde e de educação – que poderemos começar a garantir uma atualização ordenada para os transportes no país, evitando, assim, que nossa economia avance de freio de mão puxado pela estrada do desenvolvimento.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer da matéria intitulada “A horripilante volta da Telebrás”, publicada pela revista *Época*, de 01 de março de 2010.

A matéria destaca que o Governo vai apresentar até abril um plano para levar Internet mais veloz a mais brasileiros e cogita trazer, do além túmulo, uma estatal para assombrar o setor.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

A horripilante volta da Telebrás

**O governo vai
apresentar até abril
um plano para levar
internet veloz a mais
brasileiros e cogita
trazer, do além-
túmulo, uma estatal
para assombrar
o setor**

Marcos Coronato

Histórias contadas em todas as formas, na literatura, no cinema e até no rock, fazem bem em nos lembrar que quem morreu deveria continuar morto, para nossa saúde e sanidade. Da formosa Lenore da imaginação elegante do escritor Edgar Allan Poe ao assassino de crianças Freddy Krueger dos filmes *A hora do pesadelo*, a ameaça de retorno dos finados nos ensina que quem partiu deveria repousar em paz — para sempre. O Brasil ganharia muito se aplicasse a lição a ideias ultrapassadas. Para nosso infortúnio, algumas delas teimam em retornar do além. O mais novo exemplo é a nova companhia estatal de telecomunicações, uma versão da antiga Telebrás, cuja criação ou recriação o governo federal debate há meses. Nessa história de horror, estamos chegando ao momento do susto ou do alívio, pois a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ser anunciada até o início de abril.

**ELE NÃO
MORRE...**

Como a mãe de Freddy Krueger, o personagem da série *A hora do pesadelo*, a ideia de criar uma estatal para a banda larga voltou do túmulo

A aterrorizante ideia do retorno estatal às telecomunicações nasceu de uma constatação correta: o Brasil está atrasado na difusão da internet rápida, também chamada de banda larga. Ela torna possível o fluxo de maior quantidade de informação e permite ao internauta assistir a vídeos, receber ou enviar arquivos grandes com conforto e segurança. Somente 6% dos brasileiros dispõem de internet rápida, em comparação aos 8% dos argentinos e aos 9% dos mexicanos. Em nações como Canadá, Alemanha e França, mais de um quarto da população dispõe desses serviços. Na Coreia do Sul, 97% das residências podem usar a banda larga. Por aqui, mais da metade dos municípios, ou um quinto da população, não conseguiria aproveitar a internet rápida nem que tivesse dinheiro para pagar, pois não há oferta do serviço. Apesar do diagnóstico correto, o remédio estatal proposto pelo governo é um equívoco.

Esse equívoco, que tem consumido meses de debates em Brasília, parece alimentado pela falta de memória. É bom lembrar, então, que apenas 32% dos domicílios brasileiros tinham linhas de telefone em 1998, quando os brasileiros dependiam da estatal Telebrás. Esse índice avançou para 82% nos dez anos seguintes, depois que a Telebrás foi fatiada e vendida, e as empresas privadas passaram a disputar o mercado. O setor emprega hoje 390 mil pessoas (o dobro do início da década) e paga anualmente R\$ 40 bilhões em impostos. A banda larga tem, inegavelmente, ►

efeitos benéficos em educação e produtividade. Mas o Brasil ainda carece de bibliotecas, postos de saúde, segurança e saneamento. Por que dispersar atenção e recursos do governo com telecomunicações?

Se o vigor exibido na última década não se sustentou e permitiu o atraso na banda larga, há duas razões – e nenhuma pede a atuação de uma nova estatal. A primeira causa é a ausência de diretrizes públicas claras para os negócios das companhias privadas. Boas diretrizes dependem de regulamentação atualizada e de um órgão supervisor bem equipado para definir metas e cobrar seu cumprimento. As regras vigentes no Brasil vêm dos anos 90, na Idade Antiga da internet. E, no atual governo, a agência reguladora do setor, a Anatel, não tem contato com recursos, poder nem reconhecimento para assumir essa missão.

A segunda causa, em parte decorrente da primeira, foi a queda no investimento em infraestrutura no setor. Ele recuou de 1,9% do PIB, em seu ponto mais alto, em 2001, para apenas um terço disso nos últimos anos. Sem as diretrizes adequadas, num país com bolsões de pobreza como o Brasil, as companhias privadas tendem a investir o mínimo, cobrar o máximo e concentrar sua atenção nos clientes mais ricos, o que resulta em serviço sofrível para a maior parte do país. É exatamente o que tem acontecido em relação à expansão da banda larga. O preço dos serviços é alto para a população

O mundo consagrou soluções como incentivar a concorrência e as parcerias público-privadas

de baixa renda, e mesmo quem pode pagar tem acesso a uma internet rápida de mentirinha. O mercado brasileiro tolera que se denominem como banda larga quaisquer velocidades superiores a 256 quilobites por segundo (Kbps), enquanto o padrão internacional só considera dignas do nome velocidades seis vezes superiores, acima de 1,5 megabite por segundo (Mbps). E as operadoras no Brasil não conseguem garantir nem a velocidade contratada, já baixa.

Há muitas formas de o governo induzir o investimento em infraestrutura e incentivar a difusão de serviços com qualidade e custo razoáveis – das parcerias com a iniciativa privada ao subsídio ou isenção de impostos (*leia no quadro*). Nenhuma das soluções torna o governo dono de uma operadora de telecomunicações – e todas mantêm um mercado competitivo, capaz de prestar serviços melhores e mais baratos.

“A solução consagrada nos países desenvolvidos é sempre buscar mais concorrência”, diz o consultor Mário Ripper.

O governo federal preferiu buscar uma resposta no cemitério das ideias. A espinha dorsal da nova companhia seria uma rede de fibra óptica com 16.000 quilômetros de extensão, pertencente a outra estatal, a Eletronet, herdeira de linhas construídas pela Eletrobrás. Essa rede se compõe somente de linhas de alta capacidade, para transmitir dados entre regiões, mas sem capilaridade para levar serviços ao usuário final. Na versão menos assustadora da nova Telebrás, ela administraria a rede de alta capacidade e contaria com o setor privado e organizações não governamentais para chegar ao consumidor. Em sua versão mais temível, a nova Telebrás tentaria cobrir todas as etapas do serviço e precisaria crescer muito. De acordo com César Alvarez, secretário da Presidência da República que coordena a preparação do Plano Nacional de Banda Larga, a nova empresa seria “pequena e especializada”. A história mostra que a maioria das estatais brasileiras tende a se parecer mais com zumbis – lentas, propensas a se reproduzir e, eventualmente, a exalar o odor característico das negociações políticas. O presidente Lula ainda tem uma chance de recolocar a estaca no peito dessa ideia e mantê-la na tumba. ♦

Com Daniella Cornachione

Banda larga para o povo

Muitos países adotam metas de expansão da internet rápida. Poucos, porém, apoiam a expansão na iniciativa estatal

	 AUSTRÁLIA	 CANADÁ	 COREIA DO SUL	 EUA	 JAPÃO	 BRASIL
META	Levar banda larga de 100 Mbps a 90% dos lares, escolas e empresas por fibra óptica e a 10% deles por rádio, até 2017	Oferecer serviços de banda larga a todos os municípios e comunidades até 2012	Oferecer banda larga móvel a 40 milhões de assinantes e aumentar a velocidade da internet em 20 vezes até 2013	Cobrir toda a área rural com banda larga em 2010 e elevar, em março, a velocidade mínima exigida, que poderá ser de 4 Mbps	Cobrir o país inteiro (incluindo área rural) com banda larga, sendo 90% em alta velocidade, até meados de 2010	Levar banda larga de ao menos 1 Mbps a todos os municípios e chegar a 90 milhões de assinaturas até 2014
ESTRATÉGIA	Construir uma nova rede rápida por iniciativa público-privada, com 51% de participação privada. Posteriormente, privatizar os 49% do governo	O governo pediu às empresas do setor que façam propostas até março. Os melhores projetos receberão subsídio público de 50% do custo	O governo investirá US\$ 24 bilhões na rede fixa até 2012, e o órgão regulador, FCC, exigirá padrões mais altos de serviço	Os serviços têm isenção de impostos em quase todos os Estados. Há duas linhas públicas de financiamento para a expansão dos serviços na área rural	O governo tem participação minoritária na maior operadora, a NTT, e confia na concorrência e em padrões de exigência mais altos	O governo debate um Plano Nacional de Banda Larga, que pode contrariar a tendência global e recriar uma companhia estatal para o setor

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 13 minutos.)

Ata da 29ª Sessão, Não Deliberativa em 12 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 18 minutos, e encerra-se às 12 horas e 57 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos referentes à sessão de sexta-feira, 12 de março de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2005** (nº 3.588/2000, na Casa de origem, do Deputado Wanderval Santos), que dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 2009** (nº 3.945/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

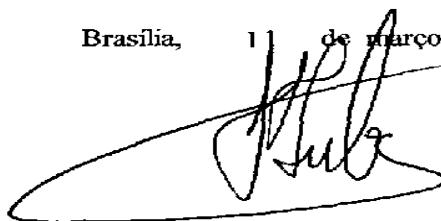
É lida a seguinte:

MENSAGEM
Nº 68 DE 2010
(nº 102/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 13 a 19 de março, em viagens oficiais a Israel, de 13 a 16, a Palestina, nos dias 16 e 17, e a Jordânia, nos dias 17 e 18.

Brasília, 1 de março de 2010.



Aviso nº 125 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 13 a 19 de março, em viagens oficiais a Israel, de 13 a 16, a Palestina, nos dias 16 e 17, e a Jordânia, nos dias 17 e 18.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe de Casa Civil
da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 58, de 2010, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente da sessão, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Exmº Sr. Senador Paulo Duque, nesta manhã de sexta-feira, resolvi fazer da tribuna um pequeno balanço dos nossos trabalhos nesses primeiros 45 dias. É um pequeno balanço, porque não dá para falar de todos os pronunciamentos que fizemos, de todos os temas que aqui tratamos, mas falarei um pouco de iniciativas que tive com o objetivo de fazer o que chamo de um bom debate a respeito de temas que trato aqui na Casa, principalmente na área dos direitos sociais, na área do emprego, do trabalho, dos aposentados, dos pensionistas, enfim, daqueles que mais precisam que o Poder Público se manifeste a partir de idéias e projetos de seu interesse.

Começaria dizendo, Sr. Presidente, que sou um Parlamentar – tanto V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quanto o Senador Paulo Duque, estão sempre nessa caminhada e participam conosco desses debates – que valoriza muito as audiências públicas e também as sessões aqui no plenário, onde convidamos a sociedade para participar.

Há alguns anos, uns dez anos, tínhamos aqui sessões de homenagens em que a sociedade organizada, a sociedade civil não podia se manifestar, só era chamada para ouvir. Felizmente, a Casa avançou e, hoje, uma sessão de homenagem vira quase uma sessão de debate. E isso é muito bom. Os convidados falam, os Senadores falam e deixam claro o seu compromisso com essas causas de importância de vital para todo o nosso povo.

Então, é nessa ótica que eu quero falar um pouco. Depois espero falar também no encerramento, com a tolerância de V. Exª, de alguns projetos que entendo importantes, que esta Casa já aprovou e que foram à Câmara dos Deputados.

No dia 3 de fevereiro, aprovamos, na CAS, o requerimento para uma audiência pública a fim de tratar da profissão de teólogo. Há séculos, a Europa dispõe de dezenas de faculdades especializadas na formação de teólogos. No Brasil, o reconhecimento da Teologia aconteceu em 1999, via Ministério da Educação.

Percebe-se hoje que o assunto religião está presente na vida das pessoas na sua ampla maioria. Ape-

sar de estarmos vivendo num mundo, sem sombra de dúvida, muito consumista, é importante a questão espiritual, independe da posição de cada um. Assim, é importante que o exercício dessa profissão de teólogo seja regulamentada para que possamos valorizar os profissionais que dedicam sua vida a essa causa.

A transmissão científica de conhecimentos nessa importante área é fundamental na linha de política de ciências humanas. Já realizamos algumas audiências para debater esse tema. Como relator da matéria, entrei com um pedido de nova audiência pública para ampliar o debate, porque há divergências ainda sobre o projeto original do Senador Marcelo Crivella; por isso a importância da audiência pública para que o relator, o autor, enfim os Senadores tenham muita consciência da importância da matéria a ser votada. Então, fiquem tranquilos os teólogos, porque nós faremos ainda mais uma audiência pública para que possamos, então, dar o parecer final.

Quero também dizer que iniciamos os trabalhos aqui na Casa no dia 3 de fevereiro e já nesse dia aprovamos a realização de um grande encontro, aqui em Brasília, para os dias 27 e 28 de abril. É uma audiência pública para discutir o PLS nº 271, de 2008, de nossa autoria, que trata do Estatuto do Motorista. Essa audiência pública vem trazer ao debate a questão das condições de trabalho, salário, segurança, saúde, aposentadoria especial do motorista de transporte, de modo geral, desde o caminhoneiro. V. Exª faz parte. Nós estamos lá com a Subcomissão: eu, V. Exª, o Senador José Nery e o Senador Sérgio Zambiasi, os quatro Parlamentares indicados para essa minicomissão para debater o tema.

Realizamos, entre reuniões internas e externas – inclusive uma em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul –, 14 audiências públicas (assim eu as chamaria), oficiais e não oficiais, em que foram chamados representantes de todo o setor, taxistas e caminhoneiros, tanto autônomos como empregados, e também as empresas do setor. Nesse fim de semana, estive em São Paulo, Senador Mesquita, e tive uma grande reunião com os empresários do setor, e eles disseram que são totalmente favoráveis a que haja a regulamentação, até porque está gerando um depósito de ações de milhões e milhões de reais, porque não há uma regulamentação clara da situação daqueles que atuam nessa área.

Realizamos também duas audiências no Rio Grande do Sul e está prevista outra para Uruguaiana na próxima sexta-feira. Ali analisaremos essa questão da fronteira. Queremos ter uma minuta para apresentar à nossa subcomissão, essa minicomissão de quatro

Senadores. Então, chamaremos todos os envolvidos para ampliar o debate.

A intenção é fazer com que o estatuto seja dividido em capítulos: taxistas, caminhoneiros, motoristas de ônibus e também vemos a questão do avulso, do autônomo, da cooperativa, do empresariado, tudo na respectiva área. É esta a intenção: construir um grande entendimento.

Ainda no dia 10 de fevereiro, aprovamos a realização de uma audiência pública sobre outro tema: para discutir o Projeto nº 376, de 2008, de nossa autoria, que institui o Fundo de Financiamento para as micro, pequenas e médias empresas. Apresentei esse projeto porque sabemos que, no mundo inteiro, as micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela criação de empregos e que têm importante papel na sustentação da demanda agregada, na introdução de inovações mercadológicas e na geração de emprego e renda.

O Brasil não difere dos demais países, por isso temos de olhar com muito carinho a situação das micro e pequenas empresas. É amplamente reconhecida por todos nós a necessidade de oferecer a essas empresas melhores condições, para que operem e prosperem, contribuindo para o emprego, distribuição de renda e bem-estar da população.

A Lei do Super Simples, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o Programa de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, empresas de pequenas e médio porte são muito importantes nesse sentido, mas temos que dar mais consistência e, por isso, esse fundo das micro e pequenas empresas. O projeto está na CAE, com relatoria do Senador Jayme Campos, que também entende que é fundamental a realização dessa audiência pública.

Quero também destacar que, no dia 4 de fevereiro, aprovamos uma outra audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, do qual sou relator, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Esse projeto é do Senador Valdir Raupp, e foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação.

A minha tendência, eu confesso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Duque, era dar um parecer exatamente como veio da Comissão de Educação, mas houve alguns encontros daqueles que atuam diretamente nessa área, ou seja, da criança e do adolescente, e, a pedido deles, vou realizar outra audiência pública, lá na CDH, onde sou relator, e depois de ouvir todos é que vou dar meu parecer final, alterando ou não o projeto que veio da Comissão de Educação.

Então, posso adiantar a todos os estudiosos, intelectuais, formadores, ONGs e entidades que atuam nessa área da criança e do adolescente que o projeto, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares terá outra audiência pública.

A data vamos combinar com eles, para que eles deixem bem claro qual a sua posição, quais as restrições e aquilo que efetivamente eles entendem que tem de ser regulamentado.

Quero destacar que, ainda em fevereiro, aprovamos requerimento para realização de diligências, conjuntamente com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para discutirmos políticas nacionais para a juventude, com reflexo naturalmente em todo o País. Essa audiência pública está prevista para o dia 28 de maio e vai na linha do debate que fizemos aqui. Todos os Líderes, Senador Mesquita, concordaram que devemos ter políticas públicas para a juventude. Portanto, a PEC da juventude, debatida aqui em plenário anteontem depois de eu falar com o Presidente Sarney e de me dirigir aos Líderes – aliás, os Líderes de todos os partidos usaram a tribuna, inclusive o do Governo – com o objetivo de votarmos já na semana que vem a PEC da juventude.

Depois, temos o Plano Nacional de Políticas para a Juventude; o Estatuto da Juventude. Temos um projeto, que também está no Senado para discussão, da reconstrução do prédio da UNE. Há ainda um projeto sobre outra norma internacional, que fortalece a juventude, e que queremos também debater no Senado, tanto é que faremos essa audiência pública no Rio Grande do Sul, de iniciativa das entidades, e que aprovamos na CDH.

Quero lembrar que a Constituição brasileira de 1988 deixou uma lacuna no que tange à questão da juventude. A PEC da Juventude, o Estatuto da Juventude, sobre os quais já falei desta tribuna alguns dias atrás, tem o apoio de todos os Senadores, pelo que percebi até o momento. Trata-se de debate muito positivo e que tem de ser amparado a partir da aprovação dessa PEC.

Nesta semana tivemos um debate sobre a PEC do Plano Nacional da Juventude em audiência pública na CDH, com a presença, entre o plenário e aquela Comissão, de 250 jovens de todo o País. Repito: foi muito importante para esses jovens, que vieram de todos os Estados, levarem para as escolas, para as universidades, para as suas respectivas regiões que o Senado se comprometeu com a aprovação da PEC. Para isso, temos de, naturalmente, desobstruir a pauta na semana que vem, devido a medida provisória.

Quero também destacar um outro requerimento, já aprovado na CDH e na CÁS, para debater, Senador

Geraldo Mesquita, a questão das perícias médicas e as tais de altas programadas.

Sr. Presidente, vejo isso com muito cuidado e muita preocupação. Como alta programada? Alguém fez uma perícia, foi considerado inválido, e se programa a alta dele? O computador decidiu qual é o dia que ele terá alta? Então, não dá para entender isso. Essa é a reclamação de todo o Brasil e envolve a política de direitos humanos. Não é o computador que dirá o dia que ele tem de dar alta. Quem tem de dar alta é o perito. Se o perito disser da improcedência, tudo bem, que dê alta, e ele vai recorrer onde bem entender. Mas não uma tal de alta programada ditada por um computador. Não importa o tipo de doença que ele tenha, seja acidente ou invalidez, o computador diz: “Daqui a três meses você está de alta”. E ele está de alta. Daí, ele tem de entrar com um outro pedido de perícia. Às vezes, entra em uma fila, fica um período esperando, e não recebe durante esse período. Só se lá na frente o perito resolver que ele tem direito é que ele vai receber aquele um ou dois meses, e a empresa não o aceitou de volta, pois ele está inválido.

Então, de fato, é um problema seriíssimo. Por isso teremos de rediscutir o tema. Nada melhor do que uma audiência pública para debater o assunto. Inclusive temos o PLS 302/2007, que trata desse tema, que está na CAS sob a relatoria do nobre Senador Paulo Duque, que, naturalmente, vai estar lá naquela oportunidade para debater a questão.

O Requerimento nº15, já aprovado no dia 10/02, quer discutir a estrutura sindical no Brasil. Esse é um tema muito tratado por mim. É um tema que, aqui na Casa, o aprovamos por unanimidade. Aliás, fui um dos relatores a construir o substitutivo, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Dornelles. A questão foi parar no Supremo Tribunal Federal. Mas entendo que não é o Supremo que tem de discutir isso. Quem tem de discuti-lo somos nós aqui. Por isso, quero trazer esse debate novamente à baila nesta Casa para construirmos o que for possível, mediante um grande entendimento entre Câmara e Senado, fortalecendo a estrutura sindical brasileira, desde a comissão de fábrica até a central sindical.

Aprovamos aqui no Senado o Projeto nº 177, que apresentei, o qual garante a estabilidade do dirigente sindical. É um absurdo que o dirigente sindical possa ser demitido de uma hora para outra, ou seja, ele simplesmente é posto para rua e dizem: “Vá procurar os seus direitos na Justiça”. Como está, não dá. Alguém para fazer a boa prática da política sindical tem de ter estabilidade, bem como os companheiros da Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. É um retrocesso querer que o trabalhador ou a trabalhadora

atue na política sindical, na empresa, ou mesmo numa Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, e seja demitido porque não aceitou trabalhar, por exemplo, numa área considerada com condições inseguras. Há um debate longo entre ato seguro em condições inseguras. Ora, o dirigente sindical, membro da Cipa, pode dizer: “Não, nessas condições, a máquina não vai operar”, porque ele está pondo em jogo a sua vida, evitando assim o acidente de trabalho. Por isso, acho importante que a gente faça o debate também no PL nº 177 e outros, como o da contribuição assistencial para fortalecer a estrutura sindical.

Aprovamos também no dia 10/02, em conjunto CDH e CAS, para discutirmos a questão das aposentadorias especiais para aqueles trabalhadores que atuam em áreas consideradas insalubres, perigosas e penosas. Da forma como é hoje, não existe clareza, na legislação, de quem tem direito à aposentadoria especial, inclusive no serviço público. Ora, nós queremos, a partir desse debate, e com projetos que já apresentamos – eu, por exemplo, apresentei o PLS nº 170, que trata da periculosidade e de aposentadoria especial para o eletricitário (todos aprovados no Senado e agora estão na Câmara); PLS nº 203, de 2005, que trata da aposentadoria especial para quem trabalha na coleta de lixo e adicional também de periculosidade e insalubridade, conforme o caso; PLS nº 208, de 2005, que regula a atividade danosa; PLS nº 294, de 2008, que regula o adicional de insalubridade.

E aí, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a que é da área, que é um advogado, que é um jurista, eu sei que conhece esse mundo, existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal que diz que o adicional de insalubridade não pode ser sobre o salário mínimo. Se não pode ser sobre o salário mínimo – que eu até concordo, o salário mínimo é muito pouco –, não pode ser sobre a remuneração, não pode ser o piso da categoria, pode ser sobre o quê, então? Como se criou aí o que chamo de um espaço vazio, os trabalhadores não estão recebendo o adicional. Então, faço uma regulamentação apontando a linha da remuneração, porque, se ele recebe x ou y para trabalhar em uma área considerada insalubre, que traz prejuízo a sua saúde, ele tem de ter um adicional sobre a sua remuneração.

O que diz o Supremo? Não tem um lei clara que regulamente. Por isso, estamos também regulamentando essa questão do adicional de insalubridade.

Temos também o PLS nº 387, que regula a periculosidade do vigilante. Inclusive recebi hoje, da Bahia, documento assinado pela ampla maioria dos Deputados estaduais em apoio a esse PL dos vigilantes.

Quero dizer que a Deputada Vanessa Grazziotin aprovou projeto na Câmara e já o remeteu para cá, para

o qual já dei parecer favorável. Para mim, não me interessa quem vote primeiro. Eu quero que a causa dos vigilantes seja vitoriosa. Por isso dei parecer favorável. O projeto está aqui no plenário. Espero que ninguém faça obstrução, porque, se aprovarmos o da Vanessa Grazziotin, ele vai direto para a sanção do Presidente. E aí os outros serão prejudicados, inclusive o meu, mas não há problema algum. O que eu quero é aprovar o que interessa aos trabalhadores.

Temos também para o debate – essa audiência vai ajudar nesse sentido – o PLS nº 413, que regula a aposentadoria especial para todos os setores. Então, essas audiências têm esse objetivo.

Sr. Presidente, quero destacar também o Requerimento nº16, que aprovamos no dia 24 de fevereiro, para discutirmos políticas para a juventude. Essa audiência, realizada ontem. Fizemos uma grande audiência pública, muito positiva, que contou com a presença do Deputado Federal Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, que tem um belo trabalho nessa área; do Secretário Nacional da Juventude, Beto Cury; do ex-Presidente do Conselho Nacional da Juventude, David Barros; do Secretário da Juventude do Rio Grande do Sul, Maurício Piccin; do Vice-Presidente do Conselho Nacional da Juventude, João Vital; de membros do Conselho Estadual da Juventude da Paraíba, aí representado pela jovem Regina Alves; e do representante da Juventude com Deficiência no Conselho Nacional da Juventude, Antonio Sousa Almeida, o Vidal, que fez uma bela fala. Estava lá, exigiu, cobrou, e eu, naquela oportunidade, Senador Mesquita Júnior, bati palmas pela firmeza desse menino, que fez grandes cobranças à sociedade, por maior atendimento às pessoas com deficiência. Eu disse a ele que já aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência aqui, e que ele está acompanhando. E falei do trabalho do Senado. O Senado tem feito um belo trabalho nessa área. Acho que o Senado é a principal instituição do Brasil em matéria de políticas claras aqui, dentro da Casa, em atendimento às pessoas com deficiência: as rampas foram adaptadas, os elevadores; realizamos todo ano aqui, no mínimo, uma semana, para discutir a situação das pessoas com deficiência. Temos o Senador Flávio Arns, que é o nosso líder nessa área, com um grande trabalho; temos a linguagem de sinais, que, diariamente, é apresentada nos debates das Comissões. Eu disse a ele que fizemos muito, mas que ele tinha razão, temos que fazer muito mais.

Então, Vidal, fica aqui um abraço a você. Você entendeu que eu apenas expliquei, mas concordei que você tem mais é que protestar. Um abraço ao Vidal, que foi muito feliz na sua fala.

Como eu dizia, Sr. Presidente, temos que ter um carinho especial no trabalho com a juventude. Eu espero que a PEC seja aprovada e que a gente possa, quem sabe, na primeira quinzena de abril, ter já uma sessão aqui, no plenário, para promulgação da PEC da juventude.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que marcamos já para o dia 24 próximo, às 14 horas, com a presença do Paulo Sérgio, que é o Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça, para debater, na Comissão de Direitos Humanos, a discussão da questão do Oficial de Justiça. Há um engano aqui, Sr. Presidente: não será no dia 24, mas na próxima quarta-feira. Na quarta-feira próxima, às 14 horas, nós vamos discutir a situação do Oficial de Justiça. Até porque, a pedido deles, eu apresentei o PLS nº10, de 2010, que institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça. São homens e mulheres que enfrentam, muitas vezes, até a violência quando vão entregar uma intimação, que é o papel deles. Eles merecem, de fato, muito carinho e muita atenção. Então, Paulo Sérgio, posso confirmar da tribuna que será na próxima quarta-feira, às 14 horas.

Quero também dizer, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que se discute tanto hoje aqui o pré-sal, discute-se tanto a questão do petróleo, o marco regulatório, um projeto, dois projetos, três projetos. Eu queria dizer que nós já aprovamos, na Comissão de Assuntos Sociais, uma audiência pública para discutir o pré-sal e a Previdência. V. Ex^a é parceiro, sabe da nossa luta em matéria de recursos para a nossa Previdência.

Quero agradecer aqui à Senadora Rosalba Ciarlini, que já me assegurou que, para o fundo que vai ser criado a partir do pré-sal na Comissão de Assuntos Sociais, ela me indicou como relator. E podem ter certeza de que buscarei o apoio de todos os pares para que o fundo social oriundo do pré-sal, que vai incluir cultura, infraestrutura, educação e meio ambiente, contemple recursos para a Previdência. A Câmara já deu o sinal, porque determinou que 5% desse fundo serão destinados para a Previdência. E eu aqui, a partir do Projeto nº 362, que apresentei em 2008, vou na mesma linha, porque esse projeto diz que parte dos recursos do pré-sal será destinada à Previdência. E fui além: uma parte também para a saúde.

Sr. Presidente, tenho certeza de que vamos avançar no debate do fundo do pré-sal para que a saúde, a educação e a Previdência estejam efetivamente contempladas. Todos nós sabemos da importância de fortalecermos a nossa Previdência pública, porque alguns diziam, até um tempo atrás: “Ah, Paim, esse seu projeto do fim do fator, do reajuste acompanhando 100% do PIB, poderá trazer problemas para a Previdência da-

qui a 10, 20 anos". Tudo bem. Se acham que vai trazer problemas daqui a 10, 20, 50 anos, está aí o fundo do pré-sal com uma parte destinada à Previdência, como fez a Noruega, e fez muito bem.

Só para dar um destaque, Sr. Presidente, quando me falam que o PIB vai ser zero neste ano e, consequentemente, não vai haver aumento real para o mínimo, eu digo: "Não há problema nenhum". Os Senadores sabem disso. Nós queremos uma política de 100% do PIB para o salário mínimo e para os aposentados.

Em 1º de janeiro, o salário mínimo recebeu, de aumento real, 5%; o aposentado, 2,5%. Estão-nos devendo 50%. Se vai ser zero o de 2009, não há problema nenhum. Mas sabemos que, quanto à perspectiva de 2010 para 2011, está-se falando em torno de 6%. Vamos ter 6% de aumento real para o mínimo e também para os aposentados. Então, vamos manter a mesma posição.

Queremos, sim, que continue. Que ninguém pense que a gente não está sabendo o que está fazendo. Estamos sim, porque apostamos neste País. Que os aposentados recebam 100% do PIB. Se o PIB for zero, tudo bem. Se não há para o salário mínimo, não há para o aposentado. Acho que é legítimo. Não posso dizer que vamos dar aumento real para quem ganha mais que o mínimo e que não vamos dar nada para quem ganha o mínimo. Seria uma incoerência. Então, nós, Senadores, pelo que aprovamos, vamos manter a coerência, sim. Se o PIB for 10, é 10 de aumento real. Se o PIB for 5, é 5 de aumento real. Se o PIB for zero, é zero. A vida é assim. E os trabalhadores aposentados têm clara essa questão. Vamos continuar insistindo nessa visão.

Quero dizer também, Sr. Presidente, aproveitando a tolerância de V. Ex^a nesta sexta-feira, que encaminhamos aqui, como eu dizia na abertura, uma série de sessões plenárias. No plenário, não há só sessão de homenagens. Engana-se quem pensa assim. Fizemos debates sobre o tema. Foi assim no dia 8 de fevereiro próximo passado, quando fizemos uma sessão especial de homenagem aos aposentados. Praticamente todos os Senadores falaram e usaram a tribuna, exigindo que um aumento real para os aposentados, acompanhando o crescimento do PIB, como já aprovamos aqui.

Foi uma bela sessão, em que as entidades dos aposentados também falaram, elogiaram o Senado e cobraram da Câmara dos Deputados para que aquela Casa vote os projetos que vão garantir o reajuste dos aposentados.

Tenho alertado os meus amigos Deputados, até porque tenho muitos amigos lá. É claro que o pessoal vai cobrar na campanha: "Por que não votaram os projetos dos aposentados?" Há tempo ainda.

A campanha é em outubro. É preciso votar. Sei que vai haver congresso dos aposentados em todos os Estados. Naturalmente, os Deputados serão cobrados a votar os projetos de interesse dos aposentados.

Quero dizer também que já realizamos aqui uma sessão...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu queria apenas manifestar minha admiração pela persistência de V. Ex^a. Não se trata de ser repetitivo, mas os assuntos não podem ser esquecidos porque, quando caem no esquecimento, afastamo-nos da possibilidade de realização das aspirações das pessoas. E estamos aqui para tentar contribuir com este objetivo: fazer com que as aspirações da sociedade sejam inteiramente e de forma absoluta atendidas. No caso dos aposentados, é um itinerário tortuoso. V. Ex^a acompanha todos os dias. A questão crucial é a seguinte: o Governo diz que não tem os recursos. Nós afirmamos que os recursos existem. O que falta para o Governo é definir claramente a aplicação dos recursos destinados à seguridade social. O que é da Previdência deve ser da Previdência. O que é da Previdência não pode ser usurpado, não pode ser aplicado. Trata-se, de certa forma, até de apropriação indébita. Estão-se apropriando dos recursos previdenciários, que pertencem aos trabalhadores e aposentados, e transferindo para atender a outros setores da Administração Federal. É por isso que, no final, quando se faz a conta, faltam recursos. Mas, na verdade, os recursos existem. Isso nós debatemos aqui em profundidade durante a reforma da Previdência. E há essa contradição entre aqueles do Governo que alegam ausência de recursos e aqueles especialistas, técnicos mesmo, que estudam a matéria, que conhecem os recursos que são destinados ao setor. Esses entendem que há recursos, sim, que a Previdência é superavitária, que não há problema de caixa, o que há é aplicação indevida desses recursos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu, na mesma linha do que diz V. Ex^a, essa é uma briga histórica, que todos nós vimos travando há décadas. Eu digo, porque conheço a história de V. Ex^a. Em situações semelhantes a essa, V. Ex^a inclusive já trocou de Partido. E o Senador Osmar Dias também me falava algo semelhante outro dia. Porque mantiveram uma posição naquilo em que acreditavam.

E por que eu digo isso? Eu entendo que nós deveríamos aprovar aqui também a PEC nº24, que é

aquela história da DRU. Da DRU não são mais descontados, Senador Geraldo Mesquita Júnior, os 20% da educação. Por que não retiramos fora a DRU, que arranca 20% da seguridade social, tirando dinheiro da saúde, da Previdência e da assistência? Ela retira mais de 50 bilhões – 50 bi! – por ano.

Ora, é só dizer: a DRU não se aplica mais sobre a seguridade, como não se aplica mais sobre a educação. Teríamos 50 bilhões para resolver os problema dos aposentados. Nós estamos falando em torno de... Que sejam 5 bilhões ou 6 bilhões. Sobrariam ainda mais 45 bilhões ou 40 bilhões na caixa da seguridade e sem problema para os aposentados.

Quero dizer, Sr. Presidente, ainda, nessa mesma linha que eu falava, que nós teríamos uma data aqui de debate, uma sessão de homenagem à Abolição da Escravatura, que é 13 de maio, uma data simbólica, importante que se faça o debate nessa linha de fortalecer as políticas afirmativas, de forma tal como sempre digo: que ninguém, ninguém nesse País seja discriminado pela cor da pele, pela idade, por gênero, pela orientação sexual, pela etnia, pela origem, pela procedência.

Esse é o objetivo dessa sessão. Quero dizer também que vamos realizar aqui uma grande sessão no dia 24 de maio. Está prevista a presença de mais de 400 comerciantes, onde queremos debater o PL nº 115, que apresentei em 2008 e que regulamenta, de forma definitiva, a profissão de comerciante.

O comerciante, digo, o comércio talvez seja a profissão mais antiga do mundo, quando começaram as trocas de uma coisa por outra, até para alimentação e até hoje não está regulamentado. Essa iniciativa é de todos os setores organizados dos trabalhadores do comércio para fortalecer a aprovação do PL nº 115. Eu estou acreditando muito que, nesse dia, podemos chegar a um entendimento e regulamentar de forma definitiva a questão dos trabalhadores no comércio.

Lembraria com muito orgulho e satisfação que não fui só eu. Nós todos assinamos o requerimento para realização aqui uma grande sessão de homenagem e também de debate, infelizmente para homenagear a já falecida Dr^a Zilda como também os dezoito soldados que morreram no Haiti no terremoto. Foi um grande momento também nesta Casa.

Quero lembrar que, no dia 19 de abril, teremos aqui uma sessão especial destinada a homenagear os vigilantes. Qual é o objetivo? E aqui o jogo é claro, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Será uma sessão com a presença de vigilantes de todo o País, para que os projetos dos vigilantes, principalmente aquele que trata da periculosidade, a que já me referi – o da Vanessa, meu e de outros Senadores –, sejam defini-

tivamente aprovados pela sua importância. O próprio Chico Vigilante me ligava ainda ontem, pedindo que fizéssemos todo esforço para que a Casa aprove a periculosidade para os vigilantes, e tem aqui o nosso compromisso.

Por fim, Sr. Presidente, além dessa questão dos vigilantes – e já falei de outras categorias –, quero lembrar que, no dia 5 de abril, teremos aqui uma sessão, no plenário, em homenagem à juventude brasileira. Teremos também uma sessão de debates sobre o Dia do Trabalhador, que será no dia 3 de maio, porque 1º de maio, se não me engano, cai numa sexta ou num sábado. Vamos debater aqui a situação dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Será um grande momento aqui na Casa.

Queremos fazer, ainda, no dia 12 de abril de 2010, uma sessão especial para valorizar e homenagear a Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. E por que isso? A Anfip, Sr. Presidente, tem sido a entidade que mais nos tem subsidiado, eu diria, nos grandes debates em relação à questão da Previdência pública. Quero aqui deixar um forte abraço, carinhoso, respeitoso a todo o comando e os profissionais da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, pela ajuda que nos dão no debate sobre temas como esse da Previdência.

Sr. Presidente, esse é o relato que faço de alguns encaminhamentos realizados agora nesse início dos trabalhos de fevereiro e março. Mas quero também, ainda, se V. Ex^a me permitir registrar de forma concreta – e aí é uma folhinha, a outra folhinha é só assinatura –, que, no ano de 2010, apresentamos aqui no Senado 51 proposições sobre temas mais diversos, todos buscando avançar no mundo das relações sociais e trabalhistas, atingindo desde crianças, jovens, idosos, mulheres, a questão dos preconceitos, pessoas com deficiência, trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Nestes 45 dias do início dos nossos trabalhos, tive a honra de ver aprovados de forma terminativa e foram para a Câmara quatro projetos de nossa autoria. Destacaria, entre eles, aquele que não vai permitir mais que o cidadão inválido com mais de 60 anos tenha que sofrer o constrangimento da perícia médica.

O segundo, que vai permitir que o trabalhador desempregado saque os recursos acumulados do PIS/Pasep. E ainda um outro, que considero importante, o Senador Cristovam está aqui, o que regulamenta a profissão de historiador. Tivemos outras 31 proposições aprovadas este ano, mas em comissões, que terão de ir a outras comissões, então serão endereçadas à Câmara dos Deputados.

A do historiador é uma demanda das universidades, dos estudantes, e que o Senador Cristovam fez uma bela defesa, garantindo sim que seja regulamentada de forma definitiva a profissão de historiador.

Era isso, Sr. Presidente. Sei que exagerei no tempo, mas a sexta-feira permite a nós todos fazermos isso.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senador Paulo Duque, que gentilmente está ali esperando, e olha que falei por quase uma hora. Começamos às 9h20, mas falei no mínimo quarenta minutos.

Senador Cristovam e, especialmente Senador Geraldo Mesquita Júnior, obrigado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Parabéns pelo pronunciamento. V. Ex^a não falou demais; V. Ex^a, pela bagagem que tem neste Congresso Nacional e trabalho realizado, se usasse o dia inteiro falando, não seria suficiente ainda para mostrar toda a sua produção.

Senador Paulo Duque, concedo a V. Ex^a a palavra neste momento. V. Ex^a estréia um terno de fazenda adquirida em Brasília, terno feito em Brasília, que ostenta com muita satisfação e orgulho. Digo isso porque, com isso, V. Ex^a homenageia a terra que nos acolhe tão carinhosamente, que é Brasília.

E passo, incontinenti, a Presidência ao eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a, Presidente Geraldo Mesquita, acaba de revelar um segredo de elegância. De qualquer maneira, nosso fotógrafo fez questão logo de ver o modelo. Mas, realmente, a classe, a categoria dos alfaiates está desaparecendo. Não é só do Rio de Janeiro não. É do Brasil inteiro. Demorei muito a encontrar um alfaiate aqui em Brasília, até que encontrei um que conseguiu fazer um terno para mim, com fazenda comprada aqui.

Brasília merece todas as minhas homenagens. Brasília merece todas as minhas homenagens. Brasília merece todos os meus cuidados porque, na época em que foi criada mesmo para funcionar, na época em que os trabalhadores do Brasil inteiro conseguiram dizer “está pronto, Presidente, pode funcionar”, eu fui um dos que estive aqui. Por acaso, era do Ministério da Educação e estive aqui, mas não fiquei por uma série de motivos supervenientes. Então, Brasília – eu tive ocasião já de dizer –, para mim, é a Cidade Ma-

ravilhosa dois, porque a Cidade Maravilhosa um é o Rio de Janeiro.

Sexta-feira é um dia dedicado a se falar para milhões de brasileiros que estão nos ouvindo. Não importa que o plenário esteja mais ou menos cheio. Tivesse só um Senador presidindo e só um Senador na tribuna, nós estaríamos sendo ouvidos por milhões de pessoas lá de cima do Acre até o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo. E eu tenho uma grande satisfação em dizer que, às vezes, recebo pedidos telefônicos de São Paulo, de Minas, de cidades do interior, solicitando livros, solicitando cópias de discurso, solicitando uma série de coisas que interessam ao povo ou que ao povo é dirigido.

Hoje, com a liberdade que nós temos por ser uma sexta-feira tranquila, quero bater bem naquilo que venho defendendo há tempos. Defendo que a cidade do Rio de Janeiro, capital do novo Estado do Rio de Janeiro, tenha um Presidente da República. Até hoje nós não tivemos um Presidente da República, político. Até hoje, as forças partidárias não conseguiram ter para o Brasil um Presidente da República. E eu afirmo isso e trago aqui a relação.

Digo aos Senadores de Alagoas, por exemplo, que seu Estado já teve o Marechal Deodoro e o Marechal Floriano. O Rio Grande do Sul já teve quatro Presidentes. Nem falo só do Rio Grande do Sul, mas vou mais além. Aliás, acho que o Rio Grande do Sul já teve mais. Se incluirmos os generais, o General Médici, o General Costa e Silva, o General Geisel, teve mais. Isso sem falar de Getúlio, por um breve período de tempo, e no Jango. Teve mais, muito mais.

Mas vamos começar pelo começo: Deodoro e Floriano, ambos de Alagoas; Prudente de Moraes, de São Paulo. Com Prudente ocorreu uma coisa interessante, Presidente. Ele foi substituído, esteve doente, teve de ser operado, foi substituído por um vice, que era da Bahia, Manuel Vitorino, que pensou que Prudente talvez não retornasse. Então, reformou todo o Ministério, mudou a sede do governo, que era no Palácio do Itamaraty, na Rua Larga, antiga, comprou o Palácio do Catete do Conde de Nova Friburgo, instalou ali a sede do governo. Mas aí Prudente de Moraes ficou bom, retornou ao governo numa tarde, sem falar com ninguém, assumiu e nunca mais falou com o Vice-Presidente. Vejam só a nossa política, a nossa história, como é rica nesse tipo de detalhes, às vezes passionais.

Em seguida vem Campos Salles, depois Rodrigues Alves, todos os dois de São Paulo. Então, São Paulo tem todos os motivos para ser um dos Estados mais ricos e mais fortes da República, porque, durante

a primeira fase da República, a Presidência foi entregue a três paulistas, que deram o melhor do seu esforço.

Mas aí Minas começa a acordar: “Não, agora é Minas! E vem Affonso Penna. Affonso Penna, imaginem, faleceu no Palácio do Catete, trabalhando, e foi substituído, por algum tempo, pelo Vice-Presidente, que era do antigo Estado do Rio, Nilo Peçanha, que ficou apenas alguns meses lá.

Em seguida, articulado por Pinheiro Machado, que foi um dos grandes Senadores da República, chega ao poder Hermes da Fonseca, que foi Ministro da Guerra de Affonso Penna – tem um bairro inteiro com o seu nome no Rio de Janeiro, o Marechal Hermes. Um dos homens mais discutidos da República, chegou a ser Senador pelo Rio Grande do Sul, mas não tomou posse, não quis tomar posse. Casou-se com uma grande dama na época, filha do Barão de Tefé, que inaugurou um ciclo novo social no Palácio do Catete. Dona do antigo cinema Rian, ela, como caricaturista e artista, assinava Rian. Estou dizendo isso a V. Ex^a, que é do sul, e talvez se interesse por alguns detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas chegou a vez de Minas Gerais, de novo. Minas mais uma vez no governo, com Wenceslau Braz.

Mas vejamos bem. Rui Barbosa resolve disputar a eleição. Ele tinha todo o talento do mundo, mas não tinha os votos, não tinha a estrutura eleitoral necessária para ganhar a eleição. Podia ser o maior sábio, mas não tinha as condições, e é derrotado pelo Wenceslau Braz, de Minas Gerais.

Em seguida, vem Delfim Moreira, que morre muito cedo e não consegue terminar o governo. Era mineiro também. E Delfim Moreira tinha a saúde um pouco precária. Morreu muito cedo, não pôde mostrar a que veio para governar o Brasil. E é realizada uma nova eleição, Presidente, desta feita deixando de lado São Paulo e Minas. E é escolhido o Estado da Paraíba, com Epitácio Pessoa.

Rui Barbosa não se conforma com isso e disputa a eleição contra Epitácio Pessoa, que, por incrível que pareça, vence o pleito estando fora do País, representando o Brasil no Tratado de Versalhes, no final da Primeira Guerra Mundial. É impressionante como era a política antigamente! Não tinha táxi, telex, digitação. Comunicação difícil. Mesmo assim, Epitácio Pessoa venceu a eleição fora do País, e de Rui Barbosa, um dos maiores brasileiros de todos os tempos.

Epitácio era um nacionalista. Homem de muito vigor, não hesitou em fazer uma coisa praticamente impossível na época: colocou, como seu Ministro da Guerra, Calógeras; Pandiá Calógeras, Ministro

da Guerra; e, Ministro da Marinha, Veiga Miranda. Já imaginou, Presidente? Um início do que está sendo feito hoje, em que temos um civil chefiando as Forças Armadas. Olhe só!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O gaúcho Nelson Jobim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É o Nelson Jobim. Só dá gaúcho aqui. Com Epitácio Pessoa, já tínhamos lá o Ministro da Guerra Calógeras, que não hesitou em prender o Marechal Hermes. Não hesitou: “Esteja preso”.

Então, começou uma espécie de ebulição nas Forças Armadas, na política. Surgiu daí o chamado tenentismo, que foi brilhante, e houve o dia 5 de julho, o primeiro, a Revolta dos Dezoitos do Forte de Copacabana. Houve o segundo 5 de julho, em 24, contra São Paulo. Houve os cangaceiros de Lampião, fato que foi importante - comemoramos outro dia aí o Dia da Mulher; eu não pude comparecer, mas a minha intenção era vir aqui para falar sobre as cangaceiras, inclusive Maria Bonita, que foi objeto de tantas pesquisas e ainda hoje é, fez cem anos no Dia Internacional da Mulher. Não pude estar aqui presente, mas usei da palavra ontem ainda.

E, com Epitácio Pessoa, começa uma espécie de guerra contra a classe política, porquanto o sucessor de Epitácio devia ser Arthur Bernardes, um grande nome, um grande nacionalista de Minas Gerais – era o Governador de Minas Gerais.

Surgiram as cartas falsas que eram atribuídas a Bernardes. Essas cartas ofendiam o brio dos militares, que não aceitavam Bernardes de jeito nenhum. O clube militar fez uma série de reuniões para impedir isso, mas as cartas já estavam na mesa, a candidatura dele posta, de Arthur Bernardes, e, com o apoio do Governador de São Paulo, Fernando Prestes, pai de Júlio Prestes, ele afinal, Epitácio, garante a posse de Arthur Bernardes, que foi um grande Presidente: nacionalista, um patriota e que consegue passar o poder ao seu sucessor, dessa vez de São Paulo, Washington Luís.

Quando V. Ex^a for ao Rio, Senador Cristovam Buarque, quando for passear ali na Avenida Atlântica e entrar no Forte de Copacabana, faça uma visitinha lá na sala em que, por vinte e quatro horas, ficou preso Washington Luís. Ele foi deposto, saiu do Palácio Guanabara, foi conduzido até o Forte de Copacabana, lá ficou preso vinte e quatro horas; embarcou no dia seguinte para o exterior e só regressou – veja só isso, como é interessante o detalhe histórico e moral – ao País depois que o chefe da Revolução de 30, Getúlio Vargas, foi deposto, em 1947.

São detalhes que se passaram no Rio de Janeiro. É por isso que, quando eu falo no Rio de Janeiro, o pessoal diz: “Não, ele está falando muito do Rio”. É que o Rio, a História do Brasil foi escrita quase toda ela no Rio de Janeiro. E eu seria um insensato muito grande se não aproveitasse essa fase estrondosa, maravilhosa, brilhante deste Senado Federal, que ultrapassou com tanta classe essas crises políticas todas, representando o Brasil, se eu não pudesse lembrar desses fatos aqui. Porque, de lá, a capital veio para cá. Não fui contra, jamais fui contra isso. Acho que foi o grande passo. Como disse já o Senador Cristovam Buarque, foi uma epopeia. Claro que foi uma epopeia, como tivemos outras epopeias no Brasil.

Mas a verdade é que Bernardes entrega o cargo, Minas entrega o cargo a São Paulo de novo, a Washington Luís. Veja, Presidente, como é interessante isto: estou dizendo que a cidade do Rio de Janeiro nunca teve um Presidente; não posso contar Washington Luís como tendo nascido em Macaé; ele é conhecido como o paulista de Macaé, porque nasceu no antigo Estado do Rio, em Macaé, foi para São Paulo, fez toda a sua vida política lá em São Paulo, foi Prefeito da capital, foi Deputado, foi tudo, Governador, e se elegeu Presidente da República, mas tudo por São Paulo. Ele nasceu em Macaé, mas eu não posso contá-lo como sendo um homem do Estado do Rio de Janeiro. Da mesma maneira, eu não posso contar o atual Presidente da República como tendo sido um homem de Pernambuco. Nasceu em Pernambuco só, mas desde cedo foi para São Paulo. Ele é Presidente de todos brasileiros, mas politicamente ele é muito mais paulista do que pernambucano, não tenho dúvida disso. “Ah, mas o Fernando Henrique nasceu...” Onde? Pode ter nascido no Rio, mas jamais fez política no Rio. A sua vida acadêmica sempre foi em São Paulo, tipicamente. Jango, João Goulart, Getúlio, sempre no Sul.

V. Ex^a, Presidente, vê que não aparece o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, os políticos do Rio de Janeiro, da capital da República. Durante esses anos, não aparece, na Presidência da República, nenhum deles.

E o Ceará, já deu alguém? Sim, já deu, mais ou menos. Eu diria que José Linhares, que presidiu este País durante cinco meses, seis mais ou menos, mas foi do Ceará. Eu diria que Castelo Branco, o General Castelo Branco, foi do Ceará. Viveu no Rio na época do Juracy, de Cordeiro de Farias, dos tenentes, etc., mas era cearense.

E Mato Grosso teve Presidentes, Geraldo Mesquita? Teve? Senador Geraldo Mesquita, teve dois: Eurico Gaspar Dutra e Jânio Quadros. Jânio, embora tenha feito sua carreira política em São Paulo, como

vereador, prefeito, etc., ele, pelo menos de nascimento, foi de Mato Grosso. Eu computo dois Presidentes para Mato Grosso.

O Rio de Janeiro, a cidade, a antiga capital, ainda não tem um Presidente.

Vem Getúlio e depois o Rio Grande do Norte. Por que o Rio Grande do Norte? Porque João Café Filho era rio-grandense-do-norte. Foi Deputado muito tempo pelo Rio Grande do Norte e assume quando ocorre a maior tragédia da República, que foi o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Ele assumiu e foi deposto em 1955, mas são coisas da política.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Concedo um aparte a V. Ex^a, dizendo finalmente que Nereu Ramos, de Santa Catarina, também assumiu para dar posse a Juscelino. Até agora, a cidade do Rio de Janeiro, a capital da República antiga, não aparece na escala dessa sucessão.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Veja como as coisas são: hoje em dia, teríamos uma grande chance de ter um autêntico e legítimo carioca na Presidência da República. Bastaria que nosso Partido – o PMDB – criasse vergonha e indicasse um candidato à Presidência da República, que poderia ser Sérgio Cabral, nosso Governador do Rio, um grande carioca. Então, V. Ex^a não precisaria vir mais à tribuna para dizer que o Rio nunca teve um Presidente da República. Teríamos um autêntico carioca na Presidência da República.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É verdade.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Bastaria que nosso Partido agisse dessa forma.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas o PMDB sempre foi, desde que me conheço, um Partido muito contraditório. Recentemente – lá se vão alguns anos –, lançou um grande Presidente, que era Ulysses Guimarães; e foi aquilo que se viu. Lançou Orestes Quécia, e foi aquilo que se viu. Ele é muito grande, mas falta alguma coisa além dessa grandeza, que é aquele sentido doutrinário de união, que vem ao encontro exatamente do que V. Ex^a acaba de dizer. Se ele tivesse sido candidato na conjuntura – o assunto é muito delicado –, na minha opinião, ele teria grande chance de vencer uma eleição presidencial nas atuais circunstâncias, sem dúvida alguma. Mas quem sabe? Ele é tão moço ainda! Já estou dobrando aquele cabo da boa esperança, do qual V. Ex^a está tão longe. Sér-

gio Cabral e Paim também estão tão longe dele! Mas quem sabe isso ainda pode acontecer.

Tem de acontecer. Não é possível que o Rio de Janeiro, com sua história, sua tradição e seu passado, não tenha tido ainda um Presidente da República. Da mesma maneira, o Paraná ainda não teve, porque é uma injustiça muito grande. Essa é uma injustiça enorme, porque o Paraná é um Estado tão limpo e puro. A gente chega a Curitiba e tem uma impressão tão maravilhosa de solidez e limpeza. E não houve ainda. Quem sabe, não é? A gente torce por isso.

Nada contra Minas, São Paulo, Rio Grande ou o Nordeste. Pelo contrário, nada contra ninguém. Mas o Paraná e o Rio são dois Estados com muita afinidade e que não tiveram ainda a chance de ter um Presidente da República. A verdade é essa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a faz uma homenagem ao Paraná e eu quero agradecer, como representante daquele Estado. E tem razão V. Ex^a. Isso é consequência de um conjunto de fatores. Certamente, o núcleo central da mídia nacional se localiza ou em São Paulo ou no Rio de Janeiro. E, apesar disso, V. Ex^a destaca bem, o Rio de Janeiro também não tem tido esse privilégio de governar o País. O Paraná tem uma desvantagem ainda maior. Fica muito próximo de São Paulo. Certa vez, o saudoso Deputado Álvaro Valle me disse isso. Ele estava fazendo essa análise que V. Ex^a está fazendo: porque o Paraná não tinha aberto espaço nacional para uma liderança própria que pudesse chegar à Presidência da República. E a conclusão dele: o Paraná está escondido atrás de São Paulo, está muito próximo de São Paulo. A grandiosidade de São Paulo contém os avanços paranaenses. Essa foi a análise do saudoso Deputado Álvaro Valle, que o pronunciamento de V. Ex^a me faz lembrar agora. Portanto, quando se faz uma pesquisa de opinião pública e se elencam os nomes dos presidenciáveis, por exemplo, é natural que aqueles nomes oriundos de grandes unidades da Federação acabem tendo vantagem. É óbvio. São Paulo e Minas Gerais são os grandes núcleos de eleitores do País. Então, obviamente acabam levando vantagem em relação aos outros. Esse é um outro fato que acaba contribuindo. Enfim, são muitos os fatores, é um conjunto de fatores que acaba fazendo com que os grandes Estados tenham essa vantagem em relação à disputa presidencial, com algumas exceções. Alagoas já chegou à Presidência da República, um pequeno Estado. Mas V. Ex^a tem razão na análise que faz, e temos que refletir um pouco sobre isso. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – A redivisão territorial do País foi uma oportunidade muito grande que o movimento de 1964 perdeu. Naquela ocasião, podia-se fazer tudo. Era hora de criar mais um Estado dentro de Minas Gerais, fundir dois. Era a hora. Podia-se fazer tudo ali, inclusive a redivisão territorial. Saber se Minas Gerais tinha ou tem interesse ainda em que seja aberto um caminho para o mar, como foi feito com o Piauí. O Piauí não tinha caminho para o mar e houve uma troca de Municípios entre o Ceará e o Piauí, que ficou com um caminho de 65 km de litoral que não tinha.

Então, Presidente, o Rio sempre foi muito acolhedor por isso; é uma terra acolhedora. E tornou-se mais ainda com Juscelino, mineiro que vivia no Rio, logo depois da sucessão de Carlos Luz e de Nereu Ramos, por Santa Catarina.

Já falei em Mato Grosso, Jânio Quadros, mas ele, em São Paulo, ocupava eventualmente a Presidência; João Goulart, no regime parlamentarista... Que não deu certo, Presidente, porque não pode dar certo regime parlamentarista aqui, num País como o nosso; por mais tentativas que seu correligionário e conterrâneo Raul Pila tivesse feito, não dava certo o parlamentarismo aqui no Brasil. Mas o Rio, acolhedor como sempre... Vou mudar completamente de assunto agora, se me permitirem os Senadores Alvaro Dias, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque e Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Paulo Duque, pela audiência da TV Senado...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Claro, pela audiência da TV Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alguém me socorreu agora aqui. O Paulo André, lá de São Gabriel, disse: “Ó Paulo Paim, assistir TV Senado é conhecimento, é cultura. Então, diga aí que foram seis gaúchos: Hermes da Fonseca, nascido em São Gabriel; Getúlio Vargas, nascido em São Borja; João Goulart, nascido em São Borja; Arthur da Costa e Silva, em Taquari; Emilio Médici, em Bagé; e Ernesto Geisel, em Bento Gonçalves.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tinha razão: seis gaúchos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Seis gaúchos, gaúchos mesmo, para valer! Agora, políticos mesmo, João Goulart, Getúlio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hermes da Fonseca.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E Hermes, que, embora, gaúcho, foi mais pelo Exército naquela época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nascido em São Gabriel.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E ele foi eleito depois que Pinheiro Machado foi assassinado, ele foi eleito Senador e não quis tomar posse. Viu que tinha acabado a carreira política dele; militar, não quis tomar posse.

Mas eu queria falar hoje de um gaúcho, que tem completa admiração minha, completa, que é Pinheiro Machado.

Ele era um homem de grande coragem pessoal. Essa coragem nasceu, talvez, ainda na adolescência, na Guerra do Paraguai. Jovem ainda, tinha 16 anos, fez questão de, em 1865/1870, ir para a Guerra do Paraguai. Ele não era obrigado a ir, não foi chamado, mas era um homem que nasceu valente. Foi um homem que fez uma carreira política muito interessante, esteve na Faculdade de Direito de São Paulo, formou-se, elegeu-se Senador pelo Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há uma cidade com o nome dele, Pinheiro Machado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E mais: ele, em pouco tempo, conseguiu dominar o Senado – dominar o Senado no bom sentido: tinha influência na escolha dos candidatos. É que havia uma aberração naquela época: uma comissão especial do Congresso é que tinha de reconhecer quem podia ou não tomar posse, quem tinha ou não sido eleito, a tal Comissão de Reconhecimento tinha o poder de vetar candidaturas vitoriosas – aquilo era uma excrescência da Primeira República.

Pinheiro Machado era, antes de tudo, um homem valente, mas a paixão e a emoção é que fizeram com que a legislação penal do Brasil e do mundo inteiro tivesse a figura da calúnia, da infâmia e da difamação. E a calúnia, a infâmia e a difamação são figuras que, às vezes, obrigam o homem a sair de sua conduta normal e ir para o desforço pessoal. Isso ocorre na política, na literatura, em toda parte onde há contradições e contraditórios.

Havia um grande jornal no Rio de Janeiro...

Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que até já ultrapassei o meu tempo. V. Ex^a vai ser o juiz disso, porque eu não quero prejudicar nenhum dos outros oradores aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a pode concluir o seu discurso.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Posso concluir? Então, vou concluir com Pinheiro Machado.

Eu diria a V. Ex^a, Presidente José Sarney, que Edmundo Bittencourt, que V. Ex^a talvez tenha conhecido, fundou um grande jornal no Rio de Janeiro, o *Correio*

da Manhã – infelizmente, já desapareceu esse jornal. E por vários motivos que aqui não convém lembrar, nem interessam, ele iniciou uma guerra jornalística contra o Senador Pinheiro Machado, que era, praticamente, o chefe da política nacional à época.

De tal maneira e de tal forma eram os ataques diários desse jornal que Pinheiro Machado lançou-lhe um desafio: um duelo. Edmundo Bittencourt, dono do jornal, falou: “Bom, não há outra solução a não ser fazer um duelo com ele, já que ele não quer usar o bom senso, a justiça, os jornais, eu vou duelar com ele”. Pegou duas testemunhas: Marechal Hermes, que à época não era marechal, e o Deputado ou Senador Ramiro Barcelos, do Rio Grande do Sul. Pegou-os como padrinhos e foram ao jornal *Correio da Manhã*. Lá disseram: “Olha, estamos aqui na qualidade de padrinhos do Senador Pinheiro Machado para desafiar o senhor para um duelo”.

O Rio, naquela ocasião, era uma cidade muito pequena – estou falando de 1906. A Zona Sul era um areal inteiro com muitas pitangueiras, não tinha ninguém, não tinha casa. E o Senador manda o desafio – imaginem se eu fosse fazer isso com os jornais que andaram falando do Paulo Duque agora!

Mas o Edmundo Bittencourt era um sujeito, gaúcho também, corajoso. Ele não hesitou e disse: “Eu aceito”.

Os candidatos ao duelo não se falavam, só se falavam por meio de seus padrinhos. Edmundo Bittencourt escolheu para serem seus padrinhos Vicente Piragibe, um criminalista, e Osmundo Pimentel, que era redator-chefe do jornal naquela ocasião. “Os senhores podem começar a estabelecer as regras do duelo”. E estabeleceram.

Havia uma solenidade, lavrava-se uma ata, escolhiam-se as armas, estabeleciam-se as regras – regras que eram tão interessantes que vou lê-las. Eram apenas oito regras. Antes do desfecho, do final – estou querendo fazer um suspense. Vou ler para que os senhores saibam como é que foi o negócio.

Aos 22 dias do mês de maio de 1906, em uma das salas do Senado [foi no Senado que se lavrou esta Ata] compareceram as testemunhas representantes do Dr. Edmundo Bittencourt e do Senador José Gomes Pinheiro Machado, e com autorização de seus constituintes [os dois que constituíram], sob suas palavras de honra [estava em jogo a honra ali] sob suas palavras de honra, estabelecem as seguintes condições para o encontro que entre os dois cavalheiros acima citados, tem de realizar-se:

1ª) O duelo será a pistola. [viu, Geraldo Mesquita? O duelo será a pistola.]

2ª) A distância que deve mediar entre os dois contendores será de dez passos. [É para valer mesmo. Dez passos. É daqui para ali. Para valer.]

3ª) Os dois adversários, cada um em seu respectivo lugar, se postarão de costas voltadas[um de costas para o outro] e, à voz de comando, voltar-se-ão um para o outro imediatamente, não sendo permitida a visada demorada de pontaria. [Tem que apontar e “pumba.”]

4ª) As duas pistolas serão iguais em tamanho e calibre, sendo distribuídas à sorte entre os dois contendores. [Quem vai ficar de um lado e do outro.]

5ª) O lugar do encontro será na praia de Ipanema. [Em Ipanema, naquela época, 1906, só tinha montanhas e montanhas de areia.]

6ª) A hora do encontro será amanhã, 23 de maio, às oito e meia da manhã. [Isso era para não haver ninguém lá; não haveria imprensa lá, não haveria nada].

7ª) A testemunha que tem de dar a voz de comando será tirada à sorte.[Quem vai mandar contar: um, dois, três.]

8ª) A voz de comando será a seguinte, pronunciada alta e inteligivelmente: um – dois – três.

9ª) À voz – três – os adversários cumprirão o seu dever, segundo a cláusula 3ª [que é exatamente aquela em que poderia dar o tiro].

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1906 (aa) Ramiro Barcelos [gaúcho], Hermes da Fonseca [gaúcho], Vicente Piragibe [carioca], Osmundo Pimentel [não sei de onde ele era, só sei que foi jornalista].

Na manhã do dia aprazado [no dia seguinte], medem armas os contendores, seguindo à risca o que fora combinado (...)

E o que aconteceu no duelo? Existe uma ata das testemunhas, uma ata sobre o duelo, sobre o que aconteceu. Para não ter de ler a ata toda, eu vou dizer o que aconteceu.

Quando o Ramiro Barcelos, que era uma das testemunhas sorteadas contou “um, dois, três”, eles se voltaram. O Edmundo Bittencourt, um pouco nervoso, foi o primeiro a atirar, mas errou o tiro. E o que fez o Pinheiro Machado? Por isso é que ele merece ter uma rua, como tem hoje, lá na minha cidade, com o nome dele. O que fez o Pinheiro Machado? Atirou

para o alto. Olhem que *gentleman!* Atirou para o alto. Aí as testemunhas: “Escuta, vocês querem terminar o duelo aqui? Querem acabar?” O Edmundo falou: “Não – ele era valente, o Edmundo era valente –, eu quero continuar. Vamos ver o que houve”. Examinaram; não estava bem travada a pistola dele e, por isso, não disparou. Aí, substituíram as balas. Recomeçou o duelo. O Edmundo deu o primeiro tiro, como sempre, afobado. De novo ele erra. Dessa vez ele errou. Da primeira vez, a pistola dele enguiçou; da segunda vez, errou. Aí, Pinheiro Machado o acertou como se fosse na nádega, mas pela frente, mas pela frente, entendeu? Na fossa ilíaca. Poderia tê-lo liquidado na hora, mas, mais uma vez, deu uma prova do cavalheirismo gaúcho – posso chamar assim: cavalheirismo gaúcho? – e acertou a fossa ilíaca. Aí veio o médico etc. Foram embora.

Então, estavam ali em defesa da honra, cada qual achando que tinha mais direito do que o outro de sobrepujar o outro, de pisar no outro. Não ocorre mais assim hoje. Acabou essa forma, muito embora houvesse outros e outros e outros duelos, que serão objeto de outras e outras e outras sextas-feiras, porque só mesmo na sexta-feira é que podemos falar de um assunto dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção dispensada às minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito bem. V. Exª trata de uma das figuras importantes da História do Brasil e que foi um dos consolidadores da República, pela qual ele tinha verdadeira obstinação e desejo de que a República jamais corresse perigo. Foi ele que, dentro do Senado, presidiu a famosa comissão da degola, pela qual só podiam entrar Deputados e Senadores que fossem favoráveis à República.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É verdade. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Pedro Simon teve a oportunidade de fazer uma coletânea sobre Pinheiro Machado também, aqui no Senado, e V. Exª agora recorda uma das figuras mais importantes que passaram pelo Senado Federal.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – E, Presidente, se me permite, para terminar mesmo, para concluir mesmo, em 1915 ele foi assassinado ali perto de onde morava, no Hotel dos Estrangeiros, na Praça José de Alencar, tristemente assassinado. Mas em outra sexta-feira nós falaremos sobre isso.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Srs. Senadores, neste momento, nós estamos tendo a satisfação de ter a inauguração da Rádio Senado em Fortaleza, no Estado do Ceará. Está presente em Fortaleza o 1º Secretário do Senado, Heráclito Fortes, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Inácio Arruda e também o Governador do Estado do Ceará, além do Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Ubiratan Aguiar.

O Senador Heráclito Fortes está representando a Mesa do Senado na inauguração da Rádio, na qual ele teve uma participação decisiva como 1º Secretário, com a posição que vem tendo de grande eficiência à frente da 1ª Secretaria do Senado.

Essa cerimônia está acontecendo na Televisão Educativa do Governo do Estado. A TV Ceará já abriga, desde 2007, os transmissores da TV Senado em sinal aberto, em UHF. A partir de agora, de lá também, será transmitido o sinal da rádio para a capital cearense.

A Rádio Senado FM, em Fortaleza, poderá ser sintonizada na frequência de 103.3. A transmissão começa em caráter experimental, mas o cidadão de Fortaleza poderá acompanhar, durante 24 horas, a mesma programação da Rádio Senado FM transmitida em Brasília, Natal e Cuiabá. Além das três capitais, a Rádio Senado deve ser instalada ainda este ano em Rio Branco, no Acre, e o projeto de expansão inclui levar a emissora a todas as capitais do Brasil.

A Rádio Senado, ao lado da TV Senado e dos demais veículos de divulgação do sistema de comunicação do Senado, tem sido importante meio de aproximação do cidadão com o Senado e com os Senadores, poderosos instrumentos de fortalecimento do Poder Legislativo e da própria democracia.

Por isso, esta Presidência só tem a saudar mais esta iniciativa da Secretaria de Comunicação em favor do Senado Federal e da cidadania. E quero agradecer a presença das autoridades que estão prestigiando a Rádio Senado que, neste momento, se inaugura em Fortaleza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero aproveitar o ensejo, Sr. Presidente José Sarney, para cumprimentar o 1º Secretário, Heráclito Fortes, pela iniciativa e por essa inauguração. É importante que a população possa acompanhar cada vez mais, e mais de perto, as ações aqui desenvolvidas no Senado Federal.

E aproveito o ensejo para fazer um apelo a V. Exª: para que o Sul do País também seja contemplado. O

Senador Paulo Paim, ao seu lado, está concordando conosco.

O sinal de TV aberta, por exemplo, não chegou ao Sul do Brasil. Se Curitiba pudesse ter esse privilégio de ser pioneira no sul com a instalação desse sinal, com a possibilidade de toda a população de Curitiba e do Paraná acompanharem os trabalhos do Senado Federal, nós agradeceríamos. É importante que isso se faça, o Sul do País está aguardando já há um bom tempo. Nós sabemos que a prioridade foi o Norte e o Nordeste. Nós estamos na expectativa de que providências sejam adotadas agora por V. Exª, a fim de que possamos ter também no Sul, além da Rádio Senado, a TV Senado com sinal aberto para que toda a população possa acompanhar aqui os trabalhos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nós estamos tentando compatibilizar o nosso orçamento de modo a que o plano de expansão da televisão do Senado em sinal aberto nas outras capitais do País seja retomado. Estamos em contato com o Presidente da Câmara dos Deputados para ver se ele, em cooperação com o Senado, abrigaria o sinal da nossa televisão aberta para a cidade de São Paulo já no próximo mês. Em seguida, evidentemente, o plano de expansão está sendo feito sob o comando do Dr. Fernando César. Todos sabem aqui o que ele tem produzido e feito em favor do sistema de comunicação da nossa Casa.

Muito obrigado.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que usará o tempo que for necessário para o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre amigo, Senador Paulo Paim, Srs. Parlamentares presentes, assumo hoje a tribuna para escancorar o meu apreço, a minha admiração e o meu compromisso com Brasília; e darei as razões do porquê falo isso.

Antes, ressaltar que, nesta semana, exatamente no dia 8, comemorou-se o Dia Internacional da Mulher e, aqui no Senado, houve uma sessão especial de homenagem às mulheres. Infelizmente, não pude me fazer presente porque cumpria uma agenda oficial. Estava participando da reunião do Parlamento do Mercosul em Montevidéu e não me fiz presente por essa razão. Mas acho que nunca é tarde para homenagearmos as

mulheres. E queria fazê-lo em nome de uma acreana, uma acreana brava e valente, uma mulher simples do povo: Dercy Teles, atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Eu queria homenagear todas as mulheres do meu País na pessoa de Dercy Teles e o faço lendo uma crônica escrita em torno da figura dela por um assessor de imprensa meu, Stelio. Essa crônica abre uma grande entrevista feita com Dercy, que será publicada brevemente no segundo volume de uma obra nossa do gabinete, “Brava gente acreana”. É um compêndio, Senador Paulo Paim, que traz o depoimento e a entrevista de pessoas de todos os cantos do meu Estado, que têm uma referência e uma história no Estado. O conjunto dessas entrevistas forma um mosaico da história acreana.

Já tivemos a primeira publicação *Brava gente acreana*, e estamos, em pouco tempo, oferecendo ao povo acreano o *Brava gente acreana II*. Essa obra trará uma entrevista – longa inclusive – com Dercy Teles. Como eu disse, capeando essa entrevista, Stelio fez uma crônica muito bonita em torno da pessoa e da figura de Dercy Teles, que vou me permitir rapidamente ler. Ele chama Dercy de “a dama da roça”:

“Ela não é a primeira mulher na trincheira sindical acreana, não é a primeira negra a lutar pelos direitos dos trabalhadores e muito menos não é a primeira sindicalista a colocar a cabeça a prêmio, quando os que estão no poder apostam na venialidade humana. Mas Dercy, sem dúvida, é a primeira mulher, a primeira negra e a primeira sindicalista a dizer não a antigos companheiros que venderam a alma ao diabo.

E também é a primeira a resistir, na pacata Xapuri, aos broncos que fizeram da luta alheia sua bandeira de hipocrisia. E o mais bonito, ela diz não sem perder a ternura jamais. Também pudera, Dercy aprendeu a lutar rezando o catecismo de uma certa teologia, que até para os papas, ainda hoje, é pura subversão, coisa de quem não enxerga a bondade dos governantes, parceiros dos poderosos e tão zelosos para com os donatários de Deus, os donos da igreja aqui na terra, que influenciam até mesmo os sem-terra nenhuma.

Durante toda a sua vida, esse misto de mel e fel morou em apenas duas colocações, ambas no mesmo seringal, o Boa Vista, e por ter vista boa foi de onde percebeu a exploração do homem pelo homem e se indignou com a miséria feita moeda de troca entre governos e

fazendeiros, e mais ainda com a hedionda pequenez dos grandes, mais hediondos ainda.

Por isso, movida por sede de justiça e pelo sonho de cidadania para os seringueiros, ela se juntou a Chicos e Raimundos, a Marias e Bernadetes, a Josés e Joãos, a Pedrinhas e Conceições e Wilsons e Damiãos e a tantos e tantos outros companheiros e companheiras para empates e desempates da luta dos trabalhadores.

Muitos desses irmãos e irmãs padeceram na luta; outros e outras soterraram seus sonhos nos porões do poder. Mas Dercy, a Dercy não; ela continua dizendo “não”, docemente dizendo “não”.

É que a dama da roça não se ilude: nem só de feijão e arroz se faz um cidadão. E quem disposto a também dizer ela lhe estende a mão.

Portanto, a nossa homenagem, Senador Paim, às mulheres brasileiras, às bravas mulheres brasileiras, na figura de Dercy Teles, que V. Ex^a, tenho a certeza absoluta, gostaria muito de conhecer. Espero um dia apresentá-la a V. Ex^a, porque se trata de uma mulher de fibra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão, Senador Geraldo Mesquita Júnior, de ter essa oportunidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Como V. Ex^a foi, ela é uma dirigente sindical, e continuará sendo por muito tempo, uma pessoa equilibrada, uma pessoa que conhece a realidade do povo acreano, principalmente daqueles que vivem na mata, na roça, no campo, o sofrido trabalhador rural acreano.

Portanto, a minha homenagem aqui à mulher brasileira na pessoa da líder sindical Dercy Teles.

Como disse no início da minha fala, quero, hoje, aqui, também escancarar, Senador Pedro Simon, o meu apreço, a minha admiração e o meu compromisso com Brasília.

O meu amor e o meu compromisso com o Acre não estão em questão aqui. Nenhum acreano, nenhuma acreana deverá sentir uma pitada de ciúmes pelo que estou dizendo. Meu amor pelo Acre e pelos acreanos chega a ser físico, está aqui no coração. É uma coisa que só desaparecerá quando eu morrer. Mas, olhe, Brasília está vivendo um drama, e eu não vou me esconder detrás desse drama para me omitir, em relação aos seus 50 anos, Senador Pedro Simon.

Brasília acolhe e acolheu tanta gente nesses 50 anos, e principalmente os Poderes da República. O Congresso Nacional tem, no mínimo, um pleito de gra-

tidão com Brasília, porque aqui nos acomodamos, aqui trabalhamos anos e anos e precisamos separar o joio do trigo. Não é o drama que Brasília está vivendo que vai nos fazer com que, pelo menos individualmente, a gente festeje, Senador Paim. Eu quero festejar. Eu estou incomodado. Eu estou incomodado!

Eu vou lhe dizer uma coisa, Senador Paim: a primeira vez que cheguei aqui foi em 1961. Eu vim estudar. A minha mãe, de forma iluminada, percebeu que, moleque, lá em Rio Branco, a cidade era nossa, e que a gente queria mais era brincar e se divertir, ela achou por bem dar um prumo em minha vida, porque a tentação da brincadeira, do corre-corre com os colegas e com as colegas era muito grande. E vim para Brasília morar com o meu padrinho de batismo e minha madrinha de batismo, José Meira e Assunção. Ele, bancário, do Banco do Brasil, uma pessoa boníssima, mas séria, rigorosa, digamos assim, e me colocou no prumo. Fui estudar no Caseb, uma escola pública daqui. Fiz o ginásio. Em seguida, fui estudar no Centro Integrado de Ensino Médio da Universidade de Brasília, Senador Paim. Foi uma experiência pioneira aqui em Brasília de uma escola de Ensino Médio, e que funcionava no *campus* da Universidade de Brasília. Fiz o científico ali. Participei de tudo aquilo, inclusive do movimento estudantil.

Meu pai, em 1962, elegeu-se Deputado Federal e, no início de 1963, estava aqui. Eu vim antes dele inclusive. Foi um momento, ao mesmo tempo, muito bonito, grandioso, mas muito complicado aqui em Brasília. Em seguida, entrei na UnB. Todo aquele drama que os estudantes brasileiros viveram, nós vivemos aqui também: invasões da universidade pela polícia, morte de estudantes, prisão de estudantes. Todos devem lembrar do famigerado Decreto nº 477. Era o AI-5 dos estudantes. Fui na primeira leva. Logo da sua edição, a primeira leva de 30, 40 estudantes, eu lá estava como expulso da Universidade de Brasília, pelo Decreto nº 477.

Brasília acolhedora, Brasília amiga, Brasília solidária, Senador Paim, Brasília gostosa, Brasília gostosa.

Brasília, como disse, com tanta generosidade nos recebe aqui, com tanta generosidade.

Falava há pouco com o Presidente Sarney e senti da parte dele também a necessidade de, independentemente do que acontece na esfera de Poder de Brasília, de o Senado render a sua homenagem a Brasília. Senti isso no Senador Sarney. Vou conversar mais ainda com ele, com os senhores, com o cerimonial desta Casa, porque não podemos passar em branco, Senador Paim. Todos nós temos o dever de prestar uma homenagem a Brasília nos seus 50 anos, por mais singela, por mais simples que ela seja. Uma

exposição aqui no Salão Negro, por exemplo. Tem gente, Senador Paim, que fez arte, que fez cultura em Brasília, iniciou-se aqui, ganhou o mundo, e que nos cobra, nos cobra: o que vamos fazer? Eles querem participar, querem extravasar o amor que têm por Brasília também. Acho que o Senado pode cumprir um papel importantíssimo nisso.

Ontem, colhi uma expressão usada pelo Senador Cristovam, que achei fantástica: “Até um enfermo comemora o seu aniversário”. Brasília está enferma? Está. Agora, vamos nos omitir, vamos nos esconder em algum biombo, com vergonha do que está acontecendo em Brasília, e nos omitir de festejar os 50 anos de uma cidade que acolhe os Poderes da República? Uma cidade que acolheu gente de todo este Brasil? Uma cidade que, aos trancos e barrancos, se constituiu no lugar de todos os brasileiros? É a nossa Capital, Senador Buarque!

Eu não vou me esconder atrás da hipocrisia para negar o meu direito de festejar 50 anos de Brasília.

Todos nós temos o nosso compromisso com os nossos Estados que aqui representamos. Mas Brasília é a síntese do Brasil, é a síntese do povo brasileiro. E para aqueles que passaram alguns anos, muitos anos aqui nesta Capital esse compromisso é mais acentuado.

Senador Paim, tem gente se mexendo para todo lado, alguns até de forma desarticulada, porque rompeu-se, assim, a cadeia de articulação dos festejos de Brasília. Mas têm iniciativas para todo lado, Senador Buarque. Eu acho que o Senado precisa prestar uma homenagem a Brasília de alguma forma. De alguma forma precisamos trazer essa juventude, esse pessoal que se iniciou aqui em Brasília, fazendo arte, fazendo cinema, fazendo música. É gente que não acaba mais! Esse pessoal está ansioso por uma instituição, Senador Buarque, que possa canalizar toda essa admiração que eles têm por Brasília. Veja, quando eu falo de iniciativas que estão ocorrendo nesta cidade que é nossa, o Jardim Botânico de Brasília achou uma forma inteligente de festejar Brasília, Senador Paim, de forma diferente, trazendo a solidariedade ao povo do Haiti. O Jardim Botânico, no próximo dia 17, patrocinará um grande *show* no Teatro Nacional, na sala Villa Lobos, Senador Buarque, de tanta história nesta cidade. O nome do *show*: Fraternidade ao Haiti. Você compra o ingresso, e o valor desse ingresso será canalizado para alguma ação de solidariedade ao povo do Haiti. Olhe que coisa inteligente! Por ocasião desse grande encontro, será lançado o I Fórum de Biodiversidade das Américas.

Lá, no nosso Parlamento do Mercosul, nós temos um projeto aprovado que prevê a realização de

um grande seminário internacional, reunindo os jardins botânicos dos países que fazem parte do Mercosul e associados, para um grande encontro aqui em Brasília, em que se vai discutir biodiversidade, o papel dos jardins botânicos, a necessidade de eles passarem de algo estático, ambiente em que as pessoas vão contemplar, para algo positivo, concreto, de educação ambiental. Jardim botânico precisa cumprir um papel mais proativo.

Esse fórum, esse grande seminário que deverá ocorrer com a participação dos jardins botânicos representantes dessas entidades nos países latino-americanos que fazem parte do Mercosul e daqueles que são associados será coordenado pelo Jardim Botânico de Brasília. Está aqui a forma que o Jardim Botânico encontrou, uma delas: fazer um grande *show*, festejar Brasília, mas com foco na solidariedade ao povo do Haiti e também na necessidade de discutirmos, por ocasião do Fórum da Biodiversidade das Américas, o nosso papel, o que queremos, para onde vai o mundo, onde a gente insere a questão ambiental.

Não vou me estender, Senador Paim. Fiquei muito feliz com a conversa que tive, há pouco, aqui, com o Presidente Sarney. Vou, em seguida, procurar o pessoal do cerimonial do Senado. Vamos trazer gente para conversar, gente que tem ideias, gente que tem inteligência nesta Capital, que possa nos dizer que papel o Senado deverá cumprir por ocasião desses festejos.

Senador Buarque, concedo, com muito prazer, a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Geraldo Mesquita, fico feliz de escutar suas palavras porque neste momento em que, de fato, Brasília, por culpa de nossos governantes e de todos nós, de uma maneira direta ou indireta, vive essa situação, criou-se um sentimento geral de tratar Brasília como se fosse algo desprezível do ponto de vista político, misturando, como uma coisa só, governo e povo, atividade administrativa e gente. O seu discurso resgata a ideia de que existe uma Brasília que vai além da Capital, uma Brasília de seus moradores, de dois milhões de habitantes, uma parte apenas deles voltada para a atividade federal, e ao mesmo tempo resgata a epopeia de um povo brasileiro que fez o que ninguém imaginava que era possível: uma Capital onde não havia nada e a mais de mil quilômetros de distância dos grandes centros. Então, o senhor resgata isso e me deixa muito feliz. Eu aproveito para lembrar que a doença de um Estado não é só a doença de ter o Governador preso. Existe essa doença que vem da corrupção no comportamento de políticos, mas tem uma doença na corrupção das prioridades sociais. Ninguém vê como corrupção, ninguém vê como doença um Estado onde

as crianças estão fora da escola. É doença! Doença não é só o que vive hoje Brasília do ponto de vista da política. Doença é o que vivem muitos Estados do ponto de vista da sociedade. Estado em guerra civil não é uma doença? Então, o Estado onde político rouba, ele deve ser punido, como todos estamos de acordo. Agora, um Estado onde o político usa o dinheiro, sem roubar, a serviço de obras suntuosas, desnecessárias, abandonando o povo lá na ponta, na educação, na saúde, na segurança, isso não é corrupção nem é doença? É doença também! Cada vez que a gente vê na televisão, Senador Paim, fila de pessoas para serem atendidas, isso não é doença do Estado por conta do sistema de saúde abandonado que a gente vê? Nós, os Estados, estamos doentes. Alguns doentes socialmente, alguns doentes eticamente. Brasília está doente sobretudo eticamente, e a gente reconhece, e a gente assume, e a gente quer encontrar um rumo diferente e servir de exemplo ao Brasil inteiro, mostrando que é possível ter uma estrutura governamental, estadual, onde não haja possibilidade de roubar, porque não adianta dizer que vai escolher governador honesto, porque ele pode ficar ladrão no meio do mandato dele. A gente tem que ter um sistema administrativo em que até um ladrão eleito não consiga roubar, que ele prefira continuar assaltante na rua do que ser governador porque, como governador, o Estado vai estar mais protegido do que as casas são protegidas. Então, eu fico feliz quando o senhor traz este lado de que doente também comemora aniversário. Todas as outras cidades do Brasil, mesmo aquelas que estão doentes pelo abandono da educação, doentes pelo abandono da saúde, doentes pelo abandono da segurança, doentes pelo abandono do crescimento econômico, todas elas têm direito de comemorar seus aniversários. E vamos aproveitar o momento para refletir sobre os erros cometidos e tentar encontrar um novo rumo. Finalmente, eu fico satisfeito também quando o senhor fala, lembrando que esta cidade, hoje, é um polo importante de atividade cultural. Daqui saíram quase todos os grandes grupos de *rock* do Brasil. Esse é um polo importante em todas as artes, é um polo na produção de bens de alta tecnologia, é um polo no atendimento de saúde de alta sofisticação tecnológica em alguns hospitais. Esse é um centro já – começa a ser – de indústria, de comércio e até de agricultura, neste minúsculo território que nós temos. Então, nós somos muito mais do que aquilo que está aparecendo. Quase metade da população já nasceu no Distrito Federal. Vamos caçar os direitos eleitorais dessas pessoas porque um ou dois mesmo, ou mais governos, foram coniventes com o desvio de dinheiro? Não podemos. Vamos condenar à morte a Brasília doente, enquanto fechamos os olhos para a doença

dos outros? O Estado do Acre, há algum tempo, tinha Deputado que esquartejava gente. O Acre se juntou e deu a volta por cima nisso. O Espírito Santo, até há pouco tempo, era comandado pela máfia. Todos sabiam. Um Governador chegou e acabou com isso, conseguiu resolver esses problemas. Nós podemos também aqui, o povo de Brasília, sem necessidade de intervenção, resolver esse assunto. Nós precisamos de tempo, precisamos de compreensão. Agora, vamos comemorar esses 50 anos sim, como o senhor defende, até porque é uma homenagem aos brasileiros, e não aos brasilienses. Esses 50 anos foram viáveis, foram possíveis por causa dos brasileiros que vieram de todo o País para construir esta cidade. Essa cidade não foi construída, num primeiro momento, por nós, brasilienses, foi construída pelos que vieram de fora. Eu próprio não nasci aqui. É uma homenagem ao Brasil comemorar os 50 anos de Brasília. E aí, sim, aproveitar esse momento para refletir e para ouvir cobranças do resto do Brasil. Olha, vocês precisam ser mais cuidadosos, tanto na escolha como na fiscalização dos políticos. Venham cobrar de nós, para que sejamos mais cuidadosos na hora de escolher os governantes e mais fiscalizadores no momento de observar como eles estão agindo. Então, felizmente um Senador vem aqui e se manifesta entendendo a crise, não fechando os olhos pra crise, não querendo esconder o que está de errado do Governador e de nós todos, habitantes daqui, que de alguma maneira temos responsabilidade com tudo isso, embora todos me digam que não temos. Temos, indiretamente. Até os que são contra esse Governo têm, porque não conseguiram ganhar contra ele. Quando a gente perde uma eleição nós somos culpados também. E eu já perdi uma. E não jogo a culpa em quem venceu pra mim. Fui incapaz de ganhar aquela reeleição de 1998. A culpa é minha de perder. Não só minha, dele também, pelos instrumentos que usou. E minha, porque não fui capaz de enfrentar competentemente aquilo e ter os votos necessários. Então, o senhor traz isso sem nenhum alisamento, sem passar a mão na cabeça de Brasília, mas também sem esquecer que essa cidade é uma conquista, é uma vitória, é uma obra do povo brasileiro e por isso deve ser comemorada no seu cinquentenário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Buarque. Eu substituiria toda a minha fala pelo seu aparte, porque é mais denso, mais enriquecedor e explicita melhor aquilo a que eu me propunha fazer aqui.

Que há uma crise, há! Ninguém pode fechar os olhos para ela. Como dizia já um grande filósofo, a crise é a parteira da história, Senador Buarque. Melhor que ela não exista, mas se existir ela pode produzir algo

bom lá na frente. E é isso que nós devemos perseguir, é isso que nós devemos procurar: tirar proveito dessa crise para melhorar ainda mais Brasília, as suas instituições. Agora, não podemos fingir que estamos envergonhados – estamos envergonhados, não precisa fingir, nós estamos envergonhados. Agora, não é essa vergonha, não é essa decepção que vai nos afastar do compromisso de festejar Brasília. Fico muito feliz e, claro, nem poderia ser diferente.

A sua postura de Senador por Brasília, de homem comprometido com Brasília, com a UnB, com a cultura, com a educação, não poderia ser diferente a sua postura e jamais esperei que algo diferente viesse de sua parte. Eu quero ser é seu aliado, para que a gente possa vislumbrar a forma de... Eu acho de fundamental importância, Senador Buarque, que o Senado tenha uma participação efetiva nesses festejos. Eu acho até que o Senado não pode nem deixar de ter. Seja o que for, uma grande exposição aqui no Salão Negro, exposição que possa ser o carro-chefe de uma grande manifestação desse pessoal que fez e faz cultura em Brasília, Senador Buarque. O Senhor lembrou bem, Brasília é um polo cultural da maior importância deste País. Daqui saíram expressões da arte brasileira para o Brasil inteiro, para o mundo afora, inclusive. Esse povo está ansioso porque se fala, por exemplo: “Vamos trazer Madonna.” Que trazer Madonna, por quê? Tem que trazer essa garotada toda, alguns já de meia idade que ralaram aqui em Brasília, ralaram para fazer arte, para fazer cultura, vamos trazer essa rapaziada toda, essa moçada toda e vamos com eles festejar os 50 anos de Brasília.

Digo a V. Ex^a e digo a todos: não abro mão desse compromisso, não abro mão. Como V. Ex^a diz, todos temos culpa com Brasília, com os nossos Estados no processo de extirparmos esse cancro que é a corrupção; todos somos responsáveis por isso; vamos, agora, festejar os 50 anos de Brasília. Tenho certeza absoluta, Senador Paim, que, com o apoio do Presidente José Sarney, manifestada há pouco ali – há pouco sentávamos ao lado dele e conversávamos –, tenho certeza absoluta que o Senado terá uma participação importante, significativa nos festejos dos 50 anos de Brasília.

Muito obrigado pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, só quero me somar ao seu pronunciamento. Assisti, ontem, ao pronunciamento do Senador Cristovam, brilhante também, falando de Brasília, e comungo com V. Ex^a. Eu, que fico muito aqui, em Brasília, quero dizer que sou militante dessa iniciativa aí, quero estar junto nesse movimento para valorizar os 50 anos de Brasília, porque

essas datas redondas têm uma simbologia; 50 anos de Brasília, para mim, é um momento, é um marco. Estou aqui há quase 25 anos em Brasília. Durante um ano, vim muito aqui como sindicalista e, depois, como Parlamentar. Estou aqui, há 24 anos, direto em Brasília. Não saí nenhum ano para uma outra atividade. Eu quero ser militante dessa causa com V. Ex^a. Parabéns! Meus cumprimentos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paul Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive pela emoção que eu percebi.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a usará a palavra pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento. Em seguida, o Senador Alvaro Dias e depois o Senador Simon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a principal manchete dos jornais de hoje diz respeito à queda do Produto Interno Brasileiro. Essa queda nem reflete a dimensão real, porque a verdadeira dimensão é calcular a queda da renda per capita, ou seja, houve uma diminuição do Produto Bruto mas, quando a gente divide pela população essa queda foi maior, porque a população cresceu de um ano para o outro. É claro que a parte grande dessa tragédia que se chama recessão é culpa de uma crise que não estava nas mãos do Brasil, é uma crise internacional que chegou aqui. Mesmo assim, a gente não pode deixar de dizer que chegou aqui não como uma pequena maré, uma marolinha – como se dizia –, chegou de fato como uma grande onda, não como um tsunami.

Mas, eu não quero falar da crise, eu quero falar da falta de perspectiva e percepção da população brasileira de que mesmo que o Produto tivesse crescido, a gente deveria comemorar com ressalvas. Porque o crescimento não distribui. Nós não estamos distribuindo resultados do desenvolvimento durante os cinquenta anos de crescimento bastante forte que o Brasil teve. É um crescimento para poucos. O PIB só deveria ser comemorado quando a gente pudesse, junto a ele, ver como se distribuem os produtos que ele tem, porque o PIB é nada mais do que a soma dos produtinhos de cada unidade produtiva: a pequena fazenda ou a fazenda grande; a pequena oficina ou uma oficina grande. Somam-se todos os produtos, somam-se todas as rendas das pessoas – salários, lucros –, e aí dá o que o País produziu. Isso não basta para saber se esse produto melhorou ou não o Brasil. O País pode crescer sem melhorar e o Brasil cresceu sem melhorar. Não melhorou porque aumentou a violência ao lado do crescimento, não melhorou porque aumentou a desi-

gualdade ao lado do crescimento, não melhorou porque chegou a níveis absurdos a destruição ecológica por causa do desenvolvimento e do crescimento.

Quero aqui chamar a atenção, porque, se há uma crise, e séria, no fato de o produto não crescer, há uma crise, e muito séria, no tipo de crescimento que ocorre geralmente no Brasil, porque ele não se distribui. Mas não é só esse problema que tem o crescimento. O crescimento que vemos se concentra na ideia da produção industrial e não na produção dos serviços de que a população precisa. O PIB cresceu assim, e a saúde cresceu assim. Não caiu, mas cresceu pouco. O PIB cresceu assim, e a educação cresceu assim. Não fizemos isso.

Então, o crescimento não é em si um indicador de bondade e contém dados de perversidade, de maldade. Temos de lamentar, criticar e buscar saídas para a queda do crescimento, mas temos de buscar novos caminhos para o crescimento, um novo tipo de crescimento, um novo modelo de desenvolvimento da economia brasileira. Estamos fazendo um crescimento – quando fazemos – que não é sintonizado com o futuro, um crescimento baseado na produção de automóveis e não na melhoria do transporte. Veja a diferença: uma coisa é aumentar a produção de automóveis, outra coisa é melhorar o transporte. O crescimento com base na produção de mais carros não basta para trazer satisfação e alegria. A satisfação e alegria podem vir do aumento do transporte disponível na qualidade e na eficiência.

O que se quer não é ter um carro; o que se quer é ir com rapidez de casa para o trabalho e do trabalho para casa, da casa para a diversão e da casa para visitar amigos, parentes e familiares. O que a gente quer é transporte – o carro é um meio.

No Brasil de hoje, o aumento na produção de carros significa a piora do transporte, porque engarrafa tudo. E a gente não vê isso. A gente solta fogos quando há um aumento do produto sem pensar em que esse aumento de produto melhorou a qualidade de vida, além da riqueza em bens materiais, que eu tenho mas não posso usar. Até porque a gente perdeu a percepção de que direito de ter não é o mesmo que direito de usar. Para isso é que eu gostaria de chamar a atenção. Às vezes a gente tem mas não usa. A gente tem um carro e ele fica engarrafado, ou a gente deixa na garagem porque não está no dia daquele número de placa poder ir para a rua. O que a gente quer é o direito de uso, não é o direito de ter.

O aumento do PIB aumenta o direito de ter. Para poucos. Primeira falha de que falei. Mas, além disso, o aumento de ter não tem necessariamente melhorado o direito de uso, de satisfazer-se.

O que eu digo para carro serve para muitos outros aspectos. Nossa produção não está sintonizada com as exigências do futuro, porque não melhora o direito do uso. Segundo, porque depreda o meio ambiente. E ao depreder o meio ambiente, piora a nossa vida e inviabiliza a vida dos nossos netos. Se é que não vai inviabilizar a dos nossos filhos.

Como é que a gente pode comemorar um aumento do PIB, do Produto Interno Bruto, quando isso é feito destruindo a Amazônia? Quando isso é feito poluindo e transformando nossa indústria em um instrumento de aquecimento global do planeta? Temos que reclamar, sim, lamentar, lutar para parar a queda do PIB, para que em 2010 o PIB cresça, mas que cresça diferente. Para que daqui a um ano a gente possa comemorar não só o aumento do PIB, mas a qualidade do PIB, o tipo do PIB.

Mas a gente esquece que o PIB mede a produção material. Não existe um PIB da produção da inteligência brasileira. Não existe. A gente tem um PIB que é o Produto Interno Bruto das coisas materiais que são vendidas no mercado. A gente não tem um PIB da produção da inteligência brasileira. Mesmo que não seja vendida, mesmo que sirva para enriquecer uma pessoa e que ela não use essa inteligência para vender, essa inteligência não entra.

Essa mercantilização dos objetivos nacionais, colocar os objetivos nacionais definidos apenas pelo mercado é uma inconsequência, não leva a um bom futuro. Outra forma de dizer, de mostrar que nós estamos crescendo sem sintonia com o futuro é que nós crescemos com base em produtos velhos, com base na indústria mecânica, em vez da indústria do conhecimento; com base na velha e antiga produção agropecuária, que aumenta a renda, mas não aumenta o bem-estar do País, não aumenta a soberania. É necessário e devemos comemorar o aumento da produção agropecuária para exportação, mas comemorar conscientes de que isso não é o verdadeiro salto para o futuro, que seria a produção dos bens com alto conteúdo de inteligência.

Hoje, Senador Paim, uma parte da renda que vem da produção agropecuária vai para o exterior, para pagar as pesquisas de remédios para os animais, para pagar as pesquisas agrícolas, apesar de termos a Embrapa. Aí, não fica aqui o que é mais fundamental, que é o produto que sai da inteligência, que sai do conhecimento, que sai da ciência e da tecnologia, que só ocorre em um país que tenha uma boa universidade; que só ocorre em um país que tenha um bom ensino médio; que só ocorre em um país que tem uma boa educação de base; que só ocorre em um país que cuida bem das suas crianças logo depois do nascimento.

E o nosso PIB não mostra a maldade, a perversidade como tratamos as nossas crianças. Não entra no PIB como é que as crianças brasileiras estão. Entra no PIB como é que estão as contas bancárias dos adultos, como é que estão as garagens dos adultos, mas não medem como é que está o bem-estar de cada criança brasileira.

Então, ao mesmo tempo em que a gente fala que é triste ver a pior situação de crescimento em 17 anos, é preciso alertar que não basta crescer, é preciso mudar o tipo de crescimento.

E aí é que chamo a atenção para esse livrinho, Senador Paim, publicado pela CNBB, cuja Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema economia e vida e que tem capítulos como este: *A vida, na atual economia, é forçada a servir à economia*.

A vida serve à economia e não a economia servindo à vida. O título do capítulo é *A economia para a morte – veja que força!* –, como se a economia fosse um instrumento de suicídio do País, porque a economia, em vez de produzir bem-estar, consome a vida das pessoas insanamente, seja no próprio trabalho, seja nos engarrafamentos, seja nas filas, que é um tempo perdido, que é uma forma de morte.

Outro título é a idéia de promover a vida, libertando o modelo econômico que destrói a vida, para inventar um novo modelo econômico. Há outros capítulos que recomendo que sejam lidos.

Agora, o que acho importante disso aqui é que, lamentavelmente, estamos em um ano de eleição e o debate entre os candidatos e as candidatas, podem ficar certos – tirando, talvez, a nossa companheira Marina Silva – vai ser em como retomar o crescimento, e não como mudar o crescimento. Vai se discutir como crescer mais, e não se discutir para onde crescer. Vai se discutir como crescer mais, e não quais serão os beneficiários desse crescimento. Vai se discutir comparando um ano com o outro, e não olhando os próximos 20 anos, aonde vamos estar, mesmo crescendo, se for um crescimento velho, arcaico, superado, que é esse crescimento que não leva em conta a vida, como diz a CNBB, que não leva em conta a distribuição, que não leva em conta o meio ambiente, que não leva em conta a felicidade das pessoas, que não leva em conta como o tempo é usado pelas pessoas.

Lamento que a gente tenha tido uma redução do PIB, Senador Paim. Mas lamento ainda mais que, quando o PIB crescer, todo mundo solte fogos e esqueça de perguntar se vale a pena esse crescimento antigo, superado, anti-humano que caracteriza o crescimento do sistema capitalista atual. Porque acho que, para mudar tudo isso, não precisa mudar e nem destruir o capitalismo. Eu acho que a saída não é inven-

tar outra vez o socialismo, é mudar a maneira como a gente produz.

As bases fundamentais da economia: propriedade privada, direito ao lucro, abertura comercial, isso vai ter que continuar. Não há como mudar isso.

Eu imagino que daqui a 50, 100 anos a inteligência humana permita inventar um sistema econômico que acabe com patrão e trabalhador, que acabe com lucro, que acabe com juros. O homem já foi à lua, como não é capaz de eliminar essa aberração que é o juro, que é o lucro, que é o trabalho de um capitalista desesperado para que sua empresa sobreviva na competição com os outros? Eu tenho pena desses patrões que sofrem, ou de um trabalhador que sabe que no outro dia o poder de um pode demiti-lo e deixar sua família na miséria.

Um dia a gente vai ter uma sociedade diferente, mas não é o que está em jogo hoje. O que está em jogo hoje não são essas bases. É como, dentro dessas bases, propriedade privada dos meios de produção, abertura comercial, liberdade de mercado, responsabilidade fiscal, como a gente vai poder reorientar o produto, o produto? É aí que está a chave do futuro: inventar um novo conteúdo do PIB. Aí, um dia, a gente vai poder comemorar não apenas que o PIB volte a crescer, mas que cresça com a cara diferente. É a cara do PIB que tem de mudar, e não só o tamanho do seu crescimento, até porque, com a cara ruim, o crescimento é inchaço. O que a gente tem visto é um inchaço, que agora nem cresceu mais. Vamos transformar o inchaço em um mito qualitativo, bonito, do produto da economia brasileira. E, para isso, esse livrinho da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), nesse ano em que escolheu Economia e Vida como base da reflexão dos cristãos e dos não cristãos no Brasil, esse livrinho pode ajudar muito.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer, agradecendo ao senhor e aos outros que esperam falar o tempo longo dessa minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Cristovam, mais uma vez, e passamos a palavra, de imediato, ao Senador Alvaro Dias e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O Senador Alvaro Dias também usará o tempo necessário para seu pronunciamento, como o foi com os outros que o antecederam.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas homenagens ao Senador Cristovam Buarque pela competência com que abordou esse tema.

Pretendo falar sobre a visita do Presidente Lula ao Paraná, mas antes, rapidamente, em referência também à questão aqui exposta pelo Senador Cristovam Buarque, sobre o crescimento do PIB em 2009.

O jornal *O Estado de S. Paulo* diz: “PIB cai 0,2% em 2009, mas já cresce como antes da crise”; *O Globo*: “Lula teve em 2009 o primeiro PIB negativo desde Collor”; a *Folha de S. Paulo*: “Brasil teve o pior PIB em 17 anos” - portanto foi o pior PIB do País em 17 anos.

Eu leio essas manchetes para dizer que a capacidade de impor a sua versão ao Brasil, especialmente do Presidente Lula, é incrível. A versão que prevalece para boa parte dos brasileiros é a de que o Brasil experimentou um crescimento notável nos últimos sete anos. E, se nós formos verificar a média de crescimento de nosso País nesses sete anos, ficamos muito aquém de praticamente todos os países, ou seja, o Brasil teve um dos piores crescimentos de todo o mundo nos últimos sete anos, desperdiçamos oportunidades preciosas. Durante um bom período, crescemos apenas mais do que o Haiti. O pobre Haiti. Portanto, é difícil compreender como as pessoas podem se conformar com esse desempenho da economia diante do desperdício de oportunidades que nós constatamos nesses sete anos do Governo Lula.

Hoje, como já referi, essa questão ganhou as principais manchetes dos jornais brasileiros. Entre os membros do BRICs, o PIB do Brasil superou apenas o da Rússia. Ficamos longe, por exemplo, do crescimento da China, que foi de 8,7%, e não chegamos nem perto do crescimento da Índia, que chegou a 5,6%. E a denominada “marolinha” custou ao Brasil cerca de R\$186 bilhões. Portanto, esse apelido de “marolinha” é generoso. Cento e oitenta e sei bilhões de reais é o custo dessa crise que atingiu o Brasil com certa virulência, em que pese o fato de o Governo ter procurado sempre minimizar o seu impacto em nossa economia.

É bom destacar que o País suportou bem a crise, exatamente porque os pressupostos básicos asseguraram os instrumentos necessários para que o Brasil pudesse suportar melhor do que outros países a crise econômica que foi avassaladora internacionalmente.

Então, não há como não reconhecer, no passado recente do País, na ação de vários governos que buscaram a estabilização da nossa economia, a causa essencial para que o País pudesse resistir ao impacto forte da crise internacional.

O PIB brasileiro teve essa queda de 0,2% no ano passado. Foi a primeira queda na economia brasileira desde 1992, quando passamos por aquela turbulência política que resultou no *impeachment* do Presidente Collor.

O nível de investimento foi o pior dos últimos 14 anos. Tomando-se apenas o setor industrial, o recuo foi de 5,5%.

São números da realidade. Não há como falsear a verdade. O Governo tem sido habilidoso ao impor a sua verdade ao povo brasileiro, mas os meios utilizados pelo Governo são instrumentos escusos da mistificação e da manipulação das informações.

Esse PIB abaixo de zero foi um mal inevitável. O Governo se esforça, por meio do discurso, para transformar num bem. É um mal inevitável. Não há como o Presidente Lula proclamar tratar-se de um bem.

A coluna do jornalista Josias de Souza diz o seguinte: "Lula ficou 'satisfeito'. O Ministro Guido Mantega chamou de 'razoável' e já cuida do PIB de 2010. Estima que haverá crescimento de 5,7%".

O PIB de 2009 desce à crônica econômica nacional como o pior resultado em 17 anos, a quinta marca negativa da série histórica.

A última vez, como disse, que a economia brasileira ficou no vermelho foi em 1992, com Fernando Collor. Naquele ano, o PIB recuou 0,54%.

Portanto, R\$186 bilhões, o custo, é quanto o País teria produzido se não tivessem sido conspurcadas as previsões do PIB de 2009, que rumava para os 6% antes de ser atropelado pela crise. A previsão de 6% foi frustrada, e o resultado foi uma queda do PIB - a maior queda nesses 17 anos.

Considerando-se o G-20, o PIB brasileiro foi o sexto melhor do G-20 entre os países do grupo.

A economia roda, desde o final do ano passado, em ritmo de retomada. Cresceu 2% no último trimestre de 2009. Porém, a taxa de investimento ainda se encontra aquém do desejável.

Para que o crescimento fosse consistente, a taxa de investimento teria de ser de 25% do PIB. Hoje, está em 16,7%, a menor taxa desde 2006.

Para Virene Matesco, economista da FGV, a economia brasileira realiza no momento um voo de galinha: *"A galinha não voa porque não tem sustentabilidade. E com a taxa de investimentos que o Brasil tem, não há como mudar esse cenário. Sem investimentos, não há como ter um crescimento sustentado"*.

Conclusão: o Brasil não chegou a fazer feio na crise. Nem por isso o mal, necessário e até inevitável, transformou-se em um bem. Continuamos sendo um país à espera de ser feito.

Creio, Sr. Presidente, que, em respeito à população brasileira, o Governo deveria ser sincero ao fazer o relato das consequências da crise e apresentar números reais do crescimento econômico. Não há como não considerar que o Governo Lula desperdiçou oportunidades preciosas de crescimento, de geração de

emprego, de renda, de receita pública, de desenvolvimento, quando o mundo atravessou o melhor momento das últimas décadas, crescendo de forma significativa. E, repito, o Brasil teve um dos menores crescimentos entre todos os países do mundo, se considerarmos a média dos últimos sete anos.

Mas eu venho à tribuna também para falar sobre a visita que o Presidente da República está realizando no meu Estado neste momento. O Presidente foi ao Paraná com uma agenda inócua. O primeiro ato da sua visita no Estado é aplaudir o superfaturamento. O Presidente realiza uma visita às obras de ampliação da Refinaria Getúlio Vargas, no Município de Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Para todo o Brasil saber, não é uma obra nova. É uma refinaria antiga, que está em obras, buscando a sua ampliação. A Petrobras investe para ampliar a refinaria. São 52 contratos de obras em execução. Em 19 desses contratos, o Tribunal de Contas da União encontrou irregularidades, superfaturamento.

É até curioso, mas eu preciso aqui dizer. Antes de instalarmos a CPI da Petrobras, eu fui informado de que um funcionário da refinaria tinha informações sobre o superfaturamento da obra. Foi a primeira vez que eu ouvi falar em superfaturamento daquela obra. E esse funcionário estava disposto a apresentar detalhes, informações que seriam preciosas para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu passei a procurá-lo.

A Petrobras preparou um esquema de combate à CPI monumental: instalou escritório, contratou jornalistas, advogados, empresa de comunicação; gastou horrores em publicidade, para impedir que a CPI alcançasse os seus objetivos de investigar, com profundidade, e apresentar os fatos. Surpreendentemente, esse funcionário não apareceu. Em que pese a nossa insistência, não tivemos acesso a ele. Obviamente, eu não tenho como julgar esse funcionário; eu julgo a empresa, a gestão da empresa, os dirigentes da empresa que se utilizaram de todos os instrumentos, mesmo que escusos, para impedir fiscalização. Mas o Tribunal de Contas, isso é que importa, auditou os contratos e encontrou irregularidades em dezenove, denunciou-os e propôs o bloqueio dos recursos, ou seja, determinou a paralisação das obras.

O Congresso Nacional acolheu a proposta do TCU e aprovou dispositivo impedindo o repasse de recursos para a continuidade das obras. O Presidente da República ignorou o Tribunal de Contas e o Congresso, vetou, autorizou a liberação dos recursos e consagrou a imoralidade administrativa.

O Presidente alega que a paralisação de obras é prejuízo para o País. É óbvio que a paralisação de obras é prejuízo, mas pode ser um prejuízo recuperável.

O pagamento de obras superfaturadas se constitui em prejuízo irrecuperável. Este, sim, é o prejuízo maior, é o prejuízo ético, é o prejuízo do exemplo que prospera e é seguido e perseguido por outros administradores públicos do País.

Se o Presidente da República tem autoridade para compactuar com a imoralidade, para ser cúmplice de corrupção, é evidente que outros administradores públicos também se julgam no mesmo direito e locupletam-se a exemplo do que faz o Presidente da República.

A presença de Lula em Araucária hoje não deixa de ser emblemática. É um Presidente que desdenha da capacidade das pessoas serem desonestas. Ele já disse: *“A Oposição vai fazer o discurso da ética, isso não leva a lugar algum”*. Ou seja, assimilou definitivamente a corrupção como uma prática inevitável no País e tornou-se conivente, cúmplice dela. Esse é o desenho; essa é a fotografia.

Se o Presidente fosse a Araucária hoje e dissesse: Estou aqui vistoriando estas obras e quero determinar uma comissão de inquérito, que será constituída para apurar responsabilidade, quais foram os responsáveis pelo superfaturamento da obra. Se há a confirmação da existência do superfaturamento, é preciso responsabilizar. Mas o Presidente não faz isso.

Certamente, lá estarão os desonestos responsáveis por esse desvio de recursos públicos, pelo assalto aos cofres públicos, aplaudindo o discurso do Presidente Lula. Foi isso que nos acostumamos a ver nesses anos: o Presidente passando a mão, generosamente, na cabeça dos desonestos e sendo por eles aplaudido.

Não há como ficarmos conformados diante desses fatos. Como o Brasil pode aceitar isso? É uma perversidade o silêncio diante do roubo ao dinheiro público, porque estão assaltando os sonhos e as esperanças de milhares de brasileiros de exercitarem a cidadania na sua plenitude. O desvio de recursos públicos, como ocorre no Brasil hoje, é um assalto às esperanças do povo brasileiro, porque não é pouco, Sr. Presidente. Não tenho dificuldade alguma em afirmar que seria possível fazer, pelo menos, de duas a três vezes mais o que se faz com os recursos que gastam em obras públicas no Brasil, especialmente nas obras do PAC, que se transformaram em paraíso da corrupção.

Depois de Araucária, o Presidente vai a Londrina – já deve estar se dirigindo a minha cidade de Londrina –, onde vai inaugurar uma loja de teleatendimento da Vivo, da Portugal Telecom. É um investimento de R\$26 milhões dessa empresa. É a quarta visita que o Presidente faz a Londrina nesses sete anos. Ele será sempre bem-vindo a Londrina, mesmo quando dei-

xar de ser Presidente da República. Mas vamos ser francos, qual foi o resultado das visitas do Presidente Lula a Londrina nestes anos? E agora, há justificativa para um Presidente da República, numa sexta-feira, deslocar-se para inaugurar uma loja de teleatendimento da Vivo, da empresa Portugal Telecom? Não creio que seja um motivo que justifique.

Todos nós sabemos o que o Presidente anda fazendo nos últimos meses em suas viagens: é o turismo eleitoral. A obra que preocupa o Presidente Lula no Paraná neste momento é a obra do palanque de Dilma Rousseff, candidata à Presidência da República. O Presidente está empenhado, deseja arquitetar uma aliança política que ofereça perspectivas eleitorais a sua candidata no meu Estado, o Estado do Paraná, que passou a ser um Estado estratégico com seus 7,5 milhões de eleitores.

Todos nós sabemos hoje da importância do Paraná no pleito presidencial. Os analistas informam que a diferença que o candidato de oposição pode obter em São Paulo deve compensar a diferença que o candidato do governo deve ter, teoricamente, supostamente, no Nordeste; que os dois grandes Estados, Minas e Rio de Janeiro se anulariam e que o Paraná poderia fazer frente à vantagem governista nos Estados do Norte em razão do contingente eleitoral de expressão, O Paraná, portanto, a ser um Estado estratégico.

E o Presidente da República, inteligentemente, tem se preocupado com o Estado do Paraná e busca arquitetar no Estado uma aliança política que possa oferecer perspectivas eleitorais positivas à candidatura que apoia. Nada contra, é legítimo, mas não podemos ser insinceros, não podemos admitir que um ato oficial do governo se transforme num ato de campanha eleitoral.

Se o Presidente nada inaugura, ele faz a crítica. Há poucos dias, criticou o Governador de São Paulo, alegando que ele inaugurou uma maquete. E não é verdade. O Governador não inaugurou a maquete. O Governador, num ato administrativo que reuniu prefeitos, apresentou a maquete de uma obra, mas ele não inaugurou a maquete. É normal que um governante, um administrador, apresente a maquete de uma obra, apresente um projeto, os seus objetivos, e sinalize para a realização da obra.

O Presidente da República mesmo, no dia 19 de fevereiro de 2008, às 11h30min, em Vitória, no Espírito Santo, anunciou o início das obras de adequação do contorno de Vitória.

Portanto, o Presidente não inaugurou uma obra: ele anunciou o início de uma obra.

Na sua agenda, encontramos inúmeros eventos dessa natureza: cerimônia de assinatura de atos de

saneamento e habitação do PAC; assinatura de ordens de início de obras... Foram solenidades realizadas pelo Presidente da República, que as transformou num certo espetáculo, especialmente nos últimos meses; não significaram inauguração de obra alguma, foram apenas eventos políticos com objetivos eleitoreiros. Por essa razão, eu não poderia deixar de destacar a visita do Presidente Lula ao Paraná também como uma visita eleitoreira.

Mas quero, antes de concluir o pronunciamento de hoje, Sr. Presidente e Senador Pedro Simon, que aguarda também para fazer uso da palavra, fazer referência a um pronunciamento do Presidente na abertura da 2ª Conferência Nacional de Cultura, cerimônia realizada ontem em Brasília no Teatro Nacional, quando o Presidente direcionou seus ataques contra os jornais e elegeu os editoriais como alvos preferenciais.

O Presidente revela um viés autoritário quando demonstra sua incapacidade de assimilar, inclusive, as críticas construtivas que recebe, críticas respeitadas, elegantes, críticas inteligentes.

O Presidente reage, muitas vezes, com virulência, demonstrando a sua inaptidão para o exercício da democracia.

Veja o que disse ontem o Presidente:

Vocês prestem atenção, se vocês são como eu que não gostam de ler notícia ruim, vocês prestem atenção no noticiário, porque política e eleição também são cultura. Sobre tudo o resultado. Prestem muita atenção daqui para frente. Leiam os editoriais dos jornais, que a gente pensa que só o dono lê. De vez em quando, é bom ler para a gente ver o comportamento de alguns falsos democratas, que dizem que são democratas, mas que agem querendo que o editorial deles fosse a única voz pensante no mundo.

Mas por que um jornal não pode ter opinião? Por que não admitir a existência do editorial, com liberdade de expressão? Esse é um comportamento democrático ou é um comportamento avesso aos princípios democráticos?

Na sequência, o Presidente ainda foi capaz de estabelecer uma comparação absolutamente trespoucada da produção cinematográfica *Avatar*, do diretor James Cameron, com o filme *Lula, o Filho do Brasil*. O Presidente comparou o filme *Lula, o Filho do Brasil* com *Avatar*. É um direito dele comparar.

Talvez, se um editorial da *Folha de S. Paulo* fizesse a comparação, o Presidente rechaçaria.

Diz ele: “Coitado do Fábio Barreto [diretor do filme *Lula*], quase teve que pedir desculpas no começo

do filme, dizendo que não houve participação de empresa pública”.

Ora, o Presidente da República sabe que, na produção desse filme, há, sim, dinheiro público. Não de forma direta, saindo diretamente do caixa das empresas estatais para a conta bancária do produtor do filme, mas foram recursos de obras superfaturadas que deixaram os cofres públicos, passaram por empreiteiras de obras públicas e sustentaram a produção do filme. Não vou voltar a me referir aqui às empresas que financiaram a produção e que dispensaram, inclusive, os benefícios da Lei Rouanet, já que obtiveram benefícios mais generosos do próprio governo em razão das obras que realizaram, com sobrepreço evidentemente.

O Presidente Lula deve sentir-se incomodado com manchetes dos jornais, comentários de articulistas e editoriais. Quem não integrar o rol dos áulicos, questionar ou criticar sua gestão, seus posicionamentos, recebe a alcunha de “falso democrata”.

O jornal *Folha de S. Paulo*, com isenção e competência, publicou editorial na edição de ontem que demonstra o quão incômodo deve ser para o Presidente ter de aceitar que um jornal expresse opinião que denuncia o viés autoritário e os equívocos de um chefe de Estado que se julga acima do bem e do mal.

Veja o que diz o editorial *Passou do Limite*:

Ao defender, mais uma vez, a ditadura cubana, e equiparar presos políticos a comuns, Lula escarnece dos valores democráticos.

Não parece demais, em nome do registro histórico, reproduzir mais uma vez as palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à Associated Press: “Temos de respeitar a determinação da Justiça e do Governo cubanos e deter as pessoas em função da legislação de Cuba. A greve de fome não pode ser utilizada como pretexto de direitos humanos para liberar as pessoas. Imagine se todos os bandidos presos em São Paulo entrarem em greve de fome e pedirem liberdade.

O Presidente Lula tropeça na sua prepotência e assume postura que compromete o presente e invalida o seu passado.

É lastimável fazer essa constatação. O Presidente não pode comparar preso político que trava uma luta por liberdades democráticas em um país autoritário com marginais criminosos que se encontram nas penitenciárias brasileiras. Essa comparação foi infeliz e o Presidente se superou ao fazê-la, infelizmente.

Presidente, esse era o pronunciamento que tinha a fazer hoje, sobretudo registrando a presença do Presidente Lula ao Paraná.

Mas quero, a propósito, Senador Pedro Simon, na conclusão deste discurso, dizer que estou sugerindo ao meu Partido, o PSDB, aos advogados do meu Partido, que analisem a possibilidade de apresentarmos mais uma representação ao Procurador-Geral da República, uma representação sobre o superfaturamento das obras de ampliação da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná, sobretudo em razão da visita do Presidente da República.

Que o Presidente da República consagre a imoralidade pública, prestigiando uma obra superfaturada, temos o dever de representar junto ao Procurador-Geral da República para que se instaurem os procedimentos necessários e se proceda à investigação judiciária para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nos superfaturamentos da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, no Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador do Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar sobre um assunto sobre o qual eu já havia falado, e as manchetes do mundo inteiro continuam debatendo, discutindo.

Se volto à tribuna, não é para voltar ao assunto anterior, mas para continuar

Não é para voltar ao assunto anterior, mas para continuar narrando o que vem sucedendo e o que aconteceu.

Jornalista cubano [agora se trata de um jornalista] em greve de fome desmaia e é internado.

O jornalista cubano Guillermo Fariñas está internado na UTI. E a causa do desmaio foi um choque hipoglicêmico .

Ele desmaiou por volta das 16h e já está no hospital, na Unidade de Terapia Intensiva.

Fariñas, antes de sofrer o colapso, não admitia tratamento, não admitia nada que interrompesse a sua greve de fome. Trata-se de um dos grandes nomes da revolução cubana. Jornalista, psicólogo, Guillermo Fariñas, em greve de fome, considera-se “um filho da revolução”.

“Seu pai lutou com Che Guevara no Congo em 1965 e ele mesmo serviu na campanha de Angola, em 1981”.

O psicólogo, que esteve na cadeia por 11 anos, recebeu visita de médicos. E ele já havia alertado que só iria ao hospital quando perdesse a consciência. Per-

deu a consciência e foi ao hospital. Trata-se de um dos grandes nomes. Agora que ele se encontra em estado grave, eu me dirijo ao Presidente Lula. Desde que assumiu a Presidência, o Presidente, líder das manchetes mundiais, “o cara”, ganhando praticamente todos os prêmios, citações, inclusive no grande congresso liberal dos economistas lá na Suíça. Nos últimos dias, o Lula tem sido duramente criticado pela imprensa nacional e internacional. Foi muito azar do Presidente Lula chegar a Cuba exatamente no dia em que morria o preso político.

Ele que queria fazer, da sua última visita como Presidente da República a Fidel Castro, uma visita vitoriosa, obteve um resultado negativo. E Lula não teve felicidade em seu pronunciamento. O episódio da carta que ele recebeu ou não recebeu está muito mal explicado. Ele mesmo falou, respondendo, que não recebeu carta nenhuma e que deveriam parar de dizer para os jornais que escreveram carta ou que não escreveram carta.

Estou me referindo à carta que os defensores dos presos políticos mandaram para Lula, ainda no México, para que ele interferisse a favor de um preso que morreu exatamente no dia em que ele chegou. Agora vem a diplomacia brasileira e diz que houve a carta; mas que a carta não foi adiante porque não tinha assinatura ou, pelo menos, não tinha a assinatura necessária.

Uma explicação burocrática de terceira categoria e que desmente o Presidente, que disse: “Não, isso não é verdade!” Deixa mal o Presidente, que disse que não tinha recebido, que não existia... E existia! Só que não a entregaram a ele. Ficou mal o Presidente. Mal mesmo ficou o Presidente com a declaração aqui.

Em primeiro lugar, eu já me referi na sexta-feira passada... Ser contra a greve de fome? O Lula deveria se lembrar de que ele fez, ele fez greve de fome quando era metalúrgico contra a ditadura. Ele foi ao Presidente Fernando Henrique pedir que este interferisse para terminar com uma greve de fome. E a pedido dele, o Presidente Fernando Henrique interferiu e o resultado foi positivo.

Agora, o Lula deveria ter categoria para dizer que errou. No momento em que ele compara os presos políticos em greve de fome, em Cuba, com os *gangsters* e assassinos nas prisões de São Paulo... O Lula dizer uma coisa dessas, por amor de Deus!

Cá entre nós, o Lula é um grande homem, muito competente, está dando um *show*, mas não é fantástico. Ele pode errar como qualquer um. E errou. Comparar os presos políticos que estão fazendo greve de fome, como ele fez, e que têm o respeito do mundo inteiro, aos *gangsters* e assassinos de São Paulo... Dizendo

o Lula: “E se de repente os presos e os bandidos de São Paulo resolverem fazer greve de fome pra valer, o que vai acontecer?”

Ficaria muito bonito se o Lula pedisse desculpas, porque ele está sendo criticado nos jornais do mundo inteiro. Há uma perspectiva de interrogação. O que está havendo com o Lula? Como ele vai renegar o passado, como vai fazer uma afirmativa dessa natureza?

Outra coisa que está deixando o Lula mal é que o Lula é fã de Cuba. Eu também sou, mais do que o Lula. Mas não sei o que o Lula fazia na época da Revolução de Cuba, eu sei que eu era um jovem que estava lá, torcendo, rezando, lutando, indo para a rua a favor de Lula e de Fidel Casto, torcendo para a vitória que eles tiveram, protestando contra os Estados Unidos, porque os Estados Unidos, desde o início, deram força para Fulgêncio Batista, garantiram a ditadura de Fulgêncio Batista até o fim. E a vitória de Fidel Castro foi espetacular, o mundo inteiro vibrou.

Que a grande culpa do que está acontecendo – e nisso o Lula e o Chanceler brasileiro têm razão – é o americano que não termina com o embargo a Cuba. É um absurdo! E aí o Presidente americano podia... Disse que ia fazer isso. Por que não faz de uma vez? Por que não termina com esse embargo ridículo, estúpido que dura 50 anos? Qual é a razão disto?

Tudo isso é verdade. Tudo isso é verdade. Mas daí o Sr. Lula não reconhecer que os presos políticos estão lá, que lutam por democracia e liberdade é muito grave. Então fica essa manchete dos nossos jornais, *Estadão*, *Folha*, *O Globo* e dos jornais internacionais.

Ontem, um comentarista do Jornal da Globo dizia: se é terrorista de direita, é terrorista, é bandido, mas se é de esquerda, é patriota. Na hora do italiano, o Ministro da Justiça e tudo mais e o Lula garantindo... Condenado na terra dele. Mas na hora de Cuba, não.

Estou nesta tribuna por uma razão muito singela. Não estou repetindo isso, meu amigo Cristovam, para voltar e repetir. Estou nesta tribuna para dizer que o Presidente Lula teria um gesto de grandeza, um gesto altamente positivo se ele interferisse agora com o jornalista que está preso. Faça agora, faça neste momento, interfira agora, pegue o telefone e ligue para o Raúl ou para o Fidel e diga: “olha, eu fiquei mal. Estou aqui levando pau do mundo inteiro, defendendo vocês”. Resolva essa questão. Resolva essa questão. E seria até um grande momento.

O Lula disse, e ele tem razão, que o início, a culpa de tudo isso está lá nos 50 anos que os americanos não deixam Cuba crescer, desenvolver, avançar. É um embargo estúpido. Se o Lula está dizendo isso, e é verdade, ele pode, ao mesmo tempo em que conversam pelo telefone, fazer uma ligação de chanceler

a chanceler: olha, cá entre nós, vamos resolver; e, ao mesmo tempo, cobra do Presidente Obama que termine com o embargo. Seria uma bela oportunidade, a essa altura, que se equacionasse o problema dos presos políticos de Cuba, e o Obama pudesse, em razão disso, cumprir a promessa eleitoral de que iria terminar com o embargo.

Eu estou nesta tribuna para isso. Não estou aqui para voltar a falar o que eu falei na sexta-feira passada e que a imprensa vem repetindo, repetindo, com esses fatos novos. Eu estou aqui porque acho que seria um gesto de grandeza. É verdade que o Presidente Lula está vivendo um momento... Tenho dito desta tribuna que o principal problema do Presidente Lula, hoje, chama-se soberba. Soberba! Aquele líder sindical, aquela pessoa que saiu lá do Nordeste, aquela pessoa que lutou, que esteve preso, que criou um partido, que perdeu três eleições, e que está fazendo um grande governo, de repente, não mais do que de repente, é “lulismo”. O mundo inteiro fala no Lula, o homem. E ele tem razão de crescer, de estar alegre e de estar feliz. Cuidado com a soberba! Cuidado com a soberba, meu amigo Lula!

Eu sei que as pessoas e amigos que tu tinhas, que nem eu, Pedro Simon, que nem Frei Beto e tantos outros que divergem, você não gosta. Você gosta dos “Josés Dirceus” da vida, que batem palmas, que acham formidável. Esse, meu amigo Lula, talvez seja teu calcanhar de Aquiles, nessa hora espetacular da tua vida, em que tu tiveste uma atitude altamente positiva, nota 10.

Porque tu podias, Lula, assim como lá na Colômbia, lá na Venezuela, ali no Peru, querer uma terceira eleição. E se ele dissesse que queria, haveria um movimento e dificilmente não terminaria numa movimentação popular exigindo. O Lula teve grandeza e ele próprio disse: “Não quero”. Ele próprio disse aos Deputados dele: “Rejeitem essa emenda”. E rejeitaram.

Ótimo. Mas afora isso, a soberba é o problema do Lula. Ele está se achando infalível. E ele talvez não esteja se dando conta. Hoje, no mundo, há uma posição meio ridicularizada com relação ao Lula. Ele deveria ter ficado quieto. Falaram no nome dele, mas ele deveria ter ficado quieto. Ele já falou que tem sido sondado para ser Diretor-Geral da ONU quando largar o Governo. Isso é assunto que não se fala. Os outros podem até falar, mas ele não deveria ter falado.

É aquilo que começou no Governo de Fernando Henrique, por quem eu pessoalmente não tenho nenhuma paixão. Eu preferia um homem como Cristovam na Presidência do órgão mundial de educação da ONU do que um assento no Conselho de Segurança. Mas já tem gente dizendo que ele troca tudo pelo assento no

Conselho de Segurança, ainda que seja um assento manchado de sangue e tudo o mais. Se o Lula vencer a soberba, e se o Lula tiver um gesto de humildade, e se o Lula chamar o chanceler, e se o Lula pegar o telefone e falar com o Raúl e com o Fidel: “Olha, eu estou com vocês desde o início. Há sete anos que eu estou no Governo e estou dando cobertura. Ainda agora, lá na reunião que nós fizemos no México, reunindo todos os países, à exceção do Canadá e dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe, por unanimidade nós aprovamos Cuba como integrante da América Latina. E eu estou ali, fui, não pedi, estou recebendo crítica do mundo inteiro com relação ao que aconteceu com o que morreu”. Mas agora vamos fazer isso. Vamos aproveitar isso que está acontecendo, vamos aproveitar esse incidente, mais uma vez – agora é um jornalista, agora não é um operário, é um jornalista importante, é um que lutou, é o que fez a Revolução de Cuba, ele e o pai dele –, nessa hora, vamos pedir: libera. Libera. E vamos cobrar do Obama o fim do embargo. Eu acho que este é o grande momento.

E com essa saída de fazer a ligação do fim da greve da fome, liberada pelo Governo de Cuba, com o pedido para que Obama possa terminar com o embargo, o Lula transforma o limão numa limonada. E das críticas que hoje ele está recebendo dos jornais do mundo inteiro. Aliás, o mesmo jornal que é considerado o número um da língua espanhola, e é considerado, hoje, o jornal mais respeitado da Europa, que é o *El País*, que apontou o Lula, no final do ano passado, como o homem do ano do mundo, agora, está fazendo um editorial de uma crítica tremenda, dizendo o que está havendo com o Lula.

E esta é a hora.

Se fosse alguns anos atrás, eu sairia daqui, meu amigo Paim, iria lá no Lula, atravessaria a sala e iria lá falar com ele, porque eu tinha essa amizade, e diria isso que estou dizendo agora. Em outros tempos, eu falava com o Líder do PT e Líder do Governo e pediria para ele fazer isso. Agora, infelizmente, não tenho essas condições.

Outro dia, numa reportagem de duas páginas do Lula no jornal *O Estado de S. Paulo*, cobrado pelo jornalista de como essa intimidade dele com o Collor, ele respondeu que ele respeita o Collor, que o Collor já pagou o preço, foi cassado, teve os dias de suspensão dos seus direitos políticos; e passou. Foi eleito pelo povo ao Senado. Aí o Lula disse: “Eu tenho pelo Collor o mesmo respeito que eu tenho pelo Senador Pedro Simon”. Muito obrigado, Lula. Mas eu tenho muito mais respeito pelo Lula do que pelo Collor. Embora os dois tenham sido eleitos Presidentes da República pelo voto popular, eu tenho muito mais respeito pelo Lula.

Embora o Collor tivesse ido me procurar – eu, Governador – pedindo o meu apoio, eu subi no palanque do Lula no segundo turno, eu e todo o meu Governo, quando Governador do Rio Grande do Sul. E, apesar dessas questões, eu tenho, meu amigo Lula, muito mais respeito por ti do que pelo Presidente Collor. Por isso, eu não posso fazer o que eu tradicionalmente fazia: saía daqui e ia lá falar com o Lula. Isso que eu estou dizendo aqui, dizia para o Lula. Fizemos isso, Presidente Paim. A meu pedido, eu, V. Ex^a e o Zambiasi, ficamos cinco horas no Gabinete do Presidente da República com ele, com a Ministra e com seus Ministros debatendo algumas das questões que achávamos importantes. Naquela época eu tinha essa intimidade; hoje não tenho.

Por isso eu pediria a V. Ex^a, do fundo do coração: leve ao Lula essa ideia. Fale com o Lula. Seria um gesto que mudariam as manchetes do mundo, manchetes que, em dezembro, eram todas de endeusamento do Lula – um homem, no mundo inteiro, lá na Suíça, o Congresso da Direita, da burguesia liberal, reconhece o Lula como um grande homem e em todos os lugares –, e agora, de repente, estão tocando no ponto que é a maior dignidade do Lula, que é a ideia, que é a bandeira, que é a luta dele, porque Presidente da República ele é e vai deixar de ser. Agora, a história dele, a biografia dele, o esforço dele, o caráter dele, a dignidade dele, a identificação dele com os problemas da sociedade e da liberdade, isto é muito importante e é nisto que estão mexendo. Será que a soberba dele não nota isso? Ele tem a chance hoje, Sr. Presidente, de se dirigir ao Lula – já lhe darei um aparte – e ao Raúl. “Olha, estou levando pancadas por causa de você, e eu dei cobertura. Aliás, há sete anos estou dando cobertura. Agora, um momentinho”. É a chance. Não é um ato isolado, não. É a chance de equacionarmos esse problema. Vamos resolver o problema dos presos políticos. Vamos equacionar essa questão e vamos pedir ao Obama que cumpra a sua decisão de campanha: fim da opressão.

Com o maior prazer, querido Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, em geral, concordo com o senhor em algumas coisas. Hoje, concordo com tudo aquilo que o senhor está falando, a começar pela última parte: de respeitarmos muito mais o Presidente Lula do que o Presidente Collor. Eu estou com o senhor nisso também. Temos de reconhecer que o Presidente Lula, apesar da discordância e de críticas que faço, e de que ele não gosta – o senhor tem razão: ele, aparentemente, não gosta de uma crítica –, é um Presidente muito melhor do que muitos imaginavam e melhor, falemos com franqueza – eu não vou dizer de todos, porque

pode amanhã aparecer um ou outro cuja história a gente não conhecia bem –, mas ele é um Presidente do porte dos melhores que o Brasil teve em toda a vida republicana, apesar do que deixa de fazer, sobretudo, no que era mais importante, a educação, apesar de ter perdido a grande chance de dizer: “Deixe o Brasil sem o analfabetismo de adultos.” E vai deixar praticamente o mesmo número que encontrou no Governo anterior. Então, concordo com isso. Concordo também, que nós, mesmo aqueles como eu, de uma geração que cresceu vendo a luta do povo cubano, ao lado dessa luta, respeitando os resultados positivos da Revolução Cubana, ainda que de vez em quando incomodado com algumas coisas e não querendo para o Brasil o mesmo, mas somos daqueles que jamais vão poder dizer que somos contra o que a Revolução Cubana fez. Somos críticos em algumas coisas, mas temos simpatia. Mesmo assim, não podemos deixar de manifestar nosso descontentamento com o fato de que prisioneiros de opinião entram em greve de fome e são tratados – aparentemente e pela morte de um, que a gente viu – de maneira incompatível com os direitos humanos – aqui, falo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos também. Então, concordo com o senhor e também com o fato de que o Presidente Lula não está aproveitando seu potencial para tentar influir nesse ponto. Ele estaria fazendo um grande favor ao Governo cubano. Estaria fazendo um favor ainda maior ao Brasil, que ficaria como o País que teve força capaz de influir. Eu já pedi ao Ministro Celso Amorim, uma vez, para interferir por um prisioneiro no Irã, um intelectual americano, que estava ameaçado de pena de morte. Na diplomacia, a gente não sabe direito e, além disso, tem que se manter certa discrição. Então, eu não posso dizer aqui se foi feito, se não foi feito, se conseguiram, se não conseguiram, embora eu possa dizer que não houve a condenação à morte. O Presidente Lula poderia fazer o mesmo, porque é uma condenação à morte lenta uma greve de fome longa. O que eu me pergunto, e aí é que vem a dificuldade, é se ele está fazendo isso e prefere não dizer publicamente. Talvez esteja. Talvez esteja fazendo isso e prefira não dizer publicamente, para ter mais força para conseguir o resultado. Ou não está fazendo. Agora, se ele está fazendo de uma maneira discreta, está prestando um serviço às pessoas, mas está prestando um desserviço ao Brasil e à biografia dele, sobretudo quando ele dá afirmações que desmentem que estaria fazendo. Ao comparar esses presos com os presos comuns, ele cometeu, a meu ver, duas falhas. Uma, a comparação em si. E a segunda é que mesmo o preso comum, em greve de fome, merece ser atendido, não nas reivindicações, mas na saúde. A gente não pode deixar um

preso comum, um bandido morrer por greve de fome. Tem que pegá-lo, levar para o hospital, tem que botar comida intravenosa, mas não se pode deixar de atendê-lo. E ninguém faz greve de fome por dinheiro, como eu li outro dia no jornal, a hipótese de que os americanos estariam pagando essas pessoas para fazerem greve de fome. Isso não consegue entrar na minha cabeça, não consegue entrar que seja possível uma loucura dessas pessoas! A greve de fome é uma coisa tão dolorosa, tão sofrida, que só pode ser quando as pessoas têm um propósito muito, muito, muito firme, como teve Mandela para ver o filho de três anos, o que, como lembrou bem o Senador Suplicy, o Governo da África do Sul, branco, não deixava naquela época; como teve Gandhi, diversas vezes, não uma só, pela liberdade de seu povo. Então, a greve de fome não dá para ser uma coisa tratada de uma maneira simplista. É uma opção por alguma bandeira. Pode até ser uma bandeira que a gente não queira. Pode ser! Pode ser até uma bandeira contra o que a gente pensa. E, finalmente, eu li hoje uma declaração do Frei Betto, essa figura que não tem quem não respeite neste País, dizendo que ele não fala mal de Cuba fora; quando ele quer fazer alguma crítica, ele vai e faz diretamente. Do ponto de vista dos resultados, pode ser até positivo, mas, do ponto de vista da biografia, do ponto de vista da honra, eu acho que termina não sendo positivo, porque passa a ideia de uma certa complacência, até de uma certa convivência com o fato. E, como eu sou ligado à educação, passa uma mensagem pedagogicamente equivocada. Deixa de educar a população, dizendo “isso está errado”, para poder até conseguir um resultado positivo. O lado pedagógico é fundamental. Este debate que a gente está tendo aqui, eu gostaria que fosse assistido por muitas pessoas para verem que nós precisamos nos educar sobre as dificuldades do exercício do poder, quando pessoas que são contra o que nós defendemos chegam ao ponto de fazer greve de fome. Exige uma negociação, um cuidado, um carinho com esses inimigos, porque, se estão em greve de fome, são inimigos do regime. E se a visão que o Frei Betto tem fosse positiva, durante o regime militar a gente não poderia deixar Dom Hélder Câmara criticar o regime militar lá fora. Ele só poderia criticar falando no ouvido dos generais. Não poderia ser assim. Dom Hélder Câmara chegou a ser acusado de que criticava o regime militar em palestras na França, e creio que poucos gestos foram tão patrióticos no Brasil quanto aqueles discursos de Dom Hélder Câmara lá fora, denunciando o regime militar aqui dentro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Porque não deixavam ele falar aqui dentro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E porque não o deixaram falar aqui dentro, mas, se ele quisesse cochichar nos ouvidos dos generais, os generais receberiam. Não tenha dúvida de que receberiam, e poderiam até fazer umas concessões, mas ele viu que tinha a obrigação de alertar o mundo inteiro do que estava errado aqui dentro, e fez corretamente. Parabensolhe e sinto que o senhor, o Suplicy e eu estamos, pelo menos, cumprindo uma obrigação que diria dolorosa. Dolorosa para mim pela relação que tenho com Cuba desde 1982, quando, pela primeira vez, fui lá, ainda clandestinamente, porque o Brasil não permitia essas viagens. Tive que ir sem que o passaporte mostrasse que eu fiz essa viagem porque levaria a uma prisão. Tive que voltar dando a maior volta. Fui e vim fazendo uma volta pelo mundo para que os militares daquela época e os serviços de fronteira não soubessem onde eu havia ido. Eu tenho admiração pela luta, mas hoje eu sinto um constrangimento muito grande pelo que está acontecendo na maneira como o Governo cubano está tratando esse assunto da greve de fome. E acho que o Presidente Lula, ou por soberba, como o senhor disse – pode ser –, ou por não se debruçar, ou por uma simpatia que termina sendo negativa, porque a simpatia exagerada, quando o aliado faz uma coisa errada, é uma simpatia negativa... Você não alertar um aliado do erro...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, pode ser uma simpatia muito grande, mas ele não está ajudando Cuba.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas não está ajudando! Não está ajudando de maneira alguma! Não está!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não está ajudando Cuba. Se ele quer ajudar Cuba, o procedimento deve ser diferente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Exatamente. E, finalmente – e aí concluo realmente –, eu quero dizer que estou de acordo com o senhor, que grande parte dos problemas que vive Cuba, inclusive politicamente, decorre dos Estados Unidos. Não vou dizer que essa greve de fome é resultado dos Estados Unidos, porque aí simplificaria demais o processo. Mas grande parte vem do bloqueio, vem de uma intervenção permanente, através de rádio, por meio de mecanismos que os Estados Unidos usam todos os dias para tentar boicotar o regime cubano, que no mínimo tem uma qualidade: resiste há 50 anos. Nenhum outro país sul-americano resistiu 50 anos ao poder dos Estados Unidos. Então, esse seu apelo para que o Presidente Obama conduza o fim do bloqueio é um apelo corretíssimo, e seria o melhor que poderia fazer

para aliviar o regime cubano naquilo que ele tem e que a gente não gosta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o importante aparte de V. Ex^a. V. Ex^a levantou uma questão que tenho a obrigação de analisar.

Estou pedindo aqui uma manifestação pública do Presidente Lula. V. Ex^a levanta a hipótese de que ele possa estar fazendo sigilosamente, de uma maneira positiva, mas sem colocar manchete, tentando fazer isso. Pode ser. Com toda sinceridade, sou obrigado a reconhecer que o que V. Ex^a afirmou pode estar acontecendo. Quem não diz que o Presidente Lula, independente de colocar manchete e notícia, esteja fazendo isso que estou falando aqui, esteja falando, diplomaticamente, mas sigilosamente, sem colocar nos jornais, para esperar e colocar nos jornais a resposta concreta?

Pode estar acontecendo.

Mas V. Ex^a também tem razão. Se ele está fazendo isso de uma maneira tão sigilosa que não aparece nada, não está resolvendo. Não está resolvendo. Se ele está conversando, tentando convencer; Lula e Fidel Castro de um lado, tentando falar com o Governo americano de outro lado, ele está ficando numa posição tão negativa no âmbito da imprensa mundial, que está ficando numa posição difícil.

Eu acho e repito que há uma página em branco excepcional, em que o Presidente Lula pode se manifestar: pedir ao Governo cubano que tome uma posição com relação aos presos políticos e pedir ao Presidente Obama que cumpra a sua promessa eleitoral de terminar com o embargo a Cuba.

É o apelo que faço. Não vou lá, que nem ia outras vezes, e nem sei como seria recebido. V. Ex^a, sei que seria bem recebido, e faço a V. Ex^a, Presidente Paim, um pedido muito grande: faça chegar ao Presidente Lula este apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, eu não poderia, em nenhuma hipótese, deixar de atender ao apelo de V. Ex^a. Eu farei chegar às mãos do Presidente da República o seu pronunciamento e o aparte do Senador Cristovam.

Confesso, Senador, que eu acredito que o Presidente Lula esteja, pela via diplomática, fazendo esse movimento. E ao chegar a ele o seu pronunciamento, juntamente com o do Senador Cristovam, pois os senhores também apontaram que isso pode estar acontecendo, isso trará uma reflexão; e será muito bom que o País também saiba disso tudo.

Senador Simon, permita-me dizer: eu já fiz greve de fome aqui, no Congresso Nacional. A primeira greve de fome que existiu no Congresso Nacional foi

de minha parte, exigindo o aumento do salário mínimo, quando eu era Deputado. Permita-me dizer que o grande mediador para que eu suspendesse a greve de fome foi o Deputado Ibsen Pinheiro. Ele reuniu todos os líderes, pediu que eles viessem falar comigo no Congresso, intercedeu na época com os líderes junto ao Presidente da República, que mandou um abono de emergência para os assalariados brasileiros. Aí, sim, eu suspendi a greve de fome. E por que eu digo isso? Ninguém faz greve de fome porque gosta; é uma medida extrema na busca de uma solução. Por isso que fiquei também sensibilizado, com certeza, com o seu pronunciamento. Como eu estou, neste momento, no exercício da Presidência da sessão do Senado, vou solicitar que a sua fala, a fala do Senador Cristovam e a minha conclusão cheguem às mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acreditando que o movimento que ele deve estar fazendo, na minha avaliação, é muito positivo. Mas que ele ouça

também – e leia – a reflexão que foi feita no plenário, neste momento. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto, no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas nove emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009** (nº 5.939, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Exmº Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S.A. – Petrosal – e dá outras providências.

As emendas vão à publicação no *Diário do Senado Federal*, em avulsos, na forma regimental. A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Infraestrutura, para o exame do projeto e das emendas.

São as seguintes as emendas:

EMENDAS APRESENTADAS NO PRAZO ÚNICO, PREVISTO NO ART. 122, II, "B", COMBINADO COM O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO, AO

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL e dá outras providências.*

Emendas apresentadas:

Senador Arthur Virgílio – 3 e 5
Senador Marcelo Crivella – 6
Senador Marconi Perillo – 2 e 7
Senadora Marina Silva – 4
Senador Pedro Simon – 1 e 8
Senador Romero Jucá - 9

Total – 9 emendas

EMENDA Nº 1 (Modificativa)

Os artigos 1º, 3º, 7º, 8º, 10, 11, 13, 14, 17 e 18 do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar autarquia especial denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – PETRO-SAL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único."

"Art. 3º A Petro-Sal sujeitar-se-á ao regime aplicado às pessoas jurídicas de direito público, especialmente quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários."

"Art. 7º Constituem recursos da Petro-Sal:

I - as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - rendus provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção, inclusive parcela que lhe for destinada do bônus de assinatura relativo aos respectivos contratos;

III - rendas provenientes da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores de petróleo e gás natural da União;

IV - recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

V - rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

VI - alienação de bens patrimoniais;

VII - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

VIII - rendas provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. A remuneração da Petro-Sal pela gestão dos contratos de partilha de produção será estipulada em função das fases de cada contrato e das dimensões dos blocos e campos, entre outros critérios, observados os princípios da eficiência e da economicidade."

“Art. 8º O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional projeto de lei tendo por objeto dispor sobre a organização da estrutura, a definição e quantificação do número máximo de empregados, de funções de cargos e salários do quadro efetivo e de livre provimento.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo aprovará o estatuto da Petro-Sal.”

“Art. 10. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal nos termos da alínea “f” do inciso III do Art. 52 da Constituição Federal, e será constituído:

.....
§ 1º Os conselheiros terão um período de gestão de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

§ 2º O funcionamento e as atribuições do Conselho de Administração serão definidos no estatuto.”

“Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia, após aprovação pelo Senado Federal nos termos da alínea “f” do inciso III do Art. 52 da Constituição Federal,

§ 1º

.....
§ 4º Os membros da Diretoria Executiva, depois de deixarem seus cargos, ficarão impedidos, por um período de 01 (um) ano, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo, gás natural, biocombustíveis ou de distribuição e comercialização, em operação no País.

§ 5º Durante o período previsto no § 4º, os ex-membros da Diretoria Executiva receberão remuneração correspondente a 80% (oitenta por cento) daquela percebida nos cargos por eles anteriormente ocupados.”

.....
“Art. 13.

Parágrafo único. Nos concursos referidos no caput, a Petro-Sal poderá exigir, inclusive como critério de seleção, experiência profissional mínima, não superior a 10 (dez) anos, na área na qual o candidato pretende desempenhar suas atividades.”

"Art. 14.

§ 2º As contratações a que se refere o § 1º observarão o disposto no caput do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da instalação da Petro-Sal."

"Art. 17. A Petro-Sal sujeitar-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e ao controle externo do Tribunal de Contas da União nos termos do Art. 71 da Constituição Federal."

"Art. 18. Ao fim de cada exercício social, a Petro-Sal deverá disponibilizar, inclusive na rede mundial de computadores, as demonstrações financeiras referidas no art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

JUSTIFICAÇÃO

Na exposição de motivos (E.M.I. nº 00040 - MME/MP/MF/MDIC/CCIVIL, de 31/08/2009) que acompanha o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL, o argumento central que justifica a criação da Petro-sal está nas peculiaridades do modelo de exploração adotado para a região do pré-sal, assim explanam os autores:

"5. No regime de partilha de produção, o contratado assume integralmente os custos e os investimentos necessários à execução do contrato, sendo ressarcido, em caso de descoberta comercial, com parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. A parcela restante do petróleo extraído, chamada de excedente em óleo, é dividida entre o Estado e o contratante, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato. Como todos os custos são recuperados pelo contratante, faz-se necessário o monitoramento permanente das atividades sob o regime de partilha de produção, de forma que a eficiência esteja presente em todas as etapas.

6. Essas características do regime de partilha de produção demandam dotar a União, no exercício do monopólio assegurado pelo art. 177 da Constituição, de mecanismos sólidos de governança e gestão, dos quais é parte essencial a

nova empresa a ser criada para representar os seus interesses, fiscalizar e atuar de forma a maximizar o excedente em óleo arrecadado em favor do Estado brasileiro. Essa entidade, sob a forma de empresa pública, não será responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, mas defenderá os interesses da União na gestão dos contratos de partilha de produção, celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, e na gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.

7. A Empresa deverá avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, a serem aprovados pela ANP; monitorar e auditar a execução dos projetos e os custos de investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda de petróleo e gás natural da União. Adicionalmente, a PETRO-SAL integrará o consórcio a ser formado para a execução das atividades previstas no contrato de partilha de produção, e participará do comitê operacional responsável pela sua administração.

8. Caberá também à PETRO-SAL representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, para casos nos quais a jazida da área do Pré-Sal e das áreas estratégicas se estenderem por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção.

9. A PETRO-SAL terá sede e foro em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, podendo instalar escritórios em outras unidades da federação. Sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Terá ainda seu capital social representado por ações ordinárias nominativas, integralmente sob a propriedade da União e submeter-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

10. No âmbito do modelo de partilha de produção, a PETRO-SAL deverá ser dotada de corpo técnico reduzido, porém de alta qualificação, para executar as mencionadas atividades relativas à gestão dos contratos de partilha e de comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos recebidos pela União em decorrência desses contratos...

Data vênua aos ilustres Ministros de Estado, autores da proposição, mas na própria justificativa para que seja criada a Petro-Sal está contida toda a argumentação de que a referida empresa não é um empreendimento executivo de ação, seja na cadeia da atividade fim – de prospecção e exploração, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados, e tampouco é uma operadora dos resultados destas atividades citadas dentro do mercado mobiliário.

Sua principal característica como entidade pública é de ser uma empresa típica de representação, análise, regulação e gestão dos contratos entre o Poder Público e empresas pública e privadas, notadamente com a preferência pela ESTATAL Petrobrás. S.A. , que, efetivamente, farão as atividades fins - executivas e econômicas – de exploração do pré-sal.

Por esses motivos, entendemos que a definição mais coerente de sua natureza jurídica é a de ser uma autarquia de natureza especial, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Esta emenda visa adequar a PETRO-SAL a estrutura de uma autarquia com os requisitos que a consolidam e outros que a aperfeiçoam.

Sala da Comissão,


Senador PEDRO SIMON

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 5º É dispensada a licitação para a contratação da Petro-Sal pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto, desde que atendidos os pressupostos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, de autoria do Poder Executivo tem a finalidade de criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – PETRO-SAL.

Apresento emenda que obriga o atendimento por parte da PETRO-SAL aos pressupostos da lei de licitações, com o objetivo de resguardar a ampla concorrência e dar possibilidade de inexigibilidade de licitação quando for o caso.

Sala da Comissão,



Senador **MARCONI PERILLO**
PSDB – GO

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 5.939, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 6º A PETRO-SAL terá seu capital social representado por ações ordinárias nominativas distribuídas pela seguinte proporção:

- União com 51% do total das ações;
- Estados com 25% do total das ações;
- Municípios com 15% do total das ações;
- acionistas minoritários com 9% do total das ações.


§ 1º A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

§2º Os acionistas minoritários só poderão comercializar suas ações para a União, não podendo oferecer a outros acionistas”.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente Emenda é assegurar que às unidades da Federação e municípios, resguardando o princípio previsto na Constituição Federal, tenham participação na remuneração dos contratos de partilha de produção efetuados pela PETRO-SAL, bem como a população brasileira que poderá apropriar-se da riqueza gerada.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2010.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
LÍDER DO PSDB

EMENDA Nº 4

Dê-se aos incisos V e VI do art. 10 do Projeto de Lei nº 309, de 2009, a seguinte redação, renumerando-se o posterior:

“Art. 10

.....
V – por um conselheiro indicado pelo Ministério do Meio Ambiente;

VI - por um conselheiro indicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;”

JUSTIFICATIVA

Os ministérios do Meio Ambiente e o da Ciência e Tecnologia são órgãos diretamente interessados na exploração da camada pré-sal, não somente porque receberão recursos do fundo social, mas porque o tema tem interface com as políticas públicas desses, principalmente o MMA que será o responsável pelas políticas mitigatórias do uso de petróleo que será explorado. Por isso, nada mais justo do que incluí-los no conselho de administração da Petro-sal.

Sala Senador Josaphat Marinho, 10 de março de 2010.


Senadora Marina Silva

EMENDA Nº 5

O *caput* e o § 1º do art. 11 do Projeto de Lei da Câmara nº 309 de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva, por indicação do Ministério de Minas e Energia, serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva deverão ter reputação ilibada e comprovada experiência no setor de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos”.

JUSTIFICATIVA

A emenda em questão visa garantir que os indicados que comporão a Diretoria-Executiva da PETRO-SAL, possuam notório saber na área de competência para a qual está sendo criada.

Para o alcance de tal objetivo, nos parece correto que para a nomeação dos Diretores, sejam adotados os mesmos procedimentos que acompanham a nomeação de todos os Diretores das Agências Reguladoras, qual seja, a submissão das indicações do presidente da República ao Senado Federal, por meio de sabatina na Comissão de Infra-Estrutura.

Com efeito, tal mecanismo garantirá que os indicados sejam profissionais oriundos de segmento do petróleo e gás natural, com experiência bastante para tornar a gestão da nova empresa exitosa.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2010.



Senador ARTHUR VIRGÍLIO

LÍDER DO PSDB

EMENDA Nº 6

Dê-se ao caput do **art. 11 do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009** (PLC nº 309/2009), a seguinte redação:

“Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia, após aprovação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal.” (NR)

J U S T I F I C A Ç Ã O

A Petro-Sal será uma empresa pública regida pelo direito privado, com função de gerir e representar os interesses da União nos negócios envolvendo o Pré-Sal. A empresa será dirigida por um Conselho de Administração, formado por representantes dos ministérios das Minas e Energia, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e pelo Diretor-Presidente da Empresa e por uma Diretoria Geral, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério das Minas e Energia.

Os membros da Diretoria Executiva deverao ter reputação ilibada e comprovada experiência em assuntos compatíveis com o cargo. Além disso, serão submetidos ao regime de quarentena, sob pena de serem acusados de prática de advocacia administrativa.

Nessas condições, é de fundamental importância que se estabeleça a aprovação prévia por parte do Senado Federal, no âmbito de suas competências privativas, no processo de escolha dos titulares indicados para a Diretoria Executiva da Petro-Sal.

Sala das Comissões,

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop on the left and a series of connected, somewhat horizontal strokes extending to the right, ending in a small downward tick.

Senador MARCELO CRIVELLA

EMENDA Nº 7

Dê-se ao art. 11 do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, a seguinte redação:

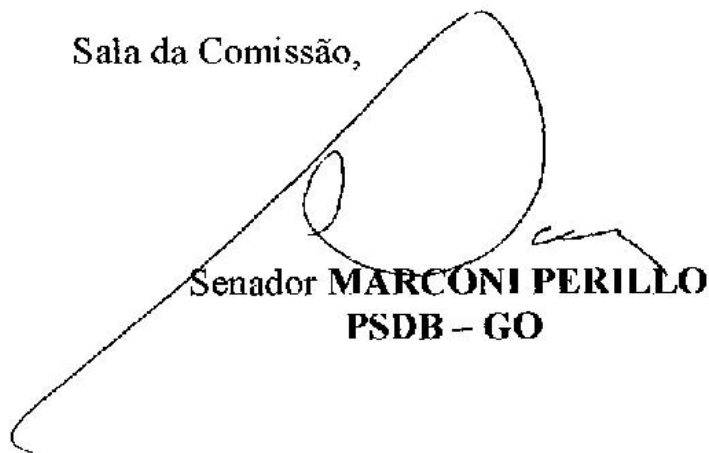
“Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia, observado o disposto no art. 52, III da Constituição Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, de autoria do Poder Executivo tem a finalidade de criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – PETRO-SAL.

Apresento emenda busca incluir a aprovação pelo Senado Federal dos indicados pelo poder executivo para os cargos de diretor executivo da PETRO-SAL, atendendo assim ao art. 52, inciso III da Constituição Federal.

Sala da Comissão,



Senador **MARCONI PERILLO**
PSDB – GO

EMENDA Nº 8 (Supressiva)

Suprima-se o §2º do art. 11 e o art. 15 do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

Com a supressão do § 2º do art. 11, a presente emenda busca compatibilizar a forma adotada para criação do quadro funcional da entidade de que cuida o PLC 309/2009 à natureza jurídica de autarquia especial, por entender ser esta a mais adequada para definir a PETRO-SAL.

Tendo apresentado emenda com o intuito de alterar a natureza jurídica da PETRO-SAL de empresa pública, sob a forma de S/A, para a de autarquia especial, caso venha esta a ser acatada, a criação do quadro de cargos e salários deverá se conformar ao que dispõe o artigo 48, X, da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional competência para dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Quanto ao art. 15, do qual aqui se propõe a supressão, entendemos que estando seus dispositivos já contemplados na Lei 8.745/93 que cuida especificamente das contratações por tempo determinado, não há razoabilidade em que sejam reproduzidos no texto legal que cria a PETRO-SAL. O diploma legal específico, inclusive, elenca todas as situações em que tal procedimento se justifica perante o ordenamento jurídico.

É fato que, caso venham a ocorrer tais excepcionalidades em relação à novel entidade, eventuais contratações por prazo determinado que venham a se mostrar necessárias encontrarão o mesmo respaldo legal já previsto no ordenamento para atender situações de tal natureza, nos moldes do que ocorre em relação a toda a Administração Pública.

Sala da Comissão,


Senador PEDRO SIMON

EMENDA Nº 9 (De Redação)

Na Ementa e nos dispositivos constantes do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., PETROSAL e dá outras providências:

- onde se lê: ...”PETROSAL”,
- leia-se: ...”PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A., - PPSA”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a adequação do projeto às exigências da Lei nº 9.279/96 - Lei de Propriedade Industrial , a fim de que, ao se promover o registro da marca da nova empresa, ora sendo criada pelo presente proposição, não haja nenhum óbice de natureza jurídica colidente com quaisquer outras marcas possivelmente existentes. Trata-se, portanto de uma alteração de redação quando se troca, tão somente e para efeito de proteção da marca de nova empresa, da denominação para ‘PRE-SAL S.A., -PPSA’.

Sala das Comissões em de março de 2010


Senador ROMERO JUCÁ

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero, ainda, aproveitando este momento em que vamos encerrar a sessão, e sabendo que hoje, como aqui anunciado pelo Presidente Sarney, a nossa TV Senado, principalmente pela disposição... A Rádio Senado está chegando no Ceará. Mas eu quero registrar a moção de apoio que recebemos da Assembleia Legislativa do Ceará em apoio ao projeto que relatamos e que regulamenta o adicional de risco para os vigilantes e outras categorias.

Segundo o documento que chegou à Mesa, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Ceará, no dia 23 de fevereiro, reuniu-se em audiência pública e tomou a decisão. O nosso relatório diz que pessoas que trabalham sob o risco de roubo ou de vigilância física, acidente no trânsito ou trabalho considerado de alto risco merecem o adicional.

Assinam a presente moção em apoio ao nosso relatório os Deputados Estaduais Artur Bruno, do PT; Rachel Marques, do PT; Dedé Teixeira, do PT; Nelson Martins, do PT; e Lula Moraes, do PCdoB.

Informo que o projeto que está pronto para ser votado neste plenário e vai à sanção, teve a minha relatoria e é de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin. O que nós aprovamos aqui no Senado se encontra na Câmara dos Deputados.

Agradeço também a todos aqueles que mandaram moção de apoio encaminhada a este Parlamentar e também ao Senador de Brasília, que é o Relator da MP que será votada na terça, Gim Argello, que acatou emenda que apresentamos, garantindo o direito aos hospitais filantrópicos, o que entendo mais do que justo. Estive em São Paulo e achei muito interessante o trabalho feito pelo Hospital Sepaco de São Paulo em relação aos idosos.

Ao mesmo tempo em que recebo com alegria essa manifestação, cumprimento o Senador Gim Argello, que acatou a emenda que encaminhamos junto com outros Senadores.

Por fim, aproveitando este momento, informo que recebi, há poucos minutos, o seguinte comunicado, de São Paulo:

*ANPUH – Associação Nacional de História.
Ao Exmº Sr. Senador Paulo Paim.*

Do: Presidente da ANPUH – Associação Nacional de História.

Acompanhamos com muita expectativa a sessão de ontem da Comissão de Assuntos Sociais da qual constava como item da pauta o Projeto de Lei do Senado, de nossa autoria, de número 368/2009, que trata da regulamentação da profissão de historiador. Vimos com muita satisfação a matéria ser aprovada, em

caráter terminativo, pelos Srs. Senadores que compõem aquela Comissão.

Através desta correspondência queremos manifestar o nosso agradecimento e expressar a nossa admiração pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu para ver este projeto aprovado. A comunidade dos historiadores do Brasil sabará testemunhar, sempre que necessário, a sua dívida para com a iniciativa e esforços feitos em seu benefício pelo mandato de S. Ex^a. Esperamos contar com seu interesse e prestígio no acompanhamento desta matéria quando de sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Eu particularmente agradeço, como autor do projeto, e quero dizer que o Relator foi o Senador Cristovam Buarque. Com isso, estaremos regulamentando a situação dos historiadores.

O projeto é encaminhado à Câmara dos Deputados.

E por fim, ainda, quero me dirigir, é um outro e-mail que recebi aqui há pouco tempo, a assessoria me entregou, sobre a situação dos Correios lá do Rio Grande. Já falamos com um dos Diretores dos Correios, o Sr. Rene, que está tomando todas as providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Perigo.com” da revista *Veja* em sua edição de 10 de março de 2010.

A matéria analisa a disparada na venda ilegal de medicamentos pela internet. A revista revela que “oito em cada dez desses produtos são falsificados. E alguns deles não passam de farinha”. Vale lembrar que “no Brasil, toda a venda pela internet de medicamentos de uso controlado, seja ele verdadeiro, seja pirata, é ilegal”.

A revista *Veja* faz ainda um alerta: “Se usar remédios controlados sem acompanhamento médico é um risco à saúde, comprá-los pela internet duplica essa ameaça, no mínimo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crime

PERIGO.COM

Dispara a venda ilegal na internet de remédios para emagrecer, ganhar músculos e até abortar. Oito em cada dez desses produtos são falsificados. E alguns deles não passam de farinha

KALLEO COURA

Para os bandidos, é um crime de altíssima rentabilidade. Para as vítimas, uma armadilha com potencial letal. A venda, pela internet, de remédios para emagrecer, aumentar a potência sexual, ganhar músculos ou provocar abortos triplicou no mundo desde 2005. No Brasil, os números sugerem que o problema é ainda maior. Em 2007, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária apreendeu 2 toneladas de medicamentos de uso controlado destinados a ser comercializados na rede. Dois anos depois, esse volume subiu para 28 toneladas. Não é difícil entender o motivo da explosão. Oito em cada dez remédios de uso controlado vendidos pela internet são falsificados. Assim, enquanto 1 quilo de heroína rende ao traficante um lucro de, no máximo, 3000 dólares, a mesma quantidade de um "remédio" para impotência, por exemplo — quase sempre um composto de pura farinha ou substância menos inócua —, pode render até 75000 dólares. "Há uma tendência mundial no crime organizado, já identificada pela Interpol, de migrar do tráfico de drogas para o de medicamentos piratas", disse a VEJA a alemã Sabine Kopp, secretária executiva da Força-Tarefa Internacional de Combate à Falsificação de Produtos Médicos da Organização Mundial de Saúde.

No Brasil, toda venda pela internet de medicamento de uso controlado, seja ele verdadeiro, seja pirata, é ilegal. Só as farmácias po-

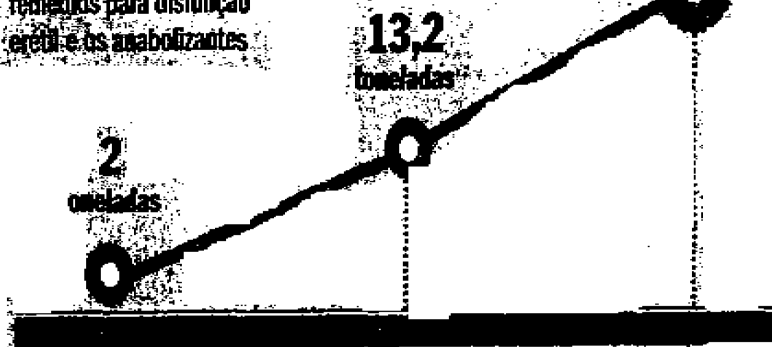
dem fazê-lo, e mediante a apresentação de receita médica pelo comprador. Para driblar a lei, no entanto, basta um clique. Depois de escolher um entre dezenas de sites de classificados on-line que oferecem de anabolizantes a derivados de anfetamina, a reportagem de VEJA encomendou, por e-mail, dois medicamentos de venda proibida no Brasil, o Acomplia, para combater a obesidade, e o Cytotec, criado para o tratamento de úlcera gástrica, mas frequentemente usado como abortivo. O princípio ativo do Acomplia é o rimonabanto. Proibida desde 2007 nos Estados Unidos, a substância foi banida no ano seguinte, no Brasil e na Europa, depois que cinco usuários do medicamento se suicidaram no Reino Unido no período de três meses. As mortes foram associadas ao uso do remédio — que, por alterar o sistema de recompensa do cérebro, pode levar à depressão profunda. No lugar do Acomplia, o pacote que chegou pelo correio trazia o Redufast, nome de um medicamento com o mesmo princípio ativo, o rimonabanto, fabricado por um laboratório do Paraguai e também retirado do mercado daquele país. Já o Cytotec, cujo princípio ativo é o misoprostol, chegou em uma cartela de Misoprost-200, supostamente um genérico do produto fabricado na Índia. Foi entregue por um motoboy dentro de uma caixa de telefone celular, com um "manual" que explicava como usar o remédio para provocar aborto. O tal manual não mencionava que o uso do misoprostol é especialmente perigoso para mulheres que se submeteram a cesariana ou que já atingiram o quinto mês de gestação. Os dois medicamentos adquiridos por VEJA foram enviados à Anvisa.

Apenas 20% dos remédios de uso controlado vendidos pela internet são verdadeiros. A estimativa é do delegado Adilson Bezerra, assessor-chefe de Segurança Institucional da Anvisa. Em geral, eles são produto de contrabando, roubos de carga ou furtos em hospitais. Os outros 80%, falsificados, quase sempre entram no país pelo Paraguai, tendo passado antes por portos do Chile ou do Peru. Sua fabricação, no entanto, se dá bem mais longe, na China e na Índia. E geralmente em condições deploráveis, como se pode observar pela foto de um "laboratório" chinês que ilustra esta reportagem (veja nas páginas seguintes). A foto foi obtida pela Pharmaceutical Research and Manufacturers of America, entidade que reúne as grandes indústrias farmacêuticas americanas. "Tanto a Índia quanto a China não respeitam patentes. Por causa disso, é muito mais fácil adquirir lá os princípios ativos necessários para fazer as falsificações", afirma Lori Reilly, vice-presidente para política e pesquisa da entidade. Isso quando há algum traço de princípio ativo nesses produtos.

Um estudo publicado neste mês pelo laboratório Pfizer no In-

PÍLULAS CRIMINOSAS

Desde 2007, aumentou catorze vezes a quantidade de medicamentos apreendidos pela Anvisa que seriam vendidos ilegalmente pela internet. Os mais procurados são os emagrecedores, os remédios para disfunção erétil e os anabolizantes.



Fonte: Associação de Segurança Institucional de Anvisa

É ARRISCADO, SIM

Ainda que não sejam falsificados, os medicamentos comprados ilegalmente na internet podem provocar efeitos danosos, dependendo das condições em que foram estocados e transportados, do histórico de saúde do usuário, da dosagem ingerida e do período em que foram consumidos.

	Cytotec	Viagra e Praml	Duallid e Tribex-S
Princípio ativo	Misoprostol	Sildenafil	Clonazepam e clonazepamol
Função original	Tratar úlceras gástricas	Tratar a disfunção erétil	Tratar a ansiedade
Para que é usado	Tratar a dor	Tratar a disfunção erétil e, em alguns casos, aumentar o tempo de ereção em homens saudáveis	Tratar a ansiedade, tratar o enxaqueca e ajudar a controlar a ansiedade em pessoas que sofrem de transtornos de humor, reduzindo o apetite
Riscos de tomar sem prescrição	Ao alterar a proporção de polímero no colo do útero, o misoprostol provoca contrações uterinas que podem causar hemorragias graves, principalmente nos casos em que a mulher se submeteu a uma cesariana	Como a sildenafil é um vasodilatador, usuários com histórico de hipotensão ou de doenças cardíacas correm o risco de sofrer isquemia e infarto, mesmo quando o medicamento é ingerido na dose prescrita em aula	Por causa da interação que provoca, o droga pode causar a ansiedade, a insônia, a irritação e a disfunção erétil. Pode ainda desencadear alterações comportamentais em usuários portadores de transtornos psiquiátricos

Fonte: Daniel Gonçalves, pesquisador do Instituto de Física de São Carlos, Universidade de São Carlos, e professora de Física da Universidade Federal de São Carlos. Publicado no site www.fisica.ufsc.br/~danielg/

FAZ REMÉDIO OU CIMENTO?

Laboratório clandestino na China.

Como a Índia, o país é um dos principais fabricantes de medicamentos piratas
International Journal of Clinical Practice mostrou que apenas um em cada dez comprimidos de Viagra apreendidos no Reino Unido sob suspeita de ser pirateados continha o princípio ativo sildenafil numa quantidade igual ou que variasse em até 10% em relação ao anunciado na embalagem. Um em cada quatro não tinha nem vestígio da substância. A análise das pílulas apreendidas revelou ainda a presença de metronidazol, medicamento usado no tratamento da amebíase, paracetamol, analgésico que pode causar insuficiência hepática quando ingerido em grandes quantidades e combinado com álcool, e até tinta de impressora — azul, é claro, a cor do comprimido mundialmente conhecido para tratamento da disfunção erétil. “Quem compra medicamentos de uso controlado pela internet não faz ideia do que está ingerindo”, diz o delegado Bezerra. “O único objetivo do falsificador é, obviamente, fazer a pílula parecer com a verdadeira.” De acordo com o Center for Medicine in the Public Interest, centro de pesquisas independente de Nova York voltado para questões relacionadas a medicina, a venda ilegal de medicamentos pela internet deve movimentar neste ano 21 bilhões de dólares apenas com os

produtos piratas. Os campeões de vendas são os medicamentos usados como estimulantes sexuais. Segundo um relatório da Interpol a que VEJA teve acesso, 21 países, incluindo o Brasil, identificam os remédios contra disfunção erétil como os mais pirateados. Em segundo lugar, estão os medicamentos para tratamento da obesidade, indicados como predominantes em sete países.

A impulsionar o tráfico é a falsificação de medicamentos está o fato de que as penas para o delito são, em geral, bem menores do que as previstas para outros crimes. Nos Estados Unidos, uma pessoa que é flagrada vendendo remédios ilegais pela internet ficará no máximo três anos na cadeia, enquanto quem falsifica dinheiro pode ficar até vinte anos. O Brasil, felizmente, é uma exceção à regra. Aqui, a pena mínima para a venda de medicamentos falsificados prevê cinco anos a mais do que a do tráfico de drogas. A pena máxima, de quinze anos, é a mesma para os dois crimes.

Mesmo assim, a atividade tem crescido em velocidade espantosa. Segundo o delegado Carlos Eduardo Sobral, chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, o crime organizado ainda não se apropriou dela. Está na mão de indivíduos. “Prendemos desde donos de academia de ginástica até comerciantes que traficavam medicamentos para

complementar a renda”, diz. A polícia acredita ter tirado de circulação, em janeiro de 2009, o maior vendedor de medicamentos ilegais pela internet do país: Fábio Carvalho Alves, ex-balconista de farmácia e morador de Goiânia (GO), que chegava a faturar 30000 reais por mês com o negócio. Dono de mais de vinte sites e páginas no Orkut, ele recorria a um método ardiloso para atrair compradores: criava perfis falsos na rede para travar os primeiros contatos com suas vítimas e, em seguida, tentava induzi-las a comprar seus produtos. Num desses falsos perfis, Alves colocou a foto de uma mulher obesa de costas. Sobre a imagem, anunciava: “Sou gorda e me odeio”. Durante semanas, ele trocava mensagens com pessoas que se identificavam com o personagem inventado e outras que conhecia em comunidades virtuais relacionadas à obesidade.

A todas, relatava o sofrimento causado pela sua falsa condição. Depois de um tempo, mudava o discurso: havia descoberto um remédio ótimo, que podia ser comprado na internet etc. O vendedor recomendado era, claro, ele mesmo. Se usar remédios controlados sem acompanhamento médico é um risco à saúde, comprá-los pela internet duplica essa ameaça. No mínimo,

Redufast	Deca-Durabolin	Ritalina
<p>Rimexabona</p> <p>Tratar a obesidade</p> <p>Emagrecer: Altera o sistema de recompensa do cérebro de forma a diminuir a sensação prazerosa proporcionada pelo ato de comer</p> <p>Em alguns usuários, a alteração do sistema de recompensa pode levar à depressão profunda. Ao menos cinco suicídios registrados em 2008 no Reino Unido foram relacionados ao uso da droga. Hoje, ela está banida no Brasil, Estados Unidos e Europa</p>	<p>Decanoato de nandrolona anabolizante derivado da testosterona</p> <p>Combater a osteoporose e compensar distúrbios nutricionais agudos</p> <p>Aumentar a massa muscular</p> <p>Consumido de forma crônica, oferece riscos de lesões no fígado, infertilidade e elevação da pressão sanguínea. Nos homens, pode causar crescimento das mamas e atrofia dos testículos. Nas mulheres, pode deixar a voz mais grave</p>	<p>Metilfenidato, um derivado da amfetamina</p> <p>Tratar o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade</p> <p>Potencializar a concentração de estudantes às vésperas de exames ou aumentar a produtividade de funcionários para trabalhar</p> <p>O fato de ser um estimulante faz com que possa causar insônia, irritabilidade e problemas cardiocirculatórios</p>

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

A decisão dos Estados Unidos e da China – as duas nações mais poluidoras do mundo – de adiar um acordo concreto sobre metas de redução de gases causadores do efeito estufa na Conferência do clima em Copenhague entristece o mundo e coloca sobre todos nós o dever de mobilização em favor da sustentabilidade planetária.

Com o fim da vigência do Protocolo de Kyoto em 2012, o mundo precisa negociar novo conjunto de medidas para evitar o aquecimento global, reduzindo a emissão de CO₂. Isso é requisito fundamental para garantir a viabilidade da Terra como legado às futuras gerações.

No Fórum Mundial de Legisladores, em Copenhague, a meta de redução firmada por representantes de 25 países foi de 70% até 2020, o que claramente demonstra a gravidade do quadro mundial. Por outras palavras, ou reduzimos significativamente as emissões, ou corremos o risco de ver a temperatura subir em dois graus com efeitos gravíssimos para todos no planeta.

Mesmo diante desse contexto, tem preponderado uma relação duvidosa e – diríamos – perigosa entre as economias desenvolvidas e as emergentes, porquanto estas parecem desejar esperar pelo primeiro passo daquelas e vice-versa, para tomarem as medidas necessárias ao combate do aquecimento Global.

Enquanto isso, o Globo aquece e padece, como se os governantes não vissem ou não quisessem enxergar a dimensão do perigo que se coloca diante da humanidade. Se não traçarmos metas claras para reduzir o efeito estufa, poderemos nos defrontar com situações catastróficas, com desdobramentos imprevisíveis.

Exatamente por isso, o Brasil deve aproveitar essa oportunidade de aliança com a França, para assumir a liderança mundial que lhe é reconhecida e ousar mais, ser mais proativo nas propostas para reduzir as emissões de gás carbônico.

Nós devemos agir de forma exemplar, sem condicionamento, porque, afinal, está sob nossa responsabilidade a Amazônia um dos mais importantes biomas. Se nós conseguimos reduzir efetivamente as queimadas de nossas florestas, daremos uma contribuição significativa para a sobrevivência do mundo.

Temos certeza de que a humanidade agradecerá o gesto brasileiro em favor do planeta. E é exatamente isso que se espera da articulação promovida com o

Governo Francês. Não podemos esperar pelos Estados Unidos, tampouco pela China.

Com o intuito de contribuir para o debate desse tema, gostaríamos de trazer a esta Tribuna as reflexões de Sérgio Abranches e Eduardo Viola, que lançam uma pergunta fundamental para o momento em que discutimos as bases para um mundo pós-kyoto.

Que alternativas existem para elevar os índices de desenvolvimento humano e satisfação material das populações latino-americanas àqueles hoje existentes, por exemplo, na Península Ibérica, observados, ao mesmo tempo, os limites impostos pelo imperativo climático?

Para Abranches e Viola, parte do problema diz respeito à própria operacionalização do fator climático como critério de seleção de alternativas. Implica, por exemplo, examinar os potenciais de desenvolvimento de baixo carbono das diferentes regiões da América Latina, avaliar e estimar os riscos ambientais e climáticos presentes em cada uma delas; e determinar a necessidade de adaptação às novas condições ambientais.

De qualquer foram, é nítido não ser mais possível continuar imaginando que o problema ambiental é só dos países ricos, e interpretar a preocupação internacional com o desmatamento da Amazônia como uma ameaça imperialista à nacionalidade.

Além de um imperativo moral, há razões econômicas e materiais importantes para a mudança de atitude, sobretudo do Brasil e das demais economias emergentes, que podem e devem aproveitar o contexto para reafirmarem a liderança no contexto multipolar pós-crise mundial.

Os países que lutarem pela preservação ambiental poderão obter aporte financeiro ao desenvolvimento de políticas e tecnologias limpas. Os países que insistirem em políticas predatórias tenderão a se marginalizar e perder respeitabilidade e influência na arena internacional, bem como tenderão a afastar investimentos de qualidade das economias mais desenvolvidas.

Para Abranches e Viola, o Brasil tem o dever de assumir o papel de liderança, não só porque é um grande emissor regional, mas também porque, detém uma matriz elétrica quase descabornizada, capacidade tecnológica, capital empreendedor, capacidade agrícola e competitividade no agronegócio.

Para assumir esse papel, o Brasil deve mudar a política externa e adotar uma atitude menos defensiva e reativa. Em outras palavras, alterar a posição de interpretação literal da cláusula das “responsabilidades iguais, porém diferenciadas”, que, ao lado das posições da Índia, China e Estados Unidos, tem contribuído para o impasse na agenda climática.

Apesar das diferenças específicas entre esses países e suas estratégias, no fundo, todos acabam por contribuir para o impasse. Todos parecem esperar para ver primeiro a atitude das demais nações e, nessa toada, avança-se muito pouco no combate ao aquecimento, como tem ficado claro com as recentes decisões americanas e chinesas.

Todavia, a diplomacia brasileira em particular, deveria tirar proveito da situação para assumir a liderança mundial, em conjunto com a França e com outros países para forçar a discussão das metas pós-Kioto. É oportunidade singular para cobrarmos posições mais progressistas dos americanos e fortalecermos nova retórica voltada à centralidade da questão ambiental como pivô da política de segurança nacional, segurança energética e segurança climática.

Sem dúvida, o Brasil, como liderança da América Latina, tem papel primordial na definição das ações a serem tomadas pelos atores regionais na preservação ambiental, fator preponderante na garantia da sustentabilidade planetária e na execução de medidas de combate às mudanças climáticas.

Para tal, poderia buscar o apoio do Chile, que é o Estado de Direito mais forte na região e detém credibilidade internacional, baixas taxas de desmatamento e a menor intensidade do CO₂ por unidade do PIB. No encontro dos Presidentes do Mercosul de julho de 2007, a Presidente do Chile destacou a necessidade de dar importância à governabilidade regional da mudança climática.

O fato é que o Brasil e a América Latina precisam estar atentos à preservação ambiental, porque os efeitos das mudanças climáticas na região são notórios e não podem ser ignorados. Necessário se faz superar o atraso do continente na percepção e enfrentamento dos problemas de deterioração ambiental, o que se mantém com relação às mudanças climáticas, assuntos extremamente correlacionados.

Os resultados decorrente da falta de preservação ambiental e da geração do efeito estufa, que se projetam na mudança climática, tem demonstrado a alta vulnerabilidade da América Latina e demandam políticas públicas efetivas para lidar com a questão ambiental e climática, marcadas por diversos fenômenos.

Nenhuma governo latino-americano pode ignorar a dimensão de fenômenos climáticos como as chuvas na Venezuela em 1999 e 2005; a inundação dos pampas argentinos em 2000 e 2002; a seca na Amazônia em 2005; a tempestade de granizo na Bolívia em 2002 e, em Buenos Aires, em 2006; e o furacão Catarina no Atlântico Sul em 2004.

A gravidade da questão da presença ambiental projeta-se hoje em fenômeno de mudança climática,

entre os quais, se destacam a savanização da Amazônia oriental, a forte mudança do padrão de chuvas na Amazônia ocidental, com declínio significativo da densidade florestal e aumento da frequência de queimadas em toda a Amazônia. As secas extremas de 1999, em Roraima, e de 2005, na Amazônia Oriental, prenunciam o futuro na ausência de uma política forte e efetiva de preservação ambiental e mitigação do aquecimento global.

Observam, ainda, Abranches e Viola que a região do semi-árido brasileiro poderia tornar-se árida e cresceriam muito os riscos advindos de um padrão errático das precipitações e a expansão de pragas sobre os ciclos da produção agrícola nas terras de alta produtividade de alimentos do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Aumentam, também, os riscos de inundação em áreas costeiras baixas e de alterações significativas da disponibilidade hídrica em determinadas regiões. O Sul do Chile e do Peru e o sudoeste da Argentina já apresentam tendências declinantes das precipitações.

A variação do El Niño também será errática por causa do aquecimento global, com impacto significativo sobre o conjunto do continente, particularmente na vertente ocidental dos Andes, do Equador até o Peru. A diminuição dos glaciais dos Andes

Agravará o problema de abastecimento de água local e de energia no Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador.

As regiões do delta do rio Paraná e a costa ocidental do rio da Prata, por sua vez, onde está situada a grande Buenos Aires, com 13 milhões de habitantes, um terço da população do país, serão extremamente vulneráveis a frequência inundações pelo fato de se encontrarem a menos de 5 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Aumento dos extremos da imprevisibilidade das precipitações na costa atlântica sudeste e sul do Brasil afetarão locais com alta densidade demográfica. Também estão previstos a expansão do fenômeno dos refugiados ambientais em várias áreas da América do Sul, que, até agora, só existiu, ciclicamente, no semi-árido brasileiro.

A circulação atmosférica do Atlântico Sul também seria afetada com o aumento da frequência de temperaturas atmosféricas extremas, causando fenômenos graves, inclusive aqueles como o furacão Santa Catarina, que, até 2004, não existiam na região.

Esse conjunto de fenômenos, se percebidos com a devida dimensão por todos os países da América Latina, já seria suficiente para uma mudança radical da postura de todos os países e, em particular, do Brasil, que detém liderança regional importante e não pode

abrir mãos de firmar posição no concerto das nações favoravelmente à preservação do planeta.

Um dos principais problemas, como bem observam Sérgio Abranches e Viola, é que os impactos previstos serão sentidos diferencialmente nos planos local e subnacional, ao passo que a resposta política está sendo debatida, e apenas incipientemente, na esfera nacional, e praticamente é inexistente no âmbito regional.

Por outras palavras Senhor Presidente, se os países de todo o mundo fizessem um balanço do quadro de mutações climáticas e das consequências destas em cada região, decerto ficariam assustados com o ritmo de degradação do meio ambiente.

Por isso é que a diplomacia e o Governo brasileiros deveriam tomar a frente do processo e concitar todas as nações a fazerem uma reflexão conjunta sobre o problema, sobretudo neste momento em que a França nos acena com uma parceria de fundamental importância para os debates em torno da segurança climática.

As iniciativas do Brasil podem se tornar parâmetros para políticas regionais de governança climática, tanto nos limites do território brasileiro, quanto na região amazônica transnacional. Por isso a necessidade de formularmos política efetiva de redução nas emissões de CO₂.

O atual quadro de aquecimento global poderá ser mitigado apenas se os países se conscientizarem conjuntamente do problema e alterarem os ciclos econômicos insustentáveis que levaram à devastação ou à degradação de ecossistemas, como a Mata Atlântica e a Amazônia.

No caso específico do Brasil, a ocupação do bioma amazônico deu-se sobretudo por um círculo vicioso marcado pela extração da madeira, plantio de pasto e criação de gado, que hoje é o componente central da economia da região.

Transitar do ciclo de insustentabilidade econômica para o de sustentabilidade e preservação do ambiente é o desafio que se coloca para o Brasil, para as nações latino-americanas e para o mundo. Isso depende de conscientização e formulação de políticas públicas norteadas pela necessidade de preservação do planeta como patrimônio para as gerações futuras.

O Brasil, entre as diversas nações do mundo, tem o potencial de produzir combustíveis limpos e desenvolver a indústria do turismo – em particular, o ecoturismo – duas alternativas fundamentais para garantir a viabilidade da Terra.

Por isso, devemos assumir a liderança mundial na preservação do meio ambiente, como exemplo a ser dado a todas as nações. Por isso, devemos aproveitar a parceria com a França e pressionar os Estados Unidos e China no sentido de pararem com o jogo de empurra empurra que tanto prejuízo tem trazido para o mundo.

O Brasil precisa e deve ser ousado!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 57 minutos.)

**ATA DA 21ª SESSÃO, DELIBERATIVA
EXTRAORDINÁRIA,
EM 3 DE MARÇO DE 2010**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 22, de 4 de março de 2010)

RETIFICAÇÕES

À página 05345, 1ª coluna, para correção do ano do projeto:

Onde se lê:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2009

Leia-se:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2010

À página 05357, 1ª coluna, republique-se o **Requerimento nº 165, de 2010**, por omissão gráfica:

REQUERIMENTO Nº 165, DE 2010

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e Acadêmico amazonense Áderson Pereira Dutra, em 17 de fevereiro de 2010, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido no dia 17 de fevereiro, em Manaus, do Acadêmico, professor e homem público Áderson Pereira Dutra.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do Dr. Áderson.

Justificação

Grande cultor das letras, o Professor, escritor e homem público Áderson Pereira Dutra, faleceu no final de fevereiro em Manaus, deixando vaga da cadeira nº 24 da Academia Amazonense de Letras, da qual era um dos mais ilustres membros.

Amigo de meu pai, Senador Arthur Virgílio Filho e da minha família, o Dr. Áderson já deixa saudades entre seus numerosos amigos, colegas de Academia e ex-alunos. Ele era catedrático de Direito Administrativo da Universidade Federal do Amazonas, da qual foi Reitor no período de 1970 a 1977. Como professor de Direito, conviveu com ilustres mestres, entre os quais Aderson Meneses, Plínio Coelho, Samuel Benchimol, Henocho Reis (Ministro do STJ), Jauary de Souza Marinho, entre outros.

Homem público de reconhecida capacidade, foi diretor da Companhia de Eletricidade de Manaus e Secretário de Justiça do Amazonas.

Literato, tinha em sua residência uma extraordinária biblioteca. Deixou também livros jurídicos de sua área de especialização.

O Voto de Pesar que requeiro é merecida homenagem póstuma a esse grande brasileiro.

Sala das Sessões, 3 de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

ATA DA 23ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 24**, de 6 de março de 2010)

RETIFICAÇÃO

À página 06000, 1ª coluna, na fala da Presidência sobre os Requerimentos nºs 175 a 177, de 2010

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lido vão ao Arquivo.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados referentes aos Requerimentos nºs 175 e 177, de 2010.

As matérias vão ao Arquivo.

O Requerimento nº 176, de 2010, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
 2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
 3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
 4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
 5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
 6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
 7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
 8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
 9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
 10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
 11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
 12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
 13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
 14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
 15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
 16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
 17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
 18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
 20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
 26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
 27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
 28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
 29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

*** Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiosio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tiãõ Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Shessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 - Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 - Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 - Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 - Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 - Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 - Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **.. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shlessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shlessarenko (PT) (2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (38)
Marco Maciel (DEM) (35)	2. Jayme Campos (DEM) (37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (33)	1. Mozarildo Cavalcanti (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(22,71)
Sadi Cassol (PT) ^(23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (PT) ^(21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(20,60,61,62,64)
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(37,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,39)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
VAGO ^(13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,29)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomect@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO ⁽¹⁴⁾	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	4. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho (PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,11,12)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of. GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of. GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Emanuel Fernandes¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03.03.2010.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ACIR GURGACZ		presidente do Senado Federal, José Sarney, pela instalação da TV Senado na Região Sul.	397
Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2010, que acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.....	187	Críticas à visita do presidente Lula ao Estado do Paraná com o objetivo de fazer propaganda eleitoral a favor da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República.....	404
Análise referente à necessidade de investimentos no setor de transportes do País, bem como comentários a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2010, que prevê um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura e transportes.	378	ANTONIO CARLOS JUNIOR	
		Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	152
ALVARO DIAS		ANTONIO CARLOS VALADARES	
Requerimento nº 193, de 2010, que requer que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), do Estado de São Paulo.	7	Parecer nº 147, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores), sobre a Mensagem nº 208, de 2009 (nº 809, de 2009, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Flávio Hugo Lima Rocha Júnior, ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.....	114
Encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento com pedido de informações ao ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) do Estado de São Paulo.	112	Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	146
Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	151	ARTHUR VIRGÍLIO	
Aparte ao senador Jayme Campos.....	241	Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, pelo qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).....	109
Críticas às viagens do presidente Lula ao Estado do Paraná com o objetivo de fazer propaganda eleitoral a favor da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República.	251	Críticas à atitude de funcionários do Instituto Chico Mendes, os quais fecharam, em razão de denúncias de desmatamentos ilegais, pequenos estabelecimentos situados no Município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas.	114
Aparte ao senador Paulo Paim.	389	Apelo às lideranças do governo no sentido de negociarem com o Governo Federal a retirada	
Aparte ao senador Paulo Duque.....	394		
Cumprimentos ao primeiro-secretário do Senado Federal, Heráclito Fortes, pela inauguração do Rádio Senado no Estado do Ceará e apelo ao			

	Pág.		Pág.
de urgência urgentíssima para a votação do marco regulatório do pré-sal.....	144	Requerimento nº 212, de 2010, que requer voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas e a todos os seus integrantes, pelo transcurso do seu 60º aniversário de criação, ocorrido no dia 4 de março de 2010.....	324
Referência às denúncias feitas pela revista <i>Veja</i> e pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre a corrupção na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), bem como críticas ao Governo Federal por não se defender e atacar os referidos órgãos de imprensa, ameaçando-os de processo judicial.	146	AUGUSTO BOTELHO	
Satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.	155	Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti.	97
Requerimento nº 195, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 315, de 2009, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.....	179	Parecer nº 146, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores), sobre a Mensagem nº 256, de 2009 (nº 981, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).....	112
Requerimento nº 198, de 2010, que requer voto de aplauso à jovem estudante amazonense Laura Corrêa Cavalcante Leite, de apenas 14 anos, pela sua estreia como escritora, com o livro “Belas Árvores”.....	180	Apoio ao requerimento apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti de nota de pesar à família do Senhor Cláudio Barbosa.....	160
Requerimento nº 199, de 2010, que requer voto de aplauso às artistas plásticas de Brasília Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Bienale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010.....	180	Apelo para que os brasileiros estejam atentos aos prazos de vacinação contra o vírus <i>Influenza A (H1N1)</i> e, assim, evitar a disseminação da gripe decorrente da instalação do referido vírus no corpo humano.....	160
Requerimento nº 200, de 2010, que requer voto de aplauso à equipe de <i>jiu-jitsu</i> do Serviço Social da Indústria (Sesi) do Estado do Amazonas, pela conquista do Ouro no 8º <i>Amazon Open</i> , promovido pela Federação Amazonense de <i>Jiu-Jitsu</i> .	181	CÉSAR BORGES	
Registro da aprovação de voto de solidariedade aos presos políticos cubanos, bem como comentários a respeito da política ditatorial de alguns países latino-americanos.....	260	Satisfação em razão da construção de um gasoduto ligando o Sudeste ao Nordeste brasileiro, trazendo assim, segundo Sua Excelência, maior desenvolvimento industrial para o Estado da Bahia, bem como relato de diversas obras realizadas no referido estado.....	252
Críticas a respeito de acordos no Congresso Nacional que viabilizaram a tramitação de matérias de interesse do Governo Federal.	267	CRISTOVAM BUARQUE	
Registro do naufrágio do barco “Almirante Nunes”, no rio Solimões, no Estado do Amazonas....	308	Convite aos jovens presentes nas galerias do Senado Federal para que compareçam à audiência para tratar das políticas voltadas para a juventude, na Comissão de Direitos Humanos.	156
Requerimento nº 210, de 2010, que requer voto de aplauso ao ministro Ricardo Lewandovski, pela sua eleição para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	323	Solicitação à Mesa Diretora para a convocação de sessões especiais em homenagem a Joaquim Nabuco, aos 15 anos de transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica de Brasília, bem como ao Dia de Tiradentes e aos 50 anos de Brasília.....	157
Requerimento nº 211, de 2010, que requer voto de aplauso à ministra Carmen Lúcia, pela sua eleição para o cargo de vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	323	Aparte ao senador José Nery.	166
		Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	262
		Aparte ao senador Paulo Duque.....	292

	Pág.		Pág.
		III	
Considerações a respeito da comemoração dos 50 anos de Brasília.....	311		
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior.....	400		
Reflexões a respeito da queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, bem como críticas em relação ao foco do PIB que, segundo Sua Excelência, não deveria ser direcionado apenas à produção industrial.....	402	Parecer nº 151, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, de autoria do senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu artigo 95.....	341
Aparte ao senador Pedro Simon.....	410	EFRAIM MORAIS	
EDUARDO AZEREDO		Aparte ao senador Romero Jucá.....	259
Parecer nº 140, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488, de 2008, na Casa de origem), que denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.....	25	Apelo ao governo Lula pela resolução do problema do endividamento dos agricultores do Nordeste.....	285
Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).....	110	FÁTIMA CLEIDE	
Comentários a respeito da tramitação de dois projetos, relativos à proibição do cigarro em locais fechados e à regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais aos brasileiros pelo Sistema Único de Saúde (SUS).....	172	Aparte à senadora Marisa Serrano.....	84
EDUARDO SUPPLICY		Registro de apresentação de emenda que modifica os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro e que amplia a área do Parque Mapinguari e da Reserva Ecológica de Cuniã, no Estado de Rondônia.....	84
Considerações a respeito do regime socialista adotado em Cuba, com destaque para posicionamento de Sua Excelência no sentido da necessidade de conciliar o referido regime com uma ampla liberdade de expressão e total respeito aos direitos humanos.....	101	FLÁVIO ARNS	
Encaminhamento de voto ao Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).....	110	Pedido de encaminhamento de requerimento de voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da instituição, comemorado no dia 12 de março de 2010.....	107
Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	150	Saudação aos jovens brasileiros, bem como satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....	156
Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	263	Aparte ao senador Augusto Botelho.....	162
		Aparte ao senador José Nery.....	165
		Requerimento nº 197, de 2010, que requer que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), por ocasião do cinquentenário da instituição, a ser comemorado no dia 12 de março.....	180
		FLEXA RIBEIRO	
		Críticas ao programa de governo da pré-candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Roussef, à Presidência da República.....	98

	Pág.		Pág.
Pedido de requerimento de voto de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia (Avao), do Estado do Pará, pelo transcurso dos seus onze anos de história.....	163	rurais do Estado do Acre, pelo Dia Internacional da Mulher.....	397
Requerimento nº 203, de 2010, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia (Avao), pelo transcurso dos seus 11 anos de história, e requer, ainda, que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua presidenta, Maria da Conceição Fischetti..	193	Registro da comemoração dos 50 anos de Brasília e de <i>show</i> , no Teatro Nacional de Brasília, com o objetivo de festejar o aniversário da cidade e lançar o 1º Fórum de Biodiversidade.....	397
Registro da matéria intitulada “De olhos bem fechados”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 3 de março de 2010.....	196	GERSON CAMATA	
Registro da matéria intitulada “A horripilante volta da Telebrás”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 1 de março de 2010.....	379	Aparte ao senador Paulo Paim.....	75
FRANCISCO DORNELLES		Defesa do Governo do Estado do Espírito Santo no que se refere a denúncia, levantada por órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre suposto problema penitenciário no referido estado.	90
Saudações ao governo brasileiro por obrigar os Estados Unidos da América ao cumprimento de obrigações para com a Organização Mundial do Comércio (OMC).....	159	Requerimento nº 201, de 2010, que requer o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma das proposições legislativas a seguir relacionadas, por não versarem, em seu conjunto, sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 45, 112, 223 e 739, de 2007, que tramitam em conjunto.....	193
Aparte ao senador Renato Casagrande.	238	Aparte ao senador Geovani Borges.....	230
Comentários a respeito da Emenda Ibsen Piniheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados brasileiros.....	289	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Piniheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão dos recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados.....	242
GEOVANI BORGES		Parecer nº 152, de 2010 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2009, de autoria do senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inciso IV do seu artigo 95.....	345
Registro de votos de louvor à iniciativa lançada pelos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, prevendo a distribuição de mil bolsas para estudantes, professores de ensino superior e profissionais de saúde, para a área de vigilância em saúde.....	92	GIM ARGELLO	
Comentários a respeito de diversas sentenças proferidas pelo juiz federal Carlos Humberto de Sousa, considerando inconstitucional o Exame de Ordem do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	92	Satisfação pelo consenso, no Congresso Nacional, em relação à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....	155
Considerações a respeito do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, comemorado no dia 15 de março.....	230	Apelo ao senador Renan Calheiros pela defesa da Medida Provisória nº 470, que trata de questões da agricultura brasileira, além de outros temas.....	259
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		Defesa da Medida Provisória nº 470, que trata de questões da agricultura no Brasil.....	286
Aparte ao senador Paulo Duque.....	393	INÁCIO ARRUDA	
Homenagem às mulheres brasileiras, na pessoa de Dercy Teles, líder sindical de trabalhadores		Parecer nº 138, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009 (PL nº 2.506, de 2007, na origem), que denomina Rodovia Luiz Otacílio Corrêa o trecho da rodovia BR-230, entre as	

	Pág.		Pág.
<p>cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.....</p> <p>Considerações a respeito da Medida Provisória nº 470, de 2009, que trata da capitalização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste do Brasil.....</p> <p>JAYME CAMPOS</p> <p>Requerimento nº 206, de 2010, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 6 de março, do engenheiro e ex-chefe da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso por várias décadas, Domingos Iglesias Valério, aos 83 anos, em Rio Acima/MG; bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Norma, aos filhos Domingos, Alda Elizabeth, Norma e Ricardo.....</p> <p>Registro de falecimento do Doutor Domingos Iglesias Valério, fundador da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no Estado de Cuiabá, e apresentação de requerimento à Mesa Diretora para o envio de votos de pesar do Senado Federal à família do falecido.....</p> <p>Apelo ao Governo Federal no sentido de dar prosseguimento à construção de ferrovias no Estado do Mato Grosso.....</p> <p>Satisfação em razão de projeto aprovado no Senado Federal que trata da isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para caminhoneiros autônomos.....</p> <p>JEFFERSON PRAIA</p> <p>Apoio aos pedidos de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude... ..</p> <p>Comentários a respeito das medidas adotadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que permitem a realização de obras na BR-319, no Estado da Amazônia.....</p> <p>Requerimento nº 204, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao Ministério Internacional em Manaus – instituição religiosa descendente da primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus.....</p> <p>JOÃO TENÓRIO</p> <p>Aparte ao senador Arthur Virgílio.....</p> <p>JOSÉ AGRIPINO</p>	<p>8</p> <p>244</p> <p></p> <p>216</p> <p>239</p> <p>239</p> <p>314</p> <p></p> <p>156</p> <p>175</p> <p>193</p> <p></p> <p>261</p>	<p>Registro da necessidade de inclusão, na Medida Provisória nº 470, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, de cláusula que trate da reabertura de prazo para a renegociação das dívidas do crédito rural para o Nordeste.....</p> <p>Manifestação contrária à tramitação em regime de urgência urgentíssima das quatro leis referentes ao pré-sal.....</p> <p>Aparte ao senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Aparte ao senador Renan Calheiros.....</p> <p>Aparte ao senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Considerações a respeito da tramitação da renegociação da dívida ativa dos agricultores da Região Nordeste.....</p> <p>JOSÉ NERY</p> <p>Parecer nº 141, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.....</p> <p>Convite aos senadores e deputados federais para comparecerem à instalação da Frente Parlamentar Mista de Deputados e Senadores pela Erradicação do Trabalho Escravo.....</p> <p>Saudações às delegações de diversos estados brasileiros, presentes em Brasília para pedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....</p> <p>Comentários a respeito do trabalho escravo no Brasil, com destaque para a reunião realizada no Senado Federal objetivando aprovar o Estatuto da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo.....</p> <p>Registro de assalto no hotel em que Sua Excelência estava hospedado na cidade de Belém, Estado do Pará.....</p> <p>Registro referente à realização da exposição de brinquedos confeccionados com miriti, oriundos do Estado do Pará, nas dependências do Congresso Nacional.....</p> <p>KÁTIA ABREU</p> <p>Parecer nº 145, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 (nº 1.643, de 2007, na Casa de origem), que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.....</p>	<p></p> <p>144</p> <p>144</p> <p>149</p> <p>256</p> <p>265</p> <p></p> <p>266</p> <p></p> <p></p> <p>34</p> <p></p> <p>79</p> <p>156</p> <p>164</p> <p>164</p> <p></p> <p>322</p> <p></p> <p></p> <p>64</p>

	Pág.		Pág.
LOBÃO FILHO			
Parecer nº 150, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008, (nº 6.238, de 2005, na Casa de origem), que acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação).....	335	Críticas em razão da aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda Ibsen Pinheiro, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados.	315
		Solicitação de requerimento para a realização de sessão especial na presença de alguns campeões do esporte brasileiro, com o objetivo de prevenir o uso de drogas.....	315
		Satisfação em razão da aprovação de lei de autoria do senador Flávio Arns, que retira os impostos de importação sobre cadeiras de rodas.....	315
LÚCIA VÂNIA			
Comentários a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude, bem como reflexão sobre a importância do investimento em políticas públicas eficazes que atraiam o jovem para a escola e para o esporte.....	290	MÃO SANTA	
		Reflexões a respeito do que falta ser realizado no Brasil nos últimos meses de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.....	177
		Apelo ao governo Lula no sentido de priorizar a questão do endividamento dos agricultores da Região Nordeste.....	268
		Reflexões a respeito dos avanços e perspectivas do Partido Social Cristão (PSC) no Brasil. ...	311
MAGNO MALTA			
Comunicação referente à ausência do Senhor Flávio Pereira, acusado de abuso sexual contra uma criança, à oitiva na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, com registro da quebra do sigilo fiscal do referido cidadão.....	100	MARCO MACIEL	
Registro de audiência com o Cônsul do Haiti na Comissão de Direitos Humanos, para tratar da adoção de crianças órfãs haitianas por brasileiros.....	158	Parecer nº 139, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (nº 6.327, de 2005, na Casa de origem), que denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.....	17
Insatisfação pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda Ibsen Pinheiro, a qual deixa em desvantagem os estados que têm suas bacias privilegiadas com riquezas minerais.....	231	Aparte à senadora Marisa Serrano.....	83
Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão dos recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal entre os estados.	243	Considerações a respeito da história da educação pública brasileira e dos problemas que o Estado enfrenta para a melhoria da educação no País.....	232
Apelo ao governo Lula no sentido de maior responsabilidade para com a tramitação da proposta de um marco regulatório para o pré-sal.....	268	MARCONI PERILLO	
Registro de audiência pública com o cônsul haitiano, para tratar da adoção de crianças haitianas por cidadãos brasileiros.....	315	Parecer nº 143, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 (nº 3.687, de 2004, na origem), que “denomina Viaduto Governador Henrique Santillo, o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás”.....	49
Registro de projeto de autoria de Sua Excelência que proíbe o uso de cigarro e derivados do tabaco em determinados locais, de caráter público e privado.....	315	Parecer nº 148, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (nº 5.883, de 2009, na Casa de origem), que reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputa-	
Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 300, que estabelece que a remuneração dos policiais militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal.....	315		

	Pág.		Pág.
dos; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	181	falecimento, ocorrido em 10 de março de 2010, do Senhor Cláudio Barbosa de Araújo, e apresentação de condolências à família do falecido.	193
Críticas à forma de administrar a questão do pré-sal por parte do Governo Federal.	194	OSMAR DIAS	
Considerações a respeito da necessidade de o governo brasileiro assumir a liderança mundial na preservação do meio ambiente.	432	Manifestação contrária ao aumento de preços dos produtos derivados de trigo importado.	94
MARINA SILVA		PAPALÉO PAES	
Aparte ao senador José Nery.	164	Apelo no sentido de cumprimento rigoroso do Regimento Interno do Senado Federal, no que se refere aos pronunciamentos dos senadores.	88
MARIO COUTO		Crítica ao Governo Federal por não empenhar recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) no Estado do Amapá.	88
Críticas à governadora do Estado do Pará pelo descaso em relação ao crescimento da violência no referido estado.	84	Críticas ao governo Lula pela falta de empenho na realização da reforma política.	377
Congratulações ao povo do Município de Salvaterra, no Estado do Pará, pelo transcurso de mais um aniversário de fundação.	87	Registro da matéria intitulada “Perigo.com”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 10 de março de 2010.	428
Aparte ao senador Papaléo Paes.	89		
Aparte ao senador Arthur Virgílio.	152	PATRÍCIA SABOYA	
MARISA SERRANO		Saudações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve).	154
Considerações sobre relatório de desempenho, elaborado pelo Ministério da Educação, referente à educação brasileira em um período de dez anos.	81	PAULO DUQUE	
Requerimento nº 196, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que “altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH)”, seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	179	Reflexão a respeito da celebração dos 50 anos de Brasília, comemorado em 22 de abril de 2010.	291
MOZARILDO CAVALCANTI		Considerações a respeito da necessidade e das vantagens de se eleger um presidente da República que seja da cidade do Rio de Janeiro, e referência a alguns personagens que consolidaram a República no Brasil.	391
Considerações a respeito das eleições gerais do ano de 2010, com destaque para a necessidade do voto consciente por parte do eleitor brasileiro. .	96	PAULO PAIM	
Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Cláudio Barbosa de Araújo, funcionário público e Grão-Mestre da Maçonaria da Grande Loja de Roraima.	153	Requerimento nº 192, de 2010, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, que “dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), além das comissões constantes do despacho inicial.	7
Requerimento nº 202, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo		Homenagem às mulheres brasileiras e seus filhos, a juventude brasileira.	73
		Defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 42, de 2008, a chamada PEC da Juventude, que tem como um de seus objetivos a	

VIII

	Pág.		Pág.
inclusão dos jovens na sociedade através de políticas públicas, com lembrança da realização no ano de 2004, em Brasília, da Conferência Nacional da Juventude.	73	disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança.....	325
Saudações a Danilo Moreira e João Vidal, respectivamente novo presidente e vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), e a Davi Barros, ex-presidente do referido Conselho, bem como expectativa pela aprovação, por unanimidade, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....	153	RENAN CALHEIROS	
Balanço referente à atuação parlamentar de Sua Excelência nos primeiros meses de 2010.....	385	Comentários a respeito da Previdência Social e sua atuação no bem-estar coletivo e na proteção do trabalhador brasileiro.	170
Comentários a respeito da crise econômica mundial que afetou países da União Europeia.....	254	Apelo ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, no sentido de solucionar a questão do endividamento dos agricultores da Região Nordeste...	255
Apelo para votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....	255	Aparte ao senador Romero Jucá.....	259
PEDRO SIMON		Comentários a respeito da renegociação da dívida ativa dos agricultores da Região Nordeste.	266
Parecer nº 142, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165, de 2008, na Casa de origem), que denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redeker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.....	41	RENATO CASAGRANDE	
Apelo ao presidente Lula para que interfira no caso do preso político cubano, solicitando ao presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, para que termine com o embargo a Cuba.	408	Registro do falecimento da Senhora Maria Ribeiro Rezende, esposa do ex-senador e líder de governo Eurico Rezende.	114
RAIMUNDO COLOMBO		Pedido de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude, bem como congratulações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve).....	154
Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2010, que estabelece condições de transparência pública na internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas. ..	192	Comentários a respeito da Emenda Ibsen Pinheiro, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata da divisão de recursos dos <i>royalties</i> do pré-sal.....	237
Requerimento nº 205, de 2010, que solicita seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Ministro do Ministério da Previdência Social, para que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) elaborados entre 2003 e 2009.....	194	Registro das condições precárias do sistema prisional no Estado do Espírito Santo.....	237
Parecer nº 149, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2006 (nº 72/2003, na origem), que dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera		ROBERTO CAVALCANTI	
		Registro da intenção de Sua Excelência em procurar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para reivindicar a inclusão do Aeroporto Internacional Castro Pinto, no Estado da Paraíba, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	157
		ROMERO JUCÁ	
		Registro, na condição de líder de governo, de posicionamento do Governo Federal favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Juventude.....	154
		Requerimento nº 207, de 2010, que requer, que seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, além das comissões constantes do despacho inicial.	216
		Requerimento nº 208, de 2010, que requer, ouvida a Mesa Diretora e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de	

	Pág.	IX	Pág.
Assuntos Econômicos, sejam solicitadas informações ao ministro de Estado da Saúde.....	216	SÉRGIO ZAMBIASI	
Requerimento nº 209, de 2010, que requer, ouvida a Mesa Diretora e com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, que tramita no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas informações ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.	217	Apresentação de proposta para a inclusão do Padre Roberto Landell de Moura na galeria dos heróis brasileiros.....	168
Apelo para votação da Medida Provisória nº 470, que trata de questões relativas à agricultura.	258	SERYS SLHESSARENKO	
ROMEU TUMA		Saudações à nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve).	154
Registro referente à falta de resposta ao requerimento de Sua Excelência, que pede a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação do contrabando e falsificação de medicamentos.....	234	Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, que altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	219
ROSALBA CIARLINI		Saudações ao Estado do Mato Grosso pelo avanço em relação ao prazo para conclusão das obras no trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis.	235
Parecer nº 144, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria do senador Roberto Saturnino, que altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.	55	TASSO JEREISSATI	
Congratulações à senadora Serys Slhessarenko, em função de projeto aprovado que beneficia as mulheres que trabalham no lar.	73	Requerimento nº 194, de 2010, que requer o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Petro-Sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do marco regulatório do pré-sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.	143
SADI CASSOL		Manifestação contrária à tramitação em regime de urgência urgentíssima das quatro leis referentes ao pré-sal.....	145
Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2010, que estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.....	2	Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	148
Aparte ao senador Paulo Paim.	75	TIÃO VIANA	
Considerações a respeito da força da economia brasileira frente à crise na economia mundial ocorrida no ano de 2009.....	91	Cumprimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.294, de 1996, que proíbe o uso de cigarro ou qualquer outro produto fumífero derivado ou não do tabaco, em ambiente fechado público ou privado.	80
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti.	97	VALDIR RAUPP	
SÉRGIO GUERRA		Aparte ao senador Eduardo Suplicy.....	103
Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	149	Referência a acidentes ocorridos na BR-364, no Estado de Rondônia, bem como apelo ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) para que seja feito o recapeamento da referida rodovia.....	173